



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. AO Nº 011 TERÇA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27 Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25 Líder Wellington Dias - Bloco (24,69,89) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,100) Rodrigo Rollemberg (65,99) Inácio Arruda (90,93,115) Líder do PT - 13 Humberto Costa (116) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (102) Eduardo Suplicy (101) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,100) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (65,99) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,81) Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,117) Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (90,93,115) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Moraes (97,112) Cyro Miranda (31,95) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73) Paulo Bauer (5,35,72,78) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74) Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (97,112)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,67,98,109) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,67,98,109)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,81) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	SDD - 1 Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111) PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos
---	---

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1.1 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 69ª Reunião, Conjunta, realizada em 4 de dezembro de 2013	4
Ata da 70ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2013	21
Ata da 71ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2013	39

1.1.2 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 67ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2013	53
Ata da 68ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2013	92
Ata da 69ª Reunião, Conjunta, realizada em 4 de dezembro de 2013 (realizada em conjunto com a 69ª reunião da CE)	
Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2013	117
Ata da 71ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2013	138
Ata da 72ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2013	171
Ata da 73ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2013	183
Ata da 74ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2013	212
Ata da 75ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2013	236
Ata da 76ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2013	260

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 23ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (69ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (69ª REUNIÃO), DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, NO DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às quatorze horas e quarenta e dois minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**, e com a presença dos Senhores Senadores Alvaro Dias, Ana Amélia, Ana Rita, Armando Monteiro, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, João Capiberibe, João Vicente Claudino, José Agripino, Maria do Carmo Alves, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues e Vanessa Grazziotin, reúnem-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 65/2013-CE e nº 91/2013-CDH, de autoria do Senhor Senador Randolfe Rodrigues, destinados a debater o tema **“O Papel do Coletivo Fora do Eixo e da Mídia Ninja nos Cenários Cultural e Jornalístico Brasileiro”**. Como expositores, comparecem à Audiência **o Senhor Pablo Capilé, Integrante do Coletivo Fora do Eixo; Senhora Ivana Bentes, Professora Adjunta da Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Doutora em Comunicação; Senhor Claudio Prado, Produtor Cultural e Teórico da Contracultura e Cultura Digital; e Senhor Marcos Faustini, Representante da Agência de Redes para Juventude**. Neste momento, a Senhora Presidente, Senadora Ana Rita, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Randolfe Rodrigues, em razão de compromissos anteriormente assumidos. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Randolfe Rodrigues, autor do Requerimento. Logo após, a presidência faz a leitura das considerações enviadas pela população sobre o tema, recebidas por e-mail, através do “Alô Senado”. Prosseguindo, a presidência concede, excepcionalmente, a palavra ao público presente. Usam da palavra o Senhor Tiago Vinícius, Articulador Cultural da Agência Solano Trindade; a Senhora Ana Cláudia Fortunato, Coordenadora do Projeto CINEARTE – Cinema e Arte para Todos; e a Senhora Lidyane Ponciano, Coordenadora do Comitê Mineiro do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Eventual, Senador Randolfe Rodrigues, encerra a reunião às dezesseis horas e vinte e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e pela Senhora Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. – **SENADOR RANDOLFE RODRIGUES**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte; – **SENADORA ANA RITA**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental declaro aberta a 69ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em conjunto com a 69ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura das atas das reuniões anteriores e de suas aprovações.

Os Srs. Senadores e Sras Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública conjunta, atende aos Requerimentos nºs 65, de 2013, da Comissão de Educação, e 91, de 2013, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, para realização de audiência pública para discutir “O Papel do Coletivo Fora do Eixo e da Mídia Ninja nos Cenários Cultural e Jornalístico Brasileiro”.

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador, eu quero, aqui, agradecer a presença de todos vocês, um público bastante expressivo que aqui está para participar e contribuir com esta audiência pública.

A audiência pública será presidida pelo Senador Randolfe Rodrigues, autor do requerimento, a quem, dentro de instantes, passarei a Presidência. Antes, porém, vou nominar os membros que estão à Mesa e, em seguida, eu concederei a palavra ao Senador Randolfe para que ele presida esta audiência pública, de que é autor.

Dando início à audiência pública, eu registro as presenças de Pablo Capilé, integrante do Coletivo Fora do Eixo; Ivana Bentes, Professora Adjunta de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ e Doutora em Comunicação; Cláudio Prado, Produtor Cultural e Teórico da Contracultura e Cultura Digital.

Agradeço a presença de todos os nossos convidados.

Convido o Senador Randolfe Rodrigues para presidir esta audiência pública. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Boa tarde a todas e todos!

Primeiramente, quero cumprimentar a Senadora Ana Rita, nossa Presidente da Comissão de Direitos Humanos, realizadora desta audiência pública, por todo apoio que tem dado não só esta audiência pública, mas a este debate.

Quero cumprimentar também os membros da Comissão de Educação e dizer que esta é uma audiência pública conjunta da Comissão de Educação e da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Quero cumprimentar os nossos convidados para esta audiência, meu queridíssimo amigo, companheiro Pablo Capilé, integrante do Coletivo Fora do Eixo; Sr. Cláudio Prado, Produtor Cultural e Teórico da Contracultura e Cultura Digital; Ivana Bentes, Professora Adjunta da Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ e Doutora em Comunicação.

O Bruno Torturra também era um dos nossos convidados para esta audiência, mas infelizmente não foi possível comparecer.

Convido para integrar esta Mesa o representante da Agência de Redes para a Juventude, Marcos Faustini. *(Palmas.)*

Dando boas-vindas aos integrantes desta Mesa, a quem saúdo, passaremos, de imediato, à audiência pública, porque, daqui a pouco seremos pressionados pela Ordem do Dia, pois, diz o Regimento da Casa que não é possível a realização de audiências públicas em paralelo à Ordem do Dia. Então, tão logo iniciada a Ordem do Dia, nós teremos que suspender esta audiência pública. Assim sendo, vamos direto ao que interessa: ouvir os integrantes desta Mesa.

Esta Mesa e esta audiência pública foram provocadas para nós entendermos em especial a alma do que aconteceu neste País, notadamente em junho. Os que estão aqui talvez não representem a totalidade do que aconteceu no Brasil, em junho, mas são muito da alma do que aconteceu no Brasil em junho.

Todos os representantes que estão aqui na Mesa ou são estudiosos das comunicações alternativas ou são militantes concretos das novidades do que têm acontecido no Brasil. Muitos não têm entendido esta revolução tão silenciosa e tão pouco compreendida por muitos dos meios ditos oficiais do que, de fato, têm acontecido no nosso País.

De antemão, comunico aos senhores que, caso os que desejam assistir a esta reunião não encontrem assentos disponíveis aqui, esta reunião também será transmitida na Sala 09 da Ala Alexandre Costa. Esta reunião tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal Senado, da Rádio Senado e, ainda, pela internet, no *site* www.senado.gov.br/tvcanal2.

Passando direto ao que interessa, vamos ouvir os integrantes desta Mesa.

Permita-me começar sem ordem estabelecida, mesmo porque os que estão aqui subvertem a ordem e ainda bem que a ordem está para ser subvertida, eu queria começar com o meu querido Pablo Capilé, se ele me permite, para falar sobre o que é o Circuito Fora do Eixo, os acontecimentos de junho, e desta revolução que tem acontecido no País e a alma das mobilizações no País, em junho.

Só para comunicar, sem nenhum rigor, mas para termos um parâmetro para tentarmos desenvolver esta reunião e este debate antes do início da Ordem do Dia, estabeleço 20 minutos, Pablo, para a sua exposição e o mesmo tempo para os demais membros da Mesa.

Pablo, por favor.

O SR. PABLO CAPILÉ – Obrigado, Senador.

Primeiro, agradeço à Senadora Ana Rita e ao Senador Randolfe pela oportunidade de podermos dialogar com o Senado, construir em conjunto leituras que possam traduzir, da melhor forma possível, o que temos construído no Brasil, a emergência desses novos movimentos e as lutas que as redes e os coletivos de cultura e de comunicação têm travado frente aos desafios e aos problemas que são constantemente enfrentados no dia a dia desse precariado.

A nossa iniciativa começa no princípio do ano 2000, em Cuiabá, Mato Grosso, tentando achar a solução para os problemas que estavam postos o tempo inteiro.

Sabemos que vivemos num País de dimensões continentais e com uma grande concentração de recursos em poucas cidades. Das 5.444 cidades do Brasil, pouquíssimas têm a oportunidade que as cidades localizadas no eixo da produção e no eixo da indústria têm.

Então, vínhamos de Cuiabá, Uberlândia, Macapá, Rio Branco, no Acre, Boa Vista, tentando, de alguma forma, organizar as soluções inventivas e novas tecnologias para a gente conseguir dar visibilidade às nossas lutas. Começamos trabalhando com música e tentando criar um circuito cultural que pudesse fazer com que os artistas desta cidade circulassem. Precisávamos de estúdio de ensaio e construímos estúdio de ensaio. Precisávamos de núcleo de comunicação e construímos núcleo de comunicação. Precisávamos de estúdio de gravação e construímos estúdio de gravação. Precisávamos distribuir os produtos desses artistas. Construímos um selo para fazer essa distribuição. Precisávamos de dinheiro, porque dinheiro sempre falta, e criamos uma moeda complementar para conseguir remunerar esses artistas. Precisávamos criar um circuito e começamos a visitar novas cidades, para que esse circuito se expandisse. Depois de visitar essas cidades, precisávamos fazer com que os artistas circulassem, com que os produtos fossem distribuídos e que tivéssemos mais veículos de comunicação distribuídos pelo Brasil. Então, a gente começou a colocar os artistas para circular, os artistas de Cuiabá foram para o Acre, os do Acre foram para o Pará, os do Pará foram para o Amapá, os do Amapá foram para Paraíba. Precisávamos também fazer com que os produtos desses artistas circulassem. Então, a gente começou a criar banquinhas para que esses produtos pudessem ser distribuídos, e a gente precisava ter veículos de comunicação que divulgassem a história toda, porque não existia suporte da mídia tradicional para a difusão dessa história toda. Então, começamos a criar Web Rádio, Web TV e blogs para difundir essa história toda.

Em 2002, começamos em Cuiabá. Em 2006, começamos a rodar o Brasil, quando colocamos 200 artistas para circular. Em 2011, já tinham sido 30 mil artistas. Em 2006, tínhamos três coletivos e, em 2011, já possuíamos quase 200 coletivos. Em 2003, iniciávamos um processo de formação dentro de casas coletivas. Em 2011, já possuíamos uma Universidade Fora do Eixo. Em 2006, tínhamos uma moeda complementar criada em Cuiabá. Em 2011, já tínhamos mais de 30 moedas e tínhamos criado um banco. Em 2006, começávamos um processo de articulação com o Conselho Municipal de Cultura e com os Conselhos Estaduais. Em 2011, já estávamos pensando no partido da cultura. Em 2006, tínhamos poucos blogs e poucas Web TVs, Web Rádios. Em 2011, nós, nas 200 cidades, já possuíamos um sistema de comunicação construído. Falo de 2006 a 2011, porque, em 2011, percebemos que, além de um circuito cultural, também éramos um movimento social e que precisávamos não só criar alicerces para a circulação e distribuição dos artistas no Brasil, mas que poderíamos, sim, dar mais passos e começar a enfrentar alguns temas que eram fundamentais de debater na sociedade brasileira. Então, a gente começa a se encarar como movimento social e começa a fazer vários dos enfrentamentos.

Justamente nesse momento, em 2011, a gente enfrenta uma ruptura muito grande nas políticas ligadas à cultura e à comunicação, principalmente a cultura. É o momento que sai a gestão de Gilberto Gil e Juca Ferreira e entra a presença da ausência de uma não Ministra que foi a Ana de Holanda. Quando Ana de Holanda entra, a gente que vinha construindo um movimento muito forte pelo Brasil inteiro, tinha musculatura e solidez suficiente para fazer esse enfrentamento. Então, a partir dali a gente começa a conectar junto a vários outros movimentos o que hoje a gente chama de movimento social das culturas.

Entendendo que a gente precisava diagnosticar junto a redes e movimentos diversos o que nos conectava, quais eram as intersecções possíveis que construiriam as convergências ao entorno dessa movimentação? E a gente começou a pensar: "Não, todas essas redes e movimentos precisam de ambientes de circulação". Criamos, então, em conjunto, o partido da cultura.

Começamos a pensar: "Não, essas redes e esses movimentos precisam fazer fluxo de metodologia; eles precisam conhecer melhor o que está acontecendo um com o outro". Criamos a partir daí uma universidade que é a Universidade das Culturas.

Depois disso começamos a pensar que a gente precisava criar também alternativas de sustentabilidade para todas essas iniciativas. Criamos, então, um banco das culturas para que a gente pudesse fazer um espelhamento das estratégias de sustentabilidade de cada um desses movimentos.

Pensamos também que tínhamos que ter uma agência de comunicação que conseguisse fazer essa disputa direta e conseguir dar mais visibilidade para esses invisíveis. Fomos juntando essas invenções de comunicação pelo Brasil e surgiu aí a Mídia Ninja.

E, a partir disso, conto essa história para falar que, em determinado momento, essas ações foram crescendo e foram ganhando musculatura. E quando surge a Mídia Ninja e a Mídia Ninja dá ainda mais visibilidade para história toda, em junho, inicia-se também um processo muito forte de criminalização e um processo muito forte de não entendimento da construção que a gente estava desenvolvendo. E a gente começa a pensar

quais foram as consequências, os reflexos disso que a gente organizou? Então, quando a gente pensou o partido da cultura a gente começou a pensar: “Será que ele conseguiu interferir?” Interferiu diretamente. Tivemos que travar debates muito intensos tanto com a direita quanto com a esquerda; a direita achando que éramos os novos comunistas, e uma parte significativa da esquerda autofágica nos vendo como novos capitalistas. E a gente tentando buscar, a partir do século XXI, sair da lógica dicotômica – se estamos aqui ou se estamos lá. E tanto uma parte da esquerda autofágica quanto a direita tentando, em alguma medida, criminalizar.

Aí começamos a pensar: “E essa Universidade da Cultura, que consequências ela está gerando?” E aí a gente começou a perceber também que a Academia estava os avaliando com muita força. Uma parte, celebrando a iniciativa e tentando construir em conjunto, uma outra parte, também autofágica que se sente purista e que se sente responsável pelo conceito do que é progressista e revolucionário no Brasil, começou a tentar criminalizar de várias formas, falando que a gente era um novo capitalismo, que a gente era uma nova forma de se fortalecer a indústria cultural ou que a gente se autoexplorava, dentre várias outras coisas.

E aí começamos a pensar: “E nosso banco, que consequências vão ser geradas desses debates?” Aí começaram a falar que as moedas complementares não poderiam funcionar, e começaram a criminalizar as moedas complementares, começaram a criminalizar uma nova forma de se pensar economia. Só que aqui passava pela economia solidária, que passa pela economia criativa, mas que construiu um novo conceito de economia criativa. E aí começaram a tentar criminalizar a forma de se administrar essa história toda em vez de se entender que dentro de um Brasil continental, que com pouquíssimo investimento à cultura, o produtor cultural e o novo ativista nunca seriam caloteiros, mas, sim, seriam administradores de dívida. Mas a grande imprensa tentando de várias formas arranjar algumas *tags* negativas que pudessem nos caracterizar.

E quanto à comunicação, a mesma coisa: tentando o tempo inteiro trabalhar para que as alternativas que gente estava criando não pudessem disputar esse imaginário de um novo país.

Falo resumidamente dessa história para chegar, para mim, no ponto. Hoje, as novas iniciativas que estão sendo desenvolvidas no Brasil contam ainda com muito pouco apoio do conjunto do Congresso Nacional, Senador. Temos vários apoiadores do Senado, temos vários apoiadores dentro da Câmara, mas precisávamos conseguir construir em conjunto no movimento social das culturas, com Câmara dos Deputados e com o Senado um bloco que, de fato, conseguisse compreender a complexidade e a emergência dessas novas tecnologias sociais que têm sido desenvolvidas pelo Brasil inteiro.

A gente tem um Estado que nos criminaliza, a gente não consegue ter hoje um marco regulatório do terceiro setor e das redes. Você é um ponto de cultura e você é regulado pela Lei nº 8.666, que é a mesma lei que regula uma grande empreiteira. Então, uma grande empreiteira, que tem um grande corpo técnico para fazer a gestão do recurso, está no mesmo lugar que um pequeno ponto de cultura que, em determinado momento, a pessoa que está em cima de um palco é a mesma pessoa que está tendo que prestar contas. Então, em determinado momento é muito difícil para esse ponto de cultura conseguir sobreviver com a política que vem sendo desenvolvida, porque o próprio Estado nos criminaliza.

Mais do que a incapacidade hoje de o Congresso conseguir visualizar alternativas para se construir em conjunto com esses movimentos, a gente tem um Estado que não consegue pensar novas formas para dar autonomia para esses movimentos emergentes.

Então, pensar um marco regulatório de redes, pensar um marco regulatório do terceiro setor é fundamental para as ações que a gente está criando. E aí, a partir disso a gente pensa: Teve uma grande política de distribuição de protagonismo em todo o Brasil, que foi a soma do Cultura Viva com o Cultura Digital. Nós temos hoje mais de dois mil e quinhentos pontos de cultura espalhados por todo o Brasil, pontos que tiveram apoio direto do Ministério. Se a gente for pensar em pontos autodeclarados, que são as pessoas que não receberam recursos diretamente na ponta, mas se sentem pontos de cultura, porque Senador, o ponto de cultura mais do que uma iniciativa do Ministério da Cultura é uma plataforma de tentativa de distribuição de recurso e de investimento na ponta. Então todos nós somos pontos de cultura. E os pontos de cultura por muitas vezes não conseguem ter interlocução direta com o Estado para se fortalecer o ponto de serem essa solução de emancipação do precário. Todo o trabalho que a gente veio desenvolvendo foi para transformar escassez em potência. O precário das cidades pequenas do Brasil tem uma secretaria municipal de cultura com pouquíssimo recurso, que transforma – essa secretaria geralmente é transformada numa secretaria de evento, Senador e convidados todos – a gente tem secretarias de eventos que organizam ações sazonais. As secretarias estaduais são geralmente ocupadas por indicações, que estão distantes do setor. E o Ministério da Cultura não consegue ainda ter musculatura para fortalecer o que seria o sonho dessa construção toda, que seria um grande sistema nacional de cultura.

Então, você não tem o Governo Federal, ele não consegue investir no Estado; o Estado não consegue investir no Município e o precário, lá na ponta, tem que criar novas tecnologias para fazer com que isso aconteça.

teça. E quando surgem projetos revolucionários como o Cultura Viva ou como os pontos de cultura, eles são criminalizados pelo Estado porque eles não conseguem receber recursos. Então, o Estado não consegue criar um sistema de investimento direto na ponta, e quando surge alguma iniciativa ela é criminalizada diretamente, porque ela não pode receber esses recursos.

E aí, uma outra coisa que a gente solicita para esta Comissão é que a gente tenha muito cuidado e muita atenção com a Lei Cultura Viva. É fundamental que a gente consiga construir em conjunto uma lei que consiga dar suporte e estrutura para esses pequenos precários que estão transformando escassez em potência.

Outra questão fundamental para nós é a democratização da mídia no Brasil. Você tem uma grande concentração do investimento público, inclusive, em grandes veículos de comunicação. Você tem uma mídia que concentra recurso, que concentra investimento público, que concentra investimento privado. Então você, em determinado momento, para fazer os enfrentamentos dessa nova lógica de se produzir cultura no Brasil, dessa construção de um novo mundo possível, você tem que estar fazendo o enfrentamento direto com uma grande mídia que, muitas vezes, pauta as Ordens do Dia do Congresso e pauta a Ordem do Dia do Governo Federal. Então a gente ainda não tem um Estado que consegue se desvencilhar do que é a força de pauta que a grande mídia traz e que acaba colocando esses temas na Ordem do Dia de forma criminalizada. Então a gente precisa conseguir superar isso. É fundamental também que a gente consiga dar mais um passo nesse sentido e que a gente, por um lado, consiga ter uma pressão muito grande para aprovação do marco civil da internet e, por outro lado, que a gente visualizar o processo de democratização da comunicação no Brasil como prioridade. O senhor vem do Amapá e eu venho de Cuiabá, e a gente sabe a dificuldade de se pensar a banda larga no Amapá. Então, você tem uma concentração também dessa banda larga em alguns lugares e você não consegue distribuir isso para o Brasil inteiro.

Vou concluir para a gente falar mais depois. A nossa experiência nada mais é do que um serviço de utilidade pública que veio construindo soluções para problemas que vinham aparecendo tempo inteiro para esses precários. E a gente foi, além de construindo soluções autônomas, estabelecendo diálogos diretos com o Estado, para que esse Estado transformasse essas soluções em políticas públicas. Então a partir do momento que esse Estado não consegue estar preparado para dialogar com essas novas tecnologias e transformar essas tecnologias em políticas públicas, a gente constantemente vai estar em apuros. É fundamental que o Estado esteja presente? Sim, é fundamental que o Estado esteja presente. Hoje investimento público na cultura no Brasil é pífio, está muito aquém do mínimo satisfatório. Avançamos bastante nesses dez anos, mas a gente está muito longe de conseguir ter um investimento mínimo nessa história. Então, quando a gente articula um grande movimento social das culturas é para a gente fazer esse enfrentamento. Você tem uma Funarte, por exemplo, que ela não consegue distribuir recurso na ponta, que ela não consegue acelerar os movimentos de cultura no Brasil, e você tem o Ministério da Cultura que depois de dois anos da Ana de Holanda, ainda está caminhando a passos lentos para conseguir estabelecer o diálogo com esses movimentos. Aí, os sistemas e os mecanismos de investimento também estão muito longe também de conseguir contemplar o conjunto dessa adversidade. Por um lado você tem uma Lei Rouanet que só funciona no eixo Rio/São Paulo, alguma coisinha em Belo Horizonte, alguma coisinha em Porto Alegre, alguma coisinha em Pernambuco, mas não funciona mais em nenhum lugar do Brasil. E, por outro lado, quando você estabelece uma política de prêmio, esse prêmio é diretamente criminalizado pelo Tribunal de Contas, que não aceita que o recurso caia direto na ponta. Então, você tem que tentar fazer convênio ou termo de parceria. Mas se você faz convênio, o CNPJ desses movimentos não está preparado para essa relação, que você vai colocar um milhão de reais no ponto de cultura ele explode, você colocou cem mil ele já não consegue prestar contas muitas vezes pela forma com que ele é criminalizado, você coloca um milhão ele explode. Aí você tenta estabelecer uma interface com a universidade, mas aí você criminaliza também as emendas parlamentares que não podem mais chegar na ponta, e elas não conseguem chegar nesses movimentos todos. Então elas tem que chegar à universidade para a universidade conseguir distribuir. Mas o próprio Estado não consegue criar políticas de intersecção com a universidade. O Ministério da Cultura tem dificuldade com isso, o Ministério da Ciência e Tecnologia tem dificuldade com isso, o Ministério da Educação tem dificuldade com isso. Então a gente fica, muitas vezes, criando tecnologias sociais, que são referências do mundo inteiro, e a gente não consegue ter um Estado, que é paquidêmico e lento, preparado para acompanhar a velocidade da construção desses movimentos.

Então, boa parte das tecnologias sociais que têm sido criadas no Brasil, que hoje é uma embaixada global de um novo mundo possível, que é um centro de um grande debate na América Latina são criminalizadas na fonte. Então tem que continuar desenvolvendo ações para transformar a precariedade em potência sem conseguir ter um Estado ligado a uma lógica de governo popular que consiga compreender essa complexidade e dar suporte para tudo isso. Então a nossa experiência é só um pretexto para falar de coisas muito mais importantes, que é a necessidade da gente conseguir ampliar o diálogo dessa Comissão com os movimentos sociais,

da gente ampliar a relação do Senado com os movimentos sociais, da gente ampliar a relação da Câmara com os movimentos sociais e com a pressão dessa relação conseguir, de fato, mudar e muito a forma com que as políticas públicas de investimentos à cultura e à comunicação têm sido feitas no Brasil.

Então a gente se coloca à disposição aqui. Temos visto o trabalho de vários Senadores e de vários Deputados para conseguirem estabelecer essa intersecção para a gente crescer em conjunto, mas a gente sabe, nas nossas conversas Senador, que a gente está muito aquém desse mínimo necessário para avançar.

Então... Muito obrigado.

Valeu. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado Pablo. Sigamos então.

Claudio, nós o ouvimos. Vinte minutos para você.

O SR. CLAUDIO PRADO – Boa tarde!

Muito obrigado pela oportunidade de falar no Senado, ontem estivemos na Câmara. Curioso: ontem, na Câmara, me anunciaram como Ativista Digital, hoje me botaram como Teórico desse ativismo.

Eu celebro nesta reunião aqui uma coisa que semeamos no MinC na época do Gil e do Juca, quando, lá dentro do MinC, plantamos a ideia da Cultura Digital, especificamente falando que era importante borrar as fronteiras entre governo e sociedade civil, entre o Poder Público e a sociedade civil, construindo territórios comuns a uma compreensão da fronteira para o avanço. Sabíamos, lá no MinC, que era impossível avançar nesse conceito de Cultura Digital em 2003. Só lembrando, rapidamente, não tinha Youtube, não tinha Google, imagina... *Streaming* era uma hipótese teórica. Nós falamos de uma coisa que em 10 anos se tornou quase que ridiculamente ridícula o que se avançou nesses dez anos. Mas sabíamos muito bem, lá, que era impossível avançar para essas questões, entender essas questões da Cultura Digital, que são questões políticas e culturais essencialmente, não tem nada haver com tecnologia, ou seja, tem haver com tecnologia, mas não é um problema técnico que tem que ser discutido entre técnicos, tem que se discutidos politicamente e culturalmente: a revolução do avanço da possibilidade de horizontalizar relações, em última instância é isso. Em última instância, o mês de junho nasce porque é possível começar a se pensar em horizontalidade finalmente numa escala onde a Cultura Digital já atua na mão de todo mundo.

Diz o Mário Lúcio, Ministro de Cabo Verde, que a revolução digital é a revolução dos polegares das pessoas que ficam clicando, é a revolução da escrita com dois dedos, dessa possibilidade do que está sendo falado aqui está sendo visto em todos os lugares, está sendo construído de forma conjunta.

Mas, naquela época, isso era uma coisa utópica, muito distante da realidade, e sabíamos muito bem que era preciso e conseguimos fazer essa borração de fronteiras entre o governo e a sociedade civil. Realmente foi uma coisa que confundiu muita gente. Muitos dos anarquistas que vieram trabalhar com a gente no Ministério da Cultura depois ficaram “putos”, porque tinham sido convencidos a entrar para o governo. Foi uma coisa que construiu pontes muito interessantes. Eu celebro nesta reunião aqui essa ponte. Ver todo mundo aqui desse jeito é uma coisa que era um desejo nosso interrompido no campo da cultura pela Dona Ana como o Capilé já falou. Mas, de qualquer forma, vejo, nesse momento, a possibilidade de começar se reconstruir isso no momento onde o Fora do Eixo está no Congresso, ontem na Câmara e hoje no Senado, discutindo essas questões, integrando essas duas entidades muito importantes. E o Fora do Eixo representado aqui também pelo Movimento Social da Cultura que transcende o Fora do Eixo.

Eu vejo isso muito: o século XXI não é uma sequência natural do século XX, nem da lógica do século XX. No século XX o caos era uma coisa não desejada, era uma confusão. Hoje nós vivemos o estado natural do caos: tudo junto ao mesmo tempo agora. A vida em tempo real. Essa nova condição é exatamente a celebração do caos – junho é o caos na rua –. Quem olha para isso pelo olhar do século XX olha a confusão – vê baderneiros, vê mascado como bandido – sem prestar atenção em nada.

Outro dia, o Targino postou uma coisa: duas garrafas de pinho sol, para um cara que foi preso no meio das manifestações, deu-lhe uma sentença de cinco anos. Porque, claro, o cara que tinha duas garrafas de alguma coisa no meio marcha, negro, cabeludo e, obviamente, aquilo lá era uma bomba qualquer. Os 500 quilos de cocaína não têm nada a ver com o dono do helicóptero, nem o dono da fazenda, nem nada. É um mero acidente de percurso. (*Palmas.*)

Quem olha para o caos desse jeito, olha desse jeito. Quem olha para o caos de forma construtiva é exatamente, na minha visão, o que faz o Fora do Eixo, vive no caos, conseguiu entender que mudar o mundo não era pelo caminho da grana. Sai do eixo da grana, sai fora da ideia de que grana, de que o dinheiro, que a economia é o pilar de sustentação de um movimento e parte para uma atitude que se resolve no caixa coletivo de uma forma extremamente avançada em tudo aquilo que nós, *hippies*, sonhávamos nos anos 60, que era um mundo alternativo, saindo fora dessa lógica capitalista de fato e não teoricamente.

O Fora do Eixo é justamente, para mim, isso: essa condição de olhar. E quem olha de uma forma antiga para o Fora do Eixo, na forma do século XX, olha para alguma coisa errada. Não é possível fazer tanto sem grana, porque não é para quem olha de lá para cá. Para quem olha daqui para lá é a coisa mais natural do mundo. Vive-se de tesão; o tesão proporciona a condição da articulação, da possibilidade de, realmente, se sentir no coração e na alma a vontade e a condição real de mudar o mundo em si e naquilo que está a seu redor. Isso é a celebração. Poder dizer isso aqui dentro, poder sentir, vivenciar isso aqui dentro, embora gostaríamos todos que tivessem mais Senadores aqui, mas poder dizer isso aqui é uma coisa extraordinariamente interessante e muito boa.

Para mim, a definição do Fora do Eixo é um coletivo que se expande, que se fortalece na vontade e na condição efetiva de enxergar caminhos reais para a mudança do Planeta e do mundo naquilo que está no nosso entorno.

Esta condição utópica que o Fora do Eixo persegue, sabendo lidar com o caos desta fora interessante, os torna praticamente muito viáveis. O que o Fora do Eixo fez na música, nos circuitos, nos festivais, na condição que existe hoje nos bastidores da música brasileira é muito mais do que a Funarte fez pela música nos seus sei lá quantos anos de existência. Não existe... Houve momentos em que a Funarte fez eventos interessantes. O Seis e Meia foi um projeto antigo – talvez ninguém se lembre disso –, mas foi um projeto extremamente importante. Houve eventos interessantes que a Funarte fez, mas ela não desencadeou nenhum processo que mudasse a realidade da música brasileira e dos músicos brasileiros. Não estou dizendo nem em relação à música digital. Não estou falando nem nada. Estou falando da música como um todo. E o Fora do Eixo nos últimos 10 anos revolucionou a música brasileira da forma mais inacreditável que se pode imaginar. Hoje existem centenas de cidades, onde existem locais de tocar música, semeados de dentro para fora, a grande maioria sem nenhum tipo de apoio de lugar nenhum, nem de Governo, nem locais, nem da União ou do Estado, criando condições de bandas poderem existir, poderem sair tocando nos lugares e condição das pessoas, em cidades pequenas, em cidades onde não existe nenhuma possibilidade de se ver coisas, começarem ver coisas interessantes.

Além dos festivais, que são – quantos hoje? – 130 pelo Brasil, e eu já estive em dezenas desses, são extraordinários. Todos os festivais são acompanhados de discussão filosófica sobre a realidade, sobre a música, sobre diversidade, sobre tudo que se pode imaginar, em uma coisa que irriga, que traz o conceito, e aí quero de novo festejar a ideia de uma comissão de educação e cultura. A educação e a cultura estão absolutamente dentro de todos esses festivais. É um processo educativo extraordinariamente interessante que tangencia, na verdade, uma coisa que as escolas deveriam aprender. A ideia de uma escola curricular absolutamente está em descompasso total com esse mundo caótico. Ninguém mais aprende a ler e escrever na escola. Acabou isso. O pessoal aprende a ler e escrever se estiver conectado. Quem tem crianças de três, quatro anos conectadas, que ficam lá brincando, sabem muito bem que se aprende a ler e a escrever na internet. Acabou. Não tem mais teoria de alfabetização. Esse negócio é antigo, não é Professora?

Eu me lembro que lá atrás tinha um monte de teorias. Eu estudei pedagogia um pedaço da minha vida. Eu pulei fora de todas as universidades em que eu entrei porque achei que não era o que eu queria. Mas uma das coisas que eu sempre quis era estudar pedagogia. Eu me lembro de que tinha um monte de teorias sobre aprender a ler e escrever. Acabou isso. A molecada não precisa mais disso, a não ser que você tenha problemas; dislexia é outra coisa. Mesmo assim, os dislexos, na internet se entendem muito bem, porque a internet tem voz andando.

Então, eu digo que nós temos, no exemplo do Fora do Eixo, uma semente, uma pílula de como é possível começar a pensar no século XXI em escala, porque não é mais uma experiência isolada; é em escala, e, nesse sentido, acho que é fundamental que os governos, o Senado e as Casas Legislativas, os governos locais, os governos centrais prestem atenção e sinergizem a possibilidade de nesta borração de fronteiras que está existindo nesse momento se possa avançar na velocidade das mudanças que o século XXI requer.

É isso aí.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Valeu, Claudio.

Ivana, a ouvimos.

A SRª IVANA BENTES – Boa tarde a todos!

Estamos começando um movimento de ocupar o Congresso, que eu acho decisivo, porque acredito que todos se perguntam o que fazer depois que fomos para as ruas. Existe todo um discurso de horror à política, de horror ao Parlamento, de horror à política instituída, que só serve à direita. Digamos assim, é claro que Júnior nos mostrou que existe, sim, uma crise de representação na velha política, mas, ao mesmo tempo, a quem interessa que nós nos afastemos desta Casa, que é o lugar por onde passam os poderes, o dinheiro e as decisões sobre as nossas próprias vidas? Então, acho que não interessa, absolutamente, a ninguém ficarmos longe do

Congresso. Acho que mais reuniões como esta e mais questões como as que estão sendo trazidas hoje – uma discussão sobre os movimentos culturais e sociais, sobre políticas públicas para esse novo mundo – são decisivas.

Efetivamente, eu queria começar por junho, porque eu acho que ali nós vimos um momento muito intenso, no Brasil, de colisão de mundos e de crise, que já estavam sendo gestadas nesses laboratórios entre os quais o Fora do Eixo faz parte: Agências de Rede para Juventude, o Crescer e Viver, os pontos de cultura que estão, efetivamente, experimentando e gestando uma outra forma de estar no mundo, uma outra forma de tempo e de espaço e que, me parece, absolutamente, decisiva.

Nós estamos em um momento, como diz o antropólogo Eduardo Viveiro de Castro, talvez o Planeta não sustente, não esteja de pé quando a revolução chegar. A revolução vai chegar tarde demais para um Planeta exaurido, para um Planeta, enfim, onde as discussões do meio ambiente, onde a privatização da vida, onde a financeirização da vida já vai ter destruído povos, línguas, cultura e terra. Acho que nós estamos, efetivamente, nesse momento, tentando, talvez, fazer com que as mudanças sejam mais rápidas do que esse impulso de destruição.

Junho foi muito pedagógico para o Brasil, para nós todos, porque nós vimos que, digamos assim, o medo das forças conservadoras e da direita dessas mudanças e, ao mesmo tempo também, uma profunda incapacidade do que nós consideramos o campo progressivo da esquerda de entender o que estava acontecendo. É muito curioso, a direita olhou para as ruas e para junho como um lugar da ameaça, dos vândalos, dos baderneiros, praticamente do terrorismo, com forças policiais que, efetivamente, usaram todo tipo de arbítrio para reprimir essas manifestações, e a gente viu a esquerda com medo de um golpe de Estado. Todos os meus amigos com mais de 50 anos diziam e ficaram histéricos quando começaram as manifestações porque haveria golpe... Opa, desculpe, menos o Claudio. (*Risos.*) É que haveria um golpe no Brasil. E eu me perguntava: Mas quem vai dar um golpe no Brasil? A Globo? A FIFA? A Nestlé? Qual é essa entidade? A Petrobras? Sei lá. Qual é a empresa? Quem tem força no Brasil para dar um golpe de Estado? Quando justamente não se precisa mais desse tipo de golpe, porque a questão da produção da subjetividade da opinião pública se dá pela mídia, pelo Estado mídia, se dá pela representação e pela concentração dos meios de comunicação.

Então, um dos efeitos mais interessantes e definitivos em relação a essa percepção foi essa capacidade da própria sociedade e dos movimentos produzirem esse contradiscurso, produzirem essa outra narrativa, disputar o sentido das manifestações, disputar o sentido da violência com, aí sim, com a Globo, com as corporações, com os discursos de direita. E apontarem para essa colisão de mundos. O que nós vimos ali foram mundos em colisão. Nesse sentido, volto à questão do Fora do Eixo porque eu acho que o Fora do Eixo, efetivamente, é um laboratório dessas experiências radical. Primeiro, acho que ele aponta – não vou dizer que soluciona, mas aponta – para a possibilidade de você sair do impasse mais expressivo, acho que do Brasil contemporâneo, que é transformar essa precariedade em autonomia.

A gente está hoje em uma crise do capitalismo fordista, onde os jovens brasileiros não vão ter carteira assinada; a crise do pleno emprego; a seguridade, os jovens brasileiros são precários e a precariedade tem tanto o seu lado de assujeitamento, que é perda, sim, de seguridade, perda de direitos, mas, ao mesmo tempo, de autonomia e de liberdade. Então, o Estado brasileiro não sabe o que fazer com o precário, com o camelô, com o jovem da periferia, que está inventando o próprio emprego, que está inventando a própria vida, está inventando uma maneira de estar no mundo no momento em que vida e trabalho são a mesma coisa.

Então, nós estamos, neste momento, onde? Uma rede de mais de mil jovens, dois mil jovens, do interior todo do Brasil se articula e consegue se tornar sustentável, ou seja, e com pouquíssimo dinheiro, apontando para essas experiências de desmonetização da vida, desmonetização das relações pessoais e desse lugar onde você não precisa de patrão, você não precisa de uma relação de patrão e empregado, que é uma tristeza, para ter direitos. Imagina, para eu ter direitos eu tenho que ter um patrão? Essa é uma ideia da esquerda tradicional mais conservadora, a meu ver. Ou seja, para você ter direitos tem que estar empregado. Para você ter direitos, você tem que ter um patrão. Para você ter direitos, você tem que estar dentro de uma universidade formal. Para você ter algum tipo de direito e transitar, você tem que estar dentro de uma instituição do Estado. Quando a gente viu que, efetivamente, essa experiência pós-mídias digitais quando você tem uma nuvem de conhecimento no mundo onde, obviamente, a gente precisa pensar quais vão ser essas políticas públicas para transformar essa precariedade em autonomia é que estão em questão.

Então, o Estado brasileiro – e a gente está no momento em que o Brasil aparece no *ranking* da economia lá em cima, mas, lá embaixo, em termos de direitos, em termos de autonomia e de liberdade – que é, efetivamente, o resultado dessa crise do capitalismo fordista, do capitalismo do pleno emprego, do capitalismo das fábricas de automóveis, do capitalismo insustentável, o que esses grupos, essas agências, redes e coletivos estão fazendo é, efetivamente, inventar e laborar essa outra experiência de estar no mundo.

Enfim, fico muito feliz porque o Senado, a Câmara, o Congresso brasileiro e a política brasileira têm que parar. E o Estado brasileiro, a universidade brasileira têm que parar para olhar para esses laboratórios de mundo. Porque a solução, como eu digo, vai vir de nós para nós. A solução está sendo inventada pelos jovens na periferia, com *hip hop*, com *funk*, com os coletivos, com os projetos como os da Agência de Redes para a Juventude, onde os garotos inventam o seu trabalho. Ou seja, eles inventam a sua vida. E aí a gente chega à radicalidade. O que a gente precisa, hoje, não é de pleno emprego para os jovens, empregos fordistas, trabalho morto, uma quantidade enorme de trabalhos automatizados, trabalho morto em uma sociedade fortemente automatizada. Por que tanto trabalho morto, repetitivo, reprodutivo?

Ou seja, a gente precisa, efetivamente, de políticas públicas que financiem os processos, que financiem a própria vida. Como dizem os autonomistas, de um salário para existir. Nós precisamos de um salário de renda mínima, que é uma das propostas do Senador Suplicy, para existir. Ou seja, ter a base de trabalho é possível, sustentável e, a partir daí... O *workaholic*, que você trabalha demais, muito, ou seja, você modula a velocidade da sua produção.

Mas eu acho que o que o Fora do Eixo faz quando cria essa experiência do caixa coletivo, uma experiência absolutamente radical, onde os meninos não têm nem salário nem renda, mas eles têm um ambiente cognitivo, afetivo, que é radical em termos de uma possibilidade de uma mudança máxima, que é o tempo livre para você se dedicar à experiência de criação e de vida.

E aí é a coisa mais perigosa do mundo, é o tempo disponível para você gerir e criar sua própria vida. É isso que o capitalismo nos furta, ele tira o nosso tempo, com o trabalho morto, com burocracia, com tudo o que nos envolve, nos tira efetivamente dessa própria produção da vida. Por isso que é radical, por isso tantas coisas interessantes vão sendo produzidas por esses coletivos. Por isso que eles têm inventado a maneira da sua própria sobrevivência. Só que isso tem que virar política pública, porque, como está, e aí o Pablo trouxe uma questão decisiva, o dinheiro que circula no Estado não sai do Estado.

Eu sou Diretora da Escola de Comunicação, recebemos emendas parlamentares e temos uma extrema dificuldade para fazer esse dinheiro chegar à ponta, para pagar o garoto lá da Agência Solano Trindade, o ativista, o menino da Agência de Redes para a Juventude. O dinheiro não sai, porque tem burocracia, tem documento, tem suspeição de toda espécie, tem licitações, onde quem ganha as licitações são os profissionais das licitações. A gente abre licitação para rede, para coletivo, aparece assessoria da Cemig, e ali, com toda a documentação, com contador, ou seja, tem alguma coisa de profundamente errado. Essa política, essa economia, esse Estado, o sistema, a Lei nº 8.666 não serve para fazer com que essa outra experiência de, enfim, economia, economia da vida, essa economia do comum, floresça. Ela foi feita para criar concentração e reprodução de renda e financeirização da vida dentro de um pequeno grupo social. Mesmo com muito esforço, a gente não consegue redistribuir essa renda. Daí, claro, um projeto como o Bolsa Família foi decisivo, apesar de ser muito pequeno e muito barato.

A proposta – que eu acho que o Faustino vai falar – é o Bolsa Jovem, ou seja, que é quando esse dinheiro chega nessa ponta, a economia floresce. É incrível como com quão pouco você faz uma revolução, uma transformação radical dentro da sociedade brasileira. Imagina se a gente fosse pensar isso, essa universalização, para os pontos de cultura. Ou seja, quem é ponto de cultura no Brasil? Todo mundo produz cultura. Ou seja, a ideia que foi lançada na conferência de cultura da autodeclaração dos pontos de cultura é radical e decisiva, ou seja, você se autodeclara um ponto de cultura no seu Estado. Não precisa cancelar. Quem produz cultura, produz. É de notório conhecimento. A autodeclaração de um ponto de cultura é decisiva. Autodeclaração para que ele possa disputar as verbas para a cultura de maneira diferenciada da indústria cultural.

O Lobão está ficando cada vez pior, mas ele disse uma frase, no Roda Viva, engraçada: “Não, porque a indústria da cultura, no Brasil, e da música ia muito bem, até o Capilé e o Fora do Eixo vir e destruir tudo.” Eu falei: “Uaaau!” Aí eu falei: “É? Mas por quê?” Ele percebe claramente que você fazer, fazer muito, fazer de forma desmonetizada, ou seja, a produção cultural sem superfaturamento, a produção cultural sem os supercachês, a produção cultural sem os intermediários, sem a editora, sem o distribuidor. Eu estava conversando com a editora da revista *Select*. Ela falou: “Ivana, simplesmente, 80% da grana que a gente consegue vai para o distribuidor.” Ou seja, quem ganha na produção cultural do Brasil são os mediadores. Quer dizer, tudo bem que estão em crise porque a digitalização fez com que o que era raridade e caro se tornasse abundante. E aí a garotada deu o troco: “Nós não vamos pagar nada; vamos copiar, xerocar, redistribuir, nós vamos fazer circular da forma livre a produção do conhecimento.”, que veio do comum e que vai ter que voltar para o comum. Então, não tem jeito. Se o Estado financia uma peça, um filme, ele tem que voltar para o resto da sociedade de forma ou gratuita ou muito barata.

Então, de novo, é uma economia que chegou no auge da sua crise, enfim, todos esses intermediários. E aí a indústria da cultura, a indústria da música, a própria universidade é um lugar de mediação, porque nós

somos os certificadores dos saberes, emitimos diplomas, é um campo de concentração de valor enorme. Ou seja, a gente precisa pensar.

A Universidade Fora do Eixo foi inspiradora da Universidade das Culturas, que é um projeto justamente de mapeamento das experiências de formação livre, porque eles sistematizam o banco, eles sistematizam as suas experiências de formação, imersão, vivências, uma série de experiências de formação que não estão dentro da universidade, não estão dentro da escola, não são fordistas, mas têm um enorme potencial nessa nuvem aí da cultura digital, para se tornarem políticas públicas.

Então, a gente tem que apresentar no MinC e no MEC, nos ministérios e no Congresso essas experiências, que têm que ser conhecidas, porque elas podem ser, sim, multiplicadas, massificadas e se tornarem efetivamente política pública.

Então, eu acho que a gente está neste momento de percepção desses pequenos laboratórios como efetivamente lugares detonadores dessas experiências do comum.

E, aqui, eu acho que a gente poderia dizer tranquilamente, o Fora do Eixo e outros coletivos são as empresas do comum, ou seja, produzem de forma colaborativa, retornam para a sociedade, de forma aberta e transparente, as tecnologias que inventam. Ou seja, trabalham para um bem comum.

Eu acho que a gente tem que pensar o que são essas empresas, organizações ou coletivos do comum, que instituições novas podem aparecer em torno dessa produção da vida e do comum. Porque, efetivamente, as instituições que nós temos agora podem ser as mediadoras entre esses mundos em colisões, mas elas não vão dar conta, com a sua estrutura morosa, burocratizada, fechada, não transparente, de fazer circular nem conhecimento, nem dinheiro, nem experiência, nem saber. Enfim, são empresas de concentração de capital, de conhecimento e de grana, não é? Então, eu acho que é disso que se trata quando a gente está fazendo aqui essa experiência do Fora do Eixo.

Senador, por favor, me avise quando acabar o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Irei avisá-la.

A SRª IVANA BENTES – E, aí, eu acho que a gente está falando efetivamente disso.

Eu queria voltar, falar um pouquinho mais da Mídia Ninja, porque efetivamente eu acho que foi um momento extraordinário dessa experiência, dessa produção do comum. Mas só foi possível – porque aí eu queria trazer uma questão que eu acho decisiva –, porque ela tinha como base uma rede como o Fora do Eixo. Não dá para a gente achar que é pelo “espontaneísmo”, também sem financiamento e simplesmente no desejo e na vontade que essas experiências vão se sustentar. A gente precisa efetivamente sistematizá-las e aprimorá-las, porque a Mídia Ninja conseguiu uma rede de colaboradores no Brasil inteiro, porque tinha como base uma força de trabalho disponível 24 horas do Fora do Eixo, que já é sustentável.

Mas enfim, como seriam essas políticas públicas, Senador, — a gente fez o fórum de mídia livre, o fizemos no Rio de Janeiro e em Vitória – desses pontos de mídia livre, dessa produção das mídias livres, essa produção do midiativismo? Porque não dá, quer dizer, hoje o Estado financia as corporações que destroem e que criticam as melhores políticas do próprio Estado. Ou seja, o Estado financia, enfim, as corporações de mídia que o detonam ou que lutam para a sua destruição ou para o seu apequenamento. Então, o Governo, hoje, financia a *Veja*, a *Globo*, ou seja, a gente precisa pensar em democratização dessas verbas publicitárias para as novas experiências de midiativismo, para os coletivos, para os pequenos veículos, as rádios comunitárias, ou seja, isso está na mão do Estado. Claro, nós temos *lobbies* poderosíssimos dentro do próprio Congresso, que impedem, enfim, essa democratização, mas são demandas assim históricas já desse movimento midiativista e midiativista, que têm pelo menos já dez anos.

Então, para a gente, até de uma maneira, assim, bastante concreta pensar, hoje, no Brasil, circulam algumas leis e projetos que são decisivos para que essa passagem do mundo capitalista, fordista, corporativo, predatório, para esse outro mundo aconteça. Reforma da Lei dos Direitos Autorais, porque o *copyright*, tal como está aí, só favorece aos mediadores. Nenhum autor consegue, eu acho, fora... Enfim, o Paulo Coelho, que é a “Xuxa” da literatura, mais uns dois ou três, conseguem sobreviver de direito autoral. E o Paulo Coelho ainda é um cara bacana, que libera, ele já arrecadou tanto, que ele já libera alguns dos seus livros na internet. A reforma da Lei do Direito Autoral, o Marco Civil da Internet, porque efetivamente também essas novas práticas sociais da juventude foram criminalizadas, o compartilhamento de música, o compartilhamento de textos, os professores, na universidade, que usam cópia, xerox, a universidade é feita de estudante, professor, xerox e cópia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVANA BENTES – ... têm que ser levadas adiante.

A Lei da Cultura Viva, e aqui eu faço uma leitura, assim, para acabar, rapidamente, do ponto que o Marcelo chamou a atenção, que ele pede para a Presidente Ana Rita que solicite, em regime de urgência, o PLC

nº 90/2013, a Lei Cultura Viva, que se encontra na CCJC, do Senado, e que foi eleita duas vezes prioridade na Conferência Nacional de Cultura. Ou seja, isso é decisivo. (*Palmas.*)

Na verdade, a experiência dos pontos de cultura é um embrião de várias dessas experiências que os coletivos e as redes estão fazendo.

Então, eu acabo por aqui, mas dizendo que eu acho que a gente tem que fazer – 2014 está aí – que organizar e efetivamente fazer ocupar o Congresso. Eu espero que esta seja a primeira de muitas.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Ivana.

Marcos, terminamos com você.

O SR. MARCOS FAUSTINI – Alô? Tem que ver se está funcionando, porque, às vezes, o Senado tem dificuldade de escutar, não é? Então, tem que saber se está funcionando, com honrosas exceções.

Primeiro agradecer o convite para estar aqui. Agradecer ao Pablo, compartilhando deste momento tão importante, mais uma vez, da Fora do Eixo, parceiro antigo da Agência de Redes para a Juventude; Ivana, uma grande parceira, Cláudio também. É bonito ver isso tudo, acompanhar esses anos e essa parceria. E também parabenizar o Senador Randolfe pela iniciativa, a postura que vem tomando nesta Casa, diante dos movimentos.

Tem um valor muito importante esta audiência, pela criminalização, em particular desse movimento, do momento que a gente está vivendo, na abertura de diálogo. Então, parabéns! E por me aceitar também na Mesa, de última hora. É uma dinâmica própria para a gente, porque a gente sabe que os rituais, às vezes, da Casa, não está acostumado.

Eu queria, então, dizer, para tentar contribuir com o debate, meus colegas de Mesa que já falaram muita coisa que alimenta o nosso debate. Primeiro, eu acho que muitas audiências como essa vão precisar ser feitas para se entender o que aconteceu em junho e o que está acontecendo no Brasil. Uma só não é suficiente, porque não se trata de síntese esse movimento, esses acontecimentos. Trata-se de uma diversidade de atores sociais que entraram em ação neste País, querendo participação. Sobretudo, as bandeiras de junho são bandeiras de pedido de participação.

Nós queremos tomar decisões de para aonde vai o bolo. Você tem uma concentração de pessoas, de elites, de grupos econômicos, que decidem para onde vão as coisas, e nos últimos dez anos, no Brasil, você tem aí uma potência que foi disparada por diversas razões, por políticas públicas de um lado, e por uma geração que busca o seu lugar de significação na história, e essa potência vem sendo controlada. Há uma tentativa de controle disso.

Então, parece-me que quando a gente vê milhares de cartazes nas manifestações de junho, cada um com o seu, para mim, aquilo ali é a prova de que há uma customização da participação. É tanta vontade de participação, que eu quero ter o meu cartaz próprio; é tanta vontade de participação, que eu quero levar a minha pauta. Não é uma pauta difusa. “Ah, esse movimento não sabe o que quer. Ah, esse movimento revive a UDN, com palavras pelo meu Brasil generalista.” Não. Esse movimento pega repertórios que já existiam, entraram atores que não são orgânicos da política cotidiana como a gente conhece dos movimentos sociais, e entraram atores também das favelas, que é uma grande novidade de junho, as favelas na rua. Não havia só gente de classe média, você tinha uma mistura importante, movimentos de periferia, e todos querendo customizar a sua participação.

O que eu mais gostei, claro, não foram pelos R\$0,20, foi por Atena, porque eu gosto dos Cavaleiros do Zodíaco, foi criado nessa época. Então, eu percebi no rapaz ali, levantando inclusive a sua referência formativa da indústria cultural, como a Ivana adora, pega a indústria cultural e a ressignifica para uma participação política. Se fosse um jovem de classe média, a gentealaria, se fosse o Hélio Oiticica, que era arte contemporânea. Como é um jovem que vem de origem popular, a gente diz que é uma alienação. E aqui é que está a disputa deste momento do País. Quem tenta dizer o que é esse tipo de coisa que está acontecendo, o intelectual que diz quem é revolucionário e quem não é neste momento, quem diz que isso é vandalismo ou diz que é caos ou é ordem é quem está querendo controlar essa potência que apareceu no País, e que é uma potência que pode renovar esse campo da radicalização da democracia do País, que é o que a gente precisa. Eu gostaria de ver isso na minha geração: a possibilidade de radicalizar a democracia.

Então, parece-me que mais audiências como esta serão necessárias para a diversidade que foi colocada. E isso é muito bom. É muito bom, porque a gente não pode achar que a audiência é síntese de um assunto. E o que vem se praticando hoje no Brasil, no campo do Poder Público, é uma audiência como síntese. Você pega meia dúzia de pessoas que falam ou que representam, e depois a gente não tem continuidade. Se a gente tem um modelo de assembleia permanente, a gente tem que ter um modelo de audiência permanente, com participação popular na decisão de para onde vão as coisas.

Então, acho que essa é a primeira coisa que eu acho que a gente pode colocar aqui, para dar um indicativo do caminho da relação com esta Casa. Mais audiências para trazer essa participação da diversidade dos atores que estavam colocados.

Me parece, então, que a criminalização da Mídia Ninja é sintomática, e da própria Fora do Eixo, porque esses dois movimentos, assim, são o lado mais brilhante do que está acontecendo de potência na juventude neste País, na juventude de periferia. É brilhante pela sua capacidade de articulação nacional. O que a Fora do Eixo faz, vários grupos de periferia estão fazendo, vários coletivos de arte, de movimento de juventude, de cineclube, estão fazendo nos territórios, de circo, ONGs, porque o cineclube é uma ONG sem CNPJ, mas tem o mesmo propósito, a mesma missão. É importante a gente não descriminalizar as ONGs, que elas foram decisivas inclusive no campo da cultura. Durante um determinado momento, ali nos anos 80 – e eu fui um jovem pobre, urbano –, a gente chegou para disputar o campo cultural, quando o campo cultural só tinha figurões da elite como produtores. As ONGs colocam como protagonistas jovens de grupos de teatro amador para dirigirem seus próprios espetáculos, para poderem criar as suas próprias representações. Isso foi decisivo para a cena que a gente tem hoje. É por conta desse momento dos anos 80 e 90, de algumas Organizações Não Governamentais dentro das periferias, que a gente tem hoje uma série de protagonistas que vêm das periferias se organizando. E também há esse novo momento dessa juventude mais plural participando.

Então, criminalizar a Mídia Ninja, com todas essas categorizações que a gente escutou aqui, é criminalizar todo o movimento que aconteceu, porque é o lado mais brilhante. Então, é sintomático que se vá criminalizar esses dois movimentos. E foi por isso que a gente reagiu imediatamente contra essa criminalização.

Nesse sentido, é importante dizer que a juventude deste País é uma juventude muito boa. É uma juventude que atende todos os chamados da sociedade. Os partidos vão à juventude, e a juventude aprende a falar a linguagem dos partidos e faz movimento estudantil, vai para os movimentos sociais. O consumo chama a juventude, e ela ressignifica esse consumo em comportamento, em roupa, em moda. O mercado da indústria cultural convoca essa juventude, e ela transforma em marcos geracionais os grandes eventos da indústria cultural: Rock in Rio, festivais, misturando com a sua própria vida. O tráfico convoca essa juventude, dando um significado de visibilidade para ela, e essa juventude atende. O mercado de trabalho convoca essa juventude, e ela acredita no mercado de trabalho. A Igreja convoca essa juventude, e ela também responde sendo uma juventude militante de uma cultura antiga como é a religião. Então, a juventude não está apática neste País. A juventude é generosa com essa sociedade. A juventude responde a todos os estímulos que a sociedade vem dando para ela, seja qual for. Só que a sociedade não dá o retorno para a juventude. Essa é a questão principal que a gente vive neste País.

A juventude é convidada a consumir, a juventude é convidada a fazer o trabalho sujo nos movimentos sociais, resolver questões, inventar metodologias, mas o Estado não garante direitos para essa juventude. O Estado ainda não está preparado. O grande discurso da sociedade é da juventude como um grande valor de vida, e a gente não vê garantias para essa juventude, sobretudo, para a juventude mais pobre. (Palmas.)

Então, acho que a gente tem de não permitir mais esse olhar mediado por uma categoria patológica, que olha a juventude como um problema, sempre, neste País ou como carente, alguém que a gente tem que levar sempre algo pronto para ele.

A juventude já deu provas, na história deste País, de que ela atende a todos esses chamados. Superar essa visão talvez seja uma tarefa subjetiva também, Senador, esse debate de como nós podemos mudar a representação da juventude neste País. Essa representação não dá mais conta dessa juventude que é convocada e atende a esse chamado imediatamente.

Nesse sentido, a cultura também é convocada neste País o tempo inteiro, que é o lugar de entrada dessa juventude. A cultura é convocada para o trabalho dentro da educação. Toda hora se fala: “Ah, vamos botar um grupo de teatro dentro da escola, dentro das comunidades, vamos chamar alguém aqui que canta, que dança.” A cultura é convidada, usando um clichê antigo, como cereja do bolo. Ela o tempo todo... “Chama um poeta aqui para animar a nossa festa.” De uma ação comum a uma grande tentativa de captura, a cultura e a juventude são *commodities* da nossa sociedade. Inventam caminhos, inventam formas de vida, inventam formas de produzir, ressignificam culturas, como é o caso do Crescer e Viver, no Rio de Janeiro, que faz uma resistência na cultura do circo, que foi tão importante para o desenvolvimento da dramaturgia de televisão neste País e que está sem política neste momento. E a cultura é convocada e não tem uma política estruturada nos últimos anos. Nós temos programas, mas o papel do Estado não é ter programa, é ter política. E política se faz com um pacto com a sociedade civil, e não apenas com grandes ideias de determinados grupos que entram num momento ou outro.

Vai ter que haver abertura para participação, não há outro caminho para este País, porque foi ativada neste País uma nova classe média formadora de opinião, que não é só consumidora, que é formadora de opinião,

que está na juventude que está no ProUni. Vêm aí os intelectuais do ProUni, que serão grandes intelectuais deste País. (*Palmas.*) Vêm aí esses intelectuais, que vão formular novas teses e novas hipóteses sobre este País, além do coronelismo, novas formas de pensar este País, e nós precisamos de participação agora, para ajudar a inventar este novo País de direito. Isso não está garantido. É por isso que existiram as ruas, porque está todo mundo querendo participar, porque você tem estímulos, mídias sociais, você tem movimentos, você tem participação corporal, e você só tem controle dessa potência.

No Rio de Janeiro você tem o controle dos bailes *funks*, a maior diversão popular. O *funk* é a maior invenção cultural do Rio de Janeiro e é controlado o tempo inteiro, criminalizado o tempo inteiro, e ao mesmo tempo vira *commodity* para a TV, alimenta a novela, alimenta a moda, alimenta uma parte da indústria musical, e isso não gera direito para quem inventou essa cultura.

É muito fácil o caminho para transformar o caminho das ruas em caminho de potência de desenvolvimento deste País. É só escutar e criar um plano junto para desenvolver. Ninguém quer destruir este País. Nós queremos desenvolver este País, só que diminuindo a desigualdade social. O País diminuiu a desigualdade social? Diminuiu. Mas falta agora a participação política ativa. E a participação política ativa é da sociedade civil coexistindo e dialogando com esta Casa. Parece-me que isso é importante daqui para frente.

E, nesse sentido, a gente não pode viver num País em que jovens negros morrem todo dia. Nós estamos matando uma geração, que é tratada como criminosa. Quando a polícia entra na favela, a quantidade de jovens negros que morrem neste País é um problema cultural dos artistas, dos políticos, é um problema da Constituição deste nosso País. E a gente precisa reverter esse quadro imediatamente, afinal, os negros são fundadores desta nossa cultura também, uma cultura de ritos, uma cultura de participação, e a gente tem que garantir esse direito.

Parece-me que na hora de discutir que País queremos, é muito engraçado, a gente escuta falar muito em inovação: "O País precisa inovar para crescer". E se reconhece que a juventude inova, e se reconhece que a cultura traz inovação, mas, na hora de chamar para discutir, a cultura e a juventude não são convidadas. A chave para superar isso, me parece, é criar ambientes novos de participação para a transformação da sociedade, e o Fora do Eixo é uma das experiências importantes nesse momento e todo mundo que está aqui.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Marcos.

Vamos, então, para a segunda parte desta nossa audiência.

Nos recebemos, por meio do Alô Senado, algumas perguntas – e eu mesmo farei também algumas provocações à Mesa. Portanto, depois dessas perguntas, e das provocações feitas por mim, passaremos, de novo, a palavra aos nossos conferencistas. Serão dados cinco minutos para as respostas e considerações, porque daqui a pouco, nós também, como eu já havia advertido no começo, teremos a Ordem do Dia, e a audiência não pode se sobrepor à Ordem do Dia, conforme prevê o Regimento da Casa.

Eu queria comunicar que a Ivana nos trouxe uma correta provocação sobre o Projeto de Lei nº 90, de autoria da Deputada Jandira Feghali, que institui a política nacional de cultura viva, destinada a promover a promoção e a difusão da cultura e o acesso aos direitos culturais dos diferentes núcleos comunitários de cultura, e dá outras providências.

O projeto de lei entrou aqui no Senado em outubro último. Temos a informação, da nossa competente assessoria da Comissão de Educação, que esse projeto deu entrada aqui no Senado no último dia 17 de outubro e vai tramitar em três Comissões: Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Assuntos Econômicos e, por fim, aqui na Comissão de Educação Cultura e Esporte; depois, vai a voto no Plenário.

Como eu estou na Comissão de Constituição e Justiça, solicitaremos ao Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, se ainda não houve a distribuição da relatoria – e me parece que não houve –, para que possamos assumir a relatoria desse projeto –(*Palmas.*) – e tentar, com o apoio de vocês. Tem que ser assim: democracia representativa só é avançada se passa a ser participativa, e só é participativa se vocês dela participam e dão esse salto, não é, Marcos, nela. Então, com a participação e envolvimento de vocês, vamos tentar conseguir a designação da relatoria. Tendo a designação da relatoria, apreciá-la e aprová-la na Comissão de Constituição e Justiça, levá-la para a Comissão de Assuntos Econômicos; depois, aprovar aqui, na Educação, e conseguir a aprovação no Plenário.

Mas Pablo sabe que há outras vitórias que já conseguimos aqui. A Comissão Parlamentar de Inquérito que modificou o marco regulatório da gestão coletiva de direito autoral foi uma dessas vitórias, e o projeto de lei que se tornou a Lei nº 12.798, foi uma dessas conquistas nesse sentido, uma vitória não nossa, mas que iniciou, inaugurou com um debate a partir do coletivo Fora do Eixo. Foi só uma de várias outras conquistas que se inauguraram até antes das manifestações de junho, mas que se iniciaram, vindas das ruas, das mobilizações e do debate, em especial, do Fora do Eixo.

Vamos às perguntas e aos questionamentos oriundos, inicialmente, do Alô Senado.

Há uma primeira pergunta aqui, que, na verdade, é uma afirmação, uma provocação aos membros da Mesa feita pelo Antônio Sérgio, de Rio Claro. Ele diz:

Entendo que os meios de comunicação não podem ficar concentrados em cinco ou seis famílias, cujos direitos foram obtidos, inclusive, em apoio aos golpes militares. Por outro lado, não existe liberdade divorciada dos meios econômicos necessários ao seu exercício. Dessa forma, os recursos públicos, na medida em que representam recursos de toda a coletividade, deverão ser distribuídos entre todos agentes econômicos voltados à realização de interesses públicos na área de informação e cultura.

É uma provocação feita pelo Antônio Sérgio, de Rio Claro, aos membros da Mesa.

A outra é do Márcio Carvalho, de Juiz de Fora, Minas. Diz o Márcio:

Os nossos dirigentes e legisladores têm questões mais urgentes com que se preocupar. Deixem que a cultura e o jornalismo se autorregulem. Cultura não pode ser ditada, deve ser espontânea. Por exemplo: o financiamento de determinado tipo de cultura em detrimento de outra é uma intervenção violenta e desigual no processo cultural natural. Quanto mais interferência estatal, mais essas áreas se tornam servas de interesses que não são os da população.

É a provocação de Márcio Carvalho da Silva, que vem de Juiz de Fora, para que os nossos membros da Mesa respondam depois.

Também há uma outra aqui que veio pelo Facebook do Alô Senado, que é da Lali Campos, que critica o Mídia Ninja e a nós por termos tratado o Mídia Ninja como meio de comunicação, como imprensa. Ela diz aqui: "Não me faça rir. O Mídia Ninja não possui ética jornalista, que distorce fatos, que comanda mentiras, etc., etc."

É o que diz a Lali Campos, que não identificou de que lugar do País vem. E diz ainda:

Desde o início, nas redes sociais, a mídia independente instigou a violência e o caos, desacreditando a verdadeira manifestação. Enquanto muitos acreditávamos nas melhorias em nosso País, alguns aproveitavam para fazer a sua politicagem.

É o que diz a Lali Campos Trini, na provocação que vem pelo Facebook e pelo Alô Senado.

Essas foram as que chegaram pelo Alô Senado e que eu coloco para serem respondidas pelos integrantes da Mesa.

Trago duas reflexões para os integrantes da Mesa. Não cheguei a assistir à participação de Torturra e de Pablo no Roda Viva, quer dizer, eu não estava assistindo, mas assisti pelo Twitter, pela transmissão que era feita através do Twitter. E uma das perguntas que foram feitas me parece que foi a seguinte: "Quais as organizações sociais e políticas com que os movimentos, com que o Fora do Eixo, com que o Mídia Ninja dialogavam?"

Acho que essa é uma provocação esclarecedora e achei, inclusive, naquele debate, Pablo, a sua resposta e a do Torturra esclarecedoras. Gostaria de reafirmar essa pergunta aqui para que fosse respondida.

Era importante que Parlamentares de diferentes posições políticas estivessem aqui presentes para provocar vocês e fazer essas instigações. Por isso, por mais provocativas e instigantes que fossem aquelas que vieram pelas redes sociais e pelo Alô Senado, eu fiz questão de fazer porque o objetivo aqui é haver a provocação, vocês serem instigados e responderem a essas provocações para esclarecer.

Quanto mais debate melhor para a verdadeira democracia. Então, essa é uma provocação que faço questão de fazer.

Acho que há uma outra provocação que todos fazem sobre junho. Há muita distorção sobre junho. O Governo apresentou uma versão de junho e a sua resposta de junho. Setores de oposição falaram sobre junho e a sua versão de junho. A mídia falou sobre junho e a sua versão de junho. Por isso é bom que a resposta seja nesses cinco minutos, para que vocês, em um minuto desses cinco, objetivamente falando, me digam diretamente sobre a pauta de junho, sobre o que queria dizer junho, com a legitimidade dos que estavam presentes em junho. Eu acho que vocês têm maior legitimidade. Vocês têm legitimidade. Aliás, um ator só não tem legitimidade para falar sobre junho, porque junho foi de uma pluralidade de atores, então só um não pode falar de junho. Vários têm que falar sobre junho. (*Palmas.*)

Mas, procurando entender, seria importante vocês, rapidamente na resposta, poderem responder duas coisas: o que poderia sintetizar a pauta de junho? Porque há versões distintas. Setores tentam rebaixar a pauta. Alguns setores tentam dizer que a resposta de junho é retirar os investimentos do Estado. Porque, por exemplo, no debate, agora, tem sido colocado, abre aspas: "Reduzir os gastos do Estado." Ou seja, uma das respostas de junho seria reduzir os investimentos do Estado. Seria essa uma das respostas de junho? Eu, pelo menos, acho que não. Mas gostaria de ouvir vocês.

A outra pergunta nesse sentido seria a seguinte para todos: "O que saiu de junho se esgotou? Acabou junho? Se não acabou, quando junho vai voltar?" Essa é a pergunta.

Feitas as provocações, eu quero começar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Perfeito, claro.

Então, vamos deixar o seguinte, até para termos um tempo e não sermos abruptamente interrompidos pela Ordem do Dia. Vamos combinar três intervenções do plenário. Pode ser? É que eu estou preocupado com a Ordem do Dia. Eu quero ouvir as respostas daqui. Quatro intervenções do plenário, está bom? Para podermos ouvir aqui, porque estou preocupado que, com a Ordem do Dia, eu tenha que interromper a reunião. Quatro intervenções do plenário. Vamos lá?

A SRª ANA CLÁUDIA – Pode começar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Pode. Só me diga o nome primeiro, por favor.

A SRª ANA CLÁUDIA – Ana Cláudia; Barra Bonita; Ponto de Cultura, Cinearte.

Primeiro, eu queria falar um pouco sobre a questão da criminalização, na qual o Capilé tocou, porque eu, como Ponto de Cultura, sofri isso na pele durante três anos, começando pela intervenção da prefeitura num cinema popular que a gente restaurou, um espaço que restauramos de cinco mil metros quadrados. Esse espaço, depois, foi lacrado pela prefeitura. Por três anos eu denunciei a prefeitura e a atitude de não dar alvará, não ajudar, não colaborar e não sentir do Estado esse respaldo de ver o que estava acontecendo. Em minha opinião, não basta você dar recursos, dar dinheiro apenas e não instrumentos e colaborar para que esse dinheiro seja bem investido e volte para a sociedade da forma como tem que ser. Não é só dar o dinheiro, mas caminhar junto.

O Fora do Eixo, nessa participação, foi um meio onde eu me senti realmente mais respaldada, não só no Ponto de Cultura, mas senti uma família mesmo, de entender quais as necessidades de cada um desses pontos, articulando Cultura Viva, articulando todo o midiativismo, articulando a Ninja, articulando tudo isso e fazendo, então, essa linguagem chegar a todos.

Bem, sobre a manifestação, eu achei que um papel importantíssimo não só de a Mídia Ninja estar cobrindo coisas que muitas pessoas não gostariam de estar ali cobrindo porque é perigoso. A gente sabe que a polícia, infelizmente, não faz o papel de nos proteger como deveria, e, às vezes, faz até o contrário disso, e falar da necessidade de ter não só uma Mídia Ninja cobrindo, mas todo esse movimento ajudando a Presidência da República, ajudando o País, para que realmente os nossos Congressistas votem aquilo que atenda as necessidades do povo, aquilo que a gente está pedindo.

Quando falam que estamos indo para a rua, estamos quebrando tudo... Se esse foi o jeito que usamos para conseguirmos ser escutados, se esse foi o jeito, então, que seja. Não sou a favor de quebrar coisas públicas, muito pelo contrário. Quando comparamos com o Japão, lá ninguém quebra uma cabine telefônica, porque ela é de todos, compreende-se que é de todos. Mas, a partir do momento em que você percebe, como a Ivana falou, e começa a ficar com medo de um golpe de Estado... Todos disseram isso. Por quê? Porque é um sentimento de que a direita se aproveitou disso dizendo: "Ah, então, eles estão contra o PT ou contra o que está acontecendo." Não é que estejamos contra o que está acontecendo; estamos, sim, nos posicionando e querendo respaldo direto, intervenção pública direta para sermos ouvidos mesmo.

É isso aí.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Vou conceder cinco ao plenário. Com o tempo que há... O tempo da Cláudia está ótimo. O.k.? Peço o cumprimento do tempo da Cláudia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Perfeito, claro.

Então, vamos deixar o seguinte, até para termos um tempo e não sermos abruptamente interrompidos pela Ordem do Dia.

Vamos combinar o seguinte: três intervenções do Plenário. Pode ser? É que eu estou preocupado com a Ordem do Dia. Quero ouvir as respostas daqui. Quatro intervenções do Plenário está bom? Para podermos ouvir aqui, porque estou preocupado que, com a Ordem do Dia, eu tenha que interromper a reunião.

Quando falam que estamos indo para a rua, estamos quebrando tudo... Se esse foi o jeito que usamos para conseguirmos ser escutados, se esse foi o jeito... Que seja. Não sou a favor de quebrar coisas públicas, muito pelo contrário. Quando comparamos com o Japão, lá ninguém quebra uma cabine telefônica, porque ela é de todos, compreende-se que é de todos, mas, a partir do momento em que você percebe, como a Ivana falou, e começa a ficar com medo de um golpe de Estado... Todos disseram isso. Por quê? Porque é um sentimento de que a direita se aproveitou disso dizendo: "Ah, então, eles estão contra o PT ou contra o que está acontecendo." Não é que estejamos contra o que está acontecendo; estamos, sim, nos posicionando e querendo respaldo direto, intervenção pública direta para sermos ouvidos mesmo. É isso aí. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Vou conceder cinco do Plenário, tá? Com o tempo que há... O tempo da Cláudia está ótimo.

O SR. TIAGO – Boa tarde!

Eu sou Tiago, da Agência Solano Trindade, e queria falar uma frase do poeta Sérgio Vaz em que ele diz para não confundirmos briga com luta, porque a briga tem hora para acabar e a luta é por uma vida inteira. E eu vou lutar com todas as minhas forças para acabar com o genocídio da juventude negra e pobre nas periferias, nos terreiros, nas aldeias indígenas, ao combate à homofobia, e ao racismo, Senador. Aliás, tivemos aqui uma questão muito séria em que uma pessoa que veio conosco foi barrada...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Vou pedir para você ser breve, porque recebi a informação de que começou a Ordem do Dia. Então, lamentavelmente, vou ter que interromper... Você pode fazer a pergunta rapidamente, mas vou ter que interromper com você a pergunta para podermos ouvir também rapidamente a Mesa. Na verdade, são forças que estão acima de mim; é determinação regimental; começando a Ordem do Dia, temos que encerrar aqui para irmos para a Ordem do Dia.

O SR. TIAGO – Na verdade, registrar o nosso trabalho, o movimento social das culturas, barrando o genocídio da juventude negra e pobre que assola as nossas periferias. É uma questão muito séria não só nas periferias, mas nos terreiros também. Temos a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que nos apoiou no Juventude Viva. Então, quero dar um salve especial para a Universidade Federal do Rio de Janeiro e também pautar a questão da economia solidária, das moedas sociais também, que hoje, na periferia de São Paulo, salvam vidas, combatem a desigualdade social. É muito importante trazer essa questão da descriminalização das moedas sociais, a institucionalização dos bancos comunitários e poder colocar o nosso apoio ao regime de urgência da Lei Cultura Viva, que é uma lei que vai dialogar com os mestres, porque, se nós...

(Soa a campainha.)

O SR. TIAGO – ... jovens não entendermos a importância que os mestres têm fica ruim. Essa é uma questão que pega muito a gente.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Rapidamente, só invertendo, eu queria que o Marcos... Lamentavelmente, pela pressão da Ordem do Dia, quero pedir para tentar ir direto para as considerações finais para podermos completar a audiência.

O SR. MARCOS FAUSTINI – Parabéns, Senador! Parabéns Fora do Eixo!

Eu acho que junho aponta que há uma nova classe média formadora de opinião no País que quer participar politicamente. Esse é o primeiro ponto. E a gente precisa de uma conquista pública: um bom transporte urbano, o direito à cidade garantida. São causas públicas que estão em jogo.

O direito aos serviços públicos estão sendo questionados. E acho que isso foi uma questão colocada para todos, e o País ainda não teve capacidade de diminuir a desigualdade social de maneira radical. Então, eu acho que isso é um apontamento das ruas também. Participação política, conquista pública, que vai do transporte ao direito de andar na rua, participação política dessa nova classe média e a diminuição da desigualdade social com mais rapidez neste País. Está muito lento. Eu acho que esse é um apontamento de junho, ficando nessa provocação pelo que a gente tem visto nas ruas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Marcos.

Ivana.

A SR^a IVANA BENTES – Bom, eu gosto de uma frase que diz que junho, de certa forma, materializa uma experiência que, assim, a gente não suporta, deixa de suportar alguma coisa que a gente suportava. Se torna intolerável. E é de uma hora para outra. É uma crise de sentido. De repente, então, quem imaginaria que o País do futebol iria dizer que não ia ter Copa, não vai ter Copa em 2014? Quando que a gente poderia imaginar isso? Ou que a Copa das Confederações, que aconteceu, não era incompatível com uma discussão e uma questão política, porque as pessoas querem, sim, decidir para onde vão os recursos para as cidades, em relação a esses grandes eventos. Se torna intolerável a relação da polícia com a favela, com a periferia. Se tornou insuportável no Brasil e intolerável o monopólio da força pelo Estado e da violência, o monopólio da violência do Estado para ser usada contra nós. O Estado não pode ter o monopólio da violência para usar contra a sociedade.

E aí a questão da linguagem da violência dos *black blocs* é muito importante, sim, porque ela diz: “Ué, eu reajo à violência do Estado com violência também”. É um tipo de linguagem. Acho que a gente tem que entender para além da baderna.

A questão da participação que o Faustini trouxe, que eu acho assim decisiva. E efetivamente a questão mesmo do “é pouco”. A democracia no Brasil chegou a um lugar interessante ou avançou? Sim. Mas nós queremos mais. E é pouco.

É isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Ivana. Claudio.

O SR. CLAUDIO PRADO – Olha, só uma palavrinha sobre a coisa da internet e da TV Senado. Regular, na opinião de muita gente, é proibir alguma coisa. Na verdade, nós estamos falando, e há várias leis agora que estão circulando, sobre regulação, para garantir liberdades. O marco civil, por exemplo, é um grande exemplo disso. A regulação, a ação do Estado tem que ser para garantir liberdade e não regular, sinônimo de proibir, de reduzir. Isso é só uma participação.

A Acinave, o primeiro gesto do Ministério da Cultura do o Gil foi a Acinave, foi bombardeada como uma virulência absurda e, naquele momento, já propunha discutir isso. Mas, enfim, essa é uma discussão longa.

E junho, eu acho que junho é o seguinte: a sociedade trazendo para consciência pessoal e coletiva a necessidade e a exigência de um mundo melhor, de um outro mundo possível, e provocando um tsunami de discussões políticas no Brasil que nunca houve, e trazendo uma consciência pedagógica sobre questões felicianas, por exemplo. Há uma consciência. Ele vai ter muito voto, mas a consciência contra o absurdo que significa o Feliciano é pedagógica, acelera os processos. E isso eu acho que é o prenúncio. E o futuro de junho é 2014, um ano do apocalipse tropicalista *now* no Brasil. (*Palmas.*)

Começa com as máscaras no carnaval. Quero ver proibir máscaras no carnaval. Vai ser louco, completamente louco. Vai para a Copa do Mundo e vai para as eleições do ano que vem.

Apocalipse *now* tropicalista anunciado. (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Capilé, para encerrar.

O SR. PABLO CAPILÉ – Como junho é muito complexo, eu já queria o compromisso do senhor para que, na volta do recesso, a gente faça uma outra audiência pública desta para que mais gente possa falar – (*Palmas.*) – e que mais gente possa se posicionar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Assumido o compromisso.

O SR. PABLO CAPILÉ – Para finalizar, fazer algumas saudações. A primeira saudação é para uma rede como a Fora do Eixo, que, dois meses depois dessa criminalização pesada que recebeu, consegue chamar e organizar e trazer 400 pessoas para Brasília de 25 Estados, sem nenhum recurso, só com economia colaborativa e contribuição de todos os parceiros.

Então, parabéns para (*expressão chula*) para a Fora do Eixo – (*Palmas.*) – por ter conseguido, por ter feito tudo isso. E me permita a liberdade poética de falar o palavrão.

A segunda saudação é para as redes de cultura de comunicação de Brasília, que foram fundamentais para a construção desse congresso que a gente fez. São redes que estão espalhadas pela cidades satélites e que têm também represado a disposição de estar cada vez mais conectadas com o discurso e com o debate dentro do congresso. Muitas vezes não são tão representados. E agora estão cada vez mais organizados. Então, se a gente conseguiu fazer um congresso para essas 400 pessoas aqui foi muito, porque essas redes de cultura e comunicação de Brasília estiveram presentes. Então, uma saudação muito forte para essas redes. (*Palmas.*)

Para finalizar, saudação para os nossos parceiros latinos que estão aqui. Mais de 14 países presentes, contribuindo com essa construção toda. (*Palmas.*)

Para o movimento social das culturas, que está aqui em peso e para a abertura que a Comissão de Educação e Cultura tanto da Câmara como do Senado deram para a gente construir. Espero que isso seja permanente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – E a de Direitos Humanos.

O SR. PABLO CAPILÉ –... E a de Diretos Humanos. Espero que isso seja permanente. E na volta do recesso, esse movimento social das culturas, cada vez mais mobilizado, vai estar no pé de vocês para que isso não seja exceção e se transforme numa regra aqui dentro.

"É nós. Tamo junto". (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Pablo.

Rapidamente, porque estou já ferindo o Regimento do Senado. É quebra de decoro e eu perco o mandato.

A SRª NÃO IDENTIFICADA – É rapidinho. É só porque... O seguinte: houve essas manifestações vindas pela internet, e eu, como não sou Mídia Ninja, sou jornalista e sou do Sindicato dos Jornalistas e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, quero falar em favor do movimento do Mídia Ninja, do Fora do Eixo, que nunca se colocaram como paladinos na história do jornalismo brasileiro. (*Palmas.*)

Eles se colocam como representantes dos movimentos sociais, mostram e dão voz àqueles que não a têm na grande mídia nacional. Por isso, nós estamos com um projeto de lei da Mídia Democrática, colhendo um milhão e trezentos mil assinaturas neste País para acabar com essa farra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado.

Bom, eu queria agradecer a todos: ao Pablo, ao Cláudio, à Ivana e ao Marcos.

Mesmo que pressionado pelo início da Ordem do Dia e por isso temos que encerrar a audiência pública, pois é o nosso dever e nossa obrigação dela participar, mas eu queria agradecer à Comissão de Educação e à

Comissão de Direitos Humanos por terem concedido este espaço, aprovado audiência pública que, creio, foi esclarecedora pelos papéis que o Mídia Ninja e o Fora do Eixo têm cumprido neste País.

Um abraço.

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 14 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 24 minutos.)

ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

Às onze horas e quinze minutos do dia dez de dezembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Paulo Paim**, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Capiberibe, João Alberto Souza, Ana Amélia, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Osvaldo Sobrinho, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Amorim, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira, Cyro Miranda, Paulo Bauer e Gim. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, comunica que a presente reunião tem como finalidade a deliberação de projetos que instituem datas comemorativas e que tratem de denominações de rodovias e outros locais públicos, segundo preceitua a Decisão nº 3-CE (documento anexo). Logo após, a presidência informa ainda que as proposições serão agregadas em blocos para realização de 3 (três) votações nominais: pela aprovação, pela rejeição e pela prejudicialidade dos projetos. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, comunica que em reunião realizada no último dia 3 (três) de dezembro, a Comissão aprovou, por unanimidade, proposta de dispensa da leitura dos pareceres, lembrando que é facultado a qualquer membro da comissão solicitar destaque para votação em separado de qualquer uma das matérias, segundo o disposto na alínea b), da decisão nº 1-CE (documento anexo). Prosseguindo, a presidência inicia a deliberação da pauta. Logo após, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta da Mensagem do Senado Federal nº 97, de 2013 e a inversão de pauta para deliberação da matéria. As solicitações são aprovadas. **Extra-Pauta, Item 19: Mensagem do Senado Federal nº 97, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República, que “Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2228-1, de 6 de setembro de 2001, à consideração do Senado Federal o nome do Senhor ROBERTO GONÇALVES DE LIMA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE”. O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do relatório, é concedida vista coletiva, conforme o disposto no art. 383, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal, alterado pela Resolução nº 41, de 2013. Neste momento, a Presidência retorna à deliberação da pauta, pelos itens com parecer favorável a serem votados em bloco, de acordo com a Decisão nº 1-CE. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Doenças Raras”. O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo”. O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 1-CE, aprovada por 13 (treze) votos. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que “Institui o Dia Nacional da Construção Civil e dos Profissionais da Engenharia Civil”. O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 1-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Armando Monteiro, que “Denomina ‘Rodovia Mestre Dominginhos’, o trecho da rodovia BR-423, compreendido entre os municípios de São Caitano e Garanhuns, situado no Estado do Pernambuco”. O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, aprovadas por 14 (quatorze) votos. **Item 5: Projeto**

de Lei da Câmara nº 109, de 2012, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Efraim Filho, que “Dá o nome de Viaduto General Lyra Tavares ao atual viaduto do Km 86,2 na BR-101/NE, Estado da Paraíba”. O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. Vencido o relator, a presidência designa, dentre a maioria, como relator do vencido, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que encaminha voto pela rejeição do projeto. Logo após, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, inclui a presente matéria no bloco dos itens com parecer pela rejeição, a serem posteriormente deliberados. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Acir Gurgacz e Valdir Raupp, que “Denomina Rodovia ENGENHEIRO ISAAC BENNESBY, o trecho da BR 425, com aproximadamente 135 quilômetros de extensão, que começa no entroncamento da BR 364/RO no distrito de Abunã e termina no início da travessia do Rio Mamoré no município de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, aprovadas por 13 (treze) votos. **Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Rodrigues, que “Denomina ‘Viaduto Frei Galvão’ o viaduto situado no km 58 da BR-116, no Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador João Vicente Claudino e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que “Denomina Natália Ferreira Paes Landim o campus de São João do Piauí do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Piauí-IFPI”. O relator designado é o Senador Wellington Dias e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é retirada de pauta. **Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Nelson Bornier, que “Dá a denominação de Rodovia Luiz Henrique Rezende Novaes à BR-465/RJ, no Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado é o Senador João Alberto Souza e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 1-CE, aprovada por 13 (treze) votos. **Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Alice Portugal, que “Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para modificar o nome do Instituto Federal Baiano para Instituto Federal Dois de Julho”. A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador João Ribeiro, que “Denomina ‘Rodovia Antonio de Sousa Barros’ o trecho da rodovia BR-153 correspondente à travessia urbana de Colinas do Tocantins, no Estado do Tocantins (TO)”. A relatora designada é a Senadora Kátia Abreu e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação dos itens com parecer pela rejeição, a serem votados em bloco, de acordo com a Decisão nº 1-CE. **Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Efraim Filho, que “Dá o nome de Viaduto General Lyra Tavares ao atual viaduto do Km 86,2 na BR-101/NE, Estado da Paraíba”. O relator do vencido designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é rejeitado por 14 (quatorze) votos. **Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 755, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Marinor Brito, que “Cria o Dia Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, a ser celebrado anualmente no dia 18 de outubro”. O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o projeto é rejeitado por 15 (quinze) votos favoráveis. Logo após, a Presidência passa à deliberação dos itens com parecer pela prejudicialidade, a serem votados em bloco, de acordo com a Decisão nº 1-CE. **Item 13: Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado João Dado, que “Denomina Trevo Rodoviário Alcides de Freitas Assunção o trevo localizado na BR-153 que acessa a cidade de Bady Bassit, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Anibal Diniz e a declaração de prejudicialidade do projeto é aprovada por 15 (quinze) votos, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 14: Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Andre Vargas, que “Denomina Rodovia Cecílio do Rego Almeida o trecho da BR-277 entre as cidades de Paranaguá e Curitiba, no Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Alvaro Dias e a declaração de prejudicialidade do projeto é aprovada por 14 (quatorze) votos, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. Finda a deliberação dos projetos a serem votados em bloco, a presidência retorna à apreciação da pauta. **Item 16: Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Danilo Forte, que “Declara a Caminhada com Maria, realizada no dia 15 de agosto de cada ano, do Santuário de Nossa Senhora da Assunção na Barra do Ceará até a Catedral Metropolitana de Fortaleza, Estado do Ceará, Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil”. O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Aline Corrêa, que “Confere ao Município de

Caçapava, Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Antigomobilismo". O relator designado é o Senador João Alberto Souza e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Sandra Rosado, que "Inscribe o nome de Clara Camarão no Livro dos Heróis da Pátria". O relator designado é o Senador José Agripino e o parecer favorável é aprovado. **Item 18: Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Janete Capiberibe, que "Declara o ambientalista Chico Mendes Patrono do Meio Ambiente Brasileiro". O relator designado é o Senador João Capiberibe e o parecer favorável é aprovado. Neste momento, o Senador Inácio Arruda, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento de Urgência para a Matéria, o que é aprovado. Prosseguindo, o Senador Armando Monteiro, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2013, o que é aprovado. Logo após, o Senador Cristovam Buarque, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. Prosseguindo, a Presidência passa a deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 20: Requerimento nº 74, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Inácio Arruda, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque, que requerem "... nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2013, que 'Declara o ambientalista Chico Mendes Patrono do Meio Ambiente Brasileiro,' de autoria da Deputada Janete Capiberibe". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 21: Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, que "Dispõe sobre normas gerais aplicáveis aos serviços sociais autônomos instituídos pela União e dá outras providências". O relator designado é o Senador Armando Monteiro e o parecer, pela rejeição do projeto, é aprovado. **Extra-Pauta, Item 22: Requerimento nº 75, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer "... nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de dar início aos debates que objetivem a Comissão de Educação, Cultura e Esportes – CE a posicionar-se sobre a conveniência de se criar as bases legais para a conceituação da Biblioteca como centro de gestão do conhecimento fundamental para a preservação da cultura humana e como instrumento essencial para construção dos saberes, artes e ciências, com a presença dos seguintes convidados: 1. Prof. Dr. José Castilho Marques Neto, Secretário Executivo do Programa Nacional do Livro e da Leitura, do Ministério da Cultura; 2. Sra. Regina Céli de Sousa, Bibliotecária e Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia; 3. Prof. Dra. Angélica C. D. Miranda, Pró-reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande (RS); e 4. Prof. Dra. Marta Lígia Pomim Valentim, professora do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Campus de Marília (SP)". O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim**, encerra a reunião às doze horas e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*. – SENADOR **PAULO PAIM**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 70ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião tem por finalidade a deliberação de projetos que instituem datas comemorativas e que tratam de denominações de rodovias e outros locais públicos, segundo o que preceitua a Decisão nº 3, desta.

As proposições serão agregadas em blocos para a realização de três votações nominais, pela aprovação, pela rejeição ou pela prejudicialidade dos projetos.

Em reunião realizada no último dia 3 de dezembro, este colegiado aprovou, por unanimidade, proposta de dispensa da leitura dos pareceres. Ressalto que é facultado a qualquer membro da Comissão solicitar destaque para a votação em separado de qualquer uma das matérias, segundo o disposto na alínea "b" da Decisão nº 1 desta Comissão.

Passamos à pauta.

Pela aprovação – só vou ler os itens.

Item 1 ao 11, com parecer favorável aos projetos.
Vamos ler as ementas.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, de 2011
- Terminativo -

Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Doenças Raras.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatório: Favorável.

Observações:

1 – Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321, de 2010
- Terminativo -

Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo.

Autoria: Senador Flávio Arns.

Relatoria: Senador Alvaro Dias.

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.

Observações:

1 – Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda.

2 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 3/12/13

3 – Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, de 2013
- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Construção Civil e dos Profissionais da Engenharia Civil.

Autoria: Senador José Agripino.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido.

Observações:

1 – Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 – Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 409, de 2013
- Terminativo -

Denomina “Rodovia Mestre Dominginhos”, o trecho da rodovia BR-423, compreendido entre os municípios de São Caetano e Garanhuns, situado no Estado do Pernambuco.

Autoria: Senador Armando Monteiro.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Observações:

1 – Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas.

2 – Na reunião de 26/11/13, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

3 – Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, de 2012
- Terminativo -

Dá o nome de Viaduto General Lyra Tavares ao atual viaduto do Km 86,2 na BR-101/NE, Estado da Paraíba.

Autoria: Deputado Efraim Filho.

Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Observações:

- 1 – Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas.
- 2 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 3/12/13
- 3 – Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, de 2013

– Terminativo –

Denomina Rodovia ENGENHEIRO ISAAC BENNESBY, o trecho da BR-425, com aproximadamente 135 quilômetros de extensão, que começa no entroncamento da BR-364/RO no distrito de Abunã e termina no início da travessia do Rio Mamoré no Município de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia.

Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Observações:

- 1 – Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas.
- 2 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 3/12/13
- 3 – Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, de 2013

– Terminativo –

Denomina “Viaduto Frei Galvão” o viaduto situado no km 58 da BR-116, no Município de Guaringuetá, Estado de São Paulo.

Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues.

Relatoria: Senador João Vicente Claudino.

Relatório: Favorável.

Observações:

- 1 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 3/12/13
- 2 – Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, de 2013

– Terminativo –

Denomina Natália Ferreira Paes Landim o *campus* de São João do Piauí do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Piauí-IFPI.

Autoria: Senador João Vicente Claudino.

Relatoria: Senador Wellington Dias.

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Observações:

- 1 – Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas.
- 2 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 3/12/13.
- 3 – Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, de 2013

– Terminativo –

Dá a denominação de Rodovia Luiz Henrique Rezende Novaes à BR-465/RJ, no Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Deputado Nelson Bornier.

Relatoria: Senador João Alberto Souza.

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.

Observações:

1 – Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda.

2 – Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, de 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para modificar o nome do Instituto Federal Baiano para Instituto Federal Dois de Julho.

Autoria: Deputada Alice Portugal.

Relatoria: Senadora Lídice da Mata.

Relatório: Favorável.

Observações:

1 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 3/12/13

2 – Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 425, de 2012

– Terminativo –

Denomina “Rodovia Antonio de Sousa Barros” o trecho da rodovia BR-153 correspondente à travessia urbana de Colinas do Tocantins, no Estado do Tocantins.

Autoria: Senador João Ribeiro (TO).

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Favorável.

Observações:

1 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 3/12/13

2 – Matéria a ser votada em bloco.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só um minutinho.

O Item 8, lembramos que o relator, Senador Wellington Dias, pediu para tirar de pauta.

Pela ordem, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª, se o Plenário assim concordar com essa minha solicitação, a inclusão extrapauta da Mensagem nº 97, de que sou relator, de autoria da Senhora Presidente da República, que submete ao Senado o nome do Sr. Roberto Gonçalves de Lima para exercer o cargo de diretor da Ancine (Agência Nacional de Cinema).

Eu fiz este pedido de inclusão, Sr. Presidente, porque estamos nos aproximando do final do ano, houve na tramitação desta Mensagem um pedido de informações, de complementação de documentação, o que demandou um certo tempo, e eu pediria a V. Exª a possibilidade de inclusão extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De imediato, eu remeto ao Plenário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – E também, se for possível, que eu possa relatá-la de pronto, porque eu tenho uma consulta médica agora às 11h30.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Consulto o Plenário se concorda com a proposta do Senador Aloysio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoría/ PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já está extrapauta.

O Senador Aloysio fez uma solicitação e eu também consulto o Plenário – ele disse que tem uma consulta médica, e, se depender de mim, claro que eu vou atender – se ele poderia ler resumidamente o seu relatório de imediato.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoría/PSDB – PR) – Concordamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Há concordância?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoría/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas uma indagação: eu não ouvi V. Exª ler o Item 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu, de fato, não o li. A solicitação foi para que eu lesse até o Item 11, e assim o fiz.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – E por que não o Item 14? Eu solicito que leia também o Item 14.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – E eu solicito o Item 18, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Relatório pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A solicitação foi até o Item 11.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – E o meu é o 16, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O que me informa a Secretaria da Comissão é que eu li até o Item 11, porque são todos pela aprovação. Depois, eu lerei os pela rejeição; depois, prejudicialidade.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – O Item 16 é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – E o Item 18 também é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esses serão votados em bloco, é a orientação que eu recebo aqui, sem prejuízo da votação específica daqueles que os senhores lembraram, que serão votados em seguida, seguindo a orientação do relator, no meu entendimento. Claro que é o Plenário que decide.

Para ganharmos tempo, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Roberto Gonçalves de Lima, como disse, para exercer o cargo de diretor da Ancine, na vaga do Sr. Glauber Piva Gonçalves.

Não há nenhum reparo quanto à constitucionalidade, nem mesmo quanto à regimentalidade desta proposição.

Houve um pedido de informações complementares àquelas que foram juntadas na Mensagem da Presidente da República, que foram prestadas.

O indicado nasceu em Olímpia, em 1965, e tem, conforme consta no seu currículo, uma atuação, desde 1987, na formulação, execução e gestão de projetos culturais.

De 2007 a 1997, o indicado exerceu também atividades na área de artes cênicas, abrangendo direção, dramaturgia e iluminação, tendo recebido prêmios no âmbito do Estado de São Paulo em cada uma das modalidades de atuação.

Ele trabalhou, a partir de 1998, na prefeitura municipal de Ribeirão Pires.

No Ministério da Cultura, foi gerente de participação social da Secretaria de Articulação Institucional, de 2005 a 2006, quando também assumiu a coordenação executiva da Primeira Conferência Nacional de Cultura e, desta Conferência, resultou o Plano Nacional de Cultura.

Desde 2007, é assessor da diretoria colegiada da Ancine.

No seu processo de educação formal, estudou Filosofia, de 1983 a 1987, na PUC em São Paulo, não concluindo, porém, a graduação. Convém sublinhar, quanto a este quesito, que a Lei 9.986, de 2000, que dispõe sobre a gestão dos recursos humanos das agências reguladoras e dá outras providências, estabelece, no seu art. 85, que o presidente, o diretor-geral ou o diretor-presidente e os demais membros do conselho diretor ou da diretoria serão brasileiros de reputação ilibada, de formação universitária e elevado conceito no campo das especialidades dos cargos para os quais são nomeados.

No entanto, a Medida Provisória nº 2.228, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da política nacional de cinema e cria o Conselho Superior de Cinema e a Agência Nacional de Cinema, entre outras providências, não ratifica a exigência de formação universitária para o cargo de diretor-presidente e os três diretores que compõem a diretoria da Ancine, conforme consta em seu art. 8º, §1º, já antes referido.

Como a Medida Provisória nº 2.228, de 2001, foi editada posteriormente à Lei de 9.986, de 2000, e é mais específica do que esta, deve prevalecer juridicamente.

Assim, a graduação em curso superior não consiste, do ponto de vista formal, em uma exigência inafastável para a nomeação como membro da diretoria colegiada da Ancine, embora entenda deva ser recomendável.

O indicado seguiu, ainda, cursos no seminário de dramaturgia, na Oficina Cultural Oswald de Andrade, três cursos oferecidos pela Ancine, voltados para o direito autoral, financiamento e regulação da atividade audiovisual, participou de congressos voltados para o mercado de televisão e novas tecnologias da comunicação promovidas pela Converge Comunicações. Consta, ainda, como de sua publicação, artigo de apresentação em Oficina do SNC (Sistema Nacional de Cultura).

Há também a comprovação de seu conhecimento da realidade cultural do País, e, conforme, portanto, Sr. Presidente, as informações que constam deste currículo e que foram acostadas à solicitação da Mensagem

da Presidente da República, eu considero que estão disponíveis, para que esta Comissão delibere, informações suficientes para que esta Comissão chegue à deliberação, que não ocorrerá hoje, mas, sim, na semana que vem.

Como será publicado este relatório, eu o fiz de forma resumida, de modo que todos possam tomar conhecimento e deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Aloysio Nunes. O encaminhamento já foi dado.

Pela nova resolução do Senado, já é pedido vista coletiva automática. Ele sai da pauta e volta para votação na semana que vem.

(É o seguinte o item retirado:

EXTRAPAUTA
MENSAGEM (SF) Nº 97, de 2013
– Não Terminativo –

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2228-1, de 6 de setembro de 2001, à consideração do Senado Federal o nome do Senhor ROBERTO GONÇALVES DE LIMA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: A ser apreciado em votação secreta.)

Missão cumprida, voltamos à nossa pauta.

Vou, de imediato, colocar em votação nominal os Itens 1 a 11.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu apelo para a inclusão do Item 16 para votação coletiva, porque, senão, ele não será votado neste ano. É um projeto simples, que transforma a data de 15 de agosto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Estamos com um problema de quórum, inclusive, que me lembram aqui. Eu não posso colocar em votação ainda.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Sr. Presidente, eu solicitaria incluir o Item 18, que é um projeto aprovado...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, vamos fazer o seguinte: como não há quórum ainda, não podemos votar. Nós vamos, então, permitir que se dê o parecer desses que os senhores estão apresentando. Inclusive o seu, segundo me dizem, não é terminativo. Poderia ser votado imediatamente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, o item 1 é terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O item 1 está entre os terminativos. Já foi inclusive lido. Os itens de 1 a 11 já foram lidos e votação será nominal e em bloco.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, peço para ler o item 16. Sou Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De imediato, vou permitir que o Senador Capiberibe leia o dele, que não é terminativo, e a gente vota.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Qual é o item?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Item 18, na p. 152.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – É o contrário, Sr. Presidente. Sendo terminativo, eu preciso ler imediatamente, para incluir entre os que serão votados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Capiberibe, como já deu quórum, para aproveitarmos o quórum, vamos à votação.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Inácio Arruda pede que o item 16 seja incluído na votação em bloco.

Segundo a assessoria da Mesa – estou substituindo o Presidente –, há uma decisão segundo a qual não podemos atendê-lo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Mas qual é a decisão?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Segundo me informam, somente trecho de rodovia e data comemorativa seriam votados em bloco. Os outros serão votados.

Vamos votar aqui rapidamente e vamos atendê-lo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Claro, Sr. Presidente. É porque terá votação nominal, que exige presença de todos, e esse projeto é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas nós faremos a votação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – E nós temos de tratar de excepcionalidades, porque esta é a última reunião. Na próxima semana, não teremos condições de votar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu faço um apelo a todos: se nós votarmos de imediato os 12 itens, em seguida votamos o de V. Ex^a.

Então, vamos à votação nominal desses 11 itens.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu conheço a turma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vamos segurar.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Fechem a porta, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação nominal, em bloco, dos itens de 1 a 7, 9 e 11.

Vamos fazer a leitura.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto com os Relatores e as Reladoras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como vota Paulo Paim? Acompanhando os Relatores e as Reladoras.

Como vota Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Acompanhando Reladoras e Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Com os Relatores e Reladoras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E pedindo que fiquem em plenário.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Com os Relatores e Reladoras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Romero Jucá. *(Pausa.)*

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Maria do Carmo.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE. *Fora do microfone.*) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. *Fora do microfone.*) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu voto com os Relatores, mas vou votar contrariamente a um caso. Falo do item 5, que denomina General Lyra Tavares o trecho de uma rodovia. Considero que essa homenagem não tem cabimento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu acompanho o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com dois votos nesse caso específico.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu acompanho também o Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Há três votos nesse caso específico.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu também, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Em relação ao item 5, acompanho o Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – São seis votos contrários.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, também acompanho o Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, esse item está derrotado.

Será voto rejeitado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Rejeite-o imediatamente, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já fica registrado que foi rejeitado, de acordo com o encaminhamento feito pelo Senador Aloysio Nunes.

Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, esse item entrará agora como rejeitado.

Os demais foram aprovados, de acordo com os pareceres favoráveis por mim lidos.

Consulto aos Srs e Srs. Senadores se mantêm o mesmo voto para as emendas, com exceção do caso específico. *(Pausa.)*

Todas foram aprovadas.

Vamos aos itens com pareceres pela rejeição dos projetos.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 755, de 2011

– Terminativo –

Cria o Dia Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, a ser celebrado anualmente no dia 18 de outubro.

Autoria: Senadora Marinor Brito

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela rejeição.

Observações:

1 – Matéria a ser votada em bloco.

Eu colocaria aquele item que já lemos antes e sobre o qual os Senadores também já se pronunciaram também no bloco pela rejeição.

Então, considerando esses dois itens lidos, vou encaminhar agora pela rejeição.

Quem concorda?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoridade/PSDB – PR) – Sr. Presidente, o item 14 também é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Os itens 13 e 14 são pela prejudicialidade. Serão votados em seguida.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoridade/PSDB – PR) – Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, vamos à discussão e à votação do item 12 e do item 5, que foi destacado pelo Senador Aloysio.

Com pareceres pela rejeição, que já li, em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação nominal, em bloco, do item 12 e do item 5.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Paulo Paim vota com o Relator. Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Romero Jucá. *(Pausa.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoridade/PSDB – PR) – Pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoridade/DEM – SE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoridade/DEM – RN) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. *Fora do microfone.*) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira. (*Pausa.*)
Senador Mozarildo Cavalcanti. (*Pausa.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Rejeitados os itens 12 e 5.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Sr. Presidente, o item 5 já havia sido rejeitado.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Presidente, também com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Também vota com os Relatores o Senador João Vicente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – O item 5 já não havia sido votado, com sete votos contrários?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não. Foi agora. Eu destaquei e disse que ele entraria na votação dos rejeitados, inclusive com o voto de V. Ex^a pela rejeição, que, na hora, anotei aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Está bom. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Agora, itens 13 e 14, com pareceres pela prejudicialidade.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, de 2013

– Terminativo –

Denomina Trevo Rodoviário Alcides de Freitas Assunção o trevo localizado na BR-153 que acessa a cidade de Bady Bassit, Estado de São Paulo.

Autoria: Deputado João Dado

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela prejudicialidade.

Observações:

1 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 3/12/13

2 – Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, de 2013

– Terminativo –

Denomina Rodovia Cecílio do Rego Almeida o trecho da BR-277 entre as cidades de Paranaguá e Curitiba, no Estado do Paraná.

Autoria: Deputado Andre Vargas

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Pela prejudicialidade.

Observações:

1 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 3/12/13

2 – Matéria a ser votada em bloco.

Vamos à votação desses dos itens 13 e 14, com pareceres pela prejudicialidade.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação nominal, em bloco, dos itens 13 e 14.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Paulo Paim vota com os Relatores também. Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Acompanhando os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti vota com os Relatores.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Romero Jucá. *(Pausa.)*

Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com o Relator.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE. *Fora do microfone.*) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. *Fora do microfone.*) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Aloysio Nunes. *(Pausa.)*

Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com os Relatores.

O Senador Mozarildo Cavalcanti já falou sobre o seu voto.

As matérias serão publicadas.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, peço a inclusão do item 16, para que a gente possa votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Item 16.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Já estou com relatório pronto, pela aprovação. O relatório é de autoria do Danilo Forte, que transforma em Patrimônio Imaterial do Brasil a Caminhada com Maria, que é uma tradição não só no Ceará, mas em vários Estados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Faço a leitura do item 16 e da sua emenda.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, de 2012

– Terminativo –

Declara a Caminhada com Maria, realizada no dia 15 de agosto de cada ano, do Santuário de Nossa Senhora da Assunção na Barra do Ceará até a Catedral Metropolitana de Fortaleza, Estado do Ceará, Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Autoria: Deputado Danilo Forte

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Favorável

O Senador Mozarildo aqui ao lado diz que também votará.

Vamos à votação.

Angela Portela, como vota?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Paulo Paim com o Relator.

Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Voto conhecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Romero Jucá. *(Pausa.)*

João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Aloysio Nunes. *(Pausa.)*

João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – A matéria foi aprovada.

Viu que deu certo, Senador?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Agradeço V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Vocês achavam que saíram e não saíram.

Item 15.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Se não fosse a caminhada com Maria, teríamos sido atropelados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Item 15.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Pela ordem, Senador Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – *(Fora do microfone.)* ...PLS 72 como extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Os que concordam com o PLS 72, solicitação do Senador Armando Monteiro, extrapauta, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Incluído.

Vamos, então, ao Item 15.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, de 2013

– Terminativo –

Confere ao Município de Caçapava, Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Antigomobilismo

Autoria: Deputada Aline Corrêa

Relatoria: Senador João Alberto

Relatório: Favorável

Já foi lido o relatório. Então, peço que, se puder resumir, João Alberto Souza, em seguida, a gente vota. Há quórum agora.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, o relatório já foi lido.

Eu não tenho nada a acrescentar a não ser dizer que sou pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Vamos, então, à votação do Item 15.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Paulo Paim com o Relator.

Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Romero Jucá. *(Pausa.)*

João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Voto conhecido.

Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Armando Monteiro

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Aloysio Nunes. *(Pausa.)*

João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com o Relator. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – E Cristovam Buarque *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora temos que votar...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Não, só tem ...

O do Senador Armando Monteiro é terminativo, Senador?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Então, vamos aos não terminativos.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, de 2013

– Não Terminativo –

Inscribe o nome de Clara Camarão no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Deputada Sandra Rosado

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Favorável

Observações:

1 – *Matéria terminativa no Plenário.*

Senador José Agripino, alguma consideração?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Votar com louvor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT– RS) – Então, está em votação o projeto. Consultei e o Senador Inácio Arruda pede o voto com louvor.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 18
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, de 2013
– Não Terminativo –

Declara o ambientalista Chico Mendes Patrono do Meio Ambiente Brasileiro

Autoria: Deputada Janete Capiberibe

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Favorável

Observações:

1 – Matéria terminativa no Plenário.

O Senador João Capiberibe está com a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, isso é um nepotismo.

Compete a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte opinar sobre proposições que tratem de homenagens cívicas e, aqui, esse projeto traz o nome de um personagem que imolou sua vida em defesa da paz e do meio ambiente brasileiro.

Chico Mendes lutou em defesa dos seringueiros e da floresta Amazônica e sucumbiu nessa luta. Portanto, é um nome reconhecido internacionalmente como defensor do patrimônio ambiental de todos os brasileiros.

Por isso, Sr. Presidente, eu tenho aqui um relatório completo, mas vou resumir com essa frase. Nós precisamos, neste País, um país com um fantástico patrimônio ambiental, um país com uma biodiversidade fantástica, com riquezas naturais a serem utilizadas pela sociedade, mas também a serem preservadas.

Eu peço a meus pares a aprovação deste projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, apenas um registro sobre a figura extraordinária do Chico Mendes, cuja luta era para garantir o progresso, o desenvolvimento e a sustentabilidade ambiental. Quer dizer, essa liga que o Chico Mendes fez e que continua retratada na figura de um parente seu próximo, primo legítimo, o chamado Raimundão Mendes, que continua lá na floresta, continua em Xapuri, gerando progresso, riqueza e, ao mesmo tempo, preservação ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Inácio Arruda.

Temos mais dois Senadores, o Senador Randolfe e o Senador Cristovam.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, cumprimentar a autora do projeto, que está aqui conosco, a Deputada Janete Capiberibe.

Em um tempo, Presidente, e devido às recentes notícias que nos dão conta do aumento do desmatamento na Amazônia, vem num bom momento a aprovação dessa matéria de declaração de Chico Mendes patrono do meio ambiente brasileiro.

É necessário ter essa lembrança e ter essa homenagem, recente matéria do jornal *O Globo*, matéria desse final de semana, nos traz a memória de Chico Mendes e nos traz um alerta sobre a necessidade de preservarmos a memória de Chico Mendes com a preservação da Amazônia. A memória de Chico Mendes só será preservada de fato se tivermos desenvolvimento sustentável na Amazônia e se nós não deixarmos que a fronteira agrícola na Amazônia aumente, avance da forma como está avançando.

Quero cumprimentar o relator da matéria, meu companheiro de Bancada, Senador João Capiberibe, e a autora da matéria, Deputada Janete Capiberibe, que faz essa justa e necessária homenagem e, mais do que uma justa e necessária homenagem, é uma homenagem no momento em que nós precisamos. É uma homenagem que serve agora com advertência porque é um momento em que o desmatamento na Amazônia está se amplificando.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Randolfe Rodrigues. Agora seria o Senador Cristovam, mas, pela ordem, Senador Inácio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Gostaria de solicitar a V. Ex^a que requerimento subscrito por todos nós, tenho certeza, solicite a urgência para que possamos votar ainda hoje, quem sabe, no plenário do Senado, esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Logo após a votação, que não houve ainda, vamos submeter também esse requerimento.

Senador Cristovam, a matéria em discussão com a presença aqui da nobre Deputada Janete Capiberibe, que recebeu recentemente o prêmio Direitos Humanos D. Hélder Câmara.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero, inicialmente, cumprimentar a Deputada Janete Capiberibe pelo prêmio que o Senador Paim acaba de falar, Dom Hélder Câmara.

Fiquei muito feliz, mas quero cumprimentá-la ainda mais por esse projeto. Esse projeto tenta evitar com que Chico Mendes seja assassinado a cada ano. O Chico Mendes foi assassinado uma vez e continua sendo assassinado cada vez que este País comete crimes contra a natureza, cada vez que, em nome do desenvolvimento econômico, a gente destrói florestas e, eu diria, até mesmo, embora não tenha sido a preocupação dele, destrói patrimônios culturais, Senador Antonio.

Quero parabenizar a Deputada Janete e dizer que, com muita satisfação, voto a favor desse projeto e creio que a gente precisa utilizá-lo, Deputada, para resgatar não apenas o nome, mas a memória da luta, a memória das bandeiras do Chico Mendes, evitar que continue sendo assassinado, a cada dia, pela maneira como a gente rasga, todos os dias, a bandeira de sua luta para um desenvolvimento com equilíbrio ecológico.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Eu também cumprimento a Deputada Janete Capiberibe e me permita que use essa frase – sei que lá no alto ele vai entender: Chico Mendes eu diria que é o nosso Mandela, que deu a vida para salvar vidas; o Chico Mendes, com certeza, para salvar a natureza. Então, meus cumprimentos pela iniciativa.

Não havendo mais quem queria discutir, vamos à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Parabéns, Deputada Janete Capiberibe. E parabéns ao Relator, Senador João Capiberibe, que relatou com muita competência a matéria.

Agora há requerimento do Senador Inácio Arruda e outros para que a matéria vá ao plenário com a urgência devida.

Aqueles que concordam com o pedido extrapauta permaneçam como se encontram, com o mérito. *(Pausa.)*
Aprovado.

A matéria vai, com urgência, para o plenário.

(É o seguinte o requerimento:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 74, de 2013

Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2013, que “Declara o ambientalista Chico Mendes Patrono do Meio Ambiente Brasileiro.”, de autoria da Deputada Janete Capiberibe.

Autoria: Senador Inácio Arruda)

Senador Armando Monteiro, o projeto que V. Ex^a pediu seja inserido extrapauta.

EXTRAPAUTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, de 2013

– Não Terminativo –

Dispõe sobre normas gerais aplicáveis aos serviços sociais autônomos instituídos pela União e dá outras providências.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela rejeição.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, o projeto em tela, que é o Projeto nº 72, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, pretende tornar aplicável ao Sistema S um conjunto de normas que são hoje apenas aplicáveis aos entes públicos. Por exemplo, a vinculação dos serviços ao Ministério cuja competência guarde compatibilidade com seus objetivos institucionais; a aplicação da lei de licitações às contratações por ele realizadas; a reversão do patrimônio à União, no caso de extinção de serviço social autô-

nomo; a realização de processo seletivo, precedido por edital publicado no Diário Oficial da União, para a contratação de pessoal nessas organizações; a nomeação de dirigentes pelo Presidente da República, a partir de lista sêxtupla, indicada pela confederação do setor; a vedação à recondução de dirigentes; a auditoria externa a cargo dos órgãos integrantes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

Esse projeto, Sr. Presidente, foi distribuído também às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e ainda à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que apreciará essa matéria em caráter terminativo.

Por um requerimento de nossa autoria essa matéria vem a exame desta Comissão.

Quero esclarecer que, por ocasião da apreciação pela Comissão de Meio Ambiente, esse projeto foi rejeitado num relatório da lavra do Senador Ivo Cassol.

Passo à análise da proposição.

Nos termos do art. 102, incisos I e III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que disponham sobre instituições educativas e culturais e de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos. Assim, a matéria de que trata o PLS nº 72, considerando o âmbito de atuação dos serviços sociais autônomos, é afeta às competências regimentalmente atribuídas a este colegiado.

De fato, as entidades do Sistema S têm-se destacado por sua notável atuação na educação profissional no País. Centradas nas necessidades do setor produtivo, essas instituições oferecem uma efetiva contribuição no sentido de formação e qualificação de mão de obra para as diversas áreas da economia, da indústria ao agronegócio, passando pelo setor de comércio, serviços, transporte e muitos outros.

Recentemente, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), as ofertas de qualificação profissional por intermédio do Sistema S foram fortalecidas, tanto para a realização de cursos técnicos de nível médio quanto para a formação inicial e continuada de trabalhadores.

A excelência reconhecida no Sistema S está sendo acompanhada de medidas destinadas a ampliar a gratuidade de suas ações educacionais. Desde 2008, quando o Ministério da Educação firmou acordo com as quatro principais entidades do Sistema (Sesi, Senai, Senac e Sesc), a oferta de cursos gratuitos vem sendo ampliada, com o fito de alcançar, até 2014, dois terços da receita líquida compulsória que lhes é destinada.

Além disso, o setor não está isento da fiscalização do Poder Público. É consolidado o entendimento de que as verbas recebidas pelo Sistema S têm natureza parafiscal. Trata-se, portanto, de recursos públicos, submetidos à fiscalização pelos órgãos de controle interno tanto do Poder Executivo (Controladoria-Geral da União) quanto do Poder Legislativo (Tribunal de Contas da União). Todas as contas dos órgãos que formam o chamado Sistema S são submetidas ao controle do Tribunal de Contas da União.

Isso não significa, entretanto, que os serviços sociais autônomos, entidades de direito privado, parceiras do Estado na oferta de serviços tão relevantes como a educação profissional, devam se transformar em entes da administração pública, com iguais requisitos de funcionamento e gestão. Essa perspectiva acarretaria, Sr. Presidente, indiscutível engessamento da atuação dessas instituições, com resultados provavelmente fadados à ineficiência, à burocratização e à morosidade.

Nesse contexto, não vemos, não identificamos nessa proposta, quaisquer vantagens em unificar o marco regulatório dos serviços sociais autônomos, por meio de proposta que desconsidera as especificidades desses entes e procura igualá-los a entes públicos em sentido estrito, tal como faz o projeto em análise.

Passo, então, ao voto.

Diante do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 72.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Eu concordo, em gênero, número, grau, em todos os aspectos, com o parecer do Senador Armando Monteiro. É querer, com esse projeto, estragar o que está dando certo. É um retrocesso. Não tenho nem termos para denominar.

Eu acredito que nós temos que desmistificar isso, desengessar isso, tirar essas coisinhas que vão atrapalhar. Se está andando rápido, é porque, na verdade, a burocracia está sendo menor. Na verdade é um sistema que, em qualquer parte do País a que se vai, é melhor que qualquer dos órgãos do setor público. Portanto, não há por que mudar.

Está fora de momento esse projeto de lei, fora de propósito. Querer mudar e votar contra esse parecer do Senador Armando é querer votar para estragar o que está dando certo, o que está indo bem, o que está atendendo à população brasileira e com eficiência, com competência. Não está faltando nada para esse sistema, para ser bem fiscalizado, para ficarem claros, transparentes os gastos. Não está faltando nada. Eu acredito

que o que está acontecendo é que está indo muito bem, aí, tem gente que se preocupa. Por que está indo bem demais, querem que o negócio enrole um pouquinho até para valorizarem mais.

Portanto, concordo com o parecer de V. Ex^a. Acredito que vem a bom tempo, está colocada palavra onde tem de ser e, se nós fizermos o contrário, estaremos inviabilizando um setor que traz conhecimento, traz educação, traz instrução, dá cursos, aprimora e melhora a nossa população.

Estou com o Senador, porque, na verdade, é um parecer lúcido, claro e responsável com essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria.

Eu não posso deixar também de dar meu ponto de vista de forma muito rápida. Todos sabem que eu sou aqui também um defensor do Sistema S. Foi por ele que eu saí da sarjeta, poderia dizer – digo da sarjeta no bom sentido; vim de uma família muito pobre, de dez irmãos, pai e mãe que ganhavam salário mínimo. Quando entrei no Senai, dei rumo à minha vida.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Tenho três irmãos que são profissionais e passaram por lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E tantos outros Senadores e Deputados que conheço.

O Sistema S, já discuti isso com o Senador Armando Monteiro, pode ser ajustado. Mas, de fato, esse projeto, eu já olhei também, não é o caminho. Ajustar é uma coisa, mas esse projeto não é o caminho.

Por isso eu também, de público, declaro o meu voto, acompanhando o Relator.

Enfim, os Senadores e as Senadoras que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Senador Armando Monteiro.

Senador Cristovam Buarque, pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Paim, eu gostaria de pedir a inclusão, na pauta, de um requerimento que estou fazendo de uma audiência para discutir o assunto das bibliotecas no Brasil. A audiência seria para nos posicionarmos

sobre a conveniência de se criar as bases legais para a conceituação da Biblioteca como centro de gestão do conhecimento fundamental para a preservação da cultura humana e como instrumento essencial para construção dos saberes, artes e ciências, com a presença dos seguintes convidados: 1. Prof. Dr. José Castilho Marques Neto, Secretário Executivo do Programa Nacional do Livro e da Leitura, do Ministério da Cultura; 2. Sr^a Regina Céli de Sousa, Bibliotecária e Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia; 3. Prof^a Dr^a Angélica C. D. Miranda, Pró-reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande (RS); e 4. Prof^a Dr^a Marta Lúcia Pomim Valentim, professora do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Campus de Marília (SP).

Essa é a minha proposta, Senador. Obviamente, não há mais como fazer este ano, mas, se a aprovarmos aqui, no próximo ano faríamos a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Cristovam leu na íntegra o requerimento. Consulto o Plenário se concordam que esse requerimento seja votado extrapauta.

Os que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos, agora, ao mérito. Não preciso ler o requerimento de novo porque S. Ex^a já leu.

Os que concordam com o teor do requerimento para essa audiência pública permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 75, de 2013

Requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de dar início aos debates que objetivem a Comissão de Educação, Cultura e Esportes – CE a posicionar-se sobre a conveniência de se criar as bases legais para a conceituação da Biblioteca como centro de gestão do conhecimento fundamental para a preservação da cultura humana e como instrumento essencial para construção dos saberes, artes e ciências, com a presença dos seguintes convidados: 1. Prof. Dr. José Castilho Marques Neto, Secretário Executivo do Programa Nacional do Livro e da Leitura, do Ministério da Cultura; 2. Sra. Regina Céli de Sousa, Bibliotecária e Presidente do Conselho Federal de

Biblioteconomia; 3. Prof. Dra. Angélica C. D. Miranda, Pró-reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande (RS); e 4. Prof. Dra. Marta Lígia Pomim Valentim, professora do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Campus de Marília (SP).

Autoria: Senador Cristovam Buarque.)

Há dois comunicados.

Não teremos mais nenhuma votação.

Comunico aos senhores e senhoras, Senadores e Senadoras o recebimento do aviso, de autoria do Ex^{mo} **SR. PRESIDENTE** do Tribunal de Contas da União, João Augusto Ribeiro Nardes, gaúcho de Santo Ângelo, sobre acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº 015.605/2013-2, na Sessão Ordinária de 27/11/2013, acompanhado do relatório e da proposta de deliberação que o fundamentam.

O acórdão produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado e eventuais providências a cargo dessa Comissão serão posteriormente comunicadas.

Senadores que desejarem cópia do aviso poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

O aviso vai ao Arquivo.

Comunicado.

Comunico aos Senadores e Senadoras o recebimento de convite da Ex^{ma} Sra Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, e do Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado do Esporte, Aldo Rebelo, para o Anúncio dos Municípios selecionados para o Centro de Iniciação do Esporte (CIE), programa de infraestrutura esportiva que compõe o PAC 2, a ser realizado no próximo dia 10 de dezembro, terça-feira – hoje à tarde –, às 14h30, no Auditório da Sede do DNIT, Térreo, Quadra 3, Setor de Autarquias Norte (SAN), em Brasília.

Os Senadores que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

O comunicado vai ao Arquivo.

Não havendo mais nada a votar nem a declarar, encerramos a reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 11 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 4 minutos.)

ATA DA 71ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Roberto Requião, João Capiberibe, Romero Jucá, Ana Amélia, Benedito de Lira, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Rodrigo Rollemberg, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Aloysio Nunes Ferreira, Mozarildo Cavalcanti e Antonio Carlos Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer, Armando Monteiro, Gim e Osvaldo Sobrinho, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Mensagem do Senado Federal nº 97, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República, que “Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea ‘f’, da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2228-1, de 6 de setembro de 2001, à consideração do Senado Federal o nome do Senhor ROBERTO GONÇALVES DE LIMA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE”. O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ofereceu relatório a ser apreciado em votação secreta, na reunião do dia 10 de dezembro de 2013, oportunidade em que foi concedida vista coletiva, nos termos do disposto no art. 383, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal, alterado pela Resolução nº 41, de 2013. Prosseguindo, usa da palavra o Senhor Roberto Gonçalves de Lima para fazer sua exposição sobre assuntos pertinentes ao cargo a ser ocupado. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, franqueia a palavra aos Senhores Senadores para que se dê início à sabatina. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Inácio Arruda e Cyro Miranda. Terminada a sabatina, a presidência determina a realização da votação, por escrutínio secreto, designando os Senhores Senadores Inácio Arruda e Mozarildo Cavalcanti para servirem como escrutinadores. Encerrada a votação e a apuração dos votos, a presidência declara aprovado o nome do Senhor Roberto Gonçalves de Lima para o cargo de Diretor da Agência

Nacional do Cinema – Ancine, por 17 (dezesete) votos favoráveis, 1 (um) voto contrário e nenhuma abstenção. Neste momento, o Senhor Senador Inácio Arruda requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento de Urgência para a matéria, o que é aprovado. Logo após, a presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 2: Requerimento nº 76/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Inácio Arruda, que requer “... nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para a **Mensagem do Senado Federal nº 97, de 2013**, que “Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea ‘f’, da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2228-1, de 6 de setembro de 2001, à consideração do Senado Federal o nome do Senhor ROBERTO GONÇALVES DE LIMA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE.”, de autoria da Presidência da República”. O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a Presidência faz a leitura do seguinte **comunicado**: “Comunico a(o)s Senhores(as) Senadores(as) o recebimento de documento final do XIV Fórum Nacional das Entidades Representativas dos Especialistas de Educação, realizado no período de 09 a 11 de Dezembro de 2013 em Brasília. No documento constam as reivindicações do setor produzidas pelo o Fórum. O documento foi assinado pelos representantes da Associação de Inspectores do Ensino do Rio Grande do Sul (AIERGS), Associação Mineira de Supervisores Pedagógicos (AMISP), Sindicato dos Supervisores do Magistério do Estado de São Paulo (APASE), Associação dos Supervisores Escolares de Santa Catarina (ASESC), Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo (SINESP) e Sindicato dos Profissionais de Especialistas em Educação do Ensino Público do Estado de Minas Gerais (SINDESPE). Os Senadores que desejarem uma cópia da Carta poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. O documento vai ao arquivo. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, faz um balanço das atividades da Comissão no ano de 2013, destacando os principais projetos aprovados e Audiências Públicas realizadas. Prosseguindo, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da presente Reunião e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*. – SENADOR **CYRO MIRANDA**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 71ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Sras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a propositura permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião tem por finalidade a apreciação da seguinte pauta:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 97, de 2013

– Não terminativo –

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2228-1, de 6 de setembro de 2001, à consideração do Senado Federal o nome do Senhor ROBERTO GONÇALVES DE LIMA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: A ser apreciado em votação secreta.

Observações:

1 – Na reunião do dia 10/12/2013, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal, alterado pela Resolução nº 41, de 2013.

O indicado já se encontra na sala da Secretaria da Comissão. Solicito ao Senador Mozarildo Cavalcanti que conduza o Sr. Roberto Gonçalves de Lima a este plenário, por gentileza. *(Pausa.)*

O relatório foi lido, na reunião anterior, pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, Relator desta propositura, e os esclarecimentos foram todos prestados e satisfeitos pelo Relator. Faltava só a declaração exigida na alínea "b". Mas foram cumpridas todas as exigências e já foi comunicado ao processado.

Então, com muito prazer, concedo a palavra ao nosso indicado Sr. Roberto Gonçalves de Lima para uma breve exposição.

O SR. ROBERTO GONÇALVES DE LIMA – Muito obrigado.

Bom dia a todos e a todas.

Sr. Presidente da Comissão de Educação e Cultura, Senador Cyro Miranda, Sras Senadoras e Srs. Senadores e presentes, sei que o relatório do Senador Aloysio Nunes, a quem saúdo também, faz uma exposição da minha propositura, mas eu queria começar falando brevemente do que me traz aqui, do que me coloca com essa pretensão de ocupar uma diretoria da Ancine.

Eu ingressei na Agência Nacional de Cinema em 2007 como assessor da Diretoria Colegiada e, desde então, participei ativamente da formulação das principais ações de regulação, fomento e na gestão da Agência. Antes disso, eu atuei no Ministério da Cultura, na Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, na Gerência de Participação Social, coordenando a I Conferência Nacional de Cultura. Antes disso ainda, na Secretaria de Cultura da Prefeitura de São Paulo, coordenei o Grupo de Trabalho de Cultura do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC e a Gerência de Cultura de Ribeirão Pires, no Estado de São Paulo.

Essa trajetória na Administração Pública, já são cerca de 15 anos, foi motivada pela minha experiência como dramaturgo, como diretor e produtor nas artes cênicas, principalmente, e pela percepção de que essa experiência na produção da experiência de criação nas artes cênicas poderia de alguma maneira contribuir também na formulação de políticas públicas de cultura que trouxessem maior sustentabilidade para as atividades culturais.

Nessa trajetória, fui percebendo que o papel do Estado diante da cultura é aquilo que o antropólogo argentino Néstor García Canclini nos ensinou:

Não cabe ao Estado indicar aos artistas o que eles devem compor, pintar ou filmar, mas tem responsabilidade sobre o destino público desses produtos para que sejam acessíveis a todos os setores e para que a diversidade cultural possa ser manifestada e apreciada.

Quando o poder público coloca o seu foco no cumprimento estrito dessa responsabilidade, o resultado é justamente a criação das condições objetivas para que a atividade cultural alcance a sustentabilidade desejada. Acredito, em que pese as grandes dificuldades e lacunas ainda existentes, que a Ancine tem dado uma importante contribuição nesse sentido para o setor audiovisual.

Queria tomar a paciência dos senhores com alguns números rápidos. Vou considerar um período que é de 2008 a 2012, porque é um período em que a gente pode dizer que todos os mecanismos de fomento da Agência estavam em vigência, estavam em operação. Vou me basear em dados do Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual da Ancine (OCA).

Nesse período de 2008 a 2012, o crescimento na renda para filmes nacionais foi de mais de 126%. O público foi de 8.820.706 para 15.561.688 pessoas, um crescimento de 76,4%. Isso sem poder contar com o aumento expressivo no número de salas de exibição, que nesse período foi de 2.268 para 2.517, ou seja, pouco mais de 10% de crescimento nesse período, e também sem poder justificar esse crescimento de renda totalmente com o aumento no preço médio do ingresso (PMI), porque nesse período ele subiu 35%. Estamos falando de uma proporção de 126% no aumento de renda para 35% no aumento do PMI e 10% no aumento no número de salas. Então, parece inegável que há um aumento de público para os filmes.

Segundo indicadores disponíveis no portal da Anatel, falando agora de TV paga, o crescimento a média anual de crescimento da base de assinantes da TV paga tem girado em torno de 24%, sendo que, em 2012, segundo dados da Anatel, o Brasil fechou o ano com 16,2 milhões de domicílios com TV paga. Considerando o número médio de 3,3 pessoas por domicílio, que é o número com que o IBGE trabalha, os serviços de TV por assinatura são distribuídos para aproximadamente 53,4 milhões de brasileiros e estão presentes em mais de 27% dos domicílios do País. Esses são números de 2012, números ainda conservadores ou já superados.

A política de fomento operada pela Ancine, que é determinada em lei, desde o início se pautou por procurar favorecer a relação, a parceria entre a produção independente e os programadores de televisão, tanto os brasileiros quanto os estrangeiros que atuam no Brasil. Hoje, graças à Lei nº 12.485, de 2011, todo esse contingente de pessoas passa a ter acesso a conteúdos brasileiros no horário nobre da programação, o que é uma grande diferença.

Ainda segundo a Anatel, falando um pouco de banda larga, o acesso à banda larga foi de 2,6 milhões para 5,8 milhões, o que perfaz um crescimento de 123% no período. É claro que esse crescimento não pode ser totalmente associado à fruição de conteúdos audiovisuais, mas a gente sabe que o hábito de assistir a vídeos

na internet é um hábito crescente. Há um crescimento significativo do setor audiovisual no Brasil, e queria chamar a atenção especificamente para alguns números relacionados a cinema no ano de 2013. Vou me basear também no relatório disponibilizado pelo Observatório do Cinema e do Audiovisual da Ancine que trata dos números dos três primeiros trimestres de 2013.

Nesse período, foram lançadas 81 obras brasileiras em salas de cinema, o que corresponde, mais ou menos, a todo o número de obras lançadas observadas no ano de 2012 e representa um crescimento de mais de 40% em relação à média da quantidade de lançamento para o mesmo período nos últimos anos. Em 2013, 40% mais lançamentos de filmes brasileiros do que a média dos últimos cinco anos.

Outro indicador que é bastante importante é que cresceu o número de salas ocupadas por lançamentos brasileiros em relação ao mesmo período dos anos anteriores, mostrando que o segmento de exibição está apostando ou ampliando a sua aposta no filme brasileiro.

Para as empresas distribuidoras brasileiras, o cenário é o mesmo. E também há aposta. O aumento de 20% na renda das distribuidoras brasileiras é resultado direto do aumento de 116% do público para filmes brasileiros por elas distribuídos. A gente tem cada vez mais distribuidoras brasileiras se especializando em operar com distribuição de filmes brasileiros, o que é uma mudança qualitativa bastante significativa também.

É interessante observar que, diferente do que aconteceu em 2010, por exemplo, a gente não tem, este ano, a ocorrência de um fenômeno como *Tropa de Elite 2*, um filme que, sozinho, vendeu mais de 11 milhões de ingressos. Neste ano, até eu fechar esta apresentação, a gente tinha sete obras que ultrapassaram 1 milhão de expectadores. Acho que, neste fim de semana, a gente já pode falar de 8 obras que ultrapassam 1 milhão de expectadores. E, se não me engano, a gente chega a 13 ou 14 obras com mais de 500 mil expectadores no Brasil no ano de 2013.

Na TV paga, além de assistirmos cada vez mais obras brasileiras no horário nobre, há um outro fenômeno interessante que é o surgimento de programadoras brasileiras independentes, que começam a se afirmar no mercado. São novos agentes econômicos entrando e os serviços de vídeos por demanda já estão significando, já representam cerca de 17% do faturamento das operadoras. A estimativa é que, até 2017, eles representem 35%.

Estou querendo chamar a atenção para esses números porque existe, ou parece que está começando a se anunciar de fato, uma mudança de hábito na relação do público com o audiovisual, que o vídeo por demanda aprofunda.

Esse conjunto de fatores indica que há um efetivo crescimento no segmento de exibição televisão e internet, mas o que parece mais importante é que esse crescimento venha associado também com o crescimento na demanda por conteúdo brasileiro. As duas coisas estão acontecendo simultaneamente.

Eu fico me perguntando, e acho que todo mundo está se perguntando, este ano, o que de fato está acontecendo em 2013. A gente está tendo mais um ponto fora da curva, um fenômeno que vai passar no ano que vem, ou a gente realmente está alcançando um patamar novo e diferente para o audiovisual brasileiro? Estou arriscando, estou, na verdade, me baseando na minha experiência para tentar mostrar que pode ser que a gente realmente esteja conquistando um novo patamar, o início de um patamar de sustentabilidade.

É cedo para dar essa resposta, mas um primeiro indicador da contribuição que a Ancine dá para que isso aconteça vem da ampliação dos recursos disponibilizados. Acho que vale a pena também dar uma olhada nisso. Se eu ficar me alongando demais, se eu for mostrar todos os números, seria um pouco excessivo. Estou tentando aqui me fixar em alguns.

Nos últimos cinco anos, a média de captação de recursos com base nas leis baseadas em renúncia fiscal foi de cerca de R\$180 milhões por ano. No Fundo Setorial do Audiovisual, passamos de um investimento efetivo de R\$29.485.586,00, no biênio de 2008/2009, para R\$130.579.244,00 – esse é o recurso efetivamente contratado, não disponibilizado –, no biênio 2012/2013. Esse aumento é de cerca de 340%. Mas o volume de dinheiro investido no setor não explica a atuação da Agência nem por que essa atuação pode estar ajudando em mercado ou desenvolvimento sustentável desse mercado. Para isso é preciso entender um pouco como a Ancine vem estrutura a sua ação regulatória.

Uma das primeiras contribuições dadas pela agência está no fato de ela reconhecer quem são os agentes econômicos que atuam nesse setor, registrando as empresas segundo seus segmentos de atuação, registrando as obras produzidas segundo a sua tipologia, analisando contratos que tratam da partição de direitos e estabelecem modelos de negócio, entre outras atividades. Dessa forma, passou a ser possível acompanhar as operações comerciais estabelecidas no mercado e suas transformações, principalmente dando visibilidade a um setor importante da economia sobre o qual antes havia pouca informação sistematizada disponível.

Mais do que monitorar ou controlar, a atividade regulatória proporciona à Ancine que possa conhecer esse mercado. E esse conhecimento fornece orientação inclusive das ações de financiamento. E o sinal dessa orientação regulatória é como se busca atingir, de forma sistêmica, todos os elos das cadeias positivas do au-

audiovisual ultrapassando um paradigma histórico das políticas de fomento à cultura no Brasil, que quase sempre se limitaram ao fomento à produção de obras.

Outro resultado direto em processos do conhecimento trazido pela ação regulatória é a cultura de planejamento estratégico adotada na gestão da agência, pois quanto maior for a previsibilidade das ações do agente regulador, mais se permite que o agente regulado planeje suas atividades com antecedência, gerando ciclos produtivos mais longos e mais consistentes.

A Ancine iniciou seu processo de planejamento estratégico em 2008, processo que acabou resultando na elaboração de uma agenda regulatória consistente e contribuiu para a formulação do Plano de Diretrizes e Metas para o Audiovisual, debatido e aprovado pelo Conselho Superior de Cinema e que vai orientar as atividades do setor e as atividades do Estado em relação ao setor até o ano de 2020.

Os avanços são percebidos também pelo investimento na qualificação dos servidores, pelo esforço na construção e qualificação dos sistemas de informação e na adoção de boas práticas de regulação. E cito aqui um exemplo que é a análise de impacto regulatório.

A adoção de boas práticas de gestão, a produção de conhecimento sobre o setor, o pensamento sistêmico que orienta as ações de fomento e a cultura de planejamento estratégico são os elementos que a meu juízo estão determinando que hoje a Ancine esteja fornecendo segurança institucional para que o setor dispute – ele, sim – uma posição de relevância para o audiovisual brasileiro, tanto no mercado interno quanto no mercado externo.

Ainda existem enormes dificuldades a superar e certamente há insatisfações em relação à atuação da agência que eu não ignoro. Mas ao longo desses quase sete anos eu venho testemunhando o real esforço do corpo técnico e dirigente da Ancine, assim como dos profissionais do audiovisual, para encontrar as melhores soluções e enfrentar os desafios, os quais se ampliaram em função da promulgação da Lei nº 2.485, que trouxe novas atribuições para a Ancine e também uma nova realidade para o mercado, mas também em função das rápidas e profundas mudanças que ocorrem nos modos de produção, em virtude da convergência tecnológica e da expansão da internet no Brasil e no mundo.

Os desafios que temos pela frente são muitos e são imensos. E sem pretender dar conta de todos, enumero alguns que entendo mereçam destaque, por tratarem de lacunas ainda existentes na ação da agência, que se enfrentados poderão fornecer mais ferramentas para que o setor audiovisual se estruture e se fortaleça.

O primeiro destaque que faço é para a necessidade de qualificar a relação da agência com o usuário. Nos últimos anos, o cinema e o audiovisual têm conquistado número crescente de consumidores e a produção brasileira em especial amplia sua visibilidade. Isso implica em que a cada dia que passa o órgão regulador também se torne mais presente na vida dos usuários dos serviços audiovisuais. E penso que será necessário aprofundar esse relacionamento contemplando o espírito que rege a Lei nº 2.527, de 2011, que amplia o acesso à informação.

O foco de toda agência reguladora deve ser o usuário e precisamos reconhecer melhor as necessidades desses consumidores, mas acima de tudo dar a conhecer a eles seus direitos em relação aos serviços que utilizam. Algumas ações importantes para atingir esses objetivos são fortalecer a ouvidoria, a política de comunicação, estruturar melhores sistemas de informação, ampliar e diversificar o conteúdo do observatório do cinema e do audiovisual, passando a informar regularmente indicadores relacionados ao mercado, assim como indicadores dos desempenhos dos serviços prestados pela Agência.

Outro elemento relevante será a implantação de câmaras técnicas, já previstas para 2014. E a minha experiência profissional me mostrou que a participação da sociedade ajuda a qualificar a gestão das políticas públicas. Mas para isso é preciso evoluir para uma cultura de corresponsabilidade entre a sociedade e o Estado, na construção compartilhada de soluções viáveis.

Outro ponto importante está na necessidade de reinventar a burocracia. A realização de uma obra, evento ou serviço de natureza cultural é um processo coletivo de construção, que necessita da capacidade dos envolvidos e almeja produzir determinados efeitos de comunicação sobre a audiência que pode ser conquistados de diversas formas e por meio de diversas estratégias estéticas, que resultam em diversas estratégias negociais que o gestor do recurso tem que administrar sem dominar previamente todas as variantes com que vai operar.

Os processos produtivos típicos das indústrias culturais como o audiovisual costumam requisitar maior precisão no planejamento prévio por envolverem agentes econômicos mais estruturados, maiores volumes de recursos e compromissos com prazo de entrega. Mas também necessitam da concorrência de talentos diversos e um esforço na administração do jogo criativo implicando que aquela variabilidade intrínseca não desapareça, pois é constitutiva do objeto cultural.

E determina também um alto grau de variabilidade na gestão dos recursos financeiros, técnicos e humanos necessários a sua realização.

No entanto os procedimentos burocráticos que o Poder Público desenvolveu para lidar com esse objeto não partem da observação da sua natureza intrínseca para buscar traduzir em mecanismos de controle e acompanhamento adequados. É preciso realizar esse esforço, não só no âmbito da Ancine, mas desenvolvendo o conjunto das instituições públicas de fomento à cultura, em todos os níveis federativos, e principalmente os órgãos de controle e o Parlamento.

Outro desafio está em sedimentar modelos de negócio baseados na detenção da propriedade intelectual sobre as obras e formatos. Tão importante quanto criar novas linhas de fomento e disponibilizar mais recursos financeiros será sedimentar a lógica que preside o arcabouço legal de todo o audiovisual no Brasil. E que é central para estruturar o setor assegurar direitos patrimoniais sobre as obras financiadas com recursos públicos aos seus efetivos produtores.

Quando o produtor independente detém o poder dirigente sobre a obras, isso amplia o volume de negócios que as empresas realizam a partir de um único empreendimento, podendo explorar comercialização de formatos, de elementos derivados da marca, resultando em um círculo maior de exploração do conteúdo financiado com recursos públicos; portanto, ampliando o acesso da população à diversidade cultural brasileira e determinando um círculo virtuoso, que é um dos principais fatores a conferir ao setor a sustentabilidade pretendida.

Outro desafio era ampliar e diversificar os espaços de veiculação dos conteúdos audiovisuais. O setor de exibição cinematográfica inicia um projeto de digitalização das salas. Modelo dos Multiplex acompanha a expansão dos *shopping centers* em direção aos consumidores da classe C e os polos de desenvolvimento que surgem em todo o interior do País.

O programa Cinema Perto de Você, da Ancine e do BNDES, tem dado uma contribuição expressiva para expansão do setor. Mas acredito que, além de crescer, devemos contribuir para diversificar o parque exibidor, ajudando a encontrar soluções de financiamento que proporcionem o surgimento de grupos com atuação regional, grupos dedicados a nichos específicos de mercado, salas públicas operadas em parcerias com grupos privados, salas itinerantes, entre outras soluções possíveis.

No mesmo sentido existe a necessidade de continuar apoiando o fortalecimento do sistema público de televisão, complementando com o arranjo necessário e ampliando acesso da sociedade brasileira a um conjunto de alternativas de exibição do audiovisual brasileiro.

Mas eu gostaria de destacar, dentro desse conjunto, a necessidade de nos prepararmos para lidar com o rápido crescimento em importância da internet e das novas mídias como ambiente propício à geração de negócios para o setor audiovisual. Esse é o ambiente de fruição audiovisual que mais cresce na preferência dos usuários e novos modelos de negócios muito bem-sucedidos já nascem diretamente na internet.

A ampliação e diversificação das janelas de exibição para conteúdos audiovisuais brasileiros vai fornecer a escala que dará suporte ao crescimento da produção e distribuição para todos os tipos de conteúdo, ampliando o acesso da população e o tempo de exploração comercial das rodas e as chances de novos realizadores, programadores e agregadores de conteúdo surgirem e se afirmarem no mercado.

Destaco também a necessidade de evidenciar a diversidade cultura como premissa das políticas públicas de desenvolvimento.

A missão institucional da Ancine é estimular o desenvolvimento do mercado cinematográfico e audiovisual e isso muitas vezes é interpretado como algo que tiraria da agência a necessidade de considerar o aspecto cultural da atividade.

A viabilidade da economia da cultura, portanto, também do setor audiovisual está diretamente relacionada à sua relevância, à sua capacidade de interferir na formação do gosto e de formar plateias, de dialogar com a constelação de signos e valores da sociedade e de dotar o País, cada região do País, de um discurso próprio, uma narrativa própria por meio da qual ela edifica sua própria imagem e se confronta com o mundo.

A viabilidade econômica não existe descolada da relevância cultural e ambos os aspectos devem ser considerados sempre em conjunto.

Por fim, chamo a atenção para o desafio de estimular o desenvolvimento regional.

Até pouco tempo atrás era difícil falar em regionalização do desenvolvimento do audiovisual. Por um lado, havia o alto custo dos equipamentos, pouca disponibilidade de mão de obra capacitada e dificuldade em disponibilizar a infraestrutura necessária para viabilizar a produção de cinema fora do eixo Rio-São Paulo. Lembro aqui várias experiências: Fortaleza, Espírito Santo e aqui mesmo, em Brasília, várias experiências de polos de desenvolvimento de cinema que, de uma maneira ou de outra, por um motivo ou por outro, acabaram não conseguindo se desenvolver a contento.

Por outro lado, na TV brasileira, pensando sobretudo na TV aberta, predomina um modelo de negócio que se caracteriza pela integração vertical do processo produtivo que opera a partir de uma emissora cabeça

de rede associada a retransmissoras que deixam pouco ou nenhum espaço para que a produção regional e independente se desenvolva.

Essas duas realidades estão mudando rapidamente. Em virtude da revolução tecnológica trazida pela digitalização, do surgimento de diversos novos polos de desenvolvimento econômico em todas as regiões do País e por conta das novas regras trazidas pela Lei 2.485, que guarda parte da programação para obras brasileiras independentes e parte dos pacotes da TV paga para programadoras independentes, estimulando o surgimento de novos atores e a segregação e especialização de funções em uma economia que é estruturada por camadas.

O legislador, quando pensou nessa lei, manifestou claramente o desejo de que o desenvolvimento audiovisual se regionalizasse no Brasil, fato manifesto no disposto que reserva o mínimo de 30% dos recursos criados por essa lei para serem aplicados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e o dispositivo que reserva 10% desses recursos para serem aplicados em produções que se destinem às TVs comunitárias e universitárias.

A Ancine será estratégica para fornecer, fortalecer a produção que já existe em diversos locais do País e favorecer o surgimento de novos polos de desenvolvimento audiovisual no Brasil, ajudando a consolidar a regionalização do desenvolvimento cultural e econômico do País.

Por certo existem diversos outros enormes desafios importantes. Eu busquei aqui elencar alguns que me parecem centrais para o fortalecimento do papel da Ancine em relação à sociedade e que, se enfrentados, podem ajudar a conferir sustentabilidade ao setor.

O audiovisual brasileiro tem uma história de enorme sucesso e de profunda empatia com o público desde os seus primórdios, pensando no cinema, pensando na teledramaturgia. Hoje vivemos novamente um bom momento nessa relação, com realizadores, gestores e público buscando caminhos para afirmar a nossa diversidade cultural por meio da produção audiovisual.

O Congresso Nacional e o Senado Federal, em especial, vêm demonstrando a importância que atribuem a esse setor, formulando marcos legais estruturantes, tais como: a Lei 11.437, de 2006, que criou o Fundo Setorial do Audiovisual; a Lei 12.485, já citada várias vezes, que ampliou o acesso do público ao audiovisual brasileiro; e a Lei 12.761, de 2012, do vale-cultura, que vai alimentar as cadeias produtivas da cultura a partir da ponta do consumo e será uma revolução no mercado, entre outras leis.

Acredito que a Ancine está contribuindo e construindo algo além de uma agência que se paute pela eficiência, justiça, moralidade, impessoalidade e publicidade dos seus atos, constituindo-se em ferramenta de apoio para que o setor audiovisual brasileiro conquiste cada vez mais sustentabilidade econômica e cada vez mais relevância cultural. Desse modo, ela está ajudando a sociedade brasileira a ampliar e garantir o acesso aos seus direitos culturais, dando, assim, uma importante contribuição para consolidação da democracia no Brasil.

Eu tenho a honra de pertencer ao quadro de servidores do Ministério da Cultura nos últimos dez anos e de participar do processo de construção da Ancine nos últimos quase sete anos. E gostaria de poder continuar contribuindo com ele, claro, se for esse o entendimento, é claro, das Srs. e Srs. Senadores da República.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço a exposição do Sr. Roberto Gonçalves de Lima e passo a palavra aos Senadores inscritos para arguição do indicado.

O primeiro inscrito é o Senador Cristovam Buarque. Em seguida, o Senador Inácio Arruda.

Senador Buarque, por gentileza.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, quero cumprimentar a Presidente da República e a Ministra da Cultura pela indicação do Sr. Roberto, que, a meu ver, preenche totalmente as qualificações necessárias para o cargo.

Pedi a palavra apenas para lembrar que, nesta semana, finalmente foi aprovado na Câmara dos Deputados – e está em fase de revisão do texto – o Projeto nº 185/2008, de minha autoria, que dispõe sobre a apresentação de filmes brasileiros nas escolas, como forma de ganharmos mais simpatizantes para o cinema brasileiro. Se desde a infância a criança for acostumada com a linguagem que tem caracterizado a nossa produção, embora haja linguagens diferentes, será mais fácil adquirir simpatia quando essas crianças forem adultas. Ao mesmo tempo, isso faz a escola mais alegre. Hoje, a escola é uma instituição muito chata, desagradável, e isso daria certa alegria à escola. Por isso, fico muito feliz que esse projeto tenha sido aprovado.

Quero fazer aqui dois apelos: um ao Presidente da Comissão e outro ao novo diretor. O meu apelo ao Presidente da Comissão é que, logo que chegar aqui a proposta ao Senado, possamos aprovar o projeto de lei, que virá para o Senado, porque houve algumas mudanças na Câmara, o que, a meu ver, enriqueceram o projeto inicial. Então, Senador Cyro, eu gostaria de pedir prioridade na agenda do próximo ano à análise do Projeto nº 185/2008.

Ao novo Diretor da Ancine ao gostaria de pedir que, assim que o projeto chegar à Presidência da República, ganhe a aprovação da Presidente Dilma, que ninguém pense em vetar a proposta por alguma razão, porque

ainda há pessoas que acham que esse projeto pode custar muito, por exemplo. Mas não vai custar. Então, eu gostaria de fazer esse apelo ao Senador Presidente e ao novo Diretor, que espero – daqui a pouco vamos ter o resultado da sabatina – seja o novo Diretor da Ancine.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Pode ter certeza de que o projeto terá total apoio desta Comissão, desta Presidência, até porque tramita há cinco anos o Projeto 185/2008. Ao chegar aqui, vamos dar prioridade total. Se chegar ao primeiro mês de atividade, em fevereiro, em seguida será votado.

Eu vou juntar as perguntas. Passo agora a palavra ao Senador Inácio Arruda. Depois, farei uma pergunta e procederemos à apuração dos votos.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, caro sabatinado Roberto Lima, considero que, das últimas indicações que recebemos da Presidente da República, V. S^a é daquelas que conhecem mais profundamente a Ancine. V. S^a acompanha o trabalho da Ancine praticamente desde o seu início. A Ancine se estruturou, mas é uma agência nova, muito nova, e o senhor acompanha as atividades da Ancine desde o início. Isso, para nós, é uma garantia de êxito da nossa indicação.

V. S^a sabe que, há pouco tempo, discutimos a questão do voto aberto. Nós votamos que até mesmo as indicações para as agências fossem abertas. Isso não ocorreu, mas tenho convicção de que a maioria esmagadora da nossa Comissão, conhecendo o trabalho que V. S^a desempenhou na agência, lendo aqui o relatório do nosso Senador Aloysio Nunes Ferreira, vai compreender o acerto da Presidente da República Dilma Rousseff ao indicá-lo para compor os quadros da Agência Nacional de Cinema.

Gostaria que a gente pudesse na agência... E esse é um problema de todas as agências; elas têm um papel regulador, de fazer cumprir a legislação, que é aprovada pelo Congresso Nacional, seja de iniciativa do Congresso, seja de iniciativa da Presidente. Então, a agência tem a responsabilidade de fazer cumprir essa legislação, mas uma distinção da Agência Nacional de Cinema é ter um papel fomentador. Então, isso é muito significativo.

Especialmente no nosso caso, vejam que o Senador Cristovam propõe que se tenha cinema na escola. Nada mais significativo do que se pedir que o aluno que aprende, pois se pede sempre na sala de aula que ele faça interpretação de textos, que ele também faça interpretação das peças produzidas, e muitas delas estão absolutamente ligadas à nossa história. Então, pega-se Delenda Canudos, para citar uma peça nordestina, e pode-se levá-la para a sala de aula, numa sessão de cinema, e, depois, será feita a interpretação. O que foi aquilo? Que história é aquela? O que quiseram contar? Qual é a lição que se tira daquele movimento?

Então, acho que tudo isso que, ao mesmo tempo, estimula você a estar presente na sala de cinema para acompanhar a produção nacional, também leva esse aluno para o livro. Ele também vai para o livro, a partir da peça cinematográfica, a partir do audiovisual. Acho que é um grande estímulo. Como fomentadora, a própria agência poderia tomar em suas mãos essa proposta do Senador Cristovam, em termos de lei, para que a gente possa utilizá-la, estimulando a nossa criança e a nossa juventude na sala de aula.

Mas a agência tem o controle de um fundo importante, que é o fundo que vai estimular... Vejam que as pequenas cidades brasileiras, hoje, mesmo no Sudeste e no Sul, não têm uma sala de cinema. Uma cidade para nós, no caso do Ceará – porque estou ali e convivo com aquela realidade –, se você tirar alguns *shoppings* que estão sendo construídos agora, onde já comunicaram que vão existir salas de cinema, uma cidade como Crato não tem uma sala de cinema! Era, digamos assim, a cidade da cultura do Cariri, o centro, o berço cultural do Cariri, que incluía o Ceará, parte de Pernambuco, Paraíba e Piauí. Então, aquele centro cultural não tinha uma sala de cinema sequer, e a maioria das cidades da região, tirando Juazeiro, não tem uma sala de cinema, algo impressionante.

Então, a Ancine tem condições e pode contribuir muito para que a gente estimule o audiovisual brasileiro, o cinema brasileiro especialmente.

Vejam um caso, também nosso, porque temos de fazer a nossa propaganda. Vejam o caso do Cine Holliúdy, que está entre essas peças que devem ter alcançado mais de 700 mil espectadores, pessoas que estiveram na sala de cinema para assistir ao Cine Holliúdy. Deve bater a casa de, talvez, um milhão, um milhão e meio de pessoas que vão assistir a essa peça, que é simples, mas na qual você dá gargalhada, ri e brinca. Quer dizer, é muito interessante, de cinema. O Cine Holliúdy no Ceará teve uma estreia simultânea em Fortaleza, em Juazeiro, Sobral e Maracanaú. Ponto.

Cine Holliúdy queria estrear em cem cidades do Ceará, mas não podia. Não tinha como. Você não tem sala, como é que ele ia estrear? Seria um êxito fantástico. Imagine... O Ceará tem mais de 8,5 milhões de habitantes. Então, você poderia ter tido um sucesso extraordinário, muitíssimas vezes maior do que o que ele teve, que já foi espetacular para o nosso caso, mas podia ter sido muito maior. Isso eu estou falando do Ceará, mas é o Ceará, é o Piauí, é o Rio Grande do Norte, é o Maranhão, é a Paraíba, é Pernambuco, é Alagoas, é o Sertão

baiano, o interior da Bahia. Tirando o litoral dessas regiões, você não tem sala de cinema praticamente em canto nenhum. Lembro que Limoeiro, no Estado do Ceará, também tem uma sala de cinema; um complexo de negócios, que é um mercado, colocou uma sala de cinema.

Então, você imagina o papel e a importância da Ancine nesse aspecto. Desse ponto de vista, eu quero fazer um registro, porque isso acontece praticamente com todas as agências. Quanto aos fundos, nós teríamos que encontrar um mecanismo, inclusive na LDO, para impedir o contingenciamento de recursos do fundo, que o Governo segure os recursos do fundo, o nosso Governo, o Governo que eu defendo, pelo qual eu brigo, vou para o meio da rua para brigar por ele. Quer dizer, numa área em que você vai ajudar a desenvolver arte, cultura popular, produção sofisticada... Porque a produção de cinema é sofisticada, mesmo que seja através de uma camerazinha, de um celular, de um aparelho móvel de comunicação, mesmo aí ela é sofisticada, ela tem a criação, ela tem a capacidade de quem está fazendo a imagem. Você tem que conhecer luz, tem que conhecer plano, tudo isso precisa de uma capacidade, precisa de um preparo. E a área de produção audiovisual no Brasil está preparando gente de qualidade nesse setor. Então, ao mesmo tempo, isso movimenta a economia, isso gera riqueza, isso gera postos de trabalho de alta qualidade. Aliás, a remuneração nessa área às vezes é maior do que a remuneração na indústria, na indústria mais sofisticada. Além de movimentar fortemente a economia, você abre espaço para as várias regiões – citei o caso do Ceará para mostrar que você pode produzir lá e lançar para o Brasil inteiro e, quem sabe, para fora do Brasil.

Portanto, há esse aspecto que é o problema do contingenciamento de recursos. Tenho a opinião de que é responsabilidade nossa, Senador Cyro Miranda, aqui no Congresso Nacional, fazer essa cobrança do Governo intensamente. Não se pode contingenciar recursos de fundos que foram criados para fomentar o desenvolvimento dessa área – no caso da Ancine, para a área de audiovisual especialmente. Então, acho que é uma área em que nós podemos atuar aqui no Congresso Nacional, cobrando do Governo, exigindo do Governo e, quem sabe, produzindo para a LDO um texto capaz de impedir...

Já fizemos isso na área de ciência e tecnologia. Acho que colocamos isso na LDO em 1999, de 1999 até 2011 não se podia contingenciar os recursos destinados à produção científica e tecnológica. Isso permitiu um salto extraordinário. Por exemplo, nós reequipamos toda a Embrapa no Estado do Ceará com recursos de emendas de Comissão, recursos de emenda nacional e de emenda de Bancadas. Ajudamos a fomentar a produção científica e tecnológica, impedimos que fossem contingenciados os fundos por um período na área de ciência e tecnologia, o que permitiu que os fundos pudessem dar vazão a recursos bilionários que existiam neles. Não havia nem como usá-los, porque não estavam preparados para usar tantos recursos. Mas, no caso aqui do cinema, posso dizer que, se colocarmos os recursos à disposição das comunidades, elas vão usar, e vão usar bem, fazendo uma alavancagem extraordinária na produção audiovisual.

Espero ter a alegria de ainda hoje ver seu nome votado no plenário do Senado Federal e queria fazer uma proposição porque também estou na expectativa de que a indicação de V. Ex^a será aprovada amplamente.

Em relação ao problema da integração, uma questão é essa do fundo. Vamos mexer nisso. Isso é recurso destinado pela produção audiovisual brasileira para fomentar o setor. Então, não pode ser contingenciado, não pode ser seguro em canto nenhum.

O segundo é o problema da nossa integração sul-americana. Assistimos a poucos materiais da nossa região. E exatamente por isso, mandamos pouco também; disponibilizamos pouco. Então, o cinema brasileiro, para ser visto no Uruguai, na Argentina, no Chile, no Paraguai, na Colômbia, na Bolívia, no Peru, no Equador, nas Guianas, na Venezuela, é uma dificuldade. Discuti isso há dois anos com nosso Embaixador na Venezuela – acho que era o Embaixador Simões – e perguntei: “Simões, qual é a dificuldade?” Ele disse: “não tem liga entre nós”. É algo impressionante.

Acho que o Ministério da Cultura pode fazer isso evidentemente, mas a Ancine, nessa área do audiovisual, pode fazer um bom trabalho não só de apoio atividades que levam nosso cinema mais intensamente para a América do Sul. Ao mesmo tempo, que possamos trazer mais o cinema sul-americano para o nosso País. É um absurdo, ficamos olhando sempre para o Norte. Sempre. Só pensamos em Europa, Estados Unidos. Há pouco tempo, pensou-se Japão. Houve um tempo também de muita perseguição aos japoneses também no Brasil, aos “amarelos” etc e tal. Aqui também a turma bateu pesado neles.

Agora, isso mudou, mas temos que fazer um esforço grande, e a Ancine tem um papel nisso. Acho que o senhor poderia levar esse como um debate para a diretoria da Ancine, para que possamos fazer uma integração maior entre nós e a América do Sul.

Em um esforço extraordinário – e volto novamente para a minha aldeia – fizemos lá já a segunda edição de cinema produzido por tribos da América do Sul. Veja que fizemos isso em Sobral, e o êxito foi uma coisa extraordinária. Foi belíssimo, foram peças que vocês não imaginam que existem sendo produzidas por esse público, por essa gente. Temos ali um festival de cinema ibero-americano, para tentar fomentar, trazer o nos-

so cinema, o cinema da América do Sul. Fazemos promoções, e, em determinado ano, o esforço nosso foi de trazer para os festivais somente filmes da América do Sul para exatamente reforçar esse aspecto da integração nossa, de que falamos tanto, mas às vezes, na prática, depreciamos porque não usamos os instrumentos que temos para reforçar.

Eu gostaria de propor, já como ação, primeiramente uma luta renhida em torno da questão do uso dos recursos, porque é responsabilidade da agência, mas já nossa também na área da cobrança de que vamos fazer com que a agência toque essa questão.

E, por último, conseguimos aquela cotazinha. Eu disse que era para o inverso a cota. A cota é o seguinte: fizemos uma cota aqui, Presidente, aprovamos aqui, no Congresso Nacional – saiu daqui, do Congresso Nacional – uma cota para termos algo em torno de 3%. Começamos com 1,5%, depois 3% até chegar a 6%. Temos no Brasil o direito de usar até 6% da programação. Nos, brasileiros, a produção nossa, tem direito de chegar até 6% da programação. Então, imaginem eu chegar aos Estados Unidos e dizer isto: “olhem, vocês, americanos, têm o direito de chegar até 6% da produção! Ou na Europa, na França. Imaginem eu dizer: “vocês, franceses, têm o direito de chegar até 6%, porque o resto é minha, ou seja, 94% comigo, e o restante fica com vocês, 6%.” Então, é até 6%. Foi uma guerra terrível, mas está sendo um êxito, está sendo um sucesso. E é isso que está permitindo a alavancagem da nossa indústria cinematográfica, do audiovisual.

Então, seria importante para nós que fosse dado um quadro do resultado desse impacto para que possamos, quem sabe, ajustar melhor essa legislação para ampliar o espaço da produção audiovisual para os canais, digamos assim, porque, na verdade, trabalhamos com os canais fechados, para ampliar o nosso espaço nessa rede que é tão importante e vai ficar cada vez mais importante. Considero que são algumas questões que eu levantaria para que o senhor pudesse levar até a Agência e ajudar aqui o povo brasileiro através da Agência e nós sermos cobrados também. Se os senhores quiserem, coloquem as questões para nós que nós faremos as cobranças aqui no plenário do Senado Federal, na Câmara dos Deputados, onde temos muita gente com a Frente de Cultura, temos a nossa Comissão. Acho que podemos, sim, responder e ajudar muito o Brasil a partir da ação da Ancine e das nossas comissões.

Queria agradecer, Sr. Presidente. Busquei aqui usar o tempo máximo possível para que todos os colegas que estão atuando nas diversas comissões chegassem a tempo de podermos votar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Inácio Arruda. Nós estamos com mais de 20 votos, mas agradeço a sua participação, o seu interesse sempre voltado para a cultura. Tenho aqui três perguntas, mas duas já foram respondidas, então coloco apenas uma.

“Em sua opinião, como está o marco regulatório no setor de audiovisual brasileiro? O modelo atual com duas agências regulamentadores, Anatel e Ancine, está esgotado ou ainda dispõe de virtualidades positivas a serem exploradas?”

“O cinema brasileiro ainda carece de novas leis ou de reformas para se impor ou a sua deficiência é mesmo a criação de pessoal qualificado?”

Coloco essas duas indagações e passo a palavra ao nosso indicado.

O SR. ROBERTO GONÇALVES DE LIMA – Em primeiro lugar, quero agradecer os comentários e os questionamentos aqui que ensejam até elevar para um nível mais qualificado o nosso debate, a minha intervenção. Espero ser capaz de estar à altura.

Queria começar pelo Senador Cristovam. Eu não sei nem se, imagino que o senhor saiba, mas esse projeto de lei que o senhor criou, a que o senhor se refere, não sei se o senhor sabe, mas ele refletiu no Plano de Diretrizes e Metas do Audiovisual. Nesse plano, há uma diretriz específica sobre a relação do audiovisual com a escola, que foi resultado da leitura e do acompanhamento que, na Ancine, vínhamos fazendo desse projeto de lei. É um debate, às vezes, um pouco complicado de se fazer no ambiente da agência reguladora porque tem... Acho, a meu ver, já me colocando particularmente de maneira um pouco equivocada, que às vezes a gente tende para uma visão muito restrita do que seja mercado, do que seja economia do audiovisual. Eu tenho convicção de que a economia do audiovisual começa no público, ela não começa no produtor. É claro que é um ciclo que se retroalimenta, mas didaticamente eu tenho que pensar que a economia começa... E eu não gosto da palavra consumidor; eu gosto, nesse caso, da palavra usuário, como define o Prof. Teixeira Coelho Neto. Cultura não tem consumidor; cultura tem usuário.

A formação de plateia é o objetivo principal das maiores indústrias cinematográficas do mundo. Não é à toa que há um investimento tão grande em animação, em filmes para criança, em filmes para a família. Não é à toa que, no Brasil, é tão difícil desenvolver esse mercado, porque se tem uma janela de exibição muito pequena e uma produção norte-americana muito intensa. Particularmente, eu tenho certeza de que a gente não consegue disputar esse público se a gente não for disputá-lo na escola. Mais do que isso – e acho que o seu projeto enseja essa possibilidade –, hoje... Eu tenho um filho de oito anos e uma filha de 31, então vi dois pro-

cessos de formação em gerações muito diferentes. Esse meu filho é formado audiovisualmente. Ele pensa audiovisualmente, não sei se isso existe. Na lógica com que ele opera, ele precisa, para lidar com as questões da vida, com os problemas que ele vai enfrentar, ele precisa ter o conhecimento dos códigos e dos processos de construção da linguagem audiovisual, senão não vai entender o mundo. Acho que essa é uma questão, além de formação de economia, também de formação de cidadania, e, para mim, essas coisas não se distinguem.

Só reforçando e me colocando à disposição no que eu puder, dentro dos meus limites, para ajudar a que isso aconteça, para que essa lei não só seja promulgada, mas que de fato aconteça, exista e entre na vida das escolas. Isso seria fantástico para a gente a médio e longo prazo para termos um resultado maravilhoso.

Com relação ao Senador Inácio, vou me ater a algumas questões.

Não sei se o senhor sabe disto, mas no Cine Holliúdy, no lançamento desse filme só no Ceará, a média de público por sala, neste ano, foi maior do que a média de público por sala de qualquer outro filme lançado no Brasil, incluindo Thor ou o que o senhor quiser. A maior média de público por sala, por enquanto, é do Cine Holliúdy. É claro que ele foi lançado em poucas salas e é claro que em salas às vezes menores, mesmo assim é um dado significativo que um filme chegue ao mercado do Rio e de São Paulo já com 500 mil espectadores. Isso eu nunca tinha visto. Algumas pessoas com mais tempo de casa ou de setor do que eu, podem ter visto. Eu nunca vi isso. Isso é um fenômeno, mas não é isolado. Esse mesmo diretor já tinha feito isso, se não me engano, naquele filme sobre Bezerra de Menezes, o que também foi um fenômeno. A gente já está começando a acumular fenômenos no Ceará. Precisamos olhar isso com calma para ver o que está acontecendo. Já houve um projeto de polo de desenvolvimento cinematográfico ali, inclusive Luiz Carlos Barreto insistia muito no polo de desenvolvimento do Ceará, luz eterna, perfeita, com muita economia.

De alguma maneira, hoje o desenvolvimento econômico brasileiro começa a se espalhar pelo interior do Brasil. Essa é uma nova realidade que o povo brasileiro está construindo. Independentemente de Governo ou de qualquer órgão, essa é uma nova realidade para o desenvolvimento econômico do Brasil. Ele está se desconcentrando. Isso vai ter um reflexo necessariamente na produção audiovisual. A gente precisa ser capaz de acompanhar isso. A Ancine precisa se preparar para dar suporte para essa nova realidade, porque ela é inevitável.

A questão da integração sul-americana é fundamental. A tudo o que o senhor levantou a respeito da relevância cultural dessa integração, eu só acrescentaria também o fato de que é um mercado pouco explorado pela obra brasileira, e pelas obras sul-americanas, aqui. A gente tem vários exemplos de ação de fomento que não sejam necessariamente injetar recurso, mas muitas vezes facilitar, ajudar a viabilizar um número maior de cópias – no caso do digital, isso talvez não vai ser tão necessário – de filmes que venham desses países para cá. Não precisa ter necessariamente, como a Argentina fez, uma lei de cota que limite a entrada de filme estrangeiro. Sempre sou mais pela indução do que pelo cerceamento. Acho que o fomento regulatório tem mais efetividade na hora de produzir resultado do que... Se bem que às vezes, como no caso da TV paga, por exemplo, a cota é absolutamente importante para produzir demanda. As coisas têm que ser sempre ponderadas.

Existe um mercado a ser explorado, e é um mercado difícil. A gente precisa entender. Na verdade, em primeiro lugar, é preciso conversar muito, criar fóruns de debates para além dos festivais que já existem, festivais latino-americanos, sul-americanos, aqui, no Brasil. É preciso pensar, com os exibidores, com os distribuidores que operam com esse tipo de filme, como a Ancine pode ajudar a estimular modelos de negócios que desenvolvam essa atividade no mercado audiovisual.

Por último, com relação à questão das cotas. É claro que talvez seja um pouco episódico, mas me lembro aqui de uma notícia que vi há um tempo. Um canal da TV paga, o GNT, estava listando os conteúdos audiovisuais com maior audiência. Se não me engano, o GNT estava em quinto ou sexto lugar no rol de canais e passou para primeiro ou segundo, e o que puxou foi Sessão de Terapia. É um formato estrangeiro, mas é uma obra feita no Brasil, com atores brasileiros, texto brasileiro. O público brasileiro – isso é uma coisa que o nosso Diretor-Presidente, Manoel Rangel, repete insistentemente, e é verdade – gosta de audiovisual brasileiro. Ele se identifica. A minha geração já foi formada na frente da televisão com teledramaturgia brasileira. Isso é extremamente importante. E é uma teledramaturgia de muito boa qualidade. O público brasileiro tem identidade com o audiovisual brasileiro. E à medida que ele consegue perceber produtos de qualidade, conteúdos bem produzidos, bem organizados, bem negociados, lançados de maneira correta, com uma publicidade adequada, bem estruturados também como negócio, com aproveitamento da marca, aproveitamento de produtos de elementos derivados – você a obra, mas vê o bonezinho, a camiseta, o ambiente do consumo – estou falando especificamente do consumo tomado por aquele signo... A tendência do público brasileiro é aderir a isso com muita rapidez. Produtos de qualidade do audiovisual brasileiro e público brasileiro se identificam e isso é uma identidade que já nasceu e vem sendo construída há muito tempo.

Acho que a própria TV paga percebeu isso. E tem recurso disponível para conseguir produzir esses conteúdos com qualidade.

Falando especificamente do Fundo, eu adorei – claro – a sua fala. Não contingenciar recursos para cultura acho que é, do meu ponto de vista, com o devido respeito, quase uma obviedade. E como o senhor mesmo lembrou, é uma contribuição que o setor dá para o desenvolvimento do próprio setor. Não contingenciar isso me parece uma obviedade nesse sentido. É tão necessário que chega a ser evidente.

Eu acho que a grande contribuição que a Ancine vai dar – e aí vai um pouco de autocrítica – é conseguir gastar bem esse dinheiro, e gastar de maneira eficiente, de maneira mais rápida. A gente precisa mostrar resultado e mostrar esse resultado com pouco mais de rapidez. A gente precisa desenvolver melhores mecanismos de gestão dentro da Agência para isso. É um desafio, é extremamente complicado, a Agência é pequena, a gente está investindo muito em desenvolvimento de sistemas, mas ainda estamos aquém das nossas necessidades. A gente tem que ser capaz de dar essa contribuição, mostrar isso à sociedade: a Agência consegue lidar com esse recurso, consegue colocar esses recursos no mercado e os resultados aparecem.

Aí vai também um desafio para nós e o apoio que a gente vai necessitar para que isso aconteça. Mas concordo plenamente.

Já existe uma lógica nesses recursos de distribuição, aqueles 30% – 30% no mínimo destinados à Região Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Independente disso, a gente já começa a ver sinais. Um dos lugares dessas regiões onde mais cresceu o número de salas de cinema foi o Nordeste, este ano – ainda aquém, abaixo do Sudeste, mas cresceu proporcionalmente mais. E proporcionalmente muito mais do que vinha crescendo nos últimos anos.

Aí vou tocar em uma questão que, para mim, é fundamental na sua fala e que eu tomo como uma questão muito importante: a Ancine ainda precisa entender, junto com o mercado – e talvez as câmaras setoriais ajudem nesse sentido –, quais são as ações regulatórias e de fomento que a gente pode desenvolver para sustentar outros modelos de negócio de exibição que não os Multiplex. Porque os Multiplex nos *shopping centers* se sustentam, são modelos de negócio consagrados, são bons e os próprios *shopping centers* indo em direção à classe C, indo em direção ao interior, estão carregando as salas de cinema. Mas, sem o desenvolvimento de outros modelos de negócio para o campo da exibição, a gente não consegue ocupar, pelo menos em parte, esses vazios cinematográficos gigantescos que a gente tem.

É claro que boa parte desses vazios audiovisuais vai ser ocupada pela internet, não com salas de cinema, vídeo por demanda, televisão... Se não me engano, o acesso à internet via telefonia já acontece acho que na totalidade dos Municípios brasileiros. Em muito pouco tempo, a tecnologia 4G, enfim, vai permitir acesso ao conteúdo audiovisual.

Então, boa parte desse desafio vamos enfrentar não com salas de cinema, mas mesmo assim existe a necessidade de ampliar e diversificar o parque exibidor, porque a sala de cinema tem um papel importantíssimo na formação de público, juntamente com a televisão. E tem um papel importantíssimo na celebração do audiovisual como cultura.

Nesse sentido, acho que a Ancine precisa conversar mais com os exibidores, com os distribuidores que trabalham com filme de nicho e pensar um pouco melhor como são os mecanismos que a gente tem de desenvolver para que apoiem modelos de negócio desse tipo, porque os mecanismos que a gente tem hoje não são suficientes, são outros. Então, junto com o BNDES, com o BRDE, com os parceiros temos que desenvolver ainda essa inteligência, esse conhecimento.

Como eu disse, o grande ganho que a atividade regulatória dá é justamente o conhecimento que produz sobre o setor. Então, esse esforço a gente tem que fazer.

Só porque me empolgo um pouco, talvez eu possa passar do limite.

Esse esforço seja talvez uma das maiores contribuições que a Ancine pode dar no âmbito do Pacto Federativo. E esta Casa é por excelência do Pacto Federativo. Aqui, todos os Estados têm o mesmo peso, a mesma força. É esse tipo de pacto federativo que a cultura celebra, porque do ponto de vista da cultura todos os lugares têm o mesmo peso, têm a mesma força.

Esse desenvolvimento das salas de cinema e o desenvolvimento de modelos de negócios suportáveis, sustentáveis, que é muito difícil, vão se sustentar em *bombonière*, enfim, é outra coisa. De como fazer isso a Ancine ainda precisa desenvolver esse conhecimento e talvez precise da provocação do Congresso, especialmente do Senado, para que aconteça.

A atenção para linhas de ação que vão ser lançadas no fundo setorial é hoje e a partir do ano que vem, porque tem novidade e tem linhas de ação pensadas para a parceria do Fundo Setorial do Audiovisual com os fundos estaduais e municipais.

Encerro aqui? Só há uma pergunta aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO GONÇALVES DE LIMA – Bom, o senhor fez perguntas difíceis e vou ter que pensar em alguma coisa rapidíssima aqui.

A minha opinião pessoal é que o modelo de duas agências é mais interessante do que o modelo de uma agência só, porque essa nova economia que se está configurando, que é a economia da comunicação, é muito complexa, extremamente complexa. Há operadores, agentes econômicos operando por exemplo com distribuição, mesmo passando fio, instalação de rede, questões tecnológicas de extrema complexidade, e de outro lado há outra complexidade tão grande quanto essa, que é a questão da produção cultural.

Eu não vejo como um único órgão seja capaz de lidar com toda essa complexidade sem negligenciar uma das duas. Então, na minha opinião, é isso. Claro que carece de novas leis, vai ter que avançar. Mas o marco legal do audiovisual no Brasil, considerando sobretudo as outras linguagens artísticas, acho que é o mais completo. É o setor mais favorecido.

Eu vou encerrar por aqui para não...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – E há falta de pessoal especializado dentro das agências?

O SR. ROBERTO GONÇALVES DE LIMA – O Estado criou uma carreira específica, que é a carreira de Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual. Temos um ali. Essa carreira é nova, é carreira de Estado; e há também um Analista de Regulação do Audiovisual. É nova e uma carreira que está formando – algumas pessoas já são de segunda ou terceira geração de especialistas – pessoas com essa qualificação.

Inclusive, quanto a esse processo de formação de servidores que é algo muito discutido dentro da agência, o investimento é bem grande em buscar formas e maneiras de trazer informação qualificada para a formação dessas pessoas e mostra a complexidade de conteúdos e de um processo que demanda a construção dessa qualificação, mas que isso está sendo suprido. Hoje dá para dizer, a partir da Ancine, que a gente tem, de fato, um grupo de especialistas em regulação do audiovisual no Brasil com bastante capacidade.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado. Sinto-me satisfeito.

Encerrada a arguição, a Presidência solicita ao Sr. Roberto Gonçalves de Lima que aguarde na Secretaria da Comissão para que seja processada a votação secreta.

Convido os Srs. Senadores Inácio Arruda e Mozarildo para serem os escrutinadores.

Aproveito a oportunidade para fazer uma comunicado as Sras e aos Srs. Senadores. Foi recebido o documento final do 14º Fórum Nacional de Entidades Representativas dos Especialistas em Educação, realizado no período de 9 a 11 de dezembro de 2013, em Brasília. Constam do documento as reivindicações do setor produzidas pelo Fórum.

Os Senadores que desejarem cópia da carta poderão dirigir-se à Secretaria desta Comissão.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Finda a apuração dos votos, convido o Sr. Roberto Gonçalves de Lima, indicado para a Diretoria da Ancine, que retorne à Mesa, para que seja proclamado o resultado. *(Pausa.)*

O Sr. Roberto Gonçalves de Lima foi indicado por esta Comissão para a Diretoria da Agência Nacional do Cinema (Ancine) com 17 votos favoráveis e um contrário.

A Comissão aprova a indicação do Sr. Roberto Gonçalves de Lima para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine).

Esse voto contra deve ter sido do Senador Inácio Arruda. *(Risos.)*

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sem dúvida. Mas, diante do placar de 17 a 1, eu requeiro urgência, para que a gente possa votar ainda hoje no Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Encontra-se sobre a mesa o Requerimento nº 76, solicitando urgência urgentíssima para ser apreciado em Plenário, se possível ainda hoje ou amanhã, a indicação do Sr. Roberto Gonçalves de Lima, a quem concedo a palavra para as suas considerações finais.

O SR. ROBERTO GONÇALVES DE LIMA – Agradeço e peço desculpas pela tensão que provavelmente eu passei. Enfim, são sete anos acompanhando a Agência Nacional do Cinema.

Quero saudar aqui a presença da pessoa que me levou à Agência Nacional do Cinema, o Nilson Rodrigues, meu amigo, meu primeiro Diretor lá na Agência. Olha o que você fez!

Agradeço aos senhores. Espero estar à altura e poder contribuir. A Agência Nacional de Cinema tem uma história muito interessante, muito boa. Aprendi bastante lá, espero poder contribuir e ser digno da confiança que foi depositada.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito bem. Agradeço e o parabeno mais uma vez.

Ao encerrar esta última reunião do ano desta nossa Comissão, eu gostaria de agradecer aos meus pares, principalmente ao Senador Mozarildo, que tem sido presença constante, ao Senador Cristovam, ao Senador Inácio Arruda, aos Senadores que hoje precisaram se ausentar.

Foi um ano muito produtivo. Agradeço muito a colaboração, ninguém faz nada sozinho. Os senhores são realmente os protagonistas desta Comissão.

Tivemos aqui, para termos uma ideia, um total de 241 matérias apreciadas durante este ano.

Tivemos projetos da magnitude do PLS 696, que determina a obrigatoriedade da realização do Exame Nacional do Ensino Médio pelos concluintes do ensino médio, o Enem.

Apreciamos também a titulação em nível de pós-graduação como exigência mínima para o ingresso na carreira de Magistério.

Tivemos, na cultura, o projeto que cria mecanismos legais para a preservação do patrimônio histórico e artístico do País e a lei complementar que proíbe o contingenciamento de recursos orçamentários da União para a cultura.

Tivemos, no esporte, o aumento do limite da dedução do imposto de renda devido aos patrocinadores ou doadores de projetos desportivos. Apreciamos ainda, também no esporte, a lei que altera as normas gerais sobre desportos e dá outras providências para sujeitar ex-dirigentes de entidades desportivas profissionais às responsabilidades civis especificadas na lei.

Na educação, no segundo semestre, exalto o Plano Nacional de Educação, que foi amplamente discutido aqui, com sete audiências públicas em vinte e oito dias, ouvindo mais de trinta e cinco pessoas.

Também apreciamos o projeto que institui o exame nacional de proficiência em medicina, em que tivemos muita colaboração do Senador e médico Mozarildo.

Também tivemos aqui o do Senador Osvaldo Sobrinho, que garante aos profissionais de educação da rede pública de ensino o período reservado ao estudo, planejamento, avaliação e participação na comunidade nunca inferior a um terço de sua jornada de trabalho remunerado.

Tivemos o projeto para garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em medicina que obtiveram seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas, do Senador Cristovam Buarque.

Também do Senador Cristovam Buarque, apreciamos outro projeto que garante que sejam oferecidos nas instituições de ensino superior programas de educação para idosos, presenciais e a distância.

Também lembro o projeto da meia entrada.

Tivemos aqui inúmeros projetos e tivemos também audiências públicas num número recorde. Só para o Plano Nacional de Educação foram realizadas sete audiências públicas. Acho que, no total, não somamos, mas tivemos mais de vinte audiências públicas.

Então, foi um ano produtivo. Mais uma vez, agradeço a todos.

Concedo a palavra ao amigo Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Cyro, o senhor tem razão, ninguém faz nada sozinho, mas o coordenador sempre é muito importante. A gente que trabalha com educação sabe o papel importante do diretor de escola. Aqui o senhor é um pouco o diretor da escola onde nós exercemos a nossa atividade.

Quero dizer aqui, e creio que não falo só em meu nome, embora não tenha pedido nenhuma procuração dos outros, que o senhor teve um desempenho formidável ao longo deste ano. Fico feliz que no próximo ano o senhor continue como nosso Presidente. A maneira afável, respeitosa como o senhor trata todos nós, como aceita sugestões tem sido para mim um exemplo de conduta que eu gostaria de ver seguido por muitos outros. Então, fico muito feliz de estar com o senhor. Estendo meus cumprimentos a toda a equipe que faz a Comissão. Aqui cito, representando os outros, o nosso querido Secretário. Espero que o Júlio e toda a equipe continuem colaborando com o Presidente. O senhor pode contar com a minha colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Também quero agradecer, na pessoa do Júlio Linhares, a toda essa nossa equipe o carinho, a dedicação e a atenção que tiveram com esta Comissão e pedir desculpas por qualquer falha da minha parte, que, podem ter certeza, foi involuntária. Às vezes, no afogadilho, na pressa, a gente sai um pouquinho dos limites. Mas peço desculpas se isso aconteceu e agradeço mais uma vez.

Senador Mozarildo, posso encerrar? *(Pausa.)*

Então, submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da ata da presente reunião e a aprovação da mesma.

As Sras e Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Declaro encerrada a presente reunião, desejando a todos um feliz Natal, um ano de 2014 com muita bênção e muita produtividade. Que esta Casa se justifique ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 67ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 2 DE DEZEMBRO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia dois de dezembro de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senhor Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 102 de 2013, aprovado em 20/11/2013, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: *“O incêndio da Boate Kiss e as consequências da tragédia”*. A Presidência comunica que esta Audiência Pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania – link: (<http://bit.ly/CDHBoateKiss>), e do Alô Senado pelo número 080061-2211. Antes das considerações iniciais, o Senhor Presidente lê moção de pesar pelo falecimento do Excelentíssimo Senhor Marcelo Déda, Governador do Estado de Sergipe e propõe um minuto de silêncio, que é realizado. Em seguida, dando prosseguimento à pauta, o Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e faz suas considerações iniciais acerca do tema tratado nesta Audiência Pública. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Adherbal Alves Ferreira, Presidente da Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia ocorrida na Boate Kiss de Santa Maria – RS; Walter Souza Cabistani, Vice-Presidente da Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia ocorrida na Boate Kiss de Santa Maria – RS; Alex Monaiar Estudante de Psicologia, Coordenador Geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Santa Maria – RS; Solange Garcia, Professora de Toxicologia da UFRGS; Luiz Fernando Smaniotto, advogado da Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia ocorrida na Boate Kiss de Santa Maria – RS; Coronel Alexandre Augusto Aragon, da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Força Nacional, em representação do Ministério da Justiça; Paulo de Tarso Monteiro Abrahão, Coordenador-Geral da Força Nacional do SUS do Ministério da Saúde – MS; José Eduardo Fogolin, Coordenador-Geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde. O Senhor Walter Souza Cabistani solicita um minuto de silêncio em homenagem às vítimas de Santa Maria e o Senhor Presidente acata a solicitação, ao tempo que pede a todos os presentes para ficarem de pé e, em silêncio, por um minuto. Às onze horas e trinta e três minutos o Senhor Presidente suspende a Reunião. Às onze horas e quarenta e dois minutos o Senhor Presidente retoma a Reunião. O Senhor Presidente concede a palavra a duas pessoas presentes no plenário da Comissão, nesta ordem: Josane de Almeida Heerdt, Defensora Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; e Sérgio da Silva, Vice-Presidente Administrativo da Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia ocorrida na Boate Kiss de Santa Maria – RS. O Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, faz os seguintes encaminhamentos: 1) Enviar ofício da CDH ao Ministro da Justiça para que seja agilizada a remessa, para a Casa Civil do Executivo Federal, do anteprojeto de lei nacional, que regulamenta a prevenção e combate a incêndio, a fim de que a mensagem presidencial chegue o mais breve possível ao Congresso Nacional; 2) Elaborar projeto de lei para estabelecimento de uma política nacional de antídotos, prevendo o treinamento médico, fornecimento e distribuição de medicamentos e antídotos, nos moldes do sistema nacional de antídotos – SINANT, criado em 1993; 3) Elaborar lei para o apoio público nas áreas de saúde, trabalho e previdência social, às vítimas e seus familiares, em caso de tragédias; 4) Diligência da CDH para fiscalizar a atuação dos poderes públicos na situação atual, pós-tragédia de Santa Maria – RS; 5) Elaboração de Política de incentivo à cultura nas Universidades Públicas para construção de espaços de convivência como, por exemplo, centro de eventos para realização de formaturas; 6) Inserção do tema “atuação em emergências e desastres” nos currículos dos Cursos de Saúde, para formação de profissionais capacitados para trabalhar nessas situações; e 7) Potencializar os serviços de atendimento, do tipo 0800, do Ministério da Saúde. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados

para suas considerações finais. O Senhor Presidente lê, no decorrer da Reunião, diversas mensagens recebidas através dos serviços de atendimento ao cidadão *Alô Senado* e do *Portal E-cidadania*. O Senhor Presidente concede a palavra ao Major Bombeiro Alexandre Luis dos Santos, Assessoria Técnica da SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça para responder a indagações acerca do atendimento da população brasileira por bombeiros. O Senhor Presidente, antes do encerramento da Reunião, faz um minuto de aplausos, em homenagem de pesar pelas vítimas e familiares da tragédia de Santa Maria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – São 9 horas, e assim iniciamos a reunião do dia de hoje.

Declaro aberta a 67ª reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 102, de 2013, de nossa autoria, aprovado em 20/11/2013, para debater o tema “O Incêndio da Boate Kiss e as Consequências da Tragédia”.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que neste momento nos acompanham pela TV Senado, que estão ouvindo pela Rádio Senado, enfim, pelos meios de comunicação da Casa, que tenham interesse em participar com comentários e perguntas podem fazê-lo por meio do portal que deve estar já ali na tela, Portal e-Cidadania ([link http://bit.ly/CDHBoateKiss](http://bit.ly/CDHBoateKiss)), conforme aparece ali na tela, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Antes das considerações iniciais e da montagem da Mesa, eu também, com tristeza – vocês devem estar sentindo que não estou com muita força na voz... A tristeza tomou conta de todos aqueles que conheciam o querido Marcelo Déda, que faleceu nesta madrugada. Ele estava com câncer – sabíamos já que era uma situação muito difícil –, e nós o perdemos nessa madrugada.

Então, de imediato, vou aqui ler um voto de pesar que vamos encaminhar à família, em nome não só da Comissão de Direitos Humanos, mas também do Senado da República.

Ex^{mo} **SR. PRESIDENTE** do Senado Federal,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado, a inserção em Ata de voto de pesar à esposa e filhos do Governador Marcelo Déda.

Faleceu na madrugada desta segunda-feira, 2 de dezembro, aos 53 anos [dá para dizer que é um jovem ainda, com certeza, eu o conhecia muito bem], o Governador de Sergipe, que estava internado no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, para tratar de um câncer de estômago e pâncreas.

Marcelo Déda era advogado, militante do PT desde 1985, e conquistou seu primeiro cargo político em 1986, quando foi eleito Deputado estadual com mais de 30 mil votos.

Retornou à vida política em 1994, quando foi eleito Deputado Federal, sendo reeleito em 1998. Em 2000, foi escolhido prefeito pelo povo de Aracaju e começou o primeiro mandato em 2001, sendo reeleito prefeito de Aracaju em 2004. Déda, como era assim chamado por todos nós, foi eleito Governador de Sergipe em 2007 e reeleito em 2011, e cumpriria o mandato até 2014.

O amigo e companheiro deixa uma bela trajetória política e uma lacuna no Partido dos Trabalhadores. Nas redes sociais, a família postou, nesta madrugada, a seguinte mensagem: “O céu acaba de ganhar mais uma estrela. Marcelo Déda voou ‘nas asas da quimera’. Paz & Bem”.

Enfim, deixamos aqui registrada a nossa mais profunda tristeza e pedimos à Casa que o voto de pesar seja enviado para a Srª Eliane Aquino, esposa, e aos filhos Marcella, Yasmim, Luísa, João Marcelo e Mateus.

Após a leitura, peço àqueles que concordam que permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

E, assim, considero aprovado e vou fazer o mesmo encaminhamento no plenário do Senado.

Solicito a todos que, antes de iniciarmos a nossa reunião de hoje, fiquemos de pé, em posição de respeito, e façamos um minuto de silêncio em homenagem ao grande Governador Marcelo Déda, falecido esta manhã. *(Pausa.) (Palmas.)*

Esteja em paz Marcelo Déda. Sei que você está com Deus. *(Pausa.)*

Foram convidados para esta audiência, depois de uma reunião que tive com as lideranças familiares que estiveram comigo em meu escritório, em Canoas, os seguintes companheiros e companheiras que estão aqui

presentes. Pela lista que está na minha mão eu vou chamá-los. Vamos fazer duas mesas. Vou chamar os primeiros, pela ordem aqui de distribuição, e faremos em seguida uma segunda Mesa.

Convidamos então para a primeira mesa Paulo de Tarso Monteiro Abrahão, Coordenador Geral da Força Nacional do SUS, do Ministério da Saúde, que me disseram que ainda não chegou e está vindo. Ele fica para a segunda Mesa, então. O Sr. Adherbal Alves Ferreira, Presidente da Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia ocorrida na Boate Kiss, de Santa Maria. O Adherbal esteve comigo lá em Canoas, no meu escritório, foi um dos que propuseram a realização deste evento. Convido também Walter Souza Cabistani, que é Vice-Presidente da Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia ocorrida na Boate Kiss de Santa Maria, Rio Grande do Sul. E convido Alex Monaiar, estudante de Psicologia, Coordenador-Geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Santa Maria. E, nesta primeira Mesa ainda, Solange Garcia, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Então, essa será a nossa primeira Mesa.

E ficam para a segunda mesa o Luiz Fernando Smaniotto, o Coronel Alexandre Augusto Aragon e ainda outro representante que está se deslocando para cá, o representante da Secretaria-Geral da Presidência da República, ligado a direitos humanos; teremos outros quatro na segunda Mesa.

Eu vou fazer uma introdução a respeito do fato que gerou a nossa audiência pública de hoje, o grave acidente em que perdemos 242 pessoas. Então, só para situar aqueles que estão assistindo à TV Senado, passados mais de dez meses desde o grave fato que ocorreu na Boate Kiss, em 27 de janeiro, a emoção que todos sentimos eu diria que não é a mesma, mas a intensidade é redobrada. É só correr os olhos – e depois vai passar aqui um pequeno vídeo do que lá aconteceu. Enfim, somos tomados de uma tristeza indescritível ao pensar nos 242 jovens que, de forma tão inesperada, tão brutal e tão inaceitável, ali perderam a vida. Foi uma tragédia marcada pela dor e pela certeza de que os nossos sistemas de combate a incêndio ainda são falhos.

Observo que a vasta e justa emoção provocada pelo assunto não pode em nenhum momento nos afastar da obrigação de também analisar a tragédia sob uma perspectiva nacional. Espero que aqueles que, como eu, exercem funções públicas, saibam adotar as medidas que se fazem necessárias, como exigem os familiares e toda a sociedade.

Foi por essa razão, acima de tudo, que requeri, a pedido dos familiares, a realização dessa audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos do Senado. Aqui vamos debater, vamos lembrar, mas vamos também deixar claro que o objetivo desta audiência é aquilo que a gente chama de o que fazer um dia depois; o que fazer para que fatos como esses não voltem a acontecer. E algumas das perguntas que eu recebi são como essas: em primeiro lugar, como estão as famílias das 242 pessoas mortas na Boate Kiss? Receberam, notadamente por parte do Poder Público, o amparo e a atenção que lhes eram devidos? Têm sido atendidas em suas reivindicações ou sofrem com os trâmites burocráticos e o descaso daqueles que deveriam ajudá-las?

Um segundo ponto que merece ser discutido é a atribuição de responsabilidades pelo ocorrido; a indignação não apenas dos familiares, mas de todos os gaúchos e gaúchas, de todos os brasileiros que exigem sejam apontados os responsáveis pelo incêndio.

Uma terceira questão finalmente que julgo importante e que pode ser discutida nesta audiência são as medidas que precisam ser adotadas nas esferas federal, estadual e municipal para que episódios como este não voltem a acontecer.

Infelizmente, o Brasil tem a tradição de, passado o impacto inicial provocado pelas grandes tragédias, voltar logo depois à rotina, como se nada tivesse acontecido. É inconcebível que ainda não tenhamos uma legislação exemplar e procedimentos administrativos também exemplares em relação a temas básicos, como a utilização de material inflamável nas edificações, lotações de salas de espetáculos, saídas de emergências e tantos outros que interferem na segurança de cada um.

Na época da tragédia, o Senado Federal criou uma comissão temporária para tratar desse assunto. A Senadora Ana Amélia foi a Presidenta, e eu fui o Relator da tal comissão temporária com a finalidade de realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e ao combate de incêndio no Brasil.

Por sugestão minha, para que não ficasse uma comissão aqui, uma comissão ali, e todos apontando caminhos até diversos, o relatório por mim elaborado e relatado foi encaminhado à comissão da Câmara dos Deputados que já vinha há mais tempo discutindo o tema com a mesma finalidade. Lá também existia esta comissão para tratar do assunto e tinha à frente, como coordenador, o então Deputado Federal Paulo Pimenta, que é filho de Santa Maria.

Realizamos aqui no Senado e também na Câmara várias audiências públicas para tratar do assunto. Tivemos sugestões, entre elas, a criação de um grupo de trabalho coordenado pelo Ministério da Justiça para estudar a questão. Sugeri também que o nosso parecer sobre a matéria fosse encaminhado a este grupo, na íntegra, com o objetivo de contribuir na formulação de uma única proposta final das três comissões, que incorporassem todas as sugestões promovidas sobre a matéria para o bem da segurança da população brasileira.

Também sugeri que o projeto de Código Nacional de Combate a Incêndio fosse aprovado com brevidade nas duas Casas. Temos conhecimento – a não ser que aqui me surjam outras informações – de que tal projeto está para análise na Secretaria Nacional de Segurança Pública. Assim, a Lei Nacional de Combate a Incêndio, que foi elaborada pelo grupo de trabalho, está apenas esperando encaminhamento do projeto para a Casa Civil, que, no meu entendimento, deverá ou deve ser encaminhado com brevidade.

O Brasil ficou comovido e está esperando que possamos juntar forças para aprovar melhorias que possam combater tragédias como esta aqui lembrada. É necessário que as famílias sintam-se contempladas com as suas solicitações e que façamos o máximo para amenizar a tristeza e o sofrimento vivido por uma perda que é irreparável.

Assim, a audiência que estamos promovendo hoje na CDH traz novamente à tona um assunto que não sairá da nossa pauta, nem das nossas mentes e corações. Desejo ainda que esta audiência possa apoiar e adquirir uma visão mais abrangente, que nos conduza à elaboração da proposta com mais rapidez possível.

Assim, vamos iniciar, por sugestão, inclusive, dos familiares, com um compacto sobre a tragédia; um documentário que é um compacto sobre a tragédia.

Então, eu peço que passem o compacto e, em seguida, eu passo a palavra aos membros da Mesa.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – As palmas são pelo trabalho produzido. Na verdade, eu acho que todos aqui se emocionaram, e sobriariam só as lágrimas, mas isso tem que ser resgatado, tem que ser produzido, tem que ser apresentado, e por isso essa audiência tem esse objetivo.

De imediato, nos vamos passar a palavra àquele que me procurou lá em Canoas, fez um relato também emocionante, jantou comigo – ficamos horas conversando –, que é o Presidente da Associação dos Familiares da Vítimas e Sobreviventes da Tragédia ocorrida na Boate Kiss em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Só dizer, Adherbal, que, quando eu trouxe para o Senado esta questão, foi unanimidade o apoio à sua iniciativa, porque a iniciativa foi de vocês; não foi minha. Os familiares é que propuseram este momento. O companheiro Sérgio esteve lá comigo e depois me procurou aqui o Tairo, que eu conheço, que há anos e anos é jornalista e faz um trabalho belíssimo aqui em Brasília, sério e responsável. O Tairo também me procurou e falou sobre a questão que nós temos aqui neste momento. Então, eu quero deixar muito claro que esta audiência pública é promovida pelos familiares que pediram, em outras palavras, socorro à Comissão de Direitos Humanos do Senado. E, pelo que o Adherbal nos falou, eu disse: Então vai, e fala lá, comenta lá, cobra lá e vamos ver o que é que a gente faz.

Concedo a palavra ao Adherbal. O tempo aqui é de dez minutos com mais cinco, mas é claro que a Mesa vai ter a tolerância necessária, porque esta é uma audiência especial, é um fato pelo qual a gente não gostaria de estar realizando audiência, falando da morte de 242 pessoas. Eu vou conceder-lhe o tempo normal, mas eu serei tolerante com todos, de forma tal que a gente possa aprofundar, discutir, debater e encaminhar, digamos, o que vocês entenderem que seja adequado para que fatos como esse não se repitam mais.

Concedo a palavra ao Adherbal.

O SR. ADHERBAL ALVES FERREIRA – Muito obrigado, Senador. Eu gostaria de agradecer muito esta oportunidade que o senhor está nos proporcionando. Com certeza, Santa Maria está nos ouvindo, e, com certeza, é muito relevante esta audiência. Muito obrigado ao Sr. Tairo Arrial, porque ele me procurou, deu-me esta iniciativa, e estamos aqui então para relatar aos senhores fatos que mostram como aconteceu tudo isso e a importância da associação em Santa Maria para com os familiares.

A AVTSM foi criada a partir do anúncio, no sétimo dia de luto, dos familiares, idealizada por dois pais, que a partir desse momento se somaram a todos em 28 dias, sendo a sua fundação, de fato, em 14 de março de 2013.

O princípio foi reunir familiares e sobreviventes tanto na parte psicológica quanto na parte clínica, porém, conforme a demanda, foi incluída a parte jurídica, já que nós não imaginávamos que iríamos precisar também entrar na parte jurídica, porque há o Poder Público para isso. Os inquéritos se alongaram e, junto com os advogados voluntários, tivemos de fazer este acompanhamento e, na sequência, nos incluímos também nas histórias desses fatos.

Junto com a parte social, que agrega os sobreviventes e os familiares, com o recolhimento e distribuição de alimentos que a gente doa às famílias, cuidando da parte clínica em relação a hospitais, indo a reuniões. O acolhimento era de 24 horas no princípio; agora não há tanta necessidade, mas existem plantões, e também junto à 4ª Coordenadoria, que é a questão relativa à parte dos medicamentos ao Ministério da Saúde.

Junto a tudo isso, entendemos que a nossa bandeira também é a prevenção, na qual estamos nos especializando diariamente. Já estamos também realizando palestras referentes ao evento e à segurança de eventos, segurança de empresas. Inclusive, a segurança de residências também será um dos temas que vamos apon-
tar, porque nas residências há muitos acidentes por falta de informações das pessoas, acidentes domésticos.

Entendemos que essa tragédia não pode se esquecida jamais, nunca mais, e também não pode repetir-se nunca mais. Hoje, vivenciamos uma terrível sensação de impunidade e injustiça, tanto na parte criminal como na improbidade. Também há um desconforto junto ao atendimento com sobreviventes. Embora após longas reuniões com o Husm (Hospital Universitário de Santa Maria) e com a 4ª Coordenadoria, isso tenha melhorado. Algumas dificuldades ainda continuam com os medicamentos e profissionais habilitados, que foram prometidos para Santa Maria e para outras cidades, assim como a ajuda financeira. Isso, segundo os relatórios que nos passaram, não aconteceu, não está acontecendo. Precisamos, realmente, averiguar o que está acontecendo por causa disso.

Foi-nos prometido um atendimento, em caráter especial, de dez anos. Porém, isso nos foge entre os dedos. Não sabemos se realmente isso acontecerá, porque já houve um desleixo momentâneo por falta de comunicação. Essa é a grande verdade sobre o que aconteceu. Hoje, é sabido de fonte segura que teremos sérios problemas no futuro em relação aos sobreviventes. Está aí hoje a doutora para falar sobre esse assunto. Isso é o que queremos evitar, até porque já temos a experiência de *Cromañon*, na Argentina; de *The Station*, nos Estados Unidos, que fomos visitar – o Smaniotto, na Argentina, e eu, nos Estados Unidos –, sendo que podemos abreviar tanto sofrimento. Já estamos adiantados em alguns pontos específicos, tais como o amparo às famílias, a aglomeração entre familiares e sobreviventes. Nós os juntamos, porque se entende que a dor é a mesma, porém, em um grau maior ou menor. O que importa é se colocar um na dor do outro.

Se tivéssemos uma política correta em relação a atendimentos e a medicamentos... O que essas pessoas estão prestes a sofrer, não se faz ideia! Eu vi o que é um queimado, o que é sofrimento, o que um sobrevivente sofre na parte psicológica. E não só o sobrevivente, os voluntários também. Os que nos ajudaram naquele dia também sentem. É terrível! Não se sabe o tamanho dessa dor.

O cianeto é altamente tóxico e não foi devidamente tratado, como teria de ser, devido à tensão para com isso. E pode voltar a acontecer de novo. Nós temos de evitar isso. No começo, por falta de conhecimento ou por negligência, a serem apurados, se assim for entendido... Hoje, o que queremos é a prevenção, tanto na parte de incêndios como na parte de tragédias, pois as aglomerações de pessoas sem os cuidados podem causar novamente um desastre. O desleixo, a desatenção e o jeitinho continuam. É sabido isso, nós vivenciamos isso.

A prevenção também inclui as doenças na forma de antídotos preventivos, como o Centro de Antídotos, que vai ser falado hoje aqui também.

Outro ponto é a prevenção relacionada a itens de segurança, a pessoas treinadas para emergências, pois, se na Boate Kiss houvesse sistema de prevenção, não haveria tragédia. Se tivéssemos *sprinklers*, não teria queimados ou não teria aquela fumaça do cianeto. Seria uma fumaça mais básica, sem ter esse cianeto, que foi o que levou os nossos filhos e filhas. Se tivesse uma fiscalização como esta, como está na lei... Porque a lei existe, mas não é cumprida. A lei só está no papel; não está, realmente, nos órgãos em que deveria estar, na fala das pessoas, no empenho das pessoas. Isso não é cobrado, porque existe, infelizmente, o chamado jeitinho. Tudo isso teria sido evitado, Senador, se houvesse essas atenções básicas, tanto da parte dos proprietários como da parte do Poder Público.

Hoje, todo mundo quer escapar, quer sair fora. Dizem: "Não fui eu, não foi o beltrano, não foi o sicrano". Um quer encobrir o outro. É uma grande vergonha nacional! Nós estamos sofrendo com dores terríveis, entre os sobreviventes. Estamos sofrendo, mas cremos que agora, a partir deste momento, teremos uma solução para promover a prevenção.

Portanto, nossa bandeira de luta hoje é a justiça, ação social e prevenção. Dentro desses itens, estaremos completos, para evitar novamente qualquer sinistro terrível, como o que aconteceu no dia 27 de janeiro.

Tragédia nunca mais! Amem seus filhos, pois sua falta é enorme. Nós sentimos muito, no fundo da alma, a falta dos nossos filhos. A nossa dor é compartilhada por todos. Que Deus os abençoe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Sr. Adherbal Alves Ferreira, que é Presidente da Associação dos Familiares das Vítimas Sobreviventes da Tragédia ocorrida na Boate Kiss, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, que faz um depoimento – e não poderia ser diferente –, carregado de emoções, relembrando aquele momento, nos dizendo o que aconteceu de lá para cá, o que foi feito. As famílias só esperam justiça. E digo mais: heroicamente, estão olhando para os nossos filhos, para que esses fatos não voltem a acontecer.

Nunca, em uma audiência pública, recebi tantas correspondências, pelo sistema de comunicação do Senado, na abertura. Como eu já tinha aqui um monte, eu vou lendo aos poucos. Aqueles que depois quiserem responder, os convidados, podem responder.

A primeira contém mais uma informação, diz assim: "Bom dia, Senador Paim. Nós, da TV Senado, estamos dando toda a cobertura. Por enquanto, você assiste à transmissão da TV Senado".

Recomendo que vejam o vídeo – acharam o vídeo interessante –, pressione F5. Assistam e participem da audiência com perguntas no Mural do Cidadão.

Agora, vêm as perguntas: nome: João Galani Júnior, Dr. Luiz Antônio. Foram abertos processos civis e criminais, inclusive na AGU. Pedirá indenização visando reembolso para o INSS das mortes dos funcionários da boate. Aí a pergunta: por que não se aplica no Brasil o art. 160 da CLT? A DI (declaração de instalações) feita pelas empresas e o CAI (Certificado de Aprovação de Instalações), emitida pelo MTb não ajudariam? Depois, a doutora poderá responder.

Nome: João Galani Júnior, Dr. Luiz Antônio. Justificativa para a aplicação da DI, CLT NR 2. A declaração de instalação seguiria as regras da Portaria 3.214, de 1978, do MTb, as quais muitas vezes são embasadas nas normas da ABNT. Com isso, os Municípios seriam mais rígidos ao conceder alvarás.

Vou ler só mais um antes de passar para o próximo convidado.

Sou morador de Ijuí, Rio Grande do Sul, e amigo de uma vítima da tragédia da boate Kiss em 27 de janeiro de 2013. Estou acompanhando a luta, o esforço e todo o trabalho realizado pelo Núcleo Missões de Ijuí. [Eles não puderam vir, mas ficaram lá assistindo pela TV Senado. Eu me comprometi de fazer aqui a leitura para que chegasse alguma contribuição de lá.] Esse movimento busca fazer com que as mortes na tragédia de Santa Maria não tenham sido em vão, que justiça e verdade prevaleçam, que as leis sejam criadas e que novas tragédias não se repitam. Dessa forma, manifesto o meu apoio à causa defendida pelo Núcleo Missões VST, e ao Senador Paim pela proposta de audiência, que está ocorrendo neste momento. Desejo a todos força e coragem. Lembrem; vocês não estão sozinhos; o Rio Grande e o Brasil estão com vocês. Ijuí, 30 de novembro de 2013.

Depois, nós continuaremos as leituras.

O nosso próximo convidado é o Sr. Walter Souza Cabistani, Vice-Presidente da Associação dos Familiares das Vítimas Sobreviventes da Tragédia ocorrida na boate Kiss, em Santa Maria, Rio Grande do Sul. Por favor Sr. Walter.

O SR. WALTER SOUZA CABISTANI – Bom dia a todos. Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer uma coisa: estou na vice-presidência porque o nosso querido amigo Léo Becker está impossibilitado, mas nem ele nem eu, eu garanto, gostaríamos de estar ocupando esse cargo, porque, afinal, é a presidência de uma tragédia ocorrida em Santa Maria.

Bom, senhores, eu gostaria de começar com esse grande filósofo grego, Immanuel Kant, um estudioso da área de ética, porque a ética é uma coisa muito importante na nossa sociedade. Eu gostaria de passar, então, de acordo com as lições que o grande Immanuel nos ensinou, a explicar alguma coisa aos senhores.

Primeiro, agentes e gestores públicos de todas as esferas, sem nenhuma ética, tentam livrar-se das responsabilidades usando as influências e a própria mídia. Observem! Esse é o tema de um projeto de tese de doutorado meu. Observem a importância do que está ocorrendo em Santa Maria. Nós temos todas as esferas tentando livrar-se das responsabilidades, usando para isso a própria mídia. Nós temos prova, na associação, sobre isso, senhores.

Segundo esse grande filósofo, a ganância dos governos é agradável, quando muitos podem desfrutar da posse de uma fortuna, ou seja, quando os valores estão a serviço das pessoas e têm um fim e um propósito. Não é o que acontece em Santa Maria, senhores. Em Santa Maria, a ganância para liberar esses estabelecimentos do tipo boate, que está ocorrendo com um simples e único alvará. Faltam mais três ou quatro, e eles são liberados, senhores.

Nos dias atuais, algumas perguntas, senhores. Qual é o extremo ético da ganância? Qual é o critério ético empregado por políticos, religiosos, gestores públicos e agentes públicos com a própria mídia? São perguntas levantadas neste meu projeto de doutorado, senhores, que eu estou respondendo gradativamente; ele está sendo elaborado. Qual é o padrão de ética usado pelos homens que tentam cumprir as leis que eles mesmos elaboraram? Quais as semelhanças existentes entre os jovens, pois existem muitas? Eram, em sua grande maioria, universitários, numa faixa etária entre 18 e 28 anos. Todos estavam prontos para o trabalho, como o meu filho, que estava prestes a se formar advogado, já era corretor de imóveis.

Então, olhem bem todas essas respostas anunciadas, que alguns agora pedem para a mídia esquecer. Em Santa Maria, está assim. Alguns empresários, alguns políticos, estão pedindo para a mídia dar uma abrandada, para a mídia esquecer. Se não somos nós, com a bandeira da associação, estaríamos todos esquecidos neste momento.

Então, todas essas indagações sobre a tragédia que ocorreu em Santa Maria no dia 27 de janeiro precisam e devem ser mais bem esclarecidas, senhores. Isso é uma questão de honra para mim. Eu sou professor da Universidade de Santa Maria há mais de 26 anos, e meu filho, estudante, perdeu a vida também. Observem a situação em que se encontra um pai. O meu filho ia se formar advogado, e eu não sou advogado. O meu filho ia se formar advogado, e eu hoje defendo a causa em relação ao crime que foi cometido contra ele, em Santa Maria.

O nobre Deputado Nelson Marchezan Júnior, sub-relator da Comissão Externa da tragédia de Santa Maria, em seu livro, lançado em novembro de 2013, *Fogo, Grandes Tragédias, Mesmos Erros*, que está nas minhas mãos, observem, escreveu coisas importantes que já estavam no meu projeto de tese de doutorado.

A mais importante, dentre os quatro itens que se repetem entre os agentes públicos, é a ilegalidade, a irresponsabilidade ou a conivência de autoridades públicas na concessão de documentos autorizativos ou na função fiscalizatória. Observem a importância desse tema. Isso ocorreu em várias tragédias, como cita o nobre Deputado aqui. Observem a importância do que está ocorrendo em Santa Maria; foi o que ocorreu em todas as tragédias anunciadas no mundo e no Brasil.

Esse é o meu filho, senhores. Em homenagem a ele e em homenagem às outras 241 vítimas, eu gostaria de pedir um minuto de silêncio, o que não foi feito, às autoridades aqui presentes, em respeito a eles. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Agora mesmo. Peço a todos que estão nesta sala que fiquem de pé, inclusive as meninas que estão sentadas ali. *(Pausa.)*

As palmas são em homenagem a eles e à indignação dos familiares, como aqui fica registrado na Mesa. *(Palmas.)*

O SR. WALTER SOUZA CABISTANI – Os senhores me desculpem a emoção.

No dia 27 de janeiro de 2013, após as 18 horas, quando começou o velório coletivo, notou-se um acolhimento de religiosos, políticos, voluntários e curiosos, que tentavam oferecer ajuda, registrada em jornais do mundo inteiro. O acolhimento era todo excepcional, porém a ficha caiu e verifiquei que as lentes das televisões e das câmaras fotográficas do mundo inteiro estavam ali focando a minha dor pelo meu filho morto. Eles estavam ali posando de bons cidadãos. Na mesma oportunidade, verifiquei a procura de muitas religiões para o acolhimento e para arrebanhar mais ovelhas.

Um mês depois, após a polícia divulgar as suas conclusões sobre o maior inquérito divulgado por eles, tudo nos autos e arquivado comigo, porque eu represento também a direção de assuntos jurídicos dessa associação e, após receber inúmeras mensagens, observei que os pais começavam a ser manipulados pelo Ministério Público de Santa Maria.

Explico: ao fundarmos a AVTSM, os órgãos públicos começaram a ter cautela no trato com os pais das 242 vítimas da tragédia, que, nesse período, ainda não tinha atingido o número, nem o cadastro de mais de 600 sobreviventes, pois de acidente transformou-se em crime.

Nesse momento tão cruel e inusitado de nossas vidas, muitos acreditavam na justiça dos homens, mas, até o momento, somos como marionetes nas mãos dos agentes públicos que empurram um para o outro, sem nenhum quesito ético.

Nesse período em contato com os pais, verifiquei coisas em comum sobre esses jovens que faleceram em conjunto. Isso está no meu estudo da tese de doutorado, senhores. Aqui é só para mostrar que, no momento, assumo a diretoria de assuntos jurídicos, outro cargo que eu não gostaria de estar assumindo, mas o faço em memória do meu filho.

Aqui está, então, a reversão, senhores. Neste jornal do dia 17 de setembro de 2013, na presença do Ministério Público Estadual, eu, o Dr. Smaniotto, acompanhados de alguns Deputados, como o Deputado Danrlei, o Deputado Mano Changes e a Deputada Zilá, que nos davam apoio, conseguimos reverter o que o Ministério Público de Santa Maria estava tentando, que era arquivar a improbidade administrativa contra a Prefeitura de Santa Maria. Nós estávamos no fundo do poço, mas, graças a esse momento, nós conseguimos, então, uma reversão, com a ajuda do ilustre advogado Dr. Luiz Fernando Smaniotto. E um dossiê enorme sobre novas provas contra a Prefeitura de Santa Maria se encontra nas mãos dele – os senhores podem vê-lo.

Aqui, então, é um requerimento que há mais de 30 dias foi enviado ao Ministério Público de Santa Maria, mas de que não se obteve resposta ainda. Quem é a pessoa que autorizou a criação de um novo número na Rua dos Andradas, onde se localiza a boate Kiss, para que desse ares de legalidade à concessão de alvará para essa boate? Criou-se um número, senhores – vejam se há fundamento. Não conseguimos explicação ainda. Qual o responsável técnico fez a vistoria para o bom cumprimento do TAC? Nós ainda estamos esperando resposta, senhores. E se o Ministério Público de Santa Maria sabia da existência da Lei nº 3.301, de 1991, que proibia a utilização de espuma em boates de Santa Maria. Já existia essa lei, mas, mesmo assim, foi autorizada a utilização de espuma.

Esse documento aqui, senhores, que é do jornal *Diário de Santa Maria*, relata uma coisa importante. De 2009 a 2012 – depois eu vou pegar faixas de cada item –, estendendo-se a 2013, é claro, essa boate funcionou sempre com irregularidades.

Em 2009, por exemplo, faltava uma série de documentos. A boate funcionou por oito meses sem licença da prefeitura. Observem que, quando ela conseguiu uma licença, aplicaram uma multinha de R\$97,62. Aí, na

sequência, a multinha foi melhorando, passou para R\$1.952,40, depois para R\$3.904. Parecia que a coisa estava boa. Era melhor ir dando multa e arrecadando, senhores.

Em 2010, nós temos a mesma situação. E a lei municipal foi destacada nessa grande reportagem do *Diário*. A Lei municipal nº 5.189, que estabelece uma estrutura de organização e funcionamento, determina a integração entre os setores da administração, coisa que foi sempre negada pelo Prefeito de Santa Maria, que sempre diz que as secretarias não conversavam entre si. Pura mentira, senhores. Então, o Decreto nº 32 estabelece nova multinha, novamente faltando alvará sanitário e outros tipos de alvará. O Ministério Público se encontra aqui. Esse material todo vai ficar para os Senadores analisarem. Já está aqui na Casa.

Em 2011 e 2012, a mesma coisa aconteceu. Foram sendo aplicadas multas, etc., e a conclusão final – os senhores podem ler com calma, depois, esta reportagem – é que a boate Kiss continuou funcionando em 2012 em desconformidade com a legislação, já que estava com o alvará sanitário e o dos bombeiros vencidos também. Ou seja, 2012 foi o mais crítico. Nem multa ela pagou, e, mesmo assim, continuou funcionando.

Eu larguei meu filho naquela noite, e minha preocupação era com ele e com o automóvel dele, porque ele era uma pessoa já ativa, que trabalhava. Ele levou os amigos, que faleceram junto, a namorada, que faleceu junto, o irmão de amigo, que faleceu junto. Ele era o responsável, ele dirigia para todos. E a minha preocupação era a ida até a boate, era o problema de segurança na rua.

Não! O problema era dentro da boate, senhores, com uma saída com guarda-corpos, ou seja, para que o cliente não saísse sem pagar a comanda, mesmo estando em área *vip*, da qual se podia sair. Não! Todos os corpos foram guardados lá para serem intoxicados com aquele gás venenoso cianeto, senhores.

Muito obrigado, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Walter Souza Cabistani, Vice-Presidente da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria, que dá um depoimento forte, cobrando, exigindo e lembrando o seu filho, os amigos, a namorada, que exige resposta dos poderes constituídos.

Eu vou ler aqui, antes de passar para o Alex, carta que recebi.

Prezados senhores, como pai de uma das vítimas dessa terrível tragédia, queremos reforçar o pedido para que se consigam apontar as falhas e as responsabilidades nessa tragédia, pois o meu amado filho Thiago Cechinatto, que tanta falta nos faz e que tinha um futuro brilhante pela frente, nos seus 19 anos de idade, foi vítima junto com mais 241 jovens pela ganância e irresponsabilidade de pessoas que não se preocuparam nem um pouco com a vida, mas somente com o lucro. Pedimos que Deus ilumine a todos que vão participar dessa audiência pública, em que irão tratar dos direitos humanos.

Esse é um desabafo de um pai de família responsável, que está sofrendo muito, muito, à espera de justiça. A carta é forte, tanto que eu tive que tossir aqui meia dúzia de vezes, como foram os depoimentos dos dois aqui que antecederam essa carta.

Vou ler rapidamente mais esta, de Sandra Bado.

Olá, sou professora e empresária. Estamos, em nome daqueles que represento, professores e empresários, engajados nessa luta pela cidadania e direito à vida. Nesse sentido, vimos parabenizar e dizer que estamos acompanhando o desenvolvimento das tratativas e políticas públicas para que esse caso “Boate Kiss” nunca mais, nunca mais.

Sandra Bado, geógrafa e doutora em Geografia Humana e Educação.

Buenas, Senador Paulo Paim, conforme contato telefônico através do Sr. Carlos Alberto Litti Dahmer, estou enviando o material que produzimos em evento que realizamos aqui em Ijuí, no dia 3 de outubro de 2013, em conjunto com Unijuí e nosso núcleo. Penso que nossa iniciativa vem ao encontro da sua, dos senhores, e esse material contém um pouco de nossa visão como pais, familiares e amigos sobre o caso. Temos realizado ações sempre nesse sentido, buscando respostas, respostas e respostas, responsáveis, mas também propondo a construção de soluções.

Nosso evento, que teve a participação de 12 autoridades, distribuído em três painéis, é um evento que começou às 8 horas e terminou às 23 horas, com um público total estimado de mais de duas mil pessoas. Tenho vasto material produzido durante o seminário, que posso encaminhar e repassar ao senhor.

Infelizmente, não foi possível nossa presença nesta data, mas estaremos mobilizados aqui, acompanhando a audiência. E que Deus abençoe a todos nessa construção. Fica aqui um abraço, e que num futuro bem próximo possamos nos encontrar para debater com mais profundidade tudo isso.

Jorge Luiz Malheiros, Presidente do Núcleo de Amigos, Parentes e Sociedade em Geral na Defesa dos Direitos dos Cidadãos Vítimas da Negligência do Caso Kiss – Santa Maria.

Enfim, o documento esta anexado ao gabinete, e aqui vem uma cruz, enfim, lamentando o fato.

Vamos agora passar a palavra – depois eu continuo fazendo as leituras das mensagens que chegam – ao jovem Alex Monaiar, estudante de Psicologia, Coordenador-Geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Santa Maria.

O Alex está com a palavra.

O SR. ALEX MONAIAR – Bom dia, senhores; Senador Paim; companheiros de luta da AVTSM.

A minha fala aqui vem tratar especificamente da questão da cultura, da juventude e da ganância, que, em Santa Maria, se uniram para fazer uma fórmula fatal, mortífera, com a conivência do Poder Público.

Vou passar primeiramente um vídeo elaborado por estudantes de Comunicação da Unifra, Rodrigo Franco e Matheus do Amaral, que trata sobre a regulação, a fiscalização e a promoção ao direito à cultura, ao lazer, ao entretenimento, que o Estado tem o dever de regular, fiscalizar e promover. Em Santa Maria, esses três pontos falharam absurdamente.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Parabéns pelo documentário apresentado pela juventude da Universidade, que mostra o sabor da vida e a tristeza da morte.

O SR. ALEX MONAIAR – Bom, tempo foi algo que foi pedido pelo Ministério Público. E eu bem me lembro – a gente conversou bastante com o pessoal da associação logo que começaram a construção para ir para a luta – de que o Ministério Público falava: “Dê tempo que a justiça virá.” Esse tempo a gente esperou, e a justiça só andou quando a gente a tomou com as próprias mãos para construí-la, porque Santa Maria vive uma total desconfiança e desmoralização do Poder Público, em todas as esferas: na prefeitura, no Legislativo, no Judiciário... Ninguém mais confia no Poder Público. Isso é algo muito preocupante. Muito preocupante, porque pode levar as pessoas a tanto não ter mais esperança de que as coisas possam mudar e de que cada um vá pensar em si mesmo; que um coletivo e que um poder público está aí para servir ao interesse de poucos, não é?

E isso tem relação com a questão da cultura na cidade. Antes de falar das consequências, das possíveis soluções para os problemas que a gente vive, falamos das causas que levaram a essa tragédia. Santa Maria é uma cidade universitária, uma cidade com alto contingente juvenil; tem aproximadamente seis instituições de ensino superior na cidade, tem o segundo maior contingente militar do País, pela sua região estratégica, e muitos jovens migram, no Estado, para Santa Maria, em busca de trabalho também. Com isso, os empresários da cidade focam no setor de serviços, comércio e entretenimento, explorando essa demanda da juventude que é o entretenimento, que é viver a sua juventude. Nos períodos de férias inclusive, eles têm que ser muito criativos para dar conta dos negócios, porque a cidade vive um momento diferente também.

Então, eles dependem da juventude, essencialmente, para funcionar. Nesse setor, um dos ramos mais lucrativos é o de entretenimento – *shows*, festas, formaturas, casas noturnas, bares e etc.

Esse setor empresarial tem significativa força e está em constante conflito com a população moradora da cidade, nas regiões próximas a esses estabelecimentos, visto que há pouco ou nenhum planejamento urbano.

Então, depende dos jovens, mas não os deixam viver a plena juventude. Há um clamor muito forte por esse tipo de serviço e por acesso a esses direitos na cidade. Isso faz com que a tarefa do Poder Público não seja fácil.

Dar conta desses direitos dessa população é essencial. E quando há irresponsabilidade do Poder Público, como aconteceu no caso dessa tragédia, a gente percebe como o setor empresarial na cidade acabou corrompendo os poderes, fazendo favorecimento para conseguir alvará, favorecimento para não fazer andar a Justiça e favorecimento de alguns setores da mídia para desvirtuar a luta que o movimento faz na cidade; e também para fazer a cidade voltar-se contra aqueles que querem fazer com que Santa Maria seja uma referência, que dê uma lição de humanidade e de como pode ser diferente essa cidade após o que aconteceu. Não somente esquecer e não somente punir, mas dar um exemplo de como se deve lidar com os jovens na cidade.

Portanto, essa tragédia que aconteceu na Kiss poderia ter acontecido em muitos outros lugares, tanto em Santa Maria, como em outras cidades também do País, pela falta de regulação e fiscalização do Estado, que deixou cada vez mais o setor privado explorar a cultura, o lazer e o entretenimento. Esse setor funciona basicamente na lógica do lucro, que faz com que a espuma mais barata seja colocada e não a espuma que seja mais cara mas que proporcione maior segurança.

Nossa juventude está exposta a riscos e a entrar em uma arapuca, como aconteceu nesse caso da boate. Portanto, há algumas questões que o DCE da FCM trabalhou, nesse período, nesse ano. Inicialmente, na universidade, a gente perdeu mais de 100 colegas e muitos outros jovens da cidade, de outras instituições também, outros que não eram estudantes, que estavam lá trabalhando, 138 jovens da Universidade Federal de Santa Maria, fora as outras.

E uma coisa que está vinculada a isso é que, na cidade, há uma indústria da formatura. As pessoas entram na universidade, as empresas vão para firmar contrato, para se formar, e desde o início até o final vão promovendo festas na cidade, integrando com as casas noturnas. O que acontece? Para a formatura, que deveria

ser algo que a universidade deveria proporcionar, a universidade pública, acabam os estudantes dependendo das empresas para conseguir a formatura que é algo tão sonhado. E, no caso, o pessoal fazia festas no centro de eventos lá da universidade, um lugar aberto, grande, que não precisava pagar; faziam festas lá, juntavam dinheiro para a sua formatura. Esse lugar por um tempo ficou fechado, e o pessoal começou fazer parceria com as casas noturnas para promover as festas. E, nessas parcerias, acabamos chamando todos os estudantes e seus colegas para irem a essas festas, sem saber para onde estavam chamando essas pessoas.

Então, era uma festa da Agronomia Veterinária, acumulando com o aniversário... Naquele período, uma boate da cidade, que é uma boate pública, que funcionava dentro da universidade, a boate do DCE, que tem quatro saídas de emergência, três semanas antes da tragédia foi fechada, e o prefeito se utilizou disso, logo no início da tragédia, dizendo que a prefeitura, sim, fiscalizava, e que inclusive fechara uma boate três semanas antes.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEX MONAIAR – E aí uma mãe, indignada, falou no programa da Ana Maria Braga:

Como é que meus filhos iam àquela boate, que tinha um monte de saídas de emergência, e a prefeitura foi lá e fechou aquela boate? Enquanto isso, uma boate, como aquela Kiss, estava funcionando supostamente autorizada e regularizada pelo Poder Público?

Essa é a questão que a gente coloca. Como se dá a fiscalização? A fiscalização é seletiva. Quer dizer, a lei hoje, a maioria das casas não a cumprem. Tanto que, após tragédia, a gente viu que no País várias casas noturnas foram fechadas. E agora várias reabriram. Agora, eu duvido que esses prefeitos que autorizaram a abertura ponham a mão no fogo dizendo que todas as exigências foram cumpridas. Porque a lei fiscaliza só quem não é amigo do rei, não é? No caso, para ser amigo do rei na cidade, investindo algum dinheiro em vereadores, consegue-se comprometer o Legislativo tanto para aprovar as leis, como para impedir o fechamento das casas noturnas, como foi o caso da Kiss.

A boate do DCE recebeu multas também, porque não tinha o alvará, mas, em suas décadas de funcionamento, nunca houve qualquer incidente.

Então, essa indústria da formatura, da cultura que está na cidade, que está em muitas cidades do País tem que ser combatida. O Poder Público tem de fazer com que a cultura seja algo prioritário e que seja uma promoção do Poder Público; não somente deixar o setor privado dar conta disso, mas promover. E, aí, a proposta que a gente vem apresentar aqui nesta audiência: que se crie nas universidades, assim como em Santa Maria tinha uma boate, uma política de incentivo à cultura nas universidades para a construção de espaços de convivência, como quiosques, churrasqueiras, espaços arborizados, centros de eventos, para fazer festa de turma; centro de convenções para formaturas, para não precisar ficar alugando salão, por milhares de reais; e espaços geridos por estudantes, como boates, para promoção de cultura para estudantes e comunidade em geral. E, na parte da cidade, políticas públicas para a juventude, promovendo a ocupação dos espaços públicos e abertos para a realização de feiras, festivais e demais atividades culturais que envolvam e proporcionem o protagonismo dos jovens nas construções; e estimular a criação de secretarias da juventude nos Municípios, onde não existam ainda. E aí o Senador Paim foi um forte defensor da aprovação do Estatuto da Juventude, que vai dar um grande desafio ao poder Público, de elaborar essas políticas, e aí a responsabilidade de ter um aparato para fazer tais políticas, não é?

As secretarias são um bom modo para começar a construir essas políticas e proporcionar que os jovens sejam sujeitos dessas políticas, não objeto dessas políticas. Em Santa Maria, a política da cultura que tem lá é balonismo. Balonismo! Quem é que vai para balão? Quem é que tem dinheiro para ficar dando volta de balão na cidade? A juventude da cidade está ocupando as praças hoje, fazendo atividades de cultura, de lazer, apesar do Poder Público, sem apoio algum do Poder Público. E esse movimento precisa ser apoiado, e o Poder Público precisa incentivar a juventude a ocupar esses espaços.

Então, essas são as contribuições que a gente deixa para a audiência. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Alex Monaiar, estudante de Psicologia, Coordenador-Geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Santa Maria, que dá uma bela contribuição. Fez uma excelente exposição e trouxe propostas concretas, que eu peço sejam deixadas aqui com a Mesa da Comissão, as propostas que você trouxe em nome da cidade.

Passamos a palavra agora à Solange Garcia, Professora da Universidade. Mas, antes, Solange, permita que eu faça dois ou três registros.

O Jonas Artur Brandt Brendler, apoio aqui ao núcleo missões, audiência pública, cumprimentando a questão da boate Kiss.

Aqui vem de uma mãe: Soraia Cechinatto.

Sou mãe de uma das vítimas. Meu filho Thiago Cechinatto fazia o curso de Agronomia na Universidade Federal de Santa Maria. Sempre teve o sonho de estudar na universidade onde o pai estudou, que também

é agrônomo. Seu sonho não pôde ser realizado, pois sua vida foi interrompida por essa tragédia. Como mãe, eu não acredito que, com 242 mortes, ninguém vá ser culpado. Ou será que os culpados fomos nós, pais, que deixamos nossos amados filhos irem se divertir, e não voltaram mais para suas casas? Que injustiça é essa? Que ninguém vai para a cadeia? Espero que a morte do meu filho Thiago não passe impune e que os culpados sejam presos, pois a dor que estamos sentindo não desejo para ninguém. E peço para as autoridades que governam este País que melhorem as leis e que os culpados paguem pelos seus erros e que tragédias como essa não mais aconteçam.

Aqui vem uma ainda, Tânia. Tânia diz:

São dez meses de muito sofrimento para as famílias que perderam seus entes queridos naquela madrugada do dia 27 de janeiro. Sabemos que não podemos voltar atrás no que aconteceu aquele dia, mas, a partir de agora, buscamos um País onde prevaleça os direitos do cidadão e onde tenha justiça. Foram 242 vidas interrompidas, e até agora nenhum culpado. Em nome da memória do meu irmão e de todos esses jovens é que estamos nessa luta.

Também núcleo de missões. Tânia Amaro, irmã de Thiago Amaro Cechinatto, vítima da tragédia da boate Kiss.

Então, rapidamente este aqui também:

Infelizmente no Brasil é assim: Quem tem dinheiro sai livre, mesmo depois de uma barbaridade como esta. Logo após essa fatalidade, tiveram movimento nos órgãos em fiscalizar, mas depois, entre aspas, que a “poeira abaixou”, acabaram as fiscalizações e voltamos à estaca zero. É isso mesmo, zero. No Brasil só vão para frente negócios que geram dinheiro, negócios que geram dinheiro para os proprietários e para os corruptos. Como brasileiro que sou, e amo este País, eu espero que essas centenas de vidas não sejam em vão e que, de fato, algo seja feito, não só para punir os responsáveis, mas para que nenhuma outra ocorra com os nossos jovens. Que o dinheiro público seja utilizado para a sociedade e não para poucos que possuem privilégios políticos. Luciano Oliveira.

Passamos, então, neste momento à Solange Garcia, Professora da UFRGS, Rio Grande do Sul.

Toxicologia, é isso?

A SRª SOLANGE GARCIA – Isso mesmo.

Bom dia a todos. Ex^{mo} Senador Paulo Paim, autoridades presentes, familiares das vítimas da boate Kiss e demais presentes, inicialmente, eu quero agradecer a oportunidade do Senado em realizar esta reunião pública. O convite do gabinete do Senador Paulo Paim e do Sr. Adherbal, o Presidente da AVTSM... Agradeço também à direção da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que apoiou a semana, logo após então a tragédia e também apoiou a minha vinda aqui, entendendo que a universidade deve de fato trabalhar em prol da sociedade e para a solução dos seus problemas.

A tragédia de Santa Maria, no meu ponto de vista, teve dois momentos desastrosos.

O incêndio do dia 27 e o pós-tragédia, que foi de 28 de janeiro ao dia 2 de fevereiro, que se tornou, para mim e para muitas pessoas, uma nova tragédia, para cerca de 150 sobreviventes, seus familiares e todos aqueles que se envolveram com essa questão.

No dia 28, segunda-feira, eu fui avisada por uma médica do Centro Estadual de Vigilância e de Saúde do Trabalhador, de Santa Maria, que os sobreviventes não estavam apresentando melhoras e que a intoxicação por cianeto poderia ser a causa. Nesse mesmo dia, tentei contatar profissionais da saúde, médicos, Hospital Universitário de Santa Maria. Na terça-feira, eu repassei um guia europeu sobre o tratamento adequado para vítimas intoxicadas por cianeto, que é hidróxido de cobalamina, 5 gramas, pois os jovens estavam recebendo medicamento que tinha mil vezes a concentração, portanto totalmente ineficaz para o tratamento e também foram alertados que o Brasil não possuía esse medicamento internamente e haveria necessidade de importá-lo.

No entanto, nada aconteceu.

Partindo desse pressuposto, eu então tentei sensibilizar, solicitando uma coleta de sangue para provar que realmente os níveis sanguíneos de cianeto estavam realmente elevados e que a importação desse antídoto, desse medicamento, que é um antídoto, seria imprescindível. Depois de muita conversa, tanto com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, como com o Hospital de Santa Maria, nós conseguimos fazer coletas sanguíneas, e os primeiros resultados dessas análises saíram na quarta-feira, vejam bem, no final da tarde, demonstrando elevados níveis ainda de cianeto nessas pessoas.

Novamente passei a insistir incansavelmente que nós teríamos de importar o mais rápido possível o hidróxido de cobalamina e que, se isso não ocorresse, essas pessoas morreriam ou teriam sequelas, danos na sua qualidade de vida.

Na quinta-feira também, como não havia sinalização alguma da importação desse medicamento, eu entrei em contato com o setor de toxicologia da Organização Mundial de Saúde, solicitando quase que desesperadamente a mobilização para que esse medicamento viesse ao Brasil.

Infelizmente, ou felizmente não sei, eu me envolvi emocionalmente com a situação, porque eu me colocava na situação dos pais, todos aqueles pais, todos aqueles familiares que imaginavam que seus filhos estavam no hospital sendo adequadamente tratados quando, na verdade, o antídoto específico para aquela intoxicação nem sequer existia no Brasil.

Foi uma semana extremamente desgastante em que, realmente, na quinta-feira à noite, por volta das 10h, a direção do Hospital Universitário reconheceu e retornou várias ligações minhas, entrou em contato com o pessoal da Anvisa e, na sexta-feira, dia 1º, consegui falar com o assessor do Ministério da Saúde que, então, me tranquilizou dizendo que o Brasil importaria a hidroxycobalamina mesmo tendo passado muito tempo. Às 14hs, recebi um telefonema do Palácio do Planalto solicitando as informações técnicas da necessidade real da importação e, à tarde, o Ministro da Saúde confirmou a importação da hidroxycobalamina que chegou ao Brasil no sábado, dia 2 de fevereiro, no final da tarde.

Para dimensionar isso, eu só quero pegar um evento único: após quatro dias de internação, as pessoas que estavam internadas receberam medicamento, no dia 6 de fevereiro. Num período inferior a 24 horas, cerca de 19 sobreviventes receberam alta hospitalar. Esse conjunto de fatos demonstra que o sistema não está preparado para atendimentos a intoxicados por agentes químicos.

Em 1993, o sistema percebeu que não estava preparado para enfrentar as intoxicações pelos venenos de cobras, aranhas, escorpiões e outros, e foi criado o Programa Nacional de Acidentes por Animais Peçonhentos. Esse programa permitiu intensificar e diversificar a produção de soros, estabelecer aperfeiçoamento médico para atendimento aos acidentados, inclusive com uso de telemedicina, suprir o mercado interior no Brasil e países vizinhos que também necessitam do soro.

Passaram-se 20 anos, e percebemos que precisamos criar o Programa Nacional de Política dos Antídotos. Esse programa vem sendo reivindicado há muito tempo pela Associação Brasileira dos Centros de Informações Toxicológicas. Intoxicações por agentes químicos são, na verdade, um problema de saúde pública. Vários são os indivíduos que necessitam receber antídotos de que não dispomos no Brasil, e muitos perdem suas vidas.

Há intoxicações com digoxina, que é um medicamento para aumentar a contratilidade cardíaca. Se as pessoas tiverem altos níveis da digoxina existe um tratamento único que é o anticorpo contra digoxina. Não dispomos desse medicamento e, se esse indivíduo não for tratado com um antídoto, ele poderá vir a óbito.

Intoxicações por cianureto de potássio: temos vários casos de crianças que pegam em galpões, em casas, cianureto de potássio e ingerem. Não há saída, é a morte. Não temos antídoto. Há pouco aconteceu um caso, mas tínhamos o que havia restado da importação que veio para Santa Maria em janeiro.

Há intoxicações com alguns agrotóxicos, intoxicações por paracetamol, dentre tantas outras. Por isso, esse é um problema, sim, Deputado, de saúde pública. Além disso, os antídotos são divididos de acordo com as suas necessidades. Alguns necessitam ficar em Samu; por exemplo, a hidroxycobalamina, tal como acontece em países desenvolvidos como a França. Eles próprios tem hidroxycobalamina e, no momento, já administram. Isso vai tanto melhorar a qualidade de vida quando evitar que o indivíduo morra. Têm em emergências, farmácias hospitalares e regionais de saúde. Então, são vários setores que necessitam de diferentes medicamentos de acordo com a sua urgência.

Ex^{mos} Senadores, em especial ao Senador Paulo Paim, faço um apelo no sentido de que as tragédias especialmente a que se refere aos sobreviventes da boate Kiss, pela falta de antídoto no Brasil, seja, de fato, um evento desastroso único, pois as dores geradas pelas tragédias devem alicerçar a sociedade, seus representantes para trabalharem incansavelmente para que jamais se repitam.

Tragédia é um evento desastroso que deve ser único para demonstrar que aprendemos com ela. Por isso, peço a todos os Senadores que também estejam presentes, bem como outras autoridades. Vamos abraçar a causa: implantação de uma política nacional de antídotos já.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, muito bem, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em toxicologia, Dr^a Solange Garcia. A cada depoimento aqui, a gente se segura para controlar as emoções. Percebi pelo pronunciamento que fez que, na verdade, se olharmos com a profundidade devida, ela é uma heroína. *(Palmas.)*

Se não fosse o fato de ela se envolver emocionalmente – eu sou daqueles que acreditam na teoria da emoção, do sentimento – talvez não tivesse conseguido. Tardou, mas ela conseguiu fazer que houvesse a importação. Então, nossos cumprimentos carinhosos.

Eu acho que é grave. Não vejo como uma denúncia, mas você está relatando fatos, e, felizmente, podemos dizer que, enfim, depois de muita insistência, foi autorizada a importação do produto que iria atender os nossos jovens que poderiam morrer em quantidade. Então, nossos sinceros cumprimentos.

Acho que, com seu depoimento, encerramos esta mesa. Convido os quatro para retornarem ao plenário para que, de imediato, convoquemos os outros quatro e iniciemos o debate.

Convido, de imediato, Sr. Paulo de Tarso Monteiro Abrahão, Coordenador Geral da Força Nacional do SUS, do Ministério da Saúde; Sr. José Eduardo Fogolin, Coordenador Geral da Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde; Luiz Fernando Smaniotto, advogado da Associação de Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria e o Coronel Alexandre Augusto Aragon, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Força Nacional. Enquanto eles chegam à mesa, vou rapidamente lendo aqui algumas correspondências:

– Duzentas e quarenta e duas vidas se foram por negligência. Não podemos deixar que se repita. Queremos justiça. Apoio ao núcleo das Missões, VST e Associação de Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria. Rosivana, Rio Grande do Sul.

– Meu nome é Pedro Knorr de Moura. Venho por meio desta dizer que estou esperando respostas a respeito da tragédia da Boate Kiss, esperando medidas do poder público sobre esse assunto tão delicado. O povo gaúcho não esqueceu essa tragédia. Espera medidas do Congresso, consequentemente, Câmara e Senado, sobre isso, mais fiscalização dos entes públicos e que os responsáveis sejam punidos. Meu apoio ao Núcleo de Amigos, Parentes e Sociedade em Geral na Defesa dos Direitos dos Cidadãos Vítimas da Negligência do Caso Kiss – Santa Maria. Pedro Knorr de Moura.

– Conhecendo a boate Kiss. Nome: Ana Flávia Schimidt Bareschi. Como os familiares e sobreviventes estão sendo tratados pelo Governo do Rio Grande do Sul? Se alguém puder falar, como está a relação com o Governo do Estado?

– Meu nome é João Leal Malheiros Neto e, como um cidadão brasileiro, estou esperando respostas, atitudes das autoridades frente a essa tragédia. Espero que o Congresso tome atitudes, correção de erros que ocasionaram essa tragédia com a falta de uma lei federal que regulamentem as questões de prevenção de incêndio, falta de fiscalização. Espero também mais seriedade e comprometimento dos senhores e senhoras com o povo e o direito à vida, que é um direito institucional, constitucional e o bem mais valioso de cada um. Meu apoio ao Núcleo de Amigos, Parentes e Sociedade em Geral na Defesa dos Direitos dos Cidadãos Vítimas da Negligência do Caso Kiss – Santa Maria. João Leal Malheiros Neto.

–Vítimas. Não podemos deixar que isso se repita, queremos justiça. Lígia

Da mesma forma, outro que veio idêntico:

Nós, da família Schenatto, perdemos nosso filho nessa tragédia e somos participante do grupo de missões. Enfim, estou resumindo o que ele diz.

Força e que Deus ilumine a todos.

Paulo Carvalho, pergunta ou comentário:

Santo André, São Paulo, está ao lado de Santa Maria. Não queremos tragédias e Santa Maria tem todo o nosso apoio.

Paulo Carvalho ainda, pergunta ou comentário:

– Gostaria de saber, se algum dos convidados puder explicar, por que o Ministério Público pediu o arquivamento de improbidade administrativa do prefeito? Roberto de Santos de Souza.

– Bom dia, Sr. Roberto de São Paulo, estive em Santa Maria e vi a situação de como continua a questão da boate Kiss, ou seja, do mesmo jeito. A minha pergunta é: o que será feito no local da tragédia em memória das vítimas e, se já foi decidido, porque ainda não fizeram nada.

– Paulo Carvalho. Sou pai de uma das vítimas que morava em Santo André, São Paulo, e digo, senhores, que todos os filhos de qualquer cidade podem sofrer pela impunidade e a inconsequência. Ele foi visitar os amigos de Santa Maria. Só queremos que nossos filhos não tenham sido levados em vão.

Vou terminar aqui. Pergunta o Aderbal:

Presidente da AVT. Santa Maria, a iniciativa do Legislativo da cidade de Itu, São Paulo, tema: Seguranças de eventos muito importantes; cidades começando a prevenir a segurança de eventos.

Está elogiando e pedindo que o Aderbal comente depois.

Por que o Ministério do Trabalho e Emprego, que tem a legislação federal sobre segurança do trabalho inclusive em locais públicos não respeita a lei que criou na própria carreira, Lei 10.593, art. 3º, § 2º, há dez anos, essa profissão designada por área a seguir?

Vai dar mais uma linha esse outro:

Por que o Ministério Público do Trabalho e Emprego e Transmissão da Segurança do Trabalho inclusive em locais descumpre e ignora a lei, sendo a Lei 105, § 2º?

E, por fim, para podermos ir para os nossos convidados:

Sorocaba, São Paulo. O Legislativo aprovou uma nova regulamentação de segurança, atualizando índices de segurança que, na verdade, estão desatualizados nas cidades brasileiras.

Vamos, de imediato, então...

(Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode ser.

O Luiz Fernando pede que, se puder, gostaria de ser o primeiro – por mim não há problema algum –, terminada a fala da Associação, uma vez que ele é advogado dela.

Passo a palavra ao Luiz Fernando, que é advogado da associação dos familiares e das vítimas sobreviventes da tragédia de Santa Maria.

Por favor, Dr. Luiz Fernando.

O SR. LUIZ FERNANDO SMANIOTTO – Muito obrigado.

Primeiramente, cumprimentando o Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Paim pela atitude de trazer os familiares aqui no Senado para ouvir a nossa voz, para ouvir a voz de todos os cidadãos de Santa Maria, do Estado e do Brasil.

Cumprimento também as demais participantes da Mesa e também os ouvintes e todas aquelas pessoas interessadas em discutir o tema dessa situação aqui no Senado Federal que, por certo, será transmitido, Senadora, tenho certeza, para todos aqueles que também têm interesse em saber a verdade real dos fatos. É por isso que estamos aqui. Agradeço-lhe.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que vou me ater especificamente ao tema dessa reunião, que são as consequências após a tragédia de Santa Maria. Depois, particularmente, vou deixar todo o material relacionado aos processos que estão ocorrendo em Santa Maria, sejam eles nas áreas cíveis, criminal e também nos inquéritos policiais que ainda estão em desenvolvimento pela Polícia Civil de Santa Maria, que ainda apura os fatos em relação à concessão de alvarás e licenças para funcionamento da casa. Depois, será disponibilizado para o Senador no caso de querer tomar alguma medida de seu interesse.

Eu gostaria de falar, em primeiro lugar, que eu estava escrevendo essa minuta, esse resumo, a respeito das consequências da tragédia de Santa Maria, na quinta-feira, dia 28/11, e a primeira pergunta que me veio à cabeça para responder esse outro questionamento desta Comissão, foi: quando será o próximo caso? Essa foi a pergunta, o *case*, o mote que usei para abrir a minha fala. Surpresa minha: quando estava escrevendo isso aqui, logo antes de uma reunião que tínhamos na associação, começou a pegar fogo no Memorial da América Latina. Lá estava o próximo caso, lá estava a resposta à minha primeira pergunta para falar nesta Comissão.

Qual a situação? O que tem a ver isso? A mesma coisa. Foi a mesma situação. Era um prédio sem alvará, administrado pelo Poder Público, sem alvará condizente. O alvará estava vencido há mais de 20 anos, não houve nenhuma forma de prevenção de incêndio. Saíam pessoas feridas por inalação de fumaça. Muito provavelmente, esses bombeiros que estavam internados serão salvos pelos mesmos antídotos que não foram disponibilizados e não são até hoje.

Eu gostaria também de ressaltar a falta de resposta. O que acontece em Santa Maria depois dessa situação? Repito, eu não vou me ater à parte jurídica porque essa está sendo conduzida pelo Ministério Público de Santa Maria, pelo Ministério Público estadual, pelo Conselho do Ministério Público, está sendo conduzida pela Justiça de Santa Maria e, provavelmente, será conduzida em todas as instâncias judiciais do País porque é um caso complicado, um caso longo, um caso em que vai ser tratada omissão, de troca de poder, de informação que terão que ser prestadas, e muito grandes serão as respostas. Nós esperamos por isso.

Toda a Santa Maria, todo o Estado do Rio Grande do Sul, todo o País está esperando por uma resposta de Santa Maria, não uma resposta de punição a qualquer agente público, qualquer que seja ele, em qualquer esfera de poder, seja municipal, estadual ou federal, mas uma resposta para que os filhos de Santa Maria sejam lembrados como vítimas de um sistema falido, um sistema que não soube dar a segurança necessária para que as pessoas se coloquem em situações de risco, e mais: não deu respostas pertinentes para tirar essas pessoas de situação de risco.

O que é que estamos vendo hoje em Santa Maria? Uma politização dos fatos. A primeira coisa que se fala em Santa Maria é que quem fala que houve alguma omissão do poder, seja ele A, B ou C, está contra o partido A, B ou C. Eu faço uma pergunta aos pais estão aqui, ao Sr. Senador, a todas as pessoas que estão aqui: qual é a politização de uma pessoa de 17, 18 anos? Muitos deles que morreram na tragédia nem título de eleitor tinham ainda. Muitos deles não tinham votado ainda, muitos deles, a grande maioria, não eram filiados a partido político algum.

Que politização é essa? Uma politização da tragédia? Não. Seria uma politização que devemos ter agora, nós, sim, para respeitar a morte, para respeitar um laço com a vida, para fazer que essa morte seja plantada e ressurgja como fênix ressurgiu das cinzas, ressurgja como uma ave-maria para que seja cantada em prosa e verso, aqui e em Santa Maria, e servir de exemplo para futuras gerações. Para quê? Para que essas pessoas não passem mais por isso, para que pais não tenham que inverter a lógica da vida, de um pai enterrar um filho. Isso contraria a lógica da vida. Não interessa quem foi que fez, a justiça vai ver quem foi que fez, a Associação e o grande arquiteto do universo me jogou nessa área para que viéssemos aqui dizer o que está acontecendo.

Na Associação, temos um trabalho muito próximo – eu, o Walter, o Sérgio, o Aderbal, vários pais que estão lá – e pedimos: queremos saber a verdade real, e a verdade real vai ter que vir. Eu estive em Cromañón, na Argentina, porque faço um curso na Universidade Federal de Buenos Aires e estive lá em contato com as vítimas. Durante seis dias, tive contato com juízes, promotores, advogados, com os pais das vítimas, com os familiares, com sobreviventes. O caso é exatamente igual, é a mesma coisa, até a cor da porta da boate Cromañón é igual à cor da porta da morte, da tragédia de Santa Maria, da Kiss. Fogo, alvarás ineficientes ou inexistentes, superlotação. Essa tríade é a tríade da morte.

Sempre que um agente público for dar um alvará para uma casa funcionar, tem que se basear nos três pilares da tragédia com fogo: alvarás ineficientes ou inexistentes, falhas na fiscalização, excesso de gente e fogo. Sempre foi assim: na Venezuela, na Colômbia já aconteceu, no Paraguai, na Argentina duas vezes. Essa é a morte anunciada, é a crônica de uma tragédia anunciada. Quando vai acontecer novamente isso? Vai acontecer de novo, mas quando? Eu estava escrevendo na quinta e aconteceu na sexta. É a mesma situação.

Nós temos outra situação muito importante. Temos um órgão fiscalizador no País que, ao liberar um produto para consumo, para comércio, para qualquer coisa que seja, exige que haja uma ficha de informação sobre produtos químicos. Essa ficha de informação sobre produtos químicos é muito importante porque, quando se vai fazer um projeto para uma casa, inclusive aqui no Senado, deveriam ver quais os materiais que serão usados.

Nos EUA também aconteceu a mesma coisa – o Aderbal me lembra aqui –, a mesma situação. Então, quando se faz um projeto para a efetivação de acústica, principalmente em uma casa, geralmente ocorre a instalação de espuma, lã de vidro, gesso, alguma coisa nessa situação. Nessa ficha de informação de produtos químicos que a Anvisa libera para que as pessoas e os órgãos públicos tenham conhecimento – chama-se FISPQ – está dito que a liberação da queima de espuma será o cianeto, que foi o que ocorreu e que causou a morte das pessoas em Santa Maria. Não foi por queimaduras. Houve queimados, mas a grande maioria foi por inalação de monóxido de carbono – o contato com o oxigênio já extingue a situação – e cianeto, que é altamente letal.

Nessa ficha de informação sobre produtos químicos há informação de que a queima do gás gerado pelas espumas, a inalação, provoca a morte por parada cardiorespiratória. E a única forma de ocorrer a não morte ou o não óbito é mediante a aplicação de antídoto. Só que não temos esse antídoto no Brasil. E por isso a doutora veio aqui pedir a criação de uma lei nacional de antídoto, centrada nos Estados da federação, para que, quando houver uma tragédia, se desloquem essas situações para lá.

Há um protocolo de informações na Europa em que, automaticamente, quando há inalação de fumaça, é aplicado o antídoto, para que não haja risco de óbito. Isso não foi cumprido.

Essa tragédia de Cromañón, na Argentina... Tive contato também com o perito que fez a perícia da tragédia em Cromañón, em que morreram 200 pessoas, e ele me alertou para o seguinte – também veio bater na mesma situação da doutora da URGs: existirão muitas mortes mais, porque o cianeto fica no organismo.

Então, precisamos criar uma política, Senador. E aqui faço uma proposta: precisamos criar uma política de apoio não só às vítimas da tragédia da Kiss, mas a vítimas de tragédias. Devemos aproveitar isso para que possamos criar uma política de apoio, uma lei nacional de apoio às vítimas de tragédias. Não adianta sobrevoarmos de helicóptero as áreas atingidas e prometer verbas se as verbas não saem de lá, se demora para empenhar e demora para tudo.

Então, na Argentina foi criada uma lei – tomei a liberdade de passar para a sua assessoria, com a autorização do pessoal da Argentina, da Famílias por La Vidas, que é uma entidade coirmã nossa, o modelo – para reparação e apoio das famílias de vítimas da tragédia de Santa Maria, que visa a estabelecer um atendimento integral por meio de serviço de saúde, educação, trabalho e emprego e assistência às vítimas e aos familiares das vítimas fatais da tragédia de Santa Maria.

Então, isso já é um objetivo rápido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nesse sentido já tinham me comunicado, eu já passei para a Consultoria do Senado. Seguindo a tua orientação, vou entrar com esse projeto para que haja o atendimento às vítimas de Santa Maria.

O SR. LUIZ FERNANDO SMANIOTTO – Perfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A tua solicitação, no que compete a mim, já está atendida.

O SR. LUIZ FERNANDO SMANIOTTO – Muito obrigado Senador.

Eu apenas a traduzi do espanhol para o português, mas no sentido de adequar, já que a lei é um pouco diferente, coisa e tal. Mas o senhor teria que realmente fazer, principalmente nesta área. O que está acontecendo em Santa Maria, voltando à nossa pergunta, à pergunta da Comissão? O que aconteceu após a tragédia? Temos fatos de pessoas que estão aptas a entrar no mercado de trabalho, mas quando vão fazer o exame de admissão nas empresas, não passam no exame porque estão com a saúde comprometida.

Temos problemas de pessoas que não têm o que comer, no sentido literal da palavra, porque os dois filhos foram perdidos na tragédia e eram os arrimos de família, eram os mantenedores da família. Nós temos a situação de pessoas brigando na Justiça pela guarda de filhos e netos, causando outro trauma nas famílias.

Eu tenho aqui, inclusive, números de processos para o senhor fazer uma análise e conferir. Os filhos estão ficando com os avós, e os avós querem os filhos. Dois avós estão brigando; o pai biológico, que não participava da vida familiar, está querendo... Então, temos uma situação de caos social em Santa Maria. E Santa Maria, assim como o Brasil, assim como o mundo inteiro, está esperando uma resposta, mas não uma resposta apenas punitiva, porque essa resposta a Justiça, com certeza, vai dar, em grau maior ou menor, com esses novos inquéritos que estão sendo feitos, com essa visão global que o Ministério Público de Santa Maria, que a Justiça do Estado com um todo está dando. Até o Ministério Público do Trabalho, que tem uns representantes aqui, está dando. Desculpe o Ministério da Saúde.

Nós estamos com caos social em Santa Maria, os entes públicos não conseguem atender a tudo. Nós precisamos que se olhe para Santa Maria de forma global e precisamos dar respostas para o que ocorreu. Nós não podemos apenas ficar olhando para conhecimentos pretéritos.

Vamos nos ater ao que essa Comissão pediu, que são:

O que está sendo feito pelas famílias? Muito pouco pela associação e muito pouco por outras pessoas ou entes públicos. Nós precisamos que o senhor, Senador Paim seja um fiscal da aplicação da norma e um fiscal da aplicação do atendimento. Nós precisamos do senhor. A responsabilização de todos: todos os entes públicos devem primar pela responsabilização em quaisquer esferas de poder que tenham.

Quais as medidas que deverão ser adotadas? Já respondemos. Que seja feito um projeto de lei que ampare essas famílias. Nós teremos trauma daqui a meses, daqui a anos e daqui a décadas, decorrentes da tragédia de Santa Maria.

Precisamos dar uma resposta para o mundo.

E uma força-tarefa, Senador. Pedimos, de antemão, uma força-tarefa. Que o Senado crie uma comissão permanente para análise dos fatos e atos que estão ocorrendo em Santa Maria. O que está acontecendo? Qual é o motivo de não haver divulgação maior dos fatos ocorrentes em Santa Maria? Por que estamos esperando respostas de todas as cidades cujas Câmaras de Vereadores visitamos e que já fizeram monções de apoio à Associação? Então, queremos que o Senado, com o seu poder fiscalizatório – é uma das prerrogativas do Senado e de todo o Congresso Nacional – fiscalize o que está acontecendo em Santa Maria, Quais serão as respostas que vamos deixar para o mundo? Quando será o próximo caso? Quando teremos novamente que prantear os filhos? Por omissões do Poder Público, sim, porque se libera a introdução de um produto em um país, seja ele importado ou de fabricação própria, e esse produto expõe gases próprios que causam a morte, e o ente liberador diz que só serão salvos mediante aplicação de antídotos, mas esses antídotos não existem no país. Alguma coisa está errada.

Esta lei terá que ser feita, esta lei terá que ser respondida, e aqui pedimos o seu apoio, Senador, e o apoio desta Comissão para isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Luiz Fernando Smaniotto, Advogado da Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes de Santa Maria, que deixou aqui uma série de contribuições. Falou de forma firme da falta de atendimento devido e deixou propostas concretas, inclusive duas em forma de projeto de lei, que vamos encaminhar a partir desta reunião para que a Casa debata e encaminhe uma solução.

Passo, de imediato, a palavra ao Coronel Alexandre Augusto Aragon, do Ministério da Secretaria Nacional de Segurança Pública a Força Nacional.

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO ARAGON – Sr. Presidente, primeiramente bom dia. Saudando **O SR. PRESIDENTE** pela iniciativa, saúdo a todos.

Quero repetir as palavras da nossa professora Solange Garcia, “a tragédia é evento único”. Foi mais ou menos isso o que a senhora disse. E o nosso dever é que ele seja único mesmo e que não se repita.

Manifesto um especial cumprimento pela coragem e tenacidade dos pais aqui presentes, pois os senhores não estão aqui trabalhando para recuperar a vida dos seus filhos; estão aqui trabalhando para recuperar a vida dos nossos filhos no futuro. Talvez não exista momento maior de desprendimento. Neste momento, o interesse é que se mude a legislação, se mude a cultura, se mude a forma de pensar para que os filhos dos outros – infelizmente não podemos recuperar a vida dos seus – não sejam atingidos por isso e para que nenhuma família passe mais pelo problema que os senhores estão passando.

Não conseguimos mensurar a dor que os senhores sentem, mas a nação agradece o desprendimento dos senhores, das senhoras que estão ouvindo e de todos os familiares.

Esta luta é incansável. Eu, como brasileiro – não só como gaúcho, mas como brasileiro –, me sinto orgulhoso do trabalho que os senhores vêm desenvolvendo.

Sr. Senador, V. Ex^a encaminhou uma proposta que está sendo considerada neste projeto de lei que foi trabalhado para a elaboração de uma política nacional para os Corpos de Bombeiros Militares. Trata-se de se trabalhar com uma mudança na cultura e uma mudança na legislação para os Corpos de Bombeiros, a fim de se trabalhar com a prevenção de incêndio e pânico. E o Ministério da Justiça, acolhendo sua sugestão e também por iniciativa do Ministério da Integração Nacional, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública, montou um grupo, e deste grupo se encontra o coordenador, Major Alexandre, do Corpo de Bombeiros de São Paulo. Neste grupo, encontram-se especialistas de bombeiros de todas as unidades da maior parte da federação.

Aqui comigo se encontra o Tenente Ribeiro, do Corpo de Bombeiros Militares de Rondônia, que hoje está na Secretaria Extraordinária de grandes eventos e que também é mote que deve ser considerado. E temos o Tenente Natanael, do Corpo Militar do Espírito Santo, que nos auxilia no treinamento de todos os bombeiros do País, da Força Nacional, que são multiplicadores quando voltam para os Estados.

E os objetivos são de padronização buscando, antes de tudo, segurança, confiabilidade e um campo de trabalho favorável para os Corpos de Bombeiros Militares. E uma conclusão a que esse grupo chegou é que essa fiscalização e esse serviço devem ser exercidos por instituições permanentes, como são os Corpos de Bombeiros Militares, através de uma política de Estado e não uma política de governo. A política de governo passa. O compromisso dos ministérios envolvidos, da Casa Civil é que dever ser uma política de Estado.

E que se abandone o conceito de interesse local. Ai temos assim o primeiro Corpo de Bombeiros criado no País oficialmente em 1856, mas, antes mesmo dessas iniciativas, já existiam iniciativas no sentido de os Estados ou as províncias, à época, terem Corpos de Bombeiros com as suas culturas próprias. Viemos do Sul, e no Rio Grande do Sul é muito premente a cultura alemã nos Corpos de Bombeiros, mas no Norte do País é diferente, no Nordeste é diferente, em diversas regiões é diferente, e o desafio desse grupo foi criar uma política única, de forma que este interesse local ele seja subjugado.

Então, são regras técnicas de construção uniformes que estão sendo considerados, técnicas de ocupação de edificações e de reunião de público e, como o Dr. Aderbal falou, aglomerações. São regras específicas para isso, inclusive com penalidades que não só são penalidades de multas, mas, conforme o Poder Público ou o representado pelos Corpos de Bombeiros Militares identifiquem, pode-se passar para o embargo imediato. E, além disso, esse PL envolve propostas de se incluir nos cursos de graduação (engenharia, arquitetura e cursos técnicos de ensino médio) conteúdo relativo à segurança contra incêndio e desastres.

Então, nesse sentido estamos buscando uma legislação de alcance nacional resultante da vontade do Executivo e Legislativo, que vai representar uma resposta da sociedade civil. Foi a sociedade que se mobilizou em conjunto com esses Poderes, em conjunto com o Estado brasileiro não só para a cidade de Santa Maria, mas para todo o País.

Sr. Senador, temos uma demanda de tempo, respeitando a criação Corpos de Bombeiros Militares e as diversas culturas, e esse trabalho já está praticamente concluído. Mas, devido á demanda de tempo, temos que ter um tiro certo, com perdão da expressão. Não podemos falhar. E se encaminharmos com pressa, não respeitando as culturas regionais, talvez o projeto fosse falho e teríamos que estar aqui, daqui a um ano, novamente discutindo com uma nova tragédia.

Era isso, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – – Muito bem, Coronel Alexandre Augusto Aragon, que explica para todos que essa lei tem que ser precisa, como ele diz, e muito certa, de forma tal que estamos ouvindo todos os setores e estamos encaminhando para votá-la. Espero que ela seja encaminhada este ano ainda ao Congresso. O pedido que fica é que ela seja encaminhada este ano para nos debruçarmos sobre ela.

Passamos a palavra agora ao Sr. Paulo de Tarso Monteiro Abrahão, Coordenador-Geral da Força Nacional do SUS, do Ministério da Saúde.

Em seguida, o Dr. José Eduardo Fogolin, que vai na mesma linha.

O SR. PAULO DE TARSO MONTEIRO ABRAHÃO – Bom, cumprimentando o Senador, cumprimento todos aqui da mesa. Em nome do Ministério da Saúde, agradecemos bastante participar desta audiência pública. Eu gostaria que não estivéssemos aqui discutindo essa tragédia, mas o fato ocorreu, e eu acho que temos que tirar o máximo de aprendizado em cima desse fato.

A Força Nacional do SUS foi criada – como se coloca aqui nesse eslaide – faz dois anos, só para conhecimento bem rápido, por um decreto presidencial. Não existia no Brasil uma Força Nacional de Saúde, especificamente, e, no caso de Santa Maria, ela teve uma atuação em um tempo recorde. Em toda a literatura mundial, o tempo para se chegar a um evento, até pela extensão geográfica do Brasil, era maior. Conseguimos bater um recorde, conseguimos chegar em menos de 12 horas. As pessoas que fazem parte da força já estavam lá em Santa Maria e já encontramos um cenário em que havia 236 vítimas com óbito no local da tragédia e 577 pacientes atendidos na primeira hora em Santa Maria. Esse é número imenso! Qualquer rede de atenção à saúde, com a chegada desse quantitativo de pacientes, não está preparada para atender de maneira adequada.

E, por isso, eu quero parabenizar toda a equipe de Santa Maria tanto do hospital universitário como do hospital onde fizemos a nossa base, os prontos atendimentos, toda a estrutura de saúde de Santa Maria, que, rapidamente, em menos de 12 horas, abriram espaços nas suas emergências, transformando-as em leitos e terapia intensiva com a maior rapidez.

Porto Alegre, todas as unidades de saúde de Porto Alegre imediatamente passaram a ser parceiras, e foram mais de 30 leitos de UTI de terapia intensiva abertos em Porto Alegre em menos de 24 horas.

Então, houve o cenário dessa atenção imediata. Eu vou falar da atenção imediata. Depois, o Dr. José Carlos fala da continuação da atenção, que acho que é o mais importante. São três etapas do atendimento em saúde: o imediato, que é que chamamos de pré-hospitalar, que é o imediato; o hospitalar que são 30 dias, e depois a continuidade a longo prazo, que o Dr. José Eduardo está arrumando.

Então, desses 577 pacientes, tivemos 84 colocados em ventilação mecânica na primeira hora, graves; 84 pacientes graves em ventilação mecânica. Quando cheguei em Santa Maria à noite, tínhamos a expectativa de que, se 50% desses 84 conseguissem sair com vida, teríamos feito uma ação positiva. E foram mais de 90% que saíram com vida. Então, foi a ação de toda a equipe de saúde extremamente positiva lá. Cinquenta e nove desses pacientes foram transferidos para Porto Alegre. Eu vou me ater mais a esse eslaide, com mais detalhe, porque é importante isso. E, desses 59, houve uma remoção de oito pacientes no mesmo avião. Não há na literatura mundial nenhum transporte aeromédico com mais de uma vítima.

E a Força Aérea Brasileira – isso é mérito exclusivo de toda a equipe da Força Aérea Brasileira, com toda a equipe de médicos e enfermeiros que estavam lá voluntários na Força Nacional do SUS – transformou o avião rapidamente em leitos de UTI, de terapia intensiva, e foram transportados, ao mesmo tempo, no mesmo voo para Porto Alegre, todas essas vítimas – todos, 100%, em ventilação mecânica, e todos chegaram com vida em Porto Alegre, e nenhum desses evoluiu para óbito. E 98,7% dos pacientes entubados, todos tiveram alta, graças a Deus, extubados e tiveram alta.

Então, no total, foram 242 vítimas de óbito. Este é o gráfico que fizemos da evolução dos óbitos. O início, que foram os óbitos da cena – muito triste, muito pesado –, e, depois, a evolução durante o período da internação. Então, foram oito óbitos, que, do dia da tragédia até o 30º dia, evoluíram para óbito, daqueles 84.

Qual foram os procedimentos imediatos do Ministério? A gente encaminhou, no domingo mesmo, conseguiram chegar lá em Santa Maria, esses equipamentos, que são oxímetros de pulso, 50 desses ventiladores mecânicos, 15 monitores paramédicos e os 140 kits de ampolas de hidroxibalamina, que chegaram na primeira semana, como já foi colocado por esta Mesa.

É relevante colocar aqui a importância do aprendizado – infelizmente é uma tragédia, mas foi um aprendizado para o Brasil. A Abracit, que é a Associação Brasileira de Centros de Informação e Assistência Toxicológica, está muito próxima da gente. A reunião foi, na semana passada, aqui no Ministério, e eu só quero ressaltar que não é só a hidroxibalamina de alta concentração que nós não temos no Brasil. E nós precisamos dessa sabedoria. Eu sou pediatra, então, eu não posso interferir nem intervir nessa situação. A gente precisa que as especialidades nos informem. E a gente, enquanto força, está solicitando dessa associação quais são todos os recursos que nós não temos para que possamos ter esse prosseguimento dessa necessidade, no Brasil, de todos os antídotos não existentes no Brasil. Então, não é só um cenário da hidroxibalamina.

A reunião foi na semana passada, aqui, no Ministério da Saúde, com todos os da Abracit, SVS e assistência, e o levantamento do que a gente necessita é: além da hidroxibalamina, que Santa Maria nos ensinou, quais são os outros antídotos necessários, porque nós precisamos fazer a discussão técnica...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só um minutinho.

Vinculando a Drª Solange, o pedido dela, então, já está sendo encaminhado?

O SR. PAULO DE TARSO MONTEIRO ABRAHÃO – Já está encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode, contribui sim.

A SRª SOLANGE GARCIA – Mas isso vai ser como um projeto de lei? Nós teremos realmente uma política de antídotos, de fato?

O SR. PAULO DE TARSO MONTEIRO ABRAHÃO – Não, nós não fazemos lei no Ministério da Saúde. Nós fazemos portarias.

A SRª SOLANGE GARCIA – Sim, mas eu quero saber se isso é possível, para que realmente a gente tenha a garantia. Porque, de repente: agora vocês estão interessados, conseguem fazer e, daqui alguns anos, se não é lei, nós não conseguimos manter isso, por exemplo.

O SR. PAULO DE TARSO MONTEIRO ABRAHÃO – São duas discussões: uma técnica, que nós estamos fazendo; e a outra é o projeto de lei, que a gente faz aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Os profissionais estão aqui já. O Dr. Luiz Fernando pode ajudar, porque aqui podem falar. O Dr. Luiz Fernando pode falar. É um dos projetos que ele me encaminhou já, e eu me comprometi a apresentar essa semana ainda, ele só vai ser colocado na técnica legislativa.

Pode falar, Dr. Luiz Fernando.

O SR. LUIZ FERNANDO SMANIOTTO – Na realidade, eu tomei a liberdade de criar até um nome, que seria o Sinanti – Sistema Nacional de Antídotos, onde se reuniria, em algum local da federação, alguma situação em que haveria disponibilizados todos os antídotos necessários para quando uma grande tragédia ocorresse. Mas daí a Drª Solange tem mais autoridade para ver a parte técnica.

A SRª SOLANGE GARCIA – Eu só vou fazer mais um intervenção.

Eu acho que o Ministério da Saúde está corretíssimo, a Abracit é realmente a associação que vai ajudar a saber quais são os necessários, quais são os urgentes. Como eu falei anteriormente, isso é uma informação deles. Alguns precisam ter, outros...

Realmente, acho que esse trabalho é perfeito e é o caminho, absolutamente é o caminho. Eu vim aqui só para fazer um apelo para que realmente isso nós consigamos, porque a Abracit, na verdade, está lutando com isso há muito tempo. Eu trouxe isso porque vivenciei, durante essa trágica semana, que foi o pós-tragédia.

Mas acho que nós estamos super bem encaminhados. E fico, assim, extremamente feliz por perceber, por parte do Ministério, que isso está avançando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Antes de o doutor falar, me deixa só completar.

É claro que, na hora que eu tiver o projeto elaborado, eu vou discutir com o Ministério, para que fique numa linha positiva, na linha de que, efetivamente, a gente tenha a lei aprovada.

O SR. PAULO DE TARSO MONTEIRO ABRAHÃO – Com relação ao toxicologistas, já existe normatizado dentro do Ministério, não é uma coisa nova. Então o que deveríamos acrescentar é ver que antídotos nós precisamos incorporar.

Então, a legislação, a política já existe dentro da saúde – isso é claro, ela já existe –, e a incorporação de medicamentos novos, ela tem toda uma legislação específica que passa por áreas específicas da saúde, de Anvisa, etc., para ter essa autorização – só para clarear.

Então, nesse mediato, só para terminar esse eslaide aqui, é essa a quantidade de profissionais voluntários que nós tínhamos atuando junto conosco em Santa Maria.

Entre médicos e enfermeiros, uma categoria que eu gostaria de ressaltar aqui é a dos fisioterapeutas, que, nas primeiras 12 horas, chegaram em Santa Maria, e todos os pacientes que estavam naquela emergência do hospital Caridade, quando passaram a noite, tiveram fisioterapia respiratória feita por eles. Cem por cento desses pacientes que estavam na emergência do hospital Caridade, naquele primeiro dia, nenhum deles foi entubado para ventilação mecânica, por ação da fisioterapia.

Então, essa ação imediata é muito importante ressaltar. E aí, logo no segundo dia, terça-feira, todos os pacientes entubados passaram já a fazer a fibrobroncoscopia, 100% deles, para já fazer o posicionamento na programação do tempo de entubação e de ventilação mecânica necessária para cada um deles.

Bom, nesse cenário, logo no pós-evento – e aí eu passo para o Dr. José Eduardo –, essa ação foi integrada, uma ação não só do Ministério, mas, principalmente, da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria, da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal de Santa Maria.

Nós queremos ressaltar esse eslaide, porque foi uma ação integrada, que trabalhou junto, possibilitando que nesse imediato a gente conseguisse ter essa resposta extremamente positiva em termos de evolução dos pacientes.

Essa primeira fase é essa que está embaixo da emergência, da abertura de leitos; logo junto com ela, veio a fase hospitalar, com os cuidados intensivos.

E o que eu acho que é importante agora é passar para o Dr. José Eduardo, porque vem esse acompanhamento que está acontecendo em Santa Maria.

A última coisa a ressaltar é as videoconferências. O mundo inteiro se sensibilizou com Santa Maria, toda a área de saúde do mundo todo. Nós fazíamos uma média de duas videoconferências por dia, com participação de vários países, foram mais de 12 países que, junto conosco, faziam todo o ensinamento técnico da condução de todos os casos dos pacientes de Santa Maria, condução técnica, especificamente.

Então, passo agora para o Dr. José Eduardo, para dar continuidade.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Bom dia a todos. Bom dia a todas.

Senador Paulo Paim, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar nesta Mesa, na Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa.

Eu gostaria de parabenizar a todos aqui presentes pela fala, a Dr^a Solange e, em especial, um grande abraço ao Sr. Aderbal, ao Sr. Walter e ao Sr. João também, que particularmente estamos continuamente – e digo continuamente porque quase todo mês estou em Santa Maria, onde nós realizamos uma condução de um grupo de trabalho de continuidade às ações de cuidado às vítimas de Santa Maria.

Antes de fazer a apresentação, eu queria deixar relatada aqui a minha relação pessoal com Santa Maria.

Durante toda a minha vida, eu militei na urgência e emergência, fui profissional de saúde no serviço de atendimento móvel de urgência, tive a oportunidade de trabalhar em algumas situações de calamidade, como no terremoto do Haiti, nas enchentes do Nordeste, e, em especial, com as vítimas de Santa Maria – às 10 horas da manhã, eu já estava em Santa Maria junto com o Ministro Alexandre Padilha, e nós chegamos com o primeiro componente da Força Nacional do Sistema Único de Saúde.

O incidente aconteceu na madrugada do dia 27 e, às 10 horas da manhã, eu estava em Santa Maria. E aquela situação mexeu pessoalmente. Embora eu estivesse já com um grande número de atendimentos e sequenciamentos de feitos a situações de vítimas de calamidade, Santa Maria me tocou particularmente – eu já tive oportunidade de conversar com o Sr. Aderbal em várias situações que tivemos em Santa Maria.

É importante deixar relatado aqui que, em nenhum país do mundo – em nenhum país do mundo –, houve ou teve uma menção de um seguimento e um acompanhamento de vítimas como está ocorrendo em Santa Maria.

Em 11 de setembro, quando houve o incidente nos Estados Unidos, quanto ao acompanhamento das vítimas, seja da intoxicação, seja das lesões de via aérea ou outras alterações, não existiu um acompanhamento como acontece hoje com as vítimas de Santa Maria.

E não digo que são somente as vítimas de Santa Maria, porque há também pessoas envolvidas, de todo o País, que têm familiares e também estavam presentes em Santa Maria.

Em Cromañón, na Argentina, onde também houve um exemplo típico, um evento semelhante ao que aconteceu na Boate Kiss, também não existe e nunca houve um acompanhamento como está sendo realizado às vítimas de Santa Maria.

E trago – de toda a situação, como foi dito pelos demais participantes aqui da Mesa, tiramos lições – o que aprendemos com essa situação de calamidade, um aprendizado que sirva também de continuidade.

Foi mostrado aqui pelo Dr. Paulo de Tarso que a instituição da Força Nacional do Sistema Único de Saúde trouxe não apenas um avanço ao cuidado de vítimas de tragédia, mas também uma reformulação da necessidade em atendimento de urgência, em atendimento de emergência – e aí vem o foco, não é apenas a hidroxibalamina, são outras necessidades de cuidados na urgência. E a Força Nacional do Sistema Único de Saúde traz e muda uma série de situações na assistência farmacológica, na assistência do cuidado. A Força Nacional trouxe também essa oportunidade.

Quero dizer, como já foi dito pelo Dr. Paulo de Tarso, que nós tivemos, após o incidente, três fases. A primeira fase foi o atendimento imediato – e aqui eu quero fazer novamente, como o Dr. Paulo de Tarso mencionou, um relato de agradecimento, parabenizando os profissionais de saúde de Santa Maria. Infelizmente, aconteceu em Santa Maria, mas naquele momento, os profissionais de Santa Maria tiveram algumas condutas na urgência, Senador, que mudaram a qualidade e mudaram o cenário que poderia ter sido muito pior do que o relatado. Os profissionais de Santa Maria tomaram algumas medidas de cuidados de urgência que fizeram com que houvesse uma mudança de cenário em relação à qualidade e também à redução do número de pessoas que foram vítimas diretas e que foram a óbito.

Então, é importante ressaltarmos que os profissionais de saúde, profissionais esses que são do Sistema Único de Saúde, profissionais esses que são do Sistema Único e que são do Brasil, fizeram uma grande diferença no cuidado às vítimas daquele incidente.

Logo após o incidente, dando continuidade, vem a terceira fase de atenção. A primeira fase foi a de atendimento no momento, e o objetivo era salvar o maior número de pessoas naquele momento; a segunda fase foi a do acompanhamento hospitalar a esses pacientes que estavam internados, aos pacientes que estavam em terapia intensiva, e a evolução clínica desses pacientes; e a terceira fase, que é a do acompanhamento longitudinal, ou seja, o acompanhamento, ao longo dos anos, para acompanhar e ver quais foram as consequências crônicas no longo prazo das lesões causadas, sejam inalatórias, sejam lesões de queimadura, lesões de saúde mental e lesões psicológicas que ficam; e não existe, na literatura mundial, nenhum relato sobre essas consequências.

Então, além do cuidado, a importância desse trabalho também é documentar e ajudar não somente no Brasil em outras situações que porventura possam acontecer, situações de tragédia ou situações de contaminação, mas, acima de tudo, colaborar com a literatura mundial para o registro e informação dessa situação.

No dia 22 de fevereiro do mesmo ano, foi assinado um termo de compromisso, de acompanhamento para as vítimas de Santa Maria. Esse termo de compromisso foi assinado entre o Ministério da Saúde, a Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre e de Santa Maria, a Universidade Federal de Santa Maria e o Hospital Universitário de Santa Maria.

Esse termo de compromisso diz: "... cooperação tendo em vista a realização de procedimentos técnicos e operacionais...", ou seja, na continuidade do acompanhamento às vítimas, aos familiares e a todos os envolvidos, não apenas quem estava dentro do estabelecimento, mas também todos que estão envolvidos seja no cuidado, no salvamento ou acompanhamento dessa situação de tragédia em Santa Maria. Além disso, há as ações de vigilância e assistência em saúde e também o fortalecimento da atenção básica da rede do Município de Santa Maria para a continuidade do cuidado a longo prazo.

E esse termo de compromisso selava cinco anos inicialmente, mas o cuidado é contínuo; independentemente de cinco, de dez anos, o cuidado é contínuo.

É bom ressaltar que, durante esse período, o Ministério da Saúde repassou e alocou recursos financeiros para o cuidado às vítimas de Santa Maria, em especial para o acompanhamento ambulatorial e de todos os exames necessários para diagnóstico e acompanhamento. Somente duas portarias foram publicadas, repassando recursos para aquele *locus* de atendimento. É importante ressaltar que foi estruturada uma rede de cuidado dentro do Município de Santa Maria, vinculada ao Hospital Universitário de Santa Maria não somente pelo seu componente ser um hospital universitário, mas também porque está mais próximo dos estudantes e também porque criou-se o ambulatório Ciava, um ambulatório específico para o atendimento das vítimas de Santa Maria.

Além disso, o Ministério da Saúde lançou, logo no primeiro mês do incidente, um cadastro nacional justamente para que fizéssemos uma busca ativa de todas as vítimas do incidente de Santa Maria.

Esse cadastro tinha uma série de informações, para que pudéssemos identificar onde cada uma dessas vítimas estava e para que fizéssemos uma busca ativa. Assim, tínhamos no ambulatório o maior número de pessoas que sofreram lesões, os comprometimentos clínicos ou de saúde mental ou de queimadura, da tragédia de Santa Maria.

Então, esse cadastro teve informação de 68% das pessoas, das quase 900 pessoas que se cadastraram nesse formulário, e ele foi base para que a gente fizesse uma busca ativa de todas as vítimas.

A Associação também teve um papel fundamental, colaborando com aquelas pessoas que, de certa forma, teriam que enfrentar a questão de não reviver novamente aquele momento de dor. Mas a Associação teve o papel fundamental de trabalhar conjuntamente com este grupo, para que as pessoas tivessem essa aceitação da continuidade do cuidado, da importância da continuidade do cuidado. Assim, a longo prazo, poderemos acompanhar e ver quais são as consequências das lesões ou as consequências que podem surgir tanto da questão biológica quanto de saúde mental, que mexe profundamente com as pessoas.

O Dr. Paulo de Tarso estava em Santa Maria, como nós, durante toda a primeira semana. E o que também foi importante para nós, profissionais de saúde habituados, foi o fato de a sociedade, as pessoas de Santa Maria, terem atitudes como o abraço coletivo, as caminhadas que havia todo dia, diuturnamente, na frente do hospital. Isso ajudou muito não somente a todas as famílias, mas principalmente aos profissionais de saúde que ali estavam, porque também são pessoas, são seres humanos e, naquele momento, era fundamental também esse calor e esse abraço que foi dado por essas pessoas.

Além disso, temos a caracterização de quais eram as vítimas, em que posição elas estavam dentro da boate, fora da boate; mapeamos todas as 900 vítimas que preencheram os formulários de cadastramento. Fizemos, no ambulatório, dois mutirões, logo no começo, no primeiro semestre, para atender e acolher todas as vítimas que estiveram no incidente, tendo ou não comprometimento clínico. Atendemos todas, e o primeiro protocolo que foi firmado naquele primeiro semestre foi um protocolo de acolhimento, para que todas as vítimas tivessem acolhimento e também para que fosse caracterizado para qual ambulatório seria importante

fazer o seu seguimento: se seria o ambulatório do cuidado respiratório, se seria o ambulatório do cuidado para queimaduras, se seria o ambulatório do cuidado para acompanhamento neurológico ou se seria o acompanhamento em saúde mental.

Então, nesse primeiro momento, foram dois mutirões. Desses dois mutirões, aqui temos os dados das informações que realizamos. Aqui está o número de atendimentos – vou falar em sequência –: mais de dois mil atendimentos realizados em dois finais de semana na cidade de Santa Maria. Eu acompanhei, pessoalmente, os dois mutirões que foram realizados, porque, naquele primeiro momento, o objetivo único era acolher o maior número de pessoas para que identificássemos o maior número de pessoas, e, nessa busca ativa, acompanhássemos todos a longo prazo.

E é importante ressaltar que, naquele primeiro momento, nós formulamos quatro protocolos de cuidado, e esses protocolos de cuidado foram baseados no cuidado específico da vivência do acompanhamento...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – ... de cada uma daquelas pessoas, para que, no segundo semestre e já com a previsibilidade da revisão desse protocolo...

Como nós não tínhamos na literatura o acompanhamento e quais seriam as evoluções, foi formulado naquele momento que o protocolo tinha a intenção de dar o maior número de cuidados possíveis para que houvesse, no segundo semestre, um plano terapêutico singular, e aí sim seria especificado cada cuidado. E isso que foi feito.

Estive em Santa Maria na semana retrasada, e finalizamos, na oportunidade, um novo protocolo de cuidado, mas lembrando que, em nenhum momento, deixou-se de citar o cuidado; o cuidado é contínuo. Agora, nós reformulamos o protocolo, porque já era previsto. Afinal de contas, a evolução clínica ou a evolução do cuidado é contínua, e havia a necessidade justamente de se fazer essa segunda revisão do protocolo para que tivéssemos a continuidade do cuidado. E foi o que foi feito: nós revisamos o protocolo. Só especificamente dos atendimentos feitos do período de fevereiro a agosto, foram mais de 4 mil atendimentos realizados entre reabilitação, cuidado, exames, consultas naquele ambulatório.

Além disso, é importante frisar também que, durante esse processo, temos um grupo que acompanha quinzenalmente. Toda segunda-feira, a cada 15 dias, o grupo técnico se reúne, com a presença da Associação de Familiares Vítimas da Tragédia de Santa Maria, com a Secretaria Estadual de Saúde, com a Secretaria Municipal de Saúde e com o Hospital Universitário. Esse é um grupo permanente que se reúne, a cada 15 dias, para o acompanhamento do cuidado em saúde às vítimas de Santa Maria, e, uma vez por mês, nas reuniões e principalmente na revisão do protocolo, o Ministério da Saúde se faz presente em Santa Maria, seja na sexta, no sábado ou no domingo, já que fazemos as reuniões lá no final de semana, para o acompanhamento da evolução.

Quando se faz um cuidado, vê-se que, nesse cuidado, há um grupo de pessoas que evolui relativamente dentro da condição clínica e um grupo de pessoas que tem uma não resposta àquele cuidado. E é por isso, para esse plano terapêutico singular que houve a revisão do protocolo. Recentemente, nós reformulamos o protocolo, porque – é importante dizer – o Sistema Único de Saúde tem uma lei e um decreto que regulamentam a relação nacional de medicamentos que o Sistema Único de Saúde oferta à população. Essa é uma relação. Embora o decreto regulamente justamente para esse cuidado específico em Santa Maria, nós revisamos o protocolo para ofertar já...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – ... e continuar a oferta do cuidado a todas as vítimas, para que, nesta circunstância especial, a gente possa ofertar todo o cuidado necessário.

Em relação à hidroxibalamina, eu só queria relatar que, particularmente, levei para Santa Maria a hidroxibalamina. Saí de Brasília para levar o medicamento no sábado. As discussões estavam sendo realizadas por videoconferências todos os dias, havia duas videoconferências sendo realizadas a cada dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Doutor, eu vou ter que interrompê-lo, deixe-me explicar qual é o meu dilema. Está ouvindo essa campainha tocando? Qual o problema? Eu teria que abrir uma sessão lá no plenário do Senado. Eu abro, passo para outro e retorno para cá. O que eu iria propor, pela importância do tema, e a audiência não vai terminar agora, se os senhores concordarem. Eu tenho que estar lá, não há jeito. O que eu estaria propondo: eu interromperia, para efeito de visual, por cinco minutos, vocês ficam dialogando entre vocês, sem a participação naturalmente oficial. Esse tempo não será computado para efeito de audiência, já falei aqui com a TV Senado. Eu vou lá e volto, e nós continuamos com o debate. Pode ser? Porque vocês não podem continuar a audiência pública sem a minha presença, tem que haver um Senador aqui. Então, eu proporia o seguinte: vocês ficam dialogando até eu ir lá, abrir e voltar, daí nós continuamos normalmente a audiência pública. O.k.?

Eu não vou dizer o porquê, mas, se eu não for lá, a sessão não abre. Não vou dizer que é por falta de Senador na Casa. Não vou dizer.

Então, eu tenho que ir lá dar essa corrida lá.

Vocês me entendem, e pode ser?

Então, está suspensa a nossa audiência por cinco minutos.

Para os que estão assistindo, nós voltaremos em seguida, e a audiência vai continuar pelo tempo que for necessário pela importância do tema e para que o doutor possa continuar inclusive dando as justas explicações. O.k.?

Então, está suspensa.

(Suspensa às 11 horas e 33 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 43 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vamos retomar os trabalhos.

Eu agradeço muito, muito a todos que entenderam. Já abri a sessão do plenário do Senado, justifiquei a importância desse debate, todos entenderam, e o Senador Rodrigo Rollemberg assumiu a Presidência. O Senador Renan Calheiros também vai depois assumir lá quando ele tiver que sair. Assim, posso, então, continuar aqui nesse debate, que é de interesse, no mínimo, nacional, para não dizer de interesse internacional, porque são vidas, e daqui poderá sair um somatório de encaminhamentos, além daqueles que já se fizeram, para evitar que situações como essa voltem a acontecer.

De imediato, eu passo a palavra, para que o Dr. José Eduardo Fogolin, Coordenador-Geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde, continue fazendo a sua explanação. Depois, nós temos ainda três pessoas no plenário que vão usar a palavra e, depois, nós vamos para os encaminhamentos finais dessa nossa audiência pública.

Por favor, o doutor, se você puder, mais cinco minutos para concluir o seu raciocínio.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Claro.

Em continuidade à apresentação, somente para deixar plasmado o quantitativo de atendimentos que foram realizados durante esse período, em relação a consultas realizadas e exames, apenas nos dois mutirões, foram mais de 1,6 mil atendimentos realizados. Não somente na questão do cuidado clínico, mas também da atenção psicossocial em saúde mental, foram mais de 2 mil atendimentos individuais nesse período, também em relação ao setor de ambulatório, considerando todas as vítimas, não apenas pessoas que estavam dentro da boate, mas também familiares, profissionais envolvidos no atendimento e também toda a população que está relacionada a essas vítimas.

É importante destacar – o Dr. Paulo de Tarso que colocou –, na semana passada, houve a discussão da incorporação e do cuidado não somente do antídoto hidroxycobalamina, mas também de outras necessidades em saúde que se fazem necessárias em relação ao cuidado. No Ministério da Saúde, temos, através da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias, no Sistema Único de Saúde, a Conitec. Essa é uma comissão formada também pelo Ministério da Saúde, não especificamente do Ministério da Saúde, mas várias categorias estão envolvidas. Nessa comissão nacional se discute também incorporação de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para o cuidado. Daí a importância também de colocamos e discutimos todos esses protocolos que foram avaliados, que foram colocados para o cuidado de Santa Maria, justamente em relação a essas necessidades. Daí a importância do protocolo de uso, de todas as incorporações e tecnologias do Sistema Único de Saúde. Já vem sendo feita essa discussão, Senador, junto ao Ministério da Saúde, com a Abracit, que é a Associação Brasileira de Cuidados Específicos a Toxicologias. A gente vem justamente nessa incorporação de novas tratativas para o cuidado, não apenas com a hidroxycobalamina.

Eu queria também deixar destacado que, nesse tópico da hidroxycobalamina, durante o período, nas semanas em que estavam realizando os cuidados imediatos, tínhamos as videoconferências diuturnas. Havia videoconferência de manhã, no final do dia, durante a semana. Essas videoconferências eram realizadas especificamente dentro do gabinete do Ministro. Ele participava das discussões bem como os profissionais que estavam nas terapias intensivas dos hospitais onde estavam as vítimas, seja de Porto Alegre, seja de Santa Maria, seja de outras unidades que estavam fazendo o cuidado. Eles nos passavam a evolução desses pacientes e as suas necessidades. Assim, quando foi colocada pelos profissionais que faziam o cuidado a necessidade dos pacientes, pelo nível de cianetenemia dosado, no mesmo momento, entramos em contato com o laboratório, e esse laboratório dentro dos Estados Unidos, e trouxemos a medicação que foi encaminhada a Santa Maria. E dessa medicação ainda há um grande quantitativo, que está alocado numa assistência farmacêutica no Rio Grande do Sul. E, em algumas necessidades, a gente faz dispensá-la daquela localidade. E já está em discussão o protocolo de uso da hidroxycobalamina e de outras necessidades em urgência para esse cuidado.

Quero deixar relatada a importância tanto da Secretaria de Estado, da Secretaria do Município de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre e do Hospital Universitário de Santa Maria, para esse cuida-

do, um reconhecimento a todas as pessoas envolvidas no cuidado em saúde, principalmente porque é uma experiência não digo nova, mas mundial quanto a essa necessidade de cuidado longitudinal. Não existe um espelho para servir de base. O Brasil está desenvolvendo o seu cuidado, e a importância de ter feito o primeiro protocolo em fevereiro, agora revisado, faz parte de uma dinâmica e de uma plasticidade desse cuidado, que é justamente agora, na segunda fase, um plano terapêutico singular. E o grupo de trabalho, já na última reunião, no termo de compromisso assinado, discutiu que há alguns pontos importantes: a mudança do protocolo que finalizamos, para o cuidado mais específico, singular; a comunicação e a informação no processo não apenas para os profissionais de saúde, mas essencialmente para toda a sociedade. para que possamos informar os pontos fundamentais desse cuidado, dessa rede, o que vem sendo feito, mas para, cada vez mais...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – ... que a gente possa esclarecer todo o cuidado realizado.

Do fundo do meu coração desejo que essas vidas que se perderam sirvam essencialmente, além de tudo, para também nos confortar futuramente para esse cuidado.

A gente não consegue comparar a dor do Sr. Adherbal, a dor do Sr. Walter, a dor de cada um dos pais de Santa Maria e também a dor de cada um de vocês aqui. E a gente está sempre, e estivemos presentes, e estaremos sendo presentes para o cuidado e minimizar essa dor.

Eu agradeço do fundo do coração por ter a oportunidade de estar sempre com vocês lá em Santa Maria, com o Ministério da Saúde, nessa continuidade do trabalho.

Um grande abraço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. José Eduardo Fogolin fazendo os esclarecimentos devidos.

Antes de eu passar a palavra para os três companheiros do plenário, a Dr^a Solange quer fazer uma rápida intervenção para contribuir com esse encaminhamento, e depois eu vou ler os encaminhamentos, e os senhores poderão ponderar se entendem que é por aí, ou tem que ser colocado algo mais. Está tudo tomado nota aqui pela Secretaria-Geral da Mesa.

Dr^a Solange.

A SR^a SOLANGE GARCIA – Vou falar rapidamente.

Primeiramente, quero parabenizar novamente a ação de vocês, como representantes do Ministério da Saúde nessas áreas, mas há ainda uma coisa que me incomoda em toda situação. Desde o início da manhã, eu tenho falado: a tragédia tem que ser um evento único, e é no que eu acredito de fato.

Nós não temos, na nossa grade curricular da medicina – você sabe melhor do que eu – toxicologia clínica. Neste contexto, vocês não acham que nós devemos trabalhar nesse sentido também? Porque, cada vez mais, temos agentes químicos no meio. Pelo menos, há 33 essenciais antídotos que provavelmente a Abracit está passando para vocês, mas não adianta termos isso se não tivermos uma qualificação profissional. E o que acontece hoje é que, exceto algumas faculdades de medicina, isso não faz parte da grade curricular. Gostaria de uma pergunta especificamente para vocês dois: vocês não acham que isso também tem atrapalhado no caso da demora da importação da hidroxibalamina

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixe-me só dar uma oportunidade para eu encaminhar aqui, porque temos horário. Eu vou fazer o seguinte: são só duas pessoas no plenário. Vou deixar que eles falem também, depois retorna para a Mesa, e a Mesa responde.

Então, eu passo a palavra, neste momento, à Josane de Almeida Heerdt. Está certo? Pronunciei mais ou menos?

Então, você tem cinco minutos também, e, em seguida, já pode ficar esperando Sérgio da Silva.

A SR^a JOSANE DE ALMEIDA HEERDT – Senador Paulo Paim, em seu nome, eu saúdo a todos os presentes.

Meu nome é Josane de Almeida Heerdt. Eu sou defensora pública do Estado do Rio Grande do Sul. A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul tem uma representação aqui em Brasília, que cuida dos processos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Que eu tive a alegria de conhecer há pouco tempo, agora eu estou me localizando, foi muito bom.

A SR^a JOSANE DE ALMEIDA HEERDT – Uma grande honra.

Nós tomamos conhecimento da realização desta audiência e entendemos que não poderíamos deixar de prestigiá-la, Senador. O nosso colega, o Dr. Andrei, inclusive, me fez porta-voz de um abraço muito especial e afetuoso ao Sr. Walter, ao Sr. João e ao Sr. Adherbal. Tive a oportunidade de conversar com os senhores e tive a felicidade de verificar que a amizade que começou num momento tão triste na vida de todos nós continua andando e muito bem.

Senador, na verdade, em primeiro lugar, uma prestação de contas para o senhor, para esta Casa e para toda a sociedade. A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul tem um plantão de atendimento 24 horas em Santa Maria, e, assim que tomamos conhecimento da tragédia, os nossos colegas foram imediatamente ao local, foram ao ginásio, para tentar acompanhar, da maneira que fosse possível dentro do seu conhecimento e da sua especialidade, as famílias das vítimas.

Então, rapidamente, algumas ações adotadas: em primeiro lugar, as famílias tiveram dificuldades na questão do transporte, do traslado para as outras cidades, porque a maioria das famílias era de outras localidades próximas, e a Defensoria, então, ajuizou uma ação naquele momento permitindo que isso se pudesse fazer rapidamente, porque, na verdade, todos sabemos, para o traslado se exige a certidão de óbito, o que naquele momento era impossível. Depois também algumas famílias, que pretendiam cremar os seus familiares, tiveram que enfrentar esse problema, Sr. Adherbal.

A Defensoria Pública, então, ajuizou outra ação, e o Poder Judiciário, de parabéns, naquele momento a postos, numa conversa muito estreita conseguiu resolver. Em seguida, a Defensoria verificou que os familiares estavam com muitas dificuldades naquele momento tão difícil e se colocou à disposição, então, para ajudá-los a se organizar. Nesse momento surgiu a possibilidade da associação.

O Dr. Andrei disse que foi como um filho que ele tentou educar e que hoje já anda com suas próprias pernas, a organização está muito bem estruturada e representada. Em seguida, então, quando começou aquela discussão – quem são os responsáveis –, a Defensoria Pública do Estado entendeu que não se poderia esperar o ajuizamento da demanda sob pena de se perder a possibilidade da indenização. Então, ajuizou duas ações cautelares para o sequestro impedir que os possíveis responsáveis se desfizessem do patrimônio, e me confirma o Sr. Adherbal que estão indisponíveis R\$3 milhões, valor que sabemos ser ínfimo, mas, enfim, se condenados, alguma resposta tem que haver.

Por fim, o Núcleo de Direitos Humanos em Porto Alegre, numa gestão mais organizada, como exigia a situação... Porque uma ação de indenização, Senador, do porte desse caso, exige uma comprovação. Sabemos que, no início, é tudo muito movimentado, mas com o passar do tempo... Foi necessária uma força-tarefa, e nós, então, protocolamos a ação, que está em andamento. Essa é a situação do que foi feito até o momento.

Também a Defensoria destacou um Defensor dentro da unidade para atender exclusivamente o caso, estar à disposição. A Defensoria, todos sabem, tem filas, tem muitas demandas, mas naquele momento entendemos que aquelas famílias estavam numa situação de vulnerabilidade e não poderiam ficar na situação de todos os demais, que também merecem o nosso respeito. Então, destacamos o Dr. André, um Defensor jovem para acompanhar o caso.

Então, para concluir, Senador, eu quero dizer, em nome dos meus colegas, que a Defensoria Pública continua à disposição. Em que sentido? Essas ações a que hoje o Dr. Luiz Fernando se refere, que são prosseguimentos da vida dessas pessoas, porque a tragédia não se conclui no óbito... Nós estamos à disposição, a Defensoria está lá, inclusive, eu me comprometi a conversar com o Sr. Adherbal para ver de qualquer forma...

E, Senadora, nós temos o orgulho de dizer que todas as demandas que começam lá e que porventura vêm ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul têm o acompanhamento da Defensoria Pública aqui em Brasília. Eu e o Dr. Rafael estamos aqui para cuidar dos processos da Defensoria dos nossos assistidos aqui em Brasília. Senador, nós estamos à disposição, inclusive, se V. Ex^a entender necessário, para debater a questão jurídica. Enfim, estamos prontos a fazer o que for necessário para colaborar.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu sei que a maioria sabe, mas nem todos que estão nos ouvindo sabem. Eu vou lhe dar mais três minutinhos para explicar o papel da Defensoria, o que ela faz em defesa do nosso povo e da nossa gente – você já nos explicou detalhadamente quando eu estive lá com alguns colegas meus.

A SR^a JOSANE DE ALMEIDA HEERDT – Senador, muito obrigada, é uma grande honra...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Usando o espaço da TV Senado naturalmente.

A SR^a JOSANE DE ALMEIDA HEERDT – Eu agradeço.

Vou tomar a liberdade então, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É que muitos pensam que a Defensoria só defende o governo.

A SR^a JOSANE DE ALMEIDA HEERDT – Não, é assim...

Senador, eu vou tomar a liberdade de falar não só em nome da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, mas da Defensoria Pública dos Estados do Brasil.

Nós hoje estamos instalados na quase totalidade dos Estados brasileiros. A Defensoria Pública do Estado acompanha, faz todo o trabalho de orientação e assessoria jurídica, orientação e trabalho extrajudicial, ou seja, nós, quando recebemos a demanda dos nossos assistidos, das pessoas que nos procuram, nós sempre tentamos fazer a conciliação, a mediação, enfim, adotamos todas as medidas extrajudiciais que são possíveis para evitar o ajuizamento. Se não é possível, nós então ajuizamos as ações e acompanhamos os processos em primeiro grau, nos fóruns, em segundo grau, no Tribunal de Justiça – alguns Estados já possuem Defensores Públicos estaduais atendendo em Brasília, que é o caso do Rio Grande do Sul, de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Tocantins.

Nos Estados que ainda não possuem representação, os processos são acompanhados pela Defensoria Pública da União, que atende demandas originadas na Justiça Federal. Então, a Defensoria Pública nos Estados vai atender na área civil, de família e da infância, todas as demandas daquelas pessoas que chamamos de hipossuficientes – no Estado do Rio Grande do Sul, a princípio, aquelas que ganham até três salários mínimos, levando em conta algumas situações, como os dependentes. Atuamos também na esfera criminal, no atendimento aos apenados.

Hoje a Defensoria Pública do Rio Grande do Sul tem a honra de dizer que nós atendemos todos os presídios do Rio Grande do Sul, mesmo naquelas pequenas comarcas que ainda não têm a Defensoria Pública. E esse atendimento, essa organização, é distribuída, Senador, em todo o País.

V. Ex^a é testemunha do trabalho da nossa associação nacional, do Condege, o nosso Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, do Ministério da Justiça também – falando aqui ao Executivo –, do esforço que nós estamos fazendo para que a Defensoria Pública, para que esse trabalho, essa representação que hoje nós podemos fazer aqui, se reflita e se estenda a todo o povo brasileiro.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, essa foi a Dr^a Josane de Almeida Heerdt, Defensora Pública que faz esse acompanhamento sempre em defesa das vítimas, dos que mais precisam.

Agora o Dr. Sérgio da Silva, que esteve lá me procurando junto com o presidente da entidade.

O SR. SÉRGIO DA SILVA – Obrigado, Senador, pelo “doutor”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É que me chamam de doutor aqui, e eu já me acostumei também a chamar os outros assim. Eu também não sou doutor.

O SR. SÉRGIO DA SILVA – É, mas eu estou na carreira de doutor, ainda vou chegar lá!

Obrigado pelo apoio do senhor, Senador. Graças ao senhor estamos aqui.

Acho que já falamos tudo o que tinha que ser falado aqui, já falamos tudo. Só espero que esta audiência pública não caia no esquecimento, não seja como aquela fumaça que saiu e ninguém viu mais nada. Então, espero dessas pessoas que estão aqui um compromisso acirrado nessa situação. Nós, da Associação, não estamos brigando mais pelos nossos filhos, nossos filhos – isso é fato, isso é real, isso ninguém vai mudar – estão debaixo da terra. Então, nós estamos aqui é por uma sociedade melhor, por um país melhor.

E queremos trazer aqui a consciência das pessoas quanto à responsabilidade que o Estado tem em relação ao cidadão. Para que existe o Estado se, quando procuramos o Estado, temos que pedir para ele funcionar? O Estado foi concebido para funcionar normalmente. Então, é complicado, como pai, de repente vir a uma instituição como esta ou a qualquer outra pedir uma ação do Estado. É complicado, não é? O Estado deveria agir por ele mesmo, ele é pago para isso, ele é pago pelo cidadão para responder.

Então, quando o Estado não faz o serviço dele, o que acontece? O cidadão não sabe onde se segurar. Isso foi o que aconteceu conosco lá em Santa Maria. Quando nós esperávamos o apoio do Estado – Município, Estado, Governo Federal –, de repente fomos abandonados, não sabíamos em quem nos segurar. Então, isso é muito complicado para um cidadão numa situação como essa. Estamos vivendo um momento no País em que as pessoas estão clamando por uma tomada de posição do Estado. É muita gente sofrendo!

A situação da Kiss é bem diferente: nós gritamos juntos, os pais gritamos juntos, reclamamos juntos. Há 242, mais 600 sobreviventes, então tem como gritar. Agora imaginem aquela mãe que perde o filho assassinado, aquela mãe que perde o filho por imprudência, pela irresponsabilidade de um montão de gente dirigindo bêbada por aí. Com quem esse pessoal grita? Grita para quem? Eles gritam sozinhos. Então, nós queremos trazer essa causa para toda a sociedade, não para a Boate Kiss. A Boate Kiss é um fato, aconteceu, paciência, mas nós temos que cobrar uma posição mais rígida do Estado.

Era só isso que eu queria falar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Sérgio, por suas considerações na linha de que esta audiência continue lá fora, nas ruas, nas cidades, influenciando os órgãos de

governo no sentido de atender os familiares, mas também de políticas de prevenção para que fatos como esse não aconteçam.

Vou agora, antes que a Mesa responda algumas perguntas, ler os encaminhamentos, até porque, daí, vocês vão dizer se esses encaminhamentos correspondem à expectativa ou se precisam ser aprimorados.

Os encaminhamentos aqui propostos baseiam-se na fala dos senhores e são os seguintes.

1 – Encaminhar ofício desta Comissão ao Ministro da Justiça com o objetivo de que seja agilizado o anteprojeto de lei nacional que regulamenta a prevenção e o combate a incêndio, a fim de que a mensagem que está na Casa Civil chegue rapidamente à Presidenta Dilma.

É mais ou menos isso, não é? Foi o que me pediram, e eu vou depois ajustar o texto aqui.

2 – Elaborar projeto de lei para o estabelecimento de uma política nacional de antídotos prevendo o treinamento médico, o fornecimento e a distribuição de medicamentos e antídotos nos moldes do Sistema Nacional de Antídotos, criado em 1993.

É mais ou menos isso? Podemos ajustar a redação depois, o objetivo é esse.

3 – Elaborar lei para o apoio público nas áreas de saúde, trabalho e previdência social às vítimas e seus familiares em caso de tragédias – é aquele projeto que você já encaminhou.

4 – Diligência da Comissão para fiscalizar a atuação dos poderes públicos na situação atual, pós-tragédia de Santa Maria.

É isso? Uma diligência desta Comissão, nós vamos providenciar.

5 – Elaboração de política de incentivo à cultura nas universidades públicas para a construção de espaços de convivência, como quiosques, centro de eventos, para a realização de atos, centro de convenções...

Foi o jovem que falou. Ele lembrava a necessidade de espaços para formaturas, de espaços para os jovens. Vamos ajustar essa redação. Você está querendo que as universidades públicas tenham espaço para que não seja necessário recorrer a uma boate fora, o que pode criar aquela situação lamentável como o fato aqui descrito. É mais ou menos isso, não é? Não estou lendo tudo o que está aqui não, porque às vezes a moçada escreve e, quando eu não tenho discordância, eu procuro traduzir aquilo que estou pensando. Depois, juntos, vamos para a redação final do objetivo. Eu entendi qual é o objetivo, ficou registrada aqui a sua posição. Claro que isso nós vamos apenas conversar com o MEC, com as universidades, sobre a importância de, dentro das universidades, haver espaços para formaturas e para festas de formatura, para evitar que a juventude tenha que alugar uma boate fora e ver acontecerem situações como essa.

6 – Criação de políticas públicas – de novo o nosso jovem Alex – para a juventude, como a promoção de espaços públicos...

É mais ou menos na mesma linha do que foi dito antes, está repetido aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É, nos Municípios, eu entendi.

Inserção de tema – atuação em emergências e em desastres – nos currículos dos cursos de saúde para a formação de profissionais capacitados para trabalhar nessas situações.

Isso eu entendi, é uma recomendação no sentido de que o doutor pode até dizer depois que já existe e, se não existe, apenas colocamos lá no nosso relatório final desta Comissão sobre essa questão.

Regulamentar e orientar a atuação dos profissionais da mídia em situações de emergências, desastres, considerando que a comunicação deve estar a serviço da população, especialmente em momento de dor e de luto.

Aqui é uma sugestão. É claro que não vamos intervir na mídia, senão vamos dar a impressão de que estamos nos afastando daquela premissa que gosto de mencionar: é proibido proibir – vão dizer que estamos censurando a mídia.

Mas que façamos uma conversa com os meios de comunicação sobre a importância de, num momento como esse, fazer um trabalho conjunto.

Por fim, a criação de uma central de atendimento tipo 0800 e reforço na comunicação quanto aos serviços disponibilizados pelo Ministério da Saúde. Aqui foi o Dr. Luiz Fernando que me disse. Ele ficou até entendendo... Muita coisa aqui foi colocada... Acho que o Ministério até tem, vocês podem explicar... Acho que muita coisa que vocês estão fazendo não chega à população e, se houvesse um canal de comunicação mais direto... Parece-me que ele é do Ministério... Ele teria algo a comunicar nessa linha. Pegue ali o microfone e dê uma contribuição.

Depois nós vamos ajustar a redação, pessoal. É claro que vocês entendem que isto tudo não é lei não, são sugestões e, como sugestões, podem ser encaminhadas para qualquer ministério, e o ministério pode responder dizendo se aquilo já é feito ou não, o.k.?

Dê a sua contribuição, meu jovem

O SR. DANIEL – É rapidinho, Senador. Obrigado pela oportunidade.

Meu nome é Daniel. Eu sou representante do Instituto Sprinkler Brasil. Nós estivemos colaborando com os Parlamentares da comissão externa de Santa Maria lá na Câmara, com o Deputado Paulo Pimenta, o Deputado Nelson Marchezan, na confecção de um projeto que possa dar uma resposta legislativa efetiva a essa questão da prevenção e do combate a incêndios em casas noturnas.

Há o Projeto de Lei nº 2.020, que está tramitando, está na pauta do plenário da Câmara dos Deputados aguardando o destrancamento da pauta – causado pelo marco civil da internet. Gostaríamos que esta Comissão pudesse se posicionar para que esse projeto pudesse ser votado o mais rapidamente possível, colocando, dentre as atribuições regimentais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Assim o faremos.

O SR. DANIEL – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fica aqui a décima sugestão, já que esse projeto também é fruto do trabalho feito aqui no Senado. Nós remetemos tudo para lá, e essa comissão elaborou a redação final, que nós temos que trabalhar para aprovar e, depois, o Senado também rapidamente aprovar.

O SR. DANIEL – Exatamente, a comissão temporária do Senado trabalhou muito e, inclusive, quero agradecer por isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Foi anexado a esse projeto...

O SR. DANIEL – Exatamente, nós reconhecemos o trabalho do Senado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A pergunta mais direta feita foi ao doutor...

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN – Fogolin.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso. Então, responda por favor.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN – Respondendo diretamente à Drª Solange Garcia, que fez o primeiro questionamento... A colega Defensora fez um relato, mas eu acho que o questionamento veio da Drª Solange.

Eu acho importante, Drª Solange, a colocação que a senhora faz em relação ao cuidado na toxicologia. Eu queria deixar somente plasmado aqui mais uma vez... Neste ano nós lançamos uma linha de cuidado chamada Linha de Cuidado ao Trauma. Essa linha de cuidado não apenas é a estruturação da rede para o cuidado ao trauma, mas uma diretriz. E essa diretriz foi lançada especificamente... É a primeira diretriz de cunho nacional para o cuidado a vítimas de violência e a vítimas de trauma. A intoxicação, seja qual for a sua magnitude, seja em ambiente domiciliar ou numa situação de intoxicação, como no caso relatado especialmente na questão de Santa Maria ou em outras situações, é também um trauma, é uma causa externa e, para tal, tem essa diretriz. E essa diretriz traça os cuidados.

O que nós fizemos? O documento encaminhado pela Abracit, o documento encaminhado para o cuidado toxicológico, também será colocado agora em consulta pública para que possamos também, no cuidado para todos os serviços que atendem, seja o componente do Samu, o 192, sejam as portas de urgências, as UPAs 24 horas e os hospitais, ter o cuidado imediato e essa orientação.

Os centros de intoxicações – falo disso desde a época de minha formação acadêmica – são centros de referência para que os serviços de urgência façam contato e, para tal, eles estão estruturados. Esse é o encaminhamento que o Ministério da Saúde vem discutindo não somente na Secretaria de Atenção à Saúde, mas também na Vigilância, no cuidado de ampliação para essa diretriz.

A questão curricular, na academia, acho que é uma discussão junto aos processos formadores, é um pouco diferente do Ministério da Saúde. Estamos à disposição para essa discussão.

Já na educação permanente de profissionais de saúde, sim, o enfoque na linha de cuidado ao trauma, porque nós temos vários *players* para poder fazer esse cuidado, eu acho que é fundamental a colocação da senhora, Drª Solange, justamente para que possamos, cada vez mais, ter a educação permanente para os profissionais de saúde, seja no componente móvel 192, seja nas portas de urgência, seja nos demais pontos de cuidado onde se faz a atenção à vítima de trauma e violência, especificamente nessa questão da toxicologia. Eu acho importante.

Quanto aos encaminhamentos, Senador, V. Exª comentou sobre a questão do projeto de lei. Há algumas instâncias de pactuação no Sistema Único de Saúde. Afinal de contas, a gestão do SUS é uma gestão trina de pactuação em saúde. É importante deixarmos também isso ressaltado. Toda a incorporação na questão em saúde e nas suas políticas públicas é pactuada nos três níveis de esfera de gestão, mas, sem sombra de dúvida, eu acho que, cada vez mais – esse evento surgiu, e não somente esse evento, mas a Força Nacional, e aqui meu colega Dr. Paulo de Tarso também vai poder complementar –, que nós estamos no processo de transformação da qualificação do cuidado. A Força Nacional do Sistema Único de Saúde já veio e já se mostrou presente em várias situações, não somente na questão de Santa Maria, mas em outras situações, e isso traz consigo também a modificação em relação ao cuidado, seja a incorporação de tecnologias, seja a incorporação, no caso da discussão, de hidroxibalamina. São várias situações.

Eu queria deixar também relatado aqui que eu observei, durante as primeiras semanas, o acompanhamento das vítimas e, realmente, a gravidade do acometimento de cada uma das pessoas que estavam na terapia intensiva. E estamos fazendo um relato, um acompanhamento, um estudo dos casos que tiveram o seu atendimento e a sua evolução. Todo esse trabalho realizado foi mostrado aqui pelo Dr. Paulo de Tarso. Infelizmente, nós tivemos vítimas e, infelizmente, nós temos ainda vítimas, que são as pessoas envolvidas em todo esse processo, pais, familiares, amigos, parentes das vítimas e profissionais que também estavam lá, da brigada, profissionais do Samu, que também se comoveram e também são vítimas de todo esse processo. Então, eu queria somente deixar relatado todo o acompanhamento e que a importância do grande legado é justamente trazer para o Sistema Único de Saúde a importância e a documentação para que sirvamos de base – aí, sim, o Brasil também sirva de base – de referência para o cuidado.

Agradeço a participação e o relato da Dr^a Solange. Que possamos discutir, dentro de uma outra linha, o projeto de lei em questão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essas foram as considerações finais do Dr. José Eduardo Fogolin, Coordenador-Geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde, que se mostra – não é a primeira vez que ele vem aqui – totalmente aberto para dialogar, para construir, para ajudar a elaborar políticas públicas no campo da saúde.

Eu vou agora pedir ao Dr. Paulo de Tarso Monteiro de Abrahão, como para todos que falaram, que coloque as suas considerações finais. Se todos puderem ficar no máximo de três a cinco minutos, isso nos ajuda.

Eu, no final, vou ainda ler mensagens – chegou mais uma. Eu já li mais de 70 mensagens, e há umas 50 que eu vou ler em respeito aos familiares que estão mandando contribuição para cá.

Dr. Paulo de Tarso, por favor.

O SR. PAULO DE TARSO MONTEIRO ABRAHÃO – Esse é um tema extremamente importante.

A área em que trabalhamos, a urgência e a emergência no País, é a área mais fragilizada emocionalmente. No momento em que tenho um agravo agudo, em que é uma urgência, eu fico emocionalmente completamente instável. É o momento em que eu mais dependo do outro.

O Zé – eu o chamo de Zé, desculpem, mas é meu amigo pessoal – já respondeu. Em relação à questão da toxicologia, com todas as especialidades, a urgência no Brasil não é uma especialidade. Eu, como urgentista, sou pediatra, mas, na hora em que estou na urgência, eu tenho de fazer pediatria, obstetrícia, a urgência que me chega. Eu necessito de uma coisa chamada qualificação profissional, as especialidades têm que vir nos ensinar.

Quanto à sua colocação e o que o Dr. José Eduardo já respondeu, eu acho que, na academia, temos de ter alguma ação na formação, porque quem forma é a academia. Nós, como Sistema Único de Saúde, com a gestão federal, estadual e municipal, fazemos o processo de qualificação.

Na urgência, isso é muito forte. É uma ação muito grande que temos feito em termos de qualificação, porque tenho de formar os profissionais médicos e de enfermagem, condutores, técnicos de enfermagem, psicólogos, do serviço social etc., essa gama de especialidades do atendimento da urgência. E precisamos dos especialistas todos nos ensinando. A toxicologia é uma área que, graças a Deus, nos está muito próxima e nós temos uma série de coisas para estar adequando nessa questão da capacitação e qualificação da urgência. Então, esse é um eixo importante da urgência e se chama qualificação.

Outro eixo importante e transversal da urgência se chama regulação. Então, um paciente na urgência não deve ir batendo na porta. Nós do serviço público temos a responsabilidade de ver qual é o agravo e dizer qual o serviço de saúde para atendê-lo. Isso se chama regulação das urgências. Há, no Brasil todo, a central de regulação. Especificamente no evento Santa Maria, a Central de Regulação de Porto Alegre e de Santa Maria foi dez no processo de encaminhamento. Então, esse é um eixo transversal grande e importante na urgência que é a regulação.

Aí vem a ponte com a questão da informação. Todos nós, usuários do sistema, como cidadãos, temos de saber tudo. Temos de saber onde estão todos os equipamentos etc. São as redes de atenção às urgências e emergências que estão disponibilizadas publicamente nos *sites*. Há *site* de 136, há a regulação para dar essas informações, mas eu a acho muito frágil. A informação nossa para a questão da urgência precisa ser mais potencializada e socializada para a sociedade como um todo que ela existe. Hoje, qualquer um de nós pode ter acesso aos locais onde estão os equipamentos de saúde, para que servem etc.

Outra questão muito frágil é a comunicação em desastres, que foi um dos itens citados pelo senhor, Senador. Eu acho que estamos tendo de dar passos de qual é o nosso papel técnico e, junto com a mídia, de como fazemos essa comunicação na situação de desastre, para não aumentar o pânico e, sim, para fazer com que seja uma coisa crescente.

Quanto à Força Nacional do SUS, eu gostaria que essa área não precisasse existir, que eu ficasse trabalhando em outra área, mas existem os agravos agudos, e ela tem de existir de maneira organizada e planejada.

Um dos eixos que trabalhamos dentro da Força é organização dos eventos. E o Brasil já foi sede de eventos grandes, e há mais dois grandes eventos ainda, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, que estão provocando uma organização muito grande de todos esses eixos que o senhor citou. Todos os locais que vão ser sedes estão sendo provocados no planejamento e organização de todos esses eixos.

Esse caminho já está acontecendo dentro do Sistema Único de Saúde. E, como o Dr. José Eduardo colocou, o SUS é tripartite o tempo inteiro. Ele tem o gestor federal, os estaduais e os municipais, que trabalham em conjunto na consolidação de todas as políticas. Santa Maria nos ensinou uma série de coisas e esse ensinamento está trazendo para o dia a dia uma série de modificações junto a todos esses gestores.

Não vejo necessidade de criarmos 0800 para serviço de saúde e, sim, de potencializar o que já existe. Então, eu acho que esse encaminhamento poderia ser ajustado para o que já existe e ser socializado.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO DE TARSO MONTEIRO ABRAHÃO – E, só terminando com um depoimento, eu tenho 36 anos de formado como médico, sempre trabalhei na urgência, estou nessa história do Samu desde a década de 80 – eu brinco que o Samu é uma doença infectocontagiosa que não sai, e eu quero que ela saia, mas... –, mas eu nunca vivi, tendo participado de n catástrofes, uma situação como vivi em Santa Maria.

Então, eu queria olhar nos olhos de vocês e parabenizar a humanidade de vocês, o acolhimento na dor. Quando eu cheguei a Santa Maria no domingo e fiquei as primeiras duas semanas, existia uma dor no ar. A dor era palpável, nem era visível, mas palpável. Mesmo com essa dor, todos vocês nos acolheram e acolhiam um ao outro de uma maneira que eu não vi em nenhum lugar. Essa energia vivida em Santa Maria é indescritível. Então, isso daí criou um impacto tão positivo na evolução de todos os casos que os únicos que fizeram isso são vocês, os pais, os familiares, os parentes de todos, que conseguiram sensibilizar a todos nós profissionais, não só os de Santa Maria, como todos os centenas que foram, para tirar de cada um de nós o máximo possível de humanização. Então, isso daí é uma lição que eu acho que vocês deram para o mundo. Eu precisava olhar na cara de vocês, nos olhos de vocês e falar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Paulo de Tarso Monteiro Abrahão, Coordenador-Geral da Força Nacional do SUS, do Ministério da Saúde. Eu gostei muito da expressão que o senhor usou aqui, porque eu estive lá também – os três Senadores estiveram lá. É engraçado, não é? Falávamos: “Estava no ar, estava na energia.” A palavra que o senhor foi “palpável”. Parecia que tocávamos na dor, que sentíamos nos familiares, nos amigos. Era palpável a dor. Normalmente, falamos que era uma energia que parecia que víamos, mas, lá, era palpável mesmo. O termo que o senhor usou aqui parece incrível, mas era verdadeiro. Era uma dor que eu nunca vi também. Olha que eu já participei de muitas guerras até, pois eu já estive no exterior em algumas guerras, mas nunca vi uma dor tão forte como essa. Parabéns, doutor, pela expressão.

Vou passar a palavra agora ao Dr. Luiz Fernando Smaniotto, que é advogado da Associação das Famílias das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria, que nos trouxe, inclusive, duas propostas de projeto de lei que nós vamos encaminhar juntos.

O SR. LUIZ FERNANDO SMANIOTTO – Muito obrigado.

Só vou concluir, pois acho que todo mundo aqui já falou, já ouviu a parte mais interessante, e para reiterar que a associação, desde que comecei a participar... A matéria penal que está sendo tratada em Santa Maria é uma consequência. O Dr. Andrey é meu amigo lá de Santa Maria, frequentamos os mesmos locais, o Dr. Carlos, da Defensoria Pública, é meu grande amigo. Essa parte penal que está acontecendo em Santa Maria... O Direito Penal foi feito para restringir pena, ele não foi feito para dar pena. Senão, usaria a Lei do Talião, do dente por dente, do olho por olho, e estava resolvido.

Nós temos que entender que essa tragédia de Santa Maria não foi uma fatalidade. Muitos querem dizer que foi uma fatalidade, que aconteceria em todo e qualquer lugar, que qualquer lugar tem problema, que as boates são assim mesmo, que não têm fiscalização. Isso não existe. Fatalidade é um meteoro cair na cabeça da pessoa. O resto tem a mão humana. O que nós temos de saber? Nós temos de trazer que ali foi uma série de erros, inclusive delitos administrativos e descumprimentos de normas e de legislação básica, que geraram problema penal, que vão gerar problema cível e sistema indenizatório. Vai ter de haver uma situação em Santa Maria de uma grande concertação com essas leis que estão sendo aplicadas, essas novas leis que vão surgir – amanhã, há na Assembleia Legislativa do Estado uma pauta também. Que seja incluída nessas novas leis que estão surgindo de prevenção de incêndio a responsabilização subsidiária dos Municípios, porque não adianta só punir o Corpo de Bombeiros. Não adianta essa pena chegar aos bombeiros, que foram lá fizeram isso e fizeram aquilo. E nas cidades que não têm o Corpo de Bombeiros? Quem é o responsável, então, por emitir os alvarás e as situações? Então, estão fazendo esse encaminhamento nas leis estaduais, para que, subsidiariamente e não alternativamente, coloquem junto na situação fiscalizatória o Município, para que essa responsabilização seja também para ele.

Parodiando, queremos uma força-tarefa do Senado, da Defensoria Pública da União, da Defensoria da qual fiz parte, da Defensoria Pública do Estado, para que essas pessoas venham e nos ajudem. Santa Maria está em busca da verdade real. Todo mundo sabe o que aconteceu, mas nós precisamos mostrar para Santa Maria, para o Estado, para o Brasil, para o mundo, como o Senador Paim falou, já agradecendo a ele esta oportunidade. Que venha para a população uma segurança para os seus filhos. Que os seus filhos saiam para a rua, saiam para lugares públicos, como o colega Alex falou. Que possa haver lugar público para divertimento para que eles não precisem se inserir em casas noturnas onde não existe e não existiu a fiscalização.

Nós queremos dizer, parodiando o nome da Kiss, que não foi assim que a gente quis, mas este é o meu País, eu tenho de lutar por ele. Eu tenho de dizer para todo mundo ouvir que eu sou brasileiro e que eu não concordo com esse tipo de atitude que as pessoas dizem que a responsabilidade é de um ou de outro. Alguém vai ter de bater no peito e dizer: "É muito fácil para uma autoridade falar que não foi nada com ela." Claro que foi com ela. O exercício da função pública, seja política, seja de carreira, tem o ônus e o bônus. Não podemos usurpar apenas a função do bônus. Não. Há o ônus também.

Santa Maria segue em busca, segue discutindo e quer saber a verdade real, o que aconteceu, para que, no futuro, possamos dar um exemplo como cidadão para os nossos filhos, para as gerações futuras. Há pessoas que nasceram de pais após a tragédia da Kiss. Há bebês lá com menos de dez meses. Essas pessoas, um dia, vão querer saber o que houve com o pai. Nós vamos ter de responder: "Aconteceu com o seu pai isso, isso e isso, por falhas, por omissões, por negligência, por falta do trato público." O administrador público é pago para gerir não só o dinheiro público, mas a vida das pessoas.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ FERNANDO SMANIOTTO – Que sirva de exemplo a tragédia da Kiss para que ela siga dizendo para todo mundo: eu quero um país igualitário, eu quero um país justo, eu quero um país em que eu tenha o sucesso de poder criar o meu filho. Eu quero poder dizer que eu vivo num país em que as coisas funcionam.

Eu queria agradecer também, finalmente, o Senador Paim, por esta iniciativa. Parabéns ao senhor. Que isso sirva de exemplo para todos aqueles que labutam por um país mais justo.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Dr. Luiz Fernando Smaniotto, advogado da Associação de Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria.

Repito: além de defender as famílias e ter uma posição muito clara em relação ao que aconteceu, ele também trouxe propostas concretas que nós vamos encaminhar aqui, no Senado da República.

Passo a palavra agora ao Coronel Alexandre Augusto Aragon, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Força Nacional.

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO ARAGON – No dia da tragédia, eu me lembro muito bem – a Força Nacional é composta por policiais militares, policiais civis, bombeiros militares e peritos de todo o País, cada um de nós leva a bandeira do Estado de origem – de, no centro de comando e controle, os nossos bombeiros reunidos e a sensação de impotência que nós tínhamos. Foi diferente da tragédia do Morro do Baú, foi diferente da tragédia de Teresópolis, no Rio de Janeiro, em que nós conseguimos ainda deslocar tropa e efetuar salvamentos. No Morro do Baú, conseguimos fazer 236 salvamentos no dia em que chegamos. Ali, não havia o que salvar. Isso nos causou uma certa sensação de que isso não poderia acontecer mais. O próprio Ministério da Justiça e a Secretaria Nacional de Segurança Pública, com a sua ajuda, Senador, desenvolveram esse projeto de lei.

Além disso, nós procuramos trabalhar com que essa força de reação do País, assim como a Força Nacional de Saúde – e já tem nove anos a Força Nacional de Segurança Pública –, talvez hoje seja a mais bem equipada em resgate da América Latina.

Isso traz de volta? Não. Isso é ensinamento. Estão aqui o Sr. Walter, o Sr. Adherbal e o Sr. João buscando que esse ensinamento não se perca. Conforme eu disse anteriormente, os senhores não estão aqui para salvar os seus filhos, conforme o Sr. João falou também. Não estão aqui mais para salvar seus filhos. Estão aqui para salvar os filhos dos outros.

E ficam aqui essa premência e essa prioridade do Ministério de Justiça, da Secretaria Nacional de Segurança, com seu auxílio, Senador, de encaminhar o quanto antes o resultado desse grupo de trabalho.

De nossa parte, muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Coronel Alexandre Augusto Aragon, do Ministério da Justiça, que lembra aqui que ele sai com a continuação dessa missão para que o projeto seja agilizado e se torne lei o mais rápido possível, para termos uma lei nacional na linha de combate a acidentes, incêndios, como esses aqui em debate.

Eu vou passar a palavra agora para as considerações finais da primeira mesa, mas, antes de vocês falarem, eu vou ler, sim, mais cinquenta mensagens, porque todos que mandaram para cá queriam dar a sua contribuição. De forma resumida, eu vou fazer a leitura. Depois, vocês fazem as considerações finais.

Carina Correia: “Perdi minha filha de apenas 18 anos e não quero mais mães chorando as lágrimas que choro. Vamos evitar que isso ocorra em outros lugares. Caros Senadores, contamos com vocês para ajudarem o nosso País no que diz respeito a esse tipo de assunto de incêndio e prevenção.” Ela fala da filha que perdeu e está preocupada com os nossos filhos.

Fátima Sinjeb da Silva: “Minha admiração às famílias das vítimas de Santa Maria por tanta garra, por tanta luta e perseverança.”

Pelo Alô Senado, a cidadã afirma ter acompanhado a audiência pública da CDH nesta segunda-feira a respeito da tragédia da Boate Kiss no Município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Segundo ela, todos foram responsáveis por essa tragédia na Boate Kiss, ou seja, os organizadores, os bombeiros, a defesa civil, os frequentadores. Afirma que “É necessária uma fiscalização rigorosa em todos os estabelecimentos em que há aglomeração de pessoas para que tragédias como esta não ocorram mais”. Por fim, afirma ser inútil aplaudir as obras do arquiteto Oscar Niemeyer, pois, em sua opinião, considera as obras não bem feitas. Eu leio tudo aqui, pessoal. E sabem que eu tenho um carinho por Oscar Niemeyer. Bom, cita como exemplo o Memorial da América Latina, no Estado de São Paulo, que foi destruído em incêndio, na sexta-feira.

É a opinião dela. Ninguém aqui está culpando, nem foi dela a intenção, eu acho, de culpar o Oscar Niemeyer. Que Deus o tenha lá no alto! Mas ela deu o seu ponto de vista aqui, mostrando a sua revolta quanto ao incêndio. É claro que ela não está falando que as culpadas são as vítimas. Ela deixa a impressão, pelo que eu li, que deveria ter algum tipo de esquema para orientar os frequentadores de como eles teriam de agir em caso de uma situação como esta. E nada foi feito.

Aqui, há outra mensagem em que a cidadã comenta que não concorda com a declaração de que o conseqüente incêndio na Boate Kiss, o desdobramento do caso na Justiça, ter sido um acidente. Acredita tratar-se de uma tragédia anunciada ou até mesmo de um genocídio juvenil – isso foi falado aqui –, haja vista que todos os apontamentos das prováveis causas culminam com irregularidades para o funcionamento desta famosa Boate Kiss, tais como trabalhadores regulares, falta de infraestrutura, falta de respeito às normas para o funcionamento e omissão do poder público. Marilda Pereira da Silva.

Ronaldo Ferreira dos Santos: “A Abracit, desde 2005, tem colocado para vários setores do Ministério da Saúde a necessidade de uma política pública de antídotos para tratamento das intoxicações, fornecendo dados sobre a magnitude do problema e listas para orientar o abastecimento desses insumos.”

Fátima da Silva: “É notório que a matéria tem origem técnica e diferenciada por sua própria natureza e é um absurdo [segundo diz aqui] o MTE designar auditor fiscal do trabalho com qualquer formação superior, descumprindo a lei 10.593, no art. 3º, pág. 2, como nutricionista, contador, economista e advogado.”

Eu leio exatamente como está escrito aqui, pessoal, senão eu tenho de interpretar cada vírgula; a não ser que seja algum absurdo, pois daí eu faço algum comentário.

“Quando a auditoria fiscal do trabalho da área de segurança do trabalho fiscaliza estabelecimentos onde o Poder Público frequenta, com a relação à prevenção de incêndio abrange também o público frequentador do estabelecimento. A maioria das intoxicações pode ser clinicamente abordada apenas com tratamento de suporte. No entanto, algumas intoxicações requerem administração de antídotos e medicamentos específicos, significando a vida ou a morte do paciente”, segundo Ronaldo Ferreira dos Santos.

Ainda do Ronaldo: “A disponibilidade desses medicamentos, antídotos, aqui tão falados, são estratégicos, do ponto de saúde pública e da segurança nacional.”

Ainda do Ronaldo: “A protelação, a fragmentação das responsabilidades, a improvisação nessa área tem de ser combatida. Faz-se urgente uma política pública para os antídotos que se antecipem a eventos de grande comoção ou calamidade.”

Rodrigo Chaves, Minas Gerais: “Indenização altíssima e publicada em todas as esferas de comunicação para não acontecer de novo. Poderiam ser os filhos de qualquer um que estivesse naquela boate.” Ele diz que tem de indenizar, porque qualquer um pode ser atingido, a qualquer momento, por uma atividade como essa, por um fato lamentável como esse.

João Gallani: “Senhores, foram abertos processos civis e criminais, inclusive da AGU. Se pedirá indenização, visando ao reembolso para o INSS das mortes dos funcionários da boate? Por que não se aplica, no Brasil, o art. 160 da CLT? A ADI feita pela empresa e a CAI emitidas pelo MTB não ajudariam?” Esse foi o João Gallani.

Fátima da Silva: “Entendo que, desde 2013, os embargos, autos de infração e interdição e ações na área da segurança e saúde do trabalhador, que tenham sido realizadas por auditor fiscal do trabalho sem atender à Lei 10.593, o art. 3º, §2º foram, são e serão, estão em desacordo com a Lei 10.593.”

Otávio de Melo: “No Brasil, 90% dos Municípios não possuem Corpo de Bombeiros.” Confere essa informação?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode repetir no som, para nós?

Aqui, eu li o seguinte, segundo o Otávio de Melo, “no Brasil, 90% dos Municípios não possuem Corpo de Bombeiros. É necessário que o Poder Público crie uma estratégia para mudar a estatística e, consequentemente, minimizar danos à sociedade, com a criação de incentivo de brigadas comunitárias de resposta à emergência.”

Sobre este dado de 90%, o que tu poderias dizer?

O SR. ALEXANDRE LUÍS DOS SANTOS – Está em 15% dos Municípios do Brasil; e os 15% que têm bombeiro representa 60% da população. Dentro da Política Nacional de Bombeiros, está prevista a capilaridade do serviço de bombeiros a nível nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k. “Dados da AVTSM, 26 grandes tragédias do mundo ocorreram desde 1940, com centenas de mortos em muitas delas. Por que continuam a ocorrer? Pelo esquecimento gradual, ocasionado pela impunidade. Onde a punição foi exemplar com a consequente mudança de leis, as tragédias acabaram.” Esse foi Paulo Carvalho.

Diz Daniel Santos Rebouças: “O Brasil precisa de uma política definida e definitiva sobre a fabricação, distribuição e uso de antídotos em toda a sua rede de atuação à saúde. Sem dúvida alguma, o desconhecimento sobre riscos tóxicos e a falta de antídotos adequados contribuíram para o agravamento nos casos das ocorrências descritas, por exemplo, em Santa Maria.”

Aqui diz Daniel Santos: “Prezado, sou Daniel Rebouças, Presidente da Abracit (Associação Brasileira de Centros de Informação e Assistência Toxicológica). O Ministério da Saúde precisa implantar a toxicologia no País.” Aqui, ele repete a importância de termos uma lei.

Aqui, Fátima da Silva. A cidadã afirma que, “por descumprimento da Lei nº 10.593, de 2002, que dispõe sobre a carreira de auditor fiscal do trabalho, em particular no seu art. 3º, §2º, resulta em uma má fiscalização especializada onde devia, principalmente nessa área de incêndio. Mal capacitado e sem formação regida pela lei não são capazes de zelar pela segurança pública e social no que tange à evacuação no caso de fogo ou afins.” Ela está recomendando a todos uma preparação maior.

Aqui, Marlene Zenin. A cidadã comenta que é Vice-Presidente da Associação Brasileira do Centros de Formação e Assistência Toxicológica (Abracit), e afirma que, desde 2005, tem colocado em vários setores do Ministério da Saúde a necessidade de uma política de antídotos. Vai na mesma linha. Então, não precisa ler tudo, mas registro o nome dela porque ela também está defendendo o que aqui foi defendido de uma lei.

Margaret Grando: “Como profissional da área da toxicologia, endosso as colocações da Profª de Porto Alegre. Ressalto que a Política de Assistência Toxicológica precisa ser formalizada no SUS. Os centros existem e participam do SUS, mas não são reconhecidos nas políticas de saúde.”

Agora vem Paulo Carvalho: “Gostaria deixar uma mensagem: “Somos todos Santa Maria! Não ao Esquecimento. Que o sacrifício, mesmo involuntário de tantos jovens, seja o motivo da conscientização para que nunca mais ocorra. Devemos isso a eles... pelos que se foram e que traga benefícios às futuras gerações.”

Paulo Carvalho: “Esse atendimento médico, a longo prazo, continua? Pelo que ouvi no início do evento, esse trabalho a longo prazo não está sendo feito a contento. Por favor, eu gostaria que os representantes da AVTSM respondessem.” Ele, mais ou menos, já respondeu aqui.

Agora Denise Amaral Zimmermann Darif: “Sou mãe de Thaís Zimmermann Darif, vítima da Kiss. Ela tinha apenas 19 anos e estava realizando seu maior sonho: estava cursando o 1º semestre de Medicina Veterinária e tinha um futuro brilhante pela frente. Precisamos que se faça justiça para continuarmos a viver!”

Carina Correia: “Temos de preparar o País para casos de emergências e de catástrofes como esta, para que nunca mais ocorram. Vamos trabalhar com prevenção. Aproveitem as leis de prevenção a incêndio para não perdermos outros filhos em nosso País.”

Sueli Terezinha Urquiza: “Sou mãe de uma das vítimas, Natasha Urquiza, 20 anos, que iria se formar este ano em economia. Somos de Uruguaiana, Rio Grande do Sul. Ela foi para Santa Maria estudar. Por causa da greve dos professores, ela estava em pleno janeiro, estudando. Foi se divertir e não mais retornou para casa. Só quero justiça!”

Carina Correia: “Por favor, tenham boa vontade política também na mudança das leis penais em nosso sofrido País, para que o Judiciário trabalhe sem as mãos atadas, as leis arcaicas que aí estão. O nosso País precisa disso. Nós, brasileiros, precisamos ser protegidos.”

Está no fim.

Fátima da Silva: “João, o Ministério do Trabalho e Emprego tem legislação que obriga a análise do acidente de trabalho e eu solicitei à Secretária de Inspeção do Trabalho e à diretora do Departamento de Segurança e Saúde no trabalho, no exercício da competência prevista no inciso II do art. 14, do Anexo I do Decreto nº 5.”

Fátima da Silva: “Art. 2º (na mesma análise) As análises de acidentes de trabalho serão determinadas ao Auditor-Fiscal do Trabalho, no âmbito de cada Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.” Aí ela fala da ordem de serviço.

Fátima da Silva: “Parágrafo único. Será prioridade a emissão de OS para a análise de acidentes de trabalho graves ou fatais. Instrução normativa da Secretaria de inspeção do trabalho.”

Maria Fátima. A cidadã afirma ser necessária a adoção de medidas mais rigorosas no que tange à fiscalização.

Já comentamos aqui.

Carina Correia: “Como foi algo fora do comum essa tragédia, o que o SUS tem feito para agilizar a questão de medicamentos que não costumam ser usados pelo SUS?”. Já foi dito aqui, explicado e respondido.

“Como encaminhamento, sugerimos ou reforçamos a necessidade de uma política nacional [que já foi aqui também encaminhado e respondido]”. Quem diz é Margaret Grano.

Rafael Fracasso: “O governo poderia investir nas universidades para gerar centros de referência juntamente com os CIT (Centros de Informações Toxicológicas) para tratamento e desenvolvimento de estratégia para ações de emergência.”

Rafael Fracasso: “No contexto da prevenção, após o evento, hoje as casas de festa ainda apresentam irregularidades na capacidade máxima e saídas de emergência, precisando de vigilância mais rígida em nosso País.”

Por fim, Daniel Rebouças, que é médico e é também da Abracit: “Meus cumprimentos ao Senador Paim e àqueles que trabalharam para essa iniciativa sobre o tema.” Ele está aqui cumprimentando, se não me engano.

Solange Garcia, da Universidade do Rio Grande do Sul, que também está parabenizando. Enfim, “parabéns a todos.”

Marilda Pereira da Silva: “Não se trata de acidente como já foi dito. Foi um genocídio juvenil. Aqui, ela entra em detalhes sobre a omissão até hoje das autoridades.

Ainda Marilda da Silva: “O que o Ministério Público do Trabalho fez de concreto com relação às milhares de irregularidades explícitas e ilegais lá existente: ex-mãe (funcionária) que mandava a filha trabalhar em seu lugar.” Era a mãe, e a filha foi trabalhar no lugar; e a filha morreu.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Exatamente. Ela mostra aqui a sua indignação.

“Senador Paim, precisamos de um Centro de Referência de Direitos Humanos em Santa Maria, dentro da UFSM, Universidade Federal de Santa Maria, de competência federal, como política pública contínua. Não existe acolhimento, redução de danos, profissionais específicos, atenção básica, PDH.”

Essas foram as inúmeras correspondências que aqui chegaram. Todas elas, é claro, estão sendo solidárias com as famílias, apontando caminhos.

Agora, vamos para a nossa primeira mesa, para as últimas considerações.

Eu começo com a Drª Solange Garcia, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, toxicologia.

A SRª SOLANGE GARCIA – Eu quero, de forma bem rápida, dizer que mudanças advindas de aprendizado, mesmo que com dor, contribuem para o crescimento da sociedade e do País. Porém, para realizá-las ou implementá-las, é preciso coragem.

Nesse sentido, eu parabeno a todos, mas muito especialmente ao Senador Paulo Paim, por ter proposto esta mesa, por permitir que eu viesse aqui – afinal, eu esperei praticamente dez meses para contar exatamente o que eu vivenciei. Isso, de forma alguma, retira todos os méritos que foram do Ministério da Saúde, porque é outra particularidade. É o que eu digo: o sistema precisa ser melhorado.

E aí vem a toxicologia e aquilo tudo que discutimos sobre a toxicologia clínica. E os números estão muito claros. Foram alguns, mais de mil atendimentos. Mas precisamos tentar todos. Então, o que eu aponte aqui é o que nós precisamos realmente trabalhar.

E quero agradecer com todo o meu coração, sinceramente, ao Adherbal, ao Sérgio, ao Walter, ao Smaniotto, também por terem vestido essa... Eles foram até a minha sala e realmente, como pais – e pais muito sofridos –, abraçaram a causa, convidaram-me para vir aqui. Quer dizer, vocês têm muita coragem – eu já disse isso para vocês ontem –, pois para fazer o que vocês estão fazendo é preciso coragem e é preciso se desprender de muitas coisas. E eu acho que é isso que contribui, de fato, para o nosso crescimento.

Essas são as mensagens que eu gostaria de deixar.

Mais uma vez, muito obrigada a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Solange Garcia, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na área de toxicologia.

Eu passo a palavra agora ao jovem Alex Monaiar, estudante de psicologia, Coordenador Geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Santa Maria, que trouxe, inclusive, um belo trabalho num vídeo e deixou uma série de contribuições junto à mesa.

O SR. ALEX MONAIAR – Então, parabênizo a iniciativa desta audiência, que fica como um marco – eu acho – para o País pensar que caminho nós vamos tomar, de agora para frente, para que isso nunca mais aconteça e para que nós tenhamos novas políticas, novas ações para dar conta das dificuldades que nos levaram a isso e, principalmente, mudar uma visão de mundo individualista e liberal que tem hegemonizado na mídia em tudo que é lugar. Isso se reflete muito na universidade também. Eu acho que tem mudar a formação do estudante, tem de formar os profissionais de saúde principalmente, para o SUS, e colocar este tema de emergência e desastre também na formação pessoal da comunicação também, do jornalismo, que tem de fazer com que a informação chegue da melhor forma à população, pois, neste momento de desastre, a informação é confortante e faz muito bem para a saúde mental saber que tu podes recorrer a algum lugar. E a mídia tem de estar cumprindo esse papel fundamental.

Faço também um agradecimento ao FCM por ter dado esse apoio para o DCE ter participado aqui e também por todas as ações que desempenhou lá na universidade também a Força Nacional do SUS, que ensinou muito. Nós, o DCE, também nos reunimos com o pessoal de lá. Nossas orientações, no início, foram todas da Força Nacional do SUS para fortalecer os laços de solidariedade da população, da comunidade acadêmica, para depois ir para a luta, inclusive, levando a uma ocupação na Câmara, que tive o prazer de compartilhar com os companheiros da VTCM, Movimento Luta Luta e vários movimentos da cidade para conquistar a justiça, de fato.

Então, é isso aí; é um agradecimento e parabéns pela iniciativa, Senador Paulo Paim e à Senadora Ana Rita também, que nos enviaram um convite e a todos que se disponibilizaram a vir aqui participar deste momento importante. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Este foi o estudante de psicologia e Coordenador Geral do Diretório Central do Estudante da Universidade Federal de Santa Maria, o Alex Monaiar, que deu uma bela contribuição a nossa audiência pública.

Passo a palavra ao Vice-Presidente da Associação dos Familiares das Vítimas da tragédia ocorrida na Boate Kiss, de Santa Maria, o Sr. Walter Souza Cabistani.

O SR. WALTER SOUZA CABISTANI – Senador, obrigado pela oportunidade, mas é necessário dizer aqui para a sociedade que a Defensoria teve um papel fundamental no início para nós, pela organização, mas, se não fosse a Universidade Federal de Santa Maria, onde eu trabalho, onde sou professor, na pessoa do Prof. Madruga, que entrou com o Projeto nº 033679 e que foi abraçado pelo atual Reitor, o Prof. Felipe Martins Müller, que incubou a proposta, porque nós somos uma incubadora social da universidade, não teríamos estrutura para nos tornarmos associação – é necessário falar isso. Eu também tenho muita honra de ser professor dessa universidade. É necessário fazer essa colocação para que as pessoas entendam que essa associação só conseguiu ser concretizada com a ajuda da Universidade Federal de Santa Maria – nós estamos instalados dentro da Universidade Federal de Santa Maria, inclusive.

Então, era isso que eu queria deixar ao Senador Paim, para que ele saiba que nós somos um projeto e que a minha tese, essa que eu defendo, está incluída nesse projeto, inclusive.

Era isso que eu queria deixar como últimas palavras. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Walter Souza Cabistani, Vice-Presidente da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia ocorrida na Boate Kiss de Santa Maria.

Agora eu vou passar a palavra, para encerrar, ao Sr. Adherbal Alves Ferreira, Presidente da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia ocorrida na Boate Kiss de Santa Maria.

O Sérgio cedeu a palavra ao Walter. Depois, ele participou do plenário e manifestou o seu ponto de vista. Mas, se o Sérgio quiser falar, ele pode ainda falar.

O SR. SÉRGIO DA SILVA – Vou falar, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É claro. Depois eu passo a palavra ao Adherbal para fechar.

O Sérgio também esteve lá em Canoas comigo no momento em que articulamos essa vinda para cá.

O SR. SÉRGIO DA SILVA – Andamos bastante naquele dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Depois eu conto toda a história...

O SR. SÉRGIO DA SILVA – Andamos bastante naquele dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... para vocês poderem me achar lá.

O SR. SÉRGIO DA SILVA – E o Adherbal ainda estava com um sapato novo para caminhar.

Senador, quero agradecer a sua atitude. Muito obrigado mesmo, de coração. O senhor, ao tomar essa atitude, está aliviando os nossos corações. Muitos pais estavam carentes de autoridades, e o senhor tomou essa frente. Dessa forma, o senhor está acalmando os corações desses cidadãos.

Há uma coisa que eu queria deixar no ar só para informar as autoridades competentes nessa área: a questão do patrimônio dos envolvidos. Existem denúncias sobre o patrimônio de alguns envolvidos. Está meio complicada a situação, porque eles ainda estão investindo em boates. Então, nós temos que rever isso. Precisamos saber onde está esse patrimônio. Se eles ainda têm condições de investir em patrimônio, a situação está complicada. Então, não foi bem feito o trabalho.

Outra questão: o promotor público – a senhora poderia me responder – é acusador ou defensor? Eu quero aprender isso, porque até agora não aprendi se ele é acusador ou defensor. É claro que ela já tentou explicar, embora essa não seja a área dela. Essa é a grande pergunta dos pais.

Acho que é isso.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Sérgio da Silva é Vice-Presidente da AVTSM (Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria.)

Como só falaram duas pessoas do plenário e eu dei a palavra ao Sérgio, também dou os mesmos cinco minutos à Dr^a Josane. Depois, o Adherbal fecha.

A SR^a JOSANE DE ALMEIDA HEERDT – Senador Paulo Paim, passo às minhas considerações finais.

Sr. Sérgio, a Defensoria Pública e o Ministério Público atuam em polos diferentes. No âmbito criminal, o Ministério Público acusa, e a Defensoria Pública defende.

Eu posso falar em nome da minha instituição, especialmente no que se refere à questão dos bens, do sequestro. Enfim, a ação foi ajuizada.

Essas informações vêm das pessoas, da comunidade, porque o senhor verifica, através do depoimento de alguns, que toda a comunidade de Santa Maria está envolvida e está atenta. Então, a Defensoria Pública, ajuizando a demanda, também conta com a atribuição de todos os outros personagens que podem, enfim, tomar alguma atitude. Mas nós estamos atentos também.

E, para complementar, Senador, quero dizer que eu lembrei que, no dia, eu já estava em Brasília. Como os defensores públicos são todos muito unidos – somos trezentos e poucos –, se fosse necessária a ida de todos a Santa Maria, todos iriam. Não podíamos abandonar os nossos postos, mas montamos uma força-tarefa.

Eu liguei daqui para um colega, o Dr. André, um defensor público que há pouco havia assumido. Ele é um defensor jovem, muito inteligente, muito capaz, mas eu me preocupei com ele. Eu disse: “André, como tu estás?” Ele disse: “Olha, Doutora, a gente não consegue pensar. A gente tem que tomar uma atitude.” Eu disse: “Olha, meus parabéns!” E ele me disse uma coisa que eu gostaria de repassar, uma homenagem que eu acho que é necessário fazer. Ele me disse que os grandes heróis são os familiares, mas ele ficou muitíssimo impressionado com o trabalho dos policiais militares e dos bombeiros, pessoas que, naquele momento, não poderiam se dar o direito de chorar ou de sentir qualquer coisa, que carregavam os corpos, que faziam aquele trabalho mais doloroso e que são também nossos irmãos gaúchos.

Eu gostaria de deixar, então, essa homenagem. Tenho certeza de que é um infortúnio a que as autoridades vão ter que responder, porque é necessário. A sociedade precisa disso e nós todos também. Mas aqueles seres humanos, Senador, que estavam ali naquele momento foram de grande importância, e eu acho que merecem a nossa homenagem também.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Doutora. Parabéns!

V. S^a homenageia, é claro, os grandes heróis, os familiares, mas reconhece... Eu estive lá também e vi. Era gente correndo para todo lado: Exército, Aeronáutica, médicos. Foi uma comoção e uma solidariedade total. Eu acho que todos nós reconhecemos isso aqui. Os familiares neste momento se levantam, é claro, para aqueles que estão nos assistindo diretamente pela TV Senado. É como nós dizemos: o momento depois. É sobre isso que os familiares estão neste momento refletindo conosco, de forma coletiva.

Pois não, Doutora. A senhora sabe que defensora pública fala aqui toda hora que quiser.

A SR^a JOSANE DE ALMEIDA HEERDT – Eu só gostaria de complementar. É uma situação concreta.

A Defensoria Pública – isso me chamou a atenção, Dr. Andrey – faz todo esse trabalho de judicialização da saúde quando não há outra saída, por óbvio. Então, pela colocação do Ministério, parece-me que está havendo um acompanhamento importante nesse sentido – imagino que todo o apoio. Mas, Sr. Adherbal, Sr. Sérgio e Sr. Walter, caso as famílias não recebam, de qualquer forma, atendimento nas especialidades, não consigam

realizar os exames ou não recebam os medicamentos necessários, a Defensoria Pública do Estado pode ser acionada a qualquer momento. Nós temos uma atuação muito concreta, importante e reconhecida no Estado do Rio Grande do Sul.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k.

O Dr. Luiz lembra que, na Argentina, eles criaram um fundo para atender diretamente as famílias.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fale, fale. Quando falar o Adherbal, nós vamos encerrar.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN – Defensora, como V. S^a tocou no assunto, a judicialização da saúde é um ponto muito nevrálgico, e eu acho importante a Defensoria também participar das reuniões. É necessário dizer mais do que “Estamos aqui e, se não houver o acesso, nós entraremos.” Pelo contrário. Venha para o time.

Nesse grupo, isso é tão importante quanto o acompanhamento, para saber como está o dia a dia. Nós crescemos muito nessa reunião que se faz quinzenalmente. E o entendimento... O Dr. Smaniotto falou aqui sobre a importância da comunicação. Não adianta trabalhar, não adianta caminhar muito, se não conseguimos uniformizar essa informação. E nós avançamos muito – o Sr. Adherbal, o Sr. Sérgio e o Sr. Walter sabem disso.

Quando começamos a realinhar nossas reuniões, passamos a apresentar o dia a dia, o acompanhamento, as dificuldades que surgem, sem sombra de dúvida. Temos, sim, dificuldades, e é para isso que esse grupo de trabalho está sendo estruturado. No começo, se não me falha a memória, quando houve o mutirão, eu convidei a Defensoria Pública – se não foi a senhora, foi outra pessoa – para participar das ações em Santa Maria e acompanhá-las, até para que pudéssemos ter essa transparência e essa apresentação.

E nós evoluímos muito no contexto da saúde com o Conselho Nacional de Justiça, com a participação e o acompanhamento. Isso é muito válido para todos: para a Defensoria, para a saúde, para os familiares, porque esse grupo, cada vez mais, está se fortalecendo e caminhando. Eu acho que fugimos do contexto da questão da judicialização da saúde, sim, mas, cada vez mais, damos aquilo que é necessário: o acompanhamento, garantindo as necessidades para essa população.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Doutor.

Eu vou passar a palavra ao Presidente da Associação dos Familiares, Adherbal, mas, primeiro, eu quero pedir desculpas a você.

O Adherbal me ligou, e nós combinamos. Eu estava com aquela agenda maluca, como hoje, em que tive que correr para abrir a sessão e vocês ficaram me esperando aqui. Eu disse: “Olha, tudo bem, Adherbal. É claro que vou recebê-lo, como recebo todo mundo. Vá à Câmara de Vereadores de Canoas porque eu estarei lá. Vai haver um ato lá da Consciência Negra, e eu sou o autor do Estatuto da Igualdade Racial.” Ele chamou o Sérgio e disse: “Não, tudo bem, Senador. Vamos aguardá-lo lá. Vamos participar do evento e prestigiar o ato.” Só que o ato era em Porto Alegre e não em Canoas. Eles foram para a Câmara de Vereadores de Canoas, e eu estava em Porto Alegre. Eu faço contato com ele, e ele me diz: “Estou aqui esperando. Só que aqui não há nada, Senador.” Eu disse: “Barbaridade.” Aí eu percebi que havia falado da Câmara de Vereadores errada.

Resultado – vou pedir desculpas a outra pessoa aqui no ar, neste momento, porque ele merece –: eu estou na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, fazendo a palestra, e depois vai falar o Governador Collares, que é uma figura que fala brilhantemente. Eu sou um admirador do ex-Governador Collares. E eu digo ao ex-Governador: “Governador, eu estou com esse problema. O pessoal está lá em Canoas me aguardando, e eu assumi um compromisso. Vou ter que ir, mas quero ouvi-lo.” O Governador fala muito bem. Primeiro, ele mandou, é claro, o carinho para vocês. Ele está fazendo um belo pronunciamento, e daí um vereador, com a maior boa intenção, comete, digamos, um equívoco. Num improviso, ele diz ao Governador: “Governador, eu acho que o Senador vai ter que sair porque os familiares da Boate Kiss estão lá.” E o Governador respondeu para ele, gentilmente: “Olha, meu vereador, você é jovem. Nunca interrompa um orador quando ele está no meio do seu pronunciamento. O Senador até poderia ter saído e pronto. Mas não me interrompa.”

Então, eu queria aqui, de público, pedir desculpas ao nosso querido Governador Collares. Ele é uma figura ímpar. Mandou para vocês um grande abraço, porque está solidário a todos, e disse: “Eu já ia encerrar, mas vou encerrar não porque você pediu. Eu vou encerrar em homenagem aos familiares da Boate Kiss.”

Então, se vocês me permitissem, eu queria dar uma salva de palmas ao Governador Collares. *(Palmas.)*

Ele disse que ia encerrar em homenagem a vocês e assim o fez. Eu pude sair correndo, e nós nos encontramos e dialogamos até quase meia-noite. Daí surgiu a ideia desse encontro tão produtivo.

Vou pedir desculpas, agora, ao Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). Eu havia pedido uma audiência de homenagem ao Diap naquele horário em que pedi para sair. Fui ao plenário e abri

a audiência. Os Senadores ficaram lá, e eu disse que este momento era um momento ímpar. Todos entenderam e me liberaram de fazer o pronunciamento de homenagem ao Diap, que farei à tarde, como comentarei na tribuna, à tarde, este momento. Todos me liberaram para que eu viesse para cá acompanhar a audiência e debater com vocês.

São 30 anos de vida do Diap. Todos aqui mandam a vocês um abraço pelo trabalho que fizeram. *(Palmas.)*

Agora, mais do que justo, nosso Presidente Adherbal, para encerrar a nossa audiência pública.

O SR. ADHERBAL ALVES FERREIRA – Muito obrigado, Senador.

Este momento nosso é um momento ímpar. Creio eu ser o primeiro de muitos, que é o que nós com certeza desejamos, porque nós queremos, do fundo do coração, uma grande mudança no nosso País em relação à prevenção e ao cuidado com os jovens.

Coronel Alexandre Augusto, a sua fala foi fantástica. Eu lhe agradeço muito e parablenizo o senhor pela sua atuação no Corpo de Bombeiros. Realmente, o senhor está num trabalho árduo. E estendo aos demais militares da sua ordem os nossos sinceros cumprimentos pelas suas atuações em relação aos fatos por que vocês passaram. *(Palmas.)*

Smaniotto, tu falaste muito bem. Meus parabéns!

Ao Paulo Tarso também muito obrigado.

Dr. Fogolin, fantástico.

À nossa Doutora da URGs muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Solange.

O SR. ADHERBAL ALVES FERREIRA – Dr^a Solange, obrigado por ter vindo aqui. Sua fala foi de extrema importância, e espero ter podido colaborar com todo esse processo.

Obrigado ao Alex, ao Sérgio e ao Walter.

Por incrível que pareça, numa reunião que nós realizamos no HUSM, juntamente com o Dr. Fogolin, foi-me dito que – não dá nem para entender, mas são coisas que acontecem –, se não fosse a Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes, eles não teriam força para continuar o trabalho. E eu achava que eram eles que davam força para nós. É emocionante saber que a Associação tem uma força que, com certeza, não é humana. É uma força que vem de Deus, é uma força divina. Se nós estamos aqui é porque assim foi permitido pelo nosso Pai maior.

Também quero agradecer a iniciativa belíssima da Defensoria Pública em Santa Maria na pessoa do Dr. Andrey, do Dr. André, da Dr^a Tamara, que nos deram um apoio enorme para começar a Associação, juntamente com os advogados voluntários do escritório Jobim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E está aqui presente a Dr^a Josane.

O SR. ADHERBAL ALVES FERREIRA – Também está aqui presente a Doutora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Josane.

O SR. ADHERBAL ALVES FERREIRA – Dr^a Josane. Muito obrigado, Dr^a Josane. Agradeço profundamente a sua vinda aqui.

Também quero agradecer ao Dr. Jonas, que não se encontra aqui. Ele atua na parte criminal. Está tentando fazer um trabalho e está conseguindo gradativamente fazê-lo, enfrentando leões bravos. E nós estamos aqui para socorrê-lo. Esperamos, com a graça de Deus, que dê tudo certo.

Agradeço ao Paulo Carvalho, nosso Diretor, que está lá em São Paulo, trabalhando arduamente conosco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E mandou inúmeras correspondências.

O SR. ADHERBAL ALVES FERREIRA – Exatamente. Paulo Carvalho é um grande guerreiro nosso. É o nosso Diretor do setor São Paulo. Está sozinho lá batalhando.

Também quero agradecer ao Instituto Sprinkler do Brasil, que me proporcionou várias vindas a Brasília e viagens recentemente aos Estados Unidos, para que nós possamos ter grandes experiências. Realmente eu vim de lá com muitas experiências, experiências tão grandes que nós vamos fazer um congresso em Santa Maria. Peço o apoio a todos que me escutam e ao senhor também para esse congresso, em janeiro, que vai ser uma extensão desta nossa conversa aqui.

Agradeço a todos os ouvintes que estão assistindo à audiência pela televisão ou pelo computador, ao pessoal de Ijuí, a todos os pais das vítimas e a todos os sobreviventes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós estamos ao vivo pelo TV Senado para todo o Brasil.

O SR. ADHERBAL ALVES FERREIRA – Exatamente.

Quero agradecer profundamente a todos que estão nos ouvindo e dizer também que o nosso congresso vai ser realizado nos dias 25, 26 e 27, quando completa um ano da tragédia. Esse congresso será internacional e talvez mundial.

Quero agradecer também à Argentina, que nos escuta; aos Estados Unidos, que nos escutam e também nos assistem neste momento.

Agradeço também à Câmara Municipal da cidade de Itu, que nos deu a primeira moção oficial de apoio ao nosso trabalho. Eles nos abraçaram e nos receberam com uma simpatia fantástica. Itu é uma cidade de grandes acontecimentos, e lá foram realizados grandes eventos: o primeiro Presidente do Brasil, as revoluções, o início de grandes feitos. Então, essa primeira moção que recebemos de lá, oficial, com certeza, foi um grande feito, e acho que é para grandes mudanças. Também a Câmara Municipal de Porto Alegre foi a primeira a se oferecer nessa moção, inclusive quarta-feira estarei presente na votação desta moção em apoio à Associação. Também Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, se ofereceu também e vai providenciar a sua moção.

Acho que será um grande início para que todos entendam que não estamos de brincadeira, não estamos para aparecer na televisão, não estamos querendo promoção, não estamos querendo ser candidato a nada, queremos ser povo, cidadão brasileiro, só isso. (*Palmas.*)

Na verdade, estamos aqui por uma dor... Eu jamais gostaria de estar aqui presente. Não é da minha vontade nem da vontade de nenhum dos pais que estão aqui, nem do Sérgio, nem do Walter, nem de todos os que nos assistem... Queríamos os nossos filhos de volta. Eu, quando ando de avião, tenho a sensação de que estou perto deles, pena que o avião não consegue pairar na cidade deles.

Quero também agradecer a todos os voluntários, independente de qualquer um que seja, tanto motorista de táxi, motorista de ônibus, as pessoas físicas, militares, da área da saúde, todos os voluntários deste País que nos ajudaram naquele dia. Quero agradecer do fundo do meu coração a todos. Vamos fazer uma homenagem também, agora, para eles, neste Congresso.

Quero também pedir o apoio de toda a população santa-mariense que volte, que nos apoie, porque apoiamos a cidade, apoiamos o País. O que custa nos apoiar? Vamos deixar de picuinha, deixar de aresta. Grandes empresários, por favor, olhem para a tragédia, olhem para a vida. Nós temos condições de ajudar vocês. Ninguém está travando ninguém, bem pelo contrário. Queremos andar, queremos fazer uma Santa Maria bem melhor, mas precisamos do apoio de vocês.

Para finalizar, quero deixar uma mensagem: coloquem-se no lugar do outro, é uma grande da alma, pratiquem, faz bem à saúde.

Obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Adherbal Alves Ferreira, Presidente da Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da tragédia ocorrida na Boate Kiss de Santa Maria.

Só vou propor que fiquemos aqui um pouquinho no final só para ajustar o procedimento que tomarei, fazem os encaminhamentos, além de apresentar os projetos, mandar para os Ministérios correspondentes, enfim, para os Poderes constituídos, as decisões aqui tomadas.

Eu só queria, para encerrar, informar àqueles que chegaram um pouquinho mais tarde, que iniciamos esta reunião no dia de hoje, fazendo um minuto de silêncio pela morte do Governador Marcelo Déda, que já sabíamos que estava numa situação difícil e que veio a falecer nesta madrugada.

Eu diria que, simbolicamente, poderíamos, para que a tragédia de Santa Maria nunca mais seja esquecida, como iniciamos com o Marcelo, o querido Marcelo Déda, meu amigo, que faleceu, está lá no alto, se encontrando com esses jovens que perdemos, que façamos um minuto de silêncio, agora, para mostrar que a questão de Santa Maria continua muito, muito viva na nossa mente, no nosso coração, na nossa alma, e, se alguém pensa que vamos jogar a toalha se engana. Nós, que digo, aqueles que têm compromisso com a causa, dirigindo-me principalmente a vocês que são a Associação dos Familiares das Vítimas. Todos estamos juntos e vamos caminhar juntos. Naturalmente, fica aqui o compromisso de ir às últimas consequências na linha da justiça e de caminharmos para a construção de propostas, de leis que nunca mais permitam que algo como isso aconteça.

Adherbal pediu a palavra, de novo, e passo-a a você, com muito orgulho, porque você é que lidera todos nós.

O SR. ADHERBAL ALVES FERREIRA – Obrigado, Senador.

Acho que, na verdade, eu gostaria, também, de estender este nosso anseio de justiça, esta vontade nossa de lutar a todos os familiares que, de uma forma ou de outra, em uma tragédia unitária, que perderam um filho, seja acidente de trânsito, seja por um tiro, seja por uma morte, por um infortúnio, quero dizer que quero abraçar essas pessoas também, porque sofrem sozinhos – benditas palavras que o Sérgio tinha comentado! –, e que a Associação, a AVTSM, está aberta a toda a população, a todas as pessoas que quiserem se associar, porque a nossa causa também é deles e a deles também é nossa.

Quero abraçar todas as causas de mortes neste País, porque morte, na verdade, é vida, é o início.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, muito bem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fechamos, assim. Então, sugiro que nos levantemos e, agora, em vez de fazer um minuto de silêncio, eu queria que batêssemos palmas durante um minuto, palmas para aqueles que estão no alto e que a energia das palmas fortaleça a todos nós nesta luta permanente.

Um minuto de palmas em homenagem àqueles que perdemos e àqueles que lutam por esta causa tão nobre que vocês aqui representam.

O.k., agora são 13h20. (*Palmas.*)

Já são 13h21. Que Deus ilumine a todos!

Obrigado pela presença!

Eu convidaria a todos que usaram a palavra para que viessem aqui na frente. Acho que é uma reunião histórica, que ela tenha um viés construtivo, positivo, para podermos registrar nos Anais do Congresso.

Aqueles que a assistiram, se quiserem vir também.

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 21 minutos.)

ATA DA 68ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Paulo Davim, Vanessa Grazziotin, Sérgio Petecão, Sérgio Souza, Magno Malta, Eduardo Lopes e Osvaldo Sobrinho. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque, conforme Memo GSCB Nº 12-262/2013. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 67ª Reunião, que é dada por aprovada. A Senhora Presidenta faz a leitura dos expedientes da Comissão e tece suas considerações iniciais. Passa-se à apreciação da **Pauta Deliberativa**. O Senhor Senador Eduardo Lopes suscita questão de ordem, em relação ao descumprimento do art. 266, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, questionando a Senhora Presidenta o motivo pelo qual o processado do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006 não foi enviado para a Mesa do Senado Federal, uma vez que há requerimento de autoria do Senador Eduardo Lopes para a sua anexação ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, *reforma do Código Penal Brasileiro*, conforme ofício OF. SF/2426/2013, de 20 de novembro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal Senador Renan Calheiros. A Senhora Presidenta decide, indeferindo a questão de ordem do Senador Eduardo Lopes, nos termos do art. 405 do RISF, e faz uso das prerrogativas do art. 89, incisos I e V, ambos do RISF, uma vez que o Projeto de Lei da Câmara 122 de 2006, estava pautado para a 68ª Reunião Extraordinária da CDH. **Item 1. Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006** – Não Terminativo – Autoria: Deputada Iara Bernardi. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Relatoria: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Adiado. **Item 2. Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2009** – Terminativo – Autoria: Deputado Pompeo de Mattos. Dispõe sobre a reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher responsável pelo sustento da família, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Relatoria: Senador Magno Malta. **Resultado:** Adiado. **Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009** – Terminativo – Autoria: Senador Raimundo Colombo. Altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Relatoria: Senador Aníbal Diniz. **Resultado:** Adiado. **Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2009** – Terminativo – Autoria: Senador Marcelo Crivella. Estende os benefícios financeiros do “Programa Bolsa Família” para os casos de adoção de criança desvalida, asilada ou abrigada, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da

Emenda (Substitutivo) que apresenta. Relatoria: Senador Humberto Costa (Substituído por *Ad hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy. **Resultado:** Adiado. **Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011** – Terminativo – Autoria: Senadora Angela Portela. Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por *Ad hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy. **Resultado:** Adiado. **Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011** – Terminativo – Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE. Relatoria: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Adiado. **Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2011** – Terminativo – Autoria: Senador Humberto Costa. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo “situação de vulnerabilidade temporária” de que trata o seu art. 22. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Relatoria: Senadora Angela Portela. **Resultado:** Adiado. **Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011** – Terminativo – Autoria: Senador Vital do Rêgo. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Relatoria: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Adiado. **Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011** – Terminativo – Autoria: Senador Humberto Costa. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Relatoria: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Adiado. **Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011** – Terminativo – Autoria: Senador Vital do Rêgo. Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Relatoria: Senador Paulo Davim. **Resultado:** Adiado. **Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2009** – Terminativo – Autoria: Senadora Marisa Serrano. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Relatoria: Senador Magno Malta. **Resultado:** Adiado. **Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2010** – Terminativo – Autoria: Senador Flávio Arns. Altera o art. 2º da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para incluir entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) estudantes com deficiência, residentes em área urbana e rural, e alunos do ensino médio e da educação especial matriculados em estabelecimentos localizados fora de seu município de residência. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Adiado. **Item 13. Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2011** – Terminativo – Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR. Relatoria: Senador Roberto Requião. **Resultado:** Adiado. **Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011** – Terminativo – Autoria: Senador Gim. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Adiado. **Item 15. Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2012** – Terminativo – Autoria: Senador Eduardo Lopes. Altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou

incapacitantes, nas condições que especifica, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Tramitação: Terminativo nesta CDH. Relatoria: Senador Paulo Davim. **Resultado:** Adiado. **Item 16. Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012** – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. Relatoria: Senador Humberto Costa. **Resultado:** Adiado. **Item 17. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012** – Terminativo – Autoria: Senador Ciro Nogueira. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Relatoria: Senador Gim. **Resultado:** Adiado. **Item 18. Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2012** – Terminativo – Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Relatoria: Senador João Capiberibe. **Resultado:** Adiado. **Item 19. Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2013** – Terminativo – Autoria: Senador Gim. Altera a Lei nº 9.049, de 8 de maio de 1995, para permitir o registro da condição de “pessoa com deficiência” no documento pessoal de identificação. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Relatoria: Senador Eduardo Lopes. **Resultado:** Adiado. **Item 20. Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2009** – Não Terminativo – Autoria: Deputado Sandro Mabel. Obriga a feitura de curso de treinamento para o cargo de Conselheiro Tutelar. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Relatoria: Senador Eduardo Lopes. **Resultado:** Adiado. **Item 21. Sugestão nº 1, de 2013** – Não Terminativo – Concede incentivos fiscais, econômicos e creditícios para o desenvolvimento de atividades sustentáveis. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro e outros. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Relatoria: Senador Anibal Diniz (Substituído por *Ad hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado apresentado, para que passe a tramitar como proposição desta CDH. **Item 22. Sugestão nº 6, de 2013** – Não Terminativo – Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro e outros. Dispõe sobre o atendimento psicológico ou psicopedagógico para estudantes e profissionais da educação. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Relatoria: Senador João Capiberibe. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado apresentado, para que passe a tramitar como proposição desta CDH. **Item 23. Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2009** – Não Terminativo – Autoria: CPI – Pedofilia – 2008 (CPIPED). Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 (Lei de Prisão Temporária), nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, quando cometidos contra criança, e dá outras providências. Relatório: Favorável ao Projeto, com 5 Emendas que apresenta. Relatoria: Senador Magno Malta. **Resultado:** Adiado. **Item 24. Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2009** – Não Terminativo – Autoria: Senador Paulo Paim. Estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor oriunda da relação de educação. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** Adiado. **Item 25. Projeto de Lei do Senado nº 753, de 2011** – Não Terminativo – Autoria: Senador Aécio Neves e outros. Altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para incluir as entidades dedicadas à proteção dos direitos de crianças e adolescentes entre os agentes legitimados para propor a ação civil pública. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Relatoria: Senador Magno Malta. **Resultado:** Adiado. **Item 26. Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2012** – Não Terminativo – Autoria: Senador Paulo Paim. Acrescentam-se o inciso VIII ao § 1º do art. 10 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e o § 4º ao art. 19 da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968 (Lei da Ação de Alimentos), para impedir a prisão do idoso devedor de obrigação alimentícia. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Relatoria: Senador Humberto Costa. **Resultado:** Adiado. **Item 27. Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2013** – Não Terminativo – Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Dispõe sobre a transferência direta de recursos aos beneficiários do Programa Bolsa Família para aqui-

sição de material escolar. Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro Emendas que apresenta. Relatoria: Senador Anibal Diniz. **Resultado:** Adiado. **Item 28. Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2013** – Não Terminativo – Autoria: Senador Magno Malta. Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro – CTB, estabelecendo que fica facultado aos jovens entre 16 e 18 anos a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, concluindo pela rejeição do Projeto. **Item 29. Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2013** – Não Terminativo – Autoria: Senador Paulo Paim. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –, para elevar o limite da renda familiar que enseja o recebimento do benefício de prestação continuada. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Relatoria: Senador Eduardo Suplicy. **Resultado:** Adiado. **Item 30. Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2013** – Não Terminativo – Autoria: Senador Ciro Nogueira. Acrescenta o art. 24-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para impor ao poder público o dever de coletar informações biométricas e de material genético dos pais e parentes das crianças desaparecidas ou em situação de risco, e das crianças e adolescentes em processo de adoção ou em situação de risco, cujas famílias não sejam conhecidas, reunindo-as em um banco de dados nacional de perfis genéticos e biométricos. Relatório: Favorável ao Projeto. Relatoria: Senador Roberto Requião. **Resultado:** Adiado. **Item 31. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 118, de 2013.** Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado, que seja realizada audiência pública destinada à discussão do agronegócio, dos pequenos agricultores e dos trabalhadores rurais. Para tanto, solicito que sejam convidados o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministro do Desenvolvimento Agrário, Elio Neves – Presidente da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, representante da Confederação Nacional da Agricultura, Diego Moreira, da Via Campesina, e José Maria de Almeida, da CS CONLUTAS – Central Sindical e Popular. Autoria: Senador Roberto Requião e outros. **Resultado:** Aprovado. **Item 32. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 113, de 2013.** Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para tratar de assunto referente aos ocorridos nas Comunidades Jatuarana, São Francisco do Mainã e Santa Luzia do Tiririca, conforme a Audiência que tivemos em Brasília nesta mesma Comissão sobre o conflito entre as referidas comunidades e o Exército. As denúncias dão conta de que Exército estaria descumprindo o acordo que foi feito na referida Audiência Pública do dia 28 de maio de 2013 nessa Casa, gerando conflitos. Segue a íntegra da denúncia recebida: 1. Intimidação de ribeirinhos a assinarem um Requerimento referente à regularização fundiária; 2. Após reunião tentaram denegrir a imagem do Ministério Público Federal e Comissão Pastoral da Terra; 3. Ameaça a Ribeirinhos, condicionando a regularização dos lotes ao cumprimento das determinações do Comando Militar, sob a ameaça de expulsão dos mesmos; 4. A não assinatura do Referido Requerimento implica na não participação no Programa Luz Para Todos, consequentemente não teriam acesso à energia elétrica; 5. Foi realizada a visita pelo Exército aos lotes para demarcação em cima de um Título Definitivo, ou seja, gerando conflito com os ribeirinhos que têm o Título. Isso ocasionou o fato dos Ribeirinhos terem expulsado o exército da região, o que aprofundou o conflito nas Comunidades. Sugiro que sejam convidados os seguintes especialistas: 1. Procurador da República Júlio José de Araújo (Responsável pelo Inquérito Civil nº 1.13.000.001253/2004-29); 2. Marta Valéria Cunha Sponton – Coordenadora Regional da CPT – Amazonas; 3. General de Exército Villas Bôas 12ª Região Militar de Manaus, Comandante Militar da Amazônia; 4. Coronel Batista – 12ª Região Militar de Manaus. Autoria: Senador João Capiberibe. **Resultado:** Aprovado. **Item 33. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 114, de 2013.** Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater a situação da República Saharaui e apoio à campanha internacional de solidariedade aos povos saharauis em decorrência do processo de colonização daquele País, ocasionando 526 desaparecidos e o assassinato de civis por forças militares marroquinas. Sugiro sejam convidadas as seguintes autoridades: Hach Ahmed – Ministro para América Latina y El Caribe da República Saharaui; Mohamed Laarosi Bahia – Embaixador da República Saharaui no Brasil; Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinheiro – Ministério das Relações Exteriores – Subsecretário-Geral Político III; Laura Dauden – Jornalista autora do livro Nem Paz Nem Guerra/Sahara Ocidental. Autoria: Senador João Capiberibe. **Resultado:** Aprovado. **Item 34. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 112, de 2013.** Requer a realização de Audiência Pública na Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, para ouvirmos os membros da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do

Distrito Federal. A Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do DF tem por objetivo apurar casos de violações de direitos humanos praticados contra jornalistas do país durante a ditadura militar. A Comissão da Verdade do SJDF irá apresentar seu relatório com importantíssimos depoimentos. Sugerimos que sejam convidados: Hélio Doyle; Armando Rollemberg; Evandro Fonseca Paranaguá; Chico Sant'Anna; Moacyr de Oliveira Filho; Jarbas Silva Marques; Sônia Carneiro; Romário Schettino; Alexandre Ribonde. Autoria: Senador João Capiberibe. **Resultado:** Aprovado. **Item 35. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 115, de 2013.** Requeiro o envio de uma MOÇÃO DE APOIO da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, aos dirigentes titulares do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio, do Ministério do Meio Ambiente – MMA, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, da Ouvidoria Agrária Nacional e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, manifestando posicionamento favorável à criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) da Região de Luciara, Mato Grosso, como forma de promover o desenvolvimento sustentável da região e solucionar os conflitos de terra envolvendo grilagem de terras e invasão de territórios tradicionalmente ocupados por populações de “retireiros”. Solicito que o envio da MOÇÃO seja acompanhada da disponibilização dessa CDH no apoio para a conclusão dos estudos técnicos e dos procedimentos institucionais necessários a criação oficial da RDS. Autoria: Senador João Capiberibe. **Resultado:** Aprovado. **Item 36. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 116, de 2013.** Requeiro uma DILIGÊNCIA para in loco averiguar a atuação do poder público no andamento das providências relacionadas à tragédia, que ocorreu no dia 27 de janeiro de 2013 na Boate Kiss, na Cidade de Santa Maria –RS; bem como tomar conhecimento de novas providências que poderão ser realizadas pelo Senado Federal, especialmente, da Comissão de Direitos Humanos – CDH, em prol das famílias dos vitimados da referida tragédia e na prevenção de novos acidentes dessa natureza. Autoria: Senador Paulo Paim e outros. **Resultado:** Aprovado. Às dez horas e quarenta e dois minutos a Senadora Ana Rita passa a presidência dos trabalhos para o Senador Eduardo Suplicy. **Item 37. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 117, de 2013.** Requer a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater a Convenção da Haia, com a presença dos seguintes convidados: Ministra Maria do Rosário, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA. Item 38. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 119, de 2013.** Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a pessoa com deficiência e os desafios da integração na sociedade contemporânea, com a presença dos seguintes convidados: 1. Andréa Pontes, Paracanoísta e Advogada; 2. Representante do Projeto Deficiente Visual na Trilha; 3. Ayres Pereira das Neves Júnior, Diretor da Secretaria de Controle Interno do Senado Federal; 4. Thiago Cortez Costa, Assessor Especial da Secretaria de Transparência do Senado; e 5. Ilana Trombka, Diretora-Geral Adjunta do Senado Federal. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. **Item 39. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 120, de 2013.** Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, sobre a descoberta de ossadas que podem pertencer a desaparecidos políticos e integrantes da Guerrilha do Araguaia. A descoberta das ossadas ocorreu em 2002 no prédio “Forte do Castelo”, que pertenceu ao Exército do Brasil. O recolhimento e desaparecimento das ossadas teriam sido feitos pelos ex-agentes do DOI-CODI José Magno Borges e Armando Souza Dias e pelo policial militar do DF Walter Dias de Jesus. Solicito que seja realizada em Dezembro de 2013. Sugiro que sejam convidados os seguintes representantes: 1. Paulo Fontelles Filho – Comitê Paraense pela Memória, Verdade e Justiça; 2. Wilson Roberto Trezza – Diretor da ABIN; 3. José Carlos Dias e Maria Rita KEHL – Responsáveis pela Guerrilha do Araguaia na Comissão Nacional da Verdade. Autoria: Senador João Capiberibe. **Resultado:** Aprovado. Às dez horas e quarenta e nove minutos o Senador Eduardo Suplicy devolve a presidência dos trabalhos a Senadora Ana Rita. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Magno Malta, Eduardo Lopes, Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Randolfe Rodrigues, Wellington Dias e João Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **ANA RITA**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 68ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 67ª Reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O Senador João Capiberibe pediu para inverter a pauta, mas ele não está aqui agora, porque ele foi assinar a presença e abrir a CDR. Façam um contato com ele para vir aqui para poder estar presente. É o item 32 da pauta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Só um minutinho, Senador Magno Malta.

Enquanto o Senador João Capiberibe não chega, porque ele tem que presidir uma audiência pública e pediu para inverter a pauta, antes de ele chegar, eu vou conceder a palavra ao Senador Magno Malta e, em seguida, nós iremos aqui iniciar a pauta da Ordem do Dia.

Senador Magno Malta.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Pela ordem, também.

Na verdade, pode ser até uma questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Srª Presidente, a minha palavra era só para a gente iniciar a pauta mesmo, uma vez que o Senador Capiberibe não está; para a gente iniciar a pauta e a gente iniciava com o Senador Paim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está certo.

Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Vamos dar início, para a gente aguardar o Relator do item 1.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A nossa pauta aqui hoje tem 37 itens, e nós queremos dar vazão a esses projetos. Uma boa parte é de projetos terminativos e outros são não terminativos. Nós vamos seguir a ordem da pauta e queremos contar aqui com a presença dos membros desta Comissão, especialmente no momento de votar os projetos terminativos.

Então, vamos ao item 1, PLC 122, página 25.

O substitutivo do item 1 está avulso porque houve uma modificação no substitutivo e será lido posteriormente pelo Relator.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, de 2006

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Autoria: Deputada Iara Bernardi

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, este PLC 122 está tramitando entre Câmara e Senado há uns 11 anos e, na Presidência desta Comissão, depois de dialogar com praticamente todos os Senadores, não houve entendimento de quem deveria ficar com a relatoria. Buscando o fim desse impasse e querendo contribuir para uma aprovação de uma redação que fosse construída com dez, vinte, trinta, cem, duzentas mãos, nós assumimos a relatoria. A partir daí, comecei a dialogar com todos os setores na busca de um entendimento.

Não houve um entendimento com todos os setores como eu gostaria que acontecesse. A partir daí, conversei com a minha Bancada, fizemos contato com inúmeros setores e apresentei um relatório.

No dia que eu ia ler o relatório aqui, nesta Comissão, a Presidenta resolveu tirá-lo de pauta mediante o apelo de Líderes. E assim ela fez. Não fui eu quem retirei de pauta; foi a Presidenta que retirou mediante o pedido dos Líderes. Não foi uma decisão de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o seu aval. Com o seu aval. Só para esclarecer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É claro, Presidenta. Eu sou o Relator da matéria e ninguém vai me tirar a relatoria. Eu estou dentro do prazo regimental.

V. Exª retirou a matéria de pauta a pedido dos Líderes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Naquela sessão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Exatamente. V. Exª retirou a matéria de pauta a pedido...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Naquela reunião.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sim, Presidenta. Eu não estou dizendo nada além disso. Se a senhora me deixar falar eu falo, se não eu lhe passo a palavra e...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não, é só para esclarecer. Desculpe, Senador. Pode continuar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tudo bem, mas um dos dois fala: ou eu ou a senhora. Quem é que fala? Quer relatar?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Relator é o senhor, com certeza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, deixe-me falar. Se não der a palavra para o Relator vai dar para quem?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está certo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aí é difícil!

Pois bem. A pedido dos Líderes, naquela reunião, a Presidenta retirou a matéria de pauta.

Qual foi a justificativa que os Líderes deram naquele momento sobre o relatório que eu ia ler?

Disseram os Líderes... E não teve um Líder, não teve um, nem do nosso Partido, nem do PT, do nosso Partido, que defendeu que a matéria fosse votada. Isso tem que ficar muito claro para todos os setores, porque tem gente que faz um discurso para fora e outro para dentro, quer ficar bem na foto, e na verdade não assume posições. *(Palmas.)*

Eu conheço muito bem esse jogo, estou há quase 30 anos nesta Casa. Esse jogo eu conheço. E não me tirem para bobo. Quando assumi a relatoria desse projeto, eu sabia da responsabilidade. Eu sabia muito bem o que representava esse projeto. Fiz de tudo. Construí uma linha para que se combata o ódio, a intolerância, a agressão e o desrespeito às pessoas em todos os sentidos: negro, índio, religioso, orientação sexual. Enfim, é um projeto global, que beneficia a todos.

Tive a coragem que muita gente não teve. Assumi, e o meu relatório está divulgado para todo o País. Não há quem não conheça o relatório. Então, se alguém está recuando na discussão não é aqui não. Quem está recuando é o outro lado da rua. E eu disse que ia dizer aqui quando me provocaram. E cada um tem que assumir a sua responsabilidade.

Pois bem, me procuraram essa semana de novo. Eu vou dar o nome aqui de um por um. Comigo não tem meio-termo. Estou tão cheio quanto o Walter Pinheiro de muita coisa que vem acontecendo e da sacanagem por baixo do pano. Tão cheio quanto o Walter Pinheiro. Talvez este projeto seja o momento de eu tomar uma decisão que talvez tenha que tomar devido à sacanagem que estão fazendo de dizer uma coisa, fazer outra e depois querer jogar depois nas costas do Relator.

O Relator apresentou o seu projeto!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É, eu apresentei. Para o mal ou para o bem, eu apresentei. E a sociedade toda sabe.

Agora, o que aconteceu? Esta semana... Vou dar o nome aqui, de um por um. Pena que não tenha aqui.

O Senador José Pimentel, que é Líder do Governo na Casa – a não ser que se mudou o Líder. Se mudou o Líder me digam...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Do Congresso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Líder do Congresso, do Governo, me procurou e disse o seguinte: "Paim, nós íamos ter uma reunião na terça-feira com o Gilberto Carvalho e com a Maria do Rosário para discutir esse tema." Para tentar construir um ajuste ainda no tema. Eu digo: tudo bem.

Chegou na terça, infelizmente morreu o nosso querido Marcelo Déda. Com a morte do Marcelo Déda, Pimentel me disse que o Gilberto Carvalho, Secretário-Geral da Presidência da República, pediu a ele: peça para o Paim... E não foi só o Pimentel. O Líder do PT também, Wellington Dias, e também o Walter Pinheiro. Os três me procuraram. "Peça para o Paim porque nós queremos ter uma reunião lá na Presidência com ele e com os setores para ajustarmos a votação do projeto de forma definitiva."

Esse pedido não fui eu quem fiz a ninguém. O pedido veio dessas três pessoas que aqui eu falei.

Eu não escondo dados, eu sou contra o voto secreto e qualquer malandragem secreta. Vou diretamente ao assunto.

Os três pediram que na quinta-feira eu esteja lá no Gilberto. Estou dando o nome das pessoas, pessoal. Fofoca por fora não me interessa. Eu estou dando o nome das pessoas: Wellington Dias, Líder do PT e do Bloco, José Pimentel, Líder do Governo, e Walter Pinheiro, Senador da República e Vice-Líder do PT.

Eles me pediram: "Paim, nós queremos dar uma olhada no projeto. Que nós possamos nos sentar nesta quinta-feira. Nós sabemos que o projeto avança, mas queremos fazer uma discussão maior com outros setores de Governo. Estamos pedindo para ti, a partir desses três companheiros do Partido dos Trabalhadores, que haja essa reunião primeiro, antes da leitura do projeto e antes da votação."

Esse foi o pedido que eles me fizeram, Presidenta.

Fui aqui muito transparente; mais transparente impossível. O meu projeto está divulgado, o nosso relatório está divulgado, lido. Fiz uma alteração e agora está nesse impasse.

Eu gostaria muito, muito mesmo, que o nosso querido José Pimentel estivesse aqui. Eu gostaria até, se ele estiver nos ouvindo, José Pimentel, pela relação direta que temos, que venha aqui ao plenário. O meu Líder, Wellington Dias, pela relação direta que nós temos, que V. Ex^a venha aqui ao plenário. E o meu querido líder sempre, Walter Pinheiro, que venha também ao plenário e diga se o que estou dizendo aqui é fato ou não é.

Esse projeto está há dez, onze, doze anos. Acho que está no momento de resolvermos definitivamente essa questão, com uma redação que atenda efetivamente todos os setores. Ninguém, como eu digo, que é do bem pode ser favorável ao ódio, à violência, à intolerância, à agressão e até ao assassinato de pessoas. (*Palmas.*)

Eu sei que essa redação nos une. Se essa redação nos une, Presidenta, atendendo pedido desses três, é que queremos ter essa reunião na quinta-feira.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Presidente, eu preciso fazer um registro...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Apesar do esforço do nosso Relator, Senador Paulo Paim, nós conversamos várias vezes no plenário sobre esse tema, mas, apesar desse esforço para construir esse relatório que venha a convergir, tenho que levantar a questão de um trâmite que está sendo desrespeitado aqui, creio eu, e vou buscar essa informação pela própria Comissão. Alguma coisa realmente, como o Senador Paulo Paim falou, alguma coisa estranha está acontecendo. Porque, no dia 20, quando foi decidido aqui com os Líderes, como foi citado, que seria retirado de pauta o projeto, para que nós o estudássemos e conversássemos, estranhamente o projeto retornou para a pauta. Acho que, se os Líderes decidiram, com a anuência do Relator, que era para ser retirado para conversarmos, creio que só poderia voltar com a anuência dos próprios Líderes. Não poderia voltar por voltar, não é automático. Não é um processo automático voltar para a pauta.

Muito bem. Retirado de pauta no dia 20, entrei com requerimento – está aqui o requerimento na minha mão –, datado do dia 20 de novembro, que pede o apensamento desse projeto à Comissão que está estudando o Código Penal.

Então, para esse PLC nº 122, existe um requerimento na Mesa, de apensamento para a Comissão do Código Penal.

Eu apresentei à Mesa, perguntei à Secretária da Mesa, e nós iríamos votar no mesmo dia esse requerimento, inclusive com a concordância unânime dos Líderes. A informação que recebi foi a de que teria de chegar o processado para poder votar o requerimento. Passou-se uma semana; na quarta-feira, dia 27, encontrei a senhora no corredor, acompanhada de uma assessora, e perguntei... Melhor, desculpe, não foi votado naquele dia aguardando o processado. Na quarta-feira, dia 27, eu chego à Secretária: "Vamos votar o requerimento hoje?" Ela disse que o processado não havia chegado ainda. Eu disse que já havia uma semana: "Eu pedi; foi solicitado pela Mesa à Comissão o processado, e o processado não chegou ainda." Uma semana. Encontrei a Senadora no corredor e perguntei à nossa Presidente: "Presidente, o processado não chegou à Mesa ainda e a senhora disse desconhecer o requerimento para levar o processado à Mesa para nós votarmos o requerimento que tira esse projeto de uma vez por todas da Comissão e da pauta aqui, porque é um assunto para o Código Penal.

Então, das duas, uma. Eu quero esta informação da Comissão: existe esse requerimento da Mesa pedindo esse processado ou não? Porque é temerário esse trâmite que está acontecendo aqui na Comissão. Se existe um requerimento, ainda que o Senador Paulo Paim não tivesse disposição nenhuma para tirar o projeto hoje e ainda que as galerias estivessem gritando, aqui, para se votar o projeto, independentemente de mérito ou da posição de cada um, ele não poderia ser votado, ao meu entender. Se existe um requerimento, pedido de apensamento, e esse requerimento não foi votado, como é que o projeto volta para a pauta para ser votado aqui? Então, é temerário isso. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – É temerário. Então, eu quero as informações da Mesa...

(Manifestação da plateia: "Arquiva! Arquiva!")

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Agora, o processado tem de chegar hoje, para nós votarmos hoje o requerimento. E, uma vez votado o requerimento, que eu tenho certeza de que vai ser aprovado, o projeto vai ser apensado à Comissão de Código Penal, o relatório vai ser emitido pela Comissão do Código Penal e o assunto vai ser tratado como tem de ser tratado.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu vou pedir ao pessoal...

(Manifestação da plateia: "Vota! Vota!")

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu vou pedir silêncio.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Eu estou com a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Por favor, gente. Eu vou pedir silêncio.

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu vou pedir silêncio para podermos conduzir a nossa reunião.

Só um minutinho.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Eu estou com a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Conclua, Senador Eduardo Lopes, porque, em seguida, eu preciso fazer aqui os esclarecimentos que V. Exª está pedindo.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Eu quero as informações, porque a informação da Secretaria da Mesa é de que o processado foi solicitado...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Quem vai emitir as informações, aqui, sou eu, como Presidenta desta Comissão. **(Palmas.)**

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – O.k. Mas eu quero a informação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Lopes, só para esclarecer V. Exª.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Então, eu quero um esclarecimento, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com certeza.

V. Exª entrou com um requerimento na Mesa do Senado, solicitando que haja um apensamento deste projeto ao Código Penal. A Mesa do Senado já encaminhou essa solicitação para a Comissão de Direitos Humanos para que proceda ao encaminhamento do processado. Assim que o processado chegar à Mesa do Senado, será votado o requerimento apensado por V. Exª.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – E qual a data?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador, se V. Exª permitir, eu preciso explicar.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Não, eu preciso da informação completa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu vou dar a informação. Se V. Exª me respeitar, eu consigo falar.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Claro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, olha só, esta Comissão...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Mas V. Exª considera que eu a estou desrespeitando?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Na reunião anterior desta Comissão, conforme foi relatado pelo Senador Paulo Paim, Relator da matéria, os Líderes partidários, de forma surpreendente, nos abordaram, aqui, durante os trabalhos da Comissão – não houve nenhuma conversa antes; não houve nenhum pedido antes –, surpreendentemente, alguns Senadores, e parte deles do meu Partido, solicitaram que retirasse da pauta. Eu só fiz isso porque tive a anuência do Relator. Porque, se eu não tivesse a anuência do Relator, eu não teria retirado da pauta daquele dia.

E, aí, eu explico a V. Exª: eu retirei da pauta daquele dia. Eu não retirei da pauta definitivamente.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Mas não foi esse o acordado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu retirei da pauta daquele dia.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Não foi esse o acordado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador, estou presidindo esta reunião e solicito a V. Exª que me escute neste momento.

Eu retirei da pauta daquele dia e mantive na pauta para que ele fosse votado na reunião seguinte.

Posteriormente a isso, eu tive uma conversa com a minha Bancada, no mesmo dia, durante a reunião que acontece todas as terças-feiras, ao meio-dia, e informei à minha Bancada que o projeto permanecia na pauta e que nós iríamos votá-lo na próxima reunião, que é a reunião de hoje. Ele continua na pauta; ele não foi retirado permanentemente. Ele foi retirado naquele dia para que nós pudéssemos dialogar, a pedido dos Líderes, inclusive do Líder Wellington Dias, do Senador Walter Pinheiro, que me abordaram e pediram para retirar.

Na verdade, o Senador Walter Pinheiro falou em nome do Líder, Wellington Dias. O Wellington Dias não me pediu para retirar por telefone e nem pessoalmente. Atendi um apelo vindo do Senador Walter Pinheiro, que falou em nome do Líder e outros Líderes que estavam aqui, e V. Ex^a também estava presente naquele dia.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Estava.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, a pedido de Líderes, retiramos da pauta daquele dia. Mantive na pauta para ser votado na sessão seguinte, que é esta que está acontecendo hoje.

Eu informei à minha bancada, no mesmo dia, na terça-feira, com a presença do Senador Paulo Paim, que o projeto estaria mantido na pauta e ele está mantido.

Quero dizer ainda que, pela orientação de voto da Liderança do PT, que orienta o Bloco de Apoio ao Governo, estou com a orientação de voto e diz o seguinte: a AGU é favorável ao projeto, o Ministério da Defesa não tem nada a opor, o MEC é favorável ao projeto, o Ministério da Justiça é favorável ao projeto e o Ministério do Trabalho e Emprego é favorável ao projeto. *(Palmas.)*

Portanto, a informação que chega verbalmente, por alguns Parlamentares, de que a Casa Civil é contra, de que a Secretaria de Relações Institucionais é contra, de que a Secretaria da Presidência da República quer sentar para conversar, quero informar a vocês que nenhum Ministro, nem da Casa Civil, nem da Secretaria de Relações Institucionais e nem da Secretaria da Presidência da República ligou para esta Presidência pedindo qualquer tipo de conversa. Ninguém me ligou. *(Palmas.)*

Portanto, estou seguindo a orientação do Governo, que é uma orientação para todo o Bloco de Apoio ao Governo, e é isso que está escrito aqui e é dessa forma que estou procedendo.

Minha pergunta ao Relator agora.

Quero solicitar ao Senador Paulo Paim se ele está pedindo retirada de pauta ou se ele está pedindo adiamento de votação, porque este projeto não é terminativo nesta Comissão, ainda vai passar por outras comissões, terá oportunidade de ser debatido em outras comissões e ser debatido no plenário, ele não é terminativo. O nosso apelo aqui, Senador Paulo Paim, é que façamos a leitura do relatório e, se for da conveniência dos Senadores, peçam vista, mas seria muito bom que o relatório fosse lido hoje, para que o conteúdo do relatório fosse do conhecimento de todas as pessoas, e não apenas dos Senadores, mas aqui nós temos um público muito grande. *(Palmas.)*

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Pela ordem, Sr^a Presidente! Pela ordem!

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Primeiro, quero ouvir o Senador Paulo Paim. *(Manifestação da plateia.)*

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Salvaguarda... *(Manifestação da plateia.)*

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Pela ordem!

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço silêncio ao plenário.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Pela ordem! *(Soa a campainha.)*

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Pela ordem, Presidente!

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador, eu fiz uma pergunta...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Eu mantenho o meu entendimento. Creio que não podemos ler o relatório e nem votar enquanto não for votado o requerimento. Tem 15 dias que foi pedido o... Não me deram a data de quando foi pedido o processado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vou pedir à Secretaria para me informar. A Secretaria vai me informar.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Quando que a Mesa pediu o processado? Creio que é temerário isso. Enquanto não for decidido pela votação do requerimento no plenário, esse relatório não pode ser lido e nem votado aqui na Comissão.

(Manifestação da plateia.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr^a Presidente...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES. *Fazendo soar a campainha.*) – Silêncio.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES. *Fazendo soar a campainha.*) – Vou solicitar ao Senador Paulo Paim primeiro, depois vou conceder a palavra ao Senador Magno Malta.

Primeiro, quero saber do Senador Paulo Paim qual é a solicitação dele: se ele está pedindo retirada de pauta ou se ele está pedindo adiamento de votação.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Calma! Calma, pessoal! Calma! Calma pessoal! Pessoal, tenham claro o seguinte: aqui ninguém ganha no grito, nem Pedro, nem Paulo e nem João, ninguém ganha no grito, não existe isso. (**Palmas.**)

Segundo, pessoal, quero de novo aqui, de público, dirigir-me ao Líder do Governo no Congresso, Senador José Pimentel, com o qual falei ainda ontem à tarde, ele fez contato com a Secretaria-Geral da Presidência e pediu que houvesse mais uma reunião na quinta-feira, antes do parecer final.

De qualquer jeito, com vista ou sem vista, o projeto – a Presidência vai orientar ao Plenário – não será votado hoje. Isso a Presidência vai orientá-los. Com vista ou sem vista... É um direito regimental que alguém vai pedir.

O que a Secretaria-Geral da Presidência, e não a Casa Civil, via o Líder José Pimentel, pediu é que houvesse uma reunião, para tentar uma última alternativa de entendimento, nessa quinta-feira.

Estou falando para a TV Senado, para todo o Brasil: o Líder do Governo no Congresso, o nosso querido Senador José Pimentel, me falou, ainda ontem, no plenário. E, na minha frente, falou com a Secretaria-Geral da Presidência da República. Então, estou percebendo qual é o jogo malandro que está havendo aqui. Quem fica com a bomba no colo. Isso aqui não é uma bomba. É um projeto que trata de vida, de direitos humanos. (**Palmas.**)

Não podemos levar para esse campo.

Eu quero, mais uma vez, me socorrer aqui para sairmos desse impasse. O que o Plenário tem que saber é isto: independente do que vai acontecer, a matéria não será votada, porque o Plenário tem direito a pedir vista do projeto. Então, não será votado.

O que a Secretaria-Geral está pedindo... Quero repetir de novo, não sou louco para estar assumindo essa responsabilidade em público. O Líder do Governo José Pimentel pediu para mim que houvesse essa chance de construir um entendimento na quinta-feira, que houvesse uma reunião.

Leia-se, de passagem, que, quando a Presidenta aqui falou da reunião da Bancada, e falou corretamente, estava ajustado que essa reunião na busca de um entendimento seria na terça-feira. E a Presidenta concordou. Todos nós concordamos. O que aconteceu? Essa reunião, infelizmente, com o falecimento do Déda, repito, foi adiada para quinta-feira. O José Pimentel, ainda ontem, no plenário me confirmou isto, que havia esse interesse.

O que não pode aqui, nesse plenário, ficar é isto: quem quer adiar e quem quer votar. Essa não é a questão que está em jogo. Aqui, neste plenário, tem que ficar claro quem quer construir uma lei e aprová-la e quem quer jogar para a torcida. Eu não jogo para torcida nem de a nem de b. Quando assumi essa responsabilidade, e é uma responsabilidade política social, assumi ao longo dos meus 30 anos de mandato e de quem tem uma relação muito clara com todo mundo, tanto com os evangélicos quanto com a comunidade LGBT. E uma relação muito clara, muito mais do que vocês possam imaginar, com ambos. E é em respeito a ambos que atendi ao apelo do Líder José Pimentel, que pediu para mim que déssemos, ainda esta semana, já que ele sabe, regimentalmente, que a matéria não tem nenhuma chance de ser votada hoje.

Então, é esse entendimento que teremos que construir aqui, sem querer alguém achar que é melhor que alguém. Aqui não tem não. Eu, desde que votava no movimento sindical, tinha um discursinho bobo de quem era pelego e quem era combativo. Depois, ao longo da caminhada, vi que muito combativo era mais pelego do que aqueles que eram pelegos. Isso eu aprendi na vida.

Aqui tenho compromisso com essa lei que eu redigi. É em cima dessa ideia, que passei para todos vocês, que quero construir um entendimento, na linha do combate à intolerância, ao ódio, à violência contra seres humanos. Esse é o objetivo.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte, Senador Paulo Paim?

Tendo em vista tudo que foi observado, eu tendo sido testemunha dos diálogos que V. Exª inclusive teve com os Senadores Magno Malta e Eduardo Lopes, que informaram que chegaram a um entendimento com V. Exª, e tendo agora havido esse apelo por parte da Secretaria-Geral da Presidência para mais uma reunião nesta quinta-feira, fico me perguntando se não poderia o Senador Eduardo Lopes aguardar o resultado dessa reunião, que, pela própria disposição de V. Exª, deve ser uma reunião em que se dará continuidade a um aperfeiçoamento de redação neste ou naquele artigo, e possivelmente chegemos a um entendimento, talvez até consensual.

Quero cumprimentar seu esforço e analisar a possibilidade de, ouvindo todos, chegar a um entendimento, Quem sabe agora, com a chegada do Senador Wellington Dias, poderíamos...

Faço um apelo ao Senador Eduardo Lopes: vamos aguardar esse entendimento do qual S. Ex^a poderá participar para chegarmos a uma redação que apazigue os ânimos. É a sugestão que formulo, Presidenta Ana Rita, enaltecendo o esforço extraordinário que faz o Senador Paulo Paim, com toda sua experiência, tendo presidido esta Comissão por dois anos, abraçando a causa para chegar a um entendimento. Vamos colaborar nesse sentido.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Magno Malta está inscrito. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr^a Presidente, se me permitir, é só uma questão...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Eu também peço a palavra, Presidente.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Acho que, como colocou o Senador Paulo Paim, a discussão aqui não é quem vota ou não vota; a questão central que volto a citar é que existe um requerimento que deve ser votado. Então, hoje não se trata de votar ou não votar, pedir vista ou não pedir vista. Eu preciso desta informação: em que data a Secretaria-Geral da Mesa do Senado pediu o processado a esta Comissão? E já tem 15 dias. Aqui a data é 20 de novembro. Estamos hoje no dia 4 de dezembro. Que dia foi pedido o processado e por que o processado não chegou ainda à Mesa? Então, por um entrave, não podemos discutir essa matéria hoje, porque existe um requerimento.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador, o processado não foi encaminhado porque ela já estava na pauta. Eu já disse isto ao senhor: ele não foi encaminhado porque já estava na pauta.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – A Mesa me informou que foi pedido à Comissão o processado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A Mesa solicitou, e a Comissão não encaminhou por decisão desta Presidência porque já estava na pauta.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Espere aí. Mas o requerimento... Ele foi apresentado depois que foi retirado de pauta!

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não posso encaminhar um processado que já está na pauta, o Regimento me garante isso. Não posso encaminhar um processado quando já está na pauta.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Não. Não foi essa a informação que a Mesa disse.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Magno Malta e Senador Wellington Dias.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – E o requerimento, então?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O requerimento não precisa ser votado. Ele foi encaminhado, e o projeto está na pauta. Ele não será encaminhado. Ele só será encaminhado...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Não, não foi essa informação que recebi da Mesa.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... após apreciado pela pauta.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Não foi essa a informação que recebi.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – o requerimento é votado em plenário, Senador.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Em plenário, e o processado é solicitado à Comissão.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador, eu já esclareci...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Ele não estava em pauta, tinha sido retirado de pauta, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ele foi retirado naquele dia. Ele já estava na pauta.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Não vou aceitar não! Vamos para o plenário e vamos falar o que está acontecendo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador, na verdade, o projeto foi retirado de pauta naquele dia. Foi adiada sua votação, ele permaneceu na pauta.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sim, mas o requerimento entrou no mesmo dia em que ele foi retirado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O processado só pode...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Ele não estava em pauta.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador, o senhor não está me escutando.

Estou dizendo o seguinte: o processado só será encaminhado quando for votado aqui. Ele permanece na pauta, o projeto. Portanto, estou impedida de encaminhar o processado para a Mesa, para que o requerimento de V. Exª seja votado na Mesa. É isso.

Senador Magno Malta e Senador Wellington Dias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente, permita-me uma questão de ordem antes?

Eu falei tanto aqui no nome do Senador Wellington Dias, do Senador Pimentel e do Senador Walter Pinheiro. O Senador Wellington Dias, inclusive bati palmas quando ele chegou... Acho que, independentemente do que for encaminhado, temos que ter posições, e cada um assumir a palavra empenhada. Então, faço questão que o Senador Wellington Dias fale antes de qualquer outro processo de encaminhamento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Mas ouço, com o maior prazer, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Srª Presidente, acho que o bom senso é muito importante em todos os momentos; e nesse, então...

Mas eu, que conheço V. Exª mais do que todo mundo aqui – somos do mesmo Estado, da mesma cidade – quero dizer ao Senador Eduardo Lopes que não acredito em qualquer tipo de má-fé de V. Exª e nem de má-fé da assessoria. Mas nós conhecemos Regimento e sabemos o seguinte: deve ter havido algum erro de comunicação, porque, quando você entra com requerimento na Mesa dessa natureza e o processado é solicitado, independente de se ele está em pauta ou deixa de estar, o processado precisa ir. Eu não acredito em má-fé. Acredito em informações truncadas. Quando a Mesa solicita o processado, ele precisa ir.

Enquanto ele procura, Presidente... Presidente, eu queria falar. *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pode falar. Pode continuar, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – O nosso entendimento acerca dessa matéria, uma vez que o caminho é o Código Penal, até porque esta palavra que está tão banalizada, que foi tão banalizada, a palavra “homofobia” precisa ser tipificada no Código Penal, e o caminho é o caminho da proposição do novo Código Penal...

Dizia o Senador Paim – e nós que estamos há muito tempo na vida pública, não só aqui no Senado, sabemos – que há aqueles que jogam para a plateia, que no fundo se escondem, acreditam de uma outra forma, e dizem: “É porque o meu Partido decidiu assim, porque o meu Partido decidiu assim.” A razão pela qual nós estamos aqui nesse impasse e as coisas são depositadas só em uma conta, tipo, parece ser um “degladeio” de evangélicos contra grupos que defendem nas suas organizações GLBT no Brasil. Não é. Não é mesmo. Este plenário está cheio de católicos, de padres. Está aqui o Senador Petecão, que é católico, Senadores e Deputados Federais católicos, ortodoxos estão sentados aí, espíritas. Não é uma luta de evangélico.

Quando dizem: “O MEC é a favor e a CGU é a favor”, lembro que a sociedade civil é contra, Presidente. A sociedade civil é contra. **(Palmas.)**

Então, para nós, aqui não conta o que CGU fala, o que MEC fala. Eles falam no papel, mas, na prática, ninguém tem coragem de assumir posição. Ninguém tem coragem de assumir posição.

E aí eu vou defender o Senador Paim. Quer bem ou mal, gostem ou não gostem do relatório dele, ele fez o relatório. O relatório está apresentado. O relatório está apresentado.

E o nosso entendimento, e aí eu volto lá no princípio, Presidente, quando na sessão passada foi retirado de pauta, é que ele poderia voltar após esse entendimento da reunião de terça-feira, que não ocorreu pela morte do Déda, e ficou então para quinta-feira.

E aí eu quero corroborar com V. Exª, Senador Paim, porque o Senador Pimentel, o Senador Pinheiro, o nosso Líder do Bloco de Governo, Wellington Dias, disse: “Olha, vai ter uma reunião com a Secretaria de Governo, com o Gilberto Carvalho, para que nós encontremos um texto, um texto consensual, que verse sobre intolerância para que nós possamos” – para que nós possamos – “ir a Plenário sem ‘degladeio’”. Porque fora disso iremos a “degladeio”. Porque nós estamos plenamente conscientes.

Presidente, se nós estivéssemos certos de que esse texto viria aqui hoje para votar, aqueles que estão contra estariam aqui. Nós estamos prontos para derrotar. Nós estamos prontos para enterrar de vez. Só não o fizemos... *(Palmas.)*

Só não o fizemos, e eu disse só não o fizemos...

(Manifestação da plateia.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Só não o fizemos pelo entendimento...

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não é nada disso que vai acontecer aqui. Não tem gritaria que vai fazer eu mudar nada aqui.

Então, nós não o fizemos entendendo que estava acordado. E ontem à noite o Senador Pimentel me chamou novamente e disse: “Está acordado com a Secretaria da Presidência da República, amanhã sai de pauta e nós vamos discutir em reunião.” Pronto. Nós não... Os Senadores desta Comissão que estão nas outras Comissões certamente estariam aqui para votar. Então, é entendendo o pedido de entendimento e o esforço dos Líderes, que nós nos esforçamos para que a coisa acontecesse dessa forma. E o Senador Paim não está em uma posição confortável, porque há um lado e o outro, mas ele está em posição confortável porque a posição dele nunca foi escondida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Srª Presidente, primeiro para justificar perante a Mesa. Como Líder tenho inúmeras tarefas. Estava ali agora no Ministério da Saúde tratando também de uma situação de urgência, relacionada a um projeto de dentistas; e, quando cheguei com a solução, já haviam votado, sem a solução, em que vamos precisar trabalhar para aprovação; é um projeto importante.

Primeiro, quero dizer que, na semana passada, fizemos um apelo pela retirada de pauta. Aqui esteve o Senador Walter Pinheiro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Semana atrasada, melhor dizendo. Mas ali nós buscamos nas discussões a possibilidade de um entendimento. E havia ficado acertada, para terça-feira desta semana, uma mesa de negociação. Aqui quero reconhecer todo o esforço, destacando o trabalho coordenado pelo Senador Paulo Paim. A missão não é tão simples. Se fosse simples, já havia sido resolvida há bastante tempo. Quando foi acertado esse encontro, a ideia era que pudéssemos, na terça-feira mesmo, ter um texto, o que permitiria à Presidente da Comissão, Senadora Ana Rita, as condições de votação. Ocorreu um fato, como o Senador Magno Malta nos lembrou aqui: faleceu um líder não só do nosso Partido, mas um líder importante no País, o Governador Marcelo Déda. Eu mesmo fui a Aracaju, assim como o Gilberto Carvalho, outras lideranças daqui, o Senador Walter Pinheiro. E isso resultou que ontem fizéssemos um pedido. Estive tratando com a Senadora Ana Rita e com o Senador Paulo Paim, fazendo esse apelo.

Eu acho que é algo muito sério. De um lado quero reconhecer, todos nós reconhecemos, independentemente de credo ou de denominação religiosa, que há sim neste País intolerância, ódio, e isso resulta inclusive em mortes de pessoas. A exemplo do que o Brasil avançou em relação a algumas áreas, o texto avança em relação a outras áreas, como na da pessoa com deficiência e outras. Compreendo que estamos muito perto. O que se deseja, de forma clara, sobre isso? Evitar que, a partir de um texto aprovado pelo Congresso Nacional, a gente, ao invés de dar uma solução, aumente um conflito; ou seja, o Congresso Nacional tem de ter a responsabilidade com o conjunto da sociedade: de um lado para que haja regras que não interfiram nos direitos previstos pela Constituição. Esse é um ponto destacado.

Então, o apelo que faço ao Relator, pessoalmente e como Líder, é que nos dê a oportunidade desse entendimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador, eu acho que fica...

Permita que eu diga...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Uma semana a mais... Ainda não é o recesso na outra semana. Temos tempo. Então, quero aqui fazer esse apelo. Estou pedindo o adiamento da leitura do relatório para que a gente possa ter a oportunidade de fazer um entendimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Atendendo ao pedido do Líder, consulto o Relator se podemos encaminhar dessa forma.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidenta, eu, mais uma vez, quero dizer que quando me procuraram, o Senador Wellington Dias, meu Líder, que procuro seguir sempre... Ele sabe disso. A qualquer momento, quando há uma divergência, eu falo com ele, que diz: “Não, Paim. Nos acompanha, porque é um momento difícil.” Sempre segui, sempre tenho seguido. O meu Líder do Governo no Congresso, Senador José Pimentel, fez o mesmo apelo que você me fez e, na minha frente, ligou para a Secretaria-Geral da Presidência da República e reafirmou: “Paim, o pedido é esse que nós queremos te fazer.” O Walter Pinheiro também me fez o mesmo pedido que você faz aqui.

O que tem que ficar claro aqui, para não ficar uma guerra entre gregos e troianos, é que quem está pedindo que haja o adiamento, neste momento, é o Líder do Bloco, que está assumindo a responsabilidade e está se dirigindo à Presidenta. A Presidenta decide. A Presidenta vai decidir. Claro que eu... Não é que eu não vou ter posição. Eu vou ter posição sim, eu...

(Manifestação da plateia: “Vota! Vota!”)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode falar a vontade. Deixa falar a vontade.

(Manifestação da plateia: “Vota! Vota!”)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O nosso Líder, junto com o Líder do Governo, está dirigindo-se à Presidenta que haja adiamento e que haja a reunião de quinta, antes da votação. Um pedido que já tinha me feito e eu passei para V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Dessa forma, a compreensão, o entendimento da Presidência desta Comissão... Eu estou percebendo que está havendo a concordância também do Relator, no sentido de que atendamos o pedido do Líder do Bloco de Apoio ao Governo de adiamento da votação. Então, o que esta Presidência determina? Na próxima reunião desta Comissão, o projeto continuará na pauta. Apenas não será apreciado no dia de hoje. Mas, a pedido do Líder do Governo, ele entra na pauta da próxima reunião.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Questão de ordem. Questão de ordem, Presidenta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Presidente...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não concluí a fala ainda.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não, Presidente, é só para...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É importante esclarecer que o projeto continua na pauta. É o tempo que os Líderes terão para poder dialogar. Na verdade, houve toda esta situação que o Senador Wellington disse: em função do falecimento do Governador Déda, os Líderes não tiveram oportunidade de dialogar. Então, ele permanece na pauta. Na próxima reunião, será votado por esta Comissão.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Minha querida Senadora, é o que eu disse: ele não depende da pauta para ir à Mesa. A Mesa solicitou, ele tem que ir, independentemente de estar em pauta ou não estar em qualquer comissão.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ele está na pauta e vou manter o projeto na pauta, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sim, mas tem que mandar o processado para a Mesa.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – E o processado?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Isso é um problema... Esta Presidência...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não é não, é Regimento Interno.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador, eu estou me respaldando pelo Regimento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Então, estão orientando a senhora errado. Estão orientando errado.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Qual artigo? Cadê o artigo? Cadê a leitura do artigo? Leia o artigo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Magno Malta...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Desculpa, eu estou falando, a senhora me deu a palavra. Pede a eles para dar a senhora para ler. Isso é Regimento Interno. A senhora precisa ler o Regimento Interno.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Cadê a leitura do artigo?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O requerimento não precisa ser lido nesta Comissão.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – O artigo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Precisa.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não. O requerimento tem que ser lido no plenário.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu estou falando, Sr^a Presidente...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – O artigo do Regimento que...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Deixa eu falar para a senhora. O processado... Presidente, com todo o respeito, o processado...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador, eu estou mantendo...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sei, a senhora vai manter...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... o acordo firmado com o Líder do Governo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sem problema. Sim, senhora. Sem problema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Líder do Governo está pedindo adiamento da votação...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não é disso que eu estou falando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Encerrado esse ponto, vamos passar para o próximo item da pauta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não, não, não. Eu pedi pela ordem. Não é assim!

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Questão de ordem! Questão de ordem!

(Tumulto no recinto.)

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Presidente, pela ordem! Pela ordem!

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Questão de ordem. Questão de ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Pela ordem, Presidente! Não é assim!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Item 2 da pauta.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Questão de ordem!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não, não, não! Pela ordem, Srª Presidente.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Questão de ordem tem que ser atendida!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu já disse aqui...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Questão de ordem!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Questão de ordem, Presidente! A senhora está atropelando o Regimento.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pelo art. 89, eu estou já encerrando este ponto...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não, é questão de ordem.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Está se levando uma questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Estou seguindo a orientação do nosso Líder. A discussão está adiada.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – A senhora está atropelando o Regimento! Questão de ordem!

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – É uma questão de ordem!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu já respondi à questão de ordem de vocês.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não, não, não!

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – A senhora não leu o artigo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – A senhora não respondeu. A senhora atropelou! A senhora atropelou!

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Cadê o artigo? E foi solicitado pela Mesa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Cadê o artigo? Processado tem que ir à Mesa independentemente de estar em pauta ou não. Processado tem que ir independentemente de estar em pauta ou não! A assessoria está orientando a senhora errado.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Nós vamos recorrer da decisão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – A assessoria está orientando-a errado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A questão de ordem de qual artigo, Senador?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – O art. 266.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu estou seguindo orientação do art. 89. **(Palmas.)** E cabe à Presidência desta Comissão dirigir os trabalhos. Então, eu estou encaminhando dessa forma seguindo...

Já decidi, Sr. Presidente. Já decidi.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – E é verdade! A senhora está me chamando de Presidente, eu não estou presidindo nada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador, eu estou dirigindo os trabalhos da Comissão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Senadora, a assessoria está orientando a senhora errado. Desculpe. A sua assessoria a está orientando errado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Recorra ao Plenário.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Eu vou buscar resposta da Mesa do Senado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Está orientando errado.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Eu vou buscar resposta da Mesa do Senado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Está orientando errado. A Mesa pediu. Independe. *(Manifestação da plateia.)*

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Se existe pedido do processado, por que o processado não vai para a Mesa?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Recorra ao Plenário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Item 3 da pauta.

Senador Anibal Diniz.

(Manifestação da plateia: “Ana Rita! Ana Rita! Ana Rita!”)

(Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Item 3, pg. 72.

O Relator do item 3 não está presente, Senador Anibal Diniz.

Eu vou passar para o item 4, cuja retirada de pauta foi solicitada.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, de 2009

– Terminativo –

Estende os benefícios financeiros do “Programa Bolsa Família” para os casos de adoção de criança desvalida, asilada ou abrigada, e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Humberto Costa (Substituído por *Ad hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy.)

Eu vou passar para o item 5. Relatoria: Senador Eduardo Suplicy. *(Pausa.)*

Senador Suplicy, o item 5 já foi lido e é terminativo. Então, não dá para ser votado agora.

Vamos passar para outro ponto da pauta.

Senador Randolfe, Relator do Projeto nº 28. Vou pedir a V. Exª para relatar o item 28, considerando que os relatores anteriores não se encontram aqui.

Item 28, pág. 535.

ITEM 28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, de 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro – CTB, estabelecendo que fica facultado aos jovens entre 16 e 18 anos a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação.

Autoria: Senador Magno Malta

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, para leitura do relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Vem para exame deste Colegiado o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 142, de 2013, de autoria do Senador Magno Malta, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro (CTB) –, objetivando facultar aos adolescentes com mais de 16 e menos de 18 anos a obtenção “provisória” da Carteira Nacional de Habilitação.

De acordo com o inciso VI do *caput* do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta CDH opinar sobre matéria relativa à proteção e integração social da juventude, o que torna regimental o exame do PLS nº 142, de 2013.

Inobstante seu nobre intento de dar resposta às necessidades da juventude de hoje, o PLS nº 142, de 2013, tem problemas importantes de legalidade e de constitucionalidade.

A vida no trânsito é uma forma da vida social. E as relações que se estabelecem entre os motoristas podem, conforme é universal e amplamente sabido, dar lugar a atos considerados como crimes contra a integridade física, a vida ou o patrimônio das pessoas. São os chamados crimes de trânsito, tipificados nos arts. 302 a 312 do Código de Trânsito Brasileiro. Portanto, resta claro vício de legalidade do projeto, na medida em que

colide com norma jurídica vigente – no caso, outros artigos da mesma norma que o projeto pretende alterar, além de itens de Direito Penal em sentido estrito.

Ademais, o PLS nº 142, de 2013, ao instaurar a possibilidade de que um adolescente pratique ato tipificado como crime, traz a implicação da imputabilidade penal do adolescente. Ora, tal possibilidade é objeto de vedação constitucional expressa, inscrita no art. 228 da Carta Magna.

O PLS nº 142, de 2013, muito embora tenha intenções compreensíveis e louváveis, não resolve as dificuldades legais e constitucionais que desencadeia, o que seria absolutamente necessário fazer.

Em razão do exposto, Srª Presidente, o meu voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2013.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório pela rejeição do projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, concluindo pela rejeição do projeto.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É pela rejeição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É, o relatório é pela rejeição, e nós aprovamos o relatório.

O projeto segue para a análise da CCJ, em decisão terminativa.

Item 21 da pauta, página 422.

ITEM 21 **SUGESTÃO Nº 1, de 2013** **– Não terminativo –**

Concede incentivos fiscais, econômicos e creditícios para o desenvolvimento de atividades sustentáveis.

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro e outros.

Relatoria: Senador Anibal Diniz.

Como o Senador Anibal Diniz não se encontra presente neste momento, eu vou solicitar ao Senador Eduardo Suplicy que faça a leitura do referido projeto, como Relator *Ad hoc*.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidenta, Senadora Ana Rita, a Sugestão (SUG) nº 1, de 2013, resultante do Projeto Jovem Senador, edição 2012, busca determinar que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios concedam incentivos fiscais e econômicos para o desenvolvimento das seguintes atividades sustentáveis: geração autônoma de energia elétrica por meio de fontes sustentáveis; construção de cisternas para captação e aproveitamento de água pluvial; conservação e recuperação de recursos hídricos; capacitação de pequenos produtores e trabalhadores rurais e capacitação profissional. Prevê, ademais, que as instituições financeiras concedam linhas de crédito facilitado para essas atividades, em parceria com o Poder Público.

Ao justificar sua iniciativa, os autores (os Jovens Senadores Ana Cristina Pinho, Danilo dos Santos, Douglas Frezza e Emanoella Silva) reportam-se às carências enfrentadas pela população brasileira, como a oferta deficiente de luz e de água no meio rural e a ocupação e o uso indevido do solo no meio urbano. Também indicam a necessidade de que o Estado contribua para a solução desses problemas, a fim de proporcionar melhor qualidade de vida aos brasileiros. Nesse sentido, defendem a medida proposta para tornar viável e acessível a implantação de atividades sustentáveis no País, assim entendidas as que se destinam à geração de energia de baixo custo, à garantia do fornecimento de água em regiões de seca, ao armazenamento de águas pluviais para reúso, à recuperação dos rios poluídos e conservação dos mananciais, à capacitação dos pequenos produtores e trabalhadores rurais para o uso de técnicas que causem menos impacto no solo e nos rios e à capacitação profissional em geral.

Vale reiterar que essa sugestão legislativa decorre – conforme determina o parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, do Senado Federal – de proposição aprovada, com três emendas, no âmbito do Projeto Jovem Senador, em 21 de novembro de 2012.

Cumprе ressaltar que não se faz, neste momento, nenhum juízo terminativo sobre a matéria. Na verdade, o presente parecer da CDH tem caráter preliminar, pois, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno, as sugestões porventura aprovadas pela CDH serão transformadas em proposições de autoria da Comissão e encaminhadas à Mesa, para tramitação, ouvidas as comissões competentes para o exame de mérito.

Por ora, importa destacar que não se vislumbra impedimento constitucional insanável relativamente à conversão da Sugestão nº 1, de 2013, em projeto de lei.

Diversos dispositivos prescrevem ser competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição.

O inciso VI do art. 170 arrola entre os princípios a serem observados pela ordem econômica a defesa do meio ambiente e outros itens.

Os Jovens Senadores entenderam ser meritória a iniciativa em questão aprovada com 13 emendas.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 1, de 2013, para que passe a tramitar como proposição desta CDH, nos termos do projeto de resolução que aqui está impresso, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pela aprovação da Sugestão, nos termos do projeto de lei do Senado que apresenta.

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado apresentado, para que passe a tramitar como proposição desta Comissão de Direitos Humanos.

Item nº 22 da pauta, página 432.

ITEM 22 SUGESTÃO Nº 6, de 2013 – Não Terminativo –

Dispõe sobre o atendimento psicológico ou psicopedagógico para estudantes e profissionais da educação.

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro e outros

Relatoria: Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe para a leitura do relatório.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Srª Presidente, Senadora Ana Rita, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, chega para exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 6, de 2013, das Jovens Senadoras Dieleem Campos, Jaqueline Moro e Wênia Oliveira e dos Jovens Senadores Edson Dionizio e Rodrigo Sá, do projeto de lei que determina a implantação de atendimento psicológico ou psicopedagógico para estudantes e profissionais da educação das redes públicas de educação básica. Prevê, ainda, que os psicólogos e psicopedagogos responsáveis pelo atendimento sejam selecionados por concurso público e que elaborem plano de trabalho, juntamente com as escolas.

Para os autores, fatores extraescolares influenciam diretamente no rendimento na escola, portanto, consideram a importância de um acompanhamento psicopedagógico.

A proposta foi aprovada pelo Senado Jovem em sessão plenária realizada no dia 21 de novembro de 2012 e encaminhada a esta Comissão com base na Resolução nº 42, de 2010.

Analisando o projeto, nós estamos propondo um relatório favorável e pedimos a aprovação desse projeto por esta Comissão.

Era isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador João Capiberibe.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pela aprovação da Sugestão, nos termos do projeto de lei do Senado que apresenta. *(Pausa.)*

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à Sugestão, nos termos do projeto de lei do Senado apresentado, para que passe a tramitar como proposição desta Comissão de Direitos Humanos.

O próximo projeto...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Eu solicitaria a V. Exª, se possível, uma inversão de pauta, porque estou presidindo uma audiência pública, e se fosse possível...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Coloco em votação a solicitação do Senador João Capiberibe para a inversão de pauta do item... Qual é o número, Senador?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP. *Fora do microfone.*) – Item 32 ao 35.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Número 32 ao nº 35?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP. *Fora do microfone.*) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Coloco em votação a solicitação do Senador João Capiberibe para que haja inversão de pauta dos itens 32 a 35. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovado.

Item 32, pág. 570.

ITEM 32

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 113, de 2013

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requero Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para tratar de assunto referente aos ocorridos nas Comunidades Jatuarana, São Francisco do Mainá e Santa Luzia do Tiririca, conforme a Audiência que tivemos em Brasília nesta mesma Comissão sobre o conflito entre as referidas comunidades e o Exército. As denúncias dão conta de que Exército estaria descumprindo o acordo que foi feito na referida Audiência Pública do dia 28 de maio de 2013 nessa Casa, gerando conflitos. Segue a íntegra da denúncia recebida: 1. Intimidação de ribeirinhos a assinarem um Requerimento referente à regularização fundiária; 2. Após reunião tentaram denegrir a imagem do Ministério Público Federal e Comissão Pastoral da Terra; 3. Ameaça a Ribeirinhos, condicionando a regularização dos lotes ao cumprimento das determinações do Comando Militar, sob a ameaça de expulsão dos mesmos; 4. A não assinatura do Referido Requerimento implica na não participação no Programa Luz Para Todos, conseqüentemente não teriam acesso à energia elétrica; 5. Foi realizada a visita pelo Exército aos lotes para demarcação em cima de um Título Definitivo, ou seja, gerando conflito com os ribeirinhos que têm o Título. Isso ocasionou o fato dos Ribeirinhos terem expulsado o exército da região, o que aprofundou o conflito nas Comunidades. Sugiro que sejam convidados os seguintes especialistas: 1. Procurador da República Júlio José de Araújo (Responsável pelo Inquérito Civil nº 1.13.000.001253/2004-29); 2. Marta Valéria Cunha Sponton – Coordenadora Regional da CPT – Amazonas; 3. General de Exército Villas Bôas 12ª Região Militar de Manaus, Comandante Militar da Amazônia; 4. Coronel Batista – 12ª Região Militar de Manaus.

Autoria: Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe para que faça a defesa do requerimento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Srª Presidente, nós já tivemos uma audiência pública para tratar dessa mesma questão. Após a audiência pública houve vários encaminhamentos muito positivos, no entanto, algumas comunidades tiveram dificuldades e nos solicitaram que nós retomássemos a questão. Parece-me muito importante que a gente chegue a uma solução para esses problemas que envolvem, inclusive, eletrificação; envolve essa relação que nós queremos promover, uma relação de equilíbrio entre o Exército Brasileiro e as comunidades que vivem lá nesta área onde o Exército pratica os seus exercícios.

Portanto, eu solicitaria a aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento. Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovado.

Próximo requerimento.

Requerimento do item 33, pág. 573, também de autoria do Senador João Capiberibe.

ITEM 33

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 114, de 2013

Requero realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater a situação da República Saharaui e apoio à campanha internacional de solidariedade aos povos saharauis em decorrência do processo de colonização daquele País, ocasionando 526 desaparecidos e o assassinato de

civis por forças militares marroquinas. Sugiro sejam convidadas as seguintes autoridades: Hach Ahmed – Ministro para America Latina y El Caribe da República Saharaui; Mohamed Laarosi Bahia – Embaixador da República Saharaui no Brasil; Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinheiro – Ministério das Relações Exteriores – Subsecretário-Geral Político III; Laura Dauden – Jornalista autora do livro *Nem Paz Nem Guerra/ Sahara Ocidental*.

Autoria: Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe para encaminhar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Srª Presidenta, a República Ocidental do Saharaui – esse nome é complicado – é resultado ainda do processo de descolonização da África. Infelizmente, depois da retirada dos franceses do Marrocos e da Mauritânia, e dos espanhóis do Saharaui Ocidental, o Marrocos invadiu o Saharaui Ocidental e isso já dura mais de 40 anos. A ONU estabeleceu a necessidade de um plebiscito há 20 anos, e esse plebiscito nunca se concretiza. Então, a ideia é ouvir para que a sociedade brasileira tome conhecimento dessa situação de profunda injustiça em que vive o povo do Saharaui Ocidental. Portanto, eu peço aos meus pares que aproveemos esse requerimento para que a gente possa ouvir os representantes. Aqui está o Hach Ahmed, que é o Ministro para a América Latina e Caribe da República Saharaui; também o Embaixador da República Saharaui no Brasil, *Mohamed Laarosi Bahia*; o Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinheiro, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, e *Laura Daudén*, que é jornalista e autora do livro *Nem Paz nem Guerra: três décadas de conflito no Saara Ocidental*. Portanto, eu peço o apoio para que aproveemos esse requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O próximo item, solicitado também como inversão de pauta, é o item nº 34, página 576.

ITEM 34

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 112, de 2013

Requeiro a realização de Audiência Pública na Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, para ouvirmos os membros da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal. A Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do DF tem por objetivo apurar casos de violações de direitos humanos praticados contra jornalistas do país durante a ditadura militar. A Comissão da Verdade do SJDF irá apresentar seu relatório com importantíssimos depoimentos. Sugerimos que sejam convidados: Hélio Doyle; Armando Rollemberg; Evandro Fonseca Paranaguá; Chico Sant'Anna; Moacyr de Oliveira Filho; Jarbas Silva Marques; Sônia Carneiro; Romário Schettino; Alexandre Ribonde.

Autoria: Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe para encaminhar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Srª Presidente, o Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal ouviu vários perseguidos políticos do período da ditadura civil militar. Esse trabalho pode nos ajudar, pode trazer luz a algumas situações de injustiças vividas aqui no DF. Nós fizemos a sugestão de vários nomes. Eu gostaria de restringir um pouco essa lista preservando o nome dos jornalistas Hélio Doyle, Armando Rollemberg, Chico Sant'Anna, Romário Schettino e Alexandre Ribondi para compor essa Mesa para a audiência pública.

Era isso. Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento, com as alterações apresentadas pelo Senador João Capiberibe.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O próximo é o Requerimento do item 35, página 578.

ITEM 35

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 115, de 2013

Requeiro o envio de uma MOÇÃO DE APOIO da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, aos dirigentes titulares do Instituto Chico Mendes de Bio-

diversidade – ICMBio, do Ministério do Meio Ambiente – MMA, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, da Ouvidoria Agrária Nacional e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, manifestando posicionamento favorável à criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) da Região de Luciara, Mato Grosso, como forma de promover o desenvolvimento sustentável da região e solucionar os conflitos de terra envolvendo grilagem de terras e invasão de territórios tradicionalmente ocupados por populações de “retireiros”. Solicito que o envio da MOÇÃO seja acompanhada da disponibilização dessa CDH no apoio para a conclusão dos estudos técnicos e dos procedimentos institucionais necessários a criação oficial da RDS.

Autoria: Senador João Capiberibe.

Senador João Capiberibe, concedo a palavra a V. Ex^a para encaminhar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Sr^a Presidente, nós tivemos oportunidade de ouvir as pessoas que pleiteiam a criação dessa reserva de desenvolvimento sustentável numa audiência pública aqui na Comissão de Direitos Humanos. Portanto, dando sequência aos compromissos firmados com essa comunidade e pelas demandas aqui apresentadas, aqui solicitamos, então, a aprovação deste requerimento.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Sr^a Presidente...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Sr^a Presidente, eu teria aqui um pedido para incluir extrapauta outro requerimento. A Senhora me permite ler?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado sobre a descoberta de ossadas que podem pertencer a desaparecidos políticos e integrantes da Guerrilha do Araguaia. A descoberta das ossadas ocorreu em 2002, no prédio Forte do Castelo, que pertenceu ao Exército Brasileiro, exatamente onde fiquei preso. Passei 110 dias preso, não no Forte do Castelo, mas ao lado, na 5^a Companhia de Guarda. O recolhimento e desaparecimento das ossadas teria sido feito pelos ex-agentes do DOI-Codi, José Magno Borges e Armando Souza Dias e pelo policial militar do DF, Walter Dias de Jesus.

Solicito que seja realizada ainda em dezembro de 2013, e que sejam convidados os seguintes representantes: Paulo Fonteles Filho, Comitê Paraense pela Memória, Verdade e Justiça; Wilson Roberto Trezza, Diretor da Abin; José Carlos Dias e Maria Rita Kehl, responsáveis pela Guerrilha do Araguaia na Comissão Nacional da Verdade.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 120, de 2013

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, sobre a descoberta de ossadas que podem pertencer a desaparecidos políticos e integrantes da Guerrilha do Araguaia. A descoberta das ossadas ocorreu em 2002 no prédio “Forte do Castelo”, que pertenceu ao Exército do Brasil. O recolhimento e desaparecimento das ossadas teriam sido feitos pelos ex-agentes do DOI-CODI José Magno Borges e Armando Souza Dias e pelo policial militar do DF Walter Dias de Jesus. Solicito que seja realizada em Dezembro de 2013. Sugiro que sejam convidados os seguintes representantes: 1. Paulo Fontelles Filho – Comitê Paraense pela Memória, Verdade e Justiça;

2. Wilson Roberto Trezza – Diretor da ABIN; 3. José Carlos Dias e Maria Rita KEHL – Responsáveis pela Guerrilha do Araguaia na da Comissão Nacional da Verdade.

Autoria: Senador João Capiberibe.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Srª Presidente, eu também gostaria de solicitar a aprovação do item 36, que é o requerimento do Senador Paulo Paim, que requer diligência para, *in loco*, averiguar a atuação do Poder Público no andamento das providências relacionadas à tragédia que ocorreu, no dia 27 de janeiro de 2013, na boate Kiss, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, bem como tornar de conhecimento novas providências que poderão ser realizadas pelo Senado Federal, especialmente pela Comissão de Direitos Humanos, em prol das famílias das vítimas da referida tragédia na prevenção de novos acidentes dessa natureza.

Solicito a aprovação.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Senador Paulo Paim também chegou. Então os dois Senadores estão subscrevendo o requerimento. Concedo a palavra, então, ao Senador Paulo Paim para fazer os devidos encaminhamentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Qual é o requerimento, Presidenta?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A diligência para verificar a situação lá de Santa Maria, que é o encaminhamento da audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tivemos uma audiência muito forte nesta segunda-feira, eu diria com muita emoção por parte dos familiares, estão aqui os familiares, a comissão representativa dos familiares de 242 jovens que morreram lá na boate Kiss de Santa Maria, no meu Estado do Rio Grande do Sul. E eles me procuraram no Rio Grande do Sul dizendo que estavam se sentindo inclusive abandonados.

E nesse diálogo que tivemos aqui na Comissão, entre onze encaminhamentos, além de dois projetos que eu fiquei de encaminhar, a pedido deles, ficou essa diligência para acompanhar o que está acontecendo nesse período pós o lamentável episódio que levou à morte 242 jovens. É isso que eles querem, que eu esteja lá, naturalmente, como autor do requerimento e, se algum outro membro da comissão entender que gostaria de acompanhar, nós estaríamos lá e iríamos visitar as autoridades locais, desde Corpo de Bombeiros, o próprio Judiciário, os próprios delegados que estão à frente do processo, para dialogar sobre esse tema que machucou a todos, machucou o Rio Grande, o Brasil e teve repercussão em nível internacional.

Por isso eu peço a aprovação dessa diligência, que, naturalmente, vai cumprir esse papel de ver lá, *in loco*, como a gente fala, a situação do período pós o fato acontecido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento do Senador Paulo Paim, também com o apoio do Senador João Capiberibe.

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 36

**REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 116, de 2013**

Requeiro uma DILIGÊNCIA para in loco averiguar a atuação do poder público no andamento das providências relacionadas à tragédia, que ocorreu no dia 27 de janeiro de 2013 na Boate Kiss, na Cidade de Santa Maria –RS; bem como tomar conhecimento de novas providências que poderão ser realizadas pelo Senado Federal, especialmente, da Comissão de Direitos Humanos – CDH, em prol das famílias dos vitimados da referida tragédia e na prevenção de novos acidentes dessa natureza.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros.)

Como sou autora do próximo item, eu vou solicitar ao Senador Eduardo Suplicy que presida esta reunião para que eu possa fazer aqui a defesa dos meus requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Aqui não está funcionando o som.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Som, aqui na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) –

ITEM 37
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 117, de 2013

Requeiro, a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater a Convenção da Haia, com a presença dos seguintes convidados: Ministra Maria do Rosário, Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República.

Autoria: Senadora Ana Rita.

Tem a palavra a Senadora Ana Rita para encaminhar o requerimento sobre a audiência pública. Item 37.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Na verdade, nós estamos solicitando esta audiência pública com o objetivo de debater a Convenção da Haia com a presença dos seguintes convidados: a Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Esse é um debate importante, nós queremos que seja de conhecimento amplo e público, o que prevê a Convenção da Haia, e a Ministra Maria do Rosário é a pessoa, na minha opinião, mais indicada para fazer aqui o debate, para trazer as informações, trazer todo o conteúdo, enfim, para tornar de conhecimento público o instrumento tão importante que é a Convenção da Haia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Em discussão.

Em votação o requerimento.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 31
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 118, de 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado, que seja realizada audiência pública destinada à discussão do agronegócio, dos pequenos agricultores e dos trabalhadores rurais. Para tanto, solicito que sejam convidados o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministro do Desenvolvimento Agrário, Elio Neves – Presidente da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, representante da Confederação Nacional da Agricultura, Diego Moreira, da Via Campesina, e José Maria de Almeida, da CS CONLUTAS – Central Sindical e Popular.

Autoria: Senador Roberto Requião e outros.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Estamos solicitando uma audiência pública destinada à discussão do agronegócio, dos pequenos agricultores e dos trabalhadores rurais, e aí fazendo o convite a diversas autoridades.

A origem desse requerimento é do Senador Roberto Requião. Eu estou subscritando o referido requerimento, apoiando a iniciativa do Senador Roberto Requião. Ele não está presente aqui hoje porque está em viagem, mas estará presente também na audiência pública. Então, é importante esse debate porque há a necessidade de aprofundar determinadas questões que envolvem o agronegócio e os agricultores familiares e, para isso, está sendo convidado também o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Presidente da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, representante da Confederação Nacional da Agricultura e também representantes da Via Campesina e do Conlutas, a Central Sindical e Popular.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Consulto as Sras Senadoras e Senadores se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta da Senadora Ana Rita para a realização de audiência pública com objetivo de discutir a pessoa com deficiência e os desafios e a integração na sociedade contemporânea com a presença de pessoas, cujos nomes solicito à Senadora Ana Rita que indique.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Essa audiência pública tem como objetivo discutir a pessoa com deficiência e os desafios da integração na sociedade contemporânea.

Nós sabemos que as pessoas com deficiência têm tido uma visibilidade muito grande, assim como sua luta em todos os Estados, em todos os espaços. Nós estamos avançando no que se refere a políticas públicas

voltadas para as pessoas com deficiência. Aqui mesmo nesta Comissão de Direitos Humanos o Senador Paulo Paim já fez diversas audiências públicas sobre esse tema.

Ontem mesmo foi feita aqui, por iniciativa do Senado Federal, a abertura da semana destinada à acessibilidade. Quero aproveitar o momento aqui para parabenizar o Senado Federal e diversos servidores que aqui se empenharam para que essa programação se efetivasse, mas nós desejamos continuar aprofundando esse tema porque a sociedade contemporânea impõe novos desafios e o debate se torna necessário cada vez mais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Coloco em votação a inclusão extrapauta.

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 119, de 2013

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a pessoa com deficiência e os desafios da integração na sociedade contemporânea, com a presença dos seguintes convidados: 1. Andréa Pontes, Paracanoísta e Advogada; 2. Representante do Projeto Deficiente Visual na Trilha; 3. Ayres Pereira das Neves Júnior, Diretor da Secretaria de Controle Interno do Senado Federal; 4. Thiago Cortez Costa, Assessor Especial da Secretaria de Transparência do Senado; e 5. Ilana Trombka, Diretora-Geral Adjunta do Senado Federal.

Autoria: Senadora Ana Rita.

Os que estão de acordo com a inclusão extrapauta permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Os que são favoráveis ao requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Retorno a Presidência à Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Pergunto se alguém mais gostaria de se manifestar.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidenta, eu queria me dirigir a V. Exª.

Sei que tanto eu quanto V. Exª fizemos um esforço enorme, bem como o Senador Suplicy, no sentido de que esse tema seja votado, seja resolvido e todos nós entendemos aqui, os Líderes e a Mesa, tanto a Presidência, quanto o Senador Eduardo Suplicy, que era de bom entendimento essa proposta de uma conversa ainda nessa quinta-feira.

V. Exª assim decidiu: adiou a votação para a semana que vem e eu queria então, como Relator da matéria, me dirigir a V. Exª no sentido de que V. Exª, como Presidenta desta Comissão, fizesse o contato com a Secretaria-Geral da Presidência da República, por tudo o que foi dito aqui pelo Líder Wellington Dias, para que a reunião, de fato, aconteça amanhã, para que ninguém diga depois que a gente não fez o encaminhamento e digam que não houve a reunião. Que a Comissão, então, como uma forma de se antecipar a algum fato, possa dizer que tomou essa decisão respeitando os encaminhamentos feitos aqui e que nós esperamos essa reunião de amanhã.

Eu sei que esta é a posição inclusive de V. Exª: que essa reunião, já que foi esse o motivo da não votação do relatório não lido hoje, de fato, aconteça.

Senador Eduardo Suplicy, inclusive, se puder estar presente, seria muito bom.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Da forma como foi...

Senador Eduardo Suplicy, gostaria de se manifestar?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu estou de acordo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, nós vamos proceder exatamente como foi encaminhado aqui anteriormente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É importante que V. Exª possa marcar a reunião, então, com o Gilberto Carvalho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 49 minutos.)

ATA DA 70ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE DEZEMBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 8 HORAS, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e dezessete minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e treze, no Plenário número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença da Senhora Senadora Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 119 de 2013, aprovado em 04/12/2013, de autoria da Senadora Ana Rita, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: *“A pessoa com deficiência e os desafios da integração na sociedade contemporânea”*. A Senhora Presidenta faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados e convida-os a tomarem lugar à mesa. A Senhora Presidenta passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Ilana Trombka, Diretora-Geral Adjunta do Senado Federal, Mestre em Comunicação e Organizadora da Semana em Comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência; Thiago Cortez Costa, Assessor Especial da Secretaria de Transparência do Senado Federal, Cientista Político, Mestre em Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE; Ayres Pereira das Neves Junior, Diretor da Secretaria de Controle Interno do Senado Federal; Rodrigo Abreu de Freitas, Coordenador de Acessibilidade da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Andréa Pontes, Paracanoísta e Advogada. A Senhora Presidenta passa a palavra à Senhora Maria Lúcia de Campos, Coordenadora do Projeto Cão Guia do Distrito Federal e aos Senhores Silvo Goes de Alcantara, deficiente visual, e Ricardo Correa, Presidente da Associação Brasileira Amigos do Cão Guia, para explanarem sobre o referido Projeto. Faz uso da palavra a Senhora Senadora Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 70ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª sessão legislativa ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos do Requerimento nº 119, de 2013, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, aprovado em 4 de dezembro de 2013, para debater o tema *“A pessoa com deficiência e os desafios da integração na sociedade contemporânea”*.

Bom dia para todos vocês! É um prazer recebê-los aqui!

Quero já, de imediato, convidá-los para compor a Mesa.

Convido a Ilana Trombka, Diretora-Geral Adjunta do Senado Federal, Mestre em Comunicação e organizadora da semana em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. Seja bem-vinda, Ilana!

A SRª ILANA TROMBKA – Bom dia, Senadora!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Bom dia! É um prazer te receber!

Convido o Thiago Cortez Costa, Assessor Especial da Secretaria de Transparência do Senado Federal, Cientista Político, Mestre em Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE.

Thiago, seja bem-vindo!

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Obrigado, Senadora!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Por favor, sente-se aqui.

Convido, também, o Ayres Pereira das Neves Júnior, Diretor da Secretaria de Controle Interno do Senado Federal.

Bem-vindo, Ayres!

O SR. AYRES PEREIRA DAS NEVES JUNIOR – Bom dia, Senadora!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Bom dia! É um prazer recebê-lo aqui.

Convido, também, o Rodrigo Abreu de Freitas, Coordenador de Acessibilidade da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Bom dia, Rodrigo!

O SR. RODRIGO ABREU DE FREITAS – Bom dia, Senadora!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Antes de conceder a palavra, vou fazer, aqui, algumas considerações iniciais, para que possamos contextualizar a realização desta audiência pública.

Nossa audiência pública de hoje faz parte das atividades desenvolvidas pelo Senado Federal na semana em comemoração ao Dia Internacional de Luta da Pessoa com Deficiência, fortalecendo uma data instituída pela ONU, justamente para dar visibilidade aos temas relacionados a uma parcela significativa de nossa população e mobilizar os Poderes Públicos e a sociedade para a defesa da dignidade, dos direitos e do bem-estar dessas pessoas.

Na semana dedicada às pessoas com deficiência, o Senado apresenta pesquisa realizada pelo DataSenado sobre o cotidiano e as aspirações dos brasileiros com deficiência. Ao registrar significativas mudanças positivas e dificuldades ainda a vencer na vida de pessoas com deficiências física, visual ou auditiva no Brasil, a pesquisa espelha e reforça a importância das leis no processo de transformação para melhorar o dia a dia dos brasileiros com deficiência.

A maioria dos entrevistados, 53%, considera que as leis tornaram mais fácil a contratação da pessoa com deficiência; 79% apontam o bom cumprimento da Lei nº 8.213, de 1991, que obriga empresas com mais de cem empregados a reservar, pelo menos, 2% de suas vagas para pessoas com deficiência. A lei, seguramente, vem impulsionando a contratação dos deficientes. A pesquisa aponta crescimento de 11,5% no número de empregados desse grupo social.

Em 2010, quando o DataSenado realizou a primeira sondagem sobre o tema, eram 55% os deficientes com trabalho remunerado. Agora, são 66,5%. Mais importante ainda, 48,9% dos empregados nunca se sentem discriminados no ambiente de trabalho.

A pesquisa do DataSenado revela, também, que a garantia de espaço no mercado de trabalho impulsiona o aperfeiçoamento e a especialização. Ampla maioria dos entrevistados busca melhor qualificação profissional: 73,8% já fizeram algum curso de formação para aumentar sua chance de emprego. A inclusão é também desejo majoritário dos participantes da pesquisa: 71% afirmam que, se pudessem escolher onde estudar, optariam por classe comum em escola regular. E a internet já aparece para 73,5% dos pesquisados como principal meio de comunicação usado para buscar informações.

Retrato da atualidade e sinalizador para o trabalho de nós, legisladores, a pesquisa revela que, infelizmente, ainda há longo caminho para fazermos um Brasil melhor e mais igual para os brasileiros com deficiência.

A maioria dos respondentes, 80%, avalia que nem todos os direitos da pessoa com deficiência são respeitados no Brasil. A mobilidade urbana aparece como grande e persistente dificuldade para pessoas com deficiências: 70% apontam que a maioria dos prédios públicos de sua cidade não está adaptada às suas necessidades, e 59% apresentam a mesma queixa em relação às ruas e calçadas. Mas, enquanto para 47% o transporte público de suas cidades não atende à pessoa com deficiência, outros 36% já se consideram bem atendidos nesse item.

A pesquisa foi realizada em novembro, em parceria com o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos (Andef).

O perfil dos participantes da pesquisa era de 74% de empregados de empresa privada, 16,8% de funcionários públicos, e 7,8% de autônomos. Os deficientes físicos são maioria, 64,5%. Os deficientes auditivos representam 22,8%, e os visuais, 13,5%.

Em uma ferramenta do Senado de interatividade, controle social e transparência, o Senado Federal, nos seus oito anos de vida, realizou 65 pesquisas de opinião. As enquetes quinzenais, que começaram a ser feitas em 2009, somam, hoje, 83. Os dois instrumentos são indicadores significativos do pensamento e das inquietações do cidadão brasileiro.

Vale destacar, ainda, que o DataSenado é o único a registrar seguidamente, em séries históricas, pesquisas que acompanham as mudanças no cotidiano da sociedade, a partir da edição de leis. Essas pesquisas buscam ouvir segmentos sociais como pessoas com deficiência, trabalhadores domésticos e mulheres vítimas de violência, que não têm a atenção dos institutos de pesquisa privados.

A pesquisa sobre as condições de vida das pessoas com deficiência é a segunda da série. No próximo ano, o DataSenado começará também a pesquisar a realidade dos idosos brasileiros, que, em 2012, segundo dados do IBGE, somavam 22 milhões de pessoas.

Então, quero, aqui, parabenizar o Senado Federal, parabenizar o DataSenado por este importante trabalho, o importante serviço para toda a sociedade brasileira, para as pessoas, em particular, com deficiência, mas, também, para os Poderes Públicos responsáveis pela elaboração de políticas públicas, porque a pesquisa é um grande indicador, uma orientadora, vamos dizer assim, para se pensar políticas públicas de atendimento às pessoas com deficiência. Então, parabéns e agradeço, aqui, a presença de todos vocês.

Desta forma, então, vou já passar a palavra para a Ilana Trombka, Diretora-Geral Adjunta do Senado Federal, Mestre em Comunicação e organizadora da semana em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

Aproveito, Ilana, também, para parabenizar por esta semana, que foi uma semana com muita coisa. Infelizmente, a gente não consegue acompanhar tudo, mas foi uma semana muito bem organizada, com muitas atividades voltadas para a pessoa com deficiência.

Que bom que o Senado Federal cumpre esse papel, porque também estimula outras Casas Legislativas do nosso País a fazer a mesma coisa, a criar espaços de visibilidade para as pessoas com deficiência. Então, parabéns pelo seu trabalho e pelo trabalho de toda a sua equipe!

Vou conceder a palavra para a Ilana por um tempo de 15 minutos. Se houver necessidade, nós ampliaremos por mais cinco. Está bom Ilana?

A SRª ILANA TROMBKA – Ótimo!

Bom dia a todos! Bom dia, colegas! Bom dia Senadora!

Agradeço, desde já, a senhora é a Comissão de Direitos Humanos por esse espaço.

Primeiramente, vinha no carro até um pouco emocionada, porque a gente costuma estar do lado de lá da bancada, mas é um prazer muito grande estar do lado de cá e poder expor um pouco o trabalho administrativo do Senado Federal.

A segunda questão que até me emocionava um pouco é que sou servidora concursada do Senado Federal, desde 1998, e não achei que, um dia, estaria do lado de cá representando o Senado. Como servidora pública e servidora do Senado Federal, fico muito orgulhosa de estar aqui e de representar os colegas, de trabalhar com afinho e de poder desenvolver atividades que são importantes para o Senado e para a sociedade.

Na sua fala, a senhora usou um termo que eu estava pautada aqui para usar: visibilidade. O deficiente se tornou mais visível à sociedade, claramente, nos últimos anos. Com isso, se tornaram visíveis, também, as necessidades de atendimento aos deficientes. Tenho, na minha família – e quase todos devem ter –, familiares com algum tipo de deficiência que, há 20, 30, 40 anos, se escondiam dentro de casa. Aquela pessoa não participava da vida em sociedade, ela era não visível. Dessa forma, suas necessidades não eram percebidas pela sociedade. Isso mudou, ainda bem.

Ao mudar a sociedade, tanto a questão da acessibilidade dos deficientes físicos, como a questão de Libras e de Braille e a questão da inserção dessas pessoas tiveram de mudar também. Essa é uma modificação que vem ocorrendo de forma gradual nos últimos anos.

Em 2005, eu trabalhava na Presidência do Senado Federal, na primeira gestão do Presidente Renan Calheiros, quando S. Exª instituiu, pela primeira vez, a Semana de Acessibilidade, levando o Senado a olhar essa questão sob um outro prisma, sob um prisma bem mais profissional. Desde 2005, o Senado avançou muito. Ainda temos muito a fazer, inclusive em relação ao nosso prédio, que é acessível, mas que tem de ser mais acessível. Precisamos cobrar das nossas empresas prestadoras de serviços terceirizados que cumpram a quota de 2% dos empregados com pessoas com deficiência.

Mas em muito avançamos. Por exemplo, fomos a primeira instituição pública a fazer um convênio com a Apae. Depois do Senado Federal outras seis instituições públicas, em Brasília, fizeram o mesmo, como a Câmara dos Deputados, vários tribunais. Hoje temos oito colegas com síndrome de Down e outras síndromes neurológicas prestando serviços à Biblioteca do Senado. Nosso Diretor-Geral, o Helder, quando dava uma entrevista à Globo, dizia assim: “Essas pessoas têm habilidades que outras pessoas não têm. Por essas habilidades que outras pessoas não têm elas estão aptas a um tipo de trabalho que outras pessoas não fariam.” Aí me lembro, porque tenho um primo-irmão que é surdo, que toda deficiência também se reflete em uma habilidade, no desenvolvimento de outras habilidades mais profundas. Assim, aquela pessoa que, às vezes, pode não estar apta para um tipo de tarefa está mais apta, do que um outro grupo para outro tipo de tarefa. A sociedade é assim. A sociedade é assim para os cidadãos que não são deficientes também. Afinal de contas, uma sociedade não é feita só de médicos, advogados e Senadores. É feita, também, de garis, de marceneiros, de professores, de advogados e de uma série de categorias que compõem o nosso escopo social. Dessa forma, na minha opinião, tem de ser entendida a questão da acessibilidade: são cidadãos com deficiências e com habilidades. Dentro das suas deficiências e habilidades, eles têm de estar inseridos na vida social, o que significa na vida do trabalho, na vida lúdica, na vida artística, em todos os aspectos da vida social.

Nesse sentido, no Senado, em junho deste ano, a Mesa Diretora instituiu uma política de acessibilidade. Em julho, a Diretoria-Geral nomeou um grupo de trabalho para fazer essa política se tornar efetiva.

Nós assumimos a Diretoria-Geral há dois meses, em outubro. Desde que chegamos lá, nos demos conta de que era necessário fortalecer essa questão. Por isso, trouxemos ao Núcleo Socioambiental da Diretoria-Geral a Coordenação do Senado Inclusivo e do Senado Verde para, dessa forma, estarem muito mais próximos da

administração e fazerem parte do cotidiano da nossa administração. O que isso significa? Significa conseguirmos ver se as empresas terceirizadas cumprem a lei. Se não cumprem, temos de obrigar, no contrato, que elas cumpram. Significa dar celeridade para as questões de acessibilidade. Por exemplo, o nosso próprio auditório, o Petrônio Portella, tem problemas de acessibilidade. Claro, ele foi construído em uma época em que isso ainda não era visível à nossa sociedade. Este é um prédio histórico e há uma série de questões a serem vistas. Nós já fizemos várias reuniões com o IPHAN para chegarmos a um meio termo de como mexer em um prédio histórico para dar a ele acessibilidade, sem que perca as características de um prédio histórico, de um prédio tombado. Assim, nós vamos caminhando.

Na ação mesmo, anteontem lá no Interlegis, tivemos algumas intercorrências com as quais aprendemos. Por exemplo, a Deputada Rosinha não pôde subir porque o Interlegis tem um auditório acessível, mas o equipamento de audiodescrição, quando foi lá colocado, acabou impedindo o acesso. O auditório era acessível, mas perdeu a acessibilidade quando foi colocado lá o aparelho de audiodescrição, que é um recurso necessário e um recurso que, sim, tinha de estar lá, porque se queremos fazer um evento de acessibilidade, temos de dar todas as condições para todas as pessoas, com quaisquer tipos de deficiência, poderem acompanhá-lo. Então, tínhamos de ter um aparelho de audiodescrição, que acabou impedido o acesso. Isso nos chamou a atenção e já está pautado.

Este ano, o foco da nossa semana não foi exatamente nas políticas públicas, mas sim na inserção da pessoa com deficiência na própria semana. Então, esta semana está sendo protagonizada por pessoas com deficiência. Por isso, tivemos o desfile inclusivo, peças de teatro com pessoas com deficiência. Ontem, tivemos uma cantora que é deficiente visual. Hoje, teremos um *stand-up comedy* com um artista surdo. Ontem, tivemos um filme que conta a vida de um menino com síndrome de Down, que estava aqui. Então, a ideia foi mostrar o deficiente como um ser que atua em sociedade. Muitas vezes, outras pessoas falam pelo deficiente. Nós quisemos, este ano, trazer o deficiente à luz, o deficiente como sujeito dessa sociedade, e mostrar que ele se insere, sim. Aliás, a cantora, ontem, era ótima, cantava muito bem.

Até convido todos aqui. Acho que vai ser sensacional esse *stand-up comedy* de hoje. Estou curiosíssima para ver como um deficiente auditivo faz um *stand-up comedy*. Isso é uma coisa inédita. Isso mostra que as barreiras estão muito mais no que nós, pessoas não deficientes, achamos que são barreiras do que naquilo que as pessoas deficientes consideram barreiras. O exemplo desse artista que vem fazer o *stand-up comedy*, para mim, é paradigmático. Ele faz um *show* de humor sem um recurso que, para nós, parece imprescindível para fazer um *show* de humor, que é falar. Então, vejam que coisa sensacional! Isso é uma coisa sensacional! Isso é impressionante!

Então, onde estão os limites? Estão na possibilidade de participação que a sociedade oferece. É essa possibilidade de participação que nós estamos comprometidos em aumentar, não só dentro do Senado Federal, como em parceria com outros órgãos, tanto com órgãos coirmãos, como a Câmara e o TCU, como com o Poder Executivo, com o Poder Judiciário. Ao reunir as várias *expertises* e as várias experiências, nós vamos aprender e poder unir forças. Esse é o sentido do trabalho que nós pretendemos desenvolver até 1º de fevereiro de 2015, quando esta Mesa Diretora se esgota e, aí, há uma renovação administrativa.

Na próxima semana, chamaremos as pessoas da área de acessibilidade que trabalham com isso, no Senado, para um planejamento do ano de 2014. Entre vários itens, haverá o próprio fortalecimento do grupo de pessoas deficientes do Senado Federal. Temos um grupo grande de pessoas deficientes que têm de estar engajadas na política da Casa, que têm de ser ativas nisso, que têm de ser chamadas a participar. Um outro item que nós pretendemos fazer é pedir – e não propus ainda, isso ainda está inédito aqui – à Comunicação Social e à Intranet que deem um espaço semanal ou quinzenal para mostrar como essas pessoas estão aqui. Aqui nós temos o Ayres. Temos um colega, aqui, que é o Max, um colega da Secs, que tem uma doença degenerativa. Ele é do meu concurso. Penso que, para o Max, não é simples girar um trinco, não é trivial acordar todo dia e vir trabalhar, mas ele vem, assim como eu, assim como nós. Então, essa experiência nada trivial tem de ser colocada para os nossos colegas. Assim como o Ayres e o Max, nós temos vários outros colegas, como o Paulo Brandão, que, inclusive, foi um dos precursores do Braille na Gráfica. Então, precisamos trazer isso à luz, para conviver com isso. Quanto mais visível na sociedade, maiores os espaços.

Nesse sentido, Senadora, até o próprio papel do Senador se expande. O Senador, além de um formador de opinião, é uma pessoa que tem uma responsabilidade, uma visibilidade, uma influência maior do que os outros cidadãos. Nesse sentido, expandir essas ideias nos seus Estados, com outros órgãos, e fazer parcerias é muito importante. Então, a ideia é, além da questão das políticas públicas, que é a nossa atividade fim no Senado Federal, expandir essas boas práticas de Brasília para os Estados, e entender que é natural sermos acessíveis. Nesse sentido, a gente chama o próprio corpo de Senadores a auxiliar para que nós possamos, então, fazer com que essa política não seja uma política do Senado, não seja da Câmara, mas da sociedade brasileira.

Acho que temos aqui outros colegas que podem contribuir. Quero, desde já, cumprimentar o DataSenado. Acho importantíssimo que, assim como as pessoas com deficiência, outros grupos, como os idosos, venham à luz com suas necessidades também. Trazer essa informação para os Senadores é muito importante. Acho muito importante e até diria um pouco mais, acho sensacional que o Ayres, por exemplo, tenha chegado aonde chegou, mas não porque ele é deficiente. Ele não é Diretor do Controle Interno porque ele é deficiente. Isso não é uma concessão, não é uma benevolência. O Ayres é um colega como eu, como o Thiago e como qualquer outro que, por sua competência, hoje, está num dos principais cargos do Senado. A sociedade não tem de ser benevolente com a pessoa com deficiência. Não, ela tem de dar condições de participação. Nenhum cidadão, deficiente ou não deficiente, precisa de favores da sociedade. Ele precisa de oportunidades, de condições de participação. Isso se reflete em grupos minoritários, como deficientes, como idosos e, em alguns aspectos, ainda hoje, como mulheres, como pessoas de menor poder aquisitivo. O nosso trabalho, como formadores de opinião, como políticos, é dar condições de participação e igualdade de oportunidade a todos, e não favores, nem benevolência.

Gostaria, então, de encerrar a minha fala respeitando rigorosamente os 15 minutos.

(Soa a campainha.)

A SRª ILANA TROMBKA – Agradeço à Comissão de Direitos Humanos e quero dizer que estabelecemos uma parceria. Gostaríamos de continuar essa parceria e de aproximá-la ainda mais. Quero cumprimentar os colegas do Senado Federal que auxiliam a Diretoria-Geral a empreender esse trabalho. Quero cumprimentar os colegas dos outros órgãos que, certamente, serão nossos parceiros daqui para a frente na ampliação do trabalho com os deficientes e com os outros grupos da sociedade civil.

Muito obrigada a todos. Bom dia! *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Ilana Trombka. Foi um prazer poder ouvi-la. É a Diretora-Geral Adjunta do Senado Federal, Mestre em Comunicação e organizadora da semana em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

Para nós, da Comissão de Direitos Humanos, Ilana, também é um grande orgulho recebê-los e recebê-las aqui. Esta Comissão tem feito muitas audiências públicas pelo seu perfil, pelo seu caráter e pelo seu compromisso, também, com os brasileiros, com as brasileiras. Esta Comissão tem sido um espaço de debates sobre diversos temas, mas trazer servidores do Senado para estarem aqui realmente é, para nós, um motivo de muita alegria. Ter servidores comprometidos com uma causa tão importante como essa da pessoa com deficiência, assim como com a dos idosos e de outras pessoas, é de fundamental importância e também reforça esta Comissão de Direitos Humanos.

Acho que é uma relação de mão dupla. É a Comissão de Direitos Humanos oferecendo uma oportunidade aos servidores de poderem falar sobre o trabalho que fazem aqui no Senado Federal, um trabalho que busca contribuir com a cidadania do povo brasileiro, mas também são vocês que nos ajudam a valorizar o trabalho da Comissão de Direitos Humanos.

Então, obrigada por essa parceria, por esse compromisso.

Você disse uma coisa, Ilana, que foi bem bonita de ouvir, em sua fala: os limites não estão nas pessoas. Os limites estão na possibilidade de participação que a sociedade oferece. Isso é verdade. É aquilo que você disse: as pessoas têm deficiências, mas também têm habilidades. Muitas vezes, são habilidades que uma pessoa que não tem “deficiência” – digo entre aspas – não tem. Então, reconhecer as possibilidades, as habilidades das pessoas, é que nos faz crescer. Então, acho que isso é muito importante.

Agora, quero registrar, com muita alegria, a presença da Andréa Pontes. Andréa é paracanoísta e advogada. Hoje, também, é uma pessoa com deficiência que depois, com certeza, vai falar um pouco da sua história. Não é isso, Andréa? Seja bem-vinda! É um prazer recebê-la aqui.

Vou passar a palavra, agora, ao Thiago Cortez Costa, Assessor Especial da Secretaria de Transparência do Senado Federal, cientista político, mestre em Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências e Estatísticas do IBGE, também por um tempo de 15 minutos.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Senadora Ana Rita, agradeço, primeiramente, a oportunidade de estar aqui atendendo a esse convite honroso para representar o meu setor nesta audiência pública da CDH. Compartilho com a Ilana o sentimento de satisfação de estar aqui como servidor do Senado participando de uma mesa de audiência pública. Para a gente, é uma realização e, como falei, motivo de honra. Agradeço à Senadora Ana Rita a oportunidade e, ao mesmo tempo, a cumprimento pelo importante trabalho que vem desenvolvendo à frente desta Comissão na valorização as minorias, dos direitos e do respeito às diferenças entre as pessoas.

Sou Thiago Cortez e venho aqui representar o corpo técnico do DataSenado. Para quem não conhece, o DataSenado é o serviço do Senado Federal responsável por realizar pesquisas de opinião pública de abrangência nacional.

O DataSenado foi criado em 2004, por decisão da Comissão Diretora, quando era Presidente do Senado o Senador José Sarney. Foi criado como um fruto da preocupação do Senado em ouvir a opinião pública brasileira, em conhecer os seus anseios e as suas necessidades.

A Senadora Ana Rita já falou um pouco sobre a importância de a gente ter um instituto de pesquisa de opinião em uma instituição pública, em um organismo público como o Senado. Os institutos privados de pesquisa muitas vezes não têm o estímulo necessário para tratar de temas sociais. O Senado, quando decidiu criar um instituto de pesquisas de opinião, reconheceu a importância de ter pessoas pensando em causas sociais, questões sociais, em que esses institutos privados talvez não fossem se deter. Talvez eles não fossem despendendo os recursos para investigar essas questões sociais, porque muitas delas não trazem lucro. A gente trata, em nossas pesquisas, de diversos temas, de diversas questões que são voltadas para causas sociais, e não para o lucro. Entre elas, a gente tem a pesquisa sobre violência doméstica, pesquisas sobre violência contra a juventude negra, pesquisas sobre questões de educação, de saúde, de segurança pública no Brasil.

Hoje, a gente está trazendo aqui os resultados da pesquisa que a gente fez sobre as condições de vida das pessoas com deficiência no Brasil. Essa pesquisa foi feita em parceria com o IBDD (Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência). É uma instituição parceira nessa pesquisa. As entrevistas ocorreram no período de 28 de outubro a 25 de novembro de 2013. Foram entrevistadas, ao todo, 1.007 pessoas com deficiência no Brasil.

A nossa preocupação nessa pesquisa tem muito a ver com o que Ilana falou sobre a preocupação do Senado em incluir as pessoas com deficiência, em que elas mesmas se manifestem. A gente entrevista diretamente a própria pessoa com deficiência. Outras pesquisas já haviam sido feitas anteriormente sobre essa temática, mas a entrevista direta era feita com cuidadores, com familiares, e muitas vezes a própria pessoa com deficiência era tolhida de expressar suas próprias opiniões.

A amostra foi subdividida em três categorias: pessoas com deficiência física, visual e auditiva, sendo que algumas pessoas manifestaram possuir combinações entre os tipos de deficiência. A pesquisa tem margem de erro de três pontos percentuais e conta com um nível de confiança de 95%.

O primeiro aspecto a que a pesquisa chamou a atenção é o fato de que a acessibilidade continua sendo um desafio para as pessoas que têm deficiência. Na avaliação de 68% dos entrevistados, apenas uma minoria dos prédios públicos está adaptada para receber pessoas com deficiência. Para 67%, apenas a minoria dos estabelecimentos comerciais está adaptada. Pior do que isso: uma em cada cinco pessoas relatou total despreparo dos estabelecimentos comerciais com que tem contato, isto é, nenhum desses estabelecimentos está adaptado para recebê-la. Então, cerca de 20% da população alvo da pesquisa afirmou que os estabelecimentos comerciais que ela frequenta, com que ela tem contato, não têm recursos de acessibilidade, não estão adaptados para atender pessoas com deficiência. No que diz respeito às vias públicas, a situação parece ser ainda pior: quase um terço dos entrevistados relatou que, de acordo com sua percepção do dia a dia, nenhuma rua ou calçada está adaptada às necessidades da pessoa com deficiência.

E o transporte público, como será que está? Pouco mais de um terço dos entrevistados afirmou que o transporte público lhe atende bem. No gráfico, é essa região em amarelo. Para 47% – ou seja, quase metade dos entrevistados –, os serviços de transporte público não atendem bem as pessoas com deficiência. Os motivos para essa insatisfação com o transporte público são variados. Em primeiro lugar, figura a falta de adaptação dos veículos propriamente dita. Em segundo lugar, está o desrespeito dos demais passageiros com relação ao assento preferencial. Em terceiro lugar, são citados os funcionários das concessionárias do transporte público, que não colaboram, não têm paciência, sensibilidade ou treinamento para lidar com as necessidades específicas de pessoas com deficiência.

Os resultados da pesquisa do DataSenado mostram que a acessibilidade continua sendo um obstáculo no cotidiano da pessoa com deficiência no Brasil. Se a gente não contar os deficientes auditivos, que não têm tanta dificuldade de mobilidade, a pesquisa constatou que 42% dos entrevistados já deixaram de ir a algum lugar porque a estrutura física do local não estava adaptada às suas necessidades.

Mas a pesquisa do DataSenado nos trouxe também algumas boas notícias. Cresceu dentre os participantes da pesquisa a proporção de pessoas inseridas no mercado de trabalho. Essa é uma pesquisa de painel – a gente já está na segunda etapa dela – e ela é feita sempre com a mesma população. Então, a gente pode perceber a evolução desses percentuais, a variação desses percentuais ao longo do tempo. Nessa nova rodada, a gente constatou um salto de 11 pontos percentuais na proporção de pessoas que estão inseridas no mercado de trabalho. Em 2010, 55% realizavam algum tipo de trabalho remunerado – um pouco mais do que a metade. Agora, em 2013, a gente constatou que dois terços já estão exercendo atividades remuneradas, o que dá cerca de 66% do total de entrevistados.

A gente pode atribuir parte desses resultados positivos à Lei nº 8.213, de 1991, que a Senadora Ana Rita mencionou, a qual estabelece que empresas com cem ou mais empregados têm a obrigação de preencher pelo menos 2% de seus cargos com pessoas com deficiência, contratando pessoas com deficiência. Isso pode se verificar porque a pesquisa do DataSenado demonstrou que, dos entrevistados que são funcionários de empresa privada, 80% acreditam que essa regra é respeitada na empresa em que trabalham. Além disso, a maioria dos entrevistados acredita que a legislação torna mais fácil a contratação da pessoa com deficiência. No gráfico, a gente vê essa região em azul-escuro, das pessoas que acham que a legislação tem tornado mais fácil a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Cerca de 20% acreditam que ela torna mais difícil e 24%, aproximadamente, acreditam que a legislação não tem influenciado.

Vale destacar um aspecto importante: é que a vasta maioria dos respondentes, cerca de 90%, relatou que jamais recusou trabalho com carteira assinada para não perder algum benefício do Governo, o que demonstra um desejo genuíno de entrar no mercado laboral.

No ambiente de trabalho, o preconceito ainda existe. Ele é percebido às vezes ou raramente por 46% dos entrevistados – seria a somatória da região azul-clara com a região amarelo-clara – e com muita frequência por pouco menos de 3% – seria “frequentemente”, ali naquela região mais alaranjada. No entanto, parece-nos ser um fato positivo que quase 49% dos entrevistados – ou seja, quase a metade – relataram nunca terem se sentido discriminados por colegas de trabalho. Então, apesar de o preconceito existir ainda, eu considero positivo que quase a metade dessas pessoas não se sentem discriminadas no ambiente de trabalho, por colegas. Então, parece que as pessoas estão ficando mais abertas para receber pessoas com deficiência. Acreditamos que a educação tem um papel fundamental nessa mudança de cultura.

Por falar em educação, a pesquisa do DataSenado também procurou abordar algumas questões relacionadas à educação das pessoas com deficiência, sobretudo sobre o sistema educacional. Os resultados demonstram que a maioria dos entrevistados defende que a opção pela melhor escola para a pessoa com deficiência estudar é da própria pessoa com deficiência, do próprio estudante. Nesse gráfico, a gente pode ver que mais da metade defende que a própria pessoa escolha, opte pela melhor escola para ela estudar. Perguntamos para elas qual tipo de educação elas próprias gostariam de ter. Se elas pudessem escolher a própria escola, a maior parte dos entrevistados revelou que não gostaria de estudar em escola ou classe especial. Ou seja, a inclusão é um fato relevante. A inclusão é um sentimento ansiado, desejado pela população, pelas pessoas que têm deficiência.

Isso a gente pode ver também em outros dados que a gente tem na pesquisa sobre lazer. As pessoas com deficiência também buscam opções de lazer que possam ser compartilhadas por outras pessoas. Elas não têm preferência por questões específicas para elas. Elas querem se sentir incluídas, querem se sentir participantes, partícipes da sociedade.

(Soa a campanha.)

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Para concluir, a gente vê que desde 2010 – as pessoas assim se manifestaram –, as condições de vida das pessoas com deficiência permaneceram iguais para 44% dos entrevistados, ou melhoraram para outros 44%. Então, a gente pode dizer que, para 88% das pessoas entrevistadas, as condições de vida delas próprias, como pessoas com deficiência, melhoraram ou ficaram iguais, desde 2010. Também pudemos constatar que o preconceito social está diminuindo, na visão de quase metade dos participantes da pesquisa.

Como uma contribuição para a atividade legislativa, o DataSenado aponta – a gente procurou investigar – as principais preocupações das pessoas com deficiência. O emprego é apontado como a área que precisa de mais atenção por um terço dos entrevistados. Em seguida, vem a saúde, indicada como prioridade para um quarto das pessoas com deficiência, ficando a saúde à frente da educação, que foi mencionada como prioridade por um em cada cinco entrevistados. E o transporte figura em quarto lugar, com um décimo das respostas.

Eu gostaria de finalizar minha participação com uma interessante reflexão sobre o conceito de deficiência. Infelizmente, eu li isso na minha adolescência e não guardei o nome do autor. Talvez seja uma reflexão já banal para algumas pessoas, mas eu acho que vale a repetição, por motivos didáticos, para pessoas que estão em casa, nos assistindo, de repente.

O que é deficiência? Quem é deficiente? Deficiência e deficiente são termos definidos socialmente. Não são fatos físicos inerentes, como questões da anatomia humana. Em uma sociedade fictícia, que a gente possa imaginar, de pessoas que voam, que têm asas, por exemplo, pessoas como nós, que andam sobre duas pernas, podem ser consideradas deficientes. Então, se todos fôssemos iguais, não haveria o conceito de deficiência. Mas a gente não é igual. Entretanto, nossa sociedade foi construída considerando as características da maioria de nós, sem respeito às diferenças. Então, a gente precisa reconstruir essa sociedade, considerando as diferenças não como deficiências, mas tão somente como diferenças que elas são.

Agradeço novamente a oportunidade de trazer aqui os dados da pesquisa do DataSenado à Senadora Ana Rita. Quero agradecer o apoio que a gente tem sempre da DGER, que reconhece a importância das pesquisas como dado para a administração poder funcionar. Para a gente, é uma grande satisfação poder contribuir com a administração da Casa e com a discussão desses temas tão importantes para a sociedade brasileira.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Thiago Cortez Costa. Parabéns pelo trabalho, parabéns pela pesquisa. O Thiago é assessor especial da Secretaria de Transparência do Senado Federal, cientista político e Mestre em Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE.

Thiago, muito obrigada pelas informações. Eu comentava aqui com a Ilana que amanhã nós teremos algumas atividades nessa área lá no Espírito Santo, e vou levar os dados da pesquisa para poder ilustrar a nossa fala. Você traz dados positivos, importantes, e é muito bom a gente divulgar pesquisas que mostram que a vida das pessoas está melhorando, que o nosso trabalho não é em vão, e que a luta das pessoas também não é em vão. É importante ressaltar isso. Parabéns pela pesquisa. Sabemos que temos desafios imensos pela frente, mas temos grandes sinais de que as coisas estão melhorando. Então, parabéns pelo trabalho.

Eu vou agora conceder a palavra ao Ayres Pereira das Neves Junior, Diretor da Secretaria de Controle Interno do Senado Federal. É uma alegria ter o Ayres aqui. Eu vou falar primeiro, Ayres.

O SR. AYRES PEREIRA DAS NEVES JUNIOR – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Quando eu cheguei aqui ao Senado, em 2011, eu buscava um chefe de gabinete, e eu fiz toda uma pesquisa. Eu falei: “Eu preciso ter um chefe que possa me ajudar”. Eu estava chegando, não conhecia a Casa, precisava de alguém que pudesse ser competente e de confiança. Então, o Ayres foi a pessoa indicada para trabalhar comigo. Eu tive a alegria de ser comandada pelo Ayres durante um bom tempo. Depois ele recebeu o convite para assumir um cargo importante no Senado. Nós ficamos tristes por um lado, porque perdemos o chefe de gabinete, mas ficamos felizes pelo reconhecimento que ele teve aqui do Senado Federal.

Então, parabéns Ayres, e todo o nosso carinho.

O SR. AYRES PEREIRA DAS NEVES JUNIOR – Obrigado, Senadora. Apenas um reparo: o cargo em que eu atuava no seu gabinete era da máxima importância para mim. Eu agradeço muito a oportunidade.

Thiago, eu gostei muito dessa sua fala final, e vou lhe dizer algo para reflexão de todos: se todo mundo fosse cego, não haveria cego no mundo, não é verdade? Onde todos são, ninguém é. Então, sobre essa questão da diversidade, da deficiência, muitas vezes eu já vi pessoas refletindo: “E se amanhã eu acordasse com deficiência, o que seria de minha vida?” E eu faço o contrário: e se amanhã eu acordasse sem deficiência? Eu teria que reaprender a viver. Então, essa coisa da diversidade é muito natural no ser humano.

Eu concordo com Ilana quando ela diz do sentimento de pertencimento que ela tem com o Senado Federal. Eu o tenho também. Um dos fatos que mais me orgulha no meu currículo é ser servidor do Senado, uma Casa que permite que pessoas com deficiência ascendam aos cargos de alta gestão, e não porque eles são legais, porque eles são bacanas conosco. É porque a instituição precisa de nós, e nós queremos fazer a nossa parte.

Para vocês terem uma ideia, quem olhar o art. 74 da Constituição vai ver lá que o Secretário de Controle Interno responde solidariamente com a Administração. Não existe outro servidor público na União que tenha um agravamento tão severo, tão forte quanto este. Então, não é uma pessoa qualquer. Não quero me gabar, mas é um cargo que realmente exige da pessoa. E, quando foi feito o desafio, eu aceitei e estou lá, tentando realizar o meu papel da melhor forma possível.

Primeiro, eu queria iniciar dizendo a vocês quem somos. Aqui, a Mesa tem duas pessoas com deficiência: eu e a Andréa. Há outros e outras também com deficiência, que não nós dois. Queria esclarecer a vocês essa distinção sob a nossa ótica. Por exemplo: para nós subirmos até esta mesa, existe um degrau. Para mim e para a Andréa, esse degrau é uma barreira; para eles, não. Só que ali na lateral há uma rampa; e aquela rampa nos permite vir até aqui e estar ao lado deles. Essa é a essência da acessibilidade. Aqui nesta Mesa, nós estamos fazendo a mesma coisa. Essa é a essência da igualdade. Isso significa que eu sou igual ao Thiago? Não, de forma alguma. Eu sou muito diferente do Thiago, e da Andréa também. Eu sou muito diferente da Andréa. Entre mim e ela, há uma diferença de gênero, inclusive; entre mim e Thiago, não. Essa é a essência da diversidade. Então, somos todos diferentes, graças a Deus. Temos dificuldades e as superamos, da melhor forma que seja possível. A Andréa, por exemplo, é canoísta. Ela é uma atleta, para-atleta. Eu não acredito que alguém aqui, em uma canoa ao lado da Andréa, consiga superá-la. Eu não acredito. Gostaria de ver isso. Salvo o Pennafort, que também é... *(Risos.)*

Há um ali fora da curva.

Esses somos nós, somos pessoas como outras quaisquer. Eu não sou uma pessoa doente. Se eu vou a um clube e entro numa piscina, ninguém precisa ter o constrangimento: “Será que vai me contagiar? Meu filho está ali também.”

Eu não sou uma pessoa doente. Eu tive uma doença que fez de mim uma pessoa diferente, mas essa doença ficou no passado. Eu tive paralisia infantil aos dois meses de idade. É um surto muito rápido, de 15, 20 dias, com uma febre muito forte que vai embora. Há uma incidência de morte muito grande, mas eu sobrevivi e cheguei até aqui, aos tapetes azuis da República.

Para nós – assim como para todos, mas para nós de uma maneira mais agravada –, há o desafio da reabilitação e da habilitação. A pessoa com deficiência tem que sair de casa. Muitas vezes, o trajeto de casa para o trabalho é mais estressante do que a própria jornada de trabalho. Por isso, a aposentadoria especial para a pessoa com deficiência é algo tão necessário, que foi uma conquista realizada este ano e regulamentada no dia de ontem.

Sobre a capacitação para o trabalho, nessa questão das cotas, por exemplo, se a pessoa com deficiência chega escolarizada à porta da empresa, ela deve ser posta para dentro e ser capacitada, afinal há o Sistema S, há toda uma estrutura de capacitação profissional do Brasil, que pode ser posta com essa finalidade. E, para todas essas questões, nós temos alguma solução, algum caminho. Nada é irresolúvel.

A temática da pessoa com deficiência se tornou mais evidente a partir da segunda metade do século passado, com um advento político mundial absolutamente absurdo, que foi o nazifascismo. A partir do término da Segunda Guerra Mundial, surgiu a necessidade de que as pessoas se importassem com os direitos humanos, tanto que a Declaração Universal dos Direitos Humanos resulta desse fenômeno absurdo que aconteceu na humanidade, a partir de um país absolutamente civilizado, onde havia mestres, doutores, grandes músicos, filósofos, enfim, uma série de pessoas de sabedoria, mas as organizações de Estado não estavam amadurecidas politicamente. Não havia pesos e contrapesos, não havia dispositivos de controle institucionais nas instituições que a partir daquele momento passaram a existir. Então, aconteceu ali o que se chamava de crime de Estado.

Nós sabemos, hoje em dia, que só há crime se houver uma lei que assim o determine. Se não há lei, não há crime. E lá havia lei que determinava o crime, que eram as leis sanitárias de Hitler, que diziam, inclusive, da necessidade de se exterminar judeus, pessoas com deficiência e uma série de outros grupos minoritários. Para terem uma ideia da insanidade que foi, uma sobrinha de Hitler era deficiente intelectual e foi morta numa clínica de extermínio. Não era um campo de concentração, bizarro como esses, mas era algo tão bizarro como se fosse, por se tratar de uma clínica de extermínio.

Então, a partir daí, com a Declaração dos Direitos Humanos, de 1948, passou-se a ter um olhar mais de direitos humanos para com determinados grupos: grupos religiosos discriminados, pessoas negras, pessoas com deficiência. Com a evolução do Estado social e com a dinâmica da própria sociedade, concluiu-se que essas pessoas são necessárias para a dinâmica da sociedade. Não dá para você considerar um grupo como absolutamente necessitado sem contar que aquele grupo tem que contribuir com a construção da sua sociedade.

Houve, no Brasil, avanços mais recentes, a partir da Constituição de 1988. Em 1989, a legislação criou a Corde, que foi o primeiro marco legal na nossa legislação.

Eu vou me ater mais um pouquinho aqui à questão legislativa, que é a área em que trabalhava aqui no Senado a Senadora Ana Rita e outros antes dela.

Então, essa agenda política da pessoa com deficiência, aqui no Senado e no Legislativo como um todo, é muito favorável e muito unânime. Não há embate de mérito acerca disso. Se vocês observarem a tramitação das matérias nos plenários, nas comissões, em qualquer instância que haja, não há absolutamente qualquer debate de mérito. O debate que se apresenta é o debate da conjuntura econômica. Quanto vai custar? Quem vai pagar?

Veja você que uma política pública para um quarto da população custa caro. Como você vai viabilizar isso? Então, é esse choque de realidade. Às vezes, ouvimos dizer que o Ministério da Previdência é muito severo na regulamentação da lei. O Ministro da Previdência já foi Presidente do Senado e contribuiu conosco aqui na elaboração legislativa, nas semanas de valorização, esteve conosco lado a lado e, inclusive, promulgou a convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência com *status* de emenda constitucional. Tenho certeza absoluta de que a intenção dele é a melhor possível, é do provimento. Entretanto, existe a contingência de momento, que deve ser levada, fortemente, em consideração.

No ano 2000, por exemplo, veio a lei da acessibilidade e também a lei do atendimento prioritário. A partir daí, em órgãos públicos, em logradouros, em todos os locais, havia a necessidade de que houvesse acessibilidade para a pessoa com deficiência, porque a deficiência, hoje em dia, não está mais associada à pobreza. “Ayres era pobre, nasceu numa família que não tinha um local bom de morar, havia uma epidemia, esgoto a céu aberto, ficou doente, é deficiente.” Hoje em dia, não. Hoje em dia, um médico sai de casa e sofre um aci-

dente, é atropelado. É uma pessoa produtiva para a sociedade e fica, de repente, de um dia para o outro, sem condições sequer de dormir na própria cama, se ele morava numa casa com andar de cima. Entendeu? Ele fica privado do exercício da sua profissão, para vocês terem uma ideia, porque a pessoa abre mão da aposentadoria por invalidez, arriscando-se a lançar-se de volta ao mercado do trabalho. Se não der certo, ela volta à condição de desempregada, ela não volta à condição de inválida para o trabalho, porque ela provou que consegue trabalhar. Ela voltou, trabalhou por um certo momento, não houve nenhum agravamento na sua condição de saúde, então, ela não é mais inválida para o trabalho.

Então, são necessidades de melhoria na lei, em que ainda precisamos avançar um pouquinho, no sentido de estimular as pessoas a saírem de casa. Hoje em dia, o engenheiro que sofre um acidente e está aposentado por invalidez vai para o mercado informal, por exemplo, porque, se formalizar a carteira de trabalho, o que é muito bom, ele perde o direito à sua aposentadoria – veja só.

Os meninos da Apae que estão aqui conosco... Aquilo ali é um gesto de coragem absoluta. No momento em que a pessoa assina uma carteira de trabalho, descaracteriza também a invalidez para o trabalho, que é uma proteção social. Então, eles não têm mais direito à pensão por morte de pai e mãe. Isso é muito grave. Isso é muito severo. Isso não estimula a inclusão. Isso é um aperfeiçoamento que a nossa legislação... Já há projetos, há consciência de que é necessário mudar isso. Estão avançando muito bem mesmo.

Nas conquistas mais recentes, eu pontuo duas conquistas da atual legislatura, uma delas realizada pela nossa Senadora. Amanhã, a senhora pode dizer, no seu evento – a senhora vai dizer outras coisas aqui que eu vou lhe pedir também –, que foi da senhora a relatoria da Lei nº 12.764, que reconheceu o transtorno do espectro autista no rol das pessoas com deficiência, porque nós somos pessoas importantes, nós estamos definidos na lei.

A Lei nº 7.853 diz quem é pessoa com deficiência, em seu regulamento. Não é qualquer um que diz: “Eu sou. Eu quero benefícios da lei”. Não. Você tem que estar no rol definido na lei. As pessoas com autismo não estavam e é óbvio que elas são pessoas com deficiência. Autismo não é deficiência intelectual, o que algumas pessoas confundem. A própria ciência não consegue dizer direito o que é o autismo. Somente o pai e a mãe sabem dizer o que é uma pessoa autista. A ciência não é capaz de dizer isso ainda. Não é verdade?

Então, essa Lei nº 12.764 foi sancionada pela Presidenta, no início da 54ª Legislatura. O que aconteceu? Na 53ª Legislatura, na última sessão legislativa, o gabinete onde eu trabalhava realizou um trabalho muito forte de relatoria dessa lei. Foi uma iniciativa popular. A sociedade se reuniu, trouxe à CDH uma sugestão, que foi entregue ao Senador com quem eu trabalhava, para relatório. Fizemos um trabalho muito grande, que envolveu a sociedade, a consultoria. Foi um trabalho muito grande mesmo. Envolveu a Liderança do Governo, acordos com o Ministério, porque é importante que o Legislativo ouça quem vai executar a lei. Não adianta você aprovar uma lei que não vai ser viável de execução. Aí tem aquela coisa: lei que pega e lei que não pega. No Brasil, existe isso, infelizmente.

Então, esse trabalho foi todo feito. Só que chegamos ao fim da estrada, terminou a 53ª Legislatura e o projeto não foi a voto. Na sessão seguinte, teria que ser redistribuído e aí a Senadora Ana Rita compreendeu a necessidade dessa lei. Nós sugerimos que ela fosse Relatora aqui na CDH. Ela compreendeu, se apropriou daquele conhecimento, se apropriou daquele entendimento político e, duas, três semanas depois, apresentou o relatório favorável, tal qual houvera sido feito, até num gesto de humildade política. Adotar o trabalho que já foi feito, num processo de construção do qual você não participou, no meio político, eu acho que é um gesto de humildade política muito nobre, inclusive.

Hoje em dia, essas pessoas são sujeitos de uma série de direitos. Não só são reconhecidas como pessoas com deficiência, mas ali diz que as escolas as devem acolher, que o Poder Público deve a elas direcionar políticas de Estado, enfim, é um rol de coisas. Hoje, eles já têm direitos, mas não significa que esses direitos estão materializados. Agora, a pessoa com deficiência, o autista, as instituições de autistas têm a lei na mão para bater na porta de quem não queira executá-la, porque você sempre...

(Soa a campainha.)

O SR. AYRES PEREIRA DAS NEVES JUNIOR – ... tem que fazer o enfrentamento com a sociedade.

Outra iniciativa foi a lei complementar que resultou na nossa aposentadoria especial do regime geral. Como eu disse no começo, a pessoa com deficiência tem expectativa de vida menor, ingressa no mercado de trabalho mais tarde. Então, é justo que para ela haja uma contagem de tempo inferior. Se não, sabe o que acontece? A pessoa com deficiência que sofre para ter sua reabilitação, para trabalhar, para conquistar seu espaço, quando chega lá à frente, está com sua saúde exaurida, porque, embora a deficiência não seja doença, ela incorre em agravos à saúde. Imagine uma pessoa que usa uma bengala durante a vida inteira. Ora, o braço não é perna, a musculatura do braço não é apropriada ao peso do corpo. Essa pessoa padece disso. Então, é necessário que haja. E nós contamos que tal conquista também aconteça para os servidores públicos com deficiência.

Eu vou pular aqui um pouquinho. Eu tinha mais coisas aqui, mas vou pular a bem do tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Tem mais cinco minutos.

O SR. AYRES PEREIRA DAS NEVES JUNIOR – Que bom! Mas eu já estou terminando.

Eu vou agora, Senadora... O que acontece?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AYRES PEREIRA DAS NEVES JUNIOR – Não, mas é coisa rápida.

O que acontece? Eu sou um representante político da sociedade. Todos nós somos aqui. A Semana de Acessibilidade que o Senado realiza é uma ação política indiscutível, que vai ao encontro, inclusive, do que diz a Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que diz que os Estados nacionais devem fomentar a acessibilidade e a valorização. Então, nesse contexto, este é um momento político – e eu não posso deixar de estar perto de uma autoridade e não fazer a minha listinha de pedidos. Então, eu vou trazer à senhora uma listinha de pedidos. Eu tenho aqui cinco pedidos à Srª Presidente. Não precisa anotar, a assessoria anota, gravamos, mando por e-mail. Hoje a tecnologia ajuda. Não tem como a senhora não receber esta listinha aqui. Eu lhe garanto.

O que eu vou dizer para vocês? Aqui é uma comissão de direitos humanos. Então, vamos fazer uma agenda afirmativa da pessoa com direitos humanos aqui neste colegiado. Por exemplo, o Presidente Renan manifestou já o interesse de fazer sessões temáticas no plenário do Senado. Sabemos disso. Então, por que não fazemos um pedido à Consultoria Legislativa para que levante todos os projetos que há aqui no Senado?

Há projetos bons e há projetos que não são bons. Eu vou lhes dar um exemplo de um projeto muito bom. É o projeto que estabelece o cão-guia como política pública. É fantástico, é muito bom. Um projeto que não é bom: aquele que diz que a pessoa com deficiência não tem obrigação de votar. Não, isso aí não é bom. Isso aí não promove a inclusão. Se todos são obrigados, eu devo ser obrigado. Senão, sabe o que vai acontecer? Eu vou chegar à sessão eleitoral, vai haver uma escada enorme e o cara vai me dizer: “Não, vá para casa, você não precisa votar”. Você está entendendo? Então, para que tenhamos essa salvaguarda, o que a todos é obrigado a nós deve ser obrigado também. A intenção do legislador foi muito boa. Nós compreendemos, mas, às vezes, não é só a intenção. Temos que aprofundar.

Então, a Consultoria Legislativa junta isso tudo, num apanhado só, e vamos ver. Quem sabe daí não resulta um projeto ou uma coisa consolidada? Quem sabe disso não resulta até uma medida provisória? Enfim, o Executivo tem o Programa Viver sem Limites, tem uma série de ações. Quem sabe, não é?

Outro exemplo que eu vou dar para a senhora: o Senado instituiu o Prêmio Dorina Nowill, para pessoas que se destacam na área. Dorina Nowill, vocês sabem, ganhou o Prêmio Mulher Bertha Lutz. Ela foi uma pessoa cega, que avançou muito na fronteira da pessoa com deficiência visual. Ali premiam-se pessoas. Vamos alterar esse projeto de resolução para premiar instituições, para premiar Casas Legislativas. Então, definimos dois ou três requisitos que a Casa Legislativa tem que cumprir. Faz-se uma placa. Se o cara cumpriu, você faz uma placa para ele pregar na parede lá: “O Senado da República reconhece que esta Casa Legislativa realiza esforços no sentido da acessibilidade e valorização da pessoa com deficiência”.

Política pública boa é política pública barata, é o preço de uma placa. Quanto custa a placa? Custa baratíssimo. Quanto vai custar isso para o Senado? Não vai custar nada. E quanto isso vai custar para os cidadãos com deficiência desse Estado? Vai custar tudo, absolutamente tudo. Imagine um cidadão que não consegue entrar na galeria para assistir ao que os seus vereadores estão fazendo lá. O Prêmio Dorina Nowill é um projeto de resolução que pode ser alterado nessa direção.

Sobre o projeto de lei para os concursos públicos... A listinha está crescendo! Por exemplo, umas das barreiras que enfrentamos – tenho um minuto e meio para falar – diz respeito à capacitação e aprovação no concurso público. É muito difícil hoje um cego total que use cão-guia passar em um concurso público. Em geral, as pessoas com deficiência que conseguem aprovação são pessoas com baixo índice de comprometimento. Se vocês olharem as pessoas que entram em concurso público, são pessoas com baixo índice de comprometimento.

(Soa a campainha.)

O SR. AYRES PEREIRA DAS NEVES JUNIOR – Então, seria um projeto que trate disso, por exemplo, que reduza a nota de corte mínima da pessoa com deficiência e, no estágio probatório, aquela pessoa tenha a capacitação naquilo em que ela não conseguiu nota. Se ela não conseguiu nota em Direito Constitucional, por exemplo, então que conste, no estágio probatório daquela pessoa, capacitação nessa área. Entendeu?

Então, eu acho que é isso aí, Senadora. Agradeço. Essa é a lista que eu tenho. Há outras mais, sobre as quais conversaremos depois.

Agradeço muito a oportunidade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AYRES PEREIRA DAS NEVES JUNIOR – Não, eu agradeço. Eu concluí.

Muito obrigado.

Bom dia a todos. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Ayres Pereira das Neves Junior, Diretor da Secretaria de Controle Interno do Senado Federal. Muito obrigada pelas sugestões.

Esta Comissão, com certeza, vai fazer o planejamento para o próximo período. Vamos ajustar o nosso planejamento para o próximo período e essas sugestões, com certeza, serão contempladas aqui no nosso planejamento.

Muito obrigada e parabéns para você. Você é um orgulho para nós todos, em particular, é claro, porque tivemos essa convivência muito próxima.

Eu vou conceder a palavra ao Rodrigo. Depois, nós vamos ouvir a Andréa, mas é importante ouvir o Rodrigo Abreu de Freitas, Coordenador de Acessibilidade da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Rodrigo, também por um tempo de 15 minutos.

O SR. RODRIGO ABREU DE FREITAS – Obrigada, Senadora, pelo convite. Quero cumprimentar também todos aqui da Mesa e parabenizá-la pela iniciativa desta audiência pública.

O tema que eu recebi, na verdade, era o desenvolvimento do esporte adaptado no Brasil, mas eu estou vendo que temos um tema bastante amplo. A acessibilidade é um tema transversal, que vai versar em várias áreas mesmo. Então, eu vou falar um pouco também sobre essa questão mais geral da acessibilidade, sobre a qual nós estamos falando também.

Trago um abraço do Secretário Antonio José, que não pôde estar aqui. Ele gosta muito de falar e fala muito bem. O Secretário Antonio José é cego e está em Salvador agora, no lançamento de uma exposição que conta a história das pessoas com deficiência, a luta e as vitórias também das pessoas com deficiência. Ele está lá em Salvador.

Eu quero também parabenizar a Ilana, que falou sobre a Semana da Acessibilidade – essa semana é por causa do dia 3, que foi o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. Essa semana é, realmente, muito importante para que possamos trazer o assunto sempre à tona –, e o Thiago, pela pesquisa. Essas pesquisas são muito boas. Inclusive, depois, eu gostaria também de ter acesso. São muito boas mesmo essas pesquisas, com esses dados, para conhecermos um pouco mais e sabermos sobre as pessoas com deficiência.

O Ayres fez um histórico de toda a legislação da pessoa com deficiência e falou muito bem, com muita propriedade. Eu gostaria de acrescentar ainda a questão da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que é hoje a nossa carta magna da pessoa com deficiência. Inclusive, ela está incorporada à Constituição, por força do art. 5º, §3º, e foi aprovada aqui nas duas Casas. É o que nós temos de mais avançado na legislação da pessoa com deficiência.

Quando falamos da pessoa com deficiência, não podemos nos esquecer do conceito da convenção. A convenção, no art. 1º, quando fala sobre o seu propósito, traz o conceito de deficiência, que é um conceito que já foi falado aqui, inclusive pelo Thiago e também pelo Ayres, e a questão de a deficiência ser uma interação entre pessoas com impedimentos e barreiras. Então, podemos dizer que, se não há barreiras, não temos deficiência. A pessoa com deficiência tem limitações que podem ser sensoriais, auditivas, visuais, físicas, intelectuais, mentais, mas são as barreiras do ambiente que impedem a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas, que é a equiparação de oportunidades.

Entre essas barreiras, nós temos a barreira arquitetônica. Desculpem-me, esqueci-me de falar que sou arquiteto e urbanista. Na verdade, antes de estar na Secretaria de Direitos Humanos, eu era da Infraero e trabalhei, por alguns anos, com o curso de atendimento à pessoa com deficiência para toda a comunidade aeroportuária e também na parte de projetos de acessibilidade nos nossos aeroportos administrados pela Infraero.

Quando eu falava das barreiras, logo nos vem à mente a barreira arquitetônica, o exemplo que o Ayres trouxe. A barreira arquitetônica é a mais visível que temos, mas existem várias outras: a barreira na comunicação, a barreira metodológica, a barreira programática e a pior de todas, que é a barreira atitudinal. Então, quando trazemos aqui para audiência pública e começamos a discutir o tema e o colocamos transversalmente em todas as políticas de governo, em todas as legislações, trazemos o público para avaliar e comentar, nós estamos transversalizando esse tema e tentando diminuir as barreiras. Isso é acessibilidade. Acessibilidade é você eliminar as barreiras para garantir que a pessoa possa ter acesso a todos os aspectos da vida em condições iguais às das demais pessoas. Então, quando falamos do esporte, por exemplo, a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência diz, claramente, no art. 30, se não me engano, sobre o acesso à participação na recreação, no lazer e no esporte. Então, os Estados devem envidar todos os esforços para garantir o acesso da pessoa com deficiência e a participação em todos os aspectos da vida.

Quando falamos de acessibilidade, achamos que acessibilidade é para as pessoas com deficiência, mas acessibilidade é para todos. Como bem foi falado aqui à Mesa também, todos somos diferentes. A deficiência é apenas mais uma característica intrínseca ao ser humano, mas uma característica da diferença, que prova

que todos nós somos diferentes. Então, quando falamos de acessibilidade, por exemplo, na comunicação, eu mostro um exemplo: você está assistindo ao jornal em um local barulhento. Você olha para a televisão e não entende nada do que o âncora está dizendo no jornal, porque aquele ambiente tem muito ruído. Então, se eu ligo um *closed caption*, por exemplo, na televisão, eu consigo entender.

Então, a acessibilidade não é apenas para a pessoa com deficiência. Há vários outros exemplos. Como foi falado aqui nas pesquisas, realmente as calçadas precisam muito melhorar, a mobilidade urbana, o transporte. Quando eu tenho uma calçada bem feita, uma calçada nivelada, eu estou favorecendo também pessoas que estão empurrando um carrinho de bebê, pessoas que estão carregando uma mala, puxando uma mala.

Quando trazemos a acessibilidade, nós temos de pensar que o Brasil também... Hoje, nós temos, pelo censo de 2010, 45,6 milhões de pessoas que se declararam com deficiência, o que dá quase 24% da população – claro que em diversos níveis, em diversos graus de comprometimento. Mas perguntamos: onde estão essas pessoas? Onde estão esses 45,6 milhões de pessoas? Onde estão essas pessoas, que nós não estamos vendo? E aí entra a questão da visibilidade, que foi falada aqui também pela Ilana. Eu posso falar um pouco também sobre o ciclo da invisibilidade. O que é isso? As pessoas com deficiência têm sido relegadas há muito tempo e não se providenciou a acessibilidade para que pudessem sair de casa. Muitas pessoas com deficiência ficaram escondidas em suas casas – muitos pais, infelizmente, esconderam seus filhos, com vergonha da sociedade. E as pessoas com deficiência têm sido relegadas de acesso à vida e a todos os seus aspectos, por isso não havia acessibilidade. Quando elas começaram a sair à rua, começamos a providenciar a acessibilidade. Mas as pessoas não saem porque não há acessibilidade e não há acessibilidade porque as pessoas não saem de casa. Então, nós temos de eliminar essa barreira e começar a garantir a acessibilidade em todos os ambientes, e não apenas a acessibilidade arquitetônica, mas em todas essas dimensões que eu citei anteriormente para que a gente possa garantir o verdadeiro acesso das pessoas com deficiência em ambiente de esporte, lazer, cultura, trabalho. É muito importante a questão do trabalho, e a Lei de Cotas tem sido um facilitador para acesso da pessoa com deficiência ao trabalho.

Então, quando a gente começa a trabalhar na eliminação das barreiras, nós eliminamos esse ciclo da invisibilidade, e começamos a ver as pessoas se apropriando mais de todos os aspectos da vida, em igualdade de condição com todos os outros. Hoje ainda ouviremos a canoísta. Nós olhamos para o esporte – e acho que ainda poderíamos fazer outra audiência e trazer mais gente, como o Presidente do Comitê Paralímpico, que também estava convidado, e os atletas paralímpicos, pois estamos com uma visibilidade muito alta por causa dos jogos que acontecerão. Realmente, se olharmos para Alan Fonteles, como dizer que há deficiência em uma pessoa corre 200m em 20 segundos? Não sei o que ele está preparando agora para 2016. E também os atletas da canoagem.

O Secretário Nacional também – conta-se – jogou o futebol de cinco, que é para deficientes visuais. O que se deve é implementar isso desde cedo nas escolas e promover a inclusão. Como foi dito nas pesquisas, as pessoas não querem estudar em escolas especiais e não querem ter uma aula de educação física separada, pois querem se enturmar com as outras crianças, e aprender do jeito que souberem fazer, tanto quanto cada um de nós faz tudo do próprio jeito. Então, ainda cabe essa temática ainda mais específica, mas esta que estamos levando aqui também é muito importante, porque abrimos os olhos para a acessibilidade como um todo e para a inclusão da pessoa com deficiência em todos os aspectos da vida, não apenas no esporte, mas no trabalho, na educação. O Plano Viver sem Limite, também citado, inclui quatro eixos: o da assistência social, o da saúde, o da educação e a acessibilidade mesmo, que é um tema transversal. Esses eixos são importantes para que a pessoa com deficiência possa se incluir cada vez mais na sociedade. Nós colocamos aqui a Secretaria de Direitos Humanos à disposição também do Senado, no que precisarem, seja na questão dos PLs, pois queremos contribuir e estaremos sempre de portas abertas.

Nós temos lá na Secretaria de Direitos Humanos, na Secretaria Nacional de Promoção do Direito das Pessoas com Deficiência, o Conad (Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência) que engloba mais de três mil entidades em todo o Brasil e que podemos trazer para a conversa. Essas audiências podem ser mais elevadas para a participação pública de verdade. Podem contar com nossa ajuda para que possamos encher este plenário com pessoas interessadas nessa temática e que possamos discutir, verdadeiramente, com pessoas que têm interesse em que esse assunto realmente deslanche e chegue a casos concretos.

Então, agradeço o convite, em nome do Secretário, e agradeço pela paciência em me ouvir. Obrigado. (Palmas).

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Rodrigo Abreu de Freitas, agradecemos muito a você. Leve nosso abraço ao Secretário Antônio José que já teve, em outras ocasiões, a oportunidade de estar aqui. Nós temos profunda admiração por seu trabalho. É uma pessoa altamente otimista, corajosa e que tem o carinho de muitas pessoas. Então, todo o nosso respeito ao trabalho e leve o nosso abraço a ele.

Então, o Rodrigo que acabou de se pronunciar – para quem acabou de ver pela TV – é Coordenador de Acessibilidade da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Com certeza, Rodrigo, a SDH é uma grande parceira da Comissão de Direitos Humanos. A Ministra Maria do Rosário sempre está conosco aqui no Senado Federal, não só nesta Comissão, mas, nesta semana, inclusive, ela esteve aqui conversando com o Presidente Renan, sempre atenta aos projetos que estão tramitando nesta Casa e sempre buscando nos demandar. Isso é importante, porque o Parlamento é muito demandado e quem demanda mais acaba tendo maior condição de resolver suas questões. Então, é importante que a SDH também nos ofereça sugestões em termo de legislação. Esta Comissão é participativa e está de portas abertas para receber a contribuição de todos.

Quero conceder a palavra a Andréa Pontes, paracanoísta e advogada. Andréa, é um prazer conhecê-la. Eu não a conhecia, mas é uma alegria poder falar-lhe aqui hoje.

Você tem o tempo de quinze minutos. *(Pausa.)*

A SRª ANDRÉA PONTES – Primeiro, bom dia a todos. É um prazer enorme estar aqui a convite da Senadora Ana Rita, e de José Pennafort. Quero falar sobre a experiência como cadeirante e com deficiência física.

Meu nome é Andréa. Eu sou paratleta. Vou falar um pouco de como surgiu essa história da paracanoagem e, principalmente, da inclusão social que o esporte me proporcionou. Eu sou advogada também.

Em 2007, tive um acidente automobilístico e acabei perdendo o movimento das pernas. Acho que todo mundo na hora se pergunta: “O que vou fazer da minha vida?” Pensei em acabar a faculdade e ir em busca de me encontrar de novo, me incluir socialmente. Inclusão, do meu ponto de vista, é quando a gente é aceito pela sociedade, e ela nos abraça. Só que eu acho que a gente precisa de uma readaptação para conseguir se adaptar também à sociedade. E custou-me muito conseguir isso, levei bastante tempo. No início, tinha muita vergonha da cadeira de rodas, mas continuei a faculdade até terminá-la. Ao terminar, pensei: “E agora, o que vou fazer?” Cada trajeto que eu fazia do escritório até o Fórum, cada falta de acessibilidade, cada obstáculo com o qual me deparava se transformava em um monstro para mim.

Continuei e pensei que talvez o problema fosse com a minha cidade. Mudei de cidade, não resolveu. Talvez o problema fosse o País e considere morar no exterior... Enfim, fiquei numa busca incessante do que fazer para me readaptar. E acabei achando essa readaptação por meio do esporte, o que foi muito importante para mim. Quero aproveitar a oportunidade para falar um pouco sobre a falta de incentivo com que às vezes, como atletas, nos deparamos. Eu até estava conversando com o Ayres a respeito disso e o questionei: “O que há de projeto hoje em trâmite aqui no Senado?”

O SR. AYRES PEREIRA DAS NEVES JUNIOR – Olha, é pouca coisa nessa área. Creio que a última grande conquista feita foi a do atleta guia para o corredor, que passou a receber o Bolsa Atleta – creio... Depois disso, não houve uma vertente muito evidente. Mas cabe que retorne o olhar a essa...

A SRª ANDRÉA PONTES – Acho que isso seria muito importante, porque eu vejo no esporte... Como disse, eu fiquei nessa busca incessante e consegui me readaptar e retomar minha vida por meio do esporte. E os reflexos disso são visíveis também em outros âmbitos da minha vida. Então...

(Fora do microfone.)

A SRª ANDRÉA PONTES – Desse Bolsa Atleta...

O SR. AYRES PEREIRA DAS NEVES JUNIOR – Ela está me perguntando sobre o projeto do Bolsa Atleta, que compreende o corredor guia para o atleta da corrida. Antes, não: só quem recebia o Bolsa Atleta era o corredor, mas são dois, na verdade, não é? Esse não, esse virou lei. Esse já existe. Depois dele, não me ocorre que tenha surgido outra iniciativa nessa área do esporte.

A SRª ANDRÉA PONTES – Então, eu acho lastimável essa falta de incentivo, de um maior número de projetos para os paratletas, porque quando as pessoas entram no esporte, isso se reflete na vida de todos. Então, fica minha crítica. Acho que vou adicionar mais esse pedido na “listinha”. Espero ter contribuído um pouco com a minha experiência de cadeirante. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Andréa, primeiro, quero dizer que, independente da realização desta audiência pública, você, juntamente com os colegas canoístas – aqui tem o José Pennafort, que é canoísta também e trabalha conosco –, vocês poderão se articular e trazer sugestões. Acho que a experiência de vida de cada um será inspiração para os projetos de lei. Quem não passa pela situação de deficiência nem sempre percebe as dificuldades com tanta clareza. Então, quem vivencia essas dificuldades é que poderá nos ajudar apontando para onde precisamos, realmente, voltar nossos olhares.

A SRª ANDRÉA PONTES – Também me chamou a atenção a dificuldade que tive, eu que sou paracanoísta, de conseguir um barco adaptado. Esse barco precisou vir da Polônia por falta de incentivo e de investimento aqui no Brasil.

O SR. AYRES PEREIRA DAS NEVES JUNIOR – Senadora, aqui não é sessão deliberativa, mas que tal se fizéssemos um projeto, alguma coisa assim, de incentivo às indústrias voltadas ao esporte para que invistam em equipamentos de acessibilidade? São equipamentos muito caros, a acessibilidade custa muito caro e acaba por se elitizar. Para que todos tenham acesso, essas grandes indústrias deveriam ter esse olhar. Há instrumentos para pensarmos nisso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, Ayres... Eu estou até anotando, porque o que vocês estão colocando me reporta à Medida Provisória 620. Essa Medida Provisória é um marco na vida do esporte brasileiro. A Medida Provisória 620, inicialmente, chegou ao Senado para tratar de dois grandes temas. O primeiro era o Minha Casa Melhor, que possibilitava – possibilitava, não, possibilita – aos usuários do programa Minha Casa, Minha Vida adquirir eletrodomésticos, de modo geral, para montar a sua casa. E a outra questão de que a medida provisória tratava era a ampliação do Vale-Cultura, para as pessoas poderem ter acesso a teatro e tudo o mais.

Quando a medida provisória chegou aqui ao Senado, nós fomos procurados, em particular, pelos atletas da ONG Atletas Pelo Brasil, que tem como presidenta a Ana Moser e vários outros atletas conhecidos, reconhecidos internacionalmente, como o Raí, como o Mauro Silva, como o Guga, e tantos outros que fazem parte dessa organização não governamental. A pedido deles, nós trouxemos para dentro da medida provisória um projeto de lei que tramitava havia muitos anos na Câmara dos Deputados e não conseguia ter prosseguimento, por várias razões. Trouxemos o conteúdo desse projeto de lei para dentro da medida provisória. Aí, dialogamos com o Governo, dialogamos com vários setores, e uma das questões que nós acrescentamos ao projeto de lei foi a tecnologia assistiva, justamente para possibilitar à indústria brasileira um incentivo para que ela possa fabricar produtos, equipamentos para atender às pessoas com deficiência.

Então, eu acho que esse é um marco importante, além do que a medida provisória possibilita agora uma garantia à democratização do esporte brasileiro, à democratização e à transparência das entidades, federações e confederações de esporte; possibilita que haja eleições para as direções dessas entidades, porque até então não havia esta obrigatoriedade. Então, agora, de quatro em quatro anos, deverá haver eleições. E garante ainda que o esportista poderá votar e ser votado, porque até então também não havia essa possibilidade. Os atletas não eram beneficiados diretamente.

E são entidades que recebem recursos públicos. Então, isso vai valer para todas as entidades que recebem e que querem continuar recebendo recursos públicos. Elas deverão se adequar a essa nova legislação. Se elas acharem que não devam se adequar, também não vão mais receber recursos públicos. O entendimento é de que os recursos públicos têm que ser aplicados e têm que atender diretamente ao público daquela instituição, que são os atletas. Então, por exemplo, os paralímpicos – no seu caso, como paracanoísta – precisam, sim, de incentivo e de apoio. As entidades deverão estar atentas a isso.

É uma legislação nova. Essa medida provisória foi aprovada agora, no segundo semestre, e já está em vigor, mas é importante que haja uma divulgação, para que os atletas tomem conhecimento e conheçam quais são os direitos que passam a ter a partir dessa nova legislação.

Eu estou fazendo uma atividade no meu Estado, agora, dia 16 de dezembro. Já temos aí a confirmação da Ana Moser, a confirmação da Hortênsia e do Mauro Silva, que vão ao Espírito Santo, ao Palácio do Governo. Nós fizemos aí uma parceria com o Governo do Estado, para que eles divulguem, falem sobre essa nova lei, para que seja de conhecimento de todas as pessoas. E vamos, posteriormente, trazê-los aqui à Comissão de Direitos Humanos. Vamos acertar isso, para que também tenham um espaço aqui para expor sobre o conteúdo dessa nova legislação.

É importante que os atletas falem diretamente. É diferente uma fala nossa. A fala do legislador é uma, e a fala do atleta ou de quem está à frente de uma entidade de atletismo que busca a inclusão social, que tem essa preocupação com a inclusão, que tem a preocupação com a democratização dos recursos públicos aplicados nessa área, com a transparência da aplicação desses recursos... É importante que se manifeste e fale para a sociedade brasileira e, em particular, para os atletas.

Então, eu diria isso para você, viu, Andréa. Acho que é preciso avançar, sim. Nós temos uma dívida histórica. Eu acho que, no Parlamento, apesar de todas as questões que já falamos e que já foram feitas, nós temos ainda sempre muita coisa para fazer. Então, eu agradeço muitíssimo a sua participação.

O SR. RODRIGO ABREU DE FREITAS – Eu gostaria de falar só mais uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Abreu de Freitas) – Sim, pode falar, Rodrigo.

O SR. RODRIGO ABREU DE FREITAS – ... sobre a questão da Andréa também, os programas do Governo de incentivo ao esporte.

Uma notícia que a gente tem da questão do Bolsa Atleta e do Bolsa Pódio, primeiro, é que a maioria das pessoas que estão nesse programa são pessoas com deficiência.

E outro programa importante do Viver sem Limite, também, é a questão da tecnologia assistiva. Existem os objetivos de aplicar R\$60 milhões até 2014, R\$40 milhões ainda neste ano, e R\$90 milhões em inovação até 2014, no total, com recursos de tecnologia assistiva.

Tecnologia assistiva são recursos que facilitam a vida da pessoa com deficiência. E existe um crédito, inclusive: o BB Acessibilidade, um microcrédito para aquisição de tecnologia assistiva, no qual houve quase 14 mil operações, já, de pessoas pegando empréstimo para aquisição.

E existe uma chamada aberta, agora, em 2013, em que já foram apresentadas 131 propostas da Finep para tecnologia assistiva, produtos de inovação que pudessem ser utilizados. Inclusive, está havendo uma mostra agora, ali no Planalto, e foi apresentada lá uma cadeira de rodas em fibra de carbono, que está lá exposta. São tentativas que o Governo tem feito de abrir essas chamadas, para a gente conseguir.

Houve uma seleção, também, em 2012, que teve dois projetos aprovados, num total de quase R\$4 milhões – R\$3,9 milhões para essa área aí também. Então, são tentativas que o Governo tem feito.

A SRª ANDRÉA PONTES – Se me permite uma crítica construtiva: como pessoa com deficiência, o que eu vejo? Bolsa Atleta é ótimo, mas a burocracia até que o atleta o consiga é muito grande. Se, por exemplo, eu entro com um pedido de Bolsa Atleta para os resultados que eu tive este ano, a gente só começa a receber o Bolsa Atleta um ou dois anos depois.

Em relação a cadeira de rodas e outros utensílios, fica uma crítica às taxas que são cobradas em cima. Essa cadeira de fibra de carbono, mesmo, que você comentou, aqui no Brasil, custa R\$18 mil. Quantas pessoas com deficiência têm condições? É um carro, como o Ayres está dizendo aqui, é um carro! Quantas pessoas com deficiência teriam condições de comprar essa cadeira? É nesse sentido que eu acho que faltam algumas políticas pra facilitar, por exemplo, a desburocratização. O acesso ao crédito do Banco do Brasil pelo Viver sem Limites também é bastante complexo. Então, acho que falta uma facilitação.

O SR. RODRIGO ABREU DE FREITAS – Nós estamos trabalhando inclusive junto com o Banco do Brasil, para tentar desburocratizar o máximo possível. Inclusive, na tecnologia assistiva, como falei, nós estamos tentando agora incluir obras de reforma nas casas das pessoas. E estamos tentando tirar o máximo. Estamos trabalhando com isso realmente no Brasil. Estamos tentando buscar isso. A Secretaria tem trabalhado intensamente nessa busca de a gente realmente reduzir e ter a questão da facilitação tanto na burocracia quanto no acesso, no poder aquisitivo também para esses produtos.

Inclusive, nesse projeto do microcrédito, nós temos trabalhado junto com o Banco do Brasil para a gente conseguir retirar o máximo possível de cláusulas que são dificultadoras. E temos conseguido bastante êxito. Depois eu posso até conversar e mostrar-lhe algumas coisas. Está bem?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, agradecemos aqui à Andréa, agradecemos ao Rodrigo.

Nós vamos agora fazer as considerações finais. Então, vocês poderão ainda complementar com alguma outra informação, alguma outra observação, para que nós possamos também agregar ao que já foi dito.

Eu vou conceder a palavra à Ilana Trombka, para que ela possa também fazer as suas considerações finais por um tempo de cinco minutos.

O SR. ILANA TROMBKA – Eu não posso deixar de ressaltar algumas coisas que foram faladas aqui e que me parecem relevantes.

O Núcleo Socioambiental da Diretoria-Geral trata com o Senado Verde e com a acessibilidade. Assim como o Ayres disse que a acessibilidade não é barata, a ecologia também não é. A sociedade brasileira é uma sociedade redemocratizada há pouco tempo, que ainda está em progresso e aperfeiçoamento. E esses aperfeiçoamentos, por vezes, ainda custam. Então, são coisas que a sociedade, dentro desse seu aperfeiçoamento, vai trabalhando. E nós estamos atentos, como órgão público, para, apesar disso, investir da forma correta e da forma adequada.

Aqui foi falado da escola inclusiva. Na pesquisa do DataSenado, é importante se ressaltar que a pessoa com deficiência não quer um ensino especial, quer ser incluída. Isso é muito importante, porque ao incluir a criança... É na escola que a gente aprende a viver e é na escola que a sociedade está representada. É através da criança que a gente inclui a família da criança: os avós, os pais, os irmãos... E, assim, a acessibilidade e a inclusão se tornam um aspecto muito mais amplo do que meramente aquela criança com os seus pares.

A gente falava aqui muito de diferenças. E, em um aspecto, pareceu-me uma enorme igualdade que os principais problemas, as prioridades para a pessoa com deficiência – trabalho, saúde, educação e transporte – sejam as prioridades para a pessoa sem deficiência. São as prioridades para o povo brasileiro, igualmente, com ou sem deficiência. Esses são os itens que pessoas cadeirantes, deficientes visuais, ou sem deficiência visual, ou sem dificuldade de locomoção – para todos eles, educação, saúde, transporte, e aqui eu acrescentaria segurança... Somos igualmente necessitados de políticas públicas nessas áreas, todos nós.

Eu não sou Senadora, mas tenho 16 anos de casa, e a gente aprende a ser um pouco do Senado. O Senado é uma casa aberta e aqui se estabeleceu com a Andréa. A Andréa trouxe uma série de necessidades do atleta paralímpico, e eu tenho certeza de que a CDH e os Senadores estão abertos a esses pleitos, estão abertos a ouvir a sociedade organizada. E por isso temos uma Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para que aqui chegue, sim. O Senado – e a Senadora, muito mais do que eu, é detentora dessa fala – é uma casa aberta e quer ser uma casa cada vez mais aberta. Quer ouvir a sociedade e quer que a sociedade chegue para dizer os seus pleitos, porque, assim, saberemos muito melhor, o Senado saberá muito melhor como agir.

É necessário que a população brasileira conheça o Senado antes de julgá-lo. Há problemas no Senado, mas, por vezes, nós somos muito mal julgados por pessoas que não conhecem o trabalho do Senado Federal. Então, é necessário que a sociedade organizada, que as entidades dos paratletas, dos atletas, dos artistas, tenham aqui uma interface. E esta é a Comissão para essa interface.

Por fim, eu tenho que dizer que ser Diretora-Geral Adjunta – hoje eu sou Diretora-Geral em exercício, porque o Diretor-Geral está fora de Brasília – não é fácil. Não é uma missão fácil, é uma missão hercúlea. Somos uma casa que precisa evoluir na sua administração. Isso significa restrições à vida familiar, à vida pessoal. Mas são estes momentos que fazem valer a pena. É este aprendizado que faz valer a pena, sabendo que onde estamos neste momento temos mais condições do que em outros lugares de auxiliar a modificação, a mudança do Senado Federal.

Senadora, agradeço à senhora, aos colegas, à Andréa, ao Ayres, ao Tiago, ao Rodrigo, pela oportunidade de aprendizado que tive aqui, e à Comissão de Direitos Humanos e a todos os Senadores, por estarem, junto com a administração da Casa, buscando essas melhorias. Foi um grande prazer, tenham certeza. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Ilana. Obrigada pela sua participação. Parabéns pelo trabalho que vocês vêm fazendo.

É aquilo que você disse: as críticas que vêm de fora com relação ao Legislativo, de modo geral, e principalmente com relação aos políticos, que exercem mandato, às vezes são feitas sem de fato conhecer o trabalho.

Mas é claro que também é compreensível que a população, de modo geral, tenha uma avaliação não muito positiva, porque, muitas vezes, há exemplos também que deixam as pessoas indignadas, não é? Mas eu vejo que esta Casa tem se esforçado muito. E o Senado Federal é uma Casa que lhe dá condição de trabalho. E particularmente tudo o que fazemos aqui é de conhecimento de todas as pessoas.

Eu digo que as pessoas que hoje acompanham a TV Senado, muitas vezes, sabem muito mais até do que nós que estamos aqui de tudo o que acontece aqui dentro, porque as pessoas acompanham a TV Senado, as pessoas escutam a Rádio Senado, a Agência Senado. Há os espaços de comunicação, o e-Cidadania, por exemplo, que é um espaço de interação com o Senado muito utilizado pelas pessoas. Então, o Senado oferece uma possibilidade de comunicação que eu considero muito boa e que nos ajuda nessa interação.

Eu acho que é preciso fortalecer esses espaços, ampliar esses espaços, para que a população realmente acompanhe de perto a ação de todos os seus eleitos e consiga fazer uma avaliação a mais real possível da atuação de cada um.

Eu quero aqui agradecer muito, Ilana, a sua presença e agradecer a toda a equipe do Senado que tem colaborado, que tem ajudado e que tem apoiado inclusive a Comissão de Direitos Humanos. Muito obrigada.

Eu quero conceder a palavra ao Thiago Cortez Costa, que falou aqui da pesquisa do DataSenado e que é assessor especial da Secretaria de Transparência do Senado Federal.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Minha palavra é só no sentido de agradecer novamente a participação, a possibilidade de trazer aqui as informações da pesquisa.

Reitero o meu sentimento de honra de estar dividindo a mesa com a Srª Senadora e com os demais colegas, o Ayres, a Andréa, o Rodrigo, a Ilana, Diretora-Geral Adjunta.

A Ilana ressaltou bem um fato da pesquisa de que as necessidades das pessoas com deficiências e sem deficiências são compartilhadas, as preocupações são as mesmas: trabalho, saúde, educação, transporte.

A gente precisa estar atento às especificidades de cada grupo e à forma como esses grupos sentem essas necessidades de maneira diferente. Uma pequena ressalva é que há um escalonamento dessas necessidades. Enquanto para a população brasileira, hoje, a gente constatou que a principal preocupação é com a segurança pública e com a saúde, para a população com deficiência, a principal preocupação é o trabalho, e a saúde aparece como terceira preocupação. Então, trabalho é hoje a maior preocupação da população com deficiência.

Novamente, eu agradeço a oportunidade de participação, cumprimento todos os presentes e agradeço pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Nós é que agradecemos, Thiago, a sua presença aqui, que nos trouxe dados importantes da pesquisa também. Muito obrigada. Um bom trabalho para vocês. Parabéns para toda a equipe.

Vou conceder a palavra ao Ayres Neves, diretor da Secretaria de Controle Interno do Senado Federal, para, também em um prazo de cinco minutos, fazer as suas considerações.

O SR. AYRES PEREIRA DAS NEVES JUNIOR – Eu agradeço, Senadora, a oportunidade do convite, sinto-me muito honrado. E gostaria até de falar para os meus colegas servidores – infelizmente são poucos hoje aqui –, porque o nosso espírito de união ainda é pouco, ainda é precário. Precisamos desenvolver isso melhor, porque o brasileiro, enquanto o problema não bate à sua porta, não se considera como parte da solução. Você tem que ser parte da solução dos problemas, ainda que eles não sejam seus.

Convido meus colegas servidores com deficiência a que a gente se reúna mais. Vamos nos unir, vamos apresentar nossos pleitos. Nós somos servidores públicos, é claro, mas também somos cidadãos e conquistamos o nosso direito de estar aqui. Devemos nos unir, conversar com a Diretoria-Geral, tratar de nossos assuntos e de nossas questões, que são questões muito importantes e relevantes.

Até algum tempo atrás eu fazia parte desse grupo que organizava a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Hoje não. Acho importante que haja renovação. Outras pessoas estão fazendo esse trabalho e me considero plenamente representado por essas pessoas. Acho que é um trabalho que está sendo muito bem conduzido e que merece o apoio de todos os servidores da Casa.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Ayres. Todo nosso carinho e respeito pelo seu trabalho.

Eu concedo a palavra agora ao Rodrigo Abreu de Freitas, Coordenador de Acessibilidade da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O SR. RODRIGO ABREU DE FREITAS – Eu quero agradecer o convite da Senadora Ana Rita mais uma vez. É um prazer estar aqui, uma honra. Agradeço também à Ilana, ao Thiago, ao Ayres e à Andréa. Já fiz minhas considerações finais. Na verdade, não sabia que haveria este final. Só agradeço mesmo.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Rodrigo, por sua participação.

Eu concedo a palavra também para a Andréa Pontes, que é paracanoísta e advogada.

A SRª ANDRÉA PONTES – Gostaria de mais uma vez agradecer o convite que me foi feito, salientar a importância do evento, da Semana e, como consideração final, também gostaria de ressaltar mais uma vez a importância do esporte como forma de inclusão social, que foi o que aconteceu comigo, salientar também os resultados que os paratletas têm obtido nas últimas competições, que são cada vez melhores.

Vou bater novamente na tecla do incentivo, que eu acho que acaba ficando um pouco a desejar, necessitando de políticas públicas um pouco mais eficazes.

Muito obrigada pela atenção de todos. Obrigada pelo convite e, mais uma vez, parabéns.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Andréa, por sua presença, pelo seu esforço e pela coragem de retomar a sua vida. Com certeza, você já é uma pessoa vitoriosa.

Queremos aqui agradecer a presença de todos. Mas, antes de encerrar, quero informar que primeiro estávamos aqui...

Bom, antes disso, os encaminhamentos desta audiência pública nós já registramos. Vamos acolher todas as propostas que aqui foram sugeridas.

Com certeza, precisamos fazer para o próximo ano uma agenda afirmativa na Comissão de Direitos Humanos a partir das sugestões oferecidas pelo Ayres; fazer um levantamento de toda a legislação já existente e de projetos que estão em andamento no Senado Federal para que possamos retomá-los – alguns estão na Comissão de Direitos Humanos – para ver se não há necessidade de fazer debates, de aperfeiçoar, enfim, para poder dar uma atenção especial a esses projetos que já estão na Casa e pensar também em novos projetos para que setores ou áreas relacionados a pessoas com deficiência não fiquem descobertos, sem uma legislação específica que fortaleça aquela política ou que dê, que amplie os direitos naquela área. Enfim, acolhemos com muita responsabilidade todas as sugestões que aqui foram oferecidas.

Agradecemos profundamente à Ilana, ao Thiago, à Andréa, ao Ayres e ao Rodrigo pela presença aqui hoje.

Também estamos aguardando – já deveria ter chegado – o Projeto Cão-Guia de Cegos. Eles tiveram problema no trânsito, acho que houve uma manifestação aqui em Brasília, eles estão presos nesse trânsito e não conseguiram chegar aqui ainda.

Mas, quem puder permanecer nesta sala para poder recebê-los, acolhê-los... Vou apenas dizer um pouco do que se trata.

“Você vê só um cachorro. O cego vê o mundo”, diz o título deste artigo:

O Projeto foi idealizado buscando o princípio de igualdade física e a reintegração da pessoa com deficiência visual na sociedade, nos setores econômicos e educativos, fornecendo-lhes locomoção segura por meio do cão-guia, qualidade de vida, saindo da esfera de sistemas compensatórios que hoje imperam no mercado social.

O treinamento de cães é inserido numa estrutura, num processo mais amplo, composto por diversas etapas, que passam pelo processo de seleção genética de matrizes (fêmeas) e padreadores (machos), reprodução e nascimentos assistidos, socialização dos filhotes, seleção dos animais compatíveis com a finalidade, treinamento específico para a função, adaptação ao deficiente visual e, finalmente, entrega do animal ao seu utilizador.

Então, é um projeto muito importante o Cão-Guia de Cegos, que possibilita às pessoas que têm deficiência visual terem um colaborador, que é o cão que o guia. Então, quem puder permanecer aqui, para recebê-los... Será uma grande satisfação.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Só gostaria de pedir a palavra mais uma vez para informar ao cidadão que nos estiver assistindo em casa que se quiser se informar sobre esses projetos mencionados aqui ou sobre outros projetos que tratem dos direitos das pessoas com deficiência pode ligar para o Alô Senado, 0800-612211, e solicitar informação por telefone ou por meio do formulário da internet no *site* do Alô Senado, que é www.senado.gov.br/alosenado. Então, você pode solicitar essa informação, vamos providenciar e repassamos para vocês.

O relatório final da pesquisa está sendo disponibilizado hoje no *site* do DataSenado: senado.gov.br/DataSenado. Todos os resultados completos das pesquisas estarão lá também.

O SR. ILANA TROMBKA – Gostaria de pedir, antes de encerrar... A Diretoria-Geral, nesta gestão, desde que o Helder assumiu, se propôs a uma estratégia de aproximação com os gabinetes e com os servidores. Nesse sentido, coloco meu *e-mail*, que é ilana@senado.gov.br ou ilana@senado.leg.br, para receber também as demandas dos servidores que vejam questões nessa área de acessibilidade que possamos aprimorar, especialmente do grupo de servidores deficientes do Senado Federal, para que nos motivem, nos informem também de dificuldades específicas, de ocorrências, para que também pontualmente nós possamos atendê-los.

Tivemos já rapidamente alguma evolução em questão de estacionamento para servidor e para a população com deficiência física, mas estamos abertos para receber novas sugestões e novos encaminhamentos para podermos atuar em âmbito geral e também no âmbito específico.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Licença novamente, acabei me trazendo à memória, falando do esporte e da inclusão das pessoas no esporte... Nós tratamos na pesquisa da inclusão no mercado de trabalho, da inclusão na educação, mas a questão do esporte também está lá dentro da pesquisa, especialmente com relação ao lazer.

Então, um dado que mencionei aqui foi que 70% das pessoas entrevistadas querem o lazer inclusivo. Daí, ressaltamos alguns fatores que podem melhorar esses momentos de lazer. Em primeiro lugar, ficou a necessidade de adaptação dos ambientes, com 44% das menções dos entrevistados; em segundo lugar ficou a redução dos custos dos momentos de lazer, apontada por um em cada cinco, por cerca de 20% dos entrevistados; em seguida tivemos a diversificação das opções de lazer; e em quarto lugar, com 1/10 das menções, ficou a integração dos acompanhantes às atividades de lazer. E aí, quanto ao esporte, perguntamos aos entrevistados se eles deixavam de fazer alguma atividade em função de sua condição e em função da falta de adaptação das opções de lazer. Constatamos que a opção de lazer que eles mais se ressentem de não poder fazer é justamente a prática desportiva pela falta de acessibilidade, de aparelhos da tecnologia assistiva para prática desportiva.

Então, esse é um dado que também consta na pesquisa e temos prazer em compartilhar com vocês.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Antes de a Andréa falar, só quero dizer que estamos tentando ganhar tempo para poder receber o Projeto Cão-Guia. Eles estão chegando, já estão dentro do Senado. São mais uns cinco minutos só para recebermos o Projeto Cão-Guia de Cegos.

A SRª ANDRÉA PONTES – Vou aproveitar. Como o Thiago falou, as pessoas têm essa dificuldade imensa. Acho de grande valia divulgar aqui o trabalho realizado pela Diana Nishimura. Ela é um dos grandes nomes hoje na canoagem, na paracanoagem do Brasil. Acho que merece destaque.

Ela tem uma escola e essa escola deixa as portas abertas para receber pessoas com deficiência. Então, é muito bacana, em que pese não tenhamos uma adaptação perfeita... Imaginem uma pessoa com muita boa vontade e disposta a ajudar. Ela sempre dá um jeito – qualquer pessoa com deficiência que for lá e quiser cair na água para experimentar o esporte – ela com certeza vai achar uma forma de colocar essa pessoa na água, com acompanhantes, se precisar, com custo baixíssimo ou sem custo. Então, acho interessante divulgar esse trabalho dela. Depois, até peço a gentileza, se puderem passar os contatos da escola dela no *site* juntamente com as pesquisas... porque é um trabalho que merece destaque mesmo.

Obrigada.

O SR. RODRIGO ABREU DE FREITAS – Enquanto esperamos o pessoal do Cão-Guia, eu queria dizer também que, pelo Plano Viver sem Limite, o Governo já construiu um centro de treinamento de cães-guias em

Camboriú, Santa Catarina; e já tem uma meta também, três obras em construção: uma em Minas Gerais, uma Goiás, outra no Espírito Santo e há mais uma homologada pelo MEC para abrir no Ceará.

Já chegou.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Queremos aqui, então, agradecer a essa primeira Mesa. Agradeço muito à Ilana, ao Thiago, à Andréa, ao Ayres e ao Rodrigo. Parabenizo-os pelo trabalho.

Já estamos recebendo o Projeto Cão-Guia de Cegos. Aqui há vários cães. Agradeço a presença, se vocês puderem... Acho que os demais poderão ocupar aqui os espaços de forma mais rápida. Peço ao Thiago, peço a quem puder permanecer que o faça, senão a gente vai... Por favor...

Vou solicitar a vocês... O nosso tempo já não é tão longo mais, estamos aqui já encerrando nosso prazo, mas eu gostaria que alguém do grupo pudesse explicar para todos nós e para quem nos acompanha pela TV Senado como funciona o Projeto Cão-Guia de Cegos.

Solicito que alguém de vocês se apresente, apresente o grupo, diga o nome, quem são as pessoas que estão aqui, de onde vieram...

A SRª MARIA LÚCIA DE CAMPOS – Bom dia, sou Lúcia Campos, coordenadora do Projeto Cão-Guia do Distrito Federal. Hoje presente comigo está o Boy, que é um filhote com dez meses que está em socialização; o Silvo já é utilizador de cão-guia, está no seu segundo cão-guia, ele está com a Naná; e o Ricardo, que é do Conselho da Associação Brasileira de Ações Humanitárias e Presidente da Associação Amigos do Cão-Guia, está acompanhando a Bia, que é irmã do Boy e também está em socialização.

Esse é um projeto que existe em Brasília desde 2001. Ao todo já entregamos 42 cães formados aqui. Nós trabalhamos, desde o início do projeto, em parceria com o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, de onde vêm os nossos treinadores. Temos parceria com outras entidades, como o Hospital Veterinário da UnB, que nos auxilia na parte de veterinária, a Premier, que patrocina a alimentação dos cães, algumas clínicas de exames de imagem, clínicas veterinárias, mesmo, que nos ajudam muito.

Mas, infelizmente, não temos nenhum apoio financeiro. Esse apoio financeiro vem de ações que nós fazemos, como vendas de camisetas, vendas de brindes e doações que recebemos de alguns amigos, diretamente na conta, dinheiro usado única e exclusivamente para o trabalho com os cães-guias. A nossa demanda financeira é muito alta. Um cão desses pronto tem um custo de R\$30 mil, se englobarmos tudo, apesar de termos a ajuda da alimentação, de uma coisa ou outra, mas temos toda uma logística que precisa de dinheiro mesmo. Até hoje a gente trabalha nessa forma e, desde 2006, o projeto não tem mais recebido ajuda financeira de Governo Federal ou distrital. Então, é realmente um trabalho de formiguinha. É uma instituição que hoje poderia estar formando – e tem condições técnicas e físicas para isso – até 20 ou 30 cães por ano. Aí os outros acham: “Mas o que são 20 ou 30 cães por ano num país em que se tem mais de 1,2 milhão de pessoas cegas?” É pouco, é pouco para quem está de fora, mas é muito para quem está trabalhando, porque é um processo lento. Levamos em média dois anos para formar um cão. Do nascimento até ele se formar é um período de dois anos, isso quando a gente tem condições financeiras de fazer o projeto andar sem parar. Se parar já se está perdendo tempo.

Eu vinha comentando há pouco que o tempo para o animal conta de uma forma muito diferente do nosso. Então, cada mês, cada dois meses perdidos no trabalho deles é um atraso muito grande. Um cão que a gente põe para trabalhar aos dois anos tem uma vida útil – e isso a gente fala porque é o que a gente tem, já há cães nessas condições – eles trabalham mais oito anos tranquilamente, eles chegam aos nove ou dez anos trabalhando que é uma beleza, mas por quê? Porque a gente mantém a saúde desse animal, isso é fundamental e isso é custo. Manter um cão saudável é custo. Hoje digo a quem quer ter um cão que é a mesma coisa que ter um filho, tem-se que assumir que todo mês deve-se ter x disponível para gastar com uma boa alimentação, com medicação de prevenção... Brasília, infelizmente, é uma cidade que já ficou infestada por carrapato e agora pela leishmaniose. É um cuidado constante.

Aqui o Silvo, que cuida muito bem da Naná...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA LÚCIA DE CAMPOS – ... sabe do que estou falando. Você vai comprar uma coleira Scalibor para colocar num cão em *pet shop* por aí, são R\$80,00 ou R\$100,00. Comprar uma boa ração custa R\$150,00 um saco para um mês. Então, hoje, cão-guia se tornou um produto que não é para qualquer um, é para quem tem condições de arcar com um cão. Não se pode falar: “Vou dar um cão-guia para qualquer um.” Não, depois como fica a vida desse animal? Porque na nossa instituição fazemos o seguinte: não doamos o cão ao utilizador, fazemos um contrato de cessão, exatamente para que possamos garantir os direitos desse animal. Em caso de subutilização, de maus-tratos, alguma coisa que vá contra os direitos do animal, temos o direito e a obrigação de recolher esse cachorro.

Então, temos que ter muito cuidado. Hoje, com esse programa do Governo Federal de começar a fazer centros de treinamento, eu digo sempre que a grande diferença entre o nosso trabalho e o trabalho do Governo Federal é simples. A nossa escola forma cães-guias, o programa do Governo Federal é para formar treinadores de cães-guias. Consequentemente, ele tem que formar um cão-guia cada vez que formar um treinador, porque é a ferramenta de ensino, de trabalho. Mas o nosso grande diferencial é que o nosso trabalho é a formação de cães-guias, e o do governo federal é a formação de profissionais. E obviamente para cada profissional vai sair um cão-guia ou dois, que é o período que ele tem que fazer.

Na realidade, para cada treinador, têm que ser formados cinco cães-guias, porque ele só é certificado como treinador depois que forma cinco cães-guias. E para instrutor ele tem que formar de oito a dez cães, e fazendo a junção do cão com o utilizador. São etapas diferentes. O cão-guia começa no nascimento dentro da nossa instituição, porque hoje trabalhamos com matrizes de nossa propriedade. Não podemos aceitar doação, porque a gente já trabalha no sistema de prevenção de saúde, pela genética, como é caso da displasia, alguns problemas cardíacos. Então já temos matrizes reprodutoras isentas disso. Obviamente isso ainda pode acontecer, porque genética é genética e a gente nunca fica totalmente isento. Mas, em princípio, de cada ninhada a gente chega a um aproveitamento de 70% a 80%. Antes, o nosso aproveitamento era de 20% a 30% em número de cães de cada ninhada. Depois que começamos a cuidar da reprodução, isso virou totalmente. E não adianta você falar que vai aceitar um cão de doação. Gente, ninguém doa o melhor cão que tem, ninguém.

Então o que eu quero dizer para vocês é que o projeto aqui de Brasília é pioneiro, é a primeira escola do Brasil. Já trabalhamos há 12 anos, 42 cães entregues e pedimos a colaboração de todos, para que nos ajudem no que puderem, para que essa escola não acabe. Isso é muito importante.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, Maria Lúcia.

Agradecemos aqui à Maria Lúcia de Campos pelo trabalho que tem feito. É uma experiência que não é tão conhecida nacionalmente, é uma experiência ainda de alguns Estados, de alguns lugares apenas. A presença de vocês aqui hoje ajuda a dar visibilidade a esse trabalho que tanto tem ajudado as pessoas que são cegas, mas ainda é para uma determinada classe social, porque os custos são muitos altos, a gente sabe disso. Mas é importante falar sobre isso porque precisa se tornar, de fato, uma política acessível a todas as pessoas que dela precisam.

Queremos agradecer à Maria Lúcia de Campos. Contamos com a presença do Silvo Góis de Alcântara e também do Ricardo Corrêa.

Vou conceder a palavra para o Silvo Góis de Alcântara, que é deficiente visual e tem uma cadela, bonita, para que ele possa também, por um tempo de cinco minutos, falar sobre essa experiência.

O SR. SILVO GÓIS DE ALCÂNTARA – Bom dia. Gostaria de cumprimentar a Senadora Ana Rita e agradecer pelo convite que nos foi feito e a todos os demais presentes a esta reunião.

Como foi dito pela Senadora eu sou deficiente visual desde nascença, tenho uma doença chamada retinose pigmentar que ao longo do tempo vai reduzindo a visão até zerá-la completamente.

Houve uma época em que eu utilizava como instrumento principal a bengala. Meu único instrumento de orientação e mobilidade era a bengala, que, de certa maneira, tem várias limitações de acesso, porque ela não previne, não consegue perceber todos os obstáculos que existem no caminho, não consegue localizar algumas coisas que facilitam a nossa vida, como o cão-guia localiza: escadas, entradas, saídas, faixas de pedestre, tudo isso... O cão-guia facilita muito a vida da gente.

Sou servidor público, trabalho na Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal, na qualidade de regulador de serviço público, trabalhando na área de regulação de resíduos sólidos aqui no Distrito Federal. Uma área um pouquinho complicada, mas estamos trabalhando para melhorar.

Sou usuário de cão-guia desde o ano 2002, quando recebi meu primeiro cão-guia, chamado Zircon, que foi formado também pela mesma escola. Recebi na primeira turma que foi formada aqui no Distrito Federal, então tive o prazer de trabalhar toda a parte de educação, conscientização da sociedade, e entrar realmente para abrir caminhos nessa nova vida.

Naquela época, as pessoas não conheciam o cão-guia, a gente teve que informar. Hoje no Distrito Federal todos conhecem, nas outras cidades também já há um conhecimento razoável e, desde então, a minha vida mudou completamente, porque ele facilitou muito, me deu completa segurança do meu caminho. É como você andar a pé, descalço, em um terreno complicadíssimo e, de repente, você passar a ter um carro de última geração, que te leva para todos os lugares, sem qualquer limitação. Essa é a diferença de um deficiente visual que tem um cão-guia para um deficiente visual que não tem um cão-guia.

Mudou muito a minha vida. Passei a fazer as minhas atividades com muito mais tranquilidade, muito mais facilidade. Permitiu-me, simultaneamente, trabalhar, fazer curso superior, numa universidade onde os horários

são complicados e andando de ônibus, ainda por cima. Eu tinha quer ir para a faculdade, voltar para o trabalho, voltar à noite para a faculdade, e chegar em casa uma hora da manhã e sair às seis da manhã do outro dia. E, nesse tempo todo, o cão sempre disponível, sempre com a maior boa vontade, o tempo inteiro ao meu lado. E, eventualmente, por algum motivo, se precisar ficar em casa, ele fica triste.

Hoje eu tenho a Naná. O meu primeiro cão se aposentou em 2009, teve problemas de saúde, e também já estava na idade de receber a sua aposentadoria, de descansar um pouquinho. E na oportunidade foi substituído pela Naná, que está me acompanhando agora e tem exercido todas as funções.

Eu gostaria novamente de agradecer a oportunidade e deixar bem claro que um cão-guia não é simplesmente uma questão de luxo, é uma questão de dar acessibilidade e inclusão ao deficiente visual. Porque um deficiente visual com bengala muitas vezes não é visto, e um usuário de cão-guia, na hora as pessoas veem e já auxiliam, ajudam em tudo o que for necessário. Então é segurança, é qualidade de vida, é integração social. É tudo na nossa vida.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Silvo Góis.

O Silvo me dizia, logo que ele chegou aqui, que, quando a Naná está com o arreio, não se relaciona com ninguém, é só com ele. Quando tira o arreio, ela está liberada para brincar, para fazer outras coisas.

Então é agradecer à Naná, que está aqui e tem feito o seu trabalho. Só que eu acho que a Naná trabalha demais. Mas que bom, ela se sente bem.

Silvo, sua experiência é muito bonita. Parabéns por essa política que está sendo implementada e que a gente precisa ampliar.

Vou conceder a palavra agora ao Ricardo Correa.

O SR. RICARDO CORRÊA – Bom dia! Muito obrigado pela oportunidade.

Sou Ricardo Correa, presidente da Associação Amigos do Cão-Guia, uma associação criada este ano para exatamente tentar arrecadar fundos para o Projeto Cão-Guia, que é da Associação Brasileira de Ações Humanitárias, que é hoje administrada pela Lúcia.

Sou família hospedeira, juntamente com a Lúcia, desde 2001, também. Já socializamos 13 filhotes, inclusive a Naná.

A nossa briga é para arrecadar fundos em prol do nosso projeto.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Ricardo.

Desta forma, vamos encerrando esta atividade de hoje, agradecendo muitíssimo a presença da Maria Lúcia de Campos, do Silvo Góis de Alcântara, do Ricardo Corrêa.

Quero dizer a vocês que chegaram agora, que fazem parte do Projeto Cão-Guia de Cegos, que vocês poderão ter nesta Casa uma parceira para outros momentos, para continuarmos conversando, dialogando. Infelizmente o nosso tempo já está chegando ao final.

Agradeço às demais pessoas que já compuseram a Mesa.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

Obrigada a todos vocês que aqui estão presentes, acompanhando este momento e participando dele.

(Iniciada às 8 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 37 minutos.)

ATA DA 71ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE DEZEMBRO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 10 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas do dia nove de dezembro de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Roberto Requião, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Roberto Requião e Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 118 de 2013, aprovado em 04/12/2013, de autoria da Senadora Ana Rita e Roberto Requião, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: “Agronegócio dos pequenos agricultores e dos trabalhadores rurais”. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados e solicita que tomem lugar à mesa. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Aparecido Bispo, Secretário-Geral da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP; Jean Carlo Pereira, Represen-

tante da Via Campesina; José Maria de Almeida, Representante da Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas; Anaximandro Almeida, Assessor Técnico da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Antônio Luiz Moraes, Coordenador-Geral de Análises Econômicas do Departamento de Economia Agrícola da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O Senhor Presidente faz encaminhamento para que seja elaborado relatório da audiência pública e encaminhado para todos os Senhores Senadores. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados representantes dos pequenos e médios agricultores para o contraditório, acerca dos dados expostos pelos representantes do Governo Federal. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra para os representantes do Executivo Federal, a fim de que se manifestem sobre o contraditório apresentado pelos representantes dos pequenos e médios agricultores. O Senhor Presidente franqueia a palavra a trabalhadores presentes no plenário da Comissão. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Roberto Requião e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quatorze minutos, lavrando eu, Tânia Márcia Oliveira de Andrade, Secretária-Adjunta Interina, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Roberto Requião**, Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Declaro aberta a 71ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos de um requerimento feito por mim e aprovado sob a Presidência da Senadora Ana Rita.

Discussão do agronegócio dos pequenos agricultores e dos trabalhadores rurais.

Como vocês veem, pela significativa presença de Senadores, o desinteresse pelo tema por parte do Senado Federal é flagrante, mas faremos a reunião. Há uma PEC em tramitação que deve ser votada, acredito, ainda neste ano, inevitavelmente neste ano. A reunião vai contribuir bastante para o esclarecimento desse problema vergonhoso que é a escravidão no campo no Brasil.

Eu convido para fazerem parte da Mesa Aparecido Bispo, Secretário-Geral da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo; Jean Carlo Pereira, Representante da Via Campesina; Anaximandro Almeida, Assessor Técnico da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Antônio Luiz Moraes, Coordenador-Geral de Análises Econômicas do Departamento de Economia Agrícola da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura; José Maria de Almeida, representante da Central Sindical e Popular.

A TV Senado está concorrendo conosco no corredor.

Sem mais delongas, enquanto os dois representantes da CNA e da Central Sindical Popular dão entrevistas no corredor, eu passo a palavra ao Aparecido Bispo para iniciar o seu depoimento e as suas considerações.

A praxe, Aparecido, é de 15 minutos, mas você terá o tempo necessário para fazer seu depoimento.

O SR. APARECIDO BISPO – Bom dia a todos, bom dia Senador e pessoal da Mesa, para nós da Feraesp, assalariados rurais, é uma grande satisfação poder falar do que ocorre no campo, do que ocorre na vida dos trabalhadores rurais neste País.

A situação dos trabalhadores rurais no Brasil é muito precária, caótica, é uma questão que não acontece de hoje. Se nós pegarmos desde a colonização deste País, os trabalhadores rurais raramente foram reconhecidos ou tiveram respeitados seus direitos. Hoje ainda, no século XXI, nos deparamos com vários trabalhadores encontrados em situações degradantes, análoga à de escravos, trabalhadores sem registro, trabalhadores mesmo registrados com excesso de jornada de trabalho, tendo que produzir além do que o seu corpo permita para dar condições de vida humana para eles.

É essa condição que vimos no campo hoje. O que a gente vê da política de governo com relação aos programas de compensação não resolve a situação desses trabalhadores e não vai resolver, porque há no Brasil uma cartelização desses complexos agroindustriais.

Hoje, não são mais as indústrias brasileiras que comandam esse agronegócio. Hoje quem comanda são as multinacionais, são os bancos internacionais que comandam. Os mesmos bancos que faliram os Estados Unidos nessa crise que está rolando até hoje, de que os Estados Unidos ainda não se recuperaram.

Esses grupos econômicos vieram para o Brasil hoje, estão aqui no Brasil. Estão concentrando, cartelizando toda a produção, seja de laranja, de madeira, do eucalipto, de cana-de-açúcar, de soja, de carne. Essas corporações estão se aliando umas com as outras e toda essa produção é simplesmente para exportação. E o

Brasil não está se beneficiando dessa riqueza. Enquanto isso, o País vai se fragilizando, vai ficando refém diante dessas multinacionais que estão dominando este País.

O que vemos no Brasil hoje são os trabalhadores passando fome, na miséria. Nós encontramos várias usinas brasileiras falindo, trabalhadores sem receber salário. Vão passar fome no Natal tendo trabalhado e não vão ter como receber. Já temos isso hoje. Greves acontecendo, trabalhadores paralisando, tentando fazer de uma forma que os salários deles possam ser recebidos, por aquilo que já trabalharam, em empresas que não pagam mais o Fundo de Garantia.

Em detrimento disso, o que ocorre no Brasil é uma cartelização dessas questões, dessas empresas que comandam hoje esse agronegócio. E ainda muitas vezes o Governo brasileiro acaba financiando essas empresas com dinheiro público, simplesmente para exportar. E o Brasil é penalizado com isso. Não é bom para o nosso País essa cartelização. Quanto mais indústrias brasileiras seria melhor, porque iria a distribuir a riqueza. E essas riquezas não estão sendo distribuídas, estão sendo concentradas.

Então ficar discutindo programa educacional, ficar discutindo Programa Bolsa Família, discutindo Pronatec não vai resolver o problema. O povo vai continuar na miséria. E essas empresas vão explorar o nosso País e deixá-lo na miséria e vai acontecer o que aconteceu nos Estados Unidos e o que está acontecendo na Europa hoje, porque nós sabemos que essas empresas especulam cada país, vão viajando o mundo, de país a país, e vão deixando o seu povo na miséria.

Acho que o Senado poderia trabalhar num processo de cartéis que está colocado no País. Não dá para aceitarmos isso. Queremos trabalhar um pouco a questão da segurança e soberania alimentar e muitas vezes nós vimos os índios brigando com os fazendeiros brasileiros, como se fosse um problema. E na verdade o problema não é esse. O problema é outro. Vemos os sem-terra ocupando terra, brigando com os próprios fazendeiros brasileiros. Uma briga de brasileiro com brasileiro, e vêm essas corporações ocupando terras públicas, terras boas de produção, com financiamento público, com apoio do Governo para isso e não tem nenhuma contrapartida para o povo brasileiro.

Precisamos fortalecer o que é brasileiro, fortalecer as propriedades brasileiras, mas fortalecer uma reforma agrária brasileira, fortalecer a segurança e a soberania alimentar, através da agricultura familiar. O Brasil hoje exporta feijão, está importando feijão da China. E nós vimos aí que a prioridade hoje não é financiar a alimentação do povo brasileiro, muito pelo contrário. E essa riqueza não fica com esse agronegócio que a gente fala que é brasileiro, vai tudo para fora. O Brasil não se apropria dessa riqueza. E nós sabemos o que vai acontecer no futuro. Se nós sabemos e já temos muitos exemplos do que ocorre no mundo, por que vamos errar? Por que vamos deixar acontecer? Nós estamos vendo acontecer isso. As empresas estão cartelizando a cana. Hoje as empresas que não se aliam às grandes corporações acabam falindo, e os trabalhadores perdem, os pequenos Municípios perdem.

Há muitos Municípios falidos. Por quê? Porque as corporações foram lá, faliram as usinas ou fizeram uma grande tecnologia, desempregaram os trabalhadores e os trabalhadores que são empregados aí, que são o mínimo, são submetidos a grandes jornadas de trabalho, a banco de horas, sem nenhuma condição. Os sindicatos muitas vezes não têm condição de enfrentar usinas, porque a usina não é mais uma usina local, são empresas com 24, 20, 10 usinas grandes, além de eles comandarem outros setores da indústria. O que vemos é isso. Os bancos, as multinacionais, a John Deere, a Case, toda essa tecnologia avançada vinco para o nosso País apenas para explorar o nosso povo. E essas riquezas que deveriam ficar no nosso País não estão ficando.

Acho que temos que pensar em como vamos tratar disso, como vamos fortalecer o País, como vamos discutir políticas públicas de verdade, que realmente cheguem e que realmente mudem a vida do povo. Temos vários fóruns que discutem a educação do trabalhador rural, mas, se formos voltar atrás, se formos discutir o governo militar, quantas propostas fez para a educação, com programas de alfabetização de jovem e adulto no campo? E nunca resolveu.

Outro dia tivemos uma reunião aqui nos Ministérios para discutir educação para os trabalhadores rurais, o quanto o Governo levantou de dinheiro para isso, mas não resolve. E por que não resolve? Porque não faz a política assertiva. O povo não participa da política necessária para mudar a vida do povo. É discutido de cima para baixo. O povo não é ouvido. Não tem essa oportunidade que tem aqui, Senador, que é muito honrosa para nós, para falar dessas condições. Porque nós que estamos lá passando é que entendemos o que é bom para nós e o que vai mudar a nossa vida de fato. Não é política de cima para baixo, por pensadores que acham o que é bom para nós. Nós não queremos o Bolsa Família, porque não vai resolver o nosso problema.

E o povo brasileiro, a partir dessa grande tecnologia, os trabalhadores, estão à margem, estão migrando para a droga, para a prostituição. É isso que queremos para o nosso País? É entregar o nosso País para as multinacionais, para as grandes corporações? Estão estrangeirizando as nossas terras. Basta nós levantarmos quais são essas empresas que estão aqui hoje, que dizem gerar emprego. Hoje estão no açúcar, amanhã estão

em outra coisa, muda de país. Vão ficar até quando for bom para eles. Até quando nós formos desorganizados, não conseguirmos enfrentar uma política mais correta, que mude a realidade do povo vão ficar por aqui. Mas, quando nós nos organizarmos, eles vão mudar de país, vão explorar outro país, ou mudam de produção, porque ficam na produção que está dando dinheiro, lucro. E nem é a produção que na verdade é o lucro, o que na verdade tem é a fantasia do dinheiro, as bolsas. As incorporações vão aderindo a alguns projetos de produção, e na verdade o que eles querem é vender ações, o que importa é a bolsa. Ninguém está preocupado com o açúcar ou com o suco da laranja, está preocupado é com o que vai arrecadar na bolsa. Isso é apenas especulação.

Nós precisamos construir uma política efetiva para o nosso País, uma política efetiva em que os produtores possam ter renda, sim, mas que o povo brasileiro seja respeitado, que o povo brasileiro possa ter trabalho digno, possa ter renda digna, salário justo, condição de trabalho digna. E não é isso que estamos vendo.

Enquanto nós vemos esses grupos econômicos com grande tecnologia, o trabalhador brasileiro ainda convive com o movimento sindical arcaico da ditadura militar. Os trabalhadores rurais brasileiros convivem ainda com esse atraso. E muitas vezes nós vamos discutir sindicalismo e nós encontramos hoje trabalhador sindicalista sendo perseguido, morto neste País. Trabalhador que tem que ficar calado.

Nós fomos fazer uma pesquisa em São Paulo com os trabalhadores de laranja, e os pesquisadores não encontraram um trabalhador rural que tivesse a coragem de abrir a boca para falar da condição em que ele estava vivendo. Isso acontece no nosso País. Que democracia é essa que nós queremos? Isso é suco de laranja que vai para a exportação, pelas grandes incorporações, pelas multinacionais.

Então, precisamos é pensar o que queremos de nosso país. Queremos um país para o povo brasileiro ou queremos um país para entregar simplesmente para as multinacionais, para as grandes incorporações? A cada dia vão se juntando umas com as outras, vai diminuindo o número de empresas, o povo vai perdendo emprego; vão fechando as indústrias e o povo vai ficando na rua. E os que ficam trabalhando para garantir emprego têm que se submeter a condições análogas a de escravo, a condições desumanas, a excesso de jornada de trabalho. É com isso que deparamos neste país. E não podemos mais aceitar isso.

Se queremos um país sério, um país justo, um país digno, temos que enfrentar essa cartelização desse agronegócio, que não é brasileiro mais, é multinacional, que não é nem sempre da fazenda. São as indústrias que determinam, os bancos que determinam, porque os bancos querem lucro. E são bancos multinacionais, que já quebraram a Europa, que já quebraram os Estados Unidos. E esses países estão tentando enfrentar essas empresas para conseguir reverter um processo que aconteceu lá atrás e que está acontecendo hoje aqui no País.

E, se nós temos essa consciência, nós temos que lutar para que isso seja mudado. E nós sabemos que o Senado brasileiro é muito importante para isso, para mediar essa discussão, para fazer um levantamento dessas questões e debater isso, enfrentar e falar para o Governo qual tipo de política nós devemos enfrentar e criar para o Brasil. Da forma que está, mesmo pela reforma agrária, nós vimos que as condições dos agricultores familiares são extremamente precárias, têm que ficar refém dessas indústrias.

Não há uma política específica do Governo com relação à segurança alimentar, e nós sabemos que a segurança alimentar do nosso País depende da produção da agricultura familiar, depende da reforma agrária, depende da produção do pequeno produtor, e isso não se discute. Quando se discute financiamento para essa agricultura pequena, que é para a segurança alimentar, é um financiamento pequeno, com difícil acesso, uma burocracia tremenda, e os trabalhadores, os agricultores não têm acesso nem a 50% desse dinheiro. E, se tiver que ter acesso, tem que ser em parceria com esse grande agronegócio.

Infelizmente, há uma contramão nessa questão. Enquanto pensamos em desenvolver os trabalhadores socialmente, dignamente, nós trabalhamos, a política brasileira trabalha na contramão, financiando com grande quantidade de recursos públicos o agronegócio e não discute as questões das terras públicas que estão na mão desse agronegócio, para reverter para a reforma agrária.

O Governo fez acordo para discutir o final da queima, mas não discutiu nenhuma proposta para os trabalhadores que iriam perder o trabalho. Aí, fala-se em discutir qualificação. Mas como se vai discutir qualificação para trabalhadores que sempre trabalharam a terra, que são analfabetos ou semianalfabetos, na grande maioria dos trabalhadores rurais? Não vão se adaptar essas grandes tecnologias das máquinas, e as máquinas vêm para empregar mesmo. Vão fazer uma seleção, e muitos dos trabalhadores já perderam emprego. E qual é a opção do Governo para isso? É simplesmente beneficiar os cartéis multinacionais. É só isso, dizendo que vai resolver o problema com o Bolsa Família ou com a política de compensação. Não vai resolver.

(Soa a campanha.)

O SR. APARECIDO BISPO – A situação é precarizar ainda mais.

Então, o que nós pedimos aqui é que o Senado possa fazer um trabalho que possa combater e pensar uma política justa para esses trabalhadores enfrentarem esse agronegócio, avaliando e mediando essa situação.

Agradeço esta oportunidade. A Feraesp está à disposição para trabalhar nisso, para ajudar. A Feraesp está no Brasil inteiro trabalhando essa questão, levantando várias questões – nós temos experiência –, e nós chegamos a essa conclusão, de que há esse cartel, que precisa ser enfrentado. É a única forma de trazer dignidade para o campo e para os trabalhadores rurais neste País.

Obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – A seguir, ocupa a palavra Jean Carlo Pereira, representante da Via Campesina, por 15 minutos.

O SR. JEAN CARLO PEREIRA – Bom dia a todos e todas. Queria agradecer ao Senador Requião pelo convite, reafirmando que o Senador é lá do meu Estado, o Paraná, e que foi e continua sendo um dos grandes políticos deste País, a defender o Brasil como nação. E isso, para nós, é muito importante.

Neste tema que nós estamos debatendo está em jogo o que nós queremos na construção do nosso País, que tipo de País nós queremos – um País controlado pelas grandes multinacionais e transnacionais ou um País para os brasileiros. Nesse sentido, é muito importante este debate. E nós estamos debatendo qual projeto de agricultura nós queremos, um projeto de agricultura que tenha soberania, a nossa soberania, uma soberania nacional. Então, é bastante importante.

Quando se trata dessa questão dos trabalhadores assalariados, eu acho que é um dos setores mais marginalizados que existem no nosso País. São setores que hoje praticamente não têm direitos trabalhistas; são violados os seus direitos trabalhistas, são acometidos com trabalhos exaustivos de muitas horas, praticamente sem direitos. E, muitas vezes, são diagnosticados, mesmo com a limitação que nós temos ainda nesse tema, trabalhadores em trabalhos similares a trabalho escravo nessas fazendas.

E o que acontece é que, como há uma grande influência, e o poder, como disse o Cido, não é só do fazendeiro que pega e faz o trabalho escravo, mas sim de todo um esquema montado de grandes corporações, quem sempre paga a pena é o trabalhador. É descoberto o trabalho escravo, o trabalhador vai embora, fica sem receber salário e continua do mesmo jeito. Mas as grandes fazendas que adotam esse trabalho escravo continuam do mesmo jeito.

No caso do Paraná, há o grande Grupo Atalla. Há mais de cinco anos foi descoberto trabalho escravo e até hoje não aconteceu nada. Ocupamos algumas fazendas improdutivas em que havia trabalho escravo, mas mesmo assim a influência que têm esses grupos dentro do Estado brasileiro, do Poder Judiciário, dentro dos grupos econômicos ligados ao BNDES, de outros grupos econômicos e das grandes multinacionais faz com que nada aconteça. Então, sempre há impunidade e sempre quem tem que pagar são os trabalhadores.

Nesse sentido, reafirmando isso que o Cido falou, o momento aqui é de discutirmos qual País nós queremos: um País onde nós construamos a questão da soberania alimentar e da segurança alimentar. Aí, é importante nós entendermos que, no grande agronegócio hoje, se formos ver, o grande latifundiário ainda é o que menos obtém lucro disso. Quem obtém lucro realmente são as grandes transnacionais.

Outro dia, estava lendo sobre a briga dos fazendeiros com a Monsanto por causa dos royalties da soja. Então, é isto: essas grandes empresas multinacionais, na hora em que o País der um sinal de crise, vão embora e vão deixar mesmo os grandes proprietários endividados. Não tenham dúvida disso.

E nós passamos por um problema hoje que, se nós continuarmos desse jeito, com as grandes multinacionais controlando o nosso País, daqui uns dias, nós não vamos mais ter sementes para plantar, nós não vamos ter mais espaço de abastecimento, porque vai estar tudo sob controle das multinacionais, como aconteceu agora com a seca no Nordeste. Precisávamos de milho para o Nordeste, e a Conab não conseguiu comprar milho porque as multinacionais estavam controlando tudo.

Então, como nós vemos essa questão e conseguimos pensar um projeto de Nação um projeto de País? E, para pensar um projeto de País, há uma necessidade de olharmos os trabalhadores assalariados, que são os mais sacrificados, e os sem-terra, os quilombolas, indígenas. E nós achamos, enquanto Via Campesina, que há espaço, sim. E este País é grande. Há espaço para indígenas, há espaço para quilombolas, há espaço para trabalhadores, há espaço para a reforma agrária.

Diferente do que a grande mídia estava colocando outro dia, que os índios são os grandes vilões do momento, que devem ser todos mortos, do jeito que está colocado: “Não, encontra um indígena, mata, porque isso aí é uma praga que está destruindo o nosso País.” Ao contrário, os nossos irmãos indígenas foram sempre violados em seus direitos nos 500 anos de história deste País. Então, não cabe a nós neste momento querer exterminar os nossos índios.

Então, é importante nós pensarmos um projeto para o País, um projeto para a agricultura brasileira em que haja espaço para todos esses setores que vivem e habitam no campo.

A outra coisa importante é que a gente tem que reafirmar que o Estado brasileiro deve pensar um projeto de agricultura em prol da segurança alimentar do nosso País. Do jeito que está, se tiver uma guerra amanhã

ou depois, ou se tiver um embargo, nós estaremos perdidos, porque as grandes multinacionais vão conseguir quebrar o nosso País. Então, é importante pensar um campo que tenha espaço para o ser humano, mas que também tenha espaço para a conservação do meio ambiente, até porque o nosso Planeta está com os dias contados, se nós continuarmos jogando a quantidade de veneno que nós jogamos na terra e se nós continuarmos desmatando como estamos desmatando.

Então, nesse sentido, o que é mais importante ainda é nós construirmos essas leis que preservem o meio ambiente e que preservem o ser humano e garantam os direitos dos nossos trabalhadores assalariados no campo, garantam os direitos do sem-terra, dos indígenas e quilombolas, entre outros no campo, porque sempre dizem: "Não, mas o proprietário nunca tem direitos." Quem não tem direitos somos nós trabalhadores, nós sabemos disso. Um exemplo: quando há grilagem de terra, há todo um envolvimento do Estado brasileiro para que, se é do grande proprietário, não aconteça nada. Se somos nós, aí sim é um problema. Quando derruba um pé de laranja em São Paulo, não se vai ver por que aconteceu isso, se era para o pessoal plantar alimentos.

A laranja está sendo controlada por uma grande multinacional, que é a Cutrale. Essa grande multinacional está ligada à Coca-Cola e essa grande multinacional levou à falência mais de dez mil agricultores que produziam laranja. E quantos mil pés de laranja foram destruídos por causa do preço da laranja? Aí, isso não se questiona, porque a grande mídia não se interessa por isso, porque ela está totalmente ligada a esse projeto que é das grandes multinacionais.

Então, nesse sentido, nós queremos, sim, um projeto para a agricultura, em que tenha espaço para nós continuarmos na terra, até porque hoje em torno de 15% da população brasileira que está no campo. Um Estado e um governo que raciocine colocaria que é importante manter a permanência dessas pessoas no campo, porque, vindo para a cidade, vai ser mais gente que vai ter problema de transporte, problema de saúde, problema de educação, vários problemas de marginalidade na cidade. Então, mantenha-a no campo e organize para que essas famílias, essas pessoas produzam alimento.

Hoje, nós já produzimos, enquanto agricultura familiar, em torno de 70% do alimento deste Brasil, e nós podemos produzir ainda muito mais. Então, basta haver prioridade do Estado brasileiro. Mas, para isso, tem que haver políticas do Estado para esses espaços, porque assim nós desafogariamos os grandes problemas das cidades e manteríamos os pequenos agricultores nas pequenas cidades, no campo, desenvolvendo o comércio nas pequenas cidades, resolvendo um tanto de problemas.

Para isso, gente, não adianta fazer assentamento, jogando famílias lá na Amazônia ou em outros espaços sem condições mínimas de trabalho. O acesso à terra tem que vir em conjunto com o acesso à capacidade e à necessidade de produção. Tem que haver tecnologia. Eu estava vendo que a Embrapa hoje, e ela tem 5% do seu quadro que discutem política para a agricultura familiar; o resto é só para as grandes multinacionais. A nossa Embrapa hoje está dominada pela Monsanto. Isso é um absurdo!

Então, nós precisamos ter tecnologia para se manter no campo, precisamos ter acesso a crédito para nós produzirmos no campo. E, como o Estado brasileiro financiou a revolução verde e todo esse projeto de agricultura que existe hoje, precisa, sim, haver financiamento do Estado brasileiro para nós deixarmos de produzir com tanto veneno, para produzirmos com agroecologia, fazermos um processo de transição. Sabemos que isso não é no curto prazo, não é em um ou dois anos.

Como a revolução verde demorou 40, 50 anos para se consolidar, nós precisamos de um projeto de agricultura sustentável que talvez demore ainda mais, mas nós temos que pensar que isso é importante para mantermos a vida na Terra. É importante para diminuirmos a quantidade de câncer que está acontecendo no dia a dia.

Então, é importante termos tecnologia para produzir, termos crédito e termos subsídios, sim, do Estado para a pequena agricultura. Esse negócio que a mídia coloca: "Ah, o Governo está dando dinheiro para a pequena agricultura, o Governo dá dinheiro para sem-terra, o Governo dá dinheiro para indígena que não produz." Isso é mentira! É mentira, porque, se nós compararmos a quantidade de recursos que existe de subsídio para essas grandes empresas e isenção de impostos, e depois trocam de nome e vão embora, é muito dinheiro.

A quantidade de dinheiro que há para exportar soja, como diz o companheiro Cido, para a China e, em troca, importar feijão para cá... Gente, nós temos capacidade de produzir feijão, só que quem produz feijão? Basicamente a agricultura familiar. Aí, sim, não há investimentos do Governo para garantir preço e garantir recursos para produzir. Então, está em jogo qual tipo de País nós queremos.

E aí a gente sempre traz esse debate que não é só necessidade de produção. Os agricultores, para se manterem no campo, precisam ter acesso à educação. O nosso jovem quer, sim, fazer faculdade, quer estudar, aprender a ler e a escrever. Isso que é importante, como o Aparecido disse, porque muitos de nós não sabemos nem ler e escrever, mas nós queremos estudar, queremos ter educação, queremos ter faculdade, ter curso superior, ter mestrado, ter doutorado, para nós contribuir com esse processo de desenvolvimento do País.

Nós queremos isso, mas nós queremos ficar na terra. Então, nossos filhos só ficam na terra se houver condições mínimas de renda. Desse jeito que está, não dá. Tem que avançar.

Também tem que haver acesso ao lazer, acesso à cultura nesses espaços, porque senão nós ficamos discutindo, e não é só questão de dinheiro. A vida em plenitude vai muito além de só ter dinheiro, só o lucro, como é visto por essas grandes empresas.

Então, nós colocamos nesse debate que, para nós resolvermos essa questão dos assalariados rurais, para resolvermos essa questão do trabalho escravo, nós precisamos resolver uma coisa muito maior, além das leis, que são importantes para eliminarmos isso, porque ainda é uma barbaridade neste século termos trabalhadores escravos. Isso é uma coisa indignante, com a qual não dá para concordar. Porém, nós precisamos pensar um projeto para a agricultura.

Se o Estado quer ter grãos para exportação, pense então qual é a parcela do nosso País que vai ser utilizada com recursos, com terra e com o Ministério, o MDA, que hoje está praticamente sucateado, porque é para desenvolver a agricultura familiar. Então, tem que ter um Ministério forte, tem que ter uma companhia de abastecimento, porque hoje também a Conab tem muita dificuldade. Então, vamos fazer uma companhia de abastecimento que vise nos dar soberania do ponto de vista alimentar no nosso País. Então, eu acho que nós temos que ter um espaço para isso, e vai do interesse dos nossos políticos em construir isso.

Claro que nós sabemos que se nós não tivermos uma reforma política clara... E aí, nós, enquanto Via Campesina, defendemos, sim, que a reforma política tem que haver, as eleições devem sim ser com recursos públicos, porque a maior parte desses problemas é que a Monsanto tem seus 30 ou 40 Deputados, porque ela põe dinheiro na campanha e depois cobra. A Bunge tem mais uma quantidade de Deputados e Senadores, e são poucos Senadores e Deputados que estão livres para conseguir disputar e discutir um projeto de Nação.

Então, se nós não tivermos recursos para que a nossa política não seja dependente das grandes corporações, nós vamos continuar com esse problema. É claro que são projetos e coisas que nós temos que ver no curto, médio e longo prazos, mas nós, enquanto Via Campesina, achamos que são importantes. Achamos que são importantes porque nós, como trabalhadores, se estivermos organizados e lutarmos, nós vamos conseguir.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – O próximo interventor será o José Maria de Almeida, representante da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas).

Vamos à luta, companheiro!

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Bom dia a todos e a todas; bom dia, Senador. Eu queria agradecer a presteza com que o senhor e o seu gabinete se prontificaram a organizar esta audiência pública. Acredito que é bastante importante, é uma demanda que nós temos buscado trazer aos órgãos federais há bastante tempo. Como não temos tido resposta concreta por parte do Governo, viemos ao Parlamento.

Fundamentalmente, o que queríamos discutir aqui? O senhor ouviu uma representação dos assalariados rurais, uma representação dos agricultores familiares, e descreveram um pouco o quadro que nós temos no Brasil em relação a isso. Qual é a situação, a contradição que nós queremos trazer para cá para discutir, para ver que possibilidade existe de o Senado Federal tomar atitudes concretas no sentido de mudar essa situação?

Nós temos no Brasil uma imensidão de terras que são próprias para a agricultura. O nosso País é um país privilegiado nesse tema, não só na qualidade da terra, mas no clima, na quantidade de água. O problema, Senador, companheiros e companheiras que aqui estão, é que essas terras estão sendo usadas para outra coisa.

Nós temos hoje no Brasil cerca de 60 milhões de hectares que são utilizados para a lavoura pelas grandes empresas do agronegócio. Dois terços dessa terra são utilizados para produzir soja, milho e etanol (cana-de-açúcar). Essa soja que é produzida no Brasil é fundamentalmente uma soja para exportação. O companheiro falava do fornecimento para a China, mas uma boa parte da soja produzida aqui vai para a Europa, é moída e vira ração de gado.

A projeção que foi feita pelo próprio Ministério da Agricultura com dados das empresas do agronegócio para a evolução da produção agrícola no País, daqui até 2022, mostra um crescimento da área utilizada para a produção de cana-de-açúcar e de soja. Qual é o quadro que nós temos do ponto de vista da alimentação do povo brasileiro? Isso que o companheiro acabou de nos dizer aqui: o Brasil importa feijão preto da China, porque não há produção de feijão aqui no Brasil.

Mas por que não há produção de feijão no Brasil? É porque não há condições de clima, não há condição de terra? Não. É uma decisão que essas empresas tomaram, porque dá mais lucro produzir soja e exportar para a Europa, para virar ração de gado, do que produzir feijão para alimentar o povo brasileiro.

Essa é uma escolha, Senador, de empresas. Eu não quero discuti-las aqui, mas eu acho que uma empresa que não tenha preocupação social não deveria existir. Mas é uma escolha de um setor privado da economia

que, pelas leis brasileiras, tem o direito de fazê-la. O que não pode ocorrer é que tudo isso esteja sendo feito com o financiamento e o apoio do Estado brasileiro.

Fala-se dos R\$21 bilhões que são dedicados à agricultura familiar no Brasil – os agricultores familiares podem dizer quanto desses R\$21 bilhões chegam de fato na pequena agricultura do nosso País –, mas são mais de R\$100 bilhões que são destinados ao agronegócio, através de financiamento do BNDES, com juros de pai para filho, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, através da isenção de impostos.

Veja: o Governo brasileiro acabou de desonerar a folha de salários das empresas, das usinas do País. A desoneração da folha de salários dessas empresas prejudica as políticas sociais do Brasil de forma geral. O senhor tem acompanhado aqui no Parlamento o debate acerca do fator previdenciário. O Governo diz que não pode acabar com o fator previdenciário, que prejudica a aposentadoria de milhões de brasileiros, porque não há recursos. No entanto, a desoneração da folha reduz recursos arrecadados das empresas para financiar a previdência social no País.

Mas não são só os trabalhadores; os pequenos Municípios do interior do País, que têm a obrigação de prover saúde, educação, saneamento, moradia para os empregados dessas grandes empresas também têm a sua arrecadação diminuída com a isenção fiscal que é concedida a essas empresas. A situação que se instala é de caos, porque os Municípios não têm condições de dar assistência a esses trabalhadores, e as empresas, com o financiamento do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa, vivem um processo no Brasil que é de amplo crescimento.

Há um processo de concentração do capital, de expansão e concentração do capital do agronegócio no Brasil, financiado com dinheiro público. Só que, se ele tem do ponto de vista econômico uma face pujante, que é essa propaganda toda que a gente vê no País, do papel do agronegócio na economia brasileira, há o outro lado, o social, que não aparece na propaganda na tevê.

Como esse processo ocorre? Há implantação de um novo padrão tecnológico nessas usinas de cana. Esse novo padrão tecnológico implica uma diminuição da mão de obra empregada. São milhares e milhares de trabalhadores que perdem o seu posto de trabalho permanentemente, ficam dependendo mais ainda da assistência social dos pequenos Municípios que não têm recursos para fazê-lo. A concentração de capital leva a que várias empresas sejam fechadas ou incorporadas diretamente por outras. Há uma mudança do CNPJ, e todo mês há uma empresa que fecha e manda 1.500, 2.000 trabalhadores embora, sem pagar nenhum direito deles, e essas pessoas que recorram à Justiça se quiserem. Não porque a empresa faliu e não existe mais o negócio, mas porque foi incorporada por outra mais forte, principalmente empresas de capital internacional.

Então, está-se gerando um caos social do ponto de vista da situação dos assalariados rurais. Há um prejuízo evidente a uma política de produção de alimentos no País. Como ele já disse, 70% da alimentação que é consumida pelo povo brasileiro são produzidos pela pequena agricultura familiar, e não pelo agronegócio. No entanto, o Estado todo se volta para apoiar esse setor econômico, que é representado, no caso, pelas grandes empresas, não só do etanol.

Nós trouxemos aqui o problema do etanol, porque São Paulo é tido como o Estado mais estruturado do País. Se o Estado de São Paulo vive esse caos, nós imaginamos o que ocorre no resto do País. O companheiro já disse aqui da situação lá no Paraná. O senhor conhece bem a situação no Paraná. Nós estamos agora tratando de organizar esses trabalhadores assalariados no Nordeste. É uma situação muito pior que a de São Paulo.

Então, qual é o problema, Senador, que nós queríamos trazer para o debate com o senhor e com o Senado brasileiro? Nós fomos há poucas semanas ao INSS em São Paulo, à superintendência do INSS, para levantar as dívidas que essas empresas têm com a Previdência Social. Sabe a informação que nos deram? O INSS não sabe qual é a dívida, porque estaria concentrada aqui na Receita Federal do Brasil.

Qual é o problema? Por que nós queremos levantamento da dívida do INSS, do Fundo de Garantia, das dívidas que essas empresas têm com o Banco do Brasil, com a Caixa, com o BNDES? Nós queremos simplesmente, por um lado, comprovar que essas empresas estão, em grande medida, expandindo-se à custa de não pagar as suas contribuições e impostos e não pagar os empréstimos que são feitos nos órgãos públicos do País – Banco do Brasil, Caixa e BNDES –, e nós queremos cobrar do Governo brasileiro e dessas instituições medidas que possam assegurar a reposição daquilo que é público e que está nas mãos dessas empresas.

A Justiça do Trabalho em São Paulo está abarrotada de casos de trabalhadores que são demitidos, não têm seus direitos respeitados e vão para a Justiça. O problema é que essas empresas deveriam ter recolhido essas contribuições e as depositado nos órgãos apropriados no País e não o fazem. E nós queremos saber como é que o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o BNDES continuam financiando essas empresas apesar de tudo isso.

Um tema que tem a ver com a situação trabalhista dos empregados dessas empresas, que é grave.

Segundo tema: o problema dos pequenos Municípios. É muito importante que o Senado faça o levantamento da situação dos pequenos Municípios e discuta providências. Ou seja, não pode ser que o Governo Federal tome uma decisão para ajudar essas empresas, isentando-as de recolher os impostos à União, sendo que isso diminui depois o repasse do Fundo de Participação dos Municípios e que deixa lá na ponta, no pequeno Município, uma situação em que aumenta a demanda, porque há um aumento do desemprego, há um aumento das necessidades sociais dessas pessoas que trabalham nessas empresas e, por outro lado, há diminuição do repasse para que os Municípios possam dar conta dessa sua tarefa, dessa sua demanda.

Terceira questão. Há um problema, que tem a ver com uma questão legal, mas é um problema político, que é muito importante que o Senado tome pé. No Estado de São Paulo, que, como eu disse aqui, se gaba de ser o Estado mais estruturado do País, há um volume imenso de terras públicas, de terras devolutas, que foram apropriadas no passado nas mais variadas formas, nenhuma delas legal. E há, na verdade, em curso, neste momento, uma operação que envolve o Governo Federal e o Governo de São Paulo, para legalizar os títulos das terras públicas do Pontal.

Na nossa avaliação – é uma avaliação a partir dos dados que nós temos –, trata-se de legalização de grilagem. É um repasse de terras públicas para grandes empresas, sem nenhuma contrapartida, sem sequer o compromisso dessas empresas de que vão produzir alimento para o povo brasileiro. Até agora essas terras estão sendo utilizadas para quê? Para o etanol, em grande parte para exportação, e para produção de laranja, para exportação. O Senador deve saber que o Brasil produz 50% do suco de laranja que se produz no mundo, mas o povo brasileiro consome 1% desse suco. Todo o resto é para exportação. A Coca-Cola é que faz essa distribuição no mundo todo.

Então, essas terras estão sendo repassadas a essas empresas sem nenhuma contrapartida, seja para produção de alimentos no País, seja sem nenhuma garantia das condições sociais e trabalhistas dos empregados delas. Então, é preciso que o Senado busque informações sobre isso porque se trata de interesses do povo brasileiro e da Nação brasileira que estão sendo tratados, em nossa opinião, de forma irresponsável, seja pelo Governo do Estado de São Paulo, seja pelo Governo Federal, nesse processo de negociação da chamada legalização da titulação fundiária naquela região.

O quarto tema, que considero muito importante, Senador, é, se tomarmos aqui os dados – eu disse aqui que 60 milhões de hectares de terras no Brasil hoje são ocupadas por empresas do agronegócio para produzir grãos –, e se agregarmos a esses 170 milhões de hectares que são utilizados para pastagem, em grande medida também para exportação das grandes empresas que produzem carne em nosso País, quase 70% a 80% das terras agricultáveis que temos no País, tirando as reservas indígenas, tirando as reservas que têm a ver com a defesa do meio ambiente, estão ocupados por essas grandes empresas. Há um processo de concentração de capital e de associação dessas empresas todas com capital estrangeiro.

O problema da perda da soberania alimentar em nosso País tem nesse sentido um duplo viés: um é esse que o companheiro da Via Campesina e que o Cido, da Feraesp, já disseram aqui para nós, ou seja, usa-se a terra para produzir qualquer coisa que dê lucro menos aquilo que é o mais necessário e mais importante para o povo brasileiro, que é alimento. Mas há outro viés: há uma apropriação por empresas estrangeiras do controle das terras agricultáveis em nosso País. Se nós formos verificar quem controla essas grandes empresas que ocupam esses 60 milhões de hectares para produzir grãos e os 170 milhões de hectares para produzir carne, vamos encontrar quem? Nós vamos encontrar a Syngenta, a Monsanto, a Bunge, a Cargill, a BrFoods, empresas que, em grande medida, se associaram com empresas de capital nacional; a Petrobras tem sido, na produção de etanol, uma parceira importante para empresas estrangeiras como a Shell; ou então empreiteiras como a Odebrecht, que tem entrado também nessas áreas. Agora, há uma entrada grande de capital internacional nesse processo.

Então, há uma concentração, por um lado, de controle das terras próprias para agricultura no País e, ao mesmo tempo, esse controle em mãos de empresas estrangeiras.

Desde esse ponto de vista, Senador, os problemas que queremos trazer para discutir no Senado têm a ver, em primeiro lugar, com as condições de vida dos trabalhadores assalariados. Temos hoje, trabalhando para o agronegócio no Brasil, variam as estatísticas, mas é algo em torno de 15 milhões de trabalhadores – alguns falam 10, outros falam 14, outros falam 16 milhões de trabalhadores; o Ministério da Agricultura talvez tenha esse dado com mais precisão ou o representante da CNA que está aqui –, que vivem em condições ainda piores do que os trabalhadores da cidade. E há um problema que tem a ver com justiça, que tem a ver com igualdade e não pode ser que essas pessoas sigam sendo tratadas da forma que estão.

No Natal do ano passado – o Cido falou do Natal deste ano –, em Presidente Venceslau, fechou uma usina – foi no final de novembro –, em que dois mil trabalhadores foram mandados para casa, com uma mão na frente e outra atrás. Quando conseguiram se reunir com a empresa, Senador, a empresa propôs um acordo pelo qual, a partir de junho deste ano, ela começaria a pagar os direitos trabalhistas daqueles pessoas num prazo

de 20 meses. Veja bem, as pessoas passaram Natal e Ano-Novo naquelas condições. Em junho, agora, não começou a pagar a parcela que se comprometeu a pagar; essa empresa desapareceu, sumiu. Ela foi, na verdade, incorporada por outra maior. Nós vamos ter, neste Natal, outras situações como essa. É assim que estão sendo tratados esses trabalhadores.

E a agricultura familiar – acho que o senhor acompanha isso bastante bem no Paraná e deve conhecer essa realidade no País – também sofre com uma falta absoluta de prioridade por parte do Governo. Se é aqui que se produzem alimentos, é aqui que se deve dar o grosso do investimento, o grosso do apoio técnico e tecnológico. Não pode ser que uma empresa privada se mova pelo lucro e ponto. Eu já acho inaceitável, acho que todas as empresas deveriam ter obrigação de ter a preocupação social, mas a empresa privada tem o direito, pelas leis deste País; o Governo, não. O Estado brasileiro não pode financiar uma coisa dessa, tem que priorizar aquilo que tem a ver com os interesses e as necessidades do povo brasileiro. E o que nós queremos é que se tomem medidas, providências. Essa situação que nós estamos descrevendo aqui não é obra da natureza...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Não é uma obra divina, é uma obra de homens e mulheres que, por um lado, administram empresas e, por outro lado, administram as instituições que governam nosso País. Nós achamos que isso deve ser modificado e achamos que o Parlamento brasileiro, o Senado Federal, tem seguramente um papel importante nesse processo. Essa é a nossa preocupação.

Agradeço, Senador, mais uma vez, a presteza que o senhor teve em organizar esta audiência e a todos e a todas que estão aqui nos ouvindo.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Só para fazer um comparativo na escala do Estado. O Estado do Paraná criou um financiamento para agricultura familiar, uma quase moeda. Era um financiamento sem juro, com equivalência em produto. O produto que nós escolhemos era o milho, mas daí vinha o problema do aval. O aval que não era possível porque grande parte das propriedades familiares não tinha a titulação regularizada. Então, o Estado criou um fundo de aval e passou ele mesmo, através do fundo, da sua agência de fomento, a avalizar esse processo. Em seguida, lançamos programas de financiamento de tratores para pequena propriedade; foram 8,5 mil tratores financiados com equivalência em produto numa licitação nacional, a preços extraordinariamente mais baixos que os preços do Governo Federal. Até hoje não consegui entender por que o Governo Federal financiava através de seus programas o mesmo trator das mesmas fábricas com 35%, 40% acima do preço que o Estado financiava com esse processo de equivalência.

E viabilizamos também um processo de energia elétrica gratuita para irrigação, e irrigação financiada da mesma maneira, com equivalência em produto, a prazos larguíssimos e com fundo de aval do Governo do Estado.

É evidente que não é uma solução, mas foi o que nós conseguimos viabilizar em nível do Governo do Estado e dentro das nossas possibilidades. Uma política dessa natureza facilmente poderia ser viabilizada também pelo Governo Federal.

E outro aspecto que me impressionou e acho que impressiona o Brasil inteiro é a atual insensibilidade do Governo Federal no tratamento com os índios. A impressão que eu tenho é que algumas autoridades incorporaram o espírito do General Custer e nós estamos precisando rapidamente viabilizar uma Little Bighorn, que foi a batalha em que os índios derrotaram o exército americano e que ficou famosa na história do mundo e dos Estados Unidos.

Mas vamos em frente.

Anaximandro Almeida, Assessor Técnico da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), com a palavra.

O SR. ANAXIMANDRO ALMEIDA – Inicialmente, eu gostaria... (Falha na gravação.) ... de estar aqui e poder debater com todos; gostaria também de cumprimentar os colegas que hoje nos trazem diversas informações – é um desafio; nós vimos aí vários aspectos relacionados – e demais presentes.

Inicialmente, gostaria de só ressaltar que a CNA e os associados que a compõem são basicamente de agricultores, melhor dizendo, como nós chamamos, empreendedores familiares e médios proprietários de terra. E gostaria também, nesse mesmo contexto, de colocar que o conceito americano de agricultor e empreendedor familiar é aquele que é uma família, uma terra e pronto, a família é gestora desse empreendimento. Então, é um conceito muito mais amplo do que o conceito brasileiro.

E, lembrando disso, as chamadas empresas que foram citadas aqui, pelo Censo Agropecuário de 2006, empresas, cooperativas organizadas nessa estrutura empresarial, são 4% dos estabelecimentos agropecuários. Então, 96% são pessoas físicas que têm uma terra e geram seus próprios empreendimentos. É nesse contexto que eu coloco a nossa ideia. Vou repassar algumas coisas. Eu trouxe uma parte desse todo maior, que já foi parcialmente comentado aqui.

Para discutir, eu organizei a minha apresentação, e vocês vão ver que existem algumas coincidências com os meus colegas que falaram anteriormente. Vou abordar rapidamente o Plano Nacional de Reforma Agrária; a questão da outra política pública, que é o Pronaf; a disponibilização de créditos, a Política de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), a Política Nacional de Assistência e Extensão Rural, aí é com a constituição da Anater; e a regularização fundiária, um exemplo do Programa Terra Legal.

Primeiro, em relação à reforma agrária, nós temos aí o nosso ordenamento. Já são 88 milhões de hectares disponibilizados para o segmento dos assentados, que são agricultores provenientes da reforma agrária, e tenho a Constituição, a Lei nº 8.629 e o Estatuto da Terra. Com isso, o que é que eu coloco? Que nós temos aí o arcabouço da segurança jurídica definido tanto para quem o direito ao acesso à terra, à propriedade como o direito de propriedade e a tão almejada paz social. Então, esse é o escopo que colocamos na questão da reforma agrária.

Como é que está, como é o procedimento de obtenção de terra? O Governo tem, em linhas gerais, três mecanismos principais para fazer a reforma agrária: pode desapropriar; pode comprar, tem lá um decreto que permite isso, aquela propriedade que é produtiva, qualificada como produtiva; e pode destinar terras públicas. Então, são esses instrumentos principais. Uma vez que o Governo, fazendo as ações discriminatórias e identificando – ou em juízo ou administrativamente – que aquela terra é pública, ele a destina ao setor público e preferencialmente à reforma agrária. São esses três mecanismos básicos; a maioria só lembra a questão de desapropriação, mas aí está.

E a matriz, que chamo da desapropriação e da compra de terras; para desapropriação, há aquele quadro de pagamentos de TDAs, ao longo de até 20 anos, dependendo do tamanho do imóvel rural. E, para aquisição de forma semelhante, com as benfeitorias sendo pagas em dinheiro, há prazos mais curtos para aquisição e uma taxa de juros melhor, porque são propriedades consideradas produtivas.

Outra forma de obtenção complementar àqueles três mecanismos, aí já seria uma quarta, é com relação ao crédito fundiário. Aí há um mecanismo que permite a aquisição de áreas menores de 15 módulos fiscais pelos trabalhadores rurais que se organizam em forma de uma associação e vão buscar mais esse mecanismo de compra de terras e que se incorporam ao processo de reforma agrária.

Aqui faço uma observação sobre o que já foi dito também: a questão de renda. Nós temos que pensar na sustentabilidade dos empreendimentos, especialmente as questões de renda, social e ambiental. Coloco uma pesquisa feita em mil assentamentos, com mil amostragens, que mostra que boa parte ainda dos assentamentos não chegou à condição ideal. Nós temos aí apenas 27%, quase 30%, produzindo para seu consumo e comercializando, vendendo seus excedentes e que teriam renda; outros 24% estão ainda na fase de produção insuficiente, não conseguem ainda atender a família; alguns que, infelizmente, ainda estão no estágio de que não produzem nada; e há outra parte que produz, mas ainda não consegue manter suficientemente suas famílias.

Mas esse gráfico aqui serve de estímulo para as políticas públicas. Uma vez tendo 88 milhões de hectares, como devemos melhorar? Foi dito aqui que no Brasil ocorre uma coisa extremamente importante: está conseguindo manter 15% de sua população ainda no campo. A média de outros países já mais industrializados, chamados desenvolvidos, é de 4% a 6%. Então, coloco isso aqui como um fator motivador para que se busque, sim, isso aqui. Por exemplo, os créditos de instalação. Parte de alguns dos créditos aqui estão atualizados: créditos de instalação, apoio inicial, fomento, habitação, crédito ambiental. Esses aqui não estão atualizados. Infraestrutura básica, todo assentamento tem de ter água, energia para produzir estradas, pontes, dentro dos assentamentos.

O Pronaf, que nós vamos comentar. Tudo isso só para estimar que em torno de 90 mil hectares são disponibilizados por família, e isso tem que ocorrer mesmo. Por quê? Você tem que sair daquela condição de inércia e passar a produzir.

E, aqui, só um exemplo. Eu tenho que disponibilizar energia elétrica, diversas formas de produção, seja orgânica. Cabe ao assentado decidir de acordo com o mercado, com o início de mercado, se ele vai se integrar ou não. Produção de avicultura, assentamento no Mato Grosso; aqui assentamento no Paraná, plantio de soja.

Aí o apoio que a CNA, através do Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), vem dando a essa formação, a capacitação na regulagem de máquinas, adubadeiras etc., na formação profissional dos agricultores provenientes da reforma agrária.

Aí a questão também não é só a produção agrícola em si, mas a dos produtos, uma pequena industrialização. Outros, a questão de leite, também no Paraná, em parceria com a Emater etc.

Aqui um prêmio para essa empreendedora, a agricultora familiar na área do leite.

E o que é que a gente busca? Isso que já foi falado. Não basta só o Bolsa Família, isso é momentâneo. Nós precisamos da sustentabilidade, e a emancipação já prevista no Estatuto da Terra fala sobre ter condições de vida autônoma, de poder produzir, ter dinheiro e se sustentar e crescer. Há assentados – temos que admitir a

prática – que comprem outra área e continuam produzindo. Isso não significa concentração de terra e sim que ele está prosperando. E ele vai para outra política pública? Sim. Ele cresceu; saiu de assentado e vai para o Pronaf.

Também mecanismo de estrutura de desenvolvimento.

Legislação básica, não vou detalhar, mas era, em 2000, em torno de 10 anos atrás, era um decreto e tal.

Atividade e agricultores. Hoje há agricultores empreendedores familiares, que atendem àquela condições: quatro módulos, preferencialmente a renda agrícola e não agrícola, no mínimo de 50% do estabelecimento; ele pode trabalhar fora. Isso aqui vocês conhecem, não vou detalhar muito, porque o meu tempo está se esgotando. Preferencialmente, então, e um percentual mínimo, como comentei, de atividades econômicas, tanto do estabelecimento quanto fora e dirija seu empreendimento com sua família.

Aqui não só os agricultores propriamente ditos, mas, além dos assentados, pescadores, extrativistas, os índios e quilombolas são beneficiários do Pronaf atualmente. Há uma passagem, desde o Pronaf, do tipo A e C, mais destinados aos assentados e ao grupo de beneficiários do crédito fundiário, o B e o grupo V.

Há um detalhamento, que vou passar. Isso vocês conhecem bem, a questão do grupo A, o AC, o grupo B, com renda bruta familiar até 20 mil, e o V, que são agricultores com renda, agora mudou para R\$360 mil, e podendo contratar o número de famílias menos um trabalhador. Essa é a regra nova, e agora 50%, no mínimo, têm que ser proveniente da produção do estabelecimento.

Aqui, rapidamente, uma ideia dos pronafianos. A produção: daqueles enquadrados no Pronaf, um total participa com 20% do valor bruto da produção da agropecuária atualmente; e os não enquadrados no Pronaf, que são 32%, produzem em torno de 80%. São dados da FGV, fundamentados no Censo Agropecuário de 2006, do IBGE.

Já foi comentada a questão do feijão. Vou destacar a mandioca, boa parte vem dos não pronafianos, a maioria; a questão do fumo. Não sei se está aqui o feijão... Não, acho que o feijão não. Hortaliças, também há grande participação da horticultura em geral para os não pronafianos. Essa é só uma ideia dos enquadráveis e não enquadráveis, de como está a questão dessa política pública. Todos esses índices podem ser melhorados efetivamente.

Conquistas recentes. Alteração do valor: a renda bruta agora é de R\$360 mil, é possível, principalmente no grupo V; e outras alterações foi o aumento do número de contratados, ou seja, um número a menos: se a família tiver cinco pessoas, pode contratar quatro e, se tiver quatro, três pessoas, e aumento dos limites de crédito.

A visão do Pronaf, então, é uma verdadeira espécie de cadeia, não só a parte da legislação, mas todo o sistema produtivo, o sistema social e o sistema legal.

Aqui o Plano Safra 2013/2014, as alterações mais recentes; aqui, no âmbito dessa safra, uma alteração nos percentuais de volumes, de até 30%; aqui de 30% passou para 100%, e a queda da taxa de juros, de 3,5%.

Nós vemos também que lá foi para custeio e aqui para investimento, uma ampliação também do valor do montante total para o teto de R\$150 mil.

Em atividades como avicultura, suinocultura e fruticultura, o volume passou a ser de R\$300 mil.

Sobre o Pronaf já foi dito aqui o valor de R\$21 bilhões; aqui está o desempenho. Essa queda aqui é porque houve inadimplência, mas, assim que o agricultor torna-se novamente adimplente, há uma melhoria nos números.

Aqui são os valores totais contratados, de R\$37 bilhões, na última safra, 2012/2013, em que se destaca o Sul. O Sul é o principal demandador do recurso do Pronaf; paga-se, continua renovando etc. Então, é esse dado principal.

Programa de garantia, com isenção, com desconto, tanto para o custeio quanto para o investimento, de renda; se o valor de mercado estiver muito baixo, há o desconto no pagamento do financiamento.

Aqui a legislação pertinente.

O Pronater. A Presidente Dilma está para sancionar essa lei, que já foi aprovada pelo Senado Federal. A Agência Nacional de Assistência Técnica, que vai permitir não só a assistência técnica, o repasse de tecnologia da Embrapa e uma reorganização também do crédito. A gente espera que a questão da comercialização seja devidamente tratada para que se tenha esse crescimento, aumento de renda, produtividade, desenvolvimento sustentável no campo, principalmente na agricultura familiar.

Programa Terra Legal. Eu o trouxe porque a regularização fundiária também é um dos componentes. Aí é o caso da Amazônia Legal, em que essas ocupações estão sendo regularizadas, o produtor sem título, sem poder ou de forma precária pegar recurso.

(Soa a campanha.)

O SR. ANAXIMANDRO ALMEIDA – Destaquei até 15 módulos porque é uma política, a única, que abrange também o grande e o médio proprietário.

Para finalizar, o agronegócio. É uma questão conceitual. O agronegócio foi definido por estas pessoas, Davis e Goldberg, é um conceito que abarca... Vou sintetizar, sem ler essa lâmina: todo aquele que consegue vender, nem que seja para o vizinho ou numa feira, ou que exporta, como nós temos alguns assentamentos exportando também, fazem parte do agronegócio. Aquele que consegue vender alguma coisa já faz o agronegócio. Então, o agronegócio é muito amplo, envolve muitos agentes. Não é só na produção, na chácara, na fazenda, mas é antes, é após. Isso é inserção mercadológica. Se não tivermos essa inserção mercadológica, os agricultores provenientes da reforma agrária e os empreendedores familiares podem, igual em outros países, sair de 15% para 4%, 6% ao deixarem o campo. E isso não é o que se quer.

Como o meu tempo esgotou, vou aproveitar e falar depois, nos debates.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com a palavra, Antonio Luiz de Moraes, Coordenador-Geral de Análises Econômicas do Departamento de Economia Agrícola da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Com a palavra, Antonio.

O SR. ANTONIO LUIZ MACHADO DE MORAES – Obrigado, Senador.

Um bom-dia a todos. Agradeço a oportunidade de estar aqui fazendo parte desta Mesa. A minha intenção, neste momento, seria fazer alguns comentários sobre alguns pontos que foram aqui levantados. Primeiramente, eu gostaria de me referir à menção feita ao aparente conflito que existe ou existiria entre a produção de alimentos e a produção de agroenergia, assim como a produção de bens exportáveis.

Primeiramente, uma boa parte da produção de cana-de-açúcar, que é a principal matéria-prima para a produção de agroenergia, destina-se à produção de álcool e a outra parte é utilizada para a produção de agroenergia. Eu não tenho aqui a cifra exata, mas a área ocupada com a produção de cana-de-açúcar, em relação à área global agrícola, é muito pequena.

O Governo brasileiro tem defendido em todos os fóruns internacionais que a produção de agroenergia, no Brasil, diferentemente de outros países, como é o caso dos Estados Unidos, não conflita com a produção de alimentos, por razões muito amplamente conhecidas: a disponibilidade de áreas que nós temos, a mudança de recursos naturais e a própria evidência, que me remete a outro argumento, de que o Brasil não é um país importador líquido de alimentos. As importações de alimentos têm sido, sistematicamente, muito baixas. Se olharmos para a pauta de importações, o que se constata é que, dentre os principais produtos importados, praticamente não figuram produtos alimentícios, à exceção do trigo. Bom, há malte, farinha de trigo, mas, sobretudo, papel, celulose, borracha natural. A produção de cereais é modesta. Nós não somos um país tipicamente importador. Ao contrário, somos um país tipicamente exportador. Esse é um ponto que eu queria destacar.

Outro ponto que eu queria destacar se refere à menção feita à questão dos subsídios na agricultura. Estudos sistemáticos são realizados pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), uma organização dedicada essencialmente à realização de estudos não só dos seus países-membros, mas também, em particular, dos países emergentes, entre os quais o Brasil se inclui. A cada dois anos, essa instituição respeitabilíssima publica um relatório, um informe sobre a agricultura brasileira, e ela revela que o nível de subsídio que o Brasil concede aos produtores rurais gira em torno de 4% a 5% do valor da produção. Isso coloca o Brasil entre os países que menos subsidiam a agricultura. Na verdade, o Brasil está entre os três, quatro países no mundo que menos subsidiam a agricultura. Então, o nível de subsídio é muito baixo, reconhecidamente.

Além disso, há outro aspecto a considerar. Foram mencionados aqui os grandes produtores, que são, particularmente beneficiados. Eu gostaria de observar que, na verdade, não. Os grandes produtores recebem muito pouco subsídio. O grosso da produção dos grandes produtores é financiada ou com recursos próprios ou com recursos a juros livres no mercado, pelo mero fato de que, na política de crédito rural, há limites na concessão. O produtor rural não vai ao banco e obtém um empréstimo no montante que ele deseja. Não. Há limites. Até porque os recursos globais são escassos. Tudo é escasso. Então, fundamentalmente, os que mais se beneficiam de crédito subsidiado no Brasil são só pequenos produtores e os médios produtores. É muito marginal a participação e o benefício dos grandes. Os grandes são independentes.

Por falar em grande, eu queria só destacar também, inegavelmente, por razões sociais aqui mencionadas, é fundamental o apoio ao pequeno produtor e a preocupação com o trabalho, eu reconheço isso. Mas, por outro lado, é preciso considerar que na atividade produtiva agropecuária a escala de produção é muito importante. E se o Brasil, hoje, é uma potência agrícola mundial, ela se deve também, em grande parte, aos grandes produtores, aos produtores que produzem com uma escala elevada, porque a escala contribui para dar competitividade, maior eficiência, o que leva, naturalmente, à especialização na produção de certas culturas para as quais a escala, o tamanho faz a diferença.

Isso me remete a outro argumento. Claro, graças à contribuição de todos os produtores, inclusive dos pequenos, à contribuição dos trabalhadores, mas também à contribuição da agricultura empresarial, o Brasil é uma potência agrícola. Nós tornamos, já há vários anos, há décadas, uma potência agrícola, um grande produtor, um grande exportador mundial. Nós nos situamos, há muitos anos, entre os maiores produtores exportadores mundiais, com uma produção que não para de crescer.

Eu quero usar só dois argumentos. Isso que estou acrescentando agora não é desconhecido. Todos vocês têm consciência do tamanho do Brasil, do tamanho da agricultura, da sua importância. Eu não preciso elaborar em cima disso. Quero fazer essa referência, para ligar a outro ponto que é objeto deste encontro aqui. Na medida em que a agricultura se desenvolve e atinge o status, a expressão que ela tem hoje, isso contribui, por um lado, não só para a economia como um todo, para a sustentação do crescimento da economia como um todo, para o equilíbrio macroeconômico, para as metas do Governo, para o controle inflacionário, controle do déficit público, enfim, todos esses objetivos – e eu cito aqui, é muito conhecido, alguns dados. Depois, eu faço a ligação com o ponto em questão aqui, nesta discussão.

No primeiro trimestre deste ano, o PIB da agricultura, o valor da produção agregada da agropecuária cresceu 12,3%. No terceiro trimestre, 5,1%, e, nos últimos 9 meses, 8%. São taxas de crescimento comparáveis às taxas da economia chinesa, ou às taxas da época do milagre brasileiro, ou seja, a agricultura é um setor que tem um dinamismo, uma contribuição muito relevante.

E daí? O que eu quero dizer com isso? A ligação com a discussão aqui e a preocupação com os pequenos produtores, a preocupação com os trabalhadores é de que, em que pesem as distorções que possam haver... E eu não nego que haja dificuldade, eu não nego, obviamente, que melhoras têm que acontecer em relação aos trabalhadores, em relação à parte tributária, em relação a diversos aspectos que afetam a vida do produtor e do trabalhador rural, eu não nego isso, até porque, por princípio, tudo pode ser melhorado sempre, eternamente, em particular a preocupação de vocês com a situação do pequeno produtor e do trabalhador. Mas o que eu quero dizer é que toda essa preocupação e toda essa problemática, na medida em que a economia do setor cresce e é dinâmica, inclusive com a contribuição dos grandes produtores, isso, inegavelmente, redundará em benefício para o trabalhador rural, para o emprego e para o produtor rural. Não na escala e no nível que poderia proporcionar. Eu não estou contestando a reivindicação e as colocações de vocês. Elas são legítimas. Eu reconheço que isso pode ser melhorado, mas o fato é que esse fenômeno de crescimento da agricultura brasileira, em que pesem as distorções, beneficia todos, inclusive os trabalhadores e pequenos produtores.

Se, hoje, os trabalhadores e pequenos produtores têm a situação que têm, ela é, creiam, muito melhor do que seria se nós tivéssemos um desempenho mais modesto, um desempenho menor.

A última colocação será breve. Em termos de recursos, voltando aqui a um comentário final, foi mencionado aqui o Plano Safra da Agricultura Familiar e eu menciono o Plano Safra da Agricultura Empresarial. E eu menciono que, no lançamento de ambos os planos, reiteradamente, a nossa Presidente tem se comprometido com que recursos para a agricultura não faltarão. Em que pesem os valores, eu diria, generosos, em que pese a robustez desses planos agrícolas, com aumentos substantivos de recursos, ainda assim, se vierem a faltar recursos, o que for necessário, ela deu o aval, a garantia de que não faltarão recursos para a agricultura, seja para o pequeno, o médio, o grande – o grande, dentro da limitação que eu mencionei – e nas condições estabelecidas de taxas de juros favorecidas.

Minha observação final. Referimo-nos à atuação do Ministério da agricultura, à agricultura empresarial-versus agricultura familiar. Na verdade, é uma agricultura só. Inclusive os agricultores de pequeno porte têm acesso aos recursos que estão disponíveis dentro de todos os programas do sistema brasileiro de crédito rural. Claro que se o Pronaf tiver condições mais favoráveis, o pequeno produtor recorre a ele, mas não fica excluída a utilização de recursos disponibilizados no sistema de crédito rural.

Por que estou dizendo isso? Porque o Brasil experimentou reduções substanciais de taxas de juro. Com a criação do PSI (Programa de Sustentação de Investimentos), todos os programas de investimento que fazem parte do PSI têm taxas de juros de 3,5%, que é uma taxa muito próxima das taxas que prevalecem na agricultura familiar. Então, o pequeno produtor, além do acesso àquelas taxas mais privilegiadas no âmbito do MDA, no âmbito do Pronaf, também tem acesso, com são taxas atrativas, a todos os programas de investimento no âmbito do PSI.

Agora, asseguro que estou encerrando. Quero apenas mencionar um pontinho. Um grande salto havido na orientação da política agrícola é o privilégio, a ênfase dada ao financiamento para investimento. Historicamente, os recursos para custeio, comercialização, sempre aumentavam, expandiam mais do que os de investimento. O que estamos experimentando agora, nos últimos anos, nesta safra em particular, é um crescimento expressivo dos recursos para investimento, porque os investimentos é que permitem que haja uma capitalização do setor e um aumento, uma expansão do setor.

Os recursos para investimento na agricultura aumentaram em 46%, sendo que, no total, 18%. Na comercialização e no custeio, o aumento foi em torno de 10%, ou seja, prioridade para investimentos, prioridade para infraestrutura e prioridade para o médio produtor, que é o complemento do agricultor familiar, na ideia de criar uma condição fácil, adequada, atrativa de transição do pronaiano para a condição de médio produtor.

Eu agradeço a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Nós estabelecemos, na primeira fase desta audiência pública, um processo em que o Aparecido, o Jean e o José Maria defenderam os interesses da produção do pequeno e médio agricultor e da produção de alimentos no Brasil.

O nosso Anaximandro, representando a CNI, expôs os mecanismos que estão à disposição do Governo para apoiar a agricultura familiar e a produção de alimentos no País, que, a meu ver, existem, mas não estão sendo usados na intensidade em que poderiam ser usados.

O representante Antonio Luiz Moraes, Coordenador de Análises Econômicas do Departamento de Economia Agrícola da Secretaria de Política Agrícola, defendeu a política agrícola do Governo Federal.

As posições foram colocadas. Vamos estabelecer, agora, um espaço para o contraditório. Inicialmente, o José Maria, da minha direita para a esquerda; posteriormente, o Jean Carlo; depois, o José Maria e o Aparecido Bispo vão comentar as posições colocadas na audiência pública até agora. Posteriormente, eu passo a palavra para o Anaximandro e, novamente, para o Antonio Luiz Moraes, para fazer a crítica do contraditório estabelecido com os movimentos populares.

Com a palavra, José Maria de Almeida, representante da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas).

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Senador, pensando aqui comigo, ouvindo a exposição que o representante da CNA fez, eu havia ficado com a impressão de que as grandes empresas do agronegócio não haviam mandado representação aqui para a reunião. Lamentavelmente, ouvindo a exposição do companheiro que está falando aqui pelo Ministério da Agricultura, me dá a impressão de que é aí que está a defesa, de fato, dos interesses dessas grandes empresas.

Olha só, gente, retomando o problema e o colocando em termos práticos, dialogando com o meu companheiro do Ministério da Agricultura. Se nós prestamos atenção aos dados que o companheiro da CNA colocou, ele, no levantamento que foi feito, demonstra que 72% dos assentamentos de reforma agrária ainda não produzem nada – se não me falha a memória, 70%, setenta e poucos por cento – e 72% não conseguem produzir excedentes, ou seja, não é uma atividade economicamente viável.

De fato, há uma crise grande na reforma agrária brasileira, porque uma boa parte dos assentamentos não consegue produzir aquilo que permite à pessoa viver com sua família, construir o futuro dos filhos. É o que eu disse aqui: os filhos vão embora porque não têm como ficar naquela situação ali.

Se nós tomamos este debate e escutamos o representante do Ministério da Agricultura falar da importância das grandes empresas e da produção em escala na agricultura no País, para o País, para o crescimento da economia, para as metas do Governo, para a situação da macroeconomia do País, nós vamos entender, de fato, quais são os dois critérios distintos que nós estamos tratando aqui hoje.

Qual é o problema? Se a preocupação do Governo for, de fato, com a macroeconomia, com o crescimento do PIB das grandes empresas – e esse crescimento é um crescimento chinês, como foi dito aqui – está certa a política do Governo: tem-se que injetar mais dinheiro nessas grandes empresas e nós vamos ter uma macroeconomia muito boa, nós vamos ter as metas do Governo sendo atingidas e nós vamos ter o povo brasileiro passando fome. Porque é disso que se trata. Não se pode fazer a comparação que foi feita aqui.

Segundo o levantamento que vejo aqui, se nós tomarmos a destinação de crédito das grandes empresas e para a agricultura familiar, olhem só os dados na safra de 2011/2012: R\$93 bilhões para as grandes empresas do complexo agroindustrial; R\$12 bilhões para a agricultura familiar. Se olharmos os dados que o companheiro da CNA colocou aqui, estavam lá: destinação de R\$21 bilhões para a pequena agricultura familiar. Contratados mesmo, R\$13 bilhões, que é o que está no dado que você colocou aqui. Ou seja, de fato, o que está sendo repassado para a agricultura familiar foram R\$13 bilhões este ano e R\$12 bilhões na safra passada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Não, que seja pela razão que for, porque com inadimplência não haveria crédito de nenhum banco para nenhuma empresa do complexo agroindustrial. Todas elas deixam de pagar e depois, de tempos em tempos, vêm aqui para o Congresso Nacional com pedido de anistia. É assim ou não é assim, Senador? Chegam aqui e dizem: vai falir a agricultura brasileira, tem que anistiar as empresas. Pagar, eles não pagam também não.

Agora, o problema é de decisão política, para quem vai o dinheiro. Então, eu proponho o seguinte: por que o Governo não pega esses R\$93 bilhões... Porque esse dinheiro é do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Para se ter uma ideia, em 2010, o BNDES repassou às grandes empresas do complexo

agroindustrial R\$36 bilhões, três vezes mais àquilo que está destinado à agricultura familiar. Só o BNDES. Então, eu proponho que peguemos esses R\$92 bilhões e vamos investir na agricultura familiar.

Há o problema da inadimplência? O Senador acabou de nos dar um exemplo aqui. Lá no Paraná, como havia o problema, o Estado montou um fundo próprio e bancou o financiamento e o apoio técnico e tecnológico para a agricultura familiar. Façamos isso e vamos ver o resultado.

Qual é a meta que o Governo Federal estabelece para a utilização das terras próprias para a agricultura no nosso País? É, em primeiro lugar, alimentar o nosso povo, ou é, em primeiro lugar, atingir índices macroeconômicos chineses? Esse é o problema. Nós temos uma inversão de valores. A terra é um bem comum de qualquer país, de qualquer nação. Enquanto a destinação de recursos for essa que nós temos, hoje, no Brasil, o resultado que nós vamos ter é esse.

Sabe o que acontece com muitos assentamentos da reforma agrária, Senador? Os companheiros, ao não terem financiamento, apoio técnico e tecnológico, são obrigados a arrendar terras para o agronegócio. Em São Paulo, nós temos muitos assentamentos de reforma agrária em que as pessoas arrendaram a terra para o agronegócio plantar cana, porque é a única atividade econômica viável que ele conseguiu fazer naquele pedaço de terra, por falta de apoio do Estado.

O povo não come cana; o povo come arroz, feijão, mandioca, a produção de frango, a produção de carne para o corte, de leite, que é feito pela agricultura familiar no nosso País.

O problema que nós temos é este: em primeiro lugar, destinação de recursos. O que se prioriza? São recursos públicos, é dinheiro do povo brasileiro. Esses R\$36 bilhões que o BNDES repassou a essas empresas, a juros de pai para filho, é dinheiro do povo brasileiro. Os recursos que o Banco do Brasil e a Caixa emprestam para essas empresas é dinheiro de bancos públicos, e não pode ser que esse dinheiro seja utilizado com esse critério. Depois que fazem isso, não venham fazer a comparação. Não tem como comparar. Então, o primeiro problema é esse.

Segundo problema: o estudo da OCDE e o problema da alocação das populações no nosso País e no mundo. Olhem só, o crescimento do agronegócio no Brasil não está ajudando a fixar o homem no campo, está retirando o homem do campo. Inclusive, para ser mais preciso, agora, no setor de cana – depois o Aparecido pode dar um dado mais preciso para vocês –, está sendo utilizado um novo padrão tecnológico. Já existe colheitadeira, Senador, não sei se o senhor sabe, que é dirigida por satélite, por computador. São muito modernos os equipamentos. Isso é muito bom, porque tira o trabalhador daquele trabalho penoso que havia antes. Cortar cana é um trabalho desumano, da forma que era feito antigamente.

Agora, qual é o problema? Há uma preocupação social nessas empresas de alocar esse trabalhador que perde o seu posto de trabalho para uma máquina em alguma outra função? Há uma preocupação de desenvolver na região políticas públicas, ou mesmo investimentos, para que essa pessoa tenha como continuar a viver naquela região com a sua família, para ter uma vida digna? Não. Essa pessoa, simplesmente, é botada no olho da rua. Sabe o que ele está fazendo hoje? Engrossando as favelas nas grandes cidades. Então, está diminuindo a população no campo, na medida em que avança o agronegócio. O que fixaria o homem no campo – não numa situação de penúria, de miséria, de falta de acesso à cultura, a lazer, como já descreveu aqui o companheiro da Via Campesina – é assegurar vida digna a ele.

Então, se os recursos mobilizados para assegurar essa pujança toda que o representante do Ministério da Agricultura nos contou aqui sobre a situação do agronegócio fossem utilizados para assegurar essas outras coisas, nós teríamos, sim, a fixação do homem no campo, garantindo a ele a sua família uma vida digna futura aos seus filhos e, ao mesmo tempo, assegurando a produção de alimentos para o povo brasileiro.

O único ponto com o qual não concordo, dito pelo representante do Ministério da Agricultura, é sobre a inflação. Desculpe-me, mas essa prioridade que o Governo dá às grandes empresas do agronegócio não diminui a inflação, não ajuda a controlar a inflação. Pelo contrário, o descontrole que houve na inflação no primeiro semestre deste ano tem a ver com o preço dos alimentos. Por que subiu o preço dos alimentos? Porque se produz soja para exportar; porque se produz etanol para exportar; porque se produz carne para exportar. E aqui, no Brasil, está caro o produto.

Se nós tivéssemos esse volume de recursos destinado à produção dos alimentos que o povo consome neste País, o preço dos alimentos seria muito mais baixo do que é hoje. Ajudaria a controlar a inflação muito mais do que essas medidas que foram tomadas pelo Governo.

E veja, Senador, que quando explodiu o problema inflacionário, o que foi feito em termos de política por parte do Estado brasileiro? Duas medidas foram tomadas fundamentalmente: a primeira, o Governo baixou um decreto desonerando a folha de salários das empresas do agronegócio, fundamentalmente as relacionadas à produção do etanol.

Qual era o discurso do Governo? Se eu reduzo o custo que essas empresas têm, vai reduzir o preço, vai ajudar a controlar a inflação. Então se diminuiu o repasse dessas empresas para a Previdência Social, para todos os benefícios sociais que são custeados com contribuições cobradas das empresas. Abaixou o preço do etanol, Senador? Não. O preço do etanol agora está aumentando junto com o preço da gasolina. O que aumentou? Aumentou o lucro dessas empresas, porque o Governo retirou parte do custo delas.

A segunda medida que o Governo adotou foi repassar subsídio, também para as empresas de etanol, na base de R\$12 milhões por empresa, particularmente para as empresas que estão instaladas na Região Nordeste. Isso abaixou o custo do etanol? Melhorou a vida dos trabalhadores rurais assalariados do Nordeste? Não. Aumentou o lucro das empresas.

É isso que está sendo feito.

Então o que nós estamos cobrando é que haja uma inversão desses valores e que o Governo, em primeiro lugar, destine as terras deste País para aquilo que é necessário, principalmente para o povo brasileiro, que é alimento e, em segundo lugar, que haja recursos, que haja apoio de financiamento, técnico, tecnológico, construção de estradas, apoio àquelas pessoas que queiram produzir alimentos e defesa dos direitos dos assalariados rurais.

Além da população brasileira em conjunto, além da agricultura familiar, os empregados dessas empresas estão sendo tratados – eu insisto – de forma desumana. Então, nem sequer uma contrapartida social o Governo está exigindo para repassar os interesses para essas empresas.

Desculpe pelo tempo, que já usei demais. Paro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Só para estabelecer um contraponto à política da desoneração, a carne subiu extraordinariamente na Argentina. O que o governo fez? Desonerou impostos dos frigoríficos? Desonerou imposto de pessoal? Não. O governo estabeleceu uma cota de exportação, proibiu a exportação e abasteceu o mercado interno. Com isso, ao contrario das políticas de desoneração do Brasil, a nossa Presidenta argentina conseguiu reduzir o preço da carne no mercado interno, aumentando sensivelmente a oferta com a proibição da exportação.

É só para estabelecer um contraponto de política de desoneração e políticas que visam ao abastecimento interno.

Com a palavra o representante da Via Campesina, Jean Carlo Pereira.

Onde é que você arranjou esse nome sofisticado, Jean?

O SR. JEAN CARLO PEREIRA – Um padre. Agricultor sempre leva nome de... É um padre. Eu tinha um padrinho que era um padre e falou para a minha mãe que era bonito e tal, e ela gostou.

Há alguns contrapontos. É até preocupante o exemplo.

A posição do Mapa mostra claramente isso. Uma audiência pública dessa importância hoje, e não termos o MDA aqui, Senador... Não sei se tem como mandar algo para eles, o companheiro da Comissão de Direitos Humanos. É meio... E falando, não é? Imagine só, uma política para os trabalhadores assalariados e para a agricultura familiar, e não está o MDA aqui! É um desrespeito, eu acho, do Governo com a nossa organização e com a população que produz alimentos.

Só reafirmando alguns pontos – não vamos entrar muito no debate –, é importante colocar que nós temos um problema hoje no Estado brasileiro, entendendo Estado brasileiro como todos os Poderes, o que vai além de governos, que está montado junto com a grande mídia. O que tem de avanços hoje na agricultura familiar não aparece. Parece que nós não existimos ou não somos importantes para o Brasil. Dá para ver isso claramente dentro do Ministério da Agricultura quando ele se dedica, há muito tempo, a defender as grandes empresas transnacionais, esse modo de produzir, e o pouco tempo destinado a defender a agricultura familiar.

O representante da CNA fez uma defesa muito mais ávida da agricultura familiar do que o próprio Ministério da Agricultura.

Nesse sentido, a gente quer reafirmar que é uma política... Isso não aparece, não é? Subsídio é só para os pequenos. Os grandes não têm nada.

Essa política de isenção de imposto que o Senador falou que há outras formas de fazer para aumentar e de garantia da produção de alimentos, isso não aparece, não é? Isso ninguém vê, não é? A política que se tem do Estado brasileiro, desde o Governo Federal ao governo municipal, de priorização das grandes fazendas e tudo isso não aparece. Lá no Município, onde está a estrada para chegar à fazenda, a prefeitura vai, cascalha e faz tudo; a estrada para chegar aos assentamentos e às pequenas propriedades é um desastre, não é?

É claro que é mais fácil para os bancos, Banco do Brasil e Caixa, negociar com os grandes. E é claro que o problema não é só a inadimplência. Há problema de inadimplência também por quê? Há problema de frustração de safra, mas a nossa assistência técnica não chega.

O que o representante da CNA colocou ali... Realmente tem todos esses programas, mas a quantidade que chega aos agricultores é muito menor. E estou falando de um Estado em que ainda temos, como se mostrou ali, um grande avanço de algumas políticas públicas em relação ao Nordeste, que é muito mais precário.

Então há um problema de concepção, e isso tem que avançar, porque, quando sai a renegociação de dívida para o pequeno produtor, isso ocorre depois de muita briga, muita luta e tudo isso, e é diferente de quando sai renegociação de dívida para as multinacionais nos bancos ou para os grandes proprietários... Saiu renegociação de dívida hoje, amanhã o gerente liga para o fazendeiro: "A renegociação de dívida saiu". Para os agricultores muitas vezes isso passa despercebido, porque não têm acesso à assistência técnica, não têm acesso à informação.

Como nós criamos um Estado... O Estado tem uma política que é decommodities, de exportação, mas como ele olha para a população? E não dá para comparar, porque, se um agricultor, mesmo do ponto de vista dos dados do IBGE, que mostram que ele não está produzindo nada, ele está morando ali. Alguma coisa ele tem que produzir. E ele está produzindo algo para a sua subsistência. E essa família de cinco ou seis pessoas que está no lugar – estou citando o caso mais caótico que existe –, são três ou quatro filhos a menos na cidade, ingressando na marginalidade.

Então a gente tem que analisar do ponto de vista social. Se não é isso. Nós vamos concluir que índio não trabalha, que não produz e tem que ser exterminado. O Estado brasileiro tem que ter políticas, e não dá para igualar. "Coloquei o Pronaf, resolveu o problema da agricultura familiar." Não resolve. Só o crédito não resolve. Tem que haver uma política de Estado que vise tudo isso, desde a cultura e lazer, acesso à infraestrutura, estradas, acesso à habitação...

Se formos comparar com o mercado, com certeza, não tenho dúvidas de que o agronegócio produz muito mais lucro para o capital. Se nós compararmos em termos de lucro, vai ter mais lucro. Agora, quantas pessoas se beneficiam dessa permanência no campo?

Isso tem importância. E devemos ver como vamos construir isso aqui.

O MDA tinha que estar aqui para ajudar nesse processo de discussão e como vamos vendo as políticas públicas e o Estado, esse sistema de regulação. Nós vamos quebrar o País desse jeito, porque dá problema na indústria desonera imposto dos carros, o que está criando um caos. Hoje ninguém consegue andar mais nas cidades. Por que não se aumenta o imposto sobre os carros e coloca transporte público? Resolve um problema da sociedade e não de quem tem dinheiro só para comprar carro. Por que, em vez de importar feijão da China ou de outro lugar, não cria uma política de preço mínimo e de assistência técnica e tecnologia para os agricultores produzirem?

Então há uma inversão na forma de ver a produção. Nós não estamos sendo pessimistas ou caóticos. Há que se ver de forma diferente se o Governo quer tratar o grande agronegócio ligado às multinacionais, o que é muito triste hoje... As multinacionais, além de controlarem todo o mercado de soja e das grandes commodities, estão começando a controlar as terras nossas?

Se o Governo quer ter uma política nesse sentido tem que diferenciar da política que vai ser feita do ponto de vista social e de garantia de alimentação no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com a palavra agora o Secretário-Geral da Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo, Aparecido Bispo.

O SR. APARECIDO BISPO – O Governo faz um relato aqui da questão do agronegócio como se fosse uma coisa maravilhosa. E nós temos aqui vários sindicalistas, trabalhadores também que podem relatar qual é a contrapartida que esse agronegócio oferece para quem trabalha. O agronegócio não gera se não tiver a mão dos trabalhadores. Se não tiver a nossa mão na enxada, no facão, na máquina, no trator, não tem riqueza, não tem exportação. E isso, infelizmente o Governo não reconhece. Infelizmente, a gente vê a fala do Governo aqui, e não cita as condições do trabalhador. Ou nós estamos mentindo aqui, e não está acontecendo trabalho escravo no Brasil neste momento, ou nós estamos mentindo aqui, não existe precarização dos trabalhadores, ou nós estamos falando que, dos 15 milhões de trabalhadores rurais no Brasil, 50% não têm registro. Cinquenta por cento dos trabalhadores rurais no Brasil não têm registro. Se não tem registro, não tem mais nada. Não tem IPI, não tem condição nenhuma. Vive na miséria.

É esse agronegócio que nós estamos discutindo? Nós não vamos admitir que existe no Brasil uma cartelização desse agronegócio e que só meia dúzia de grupos de usinas mandam no Brasil, no álcool, no açúcar? E dizer que são três indústrias que mandam no suco de laranja brasileiro? E dizer que são quatro ou meia dúzia de empresas que mandam na soja? Ou que são dois grupos de frigoríficos que mandam na carne brasileira?

É isso que existe no Brasil, uma cartelização. Nós temos que reconhecer isso. E o Brasil, o Governo está refém disso. E o Governo não quer enfrentar. Como se enfrenta? É claro, criando uma contrapartida, como nós discutimos aqui, na questão da reforma agrária, criando uma contrapartida ao fomentar a agricultura familiar

verdadeira, com assistência técnica verdadeira, e não criar programa, dizer que tem programa e que está tudo certo.

Não está certo. E o Governo tem que levar a sério essa política e reconhecer que existe problema. Nós só mudamos um país quando reconhecemos que há problema. Há problema na educação, há problema na distribuição de renda no Brasil. E essas riquezas que estão sendo produzidas por esse agronegócio, além de deixar os trabalhadores que as produzem, que trabalham nisso na miséria, deixam o País na miséria, porque a riqueza não fica no País. E o Ministério da Agricultura tem que reconhecer isso. Infelizmente não reconhece.

O trabalhador brasileiro amarga baixos salários, amarga falta de registro na carteira. E até quando vamos debater isso? Quando nós vamos construir um projeto de educação sério neste País? Criar programa é maravilhoso, fazer discurso na televisão, contratar os marqueteiros é maravilhoso, mas o que chega de fato para esses trabalhadores não é isso. E temos trabalhadores aqui, entre nós, que podem relatar o que passam na roça com o que ele está fazendo, o que ele está vivendo.

Nós sabemos que um trabalhador rural que ganha R\$700,00 por mês não sustenta a sua família, não paga aluguel, não paga água, não paga energia. Isso não traz dignidade. E nós sabemos que o Governo financia equipamentos, tecnologias para esse setor a custo zero, para pôr o trabalhador na rua da amargura, sem emprego, sem nada. E não existe nenhum projeto de qualificação profissional que resolva, porque esses trabalhadores não têm educação, não é alfabetizada a grande maioria. E nós não estamos levando a sério. É fácil chegar aqui e falar um monte de números, mas vamos lá à base, vamos conhecer a realidade do trabalhador. Eu desafio o Ministério da Agricultura e o Governo a descer para a base, ir à roça, na colheita da laranja e ver a realidade desse trabalhador.

Zé Maria, você falou do ano passado. Eu falo agora, Zé Maria: os trabalhadores, na usina Floralco e na usina... Na Floralco, lá em Flórida Paulista, estão sem receber salário. Agora, em Goiás, trabalhadores estão em greve, lutando para receber o salário. E faz quatro ou cinco anos que não cai um centavo do Fundo de Garantia na conta desse fundo. E o Governo? Não vai cobrar isso?

A Previdência... Esses setores devem bilhões para a Previdência. E nós discutimos com o Governo: pegue essas indústrias que já estão falidas, pegue essas dívidas, troque com o Incra, arrecade algumas terras desses devedores e faça assentamentos. Não vai pagar nada. Muito pelo contrário, vai recuperar dinheiro perdido para a Previdência, que são bilhões. E o Governo não tem posição com relação a isso.

Então, o Governo não quer defender política para os brasileiros. O Governo quer sabe o quê? Fazer política para as grandes empresas, para financiar pelo BNDES e depois haver troca de dinheiro para a campanha. É isso que acontece no Brasil hoje. E nós temos que levar isso a sério.

Se queremos mudar, se queremos que o País seja de primeiro mundo e que todos nós nos beneficiemos da riqueza que é produzida pela mão dos trabalhadores, nós temos que reconhecer que temos deficiência. E a nossa deficiência, quando nós a reconhecemos, nos faz crescer e melhorar o nosso comportamento.

Infelizmente, nós não vemos isso no País, porque estamos aqui para fazer um debate sério, que possa mudar. E a Feraesp está à disposição para construir isso. Nós sabemos que não fazemos isso do dia para a noite, mas fazemos a partir de quando nós começamos, no dia a dia. Se nós queremos mudar a realidade de nosso País, nós temos que reconhecer e fazer com seriedade uma política. E não fazer apenas para o grande, para depois, em troca, receber dinheiro para as campanhas.

Essa é até uma denúncia que eu estou fazendo, porque essas empresas depois financiam. Não é doação, é financiamento. Quando nós pedimos um real de aumento para os trabalhadores, nós temos que fazer uma semana, quinze dias de greve para ganhar um real a mais por mês dessas empresas, enquanto elas doam bilhões para as campanhas eleitorais.

Se nós queremos um país sério vamos discutir seriamente. Qual é o projeto de educação séria que vamos defender? Qual é o projeto de qualificação profissional sério, de distribuição de renda sério? Concentração de empresas não gera renda, não gera distribuição. E o Brasil está refém dessa política. O Brasil está refém desse cartel dominado por esses grandes bancos.

Então, é um desabafo que eu faço aqui. Se nós queremos construir, vamos construir, vamos fazer debate com quem realmente está lá na base, com quem realmente precisa da mudança, com quem realmente vai precisar da política que o Governo quer fazer. Não é com pensador, é com quem realmente está lá embaixo. É fácil discutir assistência técnica da forma que está sendo discutida, na terceirização total que o Governo está fazendo, enquanto nós falamos que assistência técnica tem que ser pública e gratuita para mudar a realidade, e não com terceirização. Sem falar que essas grandes multinacionais também terceirizam os trabalhadores. E a terceirização, nós sabemos para que serve. Quem monta uma empresa para terceirizar trabalho vai ter lucro em cima daqueles trabalhadores. E só tem lucro quem explora. Quem paga certinho não tem lucro. Quando as empresas saem disso e terceirizam é porque querem ter mais lucro e põem outra empresa para também

ter lucro. E a exploração dos trabalhadores cada vez mais vai piorando. E as condições de trabalho são piores. A realidade e a vida dos trabalhadores não melhoram. É fácil dizer: o PIB está aguentando, a exportação está aguentando. A troca de quê? A troca de trabalho escravo? É esse diploma que nós queremos para o nosso País?

Nós, da Feraesp, estamos denunciando internacionalmente algumas empresas por causa dessa questão. Se nós discutirmos com o Governo, não vai. Inclusive o Governo fez questão de precarizar o Ministério do Trabalho para que não fiscalize nenhuma empresa. Está sucateado o Ministério do Trabalho. A gente pede fiscalização, ele não atende. Os carros estão quebrados, com documentos vencidos, não podem mais rodar para fazer fiscalização nenhuma, isso no Brasil inteiro. A troca de quê? A troca de beneficiar as grandes empresas.

É isso que eu gostaria de dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com a palavra agora o nosso representante da CNA, Anaximandro Almeida.

O SR. ANAXIMANDRO ALMEIDA – Vou começar por algumas anotações. Vou seguir a ordem do contraditório em função de algumas anotações que eu fiz aqui. Mas antes queria deixar claro o seguinte: a questão não pode ser vista de forma pontual. Ela tem que ser vista de forma sistêmica.

Nós temos que colocar que o Brasil, desde que começou a produzir cana... Existe a chamadaplantation, as grandes plantações, há muitos anos, há séculos. Então, a cana no primeiro momento, a questão do açúcar, depois nós tivemos o café e assim por diante. A soja começou lá no Rio Grande do Sul, hoje está até no Maranhão, em diversas regiões do Brasil. Houve uma evolução tecnológica dessa produção, comandada principalmente pela questão mercadológica de preço.

O que eu coloco seria o seguinte: desde sempre nós vamos ter asplantations e a pequena agricultura, a agricultura familiar ou empresarial familiar. A questão é a quem você abastece.

No primeiro momento, em determinado Município, posso abastecer aquelas feiras, aqueles mercados, etc. Ou, como já disse aqui, até um assentamento, o agricultor familiar exportando. A decisão sobre se vai ser agricultura orgânica, transgênica, com uso de sementes geneticamente modificadas ou não é uma questão mercadológica.

Então há forma de coexistência. Hoje, quer queira, quer não, você tem efetivamente o agronegócio garantindo 30% do volume do valor bruto da produção, você tem um setor que emprega mais de 25% no Brasil e assim por diante.

Essa coexistência vai sempre existir. E volto a dizer: aquele que vende alguma coisa para alguém está no agronegócio. Aquele que não consegue fazer isso, só se sustenta, está num estado de subsistência e tem que ter efetiva assistência do Estado. E essa assistência do Estado passa necessariamente por mais crédito – essa é uma obrigação –, que vai gerar mais investimento, logicamente, e renda. Essa é uma questão pacífica.

Voltando então para as anotações em relação aos demais debatedores, palestrantes aqui, a Feraesp comentou as condições dignas de trabalho e isso se repetiu nos outros casos, a Via Campesina, a questão do excesso de trabalho, jornadas, ou o trabalho análogo ao escravo.

Eu acho que para esse tema já existe uma PEC, uma lei complementar, que é a PEC nº 57A. E friso: não se podem colocar as exceções como regra. Você tem aí um ponto fora da curva tradicional. Então, não adianta colocar a questão do trabalho exaustivo, as jornadas excedentes, etc. Essas são exceções. Agora está se colocando como regra geral. Mas já existe, como comentei... A Casa está tratando, o Senado e a Câmara dos Deputados, dessa questão.

A pessoa da Feraesp, o debatedor colocou realmente que não se quer Bolsa Família ou políticas meramente compensatórias. E aí a gente diz: sim, tem que se sustentar, tem que crescer, tem que dar meios para a sustentabilidade. E foram aquelas políticas todas que eu já coloquei em relação ao plano da reforma agrária, ao que o Governo vem alterando: reduzindo juros, ampliando o volume de recursos para a agricultura familiar.

Quanto ao que a Via Campesina colocou, da segurança alimentar, isso é desejado por todos. O agronegócio também participa disso, bem como a chamada agricultura familiar. Essa é a vontade, acho que de todos os segmentos da agricultura.

Ele voltou a frisar a permanência da população de 15%. Realmente, essas políticas têm que ser reformadas, melhoradas, aperfeiçoadas como estão, haja vista o exemplo desse Plano Safra da Agricultura Familiar de 2013/2014.

Nesse sentido está correto o entendimento de tentar manter o máximo dessa população, mas vai ser um desafio para o Brasil, uma vez que, como eu comentei, você só tem 4% a 6% nos países desenvolvidos. É o volume máximo que eles conseguem manter no campo. Então vai ser um desafio sim lutar contra a necessidade de produzir em escala. É como subir uma escada rolante ao contrário. Você tem que estar sempre produzindo para ter aquela margem de lucro, para que o custo seja o menor possível e, nesse contexto maior, manter esses 15%. Vai ser um desafio para todo o Brasil.

Em relação a recurso não ser dependente das grandes corporações, eu acho que são coisas que realmente não dependem. O agricultor familiar depende mais do Estado do que qualquer outra ação de uma grande corporação. Como eu disse, as empresas, as cooperativas, as entidades, pessoas jurídicas que atuam no campo correspondem somente a 4% dos estabelecimentos agropecuários. Então eu acho que não há como vincular uma à outra.

Em relação ao comentado pela Conlutas, quero dizer que, primeiro, quanto aos processos de incorporação das empresas, em que uma empresa adquire outra, em que há cisões, em que trabalhadores, eventualmente, ao serem demitidos, não recebem seus direitos trabalhistas, essa é uma coisa estranha, porque o Direito Comercial, o Direito Empresarial, o Direito Trabalhista defendem, sim, que a empresa incorporadora tem de garantir também o passivo. Não basta que essa empresa adquira só o ativo, só o direito, pois ela tem a obrigação de garantir os passivos.

Tratamos das condições dos produtores. A Conlutas comentou sobre o trabalho penoso na produção de cana. Em função do processo de mecanização, está se substituindo aquele trabalhador por máquinas. É importante que, realmente, seja eliminado o trabalho penoso. Mas aí o que fazer? Ele vai estar necessariamente desempregado? Não! Recentemente, a Rede Globo exibiu um programa colocando que esse trabalhador tem de ser capacitado para outras funções dentro da empresa. Então, aparece aquele que deseja, sim, ser o tratadista daquela máquina, e assim por diante.

Então, soluções existem. Não é fácil, como eu já coloquei, manter essa população toda de trabalhadores e mesmo de produtores rurais no campo. Falo dos pequenos e dos médios, especialmente. Mas é preciso trabalhar essas alternativas para a manutenção desses produtores e dos trabalhadores nas atividades agrícolas. Eles podem trabalhar em outras áreas que demandam ainda a mão de obra, como a da produção de laranja, etc. Saídas existem.

Em relação às dívidas de empresas, tais como INSS, FGTS, que são alegadas aqui, como as da Caixa, do Banco do Brasil e do BNDES, isso tem de ser tratado, no nosso entendimento, desde o primeiro momento, na concessão. É preciso visualizar o que se está considerando. Acho que isso já está normatizado. Entendo que também há punição para quem não recolhe o INSS. Já existe a lei específica. Talvez, falte aí um eventual sistema de gestão ou mesmo de fiscalização. Eu visualizo dessa forma.

Quanto ao levantamento de pequenos Municípios em relação à situação geral, é sempre importante e salutar observar o desempenho dos nossos Municípios.

Em relação às terras públicas do Estado de São Paulo e a um eventual programa de regularização fundiária, acho que isso seria bem-vindo. Não podemos, como eu disse, tratar o ponto fora da curva, o que destoa do todo e do maior, como regra. Então, a exemplo do que ocorreu com o programa de regularização fundiária na Amazônia Legal, que beneficia especialmente os pequenos e médios produtores, que têm até 15 módulos fiscais, pode, sim, haver esse programa lá. Não tenho detalhes da questão fundiária do Estado de São Paulo, mas se pode, sim, implantar um programa de regularização, porque, primeiro, ele traz paz social, e esse já é um grande ganho. E aí se podem estabelecer critérios.

Isso me faz lembrar também a necessidade de regularizar as chamadas alienações e concessões de terras públicas da União feitas pelos Estados. Então, na faixa de fronteira, no Estado do Paraná, em Santa Catarina, em Rondônia, especialmente, e no Acre, isso deve ser resolvido. Lá há títulos de mais de 20 anos que estão represados no Incra e que não foram analisados. E não há saída. Já há aquela ocupação há muitos anos. Entretanto, pela questão da própria natureza de como foram feitas as alienações e as concessões na época – a legislação foi mudando, e não era possível definir o que eram 66 metros, depois 100 metros e 150 metros, à época; não é como a atual tecnologia do georreferenciamento –, merece, sim, um tratamento especial a questão da sustentabilidade como um todo e dos programas de regularização fundiária por todo o País. Destaco aí a necessidade premente na faixa de fronteira do País de se regularizarem essas terras da União que foram tituladas pelo Estado.

Também foi falado pelo representante da Conlutas sobre os 170 milhões de pastagens. Fica difícil fazer essa contabilidade. Dá para separar alguma coisa? Dá, sim, mas o Censo Agropecuário de 2006 colocou que nós temos em torno de 276 milhões; 230 milhões de hectares de terra são ocupados por estabelecimentos agrícolas – vejam bem! –, já se retirando as áreas ambientais, as áreas destinadas a indígenas e a quilombolas, etc. Nesses 230 milhões, temos quase 90 milhões já destinados aos assentamentos, que vão produzir também soja, que vão criar, que vão produzir hortaliças, etc. Sobrariam em torno de 140 milhões. Sessenta milhões estão disponíveis para a lavoura? Sim, estão disponíveis para a lavoura, mas também estão produzindo, nesses 170 milhões não só as grandes empresas, que, como falei, são 4%. Aliás, nem são as grandes. As pessoas jurídicas só são 4%. Aqui, está o assentado, produzindo a soja, bem como o agricultor familiar, o empreendedor familiar, e todos são produtores por uma questão mais mercadológica do que por qualquer outra coisa.

Tirando esses 60 milhões de hectares, haveria 80 milhões de hectares para as pastagens, que podem, sim, ser mais tecnificadas. É natural que elas sofram um processo de degradação, mas, com mais tecnologia, com adubação, pode-se voltar a permitir... Há grandes programas como o ABC, do Governo Federal, em que há uma integração entre lavoura e pecuária. Reforma-se a pastagem: ora, entra com lavoura; ora, entra com a pecuária. Enfim, é possível realmente deixar as nossas terras mais produtivas.

Então, separando esses 90 milhões de hectares já destinados aos assentamentos, há os outros 140 milhões de hectares, onde estão todos, os agricultores familiares e não familiares, os pequenos, os médios e os grandes, trabalhando a terra.

Em síntese, seriam essas as minhas considerações, lembrando bem que boa parte desses mecanismos está pronta. Talvez, seja preciso só o aperfeiçoamento. A matéria destinada à agricultura familiar, gradativamente, ano a ano, vem sendo aperfeiçoada, com a disponibilização de recursos sim, também vem. É uma questão mais de estruturação, de preparo. Esse agricultor não pode estar sozinho. Ele tem de estar acompanhado por uma assistência técnica eficiente, por uma assistência técnica voltada para o consumidor, para o mercado, criando-se condições para que ele produza para o mercado interno ou chegue até mesmo a exportar, como existem exemplos no Brasil, e não são poucos.

Então, era essa a mensagem que nós gostaríamos de deixar para o momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Até aqui, assusta-me um pouco, Anaximandro, essa visão do mercado. Essa coisa não está agradando nem a mim nem ao Papa Francisco. Ele declarou, recentemente, que não se pode servir a Deus e a Mamom, o que é uma verdade bíblica muito antiga, bem anterior ao nosso Papa.

Eu queria fazer uma pequena intervenção para fazer uma análise sistêmica, ao gosto do nosso Anaximandro. Acho que, na verdade, ele colocou o ponto fora da curva. A análise sistêmica é outra. Ele nos diz que a maioria dos países desenvolvidos no mundo tem de 4% a 6% da população no campo e coloca isso como uma tendência irreversível para o futuro do Brasil dentro do domínio do mercado. Mas, talvez, ele não tenha percebido ainda o que está acontecendo com a paralisação do processo de crescimento industrial do Brasil.

Nós tivemos um período maravilhoso – e estamos tendo ainda – na agricultura de exportação com o crescimento da China. Mas essa é uma fase. É uma fase que pode ser muito semelhante à fase do mate, da madeira, do café, da cana e das exportações. A China, agora, volta-se para o mercado interno, José Maria. A China está apostando no seu crescimento interno e, inclusive, de forma muito pouco socialista, está provocando um êxodo da população rural para as cidades. Todas as revoluções chinesas foram feitas a partir do campo. Ela está criando, nesse crescimento industrial, um exército de mão de obra ociosa, o que segura qualquer possibilidade de organização do movimento sindical. E nós, aqui, no Brasil, estamos vendo um decréscimo brutal da geração de emprego industrial. Então, essa visão de deixar o País ao sabor do mercado é uma visão muito perigosa, porque diminui a população rural, moderniza-se do ponto de vista da produção de escala toda a estrutura de produção no campo, mas as cidades não estão absorvendo essa mão de obra. Muito pelo contrário, é evidente o desemprego no setor industrial.

Na balança de pagamentos, para nos fixarmos na visão sistêmica, Senador Cristovam, há um déficit programado, previsto e anunciado de US\$100 bilhões no setor industrial. Então, nós estamos entrando numa crise, deixando de lado a tradicional exploração do trabalho e o trabalho escravo, que podem ser, sim, pontos fora da curva ou dentro da curva de inúmeros Estados brasileiros, inclusive do meu desenvolvido Paraná. É uma questão social duríssima.

Mas, se queremos fazer a análise global, é claro que, hoje, ninguém proporia uma reversão da política agrícola do Governo, que tem sustentado os programas sociais do País com o decréscimo da agricultura. Uma reversão da política de produção de uma hora para outra – e os meus companheiros aqui da direita deixaram isto muito claro – é impossível. Mas nós não podemos continuar apostando nessa política agrícola.

O investimento pesado na produção da agricultura familiar no Brasil seria uma espécie de vacina contra uma crise que se anuncia. Concorde que não seria a solução definitiva para a economia brasileira, porque não existe país soberano sem economia industrial avançada. E nós estamos abrindo mão da economia industrial. O Brasil está ficando sem indústria. O desemprego, repito, é enorme no setor industrial. Nós estamos sustentando a satisfação da população brasileira em relação ao nosso Governo – e digo “nosso Governo”, porque sou da base de sustentação do Governo – com a construção civil, que está dando empregos precários, mas que está mantendo a população empregada, e com os serviços.

Eu não diria que a agricultura está abandonada, mas, operacionalmente, nós não estamos dando conta nem da execução desses programas que tão bem o nosso Anaximandro, o nosso filósofo grego, expôs. Não estão se tornando operacionais, são propostas que não se efetivam no campo brasileiro.

Então, nós estamos diante, evidentemente, de uma crise anunciada. A defesa da política do Governo feita pelo nosso Antônio Moraes é até necessária. Nós não podemos reverter isso da noite para o dia, mas o esquecimento do Governo em relação à política industrial, à balança de pagamentos, à crueldade no campo e a essa incorporação do General Custer no espírito de alguns membros do nosso Governo é terrível! Fico esperando, Senador Cristovam, que eles sofram logo a Little Bighorn, a derrota do General Custer, porque tão absurda quanto a reversão absoluta e imediata da agricultura de exportação é a existência do trabalho escravo no Brasil e a manifestação de setores do Governo pela manutenção de uma política que existia nos Estados Unidos há 150 anos, de perseguição de tribos indígenas. Isso é ridículo, é absurdo e é cruel!

Nós estamos numa reunião com pouca presença de Senadores.

Agradeço e destaco aqui a presença produtiva do Senador Cristovam Buarque. Ela está, de certa forma, traçando um panorama inteligível disso.

Esta Comissão vai fazer um relatório das discussões e das posições aqui colocadas. Esse relatório será impresso e distribuído para todos os Senadores. E pretendo levar as conclusões pessoais que eu tive nesse processo ao conhecimento do Plenário do Senado.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, concedo a palavra ao representante do Ministério da Agricultura, Antônio Luiz Moraes.

Desde já, anuncio que o primeiro inscrito, nessa massa de Senadores aqui presentes, para discutir o trabalho escravo e a agricultura familiar no Brasil é o Senador Cristovam Buarque.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MORAES – Obrigado.

Eu gostaria, primeiramente, de descaracterizar duas coisas: os extremismos e, de acordo com a leitura que fiz das colocações, um aparente conflito conceitual entre grandes e pequenos produtores. Há espaço para os dois. Em todas as economias – isto ocorre na indústria e em todos os setores produtivos em todos os países –, há espaço, obviamente, para os dois segmentos. Ambos são importantes e desempenham...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu gostaria de fazer uma observação, sem atrapalhá-lo.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MORAES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu não vejo esse conflito principal entre grandes e pequenos produtores. O que estou vendo é um conflito entre o mercado, produzindo para a exportação, e o interesse do Brasil de fazer com que os pequenos produtores produzam para a alimentação e para o trabalho.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MORAES – Eu vou me referir a esse ponto também. Obrigado pela observação.

Com referência à minha intervenção anterior e ao comentário posterior feito, não se trata, de minha parte nem da parte de nenhum dos membros deste Plenário, de se defender o grande produtor, contra o pequeno, ou vice-versa. Não se trata disso. No meu entender, o que é importante levar em consideração é a identificação das possíveis distorções que existem em relação ao pequeno produtor ou em relação ao grande produtor, não de maneira conceitual e genérica, mas do ponto de vista objetivo de fazer um diagnóstico claro e pontual de quais são as inadequações, do que precisa ser melhorado, do que precisa ser corrigido.

Voltando ao ponto de vista conceitual – e, aqui, falou-se de livre mercado –, uma questão evidentemente que todos os governos enfrentam em termos de formulação de política é a seguinte: até onde deve se dar a presença do Estado, que tem o importante papel de intervir e de atuar no mercado, até para corrigir as distorções?

Em relação aos pequenos produtores, é inquestionável a importância do papel do Estado de contribuir para que os pequenos produtores, não apenas na questão de subsistência, tornem-se eficientes e tenham uma inserção no mercado. O papel do Estado, com o Programa da Agricultura Familiar, em particular, é o de contribuir para que o agricultor reúna condições de ter essa inserção no mercado.

Aqui, é importante destacar também dois aspectos: o aspecto econômico e o aspecto social. Na medida em que a inserção do agricultor é difícil de acontecer, é importante também reconhecer que, em alguns casos, a abordagem adequada de política é a política social. Então, não cabe misturar as coisas. Acho que política social é uma coisa e que política econômica é outra coisa.

Então, a defesa do pequeno produtor e do trabalhador rural no campo tem de levar em consideração essas duas dimensões. Uma delas é a econômica, para, tanto quanto possível, viabilizar a permanência econômica produtiva e a inserção do agricultor, ou, na medida em que isso não é possível, é preciso criar meios para que ele possa até mesmo deixar o campo.

Isso me remete a outra questão aqui colocada, sobre a qual tenho uma posição e que diz respeito à redução da população rural e, conseqüentemente, do emprego rural. A redução da população rural, afirmo categoricamente, é, sim, inerente ao processo de crescimento econômico. Basta olhar todos os países que se desenvolveram. Em todos eles, ocorre naturalmente a redução do percentual da população no campo, até

porque há o avanço tecnológico, que todos desejam e que é um elemento importante que contribui para reduzir essa população.

Isso não implica que nós devemos cruzar os braços e deixar à mercê do mercado expulsar livremente do campo aquilo que tiver de ser expulso naturalmente. Não! Uma política de apoio ao pequeno produtor rural e ao trabalhador, para que eles permaneçam no campo e não inchem as cidades, é um esforço necessário, adequado. Mas, acima e além desse esforço, existe outra força maior que induz naturalmente – e não há como conter este processo – a essa redução de população, que continuará havendo à medida que a economia se desenvolve, à medida que a agricultura se tecnifica. Isso é natural.

Eu queria, por último, mencionar também a questão da inflação. Quando falei aqui em contribuição da agricultura para a inflação – foram feitas referências mais recentes sobre o impacto inflacionário dos preços agrícolas –, o que eu queria aqui afirmar era que, se você observasse historicamente, inclusive em termos reais, os preços agrícolas, você verificaria que os preços têm sido, historicamente, nas últimas três décadas, em particular, declinantes. Então, a agricultura tem, historicamente, contribuído fortemente para o controle inflacionário.

O fenômeno de alta real dos preços é um fenômeno mais recente, verificado, sobretudo, a partir de 2006. Com a crise de 2007 e de 2008, com o advento da crise econômica internacional de 2007 e de 2008, o que se experimentou foi uma mudança de patamar dos preços agrícolas, o que não é um fenômeno brasileiro, um fenômeno interno, é um fenômeno do mercado internacional.

Então, nós estamos experimentando hoje um novo patamar de preços que não vai regredir. Pelo contrário, as projeções de todos os analistas internacionais são as de que, na próxima década, os preços serão ainda mais elevados. Há indicações objetivas de que, na próxima década, os preços agrícolas se situarão em torno de 15% a 25% acima da média observada na década passada.

Então, o fenômeno de alta de preços é um fenômeno mais amplo e internacional, que extrapola a realidade do mercado brasileiro.

Eram esses os pontos que eu queria destacar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Vamos para uma nova etapa, passando a palavra, em primeiro lugar, para os Senadores.

O primeiro Senador inscrito, entre todos os presentes, é o nosso Senador Cristovam Buarque.

V. Ex^a está com a palavra, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Requião, quero começar fazendo aqui o que pode parecer uma digressão, nada tendo a ver com o assunto. Mas o que vou dizer tem a ver com o assunto. Eu gostaria que a foto desta Mesa saísse amanhã na primeira página do Jornal do Senado, porque ela é um retrato do Brasil. Vejam bem: de um lado, nós Senadores e os representantes dos empresários e do Governo estamos engravatados; do outro lado, os trabalhadores estão vestidos como trabalhadores. Isso mostra uma realidade que espero que, um dia, o Brasil resolva: ou eles põem gravata, ou a gente tira a gravata, o que é muito mais inteligente. Mas a gente deve ficar igual.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Olha, Senador, no que me concerne, a minha gravata está aqui por força do Regimento do Senado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu sei disso. A minha também está aqui pelo mesmo motivo, não pelo conforto.

Quero dizer que, desse ponto de vista, eu e Requião estamos do lado dos engravatados, mas que, do ponto de vista das minhas posições, não tenham dúvida, eu estou do lado de vocês. E vou dizer o porquê, com todo o respeito ao papel do agronegócio na dinâmica econômica brasileira.

O dicionário é muito rico: põe duas palavras que parecem ter o mesmo significado, mas elas não têm o mesmo significado. Há a palavra “alimento” e a palavra “comida”. Alimento é aquilo que a gente produz na agricultura e manda para o mercado; comida é aquilo que a gente pega do mercado e põe na barriga. E, às vezes, essas duas coisas divergem, em função do preço. O preço, hoje, é mais favorável aos alimentos que não representam a comida interna do brasileiro do que àquela que serve internamente aos brasileiros. E, lamentavelmente, a terra pode ser usada para um e para a outra, sem distinção.

Quando o Sr. Antônio diz que os preços vão subir lá fora, isso me assusta. Na verdade, ultimamente, Senador Requião, a gente vem comemorando o fato de que aumenta o preço dos produtos agrícolas no exterior. Há uma comemoração, porque isso significa que vamos exportar mais. A gente se esquece de que, ao fazer isso, há um desvio de terra, e aí se come menos aqui dentro. Isso está acontecendo na África, num país chamado Mali ou Málí, como quiserem, onde está havendo umboom de exportação de algodão e uma fome interna, porque a terra que era usada para produzir comida agora produz algodão. E aí o mercado, sozinho, não resolve. Eu não sou daqueles que acham que o Estado deve planejar tudo e definir preços. Eu me assusto quando

vejo a Presidenta Dilma controlando a inflação, impedindo o aumento do preço do combustível da Petrobras e gerando uma crise nessa empresa tão importante. O mercado tem o seu papel, mas não pode ser sozinho. E aí me assusta aqui hoje a prevalência, sobretudo do mercado, e a ideia de que ser moderno, ser desenvolvido é ter pouca gente no campo.

O Brasil cometeu dois pecados originais – nós não comemos uma maçã; nós comemos duas –: o primeiro foi não ter feito a reforma agrária na hora em que se fez a abolição da escravatura. Não é à toa que a palavra “favela” foi criada pelos escravos que vieram do campo, livres, para a cidade. Um erro, mas um erro dramático! A segunda foi não ter dado educação de qualidade para todos os brasileiros, tanto ricos quanto pobres.

Mas vamos falar do primeiro erro. Por trás desse erro, estão quase todos os nossos grandes problemas. O inchaço das cidades vêm daí. E o inchaço das cidades é o que está provocando o Brasil a ser um País em guerra civil. Uma violência para a qual não sei como a gente ainda não despertou! Se essa violência continuar por mais algum tempo, o País fica absolutamente inviável democraticamente.

Ontem, li no jornal que juntaram 6 mil jovens em frente a um shopping center e que fizeram o início de um arrastão ali dentro. Seis mil não invadem porque põem o Exército na frente, mas se forem só 60, 70, invadem, e hoje, com a internet, é fácil convocar gente para ir para a frente de um shopping.

Então, creio que não fizemos a reforma agrária na hora certa. Isso não quer dizer que não possamos hoje ter uma política agrária. Eu nem vou correr o risco de chamar de reforma agrária, porque é muito amplo, em que a terra brasileira sirva para duas coisas, além de gerar dólares, mas sobretudo para outras duas coisas: segurar a população no campo. Claro que, para isso, é preciso colocar escola, água, tudo, se não a gente vai ter que fazer como fez com a saúde. Vamos ter que importar agricultor cubano, daqui a pouco, porque todos os nossos vão para a cidade. Por que vão ficar no campo, nas condições atuais?

Então, uma é esta: segurar a população para evitar a tragédia. Eu vou mais longe. Eu sei que é quase impossível, mas a gente deveria ter uma política de “desmigração” para o campo. Algum tipo de incentivo que pegasse alguns daqueles que emigraram há pouco tempo e voltassem. É quase impossível. Mas, se é quase impossível a “desmigração”, pelo menos evitar a continuidade dessa migração dos poucos que ainda estão no campo.

A segunda é produzir alimentos para o próprio mercado interno. Em vez de alimentos apenas, comida também.

Eu fico satisfeito ao ver que, aqui, não estamos divididos só pela gravata. Estamos divididos também pela ênfase, pela prioridade em um tipo de agricultura e em outro tipo de agricultura que deveriam casar. E é nesse sentido que vou mais adiante fazer uma pergunta: não seria possível – e aí é uma maneira de você ter o mercado, mas tendo planejamento – que cada agronegócio fosse obrigado a reservar uma parte de sua terra para produzir alimentos para o mercado interno? Seja organizando cooperativas, seja organizando produção com alta intensidade de mão de obra? Será que não é possível a gente fazer isso? Porque, se não fizermos isso, é claro que a inflação virá, a não ser que a gente pare com o Bolsa Família, porque o Bolsa Família põe dinheiro no bolso do povo. Pouquinho, mas já põe. Ao pôr dinheiro no bolso do povo, o povo quer colocar comida na barriga. Aí vai para o mercado, e o preço vai subir, na medida em que, em vez de comida, produzimos apenas alimento.

Eu creio que um encontro como este é muito positivo. E eu deixo esta pergunta: como fazer com que essa maravilha tecnológica do agronegócio sirva para produzir também comida, não apenas combustível, nem apenas alimentos de exportação, mas também comida para o estômago da gente?

Finalmente, quero dizer ao Aparecido que fiquei muito preocupado com uma coisa: o meu Partido se entregou ao Governo que está aí, que inclusive não faz o dever de casa na educação, que é a bandeira do meu Partido desde Brizola, para ter um Ministério do Trabalho. E, pelo que o senhor falou, parece que o Ministério do Trabalho nem carro tem para funcionar! Não está nem agindo!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR. Fora do microfone.) – Está trabalhando pouco.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está trabalhando pouco, além de gerando escândalos de vez em quando.

Então, a gente pagou um alto preço, em nome de um Ministério que tem toda a cara também do trabalhismo, mas parece que o Ministério não está conseguindo ter as condições.

Deixo esta pergunta, se realmente o senhor insiste em que, de fato, nós não estamos com o Ministério do Trabalho ativo, ao nível do que é preciso.

E ao Anaximandro a pergunta sobre essa possibilidade de trazer a responsabilidade do agronegócio também para a produção de comida.

Espero que muita gente esteja assistindo a este debate pela televisão. Não sei se agora é ao vivo... É ao vivo. Espero que muita gente esteja assistindo ao vivo e que ainda passe muitas vezes, para mostrar que temos duas orientações em um mesmo país. E o País não convive com orientações divergentes. Tem que se casar, mesmo que sejam duas coisas diferentes.

Fico feliz de ter escutado vocês, mas fico preocupado, porque a gente não está convergindo. Essa é a palavra com a qual deveríamos trabalhar aqui. Como convergir a agricultura do pequeno produtor, a agricultura familiar, a agricultura da comida com a agricultura do agronegócio, que é a produção de alimentos, nem sempre para o estômago da gente?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – V. Ex^a propõe aí um novo tributo para o grande produtor rural, que é ser obrigado a produzir alimentos também, em função da área ou da quantidade de produção. Não resta dúvida de que é uma posição interessante.

Na verdade, até agora, eu fiquei perplexo, porque, no Senado, tenho feito críticas duras aos ruralistas, a representantes da CNA, que é a nossa companheira, a Senadora Kátia Abreu, e, de repente, eu fico perplexo, Antônio, porque vejo que a CNA está numa posição com respeito ao Mamom ainda, apreciando o deus do dinheiro e do mercado, mas extremamente mais progressista que o Ministério da Agricultura. E eu sou Base do Governo, mas, cá entre nós, não foi para isso que eu trabalhei para a eleição da Dilma. Eu acho que é uma visão distorcida.

Quando se propõe manter o agronegócio, que tem sustentado as políticas sociais do Brasil e tudo o mais, eu não digo nada. Acho até interessante o tributo que o Senador Cristovam propõe, de um espaço obrigatório de produção de alimentos, de contratação de trabalhadores, mas nós não podemos subordinar o Brasil ao agronegócio. Nós temos que nos servir desse momento, como nos servimos até agora, que sustentou as políticas compensatórias do Lula.

Mas eu dizia que os ruralistas, Zé Maria, estavam dominando a política do Governo. Eu estava equivocado. O Governo está impondo uma política muito mais radical e, do meu ponto de vista, muito mais à direita que a própria CNA.

Eu vou pedir desculpa para a Kátia Abreu no plenário hoje.

A posição do Governo, para mim, é uma posição extremamente equivocada. E não está conseguindo ver globalmente esse processo todo, inclusive a provável falência desse ciclo que estamos vivendo. Não vai subir a produção, como você disse. Não vai, porque a China está comprando terras na África e está diminuindo a sua produção interna; está voltando-se para o mercado interno. E mais do que isso tudo: a China está modernizando a sua agricultura. Nós sabemos que a China respeita muito pouco os movimentos sindicais e tem suas vantagens, sua beleza e propostas que, em determinados momentos, empolgam. Mas a China está modernizando a agricultura e mandando para as cidades uma parte da população rural, que se vai constituir num exército de mão de obra para evitar o protesto dos trabalhadores. Setenta por cento das exportações da China e produtos industrializados são feitos por empresas americanas, instaladas na China. E instaladas por quê? Pelo fascínio de um país sem pressão sindical, sem luta pelos direitos trabalhistas. E ela está ampliando isso agora, quando manda uma parte da população agrícola para as cidades e moderniza a agricultura. Agora, modernização da agricultura chinesa significa menos compra no exterior. A agricultura chinesa é manual, é uma coisa maravilhosa, mas a modernização chega lá também. E eles estão num impasse: estão mandando populações para as cidades, porque nas cidades elas podem ser mais controladas diante das históricas rebeliões do campo. Na história da China, ao longo dos últimos, eu não diria nem séculos, são mais de mil anos, todas as revoluções vieram do campo para a cidade.

Então, minha perplexidade fica por aí.

Coloco para a Mesa – vamos inverter agora, da esquerda para a direita – as respostas, se assim desejarem, às indagações do Senador Cristovam.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MORAES – Senador, eu achei, inclusive, muito inovadora a sua sugestão proposta de que os grandes produtores reservem uma área destinada à produção de alimentos, contribuindo para gerar empregos etc. E o senhor tem consciência, evidentemente, disto: não se trata de uma posição minha contrária a essa sua sugestão, porque ela é consistente, mas apenas quero deixar claro, obviamente, o enfoque social, como eu havia destacado. Claro que há a repercussão econômica positiva, inegavelmente, mas o Estado teria que, ao lado do próprio produtor, que estaria dando a sua contribuição para o País, para o emprego, para a produção de alimentos... A pergunta que fica é: qual seria, em relação a essa sua ideia, só para meu esclarecimento, o papel do Estado? Simplesmente estabelecer a regra e fazê-la cumprir? Se o senhor preconiza que o Estado também teria alguma participação na sustentação desse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR. Fora do microfone.) – Pode falar já.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Para mim bastava o Estado, e aí quando digo o Estado é este Congresso, definir as regras. Tantos por cento da área (Fora do microfone.) utilizada de uma propriedade serão dirigidos para os produtos de mercado interno. Poder-se-ia até fazer a lista de quais são. Não precisa mais nada. Agora, de repente, se há incentivos para um lado dessa fazenda, pode haver incentivos para o outro lado também. Mas bastava a determinação de dizer: a terra será usada para produzir alimentos em geral e também comida, em especial.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MORAES (Fora do microfone.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Só uma observação, Senador Cristovam: é claro que a ideia é interessante, até para aborrecer um pouco os grandes proprietários rurais e astradings que estão procurando terra no Brasil. Mas seria uma produção de alimentos bem modernizada, que não ia colaborar para uma ocupação intensiva de mão de obra, e o grande problema nosso hoje é que a paralisação do crescimento industrial está desempregando no setor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por isso que o mais provável seria que essa terra fosse reservada para que produtores independentes, pequenos, tivessem terra à sua disposição e pudessem se beneficiar da economia de escala ali por perto. Hoje, essas grandes fazendas já têm todas as condições – quando querem; e não querem usar trabalho semiescravo, degradante – de oferecer uma boa qualidade de vida para o trabalhador, mesmo que ele fosse independente.

Essas são maneiras técnicas de resolver. O problema é a política de dizer: nós vamos usar a terra brasileira, o recurso brasileiro, inclusive a imensa competência dos produtores do agronegócio para alimentar o povo brasileiro, e não só ser um celeiro para alimentar o povo do mundo inteiro.

O SR. ANAXIMANDRO ALMEIDA – Senador Cristovam, lá, na CNA, nós temos diversas comissões temáticas, e as comissões que nós temos são, por exemplo: a de cereais, que cuida da soja, do milho e de outros grãos, até mesmo feijão; a comissão do leite, a do café, a da fruticultura, a da hortaliça, a do cacau, suinocultura, caprinocultura, aquicultura, e assim por diante.

Então, dentro do que o senhor nos colocou, os esforços da CNA não estão concentrados necessariamente só na questão da produção da soja ou da cana-de-açúcar, mas, sim, no conjunto do que o senhor denominou aqui para nós da comida; de produzir não só alimentos, mas a comida propriamente dita.

Também vem sendo um trabalho nosso lá, um esforço, produzir; e, mais do que produzir, educar, através do Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), tanto os trabalhadores quanto os produtores rurais, para que se unam nesse esforço e consigam se manter no campo, mesmo com as crises, com a diferença de preço e renda, como um todo. Que consigam isso – o senhor nos colocou aqui –, para manter a atual população rural no campo, ou seja, os atuais 15%. É um desafio, sim, mas a CNA se coloca como uma das entidades que vão se esforçar, que vão unir todos os seus recursos para que mantenha esse volume de trabalhadores e de produtores rurais no campo, para que não ocorra como em outros países. Há alguns que ficam entre 2% e 4%, o que realmente prejudica, quando se pensa em termos de segurança alimentar.

Então, esse atual contingente para nós significa uma meta, o desafio de trabalharmos e de termos esse quantitativo no campo, produzindo todos os produtos, não só os exportáveis como para o mercado interno, para a comida do brasileiro.

Eram essas as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – O nosso Aparecido Bispo.

O SR. APARECIDO BISPO – Respondendo à pergunta do Senador com relação ao Ministério do Trabalho, realmente é isto: o Ministério do Trabalho se encontra no interior, sucateado; não tem carros para fazer as fiscalizações; o quadro de funcionários é muito baixo; a situação financeira do Ministério do Trabalho nas gerências regionais esgotou-se em agosto. Então, o Ministério do Trabalho, nesse momento, está sem condição nenhuma de fazer fiscalização. Principalmente para nós, que somos rurais, do campo, ainda é mais difícil. Então, praticamente nos encontramos sem nenhuma fiscalização no Ministério do Trabalho. Sem condição nenhuma o Ministério do Trabalho se encontra, nesse momento, para fazer fiscalização rural.

Com relação a que nós, talvez, estejamos no contraditório, acho que não. Nós também defendemos, sim, a questão do agronegócio, mas o agronegócio brasileiro com as indústrias brasileiras distribuídas não da forma em que se está concentrando cada dia mais nas grandes multinacionais, que não são mais brasileiras, porque isso precariza toda a condição do povo brasileiro e também fragiliza o Governo. O Governo brasileiro está fragilizado com relação à cartelização, que já existe hoje. Nós defendemos que seja um processo de industrialização a partir das indústrias brasileiras, com descentralização da produção, e aí haver sustentabilidade. Da forma em que está, descentraliza essa produção. Agora, do jeito que está concentrado, nós entendemos que não é vantajoso para o País.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Vamos lá, Jean.

O SR. JEAN CARLO PEREIRA – Corroborando o que o Senador comentou, a gente sempre acompanha também os discursos do Senador pela TV Senado e esse interesse pela defesa da educação, mas não a educação como um fim, mas, sim, como meio de ampliar o conhecimento e o desenvolvimento social e econômico e o desenvolvimento do Brasil. Acho que isso é muito importante. Por isso, ressaltamos: o Senador Requião e o Senador Cristovam, não é porque estão aqui, mas, nesse sentido, não podemos olhar as coisas de forma isolada. Não podemos olhar o mercado. “É importante produzir commodities para regular o mercado.” Então, tá! Baseado nisso, pode-se fazer o quiser? Deve-se perceber até que ponto é importante produzir e deixar o mercado regular, mas é importante ver o ser humano.

Então, nesse sentido, a gente sempre tem tentado trazer esse debate. É importante produzir commodities, mas também qual a importância da nossa produção de alimentos e das relações humanas que se estabelecem. É como estamos falando: mesmo o agricultor que não está inserido no mercado, o indígena, é importante para o nosso País mantê-los lá? Então, temos que ver outra concepção, porque, se vemos só pelo lucro, é melhor mandá-los embora. Então, como a gente vê isso aqui.

Em relação ao que o representante da CNA comentou, não são só os 4% de produtores que são as grandes empresas. O que o companheiro Cido está comentando, a preocupação nossa é do controle desse mercado e da economia na questão agrícola por essas grandes empresas. Se nós continuarmos desse jeito, daqui a uns dias nós não vamos ter mais sementes. Vai estar tudo no controle da Monsanto. Se continuarmos desse jeito, daqui a uns dias nós não vamos ter pequenos laticínios, porque vai estar tudo no controle da Batavo, da Parmalat ou de outro.

Do mesmo jeito, em relação à cana. Nós sempre brigamos com os produtores de cana, porque os grandes produtores de cana sempre trabalharam muito bem com o desenvolvimento tecnológico e continuam trabalhando também com o que há de mais arcaico, que é o trabalho escravo.

Então, não é só isso, mas o controle das multinacionais dessas terras e dessas grandes indústrias ainda é muito pior. É isso que está colocado hoje.

Uma produção, hoje, de comida não cabe, não está dentro. Esse mercado não está para isso. Então, como o Estado brasileiro vê mecanismo que consiga controlar isso? Esse mecanismo também, talvez, não seria regulamentar os grandes produtores de soja, mas, sim, criar alternativas para os pequenos.

Concordo que o exemplo do Bolsa Família foi importante, que o Pronaf é importante, assim como todas as políticas que o Anaximandro colocou, mas como, realmente, se consegue fazer chegar isso aos nossos agricultores? Nesse sentido, com uma política de Estado, séria, é possível fazer?

Eu sou assentado, Senador Requião, no Assentamento 8 de Abril. O senhor esteve lá na inauguração. É um assentamento de 555 famílias. Depois de praticamente dez anos, ainda não conseguiram chegar todas essas políticas públicas. Estamos ainda aplicando metade do Pronaf A. Chegaram algumas outras, mas estamos aplicando metade do Pronaf A. É o único assentamento do Paraná... Até no sábado passado, houve a inauguração de um colégio, de um complexo educacional lá dentro, de um posto de saúde e da sede da cooperativa; e também, através de emenda parlamentar do Deputado Rosinha, vai haver um centro cultural. Mas é o único.

Então, o que estamos conseguindo desenvolver ali, nós precisávamos ter em todos os assentamentos. Em todas as comunidades rurais, nas grandes comunidades rurais, nós temos que ter essa questão.

Mesmo com o acesso ao Pronaf A agora, nós já estamos produzindo lá em torno de 30 mil litros de leite por dia; está-se produzindo milho, está-se produzindo feijão, e aí é uma questão de discussão. É real: nós somos contra os assentamentos. E ser contra não quer dizer que o agricultor está proibido de produzir. Ele produz, até porque ele é livre lá para produzir. É real. Há muito agricultor familiar e assentado produzindo soja. Nós somos contra, porque um assentado que tem lá 12, 13 hectares de terra nunca vai conseguir competir com alguém que tem 2.000 hectares de terra. Então, a margem de lucro dele, de renda é muito pequena. Agora, se ele tem lá um hectare de hortaliça, pode ter certeza de que isso aí vai trazer mais renda. Só que tem que haver condições, assistência técnica, espaço para a comercialização, mecanismo de comercialização. Um agricultor produzindo leite consegue se viabilizar, consegue produzir até 500, 600 litros de leite em 5 alqueires de terra.

Agora, toda essa produção – e aí nós temos que quebrar um tabu – da agricultura familiar tem que ter tecnologia. Além da assistência técnica, tem que ter tecnologia por parte de empresas de pesquisa como Embrapa e outras. E subsídios. Porque a gente sabe que há todo um subsídio para a produção de grandes máquinas.

Um menino nosso foi para o Japão, por intermédio de um padre, fazer um curso de agroecologia. Ele nos contou que, no Japão, o agricultor, que tem uma pequena parcela de terra, tem um tratorzinho para ajudá-lo na remoção e para fazer a horta, e, na colheita, ele tem uma colheitadeira pequena. Então, nós queremos, sim, tecnologia.

Olha, eu já tirei leite de cinco vacas na mão. Em pouco tempo, você está com reumatismo. Agora, com uma ordenhadeira, você tira 50, 60 litros de leite em meia hora, resolve o problema, produz um leite de melhor qualidade e com muito mais desenvolvimento.

Carpir à enxada também não é bom. Arrancar feijão 10, 12 horas por dia, arqueado no sol quente, é péssimo. Então, nós defendemos, sim, que tem de haver uma agricultura moderna para os pequenos agricultores. E não basta o crédito. Talvez resolva. Mas é muito mais fácil, claro, trabalhar com o grande produtor, porque você coloca cento e poucos milhões de crédito, abre viés dentro do BNDES e abre viés junto ao capital internacional, para financiar a agricultura. Isso é fácil, porque o agricultor vai financiar para mil alqueires. Na renegociação da dívida, é um agricultor que vai renegociar.

Quando vem para o agricultor familiar, para a reforma agrária e outras políticas públicas, é mais difícil, o papel do Estado tem que ser mais presente. O Banco do Brasil não renegocia uma dívida de R\$3 mil. Os funcionários dizem que é mais caro para eles renegociar do que perdoar. Fazem toda uma força para não renegociar, porque não querem ter o custo de renegociar nossa dívida. E aí não se criam alternativas. Apesar de tudo que já foi feito, e eu acho que há muitas políticas públicas importantes, mas é preciso potencializar ainda mais.

Para finalizar, nós passamos por um problema. Como Via Campesina, entendemos muito bem o que é Estado brasileiro e Governo. Eu acho que é um desafio para nós trabalhadores entendermos isso, porque senão ficamos só criticando: "Ah, é um governo ou outro." Claro, respeitando, mas criticando, sempre achando que o Governo deve fazer muito mais.

Por exemplo, no PAA, que é o maior programa de desenvolvimento hoje e que está chegando à ponta, o mínimo, o valor da venda antecipada é de no mínimo R\$4 mil.

Nós até criticamos os nossos companheiros que estão no MDA e que já estiveram deste outro lado. Vocês citaram o Pronaf. O Pronaf pode financiar 15 mil, 20 mil, mas se o PAA financia 4,5 mil e o agricultor consegue produzir e ter a garantia de entregar, está havendo muito mais inserção social do que o crédito. Hoje, nosso problema principal é dar garantia de venda, como organizar uma companhia de abastecimento que consiga ver essa questão da garantia da produção do alimento. A crise do feijão no País é por problemas climáticos? É. Mas é porque não há garantia de venda. Quando você vai plantar o feijão, ele vale R\$200,00 o saco. Quando vai vender, vale R\$60,00, R\$70,00. Claro que o pequeno agricultor vai se esforçar para produzir soja, porque a soja, quando ele plantou, valia R\$60,00 o saco; se baixar, vai valer R\$55,00. A produção de commodities se resolve por si. Agora, a produção de alimentos precisa de um esforço a mais de política de Estado.

Nesse sentido, finalizando, nós achamos, sim, que temos condições de produzir. Com relação ao meu assentamento, podem ir até lá e ver que parte dessas políticas públicas foi aplicada. Lá, talvez 5% dos agricultores, dos 37% de outros assentamentos, ainda não conseguiram produzir e sair da margem de pobreza. O restante está produzindo e se alimentando. Muitos ainda recebem o Bolsa Família. E recebem para complementar, porque estão produzindo alimentos, mas como não existe outra política pública que chegue realmente a ele, ele vai receber o Bolsa Família.

Finalizando, em relação ao PAA, houve a prisão, em razão de denúncia, de 11 pessoas, entre agricultores e funcionários da Conab. E isso é grave. Por que houve prisão? Nós conversamos com o advogado, que disse: "Ó, gente, do ponto de vista moral, não há problema nenhum. Mas do ponto de vista legal, vocês vão ser presos, criminalizados e podem pegar cadeia." Isso, funcionários da Conab e agricultores. Por quê? Porque, com a burocracia que o Estado brasileiro cria em torno disso, não é para aplicar política para o pequeno.

Por exemplo, o Valmor, que é funcionário da Conab, o Senador Requião conhece, um cara extremamente íntegro. Foram lá, não encontraram... Na determinação do juiz estava: "Paguem dinheiro e carro importado." Não encontraram nenhum dinheiro na conta de ninguém. Só que, claro, há um problema de burocracia que leva a que, para a sociedade e a mídia, se coloque que há desvios.

Então, como que se cria e mecaniza? Além das políticas públicas, temos que resolver o problema da burocracia para fazer chegarem as políticas aos pequenos. É um desafio grande. Sabemos que não cabe só ao Senado, não cabe só ao Governo, tem que haver órgãos de controle. E nós estamos passando pelo problema de que mesmo as políticas que avançaram nos governos Lula e Dilma estão caminhando para acabar, em razão da burocracia. Tratar o pequeno agricultor como uma grande empresa não vai funcionar. A questão administrativa, tudo isso é um problema. Há dificuldades. Como resolver esse problema para essas políticas realmente chegarem ao campo?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – José Maria de Almeida, representante da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas).

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Senador Requião, o senhor falava em relação à situação da China, do deslocamento da população do campo para a cidade e da modernização da agricultura. Na verdade, ali está se

matando dois coelhos com uma cacetada só. Primeiro, vai haver uma mudança na agricultura da China, com investimento, justamente para diminuir a dependência de importação. Ao mesmo tempo, ao se deslocar esse contingente da população para a cidade, vão baratear os salários nas cidades. O senhor sabe, a China é hoje...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR.Forá do microfone.) – A China é antisindical.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Exatamente. A China é hoje a fábrica do mundo. É assim que ela é conhecida. Os investimentos são estrangeiros. São empresas estrangeiras que estão produzindo lá. Mas já começaram a sair de lá e procurar países mais baratos, como Vietnã e Tailândia, com mão de obra mais barata. Também o governo chinês, neste momento, quer reduzir o valor da mão de obra, por isso desloca pessoas dessa forma.

Respondendo a primeira pergunta do Senador Cristovam, o Cido deu ao senhor, Senador, um exemplo de como está a situação do Ministério do Trabalho no interior do País, na fiscalização. Eu vou dar um exemplo daqui, da Capital do País, Brasília, bastante pertinho da sede do Ministério.

Não sei se o senhor chegou a ver na imprensa, mas saiu na imprensa, há um mês e meio, mais ou menos, dois meses, um caso de trabalho escravo em uma grande empreiteira da construção civil, num projeto do Minha Casa, Minha Vida, no Entorno de Brasília. Como isso veio a público? Nós fomos contatados. Todos sabem que a nossa Central é uma central que atua de forma diferenciada da maior parte do movimento sindical. E nós estamos tentando ajudar, a avançar a organização dos trabalhadores nesse setor da construção pesada, porque é uma situação absolutamente caótica a vida desses trabalhadores. E isso acabou nos colocando como referência. Nossos dirigentes começaram a receber ligações, telefonemas dos trabalhadores dessa obra, dizendo: “Olha, nós estamos em uma situação aqui que não dá.” Sabem qual foi a primeira pergunta que fizemos aos nossos companheiros? “Mas vocês já avisaram o Ministério do Trabalho?” A resposta: “Há dois meses estamos ligando. Uma hora a gente liga e dizem que não tem gente com tempo para ir. Outra hora, dizem que não tem gente com diária para poder ir.” Dois meses. O que nós fizemos? Mandamos um dirigente para cá e entramos em contato com o Ministério Público. Foi o dirigente até lá, com a assessoria jurídica, e tirou os companheiros da situação em que estavam. O Ministério Público chamou a empresa, que fez um acordo com os companheiros. Existe um processo em curso, aqui em Brasília. Mas, vejam: se na Capital do País o Ministério do Trabalho não tem estrutura para fiscalizar, como vai fiscalizar lá em Presidente Venceslau, que fica a quase 700km de São Paulo? Ou então lá no Nordeste?

O quadro é dramático, Senador. Eu sempre venho ao Ministério do Trabalho tentar ver encaminhamentos que também são necessários para nós trabalhadores. E quando converso com os funcionários, com os técnicos, eles dizem: “Mas, Zé Maria, faz uma campanha aí. Tem que ter um concurso. Não dá para ficar como está!” Não há estrutura. O Ministério do Trabalho não é valorizado neste Governo. Não é valorizado.

Entrando no tema, na segunda questão que o senhor abordou, em relação à obrigação que deveriam ter essas propriedades de produzir para além de alimento, comida, uma parte. Esse é o tema, Senador. Ouvindo aqui o representante da CNA, ele fez questão de alertar que não podemos tratar o problema da utilização das áreas sem considerar que nessas áreas estão as grandes empresas e estão também os pequenos agricultores familiares. Mas qual é a realidade? Vamos aos dados. No Censo Agropecuário do IBGE de 2006, o mesmo que ele citou, se eu pegar por número de estabelecimentos, eu tenho 85% dos estabelecimentos rurais no País ocupando 20% da área. São 4,5 milhões de propriedades. Se eu pegar 0,9% das unidades, eu tenho 44% da área. É um pouco menos de 50 mil propriedades. Nós estamos tratando aqui é desses 44%, que é menos de 1% dos proprietários. Aqui estão concentradas as grandes empresas, o complexo agroindustrial todo e os grandes produtores rurais, que contam, sim, com aquele monte de benefícios que nós sabemos, de financiamento, de apoio em termos de política econômica, de isenção fiscal por parte do Governo Federal.

Então, se é esse segmento o grande beneficiado pelo investimento público, pela utilização não só da terra, que é um bem comum, mas dos recursos públicos, essas pessoas tinham que ter uma obrigação mínima, que é prover alimento para o povo brasileiro, comida para a mesa do povo brasileiro.

Aqui, Senador, para além de definir uma parcela ou uma obrigação mínima, eu acho que deveria ser proibido – o Senador Requião disse aqui – exportar um grão que seja enquanto o povo brasileiro, todo o povo brasileiro, não estivesse plenamente provido de alimento. E alimento não é só feijão e arroz não. É feijão, é arroz, é carne, é verdura, é tudo aquilo que é necessário para um ser humano se alimentar de forma digna. A Organização Mundial da Saúde já determinou isso com muita clareza.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – José Maria, nós não poderíamos obrigar o proprietário ou a empresa proprietária de uma grande área a destinar uma área para a produção de determinados alimentos. Isso seria inconstitucional. Mas seria constitucional vincular o usufruto de todos os benefícios que a grande propriedade recebe à produção de uma determinada área de alimento. Eu acho que

nós já vamos deixar encomendado aqui um trabalho seu e dos participantes da Mesa que assim desejarem, para construir esse projeto do Cristovam.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Exatamente, Senador. Esse é o tema. Ou seja, eu expus aqui a minha opinião em relação às empresas. Agora, qual é o problema?

Eu ouvi aqui, do representante do Ministério da Agricultura, que política social é uma coisa, política econômica é outra. Bom, qualquer governo deveria, em primeiro lugar, se preocupar com a questão social. Porque, afinal de contas, a razão de ser da existência do Estado e de um governo é prover as condições da população, da maioria da população. Agora, se o Governo do PT, me desculpe, profere essas duas frases aqui, onde é que nós vamos parar? Então, tem de haver freios, tem de haver limites para isso, tem de haver um mínimo de ordenamento. De nossa parte, Senador, pode contar que nós temos uma série de dados levantados, estudos feitos, nós e os companheiros da Feraesp, vamos disponibilizá-los, e vocês utilizem da forma que acharem melhor. Mas é preciso haver mudança na situação atual. O Estado brasileiro não pode utilizar da forma como está utilizando os recursos e beneficiar como está beneficiando essas empresas, sem que haja nenhuma contrapartida social. E contrapartida social, Senador, tem duas caras. Uma é o problema de que tem que haver comida na mesa do povo brasileiro. A outra são os direitos dos trabalhadores. O assalariado, aquela pessoa que, como disse aqui o Cido, é de fato a responsável pela produção que ocorre, pela utilização da terra para realizar a produção, não pode seguir sendo tratado dessa forma. Ele segue sendo trabalhador rural brasileiro, um trabalhador de segunda categoria, e olha que a primeira categoria, que é a que está na cidade, é muito maltratada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – José Maria, o Prof. Anaximandro, da CNA, está pedindo um aparte.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Tranquilo, tranquilo.

O SR. ANAXIMANDRO ALMEIDA – Uma pequena observação ao que o José Maria comentou.

Além da inconstitucionalidade que foi aventada, vamos imaginar o seguinte: a produção de alimentos. Hoje, como eu faço para levar o milho produzido no Centro-Sul para a Região Nordeste ou Norte? Ele vai via carro, caminhão. Isso é caríssimo. Entretanto, se houver uma modificação na infraestrutura, esse milho pode sair do Paraná, do Porto de Paranaguá, via navio. É muito mais barato.

E não é só essa questão. Em alguns pontos do Brasil existe excesso de alimentos, que não chegam a determinados locais em função de uma rede que está precária, uma rede de infraestrutura arcaica e que deve ser modernizada. Além do mais, devemos considerar o que tem tido certa melhoria, mas devemos compor, nessa ideia da produção de alimentos e destinação, a questão de renda da população. Não é só a produção em si. Eu diria até que há excedente na produção de alimentos, mas como fazer chegar lá, a um preço justo que a população local possa comprar?

Era só essa observação.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Perfeito. Eu acho, de fato, que o Brasil pode produzir alimentos – comida, para usar o termo do Senador Cristovam – para todo o povo brasileiro e para metade da América Latina. Nosso País tem condições de fazê-lo. Eu sou a favor de que há necessidade de realizar muitas obras de infraestrutura. Eu acho que o transporte neste País deveria ser feito por ferrovias, não por estradas. Mas sou a favor de que o Estado invista portos, ferrovias e rodovias para transportar comida para o povo brasileiro. Porque, hoje, existe...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – É o ponto fora da curva o planejamento ferroviário e portuário do Brasil. É um planejamento para o agronegócio exportador. Não é um planejamento para o agronegócio alimentador e distribuidor de comida no País. Ele está absolutamente subordinado ao interesse, como diria o nosso Papa Francisco, de Mamom, do diabo, do mercado.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Exato. Não se consegue transportar comida de um canto para outro, mas toda a produção do agronegócio é transportada e é exportada. É uma escolha que se faz. É uma escolha feita pelas empresas, em primeiro lugar, que querem produzir o que dá mais lucro. Mas o pior é a escolha do Estado, que escolhe apoiar as empresas nessa determinação delas. Isso tem que mudar.

Enfim, eu queria, Senador, em primeiro lugar, mais uma vez reafirmar a nossa disposição de contribuir naquilo que estiver ao nosso alcance, com debates e discussões. Nós queremos solução para o problema. Não estamos aqui simplesmente para brigar com as pessoas. Nós queremos que o trabalhador assalariado rural, o pequeno produtor rural seja tratado com dignidade, com a importância que tem para o nosso País. Em segundo lugar, nós queremos uma solução para o povo brasileiro, com uma produção de alimentos de boa qualidade e a baixo custo, para que seja acessível a todo mundo.

Por último, Senador, eu queria pedir, se possível, a ajuda do Senado nesse sentido. Estamos tentando justamente enfrentar esses problemas e explicitá-los para forçar uma decisão das autoridades. Em relação ao problema do endividamento dessas empresas, é muito importante que levantemos, com o INSS, com o Fundo

de Garantia e com os bancos públicos, a fim de coibir a fraude trabalhista que vem sendo feita contra os trabalhadores. O senhor dizia que uma empresa, quando compra outra, assume o passivo. O senhor não sabe a criatividade que essa turma tem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu e o Senador Cristovam assumimos um pedido de informação oficial. Pela Mesa do Senado, é impossível, Senador Cristovam. Eu fiz um pedido, pela Mesa do Senado, para conhecer os detalhes da famosa dívida da sonegação da Rede Globo. Faz mais ou menos um mês. A Mesa, primeiro, conversou mole, não mandou a lugar nenhum. Depois, mandou para os relatores, os relatores não relataram, e eu acabei fazendo diretamente à Fazenda o pedido. Mas vamos viabilizar um pedido de informação, que poderia ser redigido pela sua assessoria, e eu e o Cristovam subscrevemos, com base na lei de direito à informação.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Perfeito. Nós vamos preparar e mandar.

E eu deixaria uma sugestão para o Senador Cristovam e o Senador Requião. Há um problema – o Cido insistiu muito nisso – de concentração de controle do capital que se investe no campo em nosso País por empresas privadas. Essas empresas estão controlando praticamente toda a produção agrícola no País.

Qual é o problema disso? Onde fica a soberania alimentar do povo brasileiro? Hoje, elas produzem soja, carne e milho para exportação. O que sustenta, numa certa medida, a balança de pagamentos no País. E alimento para o povo? E quando essas empresas resolverem produzir qualquer outra coisa? Então, eu acho que é importante, pois diz respeito à desnacionalização de um bem que não pode ser desnacionalizado. A terra é um bem comum. Se há alguma coisa que é fundamental para a vida do nosso povo é a utilização dos recursos naturais que nosso País tem, para assegurar, em primeiro lugar, aquilo que é necessário para o povo. Isso não pode estar nas mãos de empresas estrangeiras que funcionam com o critério que estamos vendo aqui. Está havendo a estrangeirização de um bem que o País tem e que coloca o povo brasileiro todo na dependência dessas empresas naquilo que é mais básico na vida de todo ser humano, que é a sua alimentação.

Eu acho que vale a pena também um estudo nessa área, se os senhores acharem que é possível, que é adequado e que está ao alcance de vocês.

Por último, agradeço mais uma vez a possibilidade, Senador Requião, a oportunidade que o senhor nos abriu, e me coloco à disposição para ajudar no que for necessário para que avance uma solução para esses problemas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Uma homenagem aos companheiros da Feraesp. Eu quero cumprimentar, pela presença aqui, o Carlos Alberto Cardoso, Carlos Alberto Bueno da Silva, Renato Igino dos Santos, Ana Carolina Aparecida Gregório Alves, Cláudio José Neves, Valdomiro Rodrigues da Silva, José Ribamar Costa de Oliveira, Ricardo Alexandre Aparecido Santos, Anderson da Silva, Eduardo Porfírio, João José da Silva, Edmar Salvino da Silva, Jonatas William de Souza, Claudinei Cananeaia, Abel Barreto, Rubens Germano, Valdeir Alves de Souza, Mauro Rodrigues da Silva, Adriano Moraes dos Santos, Manoel Félix Rodrigues Neto, Davi Rodrigues Coelho, Daniela Honório dos Santos, Edilma Marcelino da Silva, Pedro Luiz Marçal, Márcio Roberto Conceição, Rosana Silva Moraes, Aparecido Delgado. (Palmas.)

Coloco o microfone das bancadas à disposição dos companheiros que queiram, neste fim da audiência pública, fazer alguma intervenção, algum comentário.

Diga o nome e ocupe o microfone.

O SR. JOÃO JOSÉ DA SILVA – Bom dia. Meu nome é João. Sou do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara. Eu quero agradecer por estar aqui presente, ouvindo tudo isso, e dizer também que fico triste por presenciar o Governo, a CNA, que está aí presente... Eu estava observando as falas. Nós assalariados não temos recursos perante o nosso Estado, perante o nosso Governo. Para mim, é uma honra saber que existem as leis, mas até mesmo pelas leis nós não somos contemplados com a observância dos nossos direitos. Eu não estou aqui para defender Governo nem partido, mas quero que eles pensem muito bem naquilo que fazem não só pelo agronegócio, mas sim pelo nosso Brasil. É difícil para o povo brasileiro, tanto aqui no Sudeste, como no Centro-Oeste e em qualquer lugar do nosso País. Para nós assalariados, que dependemos do agronegócio, é uma exploração enorme. E aqui fica a minha pergunta a todos: até quando vamos viver nesta situação precária, em que mais de 50% da população sofrida do Brasil, no campo e até mesmo na cidade, não têm saneamento básico? É essa a pergunta que eu faço. Muito obrigado. Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Alguém mais deseja usar a palavra?

O SR. ABEL BARRETO – Sou Abel, Dirigente do Sindicato dos Empregados Rurais de Duartina e também da Direção da Feraesp.

Minha avaliação ou meu comentário é como pode um setor que aparentemente nos vende uma imagem bonita, uma imagem de que está dando tudo certo, que aponta o agronegócio como a solução dos grandes problemas brasileiros no setor rural, mas que para nós trabalhadores rurais... Eu também sou assalariado. Sen-

timos, no dia a dia, lá na base, lá no eito, lá na colheita da laranja, no corte da cana, no da madeira, o descaso com que somos tratados, a superexploração que vivemos. É-nos negado o direito à dignidade humana e à cidadania. Porque nem direito de reclamar às vezes as pessoas têm, como já foi citado aqui hoje. A imprensa visitou os trabalhadores e eles não tiveram coragem de contar os problemas gravíssimos que vivem. Por quê? Porque têm medo da punição. Ouvimos tanto falar em democracia, que é tão gostosa a democracia, mas percebemos que, no Brasil, a democracia ainda é privilégio de quem tem poder. Os trabalhadores são submetidos ao trabalho semiescravo, degradante, que continua. Como já disseram, até quando a gente vai conviver com esse descaso?

A gente vê que também há convivência da Justiça do Trabalho, como também do Estado, porque permite que os trabalhadores assalariados rurais sejam tratados dessa forma. Então, é isso.

O que nós queremos é que a classe trabalhadora brasileira, que é uma classe que constrói a riqueza do Brasil... Se nós, trabalhadores assalariados, parássemos de trabalhar por um dia, a Nação iria ver o tanto de problemas que haveria, de tanto valor que temos. Somos os grandes produtores da riqueza deste País. E não somos tratados tal como deveríamos ser, com a importância que temos. Nós somos tratados como objeto – hoje eu vejo assim. Nós somos tratados como objeto, que é usado e depois descartado. Tanto é que há companheiros que, se adoecem, com tanto veneno que é aplicado no alimento hoje...

É até interessante discutir a questão do veneno no alimento. Hoje há um aumento grande de epidemias, de doenças, como, por exemplo, o câncer, que hoje aumentou muito com a quantidade de veneno que ingerimos. Segundo dados, cada brasileiro consome 5kg de veneno por ano. Onde nós vamos parar com isso? Acho que é o momento de todo mundo parar e pensar em produzir um alimento mais saudável, pensar num projeto de alimento mais saudável, porque esse alimento está matando o povo brasileiro, e a gente come porque tem que comer.

Quem assistiu a um filme que mostra o que é o veneno no alimento perde a vontade de comer. A gente percebe, e a pesquisa mostra também, que os produtores desse alimento envenenado dizem que não o consomem; eles consomem o alimento orgânico, que custa caro.

Eu até assisti, pela TV Senado, um debate que houve entre a Senadora Kátia Abreu e um procurador público sobre a questão do alimento saudável. Ela dizia para o procurador que ele defendia um projeto de não envenenamento porque ele podia consumir o produto orgânico, o que os trabalhadores assalariados, ganhando pouco, não conseguem consumir devido ao seu poder aquisitivo. E que o projeto tinha que continuar produzindo alimento envenenado para que os trabalhadores pudessem consumi-lo, porque é um alimento mais barato.

Então, nós, como cidadãos brasileiros que merecem respeito, dignidade, cidadania e tudo mais, deixamos essa pergunta. Este é o questionamento que faço: até quando vai isso? Espero que o Senado, o Parlamento, o governo e o povo possam chegar a uma conclusão de que a gente não pode continuar mais desta forma como está. E temos que mudar para que a gente tenha, realmente, garantida a nossa dignidade e cidadania.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Alguém mais?

Agradecendo a presença de todos vocês, eu procuro, pela Mesa, responder a sua pergunta.

Isso vai acabar quando a fantasia for superada pela realidade, que entra pela porta e pela janela de todos nós.

Eu não farei nenhuma crítica a este período do PT no governo. O Lula, negociando como um sindicalista hábil, trouxe benefícios inquestionáveis para os trabalhadores brasileiros. Mas esse tipo de política está esgotado, e a gente espera um pouco mais. Estamos vivendo muito de fantasia. Estamos vivendo situações como esta que nós vimos na mesa, aqui hoje: o Ministério da Agricultura defendendo posições mais radicais, mais à direita do que a própria CNA, que eu esperava que viesse aqui aguerrida, em defesa do agronegócio e da exportação.

Nós temos uma eleição pela frente. A minha posição pessoal aqui, de quem continua acreditando que a Presidente Dilma continua sendo a melhor opção para a próxima eleição, diante do quadro apresentado, é fazer uma crítica pesada às políticas de governo. Eu acho que, forçando esse tipo de crítica, nós podemos até fazer com que o velho Partido dos Trabalhadores, que é quem domina a política do governo, acordasse e pressionasse os seus quadros diligentes. Não me pergunte se isso é possível ou não, mas é o que tenho feito até agora.

Agradecendo a presença da Mesa e de todos vocês, damos por encerrada a nossa audiência pública. (Palmas.)

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 14 minutos.)

ATA DA 72ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 14 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia dez de dezembro de dois mil e treze, no Plenário número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual do Senhor Vice-Presidente Senador João Capiberibe, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, João Capiberibe e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 114 de 2013, aprovado em 04/12/2013, de autoria do Senador João Capiberibe, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: “A situação da República Saharaui e apoio à campanha internacional de solidariedade aos povos saharauis em decorrência do processo de colonização daquele País, ocasionando 526 desaparecidos e o assassinato de civis por forças militares marroquinas”. A Presidência comunica que esta Audiência Pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania – link: bit.ly/CDHSaharai, e do Alô Senado pelo número 080061-2211. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados e convida-os a tomarem lugar à mesa. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Laura Daudén, Jornalista e Co-autora do Livro “Nem Paz Nem Guerra, Três Décadas de Conflito no Saara Ocidental”; Mohamed Laarosi Bahia, Embaixador da República Saharaui. O Senhor Presidente concede a palavra aos Senadores presentes. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra a Ex-Deputada Federal, Maninha (PSOL/DF), e à Deputada do Reino do Marrocos, Amina Maelinine. É registrada a presença dos seguintes Deputados do Reino do Marrocos: Ali Yazghi e Samir Belfkih. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: enviar Ofício ao Executivo Federal acerca da situação de presos políticos no Reino do Marrocos, conforme lista entregue pelo Senhor Mohamed Laarosi Bahia. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores João Capiberibe, Ana Rita e Randolfe Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Tânia Márcia Oliveira de Andrade, Secretária-Adjunta, Interina, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **João Capiberibe**, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Declaro aberta a 72ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 114, de 2013-CDH, de autoria do Senador João Capiberibe, aprovado em 04/12/2013, para debater o tema: “A situação da República Saharaui e apoio à campanha internacional de solidariedade aos povos saharauis em decorrência do processo de colonização daquele país, ocasionando 526 desaparecidos e o assassinato de civis por forças militares marroquinas.”

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo pelo Portal e-Cidadania, com o link que vamos mostrar na tela, conforme aparece na tela, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Convido para compor a Mesa o Sr. Mohamed Laarosi Bahia, Embaixador da República Saharaui no Brasil. (Pausa.)

Convido o Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinheiro, Subsecretário-Geral Político III do Ministério das Relações Exteriores. (Pausa.)

A informação que tenho é de que ainda não chegou aqui.

Convido a Srª Laura Daudén, jornalista e coautora do Livro *Nem Paz Nem Guerra, Três Décadas de Conflito no Saara Ocidental*. (Pausa.)

Deputada Maninha, seja bem-vinda à nossa Comissão.

Senhores e senhoras...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – É o que está na programação. Nós temos uma programação antecipada. Vamos aguardar o representante do Ministério das Relações Exteriores. São as três pessoas que constam dessa programação.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, senhoras e senhores, por favor, sintam-se em casa, pois o Senado Federal é uma Casa da democracia, uma Casa da República, que pertence ao conjunto do povo brasileiro. Toda causa em defesa da democracia, da autodeterminação dos povos e da liberdade é também uma causa da sociedade brasileira.

Esta é uma das audiências mais complexas e graves dentre as quais tive a honra de presidir e participar durante o ano de 2013, aqui na Comissão de Direitos Humanos.

A República Saharaui Democrática, localizada no noroeste da África, na parte ocidental do místico deserto do Saara, sofre um brutal processo de colonização há séculos. A Conferência de Berlim de 1884, que fez a última grande partilha colonial do continente africano e dividiu o território da África entre as potências coloniais do período, destinou o Saharaui para o domínio da Espanha. Atualmente, os conflitos pela independência envolvem o Marrocos.

Como sabemos, o brutal processo de colonização africana desrespeitou as relações étnicas, a tradição e cultura dos diversos povos habitantes do continente africano. O território do Saharaui é habitado milenarmente por povos tradicionais.

A estratégia colonial de ocupação da África e as suas diretrizes socioeconômicas e político-militares traçadas pelos poderosos do mundo mantém os seus tentáculos na República Saharaui até hoje. Tais tentáculos estão presentes em todos os territórios e sobre todos os recursos naturais que consideram lhes pertencer, como a América Latina e o Oriente Médio. Isso precisa mudar. Passou da hora de esse quadro ser alterado.

A luta pela descolonização e pela independência do povo saharauí é uma luta universal pelos direitos humanos e pela autodeterminação dos povos.

Os graves crimes e violação aos direitos humanos na República Árabe Saharaui Democrática, o chamado Saara Ocidental, são ocasionados pelo violento processo de colonização da região. O quadro deve ser objeto de atenção especial do Governo brasileiro e de todas as Nações do mundo comprometidas com a democracia, com a autodeterminação dos povos e com a defesa dos direitos humanos.

Por essa razão, convocamos esta audiência de hoje, para ouvirmos oficialmente o Sr. Hach Ahmed, Ministro para América Latina y el Caribe da República Saharaui, que não está presente por motivos de compromissos fora do Brasil; o Sr. Mohamed Laarosi Bahia, Embaixador da República Saharaui no Brasil. Também aproveitaremos a oportunidade desta audiência para obtermos uma explanação detalhada acerca do posicionamento do Governo brasileiro sobre o caso, a ser feita pelo Embaixador Paulo Cordeiro, a quem estamos aguardando.

Em pleno século XXI, é inadmissível o chocante número de cidadãos civis assassinados vítimas de torturas e da existência de grande número de presos políticos em decorrência da anexação militar do território do Saharaui, envolvendo o Marrocos, na disputa pela independência.

Como se isso não bastasse, outra situação inacreditável coexiste nessa conjuntura: a existência de um gigantesco muro de concreto armado, o chamado Muro de Marrocos, por detrás do qual soldados marroquinos vivem entrincheirados protegendo a extração de minérios. O objetivo do muro dá pistas sobre as reais intenções do colonizador, que é o saque das riquezas, uma brutalidade, assim como ocorre em toda a colonização. Esse muro é o cúmulo do absurdo, reflexo de um histórico processo colonial de espoliação que se impõe ao mundo todo.

Gostaria de solicitar aos ilustres representantes do povo saharauí na Mesa, que darão os seus depoimentos em seguida, que explicassem detalhadamente a quantidade de pessoas presas atualmente, as circunstâncias, os responsáveis pelas prisões e, se possível, a localização desses presos. Esperamos colher subsídios e informações para que o Senado Federal possa fortalecer a ação em defesa dos direitos humanos, da liberdade, da dignidade, da integridade do povo saharauí.

A aliança internacional em defesa do povo saharauí deve ser fortalecida e ampliada. Nossa expectativa é de que o Brasil tenha um papel decisivo nesse desafio.

Com essas considerações iniciais, tenho a honra de passar a palavra aos nossos convidados, reforçando a esperança de todos aqueles que aspiram por liberdade e lutam por autonomia.

Dito isso, eu gostaria de começar esta audiência pública dando a palavra à jornalista, que é brasileira e que vai poder fazer um retrato da situação do povo saharauí. Portanto, passo a palavra à Laura Daudén.

A SR^a LAURA DAUDÉN – Obrigada, Senador.

Exmo Sr. Senador João Capiberibe, demais Senadores, autoridades presentes, senhoras e senhores, venho trazer a esta audiência pública a minha perspectiva sobre o Saara Ocidental, território para o qual eu viajei em

2009 a fim de produzir, ao lado da jornalista Giovana Suzin, o livro-reportagem *Nem Paz Nem Guerra*, e com o qual mantenho, até hoje, laços afetivos e profissionais.

Além da extrema importância política, eu gostaria de ressaltar a relevância simbólica desta reunião, que, ao ser realizada no dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, evidenciando os grandes desafios para a consecução dos objetivos expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a dificuldade de levar justiça a quem tem o direito internacional dos direitos humanos ao seu lado.

Esse é o caso do povo saharauí. Apesar de receberem pareceres consultivos, resoluções e declarações favoráveis desde 1963, quando o Saara Ocidental passou a integrar a lista da ONU de territórios pendentes de descolonização, os saharauís seguem alheios ao direito à autodeterminação previsto no art. 1º da Carta da ONU e reforçado pela Resolução nº 1.514, que trata da independência dos países e povos colonizados.

Nos últimos 50 anos, 48 resoluções da Assembleia Geral e 64 do Conselho de Segurança foram adotadas; nenhuma foi efetivamente implementada.

Gostaria de reforçar esse aspecto porque somente através dele é possível compreender a complexidade e a origem das violações a que estão submetidos hoje os saharauís, que aguardam a resolução do conflito esquecido tanto nos territórios ocupados pelo Marrocos como nos acampamentos de refugiados na Argélia. Esse é, em última instância, um caso de descolonização.

Essa é uma questão que precede, inclusive, o debate sobre a independência do território. Desde 1991, quando o cessar-fogo firmado entre as partes permitiu estabelecimento de uma missão de paz da ONU a fim de elaborar um referendo, a consulta ainda não aconteceu. O processo se arrasta há duas décadas, bloqueado por interesses geopolíticos, sobretudo econômicos, enquanto a situação da população saharauí se deteriora com rapidez alarmante.

Vou dividir o restante da minha apresentação em duas partes, para mostrar como essa situação toma forma nos territórios ocupados por um lado, e nos acampamentos de refugiados e zonas liberadas por outro.

Para facilitar, eu trouxe um mapa que mostra um pouco como a região está dividida neste momento.

Essa linha laranja, que divide a parte mais amarela da parte mais clara, é o muro que o Senador mencionou, um muro de 2.200km, que corta o país inteiro, de norte a sul. Então, a gente tem os territórios ocupados em amarelo. As chamadas zonas liberadas na parte mais clara. E, ali em cima, na fronteira com a Argélia, bem pequenininho, dá para ver onde estão localizados os cinco acampamentos de refugiados e a sede administrativa da República Árabe Saharaui Democrática.

Nos territórios sob controle do Marrocos, portanto, do lado ocidental, na parte amarela, o que mais salta aos olhos é a violência policial e social em que vivem os saharauís que optaram por não deixar o país durante a guerra, que foi de 1976 a 1990. Centenas vivem uma rotina de entrada e saída de prisões marroquinas, como é o caso de muitos dos ativistas, com quem tive a oportunidade de conversar.

Sua situação melhora apenas ligeiramente quando voltam para casa. Ouvi repetidas vezes tal qual um mantra que a única diferença entre ser condenado e absolvido é o tamanho da prisão.

Um deles é Brahim Dahane...

Essa é uma foto do muro um pouco distante. Essa, talvez, um pouco aproximada.

Brahim Dahane, o ativista que aparece em primeiro plano na primeira foto no canto superior, é presidente da Associação Saharaui de Vítimas de Graves Violações de Direitos Humanos cometidas pelo Estado marroquino. Menos de seis meses depois de nossa visita, ele foi preso pela quarta vez e só liberado em abril de 2011, depois de passar por torturas e por um tribunal militar, mesmo sendo civil.

Hoje nos lembramos com tristeza da incansável luta de Nelson Mandela pela liberdade, mas mantemos sob a sombra histórias de outras centenas de ativistas que sobreviveram a outros estados opressores.

Sidi Mohamed Dadach, por exemplo, que é o que aparece no meio, na foto em que há três pessoas, passou 24 de seus 52 anos nos porões do regime marroquino. Chamam-no, na capital ocupada de El Aaiún, de Mandela saharauí.

Outro exemplo é Brahim Sabbar, que aparece na primeira foto inferior. Ele ficou preso durante dez anos sem nunca ter passado por nenhum julgamento. Por seis meses, ficou vendado e com as mãos amarradas. Ele me falou o seguinte – abro aspas: “Perguntava-me a todo o momento quando me matariam e como.”

Em informe de 2012, o relator especial da ONU para tortura, Juan Méndez, afirmou que a prática de tortura nas prisões marroquinas acontece com frequência suficiente para que o governo não possa ignorá-la.

A família do ativista Bahim Sabbar, durante todo o tempo que ele passou na prisão, nunca soube de seu paradeiro. Para todos, ele tinha morrido na prisão.

O pesadelo do Sabbar se repetiu em 2005: ele foi preso novamente durante uma manifestação e liberado apenas dois anos depois.

Foi impedido de viajar ao exterior até o ano 2000, quando, pela primeira vez, conseguir tirar um passaporte. Segundo a Anistia Internacional, ainda há 526 casos de desaparecimentos forçados não resolvidos no Saara Ocidental.

O bloqueio de opositores, observadores internacionais e jornalistas, é sistemático. Eu julgo importante mencionar que, durante nossa estada na capital ocupada de El Aaiún, fomos deliberadamente perseguidas e vigiadas pelas forças de segurança marroquinas. Havíamos pedido autorização para o governo antes da viagem, fornecemos as datas de chegada e de saída dos territórios ocupados. No entanto, por conta de uma alteração em nosso cronograma, tivemos de antecipar a visita em três dias. Se, por um lado, essa mudança permitiu que a gente visitasse, com alguma liberdade, ativistas saharauis de direitos humanos, por outro, despertou a ira do delegado de comunicação local. Quando nossa presença se tornou evidente na cidade, fomos convocadas pela polícia a comparecer na delegacia. Na conversa que transcorreu com o delegado, foram dadas a nós apenas duas opções: ou seguíamos a agenda de visitas e entrevistas imposta pelo governo marroquino, ou teríamos de deixar a cidade imediatamente.

É importante notar que todas essas violações aconteceram e seguem se repetindo sob os olhos da Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (Minurso). Desde 1991, quando foi instalada, seu mandato é renovado pelo Conselho de Segurança sem incluir a questão da garantia dos direitos humanos. Essa é a única missão da ONU que não possui essa atribuição.

O bloqueio parte principalmente da França, aliada histórica do Marrocos e maior interessada na manutenção da balança de poderes na região.

Eu gostaria de mostrar duas fotos que foram feitas no quartel da Minurso na cidade de El Aaiún. Todos os funcionários que trabalham nesse QG se queixam da vigilância constante que é feita através dessas antenas, que estão coladas ao escritório. Por outra parte, nessa entrada da missão da ONU, é curioso ver que para cada bandeira das Nações Unidas há três do Marrocos.

Há pistas para entender o embargo militar e midiático a que estão submetidos os saharauis sob domínio marroquino. O Saara Ocidental guarda sob suas areias 9% das reservas mundiais de fosfato, mineral usado principalmente na produção de fertilizantes. A exploração teve início na década de 70, coincidindo com o período da guerra.

A riqueza está na areia, mas também na água. A costa do Saara Ocidental é conhecida por guardar um dos maiores bancos pesqueiros do mundo. O mar é frio, rico em nutrientes vindos das profundezas, e multiplicou a vida marinha na zona.

Entre 2005 e 2010, segundo relatório do Greenpeace, as exportações de pescados marroquinas cresceram 60%, superando 600 mil toneladas. A capacidade total de produção é de dois milhões de toneladas por quilômetro quadrado. O maior importador desses pescados é a União Europeia, que hoje votou justamente um acordo de pesca com o Marrocos que inclui as águas do Saara Ocidental. A partir de agora, com a aprovação desse acordo, os barcos europeus terão direito a 126 licenças de pesca e também poderão levar, impunemente, as riquezas das águas disputadas. O Marrocos, por sua vez, ganhará, por ano, 40 milhões de euros até 2018.

Em 2002, foi solicitada ao Vice-Secretário Geral para Assuntos Legais da ONU, Hans Corell, uma opinião consultiva sobre os contratos firmados entre o governo marroquino e empresas petrolíferas. Sua conclusão é taxativa sobre a legalidade da exploração econômica de territórios não autogovernados, como é o caso do Saara. Apesar de os contratos não serem, em si mesmos, ilegais, a continuarem as atividades de exploração e exportação dos recursos sem se considerarem os interesses e os desejos da população autóctone, estarão violando os princípios da legalidade internacional – isso foi o que disse Hans Corell. A conclusão se apoia em diversas resoluções anteriores da ONU, como a 1.803, de 1962, que afirma que nenhum Estado tem o direito de promover ou encorajar investimentos que possam constituir um obstáculo para a libertação de um território ocupado à força. Vale reforçar: a Corte Internacional de Justiça de Haia já declarou que o Marrocos não possui soberania sobre o território do Saara Ocidental, nem status de administrador, o que lhe impede de se beneficiar legalmente desses recursos.

O Brasil – é importante notar – não está alheio à discussão. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior veiculados no dia 19 de novembro no jornal Valor Econômico, 8% de todas as importações vindas da África foram de adubos e fertilizantes do Marrocos. Os valores somaram quase US\$800 milhões, um aumento de 38% em relação a 2012. Não restam dúvidas de que o Brasil é um dos parceiros comerciais mais importantes da monarquia marroquina.

É fundamental agora que não haja dúvidas sobre a legalidade desses acordos.

Dei entrada, no dia 21 de novembro, a um pedido, através da Lei de Acesso à Informação, para conhecer detalhes dos contratos e a origem dos produtos que importamos. Mas ainda não obtive retorno do Ministério. O prazo para o processamento da resposta termina amanhã.

A exploração dos recursos naturais do Saara Ocidental é uma séria violação do povo saharauí, que hoje sobrevive de ajuda humanitária, de controlar e de se beneficiar de suas riquezas. Ela também dificulta a resolução de um conflito que já dura 37 anos.

Eu passarei agora ao outro lado do muro que divide o Saara Ocidental, uma área que se desdobra em duas zonas de interesse: os territórios liberados, que eu mencionei, que constituem a porção de terra que segue sob controle da Frente Polisário, e os acampamentos de refugiados, localizados do outro lado da fronteira com a Argélia.

Os chamados territórios liberados, apesar de estarem sob controle dos saharauís, são escassamente povoados. Por lá transitam militares e os poucos nômades que, para não perderem o que lhes resta de sua vida e cultura, arriscam-se entre os campos minados.

Esta é uma das nômades que a gente encontrou nessa zona do deserto.

Segundo a ONU, a contaminação por minas terrestres atinge 100 mil quilômetros quadrados, uma área maior do que a do Estado de Santa Catarina.

A ONG britânica Landmine Action, a única que trabalha na descontaminação do terreno, afirma que essa área é potencialmente maior. O diretor de assessoria técnica dessa organização disse-nos acreditar que o território ao redor do muro seja um dos maiores campos minados do mundo. Em relatório de 2012, a organização fala em mais de 2.500 mortos e feridos por minas terrestres nas terras ocidentais do Saara Ocidental. A falta de um acordo de paz aqui também impede que o trabalho de descontaminação evolua.

Esta é uma imagem das pedras pintadas de vermelho por essa ONG britânica, que servem para marcar, no deserto, as áreas que são potencialmente perigosas para o trânsito de saharauís.

Avançando para o interior do deserto, chega-se aos cinco acampamentos de refugiados saharauís e à sede administrativa da República Árabe Saharaui Democrática. Eles estão localizados na argelina, uma das regiões mais inóspitas do Deserto do Saara, onde as temperaturas superam os 60 graus no verão e despencam a níveis negativos no inverno.

É do escritor uruguaio Eduardo Galeano a melhor descrição do que se vê ao chegar aos acampamentos: “É o mais deserto dos desertos. É um vastíssimo nada, rodeado de nada, onde só crescem as pedras”.

Vencendo as probabilidades, os saharauís ali conseguiram organizar sua vida política, construir as estruturas mínimas para sua sobrevivência. Ao longo das décadas, naturalizaram o exílio à distância, aprenderam a viver com a separação física de suas famílias e de suas terras.

As estimativas para o número de habitantes dos cinco acampamentos variam entre 150 e 200 mil pessoas. Muitos não conhecem outra vida além daquela que se constrói sobre as areias.

Uma dessas pessoas é Manina, que conheci aos 12 anos. Apesar de ter nascido nos territórios ocupados, suas únicas memórias são as do exílio. Ela é uma das 8 mil crianças que são acolhidas durante todos os verões, quando o calor é insuportável, por famílias espanholas. O programa Férias pela Paz existe há 18 anos e é uma das mais importantes iniciativas humanitárias da sociedade civil espanhola, a mais engajada no alívio da emergência saharauí.

Esta, de fato, é a maior violação contra os refugiados saharauís na Argélia: a privação de tudo. A água, como não poderia ser diferente, é racionada. Os alimentos provêm quase que exclusivamente da ajuda internacional, que, depois de tantos anos, já mostra claros sinais de fadiga.

As carências refletem na deterioração da saúde dos refugiados: 45% das mulheres sofrem abortos espontâneos durante a gestação; 66% têm anemia; o índice de escorbuto, que provoca o sangramento da gengiva por conta da falta de vitamina C, chega a 27% da população. Segundo o Programa Mundial de Alimentos da ONU, a desnutrição crítica atinge 18% da população dos acampamentos, e a desnutrição crônica, 31,4%.

O Brasil doou recursos humanitários aos refugiados saharauís em apenas uma ocasião, em 2010. No total, foram repassados US\$300 mil, através do Programa Mundial de Alimentos, um valor que, definitivamente, não condiz com a importância da economia brasileira.

Exmos Senadores e Senadoras, demais presentes, esse foi um breve relato das informações que coletei, do que vi e ouvi em minha passagem pelo Saara Ocidental e durante os anos que se seguiram, através de pesquisas, notícias e relatos pessoais dos saharauís com os quais mantenho contato.

Recentemente, vi ampliar a lista de países que reconhecem a República Árabe Saharaui Democrática, hoje composta por 86 nações, além da União Africana, da qual apenas o Marrocos não faz parte. Vi crescer, por outra parte, o poder de influência e mediação do Brasil no cenário internacional, o que nos colocou em situação privilegiada para discutir questões aparentemente estancadas pela polarização político-ideológica que por tanto tempo marcou as relações internacionais, e esse conflito em particular.

Tendo isso em vista e aproveitando o espaço que me foi dado nesta audiência, quero reforçar uma última percepção, talvez a mais importante: a cada dia que passa, a resolução do conflito e a proteção dos direitos

humanos dos saharauis se fazem mais difíceis. A paulatina colonização da costa e a expansão da administração marroquina sobre terras saharauis vão aos poucos inviabilizando o plebiscito e fazendo emergir teorias de que a consagração do direito à autodeterminação através da consulta já não é uma solução realista. Já vimos situações similares, ainda que com consequências diferentes, em Timor-Leste e na Palestina, apenas para mencionar dois exemplos, e todos conhecemos suas consequências nefastas.

Estamos diante de um conflito colonial protagonizado por um povo que fez da espera uma das mais poderosas formas de resistência.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Sr^a Laura Daudén, que fez um extenso relato da situação vivida na República Saharaui, sobre a situação em que vive esse povo.

Eu queria também registrar a presença da Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado, a quem indago se gostaria de presidir a reunião. (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado.

Também gostaria de registrar a presença, mais uma vez, da Deputada Maninha, e de Josiane Lima, que está aqui representando a Deputada Janete Pietá.

Registro também a presença entre nós de membros do Parlamento marroquino, Deputada Amina Mae-limine, do Deputado Ali Yazghi – espero que eu não esteja... Peço que os senhores se sentem mais à frente, por favor, na primeira... – e do Sr. Deputado Samir Belfkih.

E também temos representantes aqui da Embaixada do Marrocos presentes nesta audiência pública.

Eu consulto a Senadora Ana Rita se gostaria de usar da palavra imediatamente. (Pausa.)

Nós ouvimos a jornalista Laura Daudén, que escreveu um livro relativo às questões e aos conflitos no Saara Ocidental. Ela fez um relato da situação de violação dos direitos humanos promovida pelo Marrocos, que ocupa uma parte, ou quase toda a superfície, o espaço da República Saharaui.

Agora, então, nós vamos ter a oportunidade de ouvir o Sr. Embaixador Mohamed Laarosi Bahia, a quem passo a palavra.

O SR. MOHAMED LAAROSI BAHIA – (Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Sr. Embaixador.

Passamos, imediatamente, a palavra à Presidente da nossa Comissão, Senadora Ana Rita. Depois, a Deputada Maninha certamente vai se manifestar, assim como os deputados marroquinos, não sei em que língua, mas nós vamos nos entender.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu quero, primeiramente, cumprimentar o Embaixador da República Saharaui, Mohamed Laarosi Bahia; cumprimentar a Laura Daudén, jornalista e coautora do livro *Nem Paz Nem Guerra – Três Décadas de Conflito no Saara Ocidental*.

Não pude escutá-la desde o início, pelo que eu lamento. Mas, pelo que pude ouvir, é um relato importante da situação que vive essa população saharauí.

Eu também cumprimento aqui os deputados marroquinos, a nossa Deputada aqui presente e quero cumprimentar e parabenizar o Senador João Capiberibe, Vice-Presidente desta Comissão de Direitos Humanos, que tem um olhar muito profundo sobre a questão dos direitos humanos e que, sempre que possível, traz para debate temas que extrapolam diretamente a realidade brasileira, mas traz também temas ligados aos direitos humanos que têm rebatimento em outras realidades do mundo, como é o caso do povo saharauí.

Este momento é muito oportuno, porque hoje, 10 de dezembro, é o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Nós sabemos o quanto já avançamos no Brasil, mas muito ainda temos que avançar. Acredito que, nos últimos anos, principalmente nos últimos 10 anos, com as presenças dos Governos Lula e Dilma, nós tivemos a oportunidade de avançar significativamente em políticas públicas de defesa dos direitos humanos, se defesa daqueles que dependem do apoio do Estado para ter uma vida um pouco melhor, uma vida digna.

A grande meta da nossa Presidenta Dilma é acabar com a extrema pobreza no nosso País. Em três anos de Governo da Presidenta Dilma, e mais oito anos do Governo do Presidente Lula, nós já avançamos muito nessa área. Hoje, nós temos uma parcela menor, bem menor, pequena, de famílias que vivem abaixo da linha da pobreza. Também já avançamos no que se refere à inclusão social de pessoas com deficiência, no enfrentamento à violência contra as mulheres, com a criação de diversas políticas públicas, e avançamos muito na área da educação, na área da saúde. Hoje, podemos dizer que regiões do nosso País, Municípios do nosso País que não se beneficiavam com determinados serviços públicos já se beneficiam, porque é o Governo indo até as pessoas para garantir dignidade à maioria da nossa população, principalmente à população mais sofrida,

mais pobre do nosso País, que, aos poucos, vai melhorando suas vidas, com Programas como o Minha Casa Minha Vida, o Minha Casa Melhor e tantos outros programas que buscam resgatar a dignidade das pessoas.

No enfrentamento diretamente dos direitos humanos, nós ainda temos muita coisa para fazer, principalmente na área da demarcação das terras indígenas. Nós temos territórios indígenas ainda sob conflito. Recentemente, índios foram assassinados em conflitos nessas áreas, por quem ocupou esses territórios que, historicamente, pertenciam a essas comunidades indígenas. Nós ainda temos comunidades quilombolas para serem demarcadas, porque há um conflito muito grande, ainda temos altos índices de homicídios contra as mulheres e contra a juventude, nós ainda temos um sistema carcerário que nos entristece por suas más condições e pela precariedade em que ainda se encontram, enfim, nós vivemos uma situação em que temos avanços, temos conquistas, em que passos importantes foram dados, num País tão grande como o nosso, num País de dimensões continentais, com uma realidade muito diversa, com enormes desafios, nós conseguimos avançar muito, mas também nos deparamos com muitos desafios.

E, aqui, hoje, o Senador João Capiberibe nos traz um tema muito importante, que é a situação da República Árabe Saharaui, uma nação cujo governo, pelo que eu sei, está no exílio. É um território anexado ao Marrocos e que ainda vive sob o domínio dos marroquinos, mas que ainda não tem a sua autonomia política, sua autonomia econômica, sua liberdade. E isso já vai fazer mais de 30 anos. É uma realidade que, pelo que vi nas fotos, é muito triste, muito cruel.

Eu penso que um dos valores básicos para garantir a dignidade de um povo é a sua autodeterminação, a sua autonomia. É o primeiro passo. Se ele não tem a sua autonomia econômica e política, ele tem muita dificuldade de avançar em outras conquistas, em outros direitos. O Brasil viveu essa história. Nós passamos por um período da ditadura militar. Conseguimos passar por cima, dar a volta por cima, conseguimos construir um País, hoje, democrático, que tem uma Constituição Federal, fruto da participação efetiva da sociedade, que assegurou diversos direitos, temos eleições diretas em todos os níveis, temos autonomia para escolhermos nossos representantes, mas também precisamos avançar cada vez mais nesses aspectos. E eu fico imaginando um povo, uma nação, cujo governo está exilado, que não tem a sua autonomia, que não tem condições de sobreviver por conta própria, pelo que eu percebo e pelo que eu consegui captar da fala de vocês, e que ainda vive sob o domínio de outro território.

Então, a minha pergunta – se as minhas afirmações estiverem equivocadas, eu gostaria que vocês me corrigissem – é: qual a expectativa de vocês quanto à atuação desta Casa ao participarem desta audiência pública? Como nós, em particular esta Comissão de Direitos Humanos, poderíamos colaborar? Pergunto se nós podemos colaborar de alguma maneira. Que tipo de iniciativa nós poderemos tomar, além da realização desta audiência pública, que dá visibilidade a essa situação, a essa realidade, tão própria e tão específica? Pergunto se nós podemos fazer alguma coisa além disso.

Eu deixaria esta pergunta para que vocês possam nos orientar e nos ajudar nesse aspecto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Obrigado, Senadora Presidenta da Comissão Ana Rita.

As perguntas serão feitas logo em seguida as falas, quando a Mesa vai se manifestar.

Temos, entre nós – faço o anúncio com grande satisfação, Sr. Embaixador e senhora jornalista – o Senador Randolfe Rodrigues, que também é um dos pré-candidatos à Presidência da República do nosso País, Senador pelo meu Estado, a quem passo a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com muita honra, Senador Capiberibe, cumprimento V. Ex^a por esta audiência pública, por estar presidindo esta reunião; quero cumprimentar o Mohamed, que representa aqui, diplomaticamente, a República Saharaui, e cumprimento também a Laura, que traz importante contribuição teórica de informações a esta audiência pública.

Presidenta Senadora Ana Rita, antes de falar sobre o tema desta audiência pública, peço que V. Ex^{as}, Senadora Ana Rita e Senador Capiberibe, vejam como é importante a nossa Comissão. Em nenhuma outra Comissão teria abrigo esse debate aqui no Senado a não ser aqui na Comissão de Direitos Humanos. Nenhuma outra Comissão, neste Congresso Nacional, daria abrigo aos debates das minorias, daria abrigo aos índios, como tem dado esta Comissão. Nenhuma outra Comissão, neste Congresso – não estou falando mais do Senado, estou falando do Congresso Nacional, porque a Comissão de Direitos Humanos da Câmara foi praticamente fechada recentemente. virou palco de qualquer outra coisa, menos de direitos humanos –, nenhuma outra Comissão tem dado, no Congresso Nacional, palco a índios, à luta pela memória, verdade e justiça, como o espaço que tem dado a nossa Subcomissão, Senador Capiberibe, com esse tema, como esta Comissão tem dado, e a temas como este de que estamos tratando, que tem importância fundamental para as relações diplomáticas do nosso País e para o tema internacional dos direitos humanos.

Hoje de manhã eu quase caí para trás! O Relator do Regimento Interno do Senado, um Senador pelo Maranhão, o Senador Lobão, propõe acabar com a Comissão de Direitos Humanos.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É isso mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Ele quer acabar com a Comissão de Direitos Humanos. Só isso. Acho que não...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Senador Randolfe está coberto de razão. Essa informação me chegou agora pela manhã. O que mostra como esta Comissão está sendo tratada pelo Senado Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Ele, no relatório, disse que a Comissão de Direitos Humanos deve ser um detalhe, não deve ser tratada com importância. Aliás, o Relatório do Senador Lobão é a Lei Falcão, Senador Capiberibe, do século XXI, porque ele retira todos os direitos de minorias.

Eu acho que a Bancada do Maranhão nesta Casa deve ter alguma coisa em particular contra nós, Senador Capiberibe, porque ela só tem mirado na gente. A gente tem sido alvo a todo instante. V. Exª sabe muito bem a que estou me referindo. Esta é a segunda vez. Houve um ataque anterior, no decorrer deste ano, e este é o segundo ataque.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – V. Exª me permite?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Uma pequena intervenção. É que eu acabei de receber, agora, agora, uma intimação da Ministra do Supremo Tribunal Federal,...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Encerrando, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – ... Rosa Weber, comunicando que as duas acusações contra mim e V. Exª foram arquivadas. Já são quatro denúncias. Eu aproveitei, Senador, e já comuniquei ao Presidente desta Casa que as três denúncias contra nós dois e uma especificamente contra mim, meu privilégio... Eu comuniquei ao Presidente da Casa que a Justiça já se manifestou e que o Conselho de Ética até agora continua em silêncio.

Era esta a informação, mas V. Exª já tem conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Exatamente.

E essa alteração, essa proposta do Regimento Interno, acaba com todos os direitos de minorias da Casa e complementa acabando com a Comissão de Direitos Humanos. Deve ser porque acha que deve ser um detalhe essa história de direitos humanos. Não deve ser algo muito importante esse trabalho que estamos fazendo de resgatar a memória, da verdade e da justiça. Eu defendo a minoria, Senadora Ana Rita. Eu acho que eles acham... Defender índios. Porque, para alguns, na atualidade, defender índios não deve ser algo muito importante, nem defender temas como estes.

Mas eu tenho certeza de que aqui há três Senadores que não vão aceitar ir para o cadafalso calados. E teremos mais, porque não é aceitável um espaço como esse, que vai travar debates como este que está sendo travado hoje, ser fechado nesta Casa, o único espaço do Congresso Nacional que tem espaço para esse debate ser fechado.

Eu sei que alguns se acostumaram com a ditadura, mas eles também vão ter que entender que esse período, página infeliz da nossa história, se encerrou.

Feita esta preliminar, Srª Presidente e Sr. Presidente, Senador Capiberibe, eu queria, sim, fazer a consideração sobre o tema desta audiência.

Nós estamos diante da situação de um povo que já vem de uma luta, de uma das mais belas lutas da história humana, que é a luta pela independência, pela soberania e pela autodeterminação, a luta anticolonial. Esse povo está insistindo em uma luta que vem travando desde 1975. Só que o problema é que, inicialmente, os colonizadores eram os espanhóis; agora a colonização e a opressão se encontram dentro do próprio continente africano e com o apoio das potências internacionais. A guerra anticolonial e a libertação da Espanha por parte do povo saharauí procedeu em 1975. Desde então existe uma intervenção clara, uma intervenção militar sobre o povo saharauí, e o último capítulo dessa intervenção militar...

É incrível como esse tema não atrai atenções. É incrível como parece que há uma seleção sobre os muros da vergonha. Condenou-se o muro que se ergueu sobre Berlim, mas não se condena o muro que tem sido erguido, que tem sido construído, um muro de 2.700 quilômetros, com fortificações militares, com o apoio das potências europeias, com o apoio da Espanha, da França e com o apoio militar norte-americano, um muro que tem dividido o povo saharauí.

Toda vez que tenho conversado com as representações diplomáticas do povo saharauí eu não vejo nenhuma reivindicação, nenhuma reclamação deles de conflito com o povo do Marrocos. Aliás, eu vejo o interesse deles de conviver em paz com o povo marroquino e com todos os povos africanos. E eu acho que só existe possibilidade de coexistência em paz no continente africano e em qualquer canto do mundo se é dado a um povo o seu direito elementar de autodeterminação. É um direito elementar que qualquer povo tem, seja ele

saharai, seja ele palestino, seja ele de qualquer civilização, de qualquer cidadania, de qualquer povo que seja, que tenha este direito elementar.

O nosso País, Sr. Presidente e Senadora Ana Rita, tem uma tradição política, tem uma tradição da nossa diplomacia, está na nossa Constituição, aliás, é um dos objetivos da República Federativa do Brasil defender a autodeterminação dos povos. Esse é um dos objetivos da nossa República, um dos nossos princípios fundantes. Como objetivo da nossa República, eu não vejo como consequência desse princípio, desse nosso objetivo, objetivo fundante, porque está na nossa Constituição, do art. 1º ao art. 4º, são fundamentos da República Federativa do Brasil. Está lá como fundamento da República Federativa do Brasil porque funda a República, porque é o alicerce, o baldrame sobre o qual se alicerça a República Federativa do Brasil. Então, a defesa da autodeterminação dos povos é um dos nossos princípios. Como consequência desse princípio, eu não vejo outra decisão a ser tomada por parte da nossa diplomacia e por parte do nosso Governo senão o reconhecimento. Primeiramente, a intermediação para o diálogo, obviamente, entre a República do Saharai e o Governo do Marrocos, mas, assim como o Brasil fez em relação à Palestina, o reconhecimento da existência da República do Saharai com o reconhecimento da sua missão diplomática aqui no Brasil. Esta é a medida que considero necessária a ser tomada.

Srª Presidente, digo que esta é uma proposta que ainda não estamos... Esta reunião não é deliberativa, mas esta é uma proposta que eu apresento a V. Exª, Senador Capiberibe, Vice-Presidente desta Comissão, para que a encaminhe como sugestão desta audiência pública, para ser tomada como deliberação da Comissão de Direitos Humanos, como proposta da Comissão de Direitos Humanos: que o Brasil reconheça a existência da missão diplomática da República e do povo saharai aqui no Brasil e estabeleça isso como mecanismo de início de diálogo, isto é o mínimo, para estabelecer o diálogo, para que esse povo possa viver em paz e possa ter o seu direito elementar de constituir-se como nação soberana.

Vivendo no século XXI, após o mundo ter vivido o drama que viveu no século XIX, de toda a África ter sido saqueada e colonizada – toda a África, durante os séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX, foi saqueada e colonizada pelas grandes potências europeias –, não cabe para o mundo do século XXI continuar a viver e continuar a assistir, passivamente, à existência de povos subjugados e de nações sem o direito à autodeterminação e de países que não têm o direito de se organizar soberanamente. Não é possível assistir, no século XXI, à não existência da soberania entre nações, à não existência da autodeterminação dos povos.

É uma consequência basilar do princípio fundante da nossa República e uma consequência basilar de nossa atuação ter esse encaminhamento aqui por parte da nossa Comissão de Direitos Humanos, e uma consequência, eu diria, do Brasil fazer este reconhecimento. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador Randolfe. Nós vamos encaminhar...

Tem a palavra a Srª Presidenta desta Comissão.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Capiberibe, eu estou sendo demandada para uma agenda. O pessoal já está me esperando para uma atividade fora do Senado. Eu estou precisando ir para retornar para a sessão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Certo.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, eu vou pedir licença ao Embaixador e à jornalista e pedir licença aos Parlamentares que aqui estão, porque vou precisar sair. Mas quero deixar registrado o nosso compromisso, da Comissão de Direitos Humanos, para fazer os devidos encaminhamentos, conforme as sugestões aqui já colocadas pelo Senador Randolfe. Se surgir outra sugestão, nós nos colocamos inteiramente à disposição para fazer os devidos encaminhamentos. E o Senador João Capiberibe, como Vice-Presidente, poderá conduzi-los da melhor forma possível aqui, como sempre tem feito – e aproveito para agradecer o Senador João Capiberibe pelo esforço.

Todavia, neste instante, lamentavelmente, preciso me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Obrigado, Presidenta.

Eu apenas queria fazer um esclarecimento: nós convidamos o Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinheiro, mas, como houve um equívoco no encaminhamento, o convite foi parar em outro lugar. Dessa forma, o Ministério das Relações Exteriores não tem nenhuma culpa no episódio, pois, realmente, como disse, foi um encaminhamento equivocados de nossa parte.

Eu queria passar a palavra à Deputada Maninha, aqui do Distrito Federal.

A SRª MARIA JOSÉ MANINHA – Sr. Presidente, Senador Capiberibe, jornalista Laura, meu amigo e Embaixador encarregado de negócios aqui no Brasil, Mohamed Laarosi, Senadora Ana Rita, que está de saída, Presidente desta Comissão, eu queria começar, Senador Capiberibe, lembrando que a nossa geração – eu sou da geração de V. Exª – viveu essa discussão da autodeterminação do povo saharai, quando, nas universidades, fazíamos atos e debatíamos a Frente Polisário. Essa discussão, durante muito tempo, fez parte da nossa vida

estudantil, quando promovíamos não só os debates, mas também iniciativas de solidariedade para aquele momento, meados dos anos 1968, 1969, 1970. Tantos anos se passaram e, no Brasil, essa causa silenciou; nunca mais ouvimos falar sobre este assunto que, agora, começamos a retomar a discussão.

Eu quero, aqui, fazer uma lembrança a V. Ex^a de que, ainda quando Deputada Federal, promovemos, na Câmara Federal, uma audiência pública também para debater essa situação. Criamos uma frente parlamentar, que existiu muito curtamente, visto que, como não fui reeleita, não conseguimos dar consequência a essa frente. Porém, tentamos, inclusive com o governo brasileiro, algumas iniciativas para que se fizesse, no mínimo, como se fez com Taiwan, o reconhecimento comercial, a fim de que aqui também pudesse haver um representante que falasse pela República Democrática Saharai. Infelizmente, não conseguimos.

Eu estive nos territórios ocupados em dezembro de 2006, onde conheci a vida daquelas pessoas que, no deserto, conseguem sobreviver. Eu fui até o muro. Eu conheci a representação parlamentar e também o governo da República Democrática Saharai. A partir daí, eu me considero também parte dessa trincheira e uma das lutadoras, enquanto eu viver, para que esse povo consiga a sua autodeterminação. Lá temos crianças que não têm acesso à educação, à saúde, como aqui demonstrou a jornalista Laura; são mulheres com condições de vida precárias. Ainda assim, há algo dentro desse povo que faz com que ele consiga se organizar, não só do ponto de vista político, mas também da sua organização social; há nesse povo algo que a gente só vê naqueles que lutam pela sua liberdade como povo.

Tudo isso nos comove, mas não podemos ficar apenas na comoção. O Parlamento brasileiro tem a obrigação, como sempre fez, dentro das Comissões de Direitos Humanos, na de Relações Exteriores – e, lá, na Câmara, quando fui Vice-Presidente, tentamos várias iniciativas –, de buscar, junto ao Executivo, algumas modificações dessa posição que o Brasil assume neste momento, uma posição passiva em relação à República Democrática Saharai, mas não passiva em relação ao Marrocos.

O Brasil, aqui, toma parte; ele não está neutro nessa questão. É necessário que nós busquemos, por meio do Parlamento, que o nosso Ministério das Relações Exteriores diga claramente qual a posição brasileira frente a essa circunstância.

Todas as vezes em que procuramos o Ministério – e não foi uma só vez que o procurei como representante deste Parlamento –, sempre ouvimos a mesma resposta: “Nós não temos nenhuma posição contra, mas também não externamos nenhuma posição claramente favorável a que haja um desfecho da situação colocada, inclusive, pela própria ONU”.

Eu ouvi aqui a Senadora Ana Rita falar de todos os avanços do governo brasileiro, mas eu gostaria de dizer que houve um retrocesso no que tange à diplomacia brasileira. Nós já vivemos momentos muito melhores, quando o Brasil, de fato, buscava ter iniciativas em relação aos povos africanos. Quanto à América Latina, nós presenciamos isso, bem como em outras relações, como, por exemplo, o Haiti, mas em relação à África, o Brasil tem, hoje, uma postura que eu considero de atraso.

A Argélia, durante muito tempo, tentou avançar – e V. Ex^a conhece a Argélia muito mais do que eu, conhece os laços que nós temos com o povo argelino –, propondo iniciativas no sentido de que o governo brasileiro pudesse debater esse assunto.

Lembro-me, Senador Capiberibe, de uma importante cúpula, acontecida aqui em Brasília ainda durante o governo Lula, a Cúpula Brasil-África, para discutir economia, acordos bilaterais etc. Esteve aqui presente, à época, o Primeiro-Ministro da Argélia, Bouteflika, que, em seu discurso, fez questão de citar o povo saharai, e indagou qual era a posição brasileira em relação a tudo isso. E o Brasil se silenciou em relação a essa questão.

Então, eu acho que a iniciativa que o Senador Randolfe aqui coloca é muito importante, porque é uma iniciativa do Senado brasileiro, que representa o povo brasileiro. E eu acrescentaria algo mais: que nós pudéssemos também criar mecanismos de pressão, como, por exemplo, uma frente parlamentar mista (Câmara e Senado) de solidariedade à luta do povo saharai. Poderíamos também promover outra audiência pública, já com a presença do nosso Ministério das Relações Exteriores, para que ele diga, de forma clara, qual a posição oficial brasileira. Poderíamos trazer aqui também um assessor da Presidente Dilma, que tem um papel muito importante, o Sr. Marco Aurélio Garcia, para que ele possa falar também sobre essa questão.

São iniciativas que se somam e que podem trazer o tema ao debate brasileiro, tal como trouxemos o Timor-Leste, quando se criou uma rede de solidariedade nacional do povo brasileiro, e não apenas do Executivo ou do Parlamento, mas do povo brasileiro. A gente ouvia nas ruas, por exemplo, as pessoas se referirem ao Timor-Leste como se fosse algo do povo brasileiro. Nós queremos também transformar a luta do povo saharai em uma luta do povo brasileiro. Que cada cidadão e que cada cidadã deste País entendam essa questão e possam transformá-la em um ato solidário, um ato de ajuda.

Eu fiquei extremamente comovida quando percorri os campos e, lá, no meio desses campos, onde todos falam espanhol, de modo que podemos nos comunicar fluentemente, nós ouvimos – meu marido, o Toninho,

e eu, juntamente com a delegação de Deputados brasileiros – quando uma criança nos abordou e exclamou: “Brasil! Ronaldinho!” E, hoje, quando eu liguei a televisão, ouvi de um marroquino exatamente a mesma expressão: “O Ronaldinho Gaúcho vai jogar aqui no Marrocos!”

Então, os povos se unem, os povos têm a mesma intenção, que é a intenção da paz, da solidariedade, da luta social, da integração. E nós poderemos ser aliados de tudo isso; nós poderemos dar esse passo para que o governo brasileiro, como disse o Senador Randolfe, reconheça uma delegação saharauí como representantes aqui em nosso País.

Eu não gostaria, Senador, de presenciar, todas as vezes que o nosso embaixador tem que entrar ou sair de um país, ter que dar explicações; ele é um diplomata e tem que ser reconhecido como tal, representante de uma República que nós reconhecemos e que o nosso País tem que reconhecer de fato.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – MUITÍSSIMO OBRIGADO.

Eu acho que todas as sugestões que estão sendo apresentadas aqui serão encaminhadas na próxima reunião deliberativa da Comissão, para que possamos, no conjunto da Comissão, estabelecer o consenso em torno dessas ideias. Eu acho que é muito importante que nós tenhamos um número maior de parlamentares dispostos a encampar essa luta do povo saharauí.

V. Ex^a tem uma experiência, conheceu o terreno. É verdade que, quando fala da política de relações exteriores do Brasil, mesmo comparada com a ditadura, lá atrás, posso aduzir que, em 1974 ou 1975, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola; depois, a de Moçambique. E não só o reconhecimento da independência, mas a nossa embaixada se fez presente e cooperou muitíssimo com esses países desde a sua independência.

Eu acho, pois, que nós temos de destravar essa política, que impede os avanços da autodeterminação dos povos.

Mas eu gostaria muitíssimo de ouvir os parlamentares marroquinos que aqui estão, até porque faz parte da democracia ouviremos as duas versões. Eu só não sei como proceder, porque eu acho que nós teremos de quebrar aqui o protocolo...

Dos deputados, alguém fala português? (Pausa.)

Apenas francês. E parece que a embaixada não autorizou o tradutor.

Nós podemos fazer o seguinte: eu posso ajudar na tradução, porque, como os senhores e a senhora vieram aqui, não permitiremos que saiam sem se manifestar.

(Fala em francês do Senador João Capiberibe.)

A SR^a AMINA MAELIMINE – (Tradução livre feita pelo Senador João Capiberibe, aguardando posterior tradução por profissional habilitado.) – Bom dia! Eu sou a Deputada Amina Maelimine, da Câmara de Deputados do Marrocos.

Eu agradeço à Comissão de Direitos Humanos por ter organizado esse debate alternativo, que é muito importante.

Trata-se de um tema muito importante a respeito de um conflito que já dura muitos anos entre o Marrocos e a Argélia.

Eu sou membro da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal do Marrocos e sei que é muito importante chegarmos à verdade no que diz respeito ao conflito.

Esse debate alternativo foi organizado e convidaram o Sr. Embaixador Mohamed, que não é Embaixador reconhecido pelo Estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Por favor; eu vou tentar traduzir.

A SR^a AMINA MAELIMINE – (Tradução livre feita pelo Senador João Capiberibe, aguardando posterior tradução por profissional habilitado.) – Ela disse que nós convidamos apenas um lado e nos esquecemos do outro lado do conflito, e isso não é democrático, não é ético e também não é legal, segundo o ponto de vista jurídico que ela manifesta aqui.

Nós estamos aqui, parlamentares marroquinos, para acompanhar o Fórum Mundial de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Por favor, entendam que eu sou o tradutor. Tudo o que ela disser eu sou obrigado a repetir.

A SR^a AMINA MAELIMINE – (Tradução livre feita pelo Senador João Capiberibe, aguardando posterior tradução por profissional habilitado.) – Ela fala que a jornalista visitou a região, fez o relato a partir da visita que fez à região liberada e pergunta se ela já visitou o Marrocos. Essa é a pergunta que ela coloca para a nossa convidada.

Ela convida a jornalista Laura Daudén a visitar o Marrocos por considerar que aquele país evoluiu muito em relação aos direitos humanos. Portanto, convida a jornalista para retornar ao Marrocos, se é que ela nunca esteve lá.

O estado marroquino criou um Conselho de Direitos Humanos, que é reconhecido pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP).– Eu vou pedir aqui a contribuição de uma pessoa que pode nos ajudar na tradução.

Por favor, Tomás! O Sr. Tomás é nosso Assessor no gabinete. Eu acho que ele trabalhará melhor. Contudo, vou estabelecer um tempo.

(Intervenção do Senador João Capiberibe em francês.)

A SRª AMINA MAELIMINE – (Tradução livre, aguardando posterior tradução por profissional habilitado.) – Nós temos um grupo de trabalho. No Marrocos, não temos nada a esconder. Nós convidamos as pessoas para virem conhecer o Marrocos. Nós recebemos grupos de trabalho, repórteres etc. Nós convidamos um grupo de trabalho sobre a detenção arbitrária para visitar as províncias do Saara. Nós também queremos ir até o lado argelino para conhecer a situação dos direitos humanos dos saharauis que estão do outro lado. Infelizmente, não temos condições porque não somos um estado; assim, não temos condições de ir até o outro lado da fronteira.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – (Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª AMINA MAELIMINE – (Tradução livre, aguardando posterior tradução por profissional habilitado.) – Eu convido a todos para irem ao Marrocos para conhecerem essa situação lá. Eu também tenho família lá, que pertence a esse grupo.

Estamos à disposição para montar uma mesa de negociações para tratar desse assunto.

Esperamos a boa vontade do outro grupo para poder vir a esta mesa de negociação para tratar da questão.

Estamos aqui para apoiar o Fórum Mundial de Direitos Humanos.

Obrigada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Estamos aqui com uma dificuldade, não é?

V. Exª tem a palavra, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, na verdade, para uma questão de ordem. Por força regimental, inaugurada, aberta a sessão do Senado ou do Congresso Nacional, qualquer outra reunião ou audiência pública que esteja ocorrendo na Casa tem que ser imediatamente suspensa em função da sessão que está acontecendo.

Por isso, peço aos colegas parlamentares que entendem que, por força do Regimento, já que teve início agora uma sessão do Congresso Nacional, nós estamos sendo chamados para votar. Portanto, o Regimento determina que seja suspensa esta reunião. V. Exª pode suspendê-la, e, terminado a votação no Congresso, nós poderemos retornar a inda hoje, ou, então, em um outro momento retomaremos esta audiência pública.

A SRª AMINA MAELIMINE – (Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Em função do que já foi colocado, ou seja, que somos obrigados a suspender esta reunião porque, em seguida, teremos de estar em plenário, quero dizer que vou suspender esta reunião, que ficará inconclusa, para ser reaberta em uma próxima oportunidade. Aí, então, vamos corrigir a nossa falha, convidando representantes do Marrocos para defender posição junto à próxima Mesa que vamos formar.

Passo a palavra ao Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Perfeito.

Sr. Presidente, inclusive era essa a sugestão que eu faria. Parece-me que desde o primeiro momento houve a disposição para a presença do Marrocos neste debate. E essa disposição continua em aberto, caso haja a disponibilidade da presença da representação marroquina neste debate. Isso, inclusive, melhorará o debate.

A SRª AMINA MAELIMINE – (Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Obrigado a todos vocês.

Eu recebi, aqui, uma lista com nomes de presos e condenados, presos políticos saharauis que estão encarcerados no Marrocos. Peço à Secretaria da Comissão que encaminhe ofício ao Ministério das Relações Exteriores no sentido de solicitar informações a respeito dessa lista de pessoas presas.

De acordo com o Regimento Interno, tenho de suspender esta audiência pública, que terá continuidade em uma próxima oportunidade.

Muito obrigado.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 54 minutos.)

ATA DA 73ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia onze de dezembro de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Rita, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Aníbal Diniz, Roberto Requião, Paulo Davim, Sérgio Petecão, Lídice da Mata, Sérgio Souza, Magno Malta, Gim, Eduardo Lopes e Osvaldo Sobrinho. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação das atas da 68ª a 72ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. O Senhor Senador Eduardo Lopes suscita questão de ordem, exigindo a leitura da Ata, mas não indica o dispositivo regimental, no qual se baseia sua questão de ordem, como determinam os arts. 403 e 404 do RISF, bem como não havia até o momento assinado a lista de presença, razões pelas quais, a Senhora Presidenta indefere a questão de ordem. O Senador Eduardo Suplicy faz encaminhamento no sentido de submeter novamente à votação a dispensa da leitura e aprovação das atas da 68ª a 72ª Reuniões. A Senhora Presidenta informa aos Senhores Senadores as atas que estão sendo apreciadas e acata a sugestão do Senador Eduardo Suplicy. A Senhora Presidenta adverte os Senhores Senadores Eduardo Lopes, Magno Malta e Gim que ainda não assinaram a lista de presença da Reunião e, portanto, não podem votar. Os Senhores Senadores Gim, Magno Malta e Eduardo Lopes assinam a lista de presença. A Senhora Presidenta submete novamente à votação a dispensa da leitura e aprovação das atas da 68ª a 72ª Reuniões, que são dadas por aprovadas, com os votos contrários dos Senhores Senadores Magno Malta, Eduardo Lopes e Gim. O Senador Gim pede a palavra pela ordem e questiona a Senhora Presidenta informando-a da existência de uma tradição da Casa, qual seja, quando um Senador solicita para que seja lida a ata, não pode haver dispensa de sua leitura e, portanto, do ponto de vista do Senhor Senador Gim, somente por unanimidade da concordância dos senhores senadores presentes pode haver a dispensa da leitura da ata e sua aprovação. A Senhora Presidenta informa que a votação das atas, com a dispensa da leitura e aprovação ocorreu na forma regimental e dá prosseguimento aos trabalhos da Reunião, sob os protestos dos Senhores Senadores Gim e Eduardo Lopes. A Senhora Presidenta solicita ao Senador Gim que fundamente seus questionamentos. O Senador Gim informa estar apoiado no art. 412 do RISF e outros três artigos, os quais não especifica. A Senhora Presidenta informa que o art. 412 do RISF trata de “Princípios Gerais do Processo Legislativo”, e solicita ao Senador Gim que especifique os incisos do art. 412 a que se refere. O Senador Gim informa que se fundamenta no inciso terceiro. A Senhora Presidenta lê o dispositivo indicado e informa que não se aplica ao caso tratado, resolvendo assim a questão de ordem. O Senador Gim insiste no argumento, alegando que só por unanimidade pode haver dispensa da leitura da ata, seguido do apoio dos Senadores Eduardo Lopes e Magno Malta. O Senhor Senador Eduardo Lopes suscita questão de ordem, em relação ao descumprimento do art. 111, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, lê o dispositivo citado e questiona a Senhora Presidenta, mais uma vez, que deve haver unanimidade na votação da dispensa da leitura da ata. A Senhora Presidenta concede a palavra ao Senador Humberto Costa. O Senador Humberto Costa faz encaminhamento para que a ata da última reunião seja lida ao final da reunião. A Senhora Presidenta acata o encaminhamento do Senador Humberto Costa e o submete à votação, sendo ele aprovado. O Senador Eduardo Lopes suscita questão de ordem, levantada anteriormente na 68ª Reunião, em relação ao descumprimento do art. 266, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, questionando a Senhora Presidenta acerca do motivo de não ter sido enviado o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, para a Mesa do Senado Federal, uma vez que há requerimento de autoria do Senador Eduardo Lopes para a anexação do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, reforma do Código Penal Brasileiro, conforme ofício SF/2426/2013, de 20 de novembro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal Senador Renan Calheiros. A Senhora Presidente indefere a questão de ordem do Senador Eduardo Lopes, nos termos do art. 407, informando ao Senador Eduardo Lopes que a questão de ordem já está resolvida. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa. Item 1. Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006 – Não Terminativo – Autoria: Deputada Iara Bernardi. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Relatoria: Senador Paulo Paim. Resultado: lido o Relatório, é concedida vista coletiva. Item 2. Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2013 – Não

Terminativo – Autoria: Deputada Nilda Gondim. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre o adotando com deficiência ou doença crônica. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Relatoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ/CDH, ambas de redação. É aprovado requerimento da Comissão, por iniciativa do Senador Paulo Davim, para que o Projeto tramite em regime de urgência (Item extrapauta). Item 3. Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2013 – Não Terminativo – Autoria: Presidente da República. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade. Relatório: Favorável ao Projeto. Relatoria: Senador Eduardo Suplicy. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011 – Terminativo – Autoria: Senadora Angela Portela. Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por *Ad hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011 – Terminativo – Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE. Relatoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009 – Terminativo – Autoria: Senador Raimundo Colombo. Altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Resultado: Adiado. Item 07. Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2012 – Terminativo – Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Relatoria: Senador João Capiberibe. Resultado: lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e votação. Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2011 – Terminativo – Autoria: Senador Humberto Costa. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo “situação de vulnerabilidade temporária” de que trata o seu art. 22. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Relatoria: Senadora Angela Portela. Resultado: Adiado. Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011 – Terminativo – Autoria: Senador Vital do Rêgo. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Relatoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Adiado. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011 – Terminativo – Autoria: Senador Vital do Rêgo. Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Relatoria: Senador Paulo Davim. Resultado: Adiado. Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2011 – Terminativo – Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR. Relatoria: Senador Roberto Requião. Resultado: Adiado. Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011 – Terminativo – Autoria: Senador Gim. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: Adiado. Item 13. Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012 – Terminativo – Autoria: Senadora Angela Portela. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. Relatoria: Senador Humberto Costa. Resultado: Adiado. Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012 – Terminativo – Autoria: Senador Ciro Nogueira. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. Relatório:

Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Relatoria: Senador Gim. Resultado: Adiado. Item 15. Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2012 – Terminativo – Autoria: Senador Eduardo Lopes. Altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, nas condições que especifica, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Relatoria: Senador Paulo Davim. Resultado: lido o relatório, ficam adiadas a discussão e votação. Item 16. Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2009 – Não Terminativo – Autoria: Deputado Sandro Mabel. Obriga a feitura de curso de treinamento para o cargo de Conselheiro Tutelar. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Relatoria: Senador Eduardo Lopes. Resultado: Adiado. Item 17. Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2009 – Não Terminativo – Autoria: Senador Paulo Paim. Estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor oriunda da relação de educação. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Relatoria: Senador Ricardo Ferreira (Substituído por *Ad hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Paulo Davim. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). Item 18. Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2013 – Não Terminativo – Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Dispõe sobre a transferência direta de recursos aos beneficiários do Programa Bolsa Família para aquisição de material escolar. Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro Emendas que apresenta. Relatoria: Senador Anibal Diniz (Substituído por *Ad hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDH. Item 19. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 121, de 2013. Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Requer uma DILIGÊNCIA para discutir o assunto sobre “A Manutenção dos Registros dos Trabalhadores Portuários Avulsos em Rio Grande”. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA. Item 20. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 122, de 2013. Autoria: Senador Paulo Davim e outros. Requer, nos termos do artigo 336, inciso II, c/c o art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2013, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre o adotando com deficiência ou doença crônica. Autoria do PLC 83/2013: Nilda Gondim. Resultado: Aprovado. O Senhor Senador Paulo Davim faz encaminhamento para que a próxima reunião deliberativa desta comissão seja realizada no dia 18 de dezembro, quarta-feira, às 9 horas da manhã, com a inclusão de Projeto de Lei de sua autoria. A Senhora Presidenta acata o encaminhamento do Senador Paulo Davim e convoca os Senhores Senadores e Senadoras, membros, para um esforço concentrado para deliberar todos os projetos terminativos, principalmente os que já foram lidos, a fim de zerar a pauta de 2013. A Senhora Presidenta faz a leitura da ata da 72ª Reunião. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Eduardo Lopes, Magno Malta, Eduardo Suplicy, Gim, Wellington Dias, Humberto Costa, Paulo Paim, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues e Paulo Davim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Tânia Márcia Oliveira de Andrade, Secretária-Adjunta, interina, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 73ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 68ª Reunião à 72ª Reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Presidente, eu quero a leitura da ata. A senhora não consultou o Plenário, só falou.

Eu quero a leitura da ata.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, já foi aprovada a ata.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – A senhora não olhou nem para o Plenário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Questão de ordem.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Já foi aprovada, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Questão de ordem. Questão de ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Negativo, Srª Presidente.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – É assim que será conduzida a sessão?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É sempre dessa forma que eu conduzo.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – A senhora não olhou nem para o Plenário, Srª Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – A senhora falou de cabeça baixa.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – A senhora não olhou para o Plenário.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não olhou para o Plenário. Vai ler a ata sim, Srª Presidente.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Eu quero a leitura da ata.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu já concluí essa fase. Vou passar para a segunda etapa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não concluiu. A senhora nem olhou para o Plenário.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – A senhora não olhou para o Plenário, Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – É assim? No atropelamento?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – É assim que será conduzido o processo?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não, não pode.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Item 1, página...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Presidente, vamos ler a ata.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Trata do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, não terminativo, que altera a Lei nº 7.716...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Questão de ordem não é ouvida?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Está sendo pedida uma questão de ordem, que não está sendo atendida. Isso vai ser levado para a Mesa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... e dá nova redação ao §3º...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, de 2006

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Autoria: Deputada Iara Bernardi

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CAS, CDH e CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Presidente, foi pedida uma questão de ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... com a alteração apresentada em plenário. Eu estou em processo de...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Mas eu pedi uma questão de ordem antes de a senhora começar a leitura, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Relatório. Está sob exame da Comissão de Direitos Humanos....

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não existe questão de ordem?

Eu nunca vi isso.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Isso não existe.

Essa reunião vai ser cancelada. Vai ser anulada.

Nós não aceitamos a aprovação da reunião anterior sem a leitura da ata.

Eu pedi uma questão de ordem que não foi atendida.

(Soa a campainha)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Como não existe questão de ordem, Presidente?

Isso não existe.

Questão de ordem.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – É dessa maneira que vai ser conduzido o processo aqui?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu peço ao Senador Paulo Paim um minuto para que eu possa esclarecer aos Senadores, Senador Magno Malta, Senador Eduardo Lopes, que a questão de ordem será decidida pelo Presidente, com recurso para o plenário, de ofício, ou mediante requerimento que só será aceito se formulado ou apoiado pelo Líder.

O encaminhamento é esse.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Ele não apresentou a questão de ordem ainda.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – V. Exª não me permitiu apresentar a questão de ordem.

Eu pedi a questão de ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Ele pediu questão de ordem, mas não apresentou. Ele precisa apresentar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

(Tumulto no recinto.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidenta Ana Rita, Senador Magno Malta, Senador Eduardo Lopes, vou propor um entendimento.

V. Exª pode ouvir?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Vou tentar ouvir.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidenta Ana Rita, eu proponho a V. Exª que coloque novamente em votação. Nós temos aqui tranquilidade; vamos ver se possamos seguir o exemplo de entendimento de ontem do Presidente Barack Obama e do Presidente Raúl Castro que se deram as mãos, se cumprimentaram em homenagem a Nelson Mandela.

Que possa esse espírito de entendimento caracterizar a nossa reunião hoje, por maiores que sejam as diferenças e as dificuldades.

Proponho a V. Exª que coloque em votação que a leitura da ata seja aprovada por todos. Se houver maioria, daí prosseguiremos e será respeitado o Regimento, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O encaminhamento solicitado pelo Senador Eduardo Suplicy é aceito por esta Presidência.

De acordo com o Regimento, eu consulto os Senadores se deveremos fazer a leitura da ata.

Os Senadores que aprovam a leitura da ata se manifestem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Presidente, pode ouvir?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Só um minutinho, Senador Magno Malta, mas, primeiro, quero entender o encaminhamento do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – É só para colaborar.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Propus que se coloque em votação se se dispensa ou não a leitura da ata.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Entendido, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Presidente, só para colaborar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Ninguém está fazendo favor a ninguém ou pedindo favor a ninguém. É só o cumprimento do Regimento Interno.

Na verdade, quando um Senador pede uma questão de ordem, ela só pode ser deferida ou indeferida depois que ele a formule. Ela não foi formulada. Isso é Regimento Interno.

Então, é preciso dar a palavra para que ele possa formular.

Com relação à ata, nós só queremos seguir o Regimento Interno. A palavra do Senador Suplicy é muito boa, ninguém está pedindo favor a ninguém. É Regimento Interno, só isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Acatando a solicitação feita pelo Senador Eduardo Lopes, com o apoio do Senador Eduardo Suplicy, consulto os membros desta Comissão se na reunião de hoje será dispensada a leitura da ata.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O que nós propusemos, só para ficar claro aqui, porque todo mundo falando ao mesmo tempo confunde.

O que eu propus ao fazer a abertura desta reunião? Propus a dispensa da leitura e a aprovação das atas de 68ª Reunião a 72ª Reunião.

Aqueles que aprovam a dispensa da leitura das referidas atas permaneçam como se encontram.

Eu quero lembrar que o Senador Magno Malta e o Senador Eduardo Lopes... assinaram a lista de presença? Se não assinaram, não podem votar.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Se não assinaram, não podem votar.

Eu peço também silêncio ao plenário. Peço silêncio ao plenário para que nós possamos conduzir esta reunião da melhor maneira possível.

Então, aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Com o voto contrário do Senador Magno Malta, do Senador Eduardo Lopes e do Senador Gim.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Srª Presidente, só um segundinho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Essa é uma tradição que se faz nesta Casa, quando alguém não quer, pode ser dispensada a leitura da ata. Mas, regimentalmente, a senhora colocar para aprovar ou não em plenário. Isso acontece. Se há alguém que tem interesse em conhecer, ter conhecimento do que é a ata, a senhora, por favor, peça para alguém ler a ata, porque não faz sentido. Se não há concordância, tem que ser por unanimidade. A senhora me desculpe. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Já foi votado. Vamos prosseguir.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Peço silêncio ao plenário. Gostaria que as pessoas não se manifestassem, ninguém se manifestasse, a não ser os Senadores e as Senadoras aqui presentes, para que possamos conduzir da melhor maneira possível esta reunião e tenhamos a clareza necessária para poder fazer os encaminhamentos.

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório, com alteração apresentada em plenário.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Srª Presidente, questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É importante dizer que no relatório apresentado pelo Senador Paim houve uma alteração. Então, o relatório que está como anexo é que deverá ser lido neste momento.

Senador Paulo Paim, com a palavra.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Só um segundinho. Só um segundinho, por favor.

Srª Presidente, adoradamente, V. Exª comanda esta reunião. A senhora não comanda o Regimento Interno desta Casa. Eu estou lhe dizendo que eu quero que sejam lidas as atas, porque eu quero que sejam lidas as atas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Já foi votado, Senador Gim.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Não tem isso. Não é votação. Não existe votação para isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Já foi votado.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Como é que eu vou concordar com a ata? Não tem votação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu estou seguindo o Regimento, Senador Gim.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Não, não está. Neste caso específico, não está.

Uma questão de ordem para a senhora. Então, a senhora me responda oficialmente, porque senão vai invalidar esta reunião. O que nós queremos, então, é tão somente ter direito de saber o que foi feito na reunião passada. Isso é regimental. Agora, se todos concordassem em dispensar... A verdade é que não houve essa concordância, Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Gim, já passou por um processo de votação. A maioria aprovou que fosse dispensada a leitura da ata, mas eu vou solicitar à assessoria que coloque sobre a mesa de V. Ex^{as} todas as atas que aqui nós aprovamos – a 68ª a 72ª Reuniões, todas as atas.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Não é assim que funciona. Não faça assim, porque não é correto. Não faça!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu vou passar a palavra ao Relator Paulo Paim para que proceda à leitura do relatório.

Senador Paulo Paim, com a palavra.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Senadora Ana Rita, não conduza dessa forma, porque não funciona dessa forma.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pessoal, eu vou...

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Senador Paulo Paim, o senhor me desculpe mais uma vez. Eu fiz uma questão de ordem à Presidência e ela tem que me responder oficialmente. Não é dessa forma, distribuindo cópia de ata. Não é dessa forma, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Já foi votado, Senador Gim.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – E a questão de ordem que foi solicitada?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Já foi votado e já foi aprovado.

Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu faço a leitura do relatório, depois que a Presidente tomou já a sua decisão.

Relatório. Está sob exame...

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Senador Paulo Paim, deixa só ela me informar oficialmente. Eu estou vendo que a Mesa está informando a ela. Eu preciso de uma informação oficial sua. Eu não concordo. Eu quero saber o que foi lido, o que tem nas atas passadas. Eu tenho que ser informado ou não tenho que ser informado? Essa é a questão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador, eu solicito a V. Ex^a que manifeste a partir de qual artigo o senhor faz esse pedido.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Eu conheço todos de cabeça. Art. 412, inciso III.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Art. 412?

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – E tem mais três artigos. É muito mais fácil ler as atas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Quais são os incisos do art. 412, Senador Gim?

Dos princípios gerais do processo legislativo, quais são os incisos, Senador Gim?

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Todos, Srª Presidente. Todos eles.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Todos eles? Não tem sentido. (Risos.)

Senador Gim, seja mais específico, porque aqui...

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Inciso III, começo com o inciso III.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O inciso III? Qual é o inciso III?

.....
III – impossibilidade de prevalência entre norma regimental, de acordo de liderança ou decisão de Plenário, exceto quando tomada por unanimidade mediante voto nominal, resguardando o quórum mínimo de três quintos dos votos dos membros da Casa.

Sim, o senhor pode esclarecer qual é a preocupação de V. Ex^a?

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Presidente, a minha dúvida...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A orientação que...

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – É o seguinte, a dispensa da ata se dá com a concordância do Plenário. O normal, o correto, o certo é ser feita a leitura de todas as atas de reuniões anteriores. Se a senhora consegue a unanimidade para não ler a ata, é normal. Agora, o correto é ler as atas. O que a senhora está querendo fazer é incorreto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Já foi aprovada a dispensa da leitura das atas, Senador Gim.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Quem aprovou?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Foi aprovado, Senador Gim. Então, não vamos...

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Quem aprovou?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Já foi aprovado. Estou seguindo orientação aqui de quem conhece profundamente o Regimento.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Não, não. Então, não conhece profundamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Já foi aprovada a dispensa da leitura da ata.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não conhece, não.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – E a questão de ordem, Presidente?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não conhece.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Não existe votação para leitura ou não, para dispensa de leitura de ata. É por acordo, unanimidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – V. Exª gostaria de ler qual ata?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – E eu pedi uma questão de ordem e não fui atendido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Srª Presidenta.

Os Srs. Senadores Gim Argello, Eduardo Lopes e Magno Malta estão se esquecendo daquilo que ocorre todos os dias em todas as Comissões. Em todas as Comissões, se começa a reunião com os Presidentes, respectivamente, perguntando: "Se os Senadores estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata"...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Isso é acordo, não é votação.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Normalmente, quando...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Normalmente, quando não há questões...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Normalmente, é feita a votação sim, senhor.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Não, isso não é regra.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É muito raro...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Não existe votação para dispensa de leitura...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exªs não estão dizendo a verdade aqui quando estão a dizer que não se costuma votar isso. Costuma-se votar...

(Tumulto no recinto.)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Quando há acordo. Não há acordo hoje!

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Excepcionalmente, não está havendo acordo.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Nós queremos a leitura da ata.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Excepcionalmente, só os três, em minoria estão querendo, por uma razão que não é de bom senso, inviabilizar a reunião. Então, e é perfeitamente possível que V. Exªs cheguem a um bom senso para o melhor entendimento entre nós. E nós vamos resolver esse assunto em breve.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Srª Presidente, por favor. Conceda, até porque, não sei se posso invocar o art. 14, porque o Senador Suplicy citou meu nome...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Com todo respeito ao Senador Suplicy, ele não precisa alterar a voz para falar comigo, porque não vou ficar com medo.

Olha aqui, como estou cheio de ruga com medo do senhor.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Fora do microfone.) – Eu sei disso. Está bom. O Barack Obama e o Raul Castro já apertaram a mão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Isso mesmo. Eu também, eu também. V. Exª sabe que essa praxe existe quando o assunto tem convergência, não há uma disputa de ideias, de raciocínios, de pensamento, e não é um assunto como esse, um assunto emblemático como esse. E V. Exª sabe perfeitamente que essas coisas ocorrem, mas não estão no Regimento Interno. Aqueles que concordam permaneçam como

estão e estão de cabeça baixa. Mas qualquer um, em qualquer Comissão, no dia em que evocar o que estamos evocando estará plenamente certo. Em qualquer Comissão, em qualquer dia, vai estar plenamente certo, Sr^a Presidente.

Então, dizer ao Senador Suplicy que, porque há uma praxe daquilo que se faz, até atropelando o Regimento Interno, não quer dizer que estejamos errados aqui e estejamos faltando com a verdade. V. Ex^a não poderia ter usado esta palavra, porque eu não estou aqui mentindo. Eu não estou aqui com brincadeira. V. Ex^a tem três ou quatro mandatos aqui, mas eu tenho dois. Eu conheço o Regimento Interno da Casa também. Eu também conheço o Regimento da Casa! E se eu estou questionando a Presidente, ela está no papel dela de magistrada, e eu estou aqui no meu, questionando o Regimento Interno, e não quer dizer que assessor saiba mais do que nós não. Porque os assessores podem dar a interpretação que eles quiserem, para poder salvaguardar a posição dela, mas eu também conheço o Regimento.

Então, V. Ex^a, Senador Suplicy – estou falando com V. Ex^a agora –, quando dá um murro na mesa e parece que é o dono da verdade no que está falando e não é... Eu não estou mentindo. Eu estou evocando o Regimento Interno. Qualquer um pode fazê-lo, em qualquer dia, em qualquer Comissão, relacionado a qualquer assunto que seja do seu interesse. Então, eu não estou criando caso, não estou faltando com o bom senso.

O que é que é bom senso, Senador Suplicy? Bom senso – dá licença – é eu ter capacidade e convicção para defender o que eu acredito. Aliás, eu respeito V. Ex^a porque V. Ex^a tem convicção naquilo que acredita e defende. E V. Ex^a precisa nos respeitar também.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Presidenta...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Questão de ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Há duas pessoas inscritas: o Senador Humberto Costa, o Senador Wellington Dias...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Eu também. Eu tenho uma questão de ordem, art. 111 do Regimento.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Questão de ordem precede às inscrições. Para uma questão de ordem, Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Obrigado, Presidente.

Art. 111 do Regimento Interno: “Os trabalhos das comissões iniciar-se-ão, salvo deliberação em contrário, pela leitura e discussão da ata da reunião anterior, que, se aprovada, será assinada pelo Presidente.”

Então, é essa a questão de ordem.

É como se devem iniciar todas as comissões. Agora, como disse o Senador Suplicy – e aqui invocando o art. 14 também, porque fui citado – isso é acordo. Isso acontece de acordo. Não é regra, não! Quando há unanimidade, a leitura da ata é dispensada. Quando não há unanimidade, ela tem que ser lida, de acordo com o art. 111, que vou repetir: “Os trabalhos das comissões iniciar-se-ão...”

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo, se inscreva... O senhor está inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco União e Força/PRB – RJ) – ... salvo deliberação em contrário, pela leitura e discussão da ata.”

É assim que se iniciam os trabalhos de uma Comissão.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Lopes, Senador Eduardo Suplicy, estão inscritos o Senador Humberto Costa e o Senador Wellington Dias e, logo a seguir, V. Ex^a. Vamos respeitar a ordem de inscrição.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Conseguiria abreviar se informar a V. Ex^a que estou exatamente com a ata da reunião anterior em mãos. Se me permite, eu lerei num instante e resolverá o problema apontado. Eu leio num instante.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu consulto o Senador Humberto Costa se eu posso...

Só um minutinho, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr^a Presidenta, eu quero fazer o meu questionamento exatamente em cima da questão de ordem que foi apresentada pelo Senador Eduardo Lopes. Nós aqui já participamos de inúmeras comissões e nós sabemos, como o Regimento coloca aqui, que não há obrigatoriedade da leitura da ata no início da reunião. Pode ser feita, inclusive...

(Tumulto no recinto.)

Senador, eu gostaria de usar a minha palavra aqui.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador, respeito à palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Se V. Ex^a permitir...

Portanto, o próprio art. 111 diz o seguinte: “Os trabalhos das comissões iniciar-se-ão, salvo deliberação em contrário, pela leitura e discussão da ata da reunião anterior que, se aprovada, será assinada pelo Presidente.”

Portanto, a ata deverá ser lida, mas não obrigatoriamente agora.

O meu encaminhamento é que V. Exª coloque em votação não se a ata será lida ou não, mas em que momento. E a minha sugestão é que ela seja lida ao final desta reunião.

Então, é esse o encaminhamento que eu faço. Nós temos que nos ater ao Regimento, para evitarmos qualquer tipo de questionamento a esta reunião. O questionamento à decisão que a Comissão possa tomar pode ser alvo de um recurso. O direito de todos de se manifestar e defender as suas ideias está garantido.

É esse o encaminhamento que eu faço, com a sugestão de que a ata seja lida e votada ao final da reunião.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É nessa linha. Veja: normalmente, aqui, qualquer um que participa das comissões, o tradicional, o usual é no início da reunião, normalmente se pede a dispensa da leitura da ata e, em seguida, coloca-se em votação e se começa a reunião. Isso é o normal.

A pergunta que eu faço – porque acho um gesto tão simples, qual é o problema de se ler a ata? Nenhum problema. O fato aqui é que, caso se tenha... Porque aqui o que eu entendi: foi votada a dispensa, foi aprovada, por maioria, a dispensa e aprovada, por maioria, a ata. Foi o que entendi aqui da votação.

A pergunta que faço é: se há algum artigo que diga que somente será dispensada a leitura se for por unanimidade. Porque, se for por maioria, já foi resolvido. Aí é passar para o primeiro item da pauta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Não, mas pelo o que foi lido aqui, Senador Magno, não diz que é por unanimidade. Leia para mim, por favor. Eu estou querendo... Eu confesso que não tenho na memória o art. 412. O que ele diz?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A Presidência acata o encaminhamento feito pelo Senador Humberto Costa, e coloco, então, em votação se a leitura da ata deverá ser feita ao final desta reunião.

Quem aprova permaneça como se encontra.

Contrário, com os votos do Senador Petecão, do Senador Magno Malta e do Senador Eduardo Lopes.

Então, ao final desta reunião, será lida a ata da reunião.

Passamos, a seguir, à leitura do item nº 1 da pauta.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – E a questão de ordem, Presidente, que eu solicitei?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está resolvido.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Não, não. É outra questão de ordem, desde o início. Eu pedi a questão de ordem desde o início. Não era essa que eu ia fazer; era outra questão de ordem. Essa foi feita em função do momento. Eu tenho outra questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Por favor, então diga qual é a questão de ordem de V. Exª.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Obrigado.

A questão de ordem é a seguinte – isso foi levado até ao Plenário, semana passada: a senhora usou o art. 89 do Regimento para embasar sua decisão de não atender à solicitação da Mesa quanto ao meu requerimento de apensamento do PLC 122 ao 236 do Código Penal. Usando o art. 89, que diz que “cabe ao Presidente das Comissões ordenar os trabalhos”, em cima disso, a senhora tomou a decisão de não enviar o processado à Mesa, inclusive requerimento este que só foi anexado ao processo na semana passada.

Mas o meu requerimento foi feito dia 20 de novembro. Uma semana depois, então, dia 27 – repito aqui o que falei na semana passada –, encontramos-nos no corredor e eu perguntei a V. Exª sobre o processado, se já tinha sido enviado à Mesa e por que não. A senhora manifestou: “Olha, eu vou ver” – estava até acompanhada da sua assessoria, se não me engano, com aquele rapaz ali. E disse: “Eu vou ver o que está acontecendo.” Passou uma semana, que foi na semana passada, chegamos aqui, a mesma situação: o processado não foi enviado à Mesa.

Na questão de ordem levantada no Plenário, a senhora respondeu da seguinte maneira ao Presidente do Senado Renan Calheiros – : “Como ele consta em pauta...”

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador, seja breve, porque essa questão já está resolvida.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Eu não preciso ser breve. É limitado o meu tempo?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está bem, mas seja breve.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Eu vou fazer minha questão de ordem. Por favor!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Inclusive, eu queria a leitura da ata, porque semana passada foi cortada a minha palavra no meio de uma questão de ordem, e a senhora seguiu em frente, atropelando. Por isso que eu queria ler a ata. Isso está em ata. Eu estava no meio de uma questão de ordem, na semana passada, e fui interrompido, a minha palavra foi cortada no meio de uma questão de ordem, e a reunião seguiu.

Então, é importante eu ler o que a senhora falou em Plenário – estão aqui as notas taquigráficas da sessão da última quarta-feira.

Primeiro, a senhora disse:

Como ele está na pauta, Sr. Presidente, eu apenas vou dizer o seguinte: o processo só será encaminhado à Mesa após a sua votação. Enquanto ele não for votado pela Comissão de Direitos Humanos, eu não vou encaminhá-lo para a Mesa. Faço isso com base no art. 89 e no que outras comissões já tomaram como atitude.

Por exemplo: fiquei sabendo que a CAE, Comissão de Assuntos Econômicos, no dia 31 de outubro, recebeu um ofício da Presidência solicitando o processado de um determinado projeto. O projeto estava na pauta. A CAE votou no dia 11, no dia 13 devolveu o projeto, e, no dia 14, o requerimento foi lido no plenário.

Esse é um procedimento que tem sido adotado por outras comissões. Eu me baseei nesse procedimento e no Regimento Interno.

Resposta do Sr. Presidente do Senado, Renan Calheiros:

Eu queria dizer o que aconteceu em relação à tramitação dessa matéria na CAE não caracteriza um precedente com relação ao processo legislativo do Senado Federal. Quando houve o problema, ato contínuo, tivemos um entendimento dos líderes no Plenário do Senado Federal, o que colaborou com a solução.

Ele continua, palavras do Presidente do Senado:

O art. 89, citado pela Senadora Ana Rita, trata das competências do presidente da comissão, mas ele não trata especificamente do que deve o presidente fazer no caso de um requerimento lícitamente apresentado, regimentalmente apresentado e que, portanto, precisa ser apreciado e submetido à deliberação do Plenário.

Só para encerrar, ele diz:

O art. 266 do Regimento Interno diz o seguinte:

Art. 266. O processo da proposição ficará sobre a mesa durante sua tramitação em Plenário.

É evidente que não vamos obrigar nem determinar que a Senadora Ana Rita mande para o Plenário a matéria, como sugere o art. 266 do Regimento Interno, mas eu posso, com os Srs. Líderes, assumir um compromisso no sentido de adotarmos um procedimento.

Nós vamos marcar para a próxima semana a deliberação sobre a matéria. E, independentemente de a Comissão resolver ou não a matéria, nós vamos apreciar o requerimento. Ou seja, com processado ou sem processado, esse requerimento vai ser votado hoje, no plenário. Vai ser votado hoje, em plenário.

Agora, ficou bem claro que o art. 89, usado por V. Exª como base para decidir não enviar o processo e, na minha opinião, em não cumprimento à ordem da Mesa, porque isso é regimental...

E a minha questão de ordem é a seguinte: eu vejo essa votação, essa leitura prejudicada, porque, se existe um requerimento de apensamento que tem que ser votado pelo Plenário... Como disse o Presidente, o art. 89 permite à Presidenta organizar os trabalhos da Comissão, agora, nunca, jamais superar ou travar ou atrapalhar o processo legislativo.

Então vai para o Plenário. Na minha opinião, está prejudicada essa leitura, está prejudicada essa votação. Nós vamos buscar a anulação desta reunião, caso insistam em votar, porque, primeiro, tem que ser votado o requerimento. A Mesa tem preeminência sobre a leitura e sobre o projeto aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Lopes, esclarecendo então a sua fala, essa é uma questão que já está vencida, conforme V. Exª bem relatou. O Senador Renan Calheiros já vai colocar em votação o requerimento hoje à tarde, independentemente de o processado estar lá.

Então já está vencida a matéria, portanto, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Agora, isso é para registro...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu solicito...

Para registro, claro.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Isso é para registro, porque nós vamos buscar a...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Nós vamos buscar a anulação. E a questão de ordem não foi respondida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tudo bem...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A questão de ordem foi respondida, de que a matéria... Essa questão de ordem já está vencida, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Srª Presidenta, uma questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ela já está vencida, porque houve o encaminhamento por parte do Presidente Renan. Então é uma questão de ordem vencida.

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proceder à leitura do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – O.k.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Relatório.

Está sob exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 122, de 2006, Projeto de Lei nº 5.003/2001 na Casa de origem, de autoria da Deputada Iara Bernardi.

Redigido sob o formato de lei avulsa, o texto original limitava-se a prescrever sanções administrativas às pessoas jurídicas por práticas discriminatórias motivadas por orientação sexual, com base no princípio da igualdade, inscrito no art. 5º da nossa Constituição Federal. Aprovado pela Câmara dos Deputados em 23 de novembro de 2006, sob a forma de substitutivo, o projeto foi submetido à revisão do Senado.

Esse projeto tem formato de lei modificativa de natureza abrangente. Ele pretende alterar a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que cuida de punir crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, para nela inserir punição também aos crimes praticados por discriminação de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Nesse sentido, não só criminaliza diversas condutas como também define o rito de apuração dos atos discriminatórios, amplia os efeitos decorrentes da condenação e altera a CLT e o Código Penal.

No Senado, o projeto inicialmente distribuído ao exame, à pena da CDH e da CCJ, foi também remetido à análise prévia da Comissão de Assuntos Sociais, por força da aprovação de requerimento.

Na CAS, ele foi entregue à relatoria da Senadora Fátima Cleide, instruído por sete audiências públicas e aprovado na forma de um novo substitutivo, que acatou o teor da proposta da Câmara quanto à proibição do preconceito e da discriminação fundados na orientação sexual, na identidade de gênero e nos critérios de sexo e gênero. O substitutivo acolheu, igualmente, a qualificação de injúria derivada da manifestação de preconceitos, mas inovou ao sugerir a criminalização do preconceito e da discriminação, fundados na condição de pessoa idosa ou com deficiência, e ao ampliar o combate à discriminação por procedência nacional ou de origem.

No âmbito da CDH, onde não foi alvo de emendas até o momento, o projeto, que deu ensejo à realização de 12 audiências públicas de instrução, deverá ser ainda examinado pela CCJ.

Análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete, Senador Suplicy, a este Colegiado...

Senador Suplicy, V. Exª aí está atrapalhando a minha leitura. Alguém tem de segurar o celular.

Continuando, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre matéria que trate da garantia e promoção dos direitos humanos, caso específico do PLC 122, de 2006.

Do ponto de vista formal, ele respeita as cláusulas pétreas e o princípio da reserva de iniciativa, materializa-se na espécie adequada de lei e versa sobre matéria afeta à competência legislativa da União e às atribuições dos membros do Congresso Nacional.

Com relação ao mérito, julgamos ser inequívoca a importância da iniciativa da Deputada Iara Bernardi, que encontra amparo na Declaração Universal dos Direitos Humanos, segundo a qual toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei, independentemente de sua cor, etnia, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, idade, credo, origem ou grau de escolaridade, condição física, etc. Afinal de contas, esses são fatores acidentais ou fortuitos, que não se erigem como causa de merecimento ou de desmerecimento intrínseco de ninguém. A intolerância e a discriminação, ancoradas nesses preconceitos desrespeitam a dignidade humana fundamental de todas as pessoas.

Não temos dúvida tampouco da necessidade de coibir a discriminação e de garantir a universalidade do direito à igualdade e à diversidade, pois a discriminação atentatória de direitos, qualquer que seja ela, merece represália social e estatal, devendo ser condenada juridicamente.

Entendemos ainda que a proposta da Câmara foi aperfeiçoada com as diretrizes impostas à matéria no substitutivo apresentado pela CAS após a realização de inúmeras audiências públicas. Pautado nos pressupostos da não discriminação da intervenção penal mínima, da clareza e simplicidade da linguagem e da ampliação do rol dos beneficiários da lei que pune os crimes resultantes de preconceito e discriminação, o substitutivo estende a proteção legal às pessoas idosas ou com deficiência e limita-se a disciplinar as condutas fundamentais para a garantia do respeito à dignidade humana.

Na elaboração do presente relatório para a CDH, buscamos aprofundar essa discussão, construindo uma linha de trabalho na qual a mudança legislativa almejada se volte a combater o ódio, a intolerância e o preconceito contra todas as pessoas, em respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana, da indivisibilidade dos direitos humanos e do recurso à lei penal, em algum caso.

Lembramos, a propósito, que a consciência da indivisibilidade dos direitos humanos está na raiz do combate ao preconceito e à discriminação, que tem sede constitucional no Brasil, amparando-se nos princípios e nas normas que conferem à dignidade da pessoa humana a condição de princípio-base informador da estrutura fundamental de toda a arquitetura da Lei Maior. Não por acaso, já em seu preâmbulo, a Constituição da República faz da tolerância uma de suas marcas definidoras, visto que ancora o Estado democrático de direito “nos valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”. Também, ao enunciar os Princípios Fundamentais (art. 1º), ela indica entre os fundamentos da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político (incisos III e V), tendo este hoje a acepção de respeito e tolerância à diversidade humana. Ademais, assenta, entre os objetivos fundamentais do País, a promoção do bem de todos, “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, IV). Por fim, proclama a igualdade de todos perante a lei (art. 5º, caput); declara invioláveis a intimidade, a vida privada e a honra das pessoas (inciso X); prevê que a lei punirá qualquer forma de discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais (inciso XLII); e condena a prática do racismo, reportando-se a ele como “crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” (inciso XLII).

Senhores e senhoras, diante de tal quadro e considerando que o preconceito e a discriminação serão mais bem enfrentados com a participação e o compromisso de todos. Iniciamos, então, a partir do fim do ano passado, quando Presidente desta Comissão – sabia que era um tema polêmico, como está sendo, e avoqueei para mim a relatoria – uma série de reuniões com diversos segmentos para a construção de um texto que traduzisse o consenso possível – ninguém está dizendo que o texto é consenso – em torno do tema. Essas reuniões possibilitaram efetuar importantes modificações tanto na proposta da Câmara quanto no substitutivo da CAS, resultando num texto construído na fase da participação e da boa vontade, e firmemente calcado no compromisso de produzir a melhor legislação possível.

O substitutivo ora apresentado é fruto dessas discussões e busca concretizar a mínima intervenção legal com a máxima proteção de direitos. Nesse sentido, eliminamos da proposta que me chegou às mãos a remissão ao Código Penal, a fim de garantir a apreciação da matéria de forma independente e exclusiva. Também ampliamos expressões para resolver temores associados a atitudes ofensivas a espaços religiosos – vocês verão quando eu ler o texto – de modo que não somente os templos, mas os eventos religiosos ficam resguardados e podem rejeitar práticas com as quais tenham discordância de natureza doutrinária.

Procuramos, igualmente, conferir mais abrangência aos segmentos protegidos, de maneira a evitar a estigmatização de qualquer grupo social, pois, vale repetir, cuida-se de proteger as pessoas de serem vítimas de preconceitos, do ódio e da intolerância.

Explico aqui rapidamente. Sei que não há concordância de um setor ou de outro, mas quando faço esta mudança, saindo do “templo” para o “evento”, é porque alguém me disse – entendi que havia lógica, e o objetivo é esse – que, junto ao templo, junto, enfim, à sua igreja, ele terá liberdade de dar a sua opinião, mas e, como alguém me disse, “se fizer um evento lá no Gigantinho ou no Maracanã, não terá liberdade?” Por essa razão, nos preocupamos aqui em colocar a palavra “evento”, que amplia muito além o que seria o espaço da igreja ou do templo. Só digo que fiz isso a pedido de setores que me procuraram e pediram que eu colocasse a palavra em todos os eventos. Fiz e assumi a responsabilidade dessa abrangência.

Diante desse esforço político de buscar o acordo e a conciliação, enfrentamos reações ao projeto, de quem o considera exagerado nessa proteção – reações dos religiosos ou da comunidade. Por isso, entendo que o texto é um meio-termo.

Entretanto, não nos parece uma atitude razoável considerar exagerado o combate ao preconceito contra as pessoas em razão de sua cor, etnia, religião, de sua origem, de seu gênero sexual, de sua idade, de sua orientação sexual, de sua condição de pessoa com deficiência.

Enfim senhores, estou indo para os finalmentes.

Estamos convictos de que ninguém perde e todos ganham com o substitutivo ora apresentado. Ele se consubstancia em modificação legislativa que não traz prejuízos de nenhuma ordem a ninguém e ainda é capaz de elevar nosso patamar civilizatório ao incorporar o entendimento de que a vida humana com dignidade pressupõe respeito e de que o combate à discriminação assume destaque num sistema jurídico referenciado nos direitos humanos e nas liberdades públicas.

Ouvimos a todos na busca de um texto que, embora saibamos que não é o ideal – não é o ideal –, fica próximo – próximo, digo eu – à vontade das partes envolvidas nesse debate.

Cito aqui seis alterações que fiz no projeto que veio da Câmara e no projeto da CAS.

A primeira alteração atendeu ao pedido de setores religiosos para que não entrássemos na polêmica da homofobia. Assim eu fiz. Tirei a homofobia, e que ela seja debatida em outro espaço. Meu texto em nenhum momento fala a palavra homofobia.

A segunda alteração, também a pedido dos setores religiosos, é que colocamos no art. 8º do substitutivo ora apresentado, em seu parágrafo único, parte final, “resguardado o respeito devido aos espaços religiosos”, ou seja, resguardando os espaços religiosos quanto à manifestação de afetividade de qualquer pessoa em local público ou privado aberto ao público.

Vem, então, uma terceira alteração, de que falava antes, em complemento à segunda mudança, atendendo a outra sugestão, que seria a terceira dos setores religiosos: a de acrescentar ao parágrafo único do art. 8º, do substitutivo, que citei acima, a palavra “eventos”. Assim o fiz. A redação ficou: “resguardado o respeito devido aos espaços e eventos religiosos”.

Fora do púlpito, os pastores e padres terão toda a liberdade de expressar seu ponto de vista.

A quarta alteração que fizemos e sobre a qual assumimos – em todas – a responsabilidade... Sabemos que – desculpem a expressão – tanto um setor como o outro pode criticar o relatório, mas eu não podia fazer um relatório que, na minha convicção, estava atendendo somente a um setor, e o outro se sentiria totalmente excluído. Ouvindo a todos foi que encaminhei com essa redação. A quarta alteração que fizemos é que colocamos numa única lei todo tipo de preconceito, para que ninguém... Eu escrevi aqui no relatório. Setores religiosos me pediram: “Paim, não vai encaminhar naquela ideia de fazer uma lei específica para a questão da orientação sexual.” Eu digo: “Não. Farei uma lei onde todo tipo de preconceito terá o mesmo tratamento.” E assim fiz, até porque trabalhei na lei de combate ao racismo, e todos sabem, até porque trabalhei na construção do Estatuto da Igualdade Racial, e todos sabem, até porque fui autor da lei de injúria, e todos sabem, até porque fui relator da política de cotas, e todos sabem, então eu tinha esse compromisso. Quero aqui me dirigir à SEPPIR, à Ministra Luiza Bairros, porque havia uma resistência muito grande do movimento negro, que dizia que ia pulverizar se colocássemos tudo numa única lei. Fui conversar com a Ministra, que reuniu seu conselho e, depois de muita conversa, o conselho disse: “Se é para o bem de todos, que todos os preconceitos sejam tratados da mesma forma.” Então, fizemos uma única lei que inclui todo tipo de preconceito.

Assim, a quarta alteração, como eu dizia: todo tipo de preconceito numa única lei, para que ninguém dissesse que tínhamos feito uma lei especial para a orientação sexual, ou seja, todos os discriminados estarão contemplados numa única lei. Aqui repito que agradeço àqueles que assim entenderam.

Fomos para uma quinta alteração ainda no projeto que veio da Câmara e da CAS. A quinta alteração foi que nos pediram que houvesse a preocupação em elaborar uma lei que combata aquilo que consideramos ser unanimidade. Isso eu entendo que é unanimidade. Ninguém, ninguém nesta sala... E fora que eu levantei a voz porque, na verdade, estou homenageando a todos que estão nesta sala. Ninguém nesta sala, ninguém nesta sala, eu tenho certeza, é a favor do ódio. Tenho certeza de que, nesta sala, todos combatem o ódio, combatem a intolerância, combatem a violência de um ser humano contra o outro. Foi nesse sentido que eu pautei a redação do relatório.

E, por fim, a sexta alteração, a última que fiz agora, porque me disseram – e eu sou autor da Lei da Injúria – que, se eu mantivesse o art. 3º, a injúria é tão ampla que qualquer insinuação tende a ser dita: “olha, foi um crime de preconceito, porque disseram que esse menino ou aquela menina, enfim, pela sua orientação sexual, fez isso ou fez aquilo.

Como a injúria é muito ampla, eu tomei a liberdade de retirar o art. 3º. A injúria não entra também neste artigo.

Repito: for fim, a sexta alteração. Após muita discussão, retirei o que se referia à intolerância, ao ódio, ao preconceito contra as pessoas, em respeito à dignidade da pessoa humana e da indivisibilidade dos direitos humanos. Por isso, retiramos do relatório o art. 3º, que alterava o art. 140, § 3º, do Código Penal Brasileiro, que apresentava a seguinte redação:

Parágrafo 3º do art. 140 do Decreto nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Eu estou retirando isso. É só para ficar claro o que eu retirei. Estava no projeto antes divulgado.

§ 3º. Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem, gênero, sexo, orientação sexual, identidade de gênero ou condição de pessoa idosa ou deficiente.

Isso foi retirado para que a injúria não entrasse nesse debate.

Sei que recebi e-mail, recebi telegrama, fui xingado, mas faz parte disso tudo. O homem público tem que ter coragem de expressar o seu ponto de vista sobre aquilo que ele entende que vai na linha do bom senso.

Quando eu retirei, sabia que um setor não gostaria, mas retirei com convicção. Seria uma maneira de avançarmos no entendimento.

Enfim, senhores, assim foi feito. Retiramos do relatório. Essa foi a sexta mudança.

Procuramos avançar num texto que aponte caminhos para a manutenção de direitos e garantias fundamentais.

Permitam-me vocês. O mundo todo está de luto, o mundo todo está em silêncio, mas, ao mesmo tempo, o mundo toca o tambor, o mundo dança ao lembrar a história de Mandela. Todos nós somos mortais, todos nós vamos morrer, e Mandela morreu. Mas ele, com as suas ideias, continuará, eu diria, orientando as nossas vidas. Nelson Mandela, um dos maiores líderes dos últimos tempos, eu diria do último século, lutou sempre, sempre contra todo tipo de preconceito.

Eu só quero usar uma frase dele que entendo que unifica este plenário.

Mandela disse um dia:

Sonho com o dia em que todos, todos se levantarão e compreenderão que foram feitos para viver como irmãos. (Palmas)

Disse Mandela:

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender. E se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto.

Por fim, Mandela disse:

Como é bom, ah como é bom ensinar uma criança a amar; e como é trágico, hediondo querer ensinar uma criança a odiar a outra por puro preconceito. Isso é uma violência contra as duas crianças, tanto a branca quanto a negra.

Agora, tem uma frasezinha que é minha e eu quero que vocês ouçam. E estou terminando. Ao longo desses anos de vida parlamentar e principalmente neste último ano, nunca tratei de um tema tão polêmico. Nunca tratei. Sempre tive um diálogo carinhoso e respeitoso com todos os setores da sociedade: setores da igreja, da CNBB, os setores evangélicos, os setores LGBT. Sempre dialoguei com todos, como dialoguei sempre com todas as centrais, com todas as confederações, sobre os mais variados temas.

Nunca sentei numa cadeira para tratar de um tema tão apaixonante, por posições diferentes, como esse, onde cada um defende o seu ponto de vista. Mas quero dizer para vocês que, ao longo deste ano, ouvi muitas histórias. Contaram-nos – meninos, meninas – histórias que chocam a todos nós. E aqui nem olho para o texto.

Houve, por exemplo, a história de um menino e uma menina... Eu conversei com muita gente que me disse: "Senador, sou pobre e sou discriminado por ser pobre". "Senador, eu sou negro e sou discriminado por ser negro". "Senador, sou discriminado pela minha orientação sexual".

Quantos desses meninos e meninas saíram de casa ainda crianças, expulsos pelos pais, porque não entenderam aquela situação? Foram para as ruas, mudaram de cidade e depois voltaram um dia para suas casas. Ouvindo a história de cada um, confesso a vocês que não tem como a gente não ter uma lei neste País que diga que ninguém pode bater em alguém, ninguém pode assassinar alguém, ninguém pode pregar o ódio contra alguém pela sua visão sexual! E eu sei que neste plenário, aqui, todos têm essa visão. Eu duvido que tenha um pastor que pregue o ódio. Duvido. Eu duvido mesmo que tenha um padre ou um pastor, ou alguém LGBT que fique pregando o ódio porque alguém é pastor!

Eu, por exemplo, todo mundo sabe, acredito em Deus, sou católico apostólico, romano, e tenho filhos evangélicos. E vocês sabem disso. Tenho filhos evangélicos! Mas nem por isso posso deixar de ter uma posição clara, definida. Se eles vão entender ou não, espero que entendam. Eu espero que entendam que fiz o melhor, olhando para o ser humano, independentemente de ser evangélico, católico, independentemente da orientação sexual ou da cor da pele. Eu espero que eles entendam.

Permitam que eu diga isso. Eu estava numa assembleia do sindicato, decisiva para a minha categoria, e meu filho nascia no hospital. Eu pedi para o secretário-geral do sindicato ir ao hospital ver como estava meu filho, porque não estou aqui representando o meu filho, mas os filhos de todo o nosso povo e de toda a nossa gente. Eu tinha que ficar ali na greve, na porta das fábricas, e lá fiquei.

Quando esse meu secretário-geral foi e a enfermeira o recebeu, ela olhou para ele e disse o seguinte: "Olha, tem um problema aqui, o senhor é loiro e o seu filho é negro". Mas eu não me arrependo em nenhum minuto de ter ficado lá, na rua, nas portas de fábrica, e não ter ido ao hospital onde meu filho naquele momento estava nascendo, porque a minha visão não pode ser olhando para esse ou aquele setor com que eu tenha uma relação mais direta, mas sim para o conjunto da sociedade brasileira.

Por tudo isso, ao definirmos por esse substitutivo, vocês podem ter a certeza de que sinto o coração e a alma muito tranquilos, porque estamos fazendo a nossa parte, sempre perseguindo a justiça, a igualdade e a liberdade como direitos de todos e para todos.

Ao longo de nossas vidas aprendemos sempre a nos colocar no lugar do outro – é uma experiência interessante sempre se colocar no lugar do outro –, e assim o fazemos nesse momento, ao lembrar as palavras, por exemplo, do Papa Francisco, quando esteve no Brasil e disse, ao ser perguntado sobre essa questão – eu estava em casa, ele disse isso dentro do avião, eu o ouvi dizer –: “Quem sou eu para julgar a conduta do outro”!

De fato, a norma ora proposta reforça a perspectiva de prevalência dos direitos humanos e condena toda prática atentatória de direitos que tenha por fundamento o ódio e a intolerância por qualquer característica ou condição do ser humano. Ela resulta da compreensão de que não há preconceito ou discriminação que seja menor ou menos prejudicial à integridade e à dignidade humana, porque essas práticas são igualmente lesivas e desumanizantes. Tem por fundamento a dignidade humana e o pluralismo político como conceitos básicos, além de dois princípios que lhe são elementares: a liberdade e a igualdade. A igualdade não implica negação de diferenças, mas pressupõe a garantia da não discriminação. Da mesma forma, a dignidade humana e o pluralismo político, como princípios fundamentais da República, obrigam o Estado a coibir a discriminação e a garantir tolerância, civilidade e imparcialidade de tratamento.

Nesse contexto, cuidamos de elaborar uma regulação de convivência que contemple duas máximas milenares: a liberdade de arbítrio e o respeito ao próximo. É certo que as condutas criminalizadas não tratam da esfera da consciência, mas da esfera da convivência, definindo apenas comportamentos que impliquem lesão a direito alheio. Em consonância com a Lei Maior, o texto que ora propomos almeja proteger a vida, não somente em seu sentido biológico, mas nas relações sociais indispensáveis ao seu desenvolvimento, visto que a discriminação também pode conduzir à morte social. Em suma, com a mínima intervenção no ordenamento jurídico, ele amplia a proteção legal a todas as pessoas, contribuindo para transformar a legislação vigente em poderoso instrumento de afirmação da igualdade fundamental entre os seres e da dignidade da pessoa humana.

Voto.

Diante do exposto, o voto é aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CDH (SUBSTITUTIVO)
ao Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para definir e punir os crimes de ódio e intolerância resultantes de discriminação ou preconceito.

Passo à leitura do substitutivo, que é muito curta.

Art. 1º A ementa da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

Define e pune os crimes de ódio e intolerância resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, origem, gênero, sexo, orientação sexual, identidade de gênero ou condição de pessoa idosa ou com deficiência.

Vou direto ao que diz o art. 2º:

Art. 2º Os arts. 1º, 3º, 4º, 8º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes de ódio e intolerância [...]”

Vejam que repito sempre “ódio e intolerância”:

[...] Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes de ódio e intolerância resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, origem, gênero, sexo, orientação sexual, identidade de gênero ou condição de pessoa idosa ou com deficiência. (NR)

Art.3º
Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação ou preconceito de raça, cor [...].
Repito a mesma coisa.

Art. 4º
§1º Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, origem, gênero, sexo, orientação sexual, identidade de gênero ou condição de pessoa idosa ou com deficiência:
..... (NR)

Art. 8º Impedir o acesso ou recusar atendimento em estabelecimentos comerciais ou locais abertos ao público.

.....
Parágrafo único: Incide na mesma pena quem impedir ou restringir a manifestação de afetividade de qualquer pessoa em local público ou privado aberto ao público, resguardado o respeito devido [...]

Aqui é que entra aquilo que li. Está lá, e tinha que estar aqui:

[...] resguardado o respeito devido aos espaços e eventos religiosos. (NR)

E o art. 20 termina:

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou o preconceito de raça, cor, etnia, religião, origem, gênero, sexo, orientação sexual, identidade de gênero ou condição de pessoa idosa ou com deficiência:
..... (NR)

Esse é o relatório que fiz e encaminho à Comissão para sua aprovação, naturalmente, pelo relatório que aqui fiz...

(Palmas.)

Já vou passar, Presidenta.

Fiz o relatório ouvindo a todos. Repito: sei que não é a lei ideal; foi a lei possível de se construir para apresentar à Comissão de Direitos Humanos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Peço vista, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Coletiva, Srª Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Peço vista.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vista solicitada pelo Senador Magno Malta.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vista coletiva, Senador Humberto Costa...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Coletiva também.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... Senador Capiberibe, Senador Eduardo Supply, Senador Eduardo Lopes.

Vista coletiva.

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campanha.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A reunião continua.

Item nº 2 da pauta, página 58:

Projeto de Lei da Câmara nº...

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES. Fazendo soar a campanha.) – Silêncio!

Item nº 2...

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campanha.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Item nº 2, página 8. Não terminativo.

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990...

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES. Fora do microfone.) – Obrigada, gente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Valeu!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES. Fora do microfone.) – Vou continuar a reunião, se conseguir votar os não terminativos pelo menos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Fora do microfone.) – Ana, foste muito bem. Meu abraço! Foste muito bem, perfeita.

Você foi muito bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. Fora do microfone.) – Tenho que ir para a sessão do João Goulart.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES. Fora do microfone.) – Vou tentar encaminhar alguma coisa aqui ainda, mas...

(Manifestação da plateia.)

(Interrupção do som.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Continuando a reunião, agradecemos, aqui, a colaboração de todos os colegas, Senadores e Senadoras, e vamos continuar com a nossa pauta deliberativa.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, de 2013

– Não terminativo –

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre o adotando com deficiência ou doença crônica.

Autoria: Nilda Gondim

Relatoria: Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vou direto à análise, se V. Exª me permitir.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a CDH opinar sobre o mérito de proposições que envolvam a proteção e a integração social das pessoas com deficiência, bem como a proteção à infância e à juventude, caso específico do PLC 83, de 2013.

É inquestionável o mérito deste projeto, que sugere prioridade de tramitação para os processos de adoção de crianças e de adolescentes com deficiência ou doença crônica, sem descartar ou flexibilizar os procedimentos de salvaguarda dos interesses infanto-juvenis previstos em lei.

Trata-se, de fato, de medida necessária, urgente e oportuna levando-se em conta a realidade desalentadora vivida por esses jovens brasileiros. As crianças com deficiência ou com doenças crônicas somam cerca de dez por cento das oitenta mil que estão nos abrigos à espera da adoção. Sua própria condição faz com que se afastem do perfil buscado pela imensa maioria dos candidatos a pais e mães adotivos: meninas recém-nascidas, sem irmãos, brancas e saudáveis. Tal descompasso aumenta consideravelmente seu tempo de espera por um lar substituto, em média superior a quatro anos.

Se esse tempo já parece excessivamente dilatado para um adulto, ele, sem dúvida, ganha ares de eternidade para a criança.

Srª Presidente, eu posso resumir o relatório, e quero dizer que esse relatório, foi-me pedido muito pelo Senador Vital do Rêgo. É uma iniciativa da mãe do Senador Vital do Rêgo, que apresentou esse projeto como deputada, e que visa simplesmente dizer que as crianças com deficiência terão prioridade, no encaminhamento burocrático, para adoção. Só essa síntese merece o nosso voto, eu diria, com estrelinhas e nota dez tanto para a deputada quanto para o nosso querido Vital do Rêgo, que pediu que a gente relatasse a matéria escrita, no fundo, eu diria, pela sua família, num gesto de grandeza para as pessoas com deficiência.

Esse é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Em discussão, a matéria.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Presidente, antes de comentar esta matéria, eu gostaria de justificar a minha chegada já no finalzinho da leitura do relatório do Senador Paulo Paim, porque eu estava num evento. Fiz o máximo possível para chegar a tempo da votação. Teria chegado em tempo, mas, infelizmente, eu tinha um compromisso. Graças a Deus, cheguei em tempo ainda de votar. Pena que não houve a votação, mas eu ouvi o finalzinho do relatório do Senador Paulo Paim e não sei o que acontece, não sei aonde vamos chegar com tanta admiração por esse nosso querido amigo e Senador Paulo Paim.

Eu o admiro muito, Paim. Eu o admiro demais! Tenho aprendido muito com você, que é um exemplo de Parlamentar. Eu me sinto orgulhoso e cresço sempre com a convivência próxima na nossa Bancada dos Rios Grandes, do Norte e do Sul. Fico muito feliz em tê-lo como amigo.

Voltando à matéria, Sr. Presidente, eu acho de tanta sensibilidade esta matéria, mas de muita sensibilidade! Eu tenho um hábito, Senador Paim, que eu não costumo verbalizar, não costumo dizer para ninguém. Eu tenho o hábito de, nas festividades de final de ano, visitar as creches, visitar os abrigos. Eu ia sempre acompanhado de minha filha, quando ela era pequenininha, mas agora ela está morando em São Paulo. Tenho um filho pequeno, e logo, logo, quando ele tiver condição, vai me fazer companhia nessas visitas que faço.

É impressionante. A gente chega às creches e vê como as crianças com deficiência são relegadas a um segundo plano. Elas nunca são prioridade na adoção, porque quem vai adotar – e é até compreensível isso – quer sempre uma criança bonitinha, saudável. É o sonho de toda a mulher, quando está próxima da maternidade, querer ter um filho saudável. Isso é natural. Por isso mesmo, as crianças com algum tipo de deficiência são relegadas a um segundo plano. Elas sempre são mais ou menos esquecidas no tocante à adoção.

Por isso que eu acho este projeto um projeto de grande alcance social. Eu quero apenas registrar a minha concordância com esta matéria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Não havendo mais quem queria discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com as duas emendas de redação aprovadas na CCJ.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto na forma das Emendas nºs 1 e 2, CCJ e CDH, ambas de redação.

O item nº 3 tem como Relator o Senador Eduardo Suplicy. Ele está vindo? O item nº 4 também é da relatoria do Senador Eduardo Suplicy. O item nº 5, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Eu solicito urgência para esta matéria que acabamos de aprovar para que ela possa ir ao plenário e ser apreciada ainda hoje, que é uma matéria sobre a qual há uma concordância, uma unanimidade. Eu acho que nada mais justo, nessas festividades de final de ano, na festa cristã, fazer um ato concreto do Congresso Nacional, do Senado Federal, aprovando esta matéria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Coloco em votação a solicitação de urgência feita pelo Senador Paulo Davim.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada urgência. Portanto, seguirá diretamente para o plenário.

Eu vou passar para o item nº 7, cujo Relator é o Senador João Capiberibe. Trata-se de um projeto terminativo. Então, será feita apenas a leitura, Senador João Capiberibe, pois não temos quórum presencial para votar o terminativo. Depois, retornaremos à pauta dos não terminativos.

Item nº 7, página 137.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2012

– Terminativo –

Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente.

Autoria: Antonio Carlos Valadares

Relatoria: João Capiberibe

Com a palavra, o Senador João Capiberibe para leitura do relatório.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, em sua justificativa, o autor argumenta que identificou uma lacuna no texto da norma – lacuna esta que traz prejuízos a crianças e adolescentes. Como V.Exª já tinha antecipado, ele altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e acrescenta uma frase que reitera a necessidade de tentar a reinserção das crianças antes da adoção definitiva. Segundo o autor, haveria no texto da lei omissão relativa às tentativas da reinserção da criança ou do adolescente na sua família original, dado que a manutenção não abrange a rigor caso nos quais o adotando já esteja em família substituta sob guarda ou tutela ou tenha sido abandonado.

Não foram apresentadas emendas ao projeto. Na verdade, é um adendo ao ECA.

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre matéria de proteção da infância e da juventude, o que torna regimental o exame do PLS 379, de 2012, por este Colegiado.

Não se observam características inconstitucionais ou injurídicas no texto da proposição, cuja finalidade é tão-somente a de proceder pequena, mas importante alteração, que vai ao encontro do espírito do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Norma Constitucional.

Quanto ao mérito, é correta e justa a proposta. De fato, todo o ECA está voltada à família natural ou extensa e concebe a adoção enquanto recurso extrema. As tentativas de reinserção previstas no PLS 379, de 2012, preenche lacuna por meio da qual o princípio da primazia da família natural ou extensa poderia deixar de ser observada. Portanto, o fato é que a redação do § 1º do art. 39 do ECA recebe bem os reparos propostos.

Mas, antes do voto, eu queria fazer referência sobre o que nós testemunhamos ainda há pouco na leitura do relatório do Senador Paulo Paim, relativa ao Projeto de Lei da Câmara 122. Realmente foi um momento de muita emoção no Plenário desta Comissão. Eu até tenho dificuldade de lembrar, mas eu queria parabenizar a condução da Presidenta Ana Rita, da Senadora Ana Rita, que presidiu com cautela, mas com decisão, porque nós necessitamos fazer avançar os projetos que aqui estão.

Esse projeto já estava aqui há muito tempo e precisava de uma decisão.

É verdade que foi pedido vista, mas retornaremos com esse projeto na semana que vem. E o relatório primoroso do Senador Paulo Paim e não só o relatório primoroso, mas a forma pela qual ele nos apresentou esse relatório, participando ativamente, pessoalmente desse processo, que é um processo que nos enche de dúvidas. Todos nós temos dúvidas. Não é? Qual será o impacto dessa lei no futuro? Mas nós temos uma certeza: que não pode ficar como está. Este País não pode continuar fundamentado no preconceito. Há uma gama enorme de preconceito que precisamos combater. E, para combater, é preciso punir. Entre a dúvida e a certeza, eu fico com a certeza de que nós não podemos permitir que continue do jeito que nós estamos hoje. O Brasil do preconceito tem de dobrar essa página.

Portanto, finalizo aqui dando o meu voto aqui no PLS 379.

Pelo seu caráter de aperfeiçoamento do Estatuto da Criança e do Adolescente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2012.

Era isso, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador João Capiberibe.

Como este projeto é terminativo, nós vamos fazer a discussão e votação na próxima reunião desta Comissão, porque não temos quórum presencial para a votação de projetos terminativos aqui hoje.

Eu retorno ao item nº 3. O Senador Eduardo Suplicy já se encontra presente.

O item nº 3, página 68.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, de 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Eduardo Suplicy

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para leitura do relatório.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidenta, Senadora Ana Rita, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação analisa o Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2013, que busca, por meio de alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente, para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade.

A proposição é de autoria da Presidência da República, que a encaminhou por meio da Mensagem Interministerial (MI) nº 236, datada de 18 de novembro de 2011.

Na Câmara dos Deputados, a proposta foi autuada como Projeto de Lei (PL) nº 2.785, de 2011, e viu-se aprovada em agosto de 2013.

O PLC nº 58, de 2013, pretende alterar os arts. 19, 23, 158, 159 e 161 do ECA para (i) garantir a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas; (ii) estabelecer que a condenação criminal não implica destituição do poder familiar, exceto no caso de crime doloso, punível com reclusão, praticado contra o próprio filho ou filha; (iii) prever que, no caso de procedimento para destituição do poder familiar, a citação do requerido preso será sempre pessoal; (iv) estabelecer que, na hipótese anterior, o oficial de justiça, no momento da citação, deverá perguntar se o requerido deseja a nomeação de um defensor; e (v) determinar que o juiz requisitará a presença para oitiva do pai ou da mãe que estiver privado de liberdade.

De acordo com os argumentos inscritos na MI nº 236, de 2011, que apresenta a proposta, a “iniciativa surgiu a partir da realidade enfrentada por mães privadas de liberdade em relação ao exercício de seu poder familiar”. Segundo a mensagem, muitos pais e mães são destituídos do poder familiar quando presos, por desconhecerem o procedimento pelo qual se dá essa destituição. O projeto amplia, assim, as condições de acesso do preso à Justiça e contribui para a sua reinserção social na medida em que assegura a manutenção dos vínculos familiares.

O projeto recebeu, na Câmara dos Deputados, parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, foi aprovado com emenda da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado daquela Casa.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Na CCJ, o projeto foi aprovado na forma encaminhada pela Câmara. Na CDH, a proposição não recebeu emendas.

Análise.

A matéria aqui analisada está compreendida no âmbito das competências da CDH, à qual cabe, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre os aspectos relativos à garantia e à promoção dos direitos humanos; aos direitos das mulheres; à proteção da família e à proteção à infância e à juventude. Por essa razão, a apreciação da matéria neste colegiado é pertinente.

Conforme observado no parecer da CCJ, não se vislumbra óbices de regimentalidade ou vícios de juridicidade ou de constitucionalidade na proposição. Ela é, ademais, meritória. De fato, muitas são as considerações que apontam para o mérito da proposta. Primeiramente, observe-se que a criança e o adolescente têm seus direitos garantidos pela Constituição Federal, pelo ECA e por outras leis. Segundo essas normas, as crianças têm o direito de serem criadas no seio da família, mas o Estatuto carece de clareza no que respeita à necessidade de manutenção de vínculo delas com os pais encarcerados. Nesse ponto, estamos de acordo com a CCJ, quando aponta que pais, mães e filhos têm direito de manter seus laços afetivos, por meio das visitas periódicas, ainda que aqueles estejam momentaneamente privados de liberdade.

O PLC nº 58, de 2013, também é meritório por buscar a proteção da família: estabelece claramente que a condenação criminal do pai ou da mãe não implica a destituição do poder familiar, exceto, obviamente, quando a vítima do crime é o filho ou a filha.

Observe-se, por fim, que o ECA foi instituído justamente para proteger a criança e o adolescente, buscando meios de garantir seu pleno desenvolvimento. Para que esse desenvolvimento pleno aconteça, contudo, é imprescindível reconhecer a importância, para crianças e adolescentes, do convívio com seus pais e mães. Dessa forma, somente se deve admitir a destituição do poder familiar como consequência da condenação nos casos em que o filho ou a filha seja vítima de crime cometido pelo pai ou pela mãe.

Assim, à luz dos direitos humanos e dos direitos de crianças e adolescentes, a proposta é justa e merecedora de nossa aprovação.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2013 e cumprimos a Presidenta Dilma Rousseff pela feliz iniciativa.

Esse é o parecer, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy. Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que aprova permaneçam como se encontram (Pausa.)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto.

Eu vou solicitar ao Senador Paulo Davim que seja Relator *Ad hoc* do item 17, pág. 356.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, de 2009

– Não Terminativo –

Estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor oriunda da relação de educação.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço (Substituído por *Ad hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senador Paulo Davim

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CE, CDH e terminativo na CCJ.

Como não se encontra presente o Senador Ricardo Ferraço, estou designando o Senador Paulo que faça o relatório como Senador *Ad hoc*.

Senador Paulo Davim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidenta, eu passarei a leitura direto para o mérito.

Tendo o mérito educacional sido apreciado pela CE, cabe à CDH examinar a proposição sob a perspectiva de proteção e promoção dos direitos humanos, bem como dos aspectos pertinentes aos direitos de criança e de adolescentes.

Em decorrência do exercício de suas atividades, os professores estão sendo sujeitos à violência praticadas nas escolas por alunos, por seus pais ou responsáveis ou, ainda, por terceiros, como menciona a justificação do PLS nº 191, de 2009, fundamentada no estudo que já citamos.

Essa violência é motivada muitas vezes pela frustração com notas baixas, pela reação à autoridade com o professor que tenta conter distrações ou confusões no ambiente escolar, ou até mesmo pela pura e simples rebeldia que naturalmente aflora na juventude e pode desencadear atitudes agressivas.

Em razão dessa vulnerabilidade a que estão sujeitos os professores, é compreensível o propósito de criar mecanismos legais que promovam o atendimento de proteção jurisdicional adequado a esses trabalhadores, reconhecida a peculiaridade do risco envolvido na sua atuação profissional.

Contudo, o enfoque excessivamente repressivo do PLS 191, de 2009, alicerçado no trinômio hierarquia, insubmissão e violência, não agrega a perspectiva preventiva nem as estratégias educativas e socializadoras que talvez possa evitar que situações violentas ocorram. E isso transparece na jurisdição da proposição que critica constantemente o Estatuto da Criança e do Adolescente, por suposta proteção excessiva criança e adolescentes agressores, considerados imunes à punição.

Essa concepção nem sequer reconhece a condição de pessoa em formação inerente à infância e adolescência, que fundamenta todo o sistema de aplicação de medidas socioeducativas e a importância da prevalência do valor da educação sobre a punição, sobretudo nessa fase da vida.

A falta da conscientização sobre a importância da educação e sobre o papel que cabe aos seus agentes principais, professores e alunos, é fator muito mais determinante para a violência escolar do que a suposta impunidade trazida pelo ECA.

É preciso compreender que as falhas do sistema de medidas socioeducativas decorrem da sua má aplicação, não da sua concepção.

Os atos violentos de alguns alunos revelam sua incompreensão sobre o papel da escola, dos professores e da educação nas suas vidas. Isso também pode ser creditado, em parte, a falhas da escola em incluir o aluno nas atividades educativas, como agente dotado do maior interesse e de grande responsabilidade nessa relação.

Afinal a construção de um ambiente escolar sadio e apto a preparar os alunos para o exercício de cidadania democrática requer participação consciente e solidária de professor e de aluno, de família e da comunidade.

A ênfase que o PLS nº 191, de 2009, deposita na aplicação de medidas punitivas e repressivas contra os alunos agressores e de proteção policial e judicial aos professores agredidos reforça a percepção de que professores e alunos são antagonistas, e não parceiros, na educação.

Uma abordagem mais construtiva poderia partir de intervenções de cunho pedagógico, psicológico e socializador que possam, por exemplo, abordar diretamente as frustrações e a eventual rebeldia dos alunos, promover a conscientização de professores e alunos acerca da relação de parceria e das suas respectivas responsabilidades no processo educativo, promover uma cultura de paz e, com isso, prevenir a violência. Nesse sentido, é importante contrastar responsabilidade e hierarquia, compreensão e sujeição, e prevenção da violência e sua repressão, sem prejuízo da aplicação de medidas socioeducativas caso haja agressões.

Ainda com relação às medidas socioeducativas, percebemos que a proposta não traz inovações relevantes ao ordenamento jurídico já vigente e, ademais, limita a discricionariedade na aplicação do ECA, o que pode prejudicar a eficácia dos mecanismos socioeducativos nele previstos. Algumas das propostas veiculadas no PLS nº 191, de 2009, são até mais brandas do que determinadas medidas socioeducativas já vigentes. Somados esses fatores, em vez de favorecer a correta aplicação do sistema previsto no ECA, ao aprovar medidas dessa natureza, estaríamos dificultando ainda mais o seu bom funcionamento.

É importante ressaltar que não há quem não se sinta indignado com a violência contra professores. Contudo, a sociedade brasileira superou, a muito custo, o paradigma repressivo do antigo Código de Menores. Com o ECA, abandonamos o foco na violência repressiva, típico de contextos ditatoriais, para investir na educação

para a cidadania, indispensável para a construção do Estado democrático de Direito. Precisamos, afinal, cuidar da formação das novas gerações de cidadãos brasileiros, conscientes de seus direitos e deveres.

Seria uma ironia trágica se, no contexto escolar, preferíssemos reprimir em vez de educar. O clamor de professores por medidas repressivas, citado na justificativa da proposição, pode ser creditado, ao menos em parte, ao notório despreparo de muitos desses profissionais e de gestores escolares para lidar adequadamente com a violência nas escolas. A solução para esse problema deve passar, necessariamente, pela qualificação dos profissionais da educação. Deve, ainda, envolver pais, alunos e educadores, bem como a polícia e a comunidade em torno das escolas, na construção de um ambiente de segurança, de diálogo, de respeito e de paz. Nesse sentido, convém lembrar que o Senado aprovou recentemente o PLS nº 178, de 2009, também de autoria do ilustre Senador Paulo Paim, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para fortalecer a cultura de paz nas escolas e nas comunidades adjacentes.

Feitas essas observações, optamos por lapidar a proposição original extirpando do seu texto os elementos que ensejaram as críticas ora formuladas. Além disso, reformulamos e reorganizamos em seus dispositivos, nos quais vemos potencial para prevenir e coibir a violência escolar, de modo coerente e com o postulado de estabelecer a cultura de paz nas escolas, articulando-a com o citado PLS nº 178.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2009, na forma da seguinte emenda substitutiva.

E ele apresenta, Srª Presidente, as emendas aos arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º – um substitutivo que já consta do material.

Era só, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Davim, como Relator *Ad hoc*.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto na forma da Emenda nº 1-CDH, que é o substitutivo.

O projeto segue para análise da CCJ, em decisão terminativa.

Vou colocar também o item 15 da pauta (pág. 331). Trata-se de projeto terminativo, para leitura do relatório, No entanto, não teremos condições de votá-lo hoje, porque nós não temos quórum presencial.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, de 2012

– Terminativo –

Altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, nas condições que especifica, e dá outras providências.

Autoria: Senador Eduardo Lopes.

Relatoria: Senador Paulo Davim.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

Com a palavra, o Senador Paulo Davim, para leitura do relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidenta, esta matéria já foi discutida na CAS, e como parte dos Senadores que compõem a CDH fazem parte também da CAS, portanto já foi bastante discutida lá, o que me dá o direito de fazer um relato sumário do que propõe essa matéria.

Essa matéria, Srª Presidenta, do Senador Eduardo Lopes, altera o art. 1º e acrescenta o art. 2º-A à Lei 8.899, de 1994, que concede passe livre para aqueles pacientes com deficiência.

Eu acho uma matéria inclusiva, que vem trazer benefícios incomensuráveis. Eu posso atestar isso até por força de ofício. Há muitos pacientes meus que têm outras limitações, ou que fazem algum tipo de tratamento contínuo, que precisam se deslocar para ter acesso às terapias, como é o caso da hemodiálise, ou até mesmo para terem acesso à medicação, pessoas que sofrem de algum tipo de deficiência osteoarticular, que precisam

de sessões regulares de fisioterapia, ou pessoas que, de alguma forma, têm algum tipo de deficiência visual por algum motivo – ou até mesmo as doenças progressivas, que levam à deficiência visual –, que entram num processo de reeducação e que precisam se deslocar. Sem se considerar também que o indivíduo ou o paciente que tem algum tipo de deficiência já sofre um processo natural de exclusão pela sociedade, processo de discriminação da sociedade, processo em que ele sente a dificuldade de estar presente e de viver o dia a dia, o cotidiano de que todos desfrutam.

Portanto, eu acho que, na hora em que se criam instrumentos que facilitem a vida dessas pessoas, creio que tem que ser aprovado. E esta Comissão, tenho absoluta certeza, não vai se opor a nenhum tipo de medida que possa tornar a vida dessas pessoas melhor.

Essas medidas eu comparo ao indivíduo que precisa usar um apoio, uma muleta, ou alguém que precisa usar óculos. Eles estão usando óculos para tornar a vida melhor, para ver melhor. Se eles, por acaso, precisam usar uma muleta, não é porque gostam de usar muleta, é para tentar que a vida deles, com a muleta, se torne melhor do que é sem as muletas, para que ele possa ter uma deambulação melhor, se mobilizem melhor.

Então, um instrumento como esse é um instrumento que tem a mesma função que uma muleta, que óculos. Os três permitirão uma vida melhor às pessoas que precisam deles.

Por isso, eu sou francamente a favor, e o meu relatório foi pela aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

O projeto será discutido e votado na próxima reunião deliberativa.

Vamos para o item 18.

O Senador Relator, Senador Anibal Diniz, não se encontra presente, mas já autorizou – e a definimos – relatoria *Ad hoc*.

Então, vou solicitar ao Senador Paulo Paim que seja o Relator *Ad hoc* do item 18, página 387.

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122, de 2013

– Não terminativo –

Dispõe sobre a transferência direta de recursos aos beneficiários do Programa Bolsa Família para aquisição de material escolar.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro Emendas que apresenta.

Observações: Tramitação: CDH, CE, CAE e terminativo na CAS.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, como Relator *Ad hoc*, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, Senadora Ana Rita, primeiro quero cumprimentá-la pela forma tranquila como dirigiu a reunião no dia de hoje, garantindo a leitura do relatório que nós todos fizemos, de forma coletiva.

Em segundo lugar, quero dizer que este projeto é da Senadora Lúcia Vânia e tem como Relator o Senador Anibal Diniz, que aqui substituo por indicação de V. Exª.

Vou direto à análise.

Cabe a este Colegiado avaliar a proposição sob a ótica dos direitos humanos. Em particular, cabe analisar a proposta no que diz respeito à proteção da infância e da juventude, nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

De início, reconhecemos que o PLS nº 122... É 122 também este?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Também é 122, só que este é um PLS.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Hoje é o dia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Este é um PLS.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De início, reconhecemos...

Eu pensei: vai me fazer relatar de novo? Muita coincidência. É uma coincidência positiva, eu acho.

De início, reconhecemos que o PLS Nº 122, de 2013, é merecedor de nossa acolhida, pois busca estimular a assinatura de convênios que permitirão o acesso de nossas crianças e adolescentes a um dos elementos essenciais ao bom aproveitamento educacional – o material escolar indispensável na sala de aula e em casa.

O projeto, além disso, tem o mérito de buscar a criação de um estímulo ao comércio local, agregando oportunidades de crescimento econômico para as microrregiões, dando início a um círculo virtuoso do qual todos se beneficiam.

Assim, do ponto de vista deste colegiado, que ora avalia esta proposição à luz dos direitos humanos, podemos concluir que a intenção da autora é nobre e meritória, pois busca democratizar o acesso aos materiais escolares, beneficiando milhões de crianças e adolescentes carentes brasileiros.

Contudo, entendemos que são necessários pequenos reparos de redação, para dar uniformidade ao texto, que não pretende obrigar os entes federados a aderirem ao sistema de cartão escolar pretendido, mas que busca estimular as parcerias para sua consecução.

Por essa razão, apresentamos algumas emendas, mas somos favoráveis ao projeto.

Esse é o relatório.

O projeto é totalmente meritório. V. Ex^a, quando leu a ementa, já deixou muito claro que o projeto da Senadora dispõe sobre a transferência direta de recursos aos beneficiários do Programa Bolsa Família para aquisição de material escolar.

Então, com as devidas emendas que o meu amigo Anibal Diniz fez, sou favorável ao projeto.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto com quatro emendas que apresenta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com as Emendas nº 1, 2, 3 e 4, da CDH.

O projeto segue para análise na Comissão de Educação, na Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, na Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Vou passar agora ao item 19, de autoria do Senador Paulo Paim, página 398. É um requerimento.

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 121, de 2013

Requeiro uma DILIGÊNCIA para discutir o assunto sobre “A Manutenção dos Registros dos Trabalhadores Portuários Avulsos em Rio Grande”.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr^a Presidente, na verdade, eu estou pedindo uma autorização a esta Comissão, mais precisamente a V. Ex^a, para que eu possa ir a Rio Grande, no Rio Grande do Sul, ver a situação desses trabalhadores portuários avulsos que estão sendo demitidos sem nenhum direito. Como eles eram avulsos, e agora mudou todo o sistema, eles estão desesperados. Houve uma delegação da cidade, liderada pelo prefeito que é do Partido dos Trabalhadores, no sentido de que eu me dirigisse até lá. Eu disse que teria muito mais representatividade se eu fosse em nome da Comissão. Por isso, eu estou pedindo essa diligência.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O requerimento também é subscrito pelo Senador Paulo Davim. Pergunto a V. Ex^a se também gostaria de se manifestar.

Não?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu quero convidá-lo para ir junto comigo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com certeza.

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Os demais itens da pauta são projetos terminativos. A grande maioria já foi lida. Inclusive, há projetos que foram lidos em 2012 e que ainda não tiveram a oportunidade de ser votado por falta de quórum presencial nesta Comissão. Quanto aos outros projetos terminativos que não foram lidos ainda, os Relatores não estão presentes. Portanto, eles ficarão para a próxima reunião.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 4**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, de 2011****– Terminativo –**

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência.

Autoria: Senadora Angela Portela

Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por *Ad hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR.

Observações:

Tramitação: CDR, e terminativo nesta CDH.

ITEM 5**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2011****– Terminativo –**

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE.

Observações:

Tramitação: CE e terminativo nesta CDH.

ITEM 6**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, de 2009****– Terminativo –**

Altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

Tramitação: CAE e terminativo nesta CDH.

ITEM 8**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 443, de 2011****– Terminativo –**

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo “situação de vulnerabilidade temporária” de que trata o seu art. 22.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, de 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Tramitação: CI e terminativo nesta CDH.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: Terminativo na CDH.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR.

Observações:

Tramitação: CDR e terminativo nesta CDH.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 651, de 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos.

Autoria: Senador Gim

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CE e terminativo nesta CDH.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, de 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes.

Autoria: Senadora Angela Portela

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS.

Observações:

Tramitação: CAS e terminativo nesta CDH.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, de 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

Observações:

Tramitação: CAE e terminativo nesta CDH.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, de 2009

– Não Terminativo –

Obriga a feitura de curso de treinamento para o cargo de Conselheiro Tutelar.

Autoria: Deputado Sandro Mabel

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidenta, está marcada para quarta-feira a próxima reunião da CDH? Ou terça-feira?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Nós podemos definir aqui hoje. Não fizemos a convocação ainda, mas podemos definir se marcaremos uma reunião deliberativa para a próxima semana.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Então, veja bem: eu sugiro que seja quarta-feira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Quarta-feira, no mesmo horário de hoje.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – No mesmo horário de hoje.

Essa comunicação se faz necessária para não ocorrer o que aconteceu comigo hoje, que, inadvertidamente, assumi um compromisso a que não podia faltar, um compromisso sobre saúde, que começou ontem e terminou hoje. Até mesmo ontem, na leitura do relatório final da Subcomissão de Financiamento de Saúde, eu não pude estar presente, porque eu já tinha assumido esse compromisso. Mas, de antemão, já estando marcado, eu já não assumo nenhum compromisso.

Tenho a impressão de que vai ser apreciado de novo o Projeto de Lei nº 122, não é?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, foi pedido vista coletiva. Ele fica para a pauta da próxima reunião.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Pois bem. Então, eu sugiro que – acho que há algumas matérias que já foram lidas – pelo menos três ou quatro matérias precedam à apreciação do 122, porque aí é quórum garantido. Senão...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu gostaria de dialogar com vocês no sentido de vermos o melhor dia, porque, na terça-feira, ao meio-dia, é o horário regimental. Nós não estamos utilizando esse horário, porque é um horário de almoço, mas ele é regimental. Na quarta-feira, são reuniões extraordinárias. Nós tivemos dificuldades em garantir quórum aqui hoje logo cedo para abrir a reunião.

Eu pergunto se mantemos a quarta-feira, da mesma forma, havendo o empenho de todos os colegas Senadores e Senadoras para que tenhamos quórum presencial, justamente para limpar a pauta, porque será a última reunião de 2013. E uma boa parte dos projetos terminativos que têm relatório lido... Por exemplo, o PLS nº 78, do Senador Eduardo Suplicy, foi lido no dia 28 de junho de 2012. O PLS nº 263, de 2011, do Senador Paulo Paim, foi lido no dia 11 de dezembro de 2012. E assim os demais que estão na pauta e que deveriam ser

votados. Então, se for de comum acordo, nós convocamos a próxima reunião para quarta-feira, às 8h30... Talvez às 9 horas, para facilitar a chegada dos Senadores. Vamos marcar às 9 horas?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Perfeito, às 9 horas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Porque nós tivemos dificuldade em garantir quórum hoje às 8h30, porque alguns chegam um pouco mais tarde.

Vamos manter na quarta-feira, às 9 horas da manhã. Que haja quórum imediato para que possamos deliberar sobre essas matérias e não prejudicar a participação dos membros desta Comissão nas demais comissões desta Casa, como é o caso, por exemplo, da CCJ, da Comissão de Educação...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Da CAS.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Da CAS. Por exemplo, hoje, eu tive dificuldade de participar das demais Comissões, porque ficamos a manhã toda aqui e uma boa parte da manhã aguardando quórum para esta reunião.

Então, fazemos um apelo aos colegas Senadores e Senadoras para que pontualmente, na próxima quarta-feira, estejam aqui às 9 horas da manhã, para que possamos prioritariamente deliberar esses projetos que já foram lidos, para que possamos zerar a pauta em 2013 e entrar o ano de 2014 com projetos novos na pauta.

Fazemos este apelo, porque é importante para todos nós e vários desses projetos são de autoria de vários Senadores desta Comissão. E é importante dar prosseguimento a esta pauta.

Obrigada.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidente, eu fiz uma solicitação para incluir um projeto de minha autoria que está com a Senadora Angela Portela, que é a dos andadores. E ficou acertado que, na próxima reunião, ele seria incluído para votação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim. Então, fazemos aqui um apelo para que a Senadora Angela Portela devolva o relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Inclusive, ela disse que já pediu o parecer e tal, que não é terminativo. Eu pensei até que ele poderia ser apreciado hoje.

Agora, veja só o interessante de por que precisamos votar: esta matéria é tão necessária que, esta semana, a justiça do Rio Grande do Sul proibiu a venda de andadores infantis. Esta semana, um juiz do Rio Grande do Sul, Senador Paim, proibiu a venda de andadores.

Ou seja, se esta Casa não legislar, a justiça vai fazer, mais uma vez, o papel dela, porque a justiça foi provocada pela Sociedade Brasileira de Pediatria e o mundo inteiro está fazendo isso; e esta matéria está aqui com dificuldade de avançar não sei por que. Não vou nem dizer por que, mas não está avançando.

Então, é importante e necessário, porque estamos prevenindo os malefícios que este instrumento causa a milhares e milhares de crianças no Brasil. Às vezes, o malefício só nos causa espanto e preocupação quando ele é visível, quando ele choca; mas aquele malefício lento e gradual que, muitas vezes, passa despercebido aos nossos olhos, mas que existe e acontece, não é tão impactante. É esse o caso.

E quero parabenizar a justiça gaúcha, a exemplo do Canadá, dos Estados Unidos, de países da Europa, que foram os Paramentos que tomaram esta decisão. Como a coisa no Brasil está lenta – realmente, os gaúchos são fantásticos –, a justiça gaúcha foi lá e resolveu o problema: proibiu.

Então, precisamos dar celeridade a esta matéria. A justiça gaúcha agiu assim, mas precisamos proteger as outras crianças dos outros Estados brasileiros.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu agradeço os encaminhamentos dados pelo Senador Paulo Davim.

Portanto, então, a próxima reunião deliberativa desta Comissão fica para quarta-feira da próxima semana, às 9 horas da manhã, havendo aqui um esforço concentrado por parte dos colegas Senadores e Senadoras para que possamos, de fato, deliberar sobre todos os projetos terminativos, principalmente os que já foram lidos, para que possamos zerar a pauta de 2013.

Conforme deliberamos no início desta reunião, foi solicitado que fizéssemos a leitura da ata da última reunião da Comissão de Direitos Humanos.

A última reunião da Comissão de Direitos Humanos refere-se à:

Ata da 72ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura realizada no dia 10 de dezembro de 2013, terça-feira, convocada para as 10 horas, na Sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia dez de dezembro de dois mil e treze, no Plenário número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente Senador João Capiberibe, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Ana Rita, João Capiberibe e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor

Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 114 de 2013, aprovado em 04/12/2013, de autoria do Senador João Capiberibe, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: “Debater a situação da República Saharai e apoio à campanha internacional de solidariedade aos povos saharais em decorrência do processo de colonização daquele País, ocasionando 526 desaparecidos e o assassinato de civis por forças militares marroquinas”. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados e convida-os a tomarem lugar à mesa. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Laura Daudén, Jornalista e Co-autora do Livro “Nem Paz Nem Guerra, Três Décadas de Conflito no Saara Ocidental”; Mohamed Laarosi Bahia, Embaixador da República Saharai. O Senhor Presidente franqueia a palavra aos senadores. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra a Ex-Deputada Federal, Maninha (PSOL/DF), e à Deputada do Reino do Marrocos Amina Maelinine. É registrada a presença dos seguintes Deputados do Reino do Marrocos: Ali Yazghi, Samir Belfkih. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: encaminhar ofício ao Executivo Federal acerca da situação de presos políticos no Reino do Marrocos, conforme lista entregue pelo Senhor Mohamed Laarosi Bahia. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores João Capiberibe, Ana Rita e Randolfe Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Tânia Márcia Oliveira de Andrade, Secretária-Adjunta, interina, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Quem assina a presente ata é o Senador João Capiberibe, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Nada mais havendo a declarar, nada mais havendo a discutir, encerro a presente reunião deliberativa da Comissão de Direitos Humanos.

(Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)

ATA DA 74ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 8 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e vinte minutos do dia doze de dezembro de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Rita, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata, e dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy e Osvaldo Sobrinho. O Senador Cristovam Buarque justifica ausência, nos termos do Memorando GSCB Nº 12-269/2013. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 106 de 2013, aprovado em 20/11/2013, de autoria da Senadora Ana Rita, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: “As novas configurações de famílias”. A Senhora Presidenta comunica que esta Audiência Pública tem caráter interativo com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania ([HTTP://bit.ly/CDHNovasFamilias](http://bit.ly/CDHNovasFamilias)) e do Alô Senado (0800 61 22 11). A seguir, a Senhora Presidenta faz suas considerações iniciais e apresenta os senhores convidados e solicita que tomem seus lugares à mesa. A Senhora Presidenta justifica a ausência da convidada Mônica Cuneo, Promotora de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e exhibe vídeo encaminhado pela referida convidada com suas considerações acerca do tema em pauta. A seguir, a Senhora Presidenta passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Laura Castro, Atriz; Cristina Lerosa, Empresária; Gustavo Bernardes, Coordenador de Promoção dos Direitos de LGBTs da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Maria Berenice, Presidenta da Comissão Especial da Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB/RS; Luciano Mariz Maia, Subprocurador-Geral da República; e Marília Serra de Faria, Servidora Pública. A Senhora Laura Castro exhibe três vídeos acerca das novas famílias. A Senhora Presidenta faz a leitura de diversas mensagens recebidas, em virtude do caráter interativo da Reunião. A Senhora Presidenta faz encaminhamento para a TV Senado no sentido de que esta audiência pública seja exibida em vários dias e horários. Em seguida, A Senhora Presidenta concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. A Senhora Presidenta concede a palavra para a estudante Lícia Lara Dantas Barros e para o médico Andrei Moreira. Faz uso da palavra a Senhora Senadora Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quatro minutos, lavrando eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário, eventual, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será

assinada pela Senhora Presidenta e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 74ª Reunião, Extraordinária, da Comissão permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária e da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 106, de 2013, da CDH, de minha autoria, aprovado em 20 de novembro de 2013, para debater o tema “As novas configurações de famílias”.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, pelo link bit.ly/cdhnovasfamilias, conforme aparece na tela, ou pelo Alô Senado, através do número 0800-612211.

Primeiramente, bom dia a todos e a todas, aos nossos convidados aqui de hoje. É um prazer poder recebê-los. Quero já convidá-los para fazer parte aqui da nossa Mesa.

Convido inicialmente **A SRª LAURA CASTRO**, que é atriz e está aqui conosco para contribuir neste debate tão importante.

Seja bem-vinda, Laura. Depois você poderá se apresentar um pouco mais.

Convido também a Cristina Lerosa, empresária que está também aqui contribuindo para este debate e que aceitou o nosso convite.

Muito obrigada, Cristina. Seja bem-vinda.

Convido também a Maria Berenice, Presidenta da Comissão Especial da Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB.

Muito obrigada, Maria Berenice. Prazer em revê-la!

Convido também o Dr. Luciano Mariz Maia, Subprocurador-Geral da República.

Obrigada por ter aceitado o nosso convite, Dr. Luciano. Seja bem-vindo!

Também foi convidado o Dr. Gustavo Bernardes, Coordenador de Promoção dos Direitos de LGBTs da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que deve estar chegando.

Vamos iniciar assim mesmo. Assim que ele chegar, será convidado para compor a Mesa.

Também foi convidada a Srª Mônica Cuneo, Promotora de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Ela teve dificuldade de vir até aqui, a Brasília, mas encaminhou para nós um vídeo com a sua fala.

Então, nós vamos iniciar esta audiência pública com a fala dela.

Antes, porém, eu quero fazer algumas considerações iniciais para que possamos introduzir o tema neste debate de hoje.

A audiência pública de hoje versa sobre as novas famílias. Nela queremos que nossas convidadas e nossos convidados contem suas histórias e nos falem dessas famílias, com novas configurações, em que o amor impera.

Que nos falem de seus filhos, de suas filhas e possam reivindicar para eles o respeito e os direitos que toda criança deve ter: direito a amor, educação, saúde, paz e uma família que lhe dê afeto e segurança.

Segundo o IBGE, há mais de 60 mil famílias homoafetivas no Brasil; mais da metade – 54% – formada por mulheres.

É notória a importância do debate sobre novas configurações familiares no Brasil atual.

Com a aprovação da lei que reconhece a união estável de casais homossexuais, e mais recentemente a regularização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, o avanço da sociedade na concepção de família se faz fato jurídico.

No entanto, a adoção de crianças por casais homossexuais, apesar de possível, ainda não está regulamentada. O reconhecimento de dupla maternidade ou dupla paternidade também não. Apesar de haver jurisprudência, os processos demandam contratação de advogados e podem envolver altos custos, além do tempo e do desgaste, para garantir o que é da criança por direito: um registro que seja correspondente à sua origem e que lhe dê todos os direitos legais de proteção sob a guarda de seus pais ou de suas mães.

O tema, aliás, ultrapassa largamente as fronteiras nacionais. A questão está na ordem do dia na Europa, na América Latina e nos Estados Unidos, com novas leis e amplas manifestações contrárias e a favor.

O tema também não é tão novo. Histórias revelam configurações familiares de décadas. O termo “novas famílias” busca trazer a imagem das novas configurações que se revelam e fazer o contraponto para contestar abordagens tendentes a desabonar e a agredir gratuitamente.

Tenho certeza de que todos e todas são contra quem prega o ódio, contra quem semeia a discórdia, contra quem usa o nome de religiões para discriminar e segregar. Todos e todas somos a favor do bem, da paz, dos direitos civis e do respeito. Temos que lutar por uma nova escala de valores. Crianças não devem ser alvo de discriminação e bullying, praticado até mesmo por outras crianças por conta de preconceitos de qualquer espécie que lhes são incutidos.

A sociedade brasileira precisa de mais informação e de educação para que se aprenda a conviver com as diferenças e a reconhecer as semelhanças.

A audiência pública de hoje será uma ação fundamental nessa direção, com o objetivo de combater a ignorância e, conseqüentemente, o preconceito.

Eu faço essas considerações iniciais porque a Comissão de Direitos Humanos entende que é um espaço importante de debate sobre os temas principalmente que afetam os direitos da pessoa humana. Então, debater essa configuração de novas famílias é uma realidade para a qual nós não podemos fechar os olhos. É uma realidade que, de fato, se concretiza no dia a dia, cada vez mais.

A Comissão de Direitos Humanos tem o papel e a missão de contribuir para criar uma consciência nas pessoas de compreender melhor essa realidade nova, que é uma realidade não tão nova, mas cujo debate é novo, na verdade. E é um debate que ainda não ganhou espaços na sociedade para que possamos, de fato, aprofundar, conhecer e entender essa nova realidade.

Então, a Comissão de Direitos Humanos se coloca nessa posição como um espaço de reflexão, de debate, de conhecimento, de aprendizagem com relação a essa questão.

É com prazer que recebo todas e todos vocês para esta audiência pública.

Vamos, então, abrir este debate assistindo ao vídeo da Sr^a Mônica Cuneo, Promotora de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que aceitou o nosso convite, mas não pôde estar presente pessoalmente e encaminhou sua fala por vídeo. Então, vamos ouvir primeiro a Mônica e, posteriormente, passaremos para os demais membros aqui da nossa Mesa.

A SR^a MÔNICA RODRIGUES CUNEO – (Em vídeo.) Bom dia a todos. Vou falar um pouco sobre a constitucionalidade do casamento homoafetivo. Antes, porém, é preciso que eu me apresente. Meu nome é Mônica Rodrigues Cuneo, sou Promotora de Justiça do Rio de Janeiro, atualmente titular da Promotoria de Justiça de Família de Cabo Frio; estou no Ministério Público há 18 anos, sou especialista na área de Infância e Juventude, tendo concluído, em 2006, uma pós-graduação pela Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul, apresentando como tema de monografia “Os Efeitos da Institucionalização Prolongada em Crianças”; sou membro de honra da Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica de Porto Alegre; sou casada com Renata Granha, advogada, professora universitária. Casei com ela este ano, após um longo período de união, aproximadamente 23 anos. Temos dois filhos: Gabriel, com 5 anos, e Júlia, com 3 anos. Ambos foram biologicamente gerados por mim, através de um procedimento denominado FIV (fertilização in vitro), com sêmen de doador anônimo. Tanto o Gabriel quanto a Júlia são registrados em nosso nome, meu e da Renata, após um processo de adoção. Espero que daqui algum tempo já não seja mais necessário esse recurso de se ingressar com um processo de adoção e que filhos de casais homoafetivos nascidos durante a constância da união gozem também da presunção do estado de filiação, assim como os filhos de casais heteroafetivos. Caso isso venha a acontecer – esperamos que aconteça em um futuro próximo –, já poderá ser feito o registro direto da criança em nome do casal.

Foi com grande alegria que recebi o convite da Marília para participar deste encontro, que reputo ser de grande relevância social. Peço desculpas por não ter podido comparecer pessoalmente, em razão de compromissos já assumidos anteriormente. Agradeço a presença de todos vocês que aqui estão emprestando seus olhos, seus ouvidos, seus sentidos.

Muitos são os assuntos que gravitam em torno do tema “Novas Configurações Familiares”; todos, seguramente, de capital importância. Escolhi abordar, ainda que em breves linhas, a constitucionalidade do casamento homoafetivo porque percebi, ao longo da minha vida pessoal e profissional, que esse elementar direito, que diz respeito única e exclusivamente a como cada um de nós deseja estruturar a sua relação afetiva, vem sendo sistematicamente negado a casais homoafetivos, sob os mais pífios argumentos.

Vivemos em uma sociedade heterocentrada, ou seja, que se organiza através de uma heteronormatividade compulsória. O que isso significa? Significa dizer que a heterossexualidade é o padrão normativo de normalidade. Mas vejam, não é possível reduzir relacionamentos sociais e afetivos e projetos de compartilhamento de vidas a um rol exaustivo, a fórmulas preconcebidas e tidas como um dogma. Como dizia Drummond, “as leis não bastam; os lírios não nascem das leis”. E, assim como os lírios não nascem das leis, o sujeito feito de carne, ossos e coração possui seus anseios, possui suas necessidades e, nessa condição de indivíduo único, concreto,

real que é, deve ser colocado no centro do ordenamento jurídico e receber do Direito a tutela que lhe garanta dignidade plena e assegure afetividade aos seus desejos e convicções.

O Direito é que deve servir ao homem e é uma perspectiva de reconhecimento do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e respeito à igualdade, respeito à liberdade; não é o homem que deve se curvar às interpretações dogmáticas da lei. Sentimentos não são dogmáticos.

Aqui não falo apenas de sentimentos. Quero lembrar que vivemos em um Estado democrático de direito que, constantemente, exige de nós, independentemente de nossa visão de mundo, que repensemos conceitos e ideias preconcebidas que muitas vezes nos parecem tão óbvias, mas tão óbvias, que por parecerem tão óbvias não nos conduzem a qualquer tipo de reflexão, o que pode até parecer bastante cômodo. Mas, como já dizia Lya Luft, “pensar é transgredir”.

Nesse contexto é que devemos ir além e superar as interpretações, digamos assim, invertidas da Constituição, pois devemos interpretar o Código Civil de acordo com a Constituição; não é a Constituição que deve ser interpretada de acordo com o Código Civil.

Hoje em dia fala-se muito em repersonalização do Direito de Família. O que significa isso? Significa superar a leitura essencialmente patrimonialista das relações familiares. Por isso hoje falamos em constitucionalização do Direito Civil – e isso não é mera escolha, isso não é opção.

Devemos estar atentos à pluralidade de arranjos familiares e conjugais existentes hoje em dia em nossa sociedade, incorporando-os ao nosso ordenamento jurídico, dotando-os de visibilidade jurídica, reconhecendo que a intimidade de cada sujeito e a sua aspiração à felicidade na busca da organização familiar que mais lhe aprouver merecem, sim, proteção estatal.

Dispõe a Constituição Federal, em seu art. 1º, que todos nós conhecemos: “A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos, dentre outros, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.” A mesma Constituição que elegeu a dignidade da pessoa humana como um dos seus fundamentos declarou que “o Brasil tem como objetivos fundamentais a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, bem como promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Isso está lá no art. 3º, incisos I e IV, da Constituição.

Estabelece, ainda, a Constituição, em seu art. 5º, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade e à igualdade”. E o que é igualdade? Igualdade não é permissividade; não é um “vamos liberar geral”, um “oba-oba”. Não. Estamos aqui falando de igualdade como princípio constitucional; estamos tratando aqui de uma igualdade formal e material, substancial. Imagina-se que, em um Estado democrático de direito como o nosso, efetivador dos direitos humanos, busca-se uma igualdade perante os bens da vida, diversa daquela apenas formalizada perante a lei.

Essa busca por uma igualdade substancial nos faz lembrar a “Oração aos Moços”, de Ruy Barbosa, que, inspirado na secular lição de Aristóteles, ensinou que “devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades”.

Pergunto: em se tratando de casais homoafetivos e seu acesso a direitos, notadamente o direito ao casamento, o que justifica um tratamento jurídico diferenciado?

Vejam, não estamos falando aqui das naturais diferenças entre homens e mulheres – que existem, lógico! – e que justificam, em alguns casos, as diferenças de tratamento expressamente consignadas no texto constitucional. Nem estamos falando da política de cotas que, apesar de polêmica, tem como objetivo garantir o acesso de minorias ao ensino superior. Estamos falando de um sentimento legítimo entre duas pessoas que se amam e ao qual, por aspectos unicamente morais, calcados em uma visão tradicionalista, deixa-se de reconhecer juridicidade.

Muitos poderiam dizer, para justificar o tratamento jurídico diferenciado, que não há lei específica sobre o tema. É verdade. Não há lei específica sobre o tema. Mas acontece que a ausência de lei específica sobre o tema não implica ausência de direito, pois existem mecanismos legais para suprir essas lacunas. Aprendemos isso lá nos primórdios do curso de Direito. Em caso de lacuna, devemos aplicar a analogia, os costumes e os princípios gerais do Direito, de acordo com o que estabelece o art. 4º da Lei de Introdução ao Código Civil.

Em outras palavras, a omissão do legislador não serve de fundamento para que se deixe de reconhecer a existência de direitos. Negar o reconhecimento e proteção jurídica a diferentes formas de manifestação do afeto significa, em última análise, estigmatizar sentimentos e as pessoas portadoras desses sentimentos, evidenciando que tais pessoas possuem um atributo que as torna diferentes das demais pessoas, os ditos “normais”, podemos assim dizer. Por meio do estigma, essas pessoas são inseridas em uma categoria estereotipada, tida como menos desejável e, talvez por isso, menos merecedora das mesmas oportunidades de exercício da cidadania, seguindo uma leitura tradicional de interpretação e, por que não dizer, até mesmo preconceituosa da Constituição.

Muitas vezes – e isso é triste, muito triste! –, diante do histórico de negativas de direitos, o estigma se instala no indivíduo de tal forma que inflige sobre ele uma influência desacreditadora tão cruel, tão cruel, que o sujeito estigmatizado acaba sendo alijado do acesso ao exercício desses direitos e internaliza o seu estigma. E, para lograr aceitação social – porque, é claro, ninguém quer ser rejeitado –, prefere manter em segredo a sua orientação sexual, temendo que a revelação traga ruptura de relações sociais, de relações familiares construídas ao longo de anos.

Bem, a despeito das diferenças entre os sujeitos, todos são merecedores de igual proteção jurídica. Se eu sou heterossexual e você homossexual, ou vice-versa; se eu sou homossexual e você heterossexual, e desejamos, cada um com as suas escolhas, eleger como projeto de vida diferentes configurações afetivas, não há necessidade de que eu ceda para que você se afirme. Não há. Se somos diferentes em nossas escolhas, devemos ser igualmente respeitados, porque somos cidadãos iguais em direitos e merecedores da mesma proteção estatal. E, certamente, tanto eu como você desejamos que os nossos direitos sejam reconhecidos, garantidos e respeitados não só na esfera particular, mas também em âmbito público.

Vivemos em uma sociedade plural – não podemos esquecer isso –, em que as relações entre pessoas do mesmo sexo são, sim, uma realidade. Eu não diria uma realidade cada vez maior, mas sim uma realidade cada vez mais visível, e nós devemos aprender a respeitar e a lidar com isso, reconhecendo, de uma vez por todas, que tais relações devem adentrar o campo jurídico, devem ser incorporadas ao moderno Direito de Família, simplesmente sabe por quê? Porque são relações de cunho familiar.

Pensar de outra forma significa conferir um status inferiorizante, eu diria, às relações homoafetivas. Reconhecer a possibilidade de união estável entre pessoas do mesmo sexo, mas não reconhecer o casamento, conduz a uma diferença que é apenas tolerada, mas não é aceita. E nós não queremos tolerância; nós buscamos, sim, a aceitação.

Mas o que é o casamento? Para os manuais de Direito o casamento costuma ser definido como a união entre um homem e uma mulher. Tal definição, que não consta de nenhuma lei, não encontra previsão na Constituição da República nem no Código Civil, é fruto de um entendimento enraizado da tradição jurídica nacional, sendo visto como um conceito fechado, sem possibilidade de discussão.

A literatura enfatiza que o descumprimento do quesito “diversidade de sexos” não acarreta sequer a nulidade ou anulação do casamento, que não teria nenhuma significação jurídica. Ele é tido simplesmente como inexistente. Tal posicionamento é adotado por alguns doutrinadores, que incorrem em uma visão dogmática segundo a qual a diversidade de sexos dos celebrantes do casamento se apresenta como um verdadeiro tabu, não cabendo contestá-la ou a ela opor qualquer alternativa.

Vejam, o Direito Civil sofreu e vem sofrendo transformações ao longo dos anos, impulsionado por essas ideias de que falei de constitucionalização, de repersonalização. Durante essa travessia, o afeto vivido por casais homoafetivos aprisionados em guetos, eu diria, e relegados ao plano da invisibilidade finalmente saiu do armário. Casais homoafetivos, assim como os casais heteroafetivos, devem ter direito à escolha de como querem estruturar os seus relacionamentos de forma igualitária. É muito simples! O que querem? Querem viver na solteirice? Querem um mero namoro? Querem estruturar a sua vida por meio do casamento? Ou querem simplesmente viver numa união estável? Todos têm esse direito à escolha. A negativa imposta a casais homoafetivos de optarem pela forma de proteção e regulamentação que desejam assumir para o seu relacionamento, para as suas vidas é que, a meu ver, se revela inconstitucional. Não se pode invocar aspectos relacionados à orientação sexual para se impedir o acesso a direitos.

Não é demais lembrar que vivemos em um Estado laico, ou seja, não podemos invocar argumentos de ordem religiosa para impedir o acesso a direitos. Talvez também não seja demais lembrar que o Direito deve servir como terreno jurídico para a sobrepujança das discriminações, e não para ajudar a perpetuar essas discriminações.

As relações familiares contemporâneas encontram o seu fundamento na afetividade, fazendo emergir daí um novo conceito de família. Por isso que nós dizemos que, à medida que o patrimônio vem perdendo importância, a pessoa vem sendo valorizada. Isso é o que se denomina repersonalização ou despatrimonialização do Direito Civil. A base – podemos dizer isso hoje com segurança – da família moderna é o afeto. Atualmente o afeto ganhou o status de principal ingrediente das relações familiares. O afeto hoje desempenha um relevante papel jurídico. Assim, todas as relações ligadas por laços afetivos merecem ser reconhecidas como relações familiares, a despeito da existência ou não de um vínculo entre um homem e uma mulher, ou da diferença entre o sexo dos sujeitos na relação.

Hoje nós temos vários tipos de família: famílias monoparentais, famílias recompostas, famílias tradicionais, famílias homoafetivas, unipessoais, etc. A família contemporânea não guarda mais um único modelo para se expressar – isso é um fato e é, nesse contexto, que a questão da necessidade do reconhecimento das uni-

ões contínuas públicas e duradouras entre pessoas do mesmo sexo acabou sendo levada ao Supremo Tribunal Federal, que, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277, em 5 de maio de 2011, por votação unânime – todos os Ministros votaram, portanto, da mesma forma –, reconheceu a possibilidade de união estável homoafetiva, dando ao art. 1.723 do Código Civil de 2002 interpretação conforme a Constituição.

Tal julgamento, nos termos do art. 102, §2º, da nossa Constituição Federal possui eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. Não se pode, com base em mero preconceito, ainda que disfarçado – ainda que disfarçado! –, fechar os olhos a tais uniões, que, baseadas no amor, no afeto e na relação de confiança entre os conviventes, constituem verdadeira entidade familiar, merecedora de proteção constitucional, da mesma forma que as denominadas heterossexuais. É inegável que a ausência de respaldo jurídico a tal realidade social já causou e ainda vem causando inúmeros prejuízos e injustiças.

Contudo, aparentemente rompendo todo esse contexto de ênfase no princípio da igualdade, a Constituição, ao mencionar a união estável, no seu art. 223, §3º, assim se pronunciou, vejam: “É reconhecida a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar a sua conversão em casamento.” A Constituição fala em união estável entre homem e mulher, mas não indica que ela é reconhecida apenas entre homem e mulher, porque o vocábulo “apenas” não está escrito, sendo o princípio geral de direito que as restrições de direito devem ser sempre explícitas, expressas, sendo vedadas proibições implícitas. Nessa esteira, também, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.183.378, com origem no Rio Grande do Sul, admitiu o casamento entre pessoas do mesmo sexo, ressaltando a necessidade de se adequar o significado de família e do próprio instituto do casamento aos tempos modernos, objetivando conferir às uniões homoafetivas e às uniões heteroafetivas um tratamento uniforme, porque, onde há a mesma razão, deve haver a mesma disposição – princípio secular do Direito também – e, já que as uniões homoafetivas não recebiam, em todas as unidades da Federação, igual tratamento: cada juiz decidia de um jeito, havendo, portanto, ofensa ao princípio da segurança jurídica.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou, em 14 de maio de 2013, a Resolução nº 175, que uniformizou o tratamento da questão em todo o território nacional. De acordo com a Resolução nº 175 do CNJ, é vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou da conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo. Ainda assim, devemos tomar cuidado com os conservadores de plantão, eles estão por toda parte e, sob os mais pífios argumentos, buscam ainda, a todo custo, impedir o acesso às justas causas das minorias.

Há muito ainda para se dizer, mas preciso encerrar, até mesmo para não cansá-los. E quero concluir, dizendo o seguinte, que, para uma efetiva inclusão, é necessário o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo, que não se reduz apenas à possibilidade do desfrute dos direitos associados ao matrimônio – tais como, utilização do nome do parceiro, direitos sucessórios, inclusão em planos previdenciários e de saúde como dependentes, esses já amplamente deferidos, digamos assim – a casais homoafetivos, mas, sim, ao reconhecimento público de que tal relação possui o mesmo status que uma relação formada por casais heteroafetivos, inexistindo, portanto, uma motivação lógico-racional que justifique a discriminação de uniões homoafetivas em relação às uniões heteroafetivas. Conclui-se que se afigura inconstitucional o não reconhecimento do casamento civil e da união estável de casais homoafetivos, além de constituir uma posição arbitrária, ilegal, inaceitável.

Nosso dever como cidadãos de um Estado que se diz democrático de direito e como operadores do Direito e servos da Constituição é lutar pelo respeito às diferenças, a fim de que os casais homoafetivos tenham seus direitos assegurados, tal qual os heteroafetivos, pois o direito à igualdade somente se realiza com plenitude, se é garantido o direito à diferença. E quem melhor do que Fernando Pessoa, um dos maiores poetas da língua portuguesa, para falar sobre as nossas diferenças? E ele diz: “O amor é que é essencial. O sexo é só um acidente. Pode ser igual. Ou diferente. O homem não é um animal: É uma carne inteligente.”

Espero que, daqui a alguns anos – 10 ou 20, não importa – esse assunto já esteja superado. Espero sinceramente, que seja incorporado às nossas práticas jurídicas cotidianas e não seja nem mais interessante como tema de palestra. Assim, somente assim, teremos finalmente evoluído como ser humano, como sociedade, como democracia, como País.

Mais uma vez, obrigada pelo convite! Um abraço afetuoso a todos. Um bom dia!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Agradecemos aqui à Drª Mônica Cuneo, que, gentilmente, gravou esse vídeo, mediante a impossibilidade de estar presente, e que é Promotora de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Então, ela traz a sua experiência de vida, o seu conhecimento jurídico sobre o tema, que muito nos ajudou na reflexão sobre o assunto – agradecemos profundamente à Drª Mônica.

Antes de conceder a palavra para o próximo convidado, quero aqui reforçar novamente para quem está nos acompanhando pela TV Senado o tema de debate desta audiência pública, trata-se das novas configura-

ções de famílias. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo, por meio do Portal e-Cidadania, o link é bit.ly/cdhnovasfamilias, e também pelo Alô Senado, através do número 0800-612211. Algumas questões já chegaram para nós, porque esta audiência pública também foi divulgada com certa antecedência, e as pessoas já começaram a se manifestar.

Então, vou ler já alguns comentários para poder, se possível, a Mesa aqui também se reportar a eles – são algumas afirmações, são perguntas. Então, vou fazer a leitura de todos eles que chegaram até agora.

Há um comentário de Anna, de 6 de dezembro de 2013: “É preciso criar um programa de esclarecimento sobre o tema para orientar professores e os Creas, os Cras, as Assistências Sociais de todo o Brasil.”

Há outro comentário do Carlos, também do dia 6 de dezembro, que fala:

É importante levar à sociedade o conhecimento de que a família não é a perfeita, apregoadada por certos parlamentares religiosos. A família é algo muito peculiar e diverso umas das outras. Quanto antes difundir-se esse conhecimento, melhor para a boa convivência social no respeito.

Também há uma pergunta da Vanessa, ela encaminhou no dia 10 de dezembro:

Num país tão grande como o nosso, faz-se necessário contemplar as diferentes formações familiares existentes. Minha pergunta diante disso é: Para isso é necessário desconstruir a família chamada tradicional?

Então, ela faz esta pergunta.

Também a própria Vanessa encaminha uma consideração: “Temos falado tanto contra o preconceito. Minha pergunta é: desconstruir o conceito de ‘família tradicional’ não é semear o mesmo preconceito contra o qual temos lutado tanto?”

Acho que é importante os nossos convidados se manifestarem.

Também há um comentário de Eduardo, do dia 11 de dezembro:

Impor o termo gênero sem que a sociedade brasileira conheça o seu inteiro teor configura uma atitude antidemocrática e anticonstitucional. Sua inclusão no PLC nº 122 e no Plano Nacional de Educação afeta diretamente a família na forma como foi definida na Constituição de 1988.

Também há uma pergunta da Gyslaynne Palmerino:

Definição de família não é somente pai, mãe e filhos. Existem outras formações familiares hoje em nossa sociedade: pai solteiro, mãe solteira, avós, duas mães, dois pais. Essa é nossa realidade e tem que ser dado valor familiar às novas configurações!

Também do Eduardo Ribeiro de Sá:

Não se trata de ódio ou preconceito, como relatou o Senador Paulo Paim, mas de trazer a público a discussão com suas possíveis consequências, pois trata-se de um trabalho de desconstrução da instituição familiar tradicional a longo prazo e não representa toda a sociedade civil.

Então, são essas questões que já chegaram. Assim que chegarem novas questões, novas perguntas, faremos aqui a leitura.

Dessa forma, concedo, então, a palavra à Laura Castro, que é atriz, produtora cultural e dramaturga. Laura, vamos acertar aqui um tempo de 15 minutos e, se houver necessidade, vamos prorrogar por mais 5 minutos.

A SRª LAURA CASTRO – Está ótimo!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E há lá um painel que vai marcar o tempo, só para vocês ficarem atentos.

A SRª LAURA CASTRO – Está ótimo! Muito obrigada!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E a campanha vai tocar 1 minuto antes de concluir o seu tempo. Está bom?

A SRª LAURA CASTRO – Está bom, como no Oscar, não é? (Risos.)

Muito obrigada! Obrigada pelo convite, obrigada a todos os presentes, especialmente à Senadora Ana Rita, por abrir esse espaço de discussão tão importante. Fiquei feliz, na verdade, porque já existem alguns comentários e algumas coisas que podemos trocar e responder para a sociedade civil que está acompanhando esse debate, principalmente porque acho que um dos grandes passos muito importantes, para se combater o preconceito, no que se refere a esse tema, é a informação. Acho que ainda existe uma ignorância muito grande em relação a esse tema e até me incluo.

De poucos anos para cá, eu vim me informando, até por motivos pessoais, na minha própria história de vida. Vou-me apresentar um pouquinho melhor, porque aí, mais para a frente, vamos respondendo um pouquinho a meu jeito as perguntas que foram feitas. E posso explicar um pouco melhor o que eu tenho feito no sentido de tentar criar, justamente, debates e trazer informação e luz sobre essas chamadas novas configurações familiares.

Como afirmou a Senadora Ana Rita, sou atriz, produtora cultural, dramaturga, e trabalhei especificamente com infância durante um longo tempo – por 6 anos, fui Diretora de Produção do Centro de Referência Cultura e Infância no Rio de Janeiro, que tem direção artística da Karen Acioly e um trabalho formidável para os pequenos.

Na verdade, não sou casada, vivo em união estável com a Marta Nóbrega há 14 anos. Nós temos três filhos: a Clarissa, com 4 anos e meio; a Rosa, com 3 anos e meio; e o José, com 1 ano e meio. Cada um deles veio de uma forma diferente, bem como planejávamos no início, a Marta engravidou a primeira vez, tivemos a Rosa; depois, eu engravidei do José; e, por fim, nós adotamos a Clarissa, que chegou já maiorzinha e é a nossa filha mais velha – então, ela chegou completando o trio.

Todos são registrados no nosso nome e agradeço, no caso, o trabalho da Dr^a Maria Berenice, que tem aberto caminho para isso acontecer. Agradeço também à própria Mônica e à Renata, fico emocionada vendo o relato da Mônica, porque ela, como Promotora, mais a sua companheira Renata, como Advogada, pela própria experiência pessoal que elas têm, também desbravaram importantes caminhos no Direito. E a Renata, especificamente, foi nossa advogada e garantiu o registro dos nossos filhos.

Então, quando escuto a Mônica falar, eu me emociono, porque uma coisa que para a maioria das pessoas seria normal – a criança vai nascer, vai ser registrada, fato – para nós foi uma batalha. E o dia em que eu vi o meu nome na certidão da Rosa, da nossa primeira filha, foi um dos dias mais emocionantes da minha vida – não tanto quanto o nascimento dela, mas, sem dúvida, um reconhecimento mais do que fundamental na minha vida!

E, acompanhando o movimento que vem acontecendo no Direito através de pessoas como a Dr^a Maria Berenice, e o movimento até da Renata Granha, nossa advogada, comecei a pensar o que eu, dentro do meu campo de atuação, poderia fazer, no intuito de dar a minha parte para buscar trazer informação e combater o preconceito existente não só pelos meus filhos, mas pelos filhos de todo o mundo..., porque eu acho que, quanto mais essas crianças de hoje viverem uma sociedade mais esclarecida, mais capaz de lidar com as diferenças, mais vão ser pessoas melhores no futuro. Pensando nisso, comecei a discutir sobre os espaços da questão novas configurações familiares na mídia de um modo geral – na televisão, no teatro, no cinema.

E isso deve ser discutido de forma bastante responsável, porque os personagens homossexuais sempre existiram, mas daí a serem tratados fora do estereótipo que se tem do que é uma pessoa homossexual, com informações aprofundadas da realidade das famílias homoafetivas, isso já não é uma coisa tão fácil de ser vista, e eu acredito que é muito importante de ser vista. E, nesse processo, uma primeira coisa que eu queria mostrar um pouquinho é, junto com o Diretor João Jardim – Diretor de cinema e de televisão, até com uma indicação ao Oscar pelo filme “Lixo extraordinário”, de direção dele –, ele concebeu e eu fiz a pesquisa, justamente, de conteúdo de um primeiro programa que abordasse as consideradas novas famílias, que foi chamado justamente de “Novas famílias” na sua primeira temporada.

Agora, estamos trabalhando na segunda temporada dele. E já não se chama mais “Novas famílias”, ele se chama “Família: família”, o que acho que já foi um passo – já é a segunda temporada –, é uma passo adiante do que pensávamos em termos de apresentar essas famílias para a sociedade. E não se tratava, exclusivamente, de famílias homoafetivas, mas também de famílias monoparentais, de filhos criados só pelo pai, só pela mãe, de filhos de diversos casamentos que vivem todos juntos na mesma casa, da relação que se tem hoje de a mãe ter um filho, o marido dela tem outro filho, vivem juntos. São irmãos? Muitas vezes acham que sim. E não temos nem nome para lidar com isso. Qual é o nome desses dois irmãos? Não temos um nome. Tem um enteado, não tem nem nome. Então, tem muitas configurações contemporâneas que, hoje, são extremamente comuns, estão na vida de todo mundo, mas ainda não pensamos, suficientemente, sobre elas.

Antes de mostrar um pouquinho a abordagem que fizemos para tratar desse tema, eu queria deixar bem claro, para as perguntas que foram feitas, que não se trata, de maneira nenhuma, de tirar espaço da chamada família tradicional. A família tradicional está sendo referida como uma família formada por homem, mulher e seus respectivos filhos. Isso existiu e sempre existirá. Isso significa tornar digna dos mesmos direitos, e também por que não da sua forma tradicional, famílias formadas de outras maneiras, podendo, justamente, seguir o afeto das pessoas.

Desde o divórcio já se começa a quebrar essa chamada família tradicional, não para que ela não exista mais, mas para que as pessoas possam viver os seus afetos de forma verdadeira e com isso criar um ambiente, inclusive, muito saudável para os seus filhos. Se imaginarmos quando o divórcio era impossível, a pessoa tinha que viver junto o resto da vida, mesmo odiando aquele ser humano do seu lado, isso era muito difícil para a família toda, inclusive para as crianças frutos daquela união. Então, quando se traz a possibilidade de viver conforme você se sente, traz a possibilidade e o direito à felicidade para a família de um modo geral, para o casal, os filhos, o indivíduo.

Nesse programa Novas Famílias, fiz toda a pesquisa, entrevistei várias pessoas, mas quando começamos a gravar eu engravidei do nosso segundo filho. Ai o João Jardim me fez uma proposta de fazer um piloto com a nossa família, que ficou bacana e esse episódio foi ao ar.

Então, vou mostrar – acho que é um minuto e meio – um pouquinho desse programa, que apresenta melhor a nossa família e fala sobre as possibilidades de abordagem desse tema publicamente.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª LAURA CASTRO – Agora, estou vendo ali o tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pode ficar tranquila.

A SRª LAURA CASTRO – Vou mostrar o segundo trecho, que mostra a certidão de nascimento dela. Acho que é importante. Não sei se todo mundo já viu uma certidão com o nome de duas mães.

Esse é o José.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª LAURA CASTRO – Bom, estamos super sem tempo. Vou tentar encurtar um pouquinho o que eu iria falar.

Eu iria ainda apresentar um trechinho de outro trabalho, que foi justamente um espetáculo de teatro que desenvolvi, que até foi apresentado aqui em Brasília, no Centro Cultural Banco do Brasil, chamado Aos Nossos Filhos, e que acho interessante ser discutido aqui na Comissão de Direitos Humanos. Na verdade, fui chamada para discuti-lo na Universidade de Michigan, justamente no departamento de direitos humanos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Soa a campanha.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A senhora tem cinco minutos. Pode falar.

A SRª LAURA CASTRO – Obrigada.

Ele trazia a discussão de uma mãe e uma filha. A mãe, uma pessoa dos anos 60, que lutou contra a ditadura militar no Brasil, teve três casamentos, filhos em dois casamentos, uma mulher bastante revolucionária. E a filha é homossexual, casada há 15 anos com uma mesma mulher. Ela chega, então, para contar para essa mãe que ela vai ter um filho, mas que esse filho está na barriga da companheira. A partir disso, essas duas mulheres vão ter que lidar com os seus próprios preconceitos. Quer dizer, para essa mãe, a princípio, estaria tudo bem, mas profundamente não está tudo bem. Ela não consegue, com facilidade, entender que esse filho é seu neto. E, ao mesmo tempo, essa filha, que vem de uma família tão aberta, vai revelar os seus próprios preconceitos em relação às escolhas da mãe, os muitos casamentos que ela teve, as muitas viagens que ela teve que fazer, os divórcios pelos quais ela teve que passar. É um espetáculo sobre preconceito, sobre as limitações dessas duas mulheres, mas que, de alguma forma, vão encontrar a comunicação a partir dessa criança que vem, dessa terceira geração que vai chegar na família.

Isso foi uma coisa muito discutida, porque trazia toda a questão da memória da ditadura militar no Brasil, dessa geração dos anos 60, junto com as questões das famílias e dos direitos homoafetivos. Esse combinado de reflexão sobre o preconceito, as revoluções na família tem tido um retorno tão bacana, que agora estamos transformando num longa metragem, que vai ser protagonizado pela Marieta Severo, no ano que vem. Com isso, fico muito feliz de ampliar o alcance dessa discussão.

O meu ponto com isso tudo aqui – apresentei alguns trabalhos que venho fazendo – é para falar do estímulo necessário, acredito eu, ao espaço para debate, para visibilidade das novas configurações familiares. Da mesma forma que existe estímulo para se falar das questões raciais, por exemplo, que se tenha personagens negros na televisão que não estejam fazendo a empregada, nem os escravos, acho que é também necessário um estímulo à questão da diversidade sexual e das famílias homoafetivas para o grande público, para que isso seja falado com responsabilidade, tenha um alcance e gere informação, empatia com o público em geral.

Correndo contra o tempo, só vou finalizar, mudando um minutinho de assunto para falar um pouco, respondendo à pergunta da primeira pessoa que fez sobre orientação nas escolas, orientação para os assistentes sociais. Vou falar do Grupo Noos, que é um grupo de terapia formado por psiquiatras, psicólogos, no Rio de Janeiro, que começou a desenvolver um trabalho voluntário com famílias homoafetivas, para dar suporte de troca e suporte emocional para essas famílias. Agora, pretende expandir esse trabalho também nas escolas, com os assistentes sociais, criando uma rede de apoio para as famílias homoafetivas. Eu mesma fiz parte desse grupo. Foi muito importante para mim.

Eles me mandaram um breve documento para ser lido aqui. Temos dois minutos, é o tempo para eu ler o documento, para encerrarmos. Atualmente, essas maquininhas têm tudo, então, o documento está aqui. Vou ler o documento do Noos, buscando estimular que haja mais iniciativas como essa e que haja estímulo a esse tipo de iniciativa, que até o momento é uma iniciativa absolutamente voluntária:

Considerando o aumento da visibilidade de famílias constituídas por casais homossexuais, o Instituto Noos, organização da sociedade civil do Rio de Janeiro, que trabalha com famílias a partir de uma perspectiva sistêmica, criou um espaço de conversa e convivência que possibilita a troca de experiências e a construção de novas perspectivas ao exercício da paternidade e maternidade nessas famílias.

Nosso objetivo é refletir em grupo sobre as diferentes formas de famílias homoparentais e as barreiras de ordem prática, social e emocional encontradas pelos casais quando da constituição dessa filiação.

Trabalhamos as motivações e expectativas em relação à paternidade e maternidade, a relação dos casais com suas famílias de origem e com o meio social, as dúvidas relativas a direitos legais...

(Soa a campainha.)

A SRª LAURA CASTRO – ... e as tecnologias de reprodução assistida e adoções, a dificuldade da transição de casal para casal parental, a sexualidade, assim como outros temas.

Dessa maneira, os grupos vêm preencher uma lacuna na oferta de iniciativas voltadas para famílias homoafetivas. Grande parte dos trabalhos desenvolvidos para pessoas LGBT ainda não privilegiam o tema da constituição de vínculos familiares e os desafios decorrentes dessas escolhas no mundo contemporâneo.

Esse trabalho vem sendo realizado de forma voluntária por profissionais do Instituto e os resultados alcançados, até o momento, asseguram a necessidade de criação de espaços como este e de formação profissionais que possam replicar essa iniciativa em outras partes do País.

Para mais informações visite o site www.noos.org.br.

Bom, é isso.

Muito obrigada pela oportunidade de discutir um pouquinho esse tema.

Muito obrigada, Senadora Ana Rita e a todos aqui presentes.

Bom dia. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Laura, atriz, produtora cultural e dramaturga, que trouxe a sua experiência e também contribuiu com esse debate através do trabalho que produz.

Com certeza, quem nos acompanha pôde perceber o quanto é importante essa discussão. E a forma como você trata do tema, de uma forma muito tranquila, bem natural. É dessa forma que deveremos continuar tratando – não é?

Quero agora passar a palavra para Cristina Lerosa, empresária.

Cristina, se você quiser se apresentar um pouco mais, é importante. Eu só tenho esse dado aqui, mas se puder falar mais sobre você é importante.

A SRª CRISTINA LEROSA – Com certeza.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada pela presença.

A SRª CRISTINA LEROSA – Bom dia a todos.

Obrigada, Senadora, pela oportunidade. Parabéns pela iniciativa, que é muito importante para nós. É animador que hoje estejamos numa discussão como essa.

Tenho 54 anos, sou paulistana, mas há 20 anos moro em Águas da Prata, uma cidadezinha de sete mil habitantes.

Eu sempre fui assumida, nunca escondia a minha condição. Fui eleita a primeira vereadora de uma cidade de sete mil habitantes, tremendamente preconceituosa contra a mulher, contra pessoas de fora, então, imaginem, contra os gays. Mas, por algum motivo, as pessoas começaram a enxergar que eu era algo além de homossexual. Isso eu acho muito importante. É como se diz aqui: o conhecimento da coisa é desmistificar isso. Tirar essa coisa da parte sexual da cabeça de todo mundo.

Mas, pela minha idade, vivenciei os tempos duros. Se você fosse pega de mão dada com uma namorada, num lugar ou se escapasse alguma coisa que desse visibilidade da sua condição, você poderia até ser presa, poderia apanhar na rua e passar toda sorte de constrangimentos.

Então, tenho visto nesses anos todos, que eu coloco uns 30 anos, uma evolução tremenda. Hoje, as pessoas realmente saíram do armário. As pessoas se escondiam muito, e com razão, porque era uma temeridade naquela época.

Desde sempre desejei ser e ter uma família. Sou descendente de italianos. Um italiano sem família é nada. Como que eu não poderia ter a minha família? Então, vivi minha vida. Mudei para essa cidade pequena.

Sou empresária de turismo e também produtora rural de produtos orgânicos e vivo minha vida numa fazenda. Aos 43 anos, conheci uma moça bem mais jovem do que eu e estamos juntas há 11 anos. Há dois anos sempre pensávamos em constituir família, mas, para mim, era um sonho muito distante. Aquele sonho de juventude era muito distante, não havia a possibilidade de se pensar em constituir uma família na idade em que eu deveria constituir uma família.

Então, resolvemos ter a coragem. Precisei de duas vezes de coragem. Primeiro, formar uma família em uma cidade pequena, num momento como esse, que não é fácil para ninguém. As minhas amigas sabem o quanto é difícil lutar contra o preconceito e proteger nossos filhos do preconceito. Mas tomei coragem e tivemos, há dois anos, a Catarina, que eu digo que é a minha “filheta”. Tenho filha com neta, porque realmente a minha idade já era para ter netos. Foi a coisa mais maravilhosa que aconteceu. Depois de muito tempo tentando – foi muito difícil a Sandra engravidar –, conseguimos. Hoje, a Catarina está com dois anos de idade, dando-nos uma alegria imensa. E Sandra está grávida agora de gêmeos, para concluir a nossa formação familiar.

Na nossa cidade, eu consegui começar passar essa coisa de família. Catarina foi muito bem recebida. Recebemos no nascimento dela, via Facebook, cumprimentos de pessoas da cidade que eu jamais imaginaria. Hoje ela é quase uma celebridade na cidade. É engraçado, porque as pessoas querem chegar perto e tocar. Será que é diferente? Tem alguma coisa diferente? As pessoas até pedem: A gente pode tocar? Pode tocar.

Então, o que falta é educação, informação, visibilidade para desmistificar essa coisa da família esquisita, como se algo feio tivesse nos movido a formar essa família ou se quiséssemos imitar a heteronormatividade. Somos movidos puramente amor. É a vontade de amar, esse amor incondicional, o único amor incondicional que existe, que é o amor aos filhos.

Hoje, vejo a luta pelo casamento. Eu não me casei ainda. Pretendo me casar. Temos essa união estável, temos em documento. A Dr^a Maria Berenice que conseguiu a adoção da Catarina para mim. Hoje, a Catarina legalmente é minha filha.

É muito estranho termos que adotar o próprio filho. Um filho de uma família homoafetiva não é uma acidente sexual. Os nossos filhos não aparecem de uma relação sexual, desejados ou não. Nossos filhos são tremendamente planejados. Digo que um filho de uma família homoafetiva já vive lá em cima. Os nossos filhos já estão lá em cima. A gente só fica correndo atrás de um corpinho para que ele seja uma realidade. Na verdade, eles já existem no momento em que começamos a planejar, a desejar, a escolher nomes, a pensar no quarto, a pensar em tudo o que envolve a beleza e a sacralidade da formação de uma família, porque eu acredito que exista a sacralidade na família, apesar de, se algum religioso mais bravo me escutar, talvez falar: “Nossa, é uma blasfêmia!”. Não. É amor o que nos une. É amor o que nos faz buscar ter filhos, ter uma família, formar uma família.

Acredito que nós sejamos até mais firmes e mais preocupadas com a educação do que a maior parte das outras famílias, porque os nossos filhos têm por obrigação ser melhores, já que eles serão julgados. O filho de uma família hétero, se cometer alguma coisa: “É um garoto mal-educado, olhem só, não teve educação!”. Agora, se os nossos fizerem alguma coisa, vão dizer: “Olhem aí, estão vendo? É filho de duas mulheres ou filho de dois homens”. Então, isso nós temos que desmistificar e somente pela educação.

Eu creio que o momento agora é de lutar por direitos. Nós não estamos brigando mais pelo direito de andar de mão dada na rua, ou de casar, ou de viver com quem nós queremos, ou de nos deitarmos com quem queremos, porque isso é uma coisa que desde sempre era autorizado, simplesmente não era discutido. Hoje entraram crianças na história.

Então, não podemos mais esperar bancadas evangélicas ou pressão de outros religiosos, esperar que eles façam alguma coisa, ou que eles permitam, ou que eles parem de lutar pelo que eles acham que é o direito deles de impedir os nossos direitos. Isto para mim soa muito estranho: uma pessoa se achar no direito de lutar para impedir o direito do outro, porque nós não fazemos mal nenhum. Eu não creio que a nossa existência, a existência de nossas famílias possa causar algum prejuízo à existência das famílias ditas normais. O que é normal? Eu conheço um monte de família, todo mundo tem família... Eu vim de uma família hétero, certinha. Nós tínhamos os nossos problemas, meus pais se separaram. Eu sou de uma época em que ter uma amiga filha de desquitados eu não podia. Eu era proibida, diziam, porque a mãe não prestava.

Então, pela minha idade, eu consegui ver toda essa evolução de costumes, essa evolução de direitos e essa desmistificação de umas coisas bobas que seguram o ser humano, impedem o ser humano de ser feliz. A única coisa que eles conseguem é isso. Tudo o que está sendo postergado simplesmente posterga a nossa condição de ser feliz, porque eles não estão conseguindo outra coisa. O mundo está andando, está caminhando e as coisas estão aí.

Eu acho que nós temos que pressionar e por isto eu fiquei animada com esta audiência: porque existe no Legislativo gente muito interessada e sensível ao nosso problema. Nós estamos tratando de crianças. Se um pastor vai à televisão e fala uma barbaridade a respeito de um relacionamento ou do casamento gay, como eles dizem, e uma criança está assistindo, no dia seguinte ela vai chegar à escola e talvez falar para a minha filha que ela é um monstro, que ela é alguma coisa que veio... Que só Deus, como eu escutei! Até mandei um e-mail para a Dr^a Berenice de tão furiosa que eu fiquei ao escutar a fala do Pr. Malafaia, em que ele dizia que não sabia o que essas crianças dariam no futuro e que o mundo aguardasse que isso teria uma resposta, que seria dada uma resposta, como quem diz: “Olhem a barbaridade que vocês estão permitindo”, como se os nossos filhos pu-

dessem virar alguma coisa de danoso à sociedade. Pelo contrário. Eu acho que a gente tem mais preocupação ainda de fazer um mundo melhor, nossos filhos não terão preconceitos, nossos filhos respeitarão o diferente.

Então, eu acho que é necessário que nós façamos uma pressão muito grande agora, mães, não mais pelo direito de andar de mão dada, não mais pelo direito de casar, porque o casamento já é uma realidade. Se você forçar, como bem disse a promotora, você pode pegar um juiz que, porque ele tem o seu preconceito, ele vai erroneamente dar a sua sentença embasado nos seus preconceitos. Mas, ao chegar ao Supremo, ganha-se.

Então, não é mais essa a discussão. É um aborrecimento a mais? É uma humilhação a mais? É. Só que agora há crianças envolvidas.

Eu acho que nós temos que ser duras no respeito à dignidade dos nossos filhos, porque o ECA determina isso. O ECA exige que as crianças sejam respeitadas em sua dignidade. Então, não podemos mais...

Acho que agora é o momento de nos verem como mães, como pais que precisam proteger seus filhos. Como foi bem dito em algum e-mail aqui, as escolas... Vou contar rapidamente um evento por que nós passamos. Eu passei muito pouco problema; eu e Sandra passamos muito pouco problema, pouquíssimos no que diz respeito a preconceito, ou dificuldade, ou humilhação em alguns lugares. Passamos um apuro no consulado americano para tirar passaporte. A Sandra foi barrada por uma funcionária que disse: "Não, não; sua filha não está nesse programa de visto rápido, de pais que já tenham vistos. A sua filha não pode porque ela não tem pai". Aquilo foi um escândalo. Sandra realmente fez um escândalo lá dentro, saiu chorando, se sentiu humilhada. A Dr^a Maria Berenice escreveu uma carta para o Cônsul à época, pedi socorro a ela, e disse que aquilo não poderia acontecer. Eles realmente não sabiam como lidar com isso. Na verdade, houve uma falta de habilidade da funcionária e de todos os outros que se seguiram no problema todo. E, no fim, ela conseguiu até um visto maior do que o nosso. Catarina hoje tem dez anos de visto e o meu praticamente já venceu. Então, na escola, nas autarquias, não passei nenhum tipo de problema ao tirar a carteira de identidade dela.

O que acontece? A sociedade está se preparando. Ela está respondendo. Quando há bom senso, ela responde muito bem.

Então, a carteira de identidade, a forma como é feita a certidão de nascimento, em que consta: filho de e de... Corre no Facebook, já correu algumas vezes, que há uma lei – eu não sei nem se procede – da Deputada Marta Suplicy que dizia para tirar o termo pai e mãe das certidões de nascimento. E houve gente dizendo: "Estão querendo desconstruir a família tradicional". Não é isso. É simplesmente mais uma forma de os nossos filhos não sofrerem o preconceito, assim como já houve um tempo em que se dizia que uma criança era adotada, que uma criança não tinha pai. Então, a sociedade vai se adaptando e tem que se adaptar a isso.

Eu acredito que agora seja o momento de começarmos a pleitear o nosso direito ou de chamar ao direito uma ofensa como a de um pastor, que fala alguma coisa na televisão e, amanhã ou depois, isso será repetido na escola da minha filha e minha filha será considerada uma monstruosidade, porque uma pessoa totalmente sem senso esquece que são crianças que estão em jogo.

(Soa a campainha.)

A SR^a CRISTINA LEROSA – Eu não vou me alongar mais porque eu não quero tomar o tempo de pessoas que também têm coisas muito importantes para serem ditas, mas eu acho que é o momento de pessoas como a senhora exigirem os nossos direitos. Os nossos filhos merecem a dignidade, merecem o respeito, merecem crescer com felicidade dentro de suas famílias. Não creio que sejam necessários muitos argumentos.

Se as Bancadas... Gostaria muito de um dia ouvir isso de um Deputado ou mesmo de um Senador. Se não nos aceitam, então façam leis para isso. Não deixassem chegar aonde chegou. Eximam todas as famílias e vamos então... Tenham coragem para isso, porque até agora ficam: "Não deixem votar, não deixem votar, não deixem votar". Para mim é uma coisa extremamente infantil. Como não deixem votar? Não tem mais o que segurar. Está posto. As famílias estão aí, cada vez mais elas estão aí.

Eu agradeço tremendamente esta oportunidade. Acho que daqui sai o embrião de alguma coisa muito importante para que todos nós tenhamos o direito de criar nossas famílias.

Outras famílias estão vindo. Várias famílias. Houve até uma fala, acho que da Senadora, de que são 60 mil famílias. Acredito que sejamos muito mais. Eu acho que essas são as pessoas que se declaram. Conheço várias pessoas que passaram pelo censo e não falaram. Somos em maior número.

Então, é um segmento que deve ser respeitado, tem seus direitos. Nós só queremos os nossos direitos e a educação é o que vai resolver, apenas a educação. E também coibir que as pessoas tenham a liberdade de fazer o inferno ou produzir preconceito, lutar para que as outras pessoas sejam preconceituosas em relação a famílias que são movidas por amor, foram formadas unicamente por amor. Nada mais nos move a formar uma família a não ser o amor. Nossas famílias não foram obrigadas, não são obrigadas... Nós temos a liberdade de formá-las ou não. E escolhemos isso.

Laura tem três filhos e eu terei três filhos. Os gêmeos estão chegando em fevereiro. E eu só peço a Deus – é um trabalhão danado – que me dê saúde e vida bastante para ver meus filhos se formarem e se transformarem em cidadãos melhores para o mundo. Eu tenho certeza de que os nossos filhos ajudarão os filhos de outras famílias que tenham uma preocupação em deixar filhos melhores para o mundo. Então, eu tenho certeza de que, se Deus me der vida, eu chegarei a ver essas crianças fazendo um mundo melhor.

Eu agradeço a oportunidade e me coloco à disposição, com a minha história, minha humilde história. Como disse, sou de uma cidade de interior muito pequena, mas eu acho que temos que nos juntar no Brasil inteiro para que nossas famílias sejam respeitadas. A palavra é: respeito – nós não estamos implorando nada –, respeito às nossas crianças.

Enquanto a gente briga pelos nossos direitos... Nós somos meio assim: “Puxa, vida! Deixa quieto. Não é preciso casar também. Para que casar? A gente já é casada. Não tem porque ficar bravo”. Agora, não mexam com os nossos filhos. Não mexam com os nossos filhos porque aí a briga é diferente.

Agora a coisa ficou diferente. Agora ficou feio, porque eu não sei o que eu faço se a minha filha chegar da escola chorando porque foi ofendida por uma coleguinha ou uma professora que lhe falou alguma coisa. Minha filha está numa escola particular em outra cidade onde eles têm o dia da família. Eles aboliram o dia dos pais e têm o dia da família. As famílias não acharam ruim, porque há famílias chefiadas pela avó, crianças criadas pela tia. Então, eles acharam por bem isso. A escola da minha filha é uma escola fantástica. Mas me preocupo demais com as pessoas que não têm acesso ou não têm voz para chegar e falar: “Essa escola aceita a minha filha ou vamos ter algum tipo de problema? Vocês têm como tratar bem?”. Nós temos.

Somos pessoas que recebemos a bênção de ter uma situação melhor e podemos exigir nossos direitos. O que me preocupa são famílias simples que têm passado verdadeiros horrores com seus filhos pela intolerância, pela falta de leis, porque uma pessoa não tem o medo de falar, de criar um inferno na vida do outro, porque não tem uma lei que a proíba de fazer isso. Ela não pode fazer isso. Só que agora tem lei.

Então, acredito que, pelo ECA, a gente consiga impedir uma série de coisas e também com o Legislativo fazendo o seu papel.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Cristina, por trazer sua história, sua experiência de vida.

Aqui, conversando um pouquinho com a Drª Berenice, nós começamos, a partir da escuta, da fala da Laura e da Cristina, a pensar que nós precisamos realmente aprofundar esse tema a partir da realidade das crianças que são filhas de pais ou mães numa relação que não é heterossexual. Então, acho que esse é um debate a que nós vamos depois dar continuidade.

Eu quero agradecer profundamente à Cristina e também à Laura pelos depoimentos. Com certeza, é um momento muito educativo, de formação, inclusive para nós Parlamentares, de conhecermos cada vez mais quais são as expectativas, o sentimento, essa realidade que quem não vive no dia a dia diretamente talvez não consiga alcançar e perceber, a forma como vocês vivenciam essa realidade, o modo como a sociedade, as pessoas se relacionam com esse modelo de família. Só vocês podem nos dizer o que vocês ouvem, o sentimento que passa. Então, é importante este momento de poder escutar vocês. Agradecemos profundamente tanto à Cristina quanto à Laura.

Vou agora conceder a palavra ao Gustavo Bernardes, que já chegou, já está no meio de nós faz um bom tempo, é o Coordenador de Promoção de Direitos de LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O Gustavo é um grande parceiro nosso aqui do Senado, particularmente da Comissão de Direitos Humanos, não só nas audiências públicas, mas também nos debates sobre outros projetos que tramitam nesta Casa, particularmente o PL 122, cujo relatório nós tivemos esta semana a possibilidade de fazer a leitura. Estamos trabalhando no sentido de avançar cada vez mais nesta Casa.

Gustavo, mais uma vez, agradeço a você, agradeço à Ministra Maria do Rosário, que tem sido uma grande parceira.

Vocês estão na realização do Fórum Mundial de Direitos Humanos. Tive a possibilidade de ir à abertura e quero retornar hoje à tarde. Quero parabenizá-los também pela realização desse fórum, que é uma iniciativa da Secretaria de Direitos Humanos, particularmente da Ministra Maria do Rosário. Vocês estão se empenhando, se esforçando, trabalhando muito, com certeza, porque muita gente está lá. Se você puder, fale um pouco sobre isso também, porque é importante informar as pessoas.

Com a palavra, por um tempo de 15 minutos e, se for necessário, mais 5, Gustavo.

O SR. GUSTAVO BERNARDES – Obrigado, Senadora.

Quero, em nome da Ministra Maria do Rosário, agradecer o convite e as palavras carinhosas e gentis.

Para nós é sempre um prazer estar aqui na Comissão de Direitos Humanos dialogando, em especial, sobre esse tema que desperta tantas paixões na sociedade brasileira nos últimos tempos, que é o tema dos direitos da população LGBT. Para nós é uma honra estar aqui.

Em especial, quero saudar minha conterrânea, a Desembargadora Maria Berenice. É um grande prazer estar compartilhando esta Mesa com a Desembargadora, minha amiga.

Quero convidar todos e todas para hoje estarem conosco lá no Fórum Mundial de Direitos Humanos. Hoje à tarde, às 15 horas, a Presidenta Dilma vai entregar o prêmio de direitos humanos para diversos militantes da área de direitos humanos. Para nós, essa é uma iniciativa extremamente importante para incentivar essa militância de direitos humanos no Brasil. Então, hoje quero convidar todos e todas para estarem lá conosco, no Fórum Mundial de Direitos Humanos.

Inclusive, antecipadamente quero pedir desculpas, mas vou ter que fazer esta minha fala e já me retirar. Ontem passei o dia no Senado, já estou quase trabalhando aqui, em razão da votação do PLC 122, e vou ter que me dirigir ao Fórum, porque deixei lá os nossos convidados do Planeta Arco-Íris, que vieram do mundo inteiro para dialogar sobre as experiências dos direitos da população LGBT no mundo inteiro lá no nosso espaço Planeta Arco-Íris no Fórum Mundial de Direitos Humanos. Então, terei que ir lá realmente receber esses nossos parceiros, esses militantes.

Queria dizer que ontem, depois de três anos parado aqui nesta Comissão de Direitos Humanos, o PLC 122 finalmente teve o seu relatório lido aqui e foi graças ao trabalho da Senadora Ana Rita, que conduziu esse processo de uma forma extremamente coerente com os direitos humanos e a ética. Nós não podemos confundir, neste debate, moralismo com ética. Há muito moralismo neste debate e pouca ética. E a Senadora Ana Rita e o Senador Paulo Paim, que é o Relator do PLC 122, conduziram de forma brilhante e extremamente ética esse processo.

Para nós é um imenso orgulho poder contribuir de uma forma muito modesta com esse processo de construção desse projeto de lei que visa punir os crimes de ódio e de intolerância contra a população LGBT. Quando esse PLC for aprovado e finalmente virar lei, e nós temos certeza de que esse projeto vai virar lei mais cedo ou mais tarde neste País, ele irá reforçar no ordenamento jurídico – não vai renovar, mas vai reforçar – a vedação aos comportamentos discriminatórios e preconceituosos tanto por parte do cidadão quanto por parte do Estado brasileiro. Nós ainda temos um Estado extremamente homofóbico no Brasil. Isso não é novidade. Para isso nós temos trabalhado na Secretaria de Direitos Humanos e para isso nós estamos aqui fazendo este debate hoje.

As novas configurações de família podem ser novidade para o Estado – são novas para o Estado –, mas para o cidadão e para a sociedade brasileira não são novidade nenhuma. Quantos de nós já conhecem famílias formadas por avós, formadas por tios, como bem disseram aqui as palestrantes que me antecederam? Então, essas novas configurações familiares são novidades para o Estado e o nosso trabalho é para que o Estado acolha devidamente essas novas configurações.

Nós temos trabalhado muito, porque o Poder Executivo já avançou bastante, o Poder Judiciário já avançou bastante, mas nós precisamos de que o Poder Legislativo se some nesse reconhecimento, nesse recado que nós temos que passar para a sociedade brasileira de que todos e todas devem ser acolhidos neste País, que nós não podemos confundir democracia com ditadura da maioria. A democracia tem que acolher as minorias. É para isto que nós estamos aqui e para isto que nós temos trabalhado dentro da Secretaria de Direitos Humanos, capitaneados pela Ministra Maria do Rosário, para que esse acolhimento pelo Estado brasileiro se dê.

Nós temos um Estado ainda basicamente formado no período ditatorial, um Estado que não está acostumado a lidar com o cidadão brasileiro de forma adequada. Então, nós precisamos mudar essa lógica do Estado, que durante muito tempo foi a do cidadão como inimigo, e fazer o Estado enxergar o cidadão como aliado. O cidadão e a cidadã são aliados do Estado para que nós tenhamos uma sociedade harmônica para todos e para todas.

O STF, no julgamento que igualou as uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre pessoas de sexos diferentes, já reconheceu essa nova configuração familiar. Então, porque não reconhecermos essas novas configurações familiares no Estado brasileiro?

O Poder Executivo já reconhece, para fins de benefícios previdenciários, essas novas configurações familiares. O serviço público federal já vem reconhecendo também para seus servidores públicos e suas servidoras públicas esses direitos, garantindo acesso aos benefícios de saúde, auxílios alimentação e outros que nós temos dentro do Poder Executivo. O Ministério do Planejamento já reconhece essas novas configurações familiares antes mesmo do STF. Em 2009, o Ministério da Fazenda já reconhecia a possibilidade de declaração conjunta de imposto de renda entre casais do mesmo sexo. Então, por que não estendermos essas práticas para outros setores, como bem falou aqui a Cristina, como a escola, por exemplo?

Hoje nós temos o Plano Nacional de Saúde Integral também para a população LGBT, para garantir um atendimento, um acolhimento adequado para a população LGBT dentro dos serviços de saúde. Nós já vínhamos recebendo, há muito tempo, denúncias de mau atendimento nos serviços de saúde, de não acolhimento devido da população LGBT, principalmente de travestis e transexuais, dentro dos serviços de saúde. A partir disso, nós aprovamos, no Conselho Nacional de Saúde, o Plano Nacional de Saúde Integral LGBT, que visa justamente capacitar os servidores da saúde para acolherem devidamente a população LGBT e fazer outras ações também que precisam ser desenvolvidas na área da saúde para tratar as especificidades de cada público.

Nós precisamos ter as portas abertas dos serviços públicos para toda a população e para todas as minorias. Então, nesse sentido temos que trabalhar.

E por que não mencionar aqui também a situação da polícia? Temos, muitas vezes, situação de violação pelos agentes de segurança pública e temos trabalhado nesse sentido. Hoje, temos um termo de cooperação técnica com diversos Estados; 17 Estados já assinaram esse termo de cooperação técnica com a Secretaria de Direitos Humanos e com o Ministério da Justiça, para que os policiais também sejam capacitados para lidar com a população LGBT, para que os agentes penitenciários estejam capacitados para lidar com a população LGBT, para que tenhamos serviço de inteligência das polícias para enfrentar os ataques homofóbicos que ainda temos no Brasil. Houve, em 2012, 310 assassinatos de LGBT no Brasil. Então, nós precisamos ter um Estado preparado para lidar com esse tipo de ataque.

Então, quero reforçar a importância de que tenhamos no Poder Legislativo essa discussão, esse debate. Que nos projetos de lei se pense sempre em como incluir essas minorias, como incluir a população LGBT. Como podemos, quando pensamos no PNE, que ontem estava sendo discutido, discutir a inclusão das minorias nos currículos escolares? Como vamos discutir isso? A Alemanha, quando passou do regime nazista para o regime democrático, quando retornou ao regime democrático, ela estabeleceu uma cota de pessoas que não fossem alemãs dentro das suas escolas para estimular a convivência com a diferença na escola. Isso foi um processo. Hoje, a Alemanha é o país que acolhe mais adequadamente os estrangeiros que lá estão. Isso foi um processo em que o Estado incorporou essa visão humanista, e nós precisamos incorporar no Brasil essa visão humanista.

É importante a participação fundamental do Poder Legislativo nesse processo. Hoje, não temos uma legislação no Brasil que trate especificamente da população LGBT, e isso não pode continuar dessa forma. Essa omissão legislativa passa o recado errôneo de que nós, Estado brasileiro, somos coniventes com a violência. E nós não podemos passar para a população brasileira o recado de que o Estado é conivente com a violência. Eu acho que, muito pelo contrário, esta Casa, o Senado Federal, o Congresso Nacional tem muito a contribuir para o enfrentamento da violência. E o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Senadora Ana Rita nesta Comissão de Direitos Humanos e pelo Senador Paulo Paim, Relator do PLC nº 122, tem sido fundamental para que nós façamos esse enfrentamento e esse pacto contra a violência pelo Estado brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Gustavo Bernardes, que é o Coordenador de Promoção dos Direitos de LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Eu concordo plenamente com você, Gustavo. Penso que o Congresso Nacional, particularmente, pela sua importância e pela possibilidade de dar visibilidade aos debates, tem um papel muito importante a cumprir. Se nós queremos, de fato, construir uma sociedade justa, uma sociedade melhor, onde as pessoas possam viver bem, viver com dignidade, umas respeitando as outras, esse é um debate que nós precisamos fazer. Ao nos omitirmos ou mesmo ao nos recusarmos a fazer esse debate por diversas razões, nós não contribuiremos para a construção de uma sociedade melhor. Então, é preciso realmente ter coragem, mas é preciso ter abertura, ter sensibilidade e, como alguém disse aqui antes, ter muito amor também. O que nos move e o que deve mover a sociedade e as pessoas é realmente o amor de umas pelas outras, é o amor pela humanidade. Então, é isso.

Na minha opinião, direitos humanos é defender e aceitar as pessoas como elas são, sem impor modelos, pois elas são o que são, é respeitar as pessoas. Desde que as pessoas não façam mal a ninguém, nós temos que... Eu acho que nós temos que, de fato, trabalhar para romper com todo tipo de violência que existe na sociedade. Nós vivemos em um País em que não há guerra, guerras com armas, com máquinas, canhões, mas vivemos em um País ainda muito preconceituoso, o que gera muita violência. Se nós fôssemos pessoas mais respeitadas, mais amáveis, enfim, que tratássemos as demais pessoas como seres humanos de fato, que têm direitos, têm deveres, com certeza teríamos uma vida muito melhor.

Obrigada, Gustavo, por sua presença. Fique muito à vontade para se retirar na hora em que achar melhor.

Quero aproveitar este momento para fazer a leitura de algumas questões que chegaram. São muitas e vou ler algumas.

Há um comentário da Virgínia, que diz o seguinte:

Desde sempre houve famílias formadas por outros que não pai e mãe por causa das guerras, do destino e outros motivos. É preciso reconhecê-las juridicamente, para que as partes não fiquem desamparadas; em situações de emergência, não sejam desagregadas ou marginalizadas.

Também há uma questão do Edson Vieira Demétrio, que diz o seguinte:

Um estudo científico feito por Mark Regnerus mostra que o modelo familiar, a união estável do pai e da mãe, permanece o ambiente mais apropriado para o desenvolvimento da criança. Qualquer outra combinação acarreta prejuízos a médio e longo prazos ao equilíbrio emocional psíquico.

É uma outra opinião. É importante escutar também o que as outras pessoas pensam.

A Fernanda diz:

Uma vez que vivemos em Estado laico de direito, fundado no princípio da dignidade da pessoa humana, não há razão para se fazer qualquer diferença que seja entre as pessoas, não havendo motivos que impeçam a realização do casamento civil no âmbito do Estado brasileiro.

Também há uma questão específica para você, Laura. Veio da Mônica Rodrigues Cuneo, que é Promotora de Justiça:

Laura e Marta, parabéns pela linda família de vocês. À Senadora Ana Rita meus agradecimentos pela oportunidade e iniciativa. Apenas queremos ser felizes e expressar livremente nosso afeto com dignidade e respeito. Todos merecem um espaço ao sol.

Também chegaram algumas questões muito longas, que não vou ler porque vai demorar, de opinião contrária ao PLC nº 122. Então, as pessoas estão se manifestando, muitas favoravelmente, outras contrariamente, mas nós queremos fazer o debate. Acho que só o debate poderá enriquecer a opinião das pessoas, reforçar ou mudar as suas opiniões.

Assim, concedo a palavra à nossa querida militante do movimento feminista, a Desembargadora Maria Berenice, Presidenta da Comissão Especial da Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB do Rio Grande do Sul.

A SRª MARIA BERENICE DIAS – Não adianta. O Estado até tenta impedir, mas as pessoas insistem em ser felizes. É só isso. O Estado sempre tentou amarrar as pessoas dentro de um modelo colado em um conceito de natureza religiosa, de casamento entre um homem e uma mulher, até que a morte os separe. Para quê? Para que cresçam e se multipliquem. Só que essa ideia de que família é um homem e uma mulher para casar e se multiplicar não mais corresponde ao modelo atual de família. Na realidade, já existe família sem casamento; a união estável está aí. Já existe sexo sem procriação; desde que surgiram os métodos contraceptivos se faz sexo recreativo. Também existe agora procriação sem sexo; as formas de reprodução assistida são de acesso de todos, até pelo Sistema Único de Saúde.

Então, se não são mais esses os elementos constitutivos da família, o que faz uma estrutura ser reconhecida como família? O que une as pessoas? O que existe de comum em todas essas estruturas que aqui já foram faladas? É o afeto. É aquele comprometimento, é quase aquela frase piegas de Saint-Exupéry da responsabilidade decorrente pelas pessoas que você cativa: “Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas”. Esse é o conceito de família. Não adianta tentar fugir disso, porque as pessoas todas têm direito de serem felizes, independentemente de com quem, independente de uma forma. O que não pode é o Estado se manter e condenar à invisibilidade quem vive fora daquele modelão, que, acho, não mais serve em parte nenhuma do mundo, a não ser no mundo muçulmano, muito conservador.

Então, no momento em que isso foi desatrelado, no momento em que estamos diante de uma nova realidade, nós precisamos que a sociedade, nós precisamos que o legislador, que o Estado reconheça isso. Por que, hoje, no século XXI, temos legislador omissivo? Até hoje nunca foi apresentado e discutido um projeto de lei que reconheça qualquer espécie de direito à população que eu prefiro chamar LGBTI, para inserir nessa sigla os intersex, como acontece em outros lugares do mundo. Não têm direitos, não têm nada, mas nem por isso deixam de existir.

O que temos? Como o Gustavo bem mostrou, temos um Poder Executivo atuante – o Fórum Mundial dos Direitos Humanos, do qual estou participando, é algo maravilhoso. Há dez mil pessoas lá dentro, todas atentas aos direitos das pessoas, que são os direitos humanos dos seres humanos, buscando o reconhecimento dos direitos de cada um; algumas políticas públicas importantes; e temos um Judiciário corajoso, que começou a reconhecer direitos quando? Neste século.

Data do ano de 2001 a primeira decisão neste País dizendo que a união de pessoas do mesmo sexo... Eu prefiro chamar de união homoafetiva, para tirar um pouco aquela ideia de que a união é de natureza sexual, o que não é; o vínculo é afetivo, tanto heterossexual quanto homossexual. Aí, há uniões homoafetivas e heteroafetivas, expressões que até foram acolhidas pelo Supremo Tribunal Federal. No ano de 2011, foi dado outro passo importante, quando se reconheceu, com eficácia vinculante, que as uniões de pessoas do mesmo sexo

formam, sim, uma entidade familiar. Até que agora, no ano de 2013, mais uma vez por iniciativa do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça proibiu que se negasse acesso ao casamento.

Em face disso, existe a possibilidade de casar, existe a proibição de alguém negar o casamento. E dessas uniões o que existe? Fiquei encantada com o que disse a Cristina Lerosa: que os filhos das uniões de pessoas do mesmo sexo não são fruto, às vezes, de uma relação sexual fortuita, filhos que, às vezes, não são planejados. Não! Esses são, acho, filhos gestados por muito amor.

E essas crianças, o que têm? Data do ano de 2006, também lá do Rio Grande do Sul, a primeira decisão da qual eu participei, que admitiu e reconheceu possibilidade de uma criança ter no seu registro o nome de dois pais ou de duas mães, ou por adoção ou por ação declaratória de dupla maternidade ou de dupla paternidade. Então, temos crianças com dois pais, crianças com duas mães e crianças até com direito ao registro. Só que esse registro deve ser uma grande preocupação: não existe nenhuma decisão vinculante de algum tribunal nem do Conselho negando o registro. Então, o que é ainda é necessário? Ainda há a necessidade de as pessoas entrarem com uma ação judicial para garantir aos seus filhos o direito de terem cidadania, o direito de terem identidade, de terem em seu registro o nome de ambos os pais ou ambas as mães.

Aqui, temos dois exemplos. Tanto a Laura quanto a Lerosa levaram mais de um ano para os seus filhos, por decisão judicial, terem esse direito. E durante esse período, que garantia tinham essas crianças? Que identidade tinham? Que proteção? Que sistema de saúde? Eram dependentes de quem? Essas crianças não tinham identidade. Então, o Estado não está garantindo a essas crianças o seu direito de cidadania. Nesse aspecto, o que temos é uma inconstitucional afronta ao direito de identidade, consagrado com tanta atenção pela nossa Constituição Federal.

Diante dessa medrosa omissão do nosso legislador, com exceções raras, como temos aqui a Senadora Ana Rita e o Senador Paim, meu conterrâneo do Rio Grande do Sul, temos um legislador medroso que se agarra em preceitos de ordem religiosa. Eu nunca vi outro fundamento.

Inclusive há essa afirmativa do Edson de que há estudos científicos fetos por Mark Regnerus que mostram o modelo da família. Edson, esses estudos não são científicos. Lastimo te dizer que os estudos que existem há muitos anos comprovam que os filhos só precisam de amor; não precisam ter um pai e uma mãe, porque os abrigos estão cheios de crianças cujos pais não conseguiram atender, todos eles filhos de casais heterossexuais. Está comprovado cientificamente que 69% dos casos de abuso sexual são cometidos por pais biológicos; no caso de pais homossexuais, não há nenhum registro de abuso. Eu não estou achando que os homossexuais são melhores pais do que os heterossexuais, mas também não são piores. Não tenho dúvida nenhuma com relação a isso.

Então, atenta a essa omissão é que a Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil recebeu a incumbência de elaborar um projeto de lei. Foi elaborado o projeto do Estatuto da Diversidade Sexual, trazendo todos os direitos, no sistema de microsistema, que é a forma atual de se legislar, com princípios, com toda necessidade de alteração da legislação que já existe para igualar direitos e assegurar todos eles.

Diante dessa resistência do legislador, o que está fazendo a Ordem dos Advogados é colher assinaturas para apresentar a esta Casa legislativa o projeto por iniciativa popular. Só que, dentro desse hermetismo em que se blinda o legislador, ele não faz lei, ele não encaminha a lei, mas também impede que o povo o faça. Absurdamente, para se criar um partido político neste País, bastam 500 mil assinaturas; para apresentar qualquer projeto de lei é preciso três vezes isso. Um por cento da população corresponde atualmente a quase 1,5 milhão de assinaturas. Isso é quase inacessível, mas nós temos coragem, nós temos vontade e estamos fazendo essa mobilização nacional.

Aqui já vou deixar o convite para todos aderirem e assinarem este projeto. Já temos 200 mil assinaturas, mas vamos chegar lá: www.estatutodiversidadesexual.com.br. Acho importante se avançar neste sentido.

Também estão aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado duas propostas de emenda à Constituição: a PEC nº 110 e a PEC nº 111. E uma delas bem focada nesta questão, dispondo sobre a necessidade de substituir a licença-maternidade e a licença-paternidade pela licença-natalidade. Quem é o Estado para dizer quem tem cuidar dos filhos: cinco dias o pai, quatro meses a mãe? E, nessas uniões homoafetivas onde existem dois pais, eles vão ter só cinco dias? E, quando existem duas mães, as duas vão ter direito aos quatro ou seis meses de licença?

Essa iniciativa tem mais um significado importante: levanta um pouco o preconceito contra a mulher no mercado de trabalho, porque é muito difícil, na idade fértil, as mulheres terem acesso ao trabalho. Dizem assim: "Não, elas podem tirar licença", mas, enfim, não têm acesso a isso. Agora, com esse projeto – e na maior parte do mundo a legislação é nesse sentido –, a licença-natalidade seria de um período de 15 dias para ambos os pais e, no período seguinte, um ou outro, como deliberar o casal, independente de ser o casal heterossexual ou homoafetivo.

Esses são os projetos trazidos e encaminhados pela Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil em âmbito nacional, de que tenho a honra de participar. Nós já temos 112 comissões neste País criadas e instaladas, qualificando os profissionais do Direito para atuarem nesse novo ramo do Direito, o Direito Homoafetivo, para tentar avançar no âmbito do Poder Judiciário.

Também é indispensável avançarmos no âmbito do Poder Legislativo, muito mais com foco na necessidade de se atentar aos direitos das crianças, todas as crianças. Independentemente de quem é o seu pai, independentemente de quem é a sua mãe, elas têm direito à identidade, o direito a ter um lar, o direito de estar dentro de uma família e de serem, assim, reconhecidas pela sociedade, na escola e por toda comunidade. Esse foco não podemos perder. Precisamos ter, sim, um olhar atento, conforme exige a Constituição Federal: proteção integral, direito à convivência familiar com atenção a todos.

Esta é a nova família: família acolhedora, que necessita ser protegida pelo Estado e ter uma legislação que a reconheça como tal.

Era o que eu queria dizer.

Queria mais uma vez cumprimentar a Senadora Ana Rita por esse fantástico espaço, pela maneira tranquila e suave com que dirige, com mãos de ferro, esta Comissão, que é a mais significativa desta Casa de leis. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Drª Maria Berenice, Desembargadora e Presidente da Comissão Especial da Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB.

Quero também registrar aqui, Drª Berenice, que esta é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Então, a OAB tem legitimidade para apresentar diretamente iniciativas de projetos de lei, sugestões de projeto de lei que esta Comissão pode acolher como uma iniciativa da sociedade, encaminhada por uma instituição reconhecida, como a OAB. A sugestão poderá ser acolhida pela Comissão de Direitos Humanos, transformada, de fato, em um projeto de lei de iniciativa desta Comissão e passar a tramitar nesta Casa.

Quero informar isso à senhora, porque já tivemos aqui um projeto muito importante que foi encaminhado por uma entidade do Estado do Rio de Janeiro que representa autistas. Se há hoje uma única legislação que se refere aos autistas, ela é fruto da indicação dessa entidade. O projeto foi apreciado pelas diversas Comissões do Senado Federal, já tendo sido aprovado e sancionado. O autista, hoje, é considerado uma pessoa com deficiência, reconhecimento que não havia até então. Essa foi uma iniciativa da sociedade.

Então, faço esse encaminhamento para que a OAB possa encaminhar a sugestão para esta Comissão, sem precisar colher as assinaturas. Uma iniciativa da OAB é sempre muito bem-vinda.

A SRª MARIA BERENICE DIAS – Fica o compromisso da Senadora de acolher. Vou levar ao Presidente Marcus essa colocação. A ideia é chegar também com uma quantidade expressiva de assinaturas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A gente agradece a oportunidade.

Drª Berenice, muito obrigada pela presença e obrigada pela exposição.

Vou conceder a palavra ao Dr. Luciano Mariz Maia, Subprocurador-Geral da República, a quem aproveito a oportunidade para agradecer a presença.

O SR. LUCIANO MARIZ MAIA – Bom dia, Senadora Ana Rita.

É uma satisfação estar, coincidentemente, um ano depois, rigorosamente um ano depois, também pelo Ministério Público Federal, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado – àquela época era presidida pelo Senador Paulo Paim; estive numa audiência pública sobre os direitos dos ciganos e, agora, neste tema absolutamente importante e relevante, fundador de novas configurações de família.

Venho falar pelo Ministério Público Federal, uma designação do Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, e sou beneficiado pelas falas anteriores, da Promotora Mônica Cuneo, com experiência de vida e atuação profissional extraordinária nessa área; da atriz Laura Castro, cujo mais extraordinário papel é o de Laura Castro, pessoa e mãe; Cristina Lerosa, com essa sua experiência de vida e de coragem, de ser simples e de ajudar a transformação na simplicidade de comunidade simples; Gustavo Bernardes, que eu já conhecia de uma atuação junto à Secretaria de Direitos Humanos, Drª Maria Berenice, que é uma referência para todos nós, da área do Direito, sempre com seu pensamento luminoso, elucidando difíceis problemas e ajudando a trilhar caminhos.

Ariano Suassuna, paraibano, tem uma expressão que é muito dramática: o grande problema do Direito é que ele só é convidado a frequentar o ambiente quando dele o amor e o afeto se despediram.

Esse, de uma certa forma, é um problema muito sério no Direito porque ele se preocupa muito com a chamada segurança jurídica e sentido de justiça. Muitas vezes, para realizar a segurança, atropela-se, massacra-se, maltrata-se a ideia de justiça.

Nós precisamos celebrar, aqui no Brasil, um imenso avanço: por muito tempo, as nossas Constituições fundavam e como quase que equacionavam família em casamento. Foi assim na de 1824, na de 1891, e não foi muito diferente sequer na manifestação literal em que a nossa Constituição de 1988 abre: fala sobre a família, mas, em seguida, fala sobre o casamento, como se, implicitamente, essas ideias estivessem sempre conjugadas.

Portanto, foi extraordinário o que o Supremo Tribunal decidiu ao reconhecer a possibilidade de igualdade com o casamento da união estável e, especialmente, da união de pessoas do mesmo sexo. E mais extraordinário ainda que, dando um seguimento e uma abrangência para a parte prática operacional, o Conselho Nacional de Justiça tivesse adotado a Resolução 175.

Faço essa referência porque já não deixa... E nesse sentido Cristina e os que me antecederam têm razão, a parte de reconhecer a possibilidade de casarem pessoas do mesmo sexo já ficou resolvida. Ora, mas é preciso, então, como disse a Dr^a Maria Berenice, que se dê seguimento e se faça uma repercussão natural dessa consequência para as outras relações que são estabelecidas no âmbito da família. E aí é que vem a questão precisamente da relação que se estabelece com as pessoas que são ou geradas biologicamente ou tidas por adoção, ou geradas a partir do auxílio da reprodução in vitro, porque o mais importante – e aqui já foi referido – é que, embora não haja um único conceito, um conceito que seja universal para família, embora família seja um conceito social e culturalmente construído, e faço essa referência particularmente porque na Procuradoria Geral da República eu também faço parte da chamada Câmara dos Índios e Populações Tradicionais, envolvendo índios, ciganos, quilombolas, em cada uma dessas comunidades nós sabemos que o conceito de família varia.

Para os ianomâmis, são todos; para a comunidade de ciganos, são todos. Você não vê criança cigana abandonada. Você vê os ciganos, como um todo, abandonados pelo Estado, mas você não vê uma criança cigana abandonada, porque os filhos e filhas dos ciganos e ciganas são filhos de toda a comunidade. Então, a ideia de família é uma ideia que pertence a toda a comunidade, como um todo.

Então, a referência que quero fazer é que, se por um lado o conceito de família é culturalmente vinculado, é socialmente construído, esse conceito de família não é estável. Esse conceito de família necessariamente se abre para as novas configurações sociais. E por que, portanto, temos tantas dificuldades hoje? Por conta do preconceito que está na base do entendimento de que... E é curioso que assim tenha sido, inclusive, não com essa finalidade, mas com outra razão, num julgamento do Supremo, na questão de um rateio de uma pensão entre uma esposa, uma relação com casamento, e uma concubina. Havia uma relação simultânea entre um pequeno servidor da Bahia com sua esposa, que o Supremo chamou de esposa legítima, com quem teve oito ou dez filhos, por 40 anos, e com uma concubina, assim chamada pelo Supremo, por 37 anos e oito filhos. E o Supremo não reconheceu que aquela concubina tinha direito a uma pensão. O que estou querendo mencionar é que indiscutivelmente a Constituição chama as duas situações de família. Indiscutivelmente houve muito amor e muito afeto.

Então, muitas vezes, para o Direito também, o problema é quando esse amor, esse afeto desaparece, mas não desaparecem as obrigações de cuidar e de manter. Temos os casamentos, mas também temos os divórcios, e o divórcio no Brasil é possível há menos de 40 anos. Mesmo não tendo tido o divórcio, assim como Cristina é filha de pais separados, os meus se separaram também, e naquela época a expressão que se usava era “mulher largada do marido”, que é um estigma, um imenso estigma: largada do marido. O que quero mencionar é que, culturalmente, a sociedade avançou, e muito, mas certos preconceitos, que não são baseados em fatos demonstráveis, mas decorrem puramente da percepção anterior, esses precisam ser evoluídos.

Eu tinha pensado numa fala mais ou menos assim, para começar: Paulo casou com Ana, com quem teve cinco filhos. Era apaixonado por Ana, mas desapaixou-se por Ana e apaixonou-se por Maria, com quem, sem casar, teve mais cinco filhos. Esse casamento de cinco filhos durou sete anos, quando, finalmente, também entendeu que o grande amor da vida dele seria Sebastiana. O que quero mencionar é que nós não entendemos que essa relação machista da sociedade termina muitas vezes gerando situações e problemas muito mais sérios do que as relações que nós focamos e com que nos preocupamos como sendo decorrentes das relações homoafetivas. O que quero mencionar é que é o machismo que está por trás do imenso índice de mulheres que são mortas, é o machismo que está por trás do imenso número de famílias que não são constituídas com pais e mães, por assim dizer, biologicamente, pela ausência de paternidade responsável. E nesse sentido a bela fala de Cristina Lerosa, realçada pela Dr^a Berenice: quando um casal homoafetivo decide ter um filho, está querendo ter um filho, é por um ato de amor.

Então, o difícil, Senadora Ana Rita, e portanto volto aqui à preocupação que é sua e da minha instituição, é precisamente conseguir compreender que, embora o afeto, embora a comunhão de interesses, embora o companheirismo, embora a solidariedade mais íntima seja, no que nós chamamos de família, nas suas formas as mais abrangentes, nos seus conceitos os mais variados possíveis... E eu sou de uma família de sertanejos em que são também considerados família os tios, as tias, os primos. Tenho um tio que é um irmão de criação de minha mãe, quer dizer, é uma figura que não está na lei, mas está no coração da minha avó, que criou aquele filho como se fosse seu, sabendo quem eram sua mãe e seu pai biológicos. E todos conhecem minha mãe e ele reconhece minha mãe como irmã dele – irmã de criação, é assim que se diz no sertão. Então, eu, que venho desse conceito mais amplo de família, e a gente que conviveu aqui e ouviu várias expressões extremamente

enriquecedoras das novas configurações de família, precisamos também entender que é da pessoa humana ter afeto e muitas vezes esse afeto se tornar desafeto; ter amor e esse amor se transformar em desamor. E é aí que entra o Direito, para proteger aqueles que um dia se amaram, se desejaram e tiveram afeição um pelo outro e deixaram de ter.

Quais são as consequências para a questão da própria manutenção um do outro? Um emprestou seu projeto de vida inteiramente ao outro, e agora se vê abandonado, seja casal homoafetivo, homem ou mulher. E a relação com os filhos, como fica isso? Essa é a questão do Direito. Por isso a preocupação da Dr^a Maria Benenice de pensar um estatuto da igualdade com as várias possibilidades em que essas situações possam ser identificadas e possam ser encontradas de maneira justa.

Também é possível dizer que, independentemente de um estatuto que venha a clarificar as situações com os princípios de Direito que nós temos hoje, seria fácil resolver. Mas há uma situação que é relevante, e também pego aqui uma frase da Cristina. Em determinado momento ela falou: "Nós temos documentos." Nós temos documentos. Então, qual é, de certa forma, uma situação em que o Direito pode ajudar o afeto e o amor? Documentando. É que quando alguém comparece perante uma autoridade do Estado para afirmar aquele afeto, afirmar aquele amor, está simultaneamente afirmando certas responsabilidades.

Eu, casualmente, visitando a Itália, visitei o Capitólio e lá funcionava um cartório de registro civil de casamento. Aí o juiz abria e dizia: "Pelo artigo tal da lei italiana, são esses os deveres do marido. Pelo artigo tal da lei italiana, são esses os deveres da mulher." Fechava e dizia: "Vocês querem casar?" Ou seja, é nesse sentido que o Direito facilita a vida, sabendo precisamente que você tem obrigação de fidelidade recíproca, tem obrigação de alimentar-se, desse apoio recíproco, porque é isso que se espera de uma família, apoiar-se materialmente. Os filhos havidos daquela relação são filhos dos dois, ou, se quiserem um processo de adoção, tomada em conjunto, é um filho, as obrigações de criar, educar, alimentar são dos dois; os bens, o patrimônio é dos dois. Então, essas são as consequências, e, por assim dizer, uma relação documentada já sai na frente, porque uma relação não documentada terminará resultando numa possibilidade de reconhecimento do que estou falando, mas a documentação prévia antecipa, você já diz: "Essa situação já foi prevista, essa situação já foi previamente estabelecida e, portanto, reciprocamente, já nos reconhecemos como um tendo obrigações para com o outro e para com os filhos que eventualmente teremos nessa relação."

Novamente, agradeço à Senadora Ana Rita e quero dizer que o trabalho desta Comissão nessa área, fazendo, por assim dizer, com que o amor e o afeto sejam incluídos na legislação brasileira e o Direito consiga – como disse a Mônica Cuneo, o Direito Cível é para a afirmação da dignidade da pessoa humana, homem e mulher – que, acima de tudo, portanto, nós sempre lembremos que famílias são pessoas...

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO MARIZ MAIA – ... e pessoas merecem respeito a sua dignidade essencial. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Dr. Luciano. Fala bonita, profunda.

Inclusive, quero aproveitar este momento não só para agradecer ao Dr. Luciano Mariz Maia, que é o Subprocurador-Geral da República e representa aqui uma instituição altamente importante, mas para fazer, como encaminhamento, um registro. Acho que, diante da riqueza deste debate, da profundidade e também da clareza jurídica que aqui foi colocada, da experiência rica tanto da Laura quanto da Cristina, seria muito bom se a TV Senado pudesse exibir este debate, esta audiência pública em vários momentos, em momentos nobres da TV Senado. Acho que esta é a contribuição que a Comissão de Direitos Humanos e o Senado Federal podem oferecer à sociedade no sentido de possibilitar que as pessoas escutem essas falas, esses depoimentos, essas afirmações, esses esclarecimentos, que são importantes. A partir da vida concreta, real, você tem também o Direito falando sobre isso, é a opinião jurídica, é uma afirmação jurídica. Então, acho que é importante para que possamos contribuir na formação da consciência das pessoas, para que possam refletir um pouco mais sobre esse tema, que ainda não é debatido na profundidade que é necessária.

E gostei muito da sugestão, Dr. Luciano: incluir na nossa Constituição, na nossa legislação o amor, o afeto como direito e como dever de todos. Não é somente o direito à saúde, à educação, direito a lazer, à cultura, mas também o direito ao afeto, ao carinho, ao amor, que são essenciais para a convivência humana. Parabéns pela fala do senhor!

Dessa forma, vou já passar para as considerações finais. Vou começar pela Laura, pode ser?

A SR^a LAURA CASTRO (Fora do microfone.) – Pode.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Para as considerações finais, um tempo de cinco minutos.

A SR^a LAURA CASTRO – Obrigada, Senadora Ana Rita, obrigada a todos. Foram falas para mim emocionantes e acredito que muito importantes.

Vou aproveitar este meu tempo final para falar sobre um dos principais questionamentos que a gente recebeu: “E aí, essas crianças quando crescerem?” No Brasil, hoje, a gente tem poucos exemplos, não que essas famílias não existissem antes, mas não de forma tão clara. A criança era criada pela mãe, pela tia, pela madrinha, as pessoas mascaravam as situações reais, de forma que a criança não poderia ter essa identidade perante a sociedade. Mas nos Estados Unidos a gente tem exemplos mais antigos de afirmação de famílias homoafetivas, e aí temos um vídeo, que acho que é curtinho, de um rapaz americano, já pelos seus vinte e poucos, filho de duas mães, e acho importante as pessoas o verem falando, para verem que ele ficou normalzinho. (Risos.) Ele não teve nenhum problema grave.

Enquanto eles acham o vídeo, aproveito para falar que aqui no Brasil eu mesma conheço, pessoalmente, meninos de 12 anos, são os mais velhos que conheço, que estão agora entrando na adolescência, filhos, no caso, de duas mães, e são também jovens rapazes muito esclarecidos, muito bem resolvidos, muito cheios de amigos na escola, que contribuíram desde a infância para que seus amigos conhecessem diferentes famílias. Então, acho que os exemplos que a gente tem tido hoje são sempre muito positivos.

O vídeo está aí?

Aproveito também para agradecer a Marília Serra, da TV Senado, que contribuiu na organização disso tudo, procurou a Senadora Ana Rita para estimular que isso fosse falado, nos convidou a estar aqui. Ela vai falar também dois minutinhos.

É muito importante essa sua iniciativa, Marília. Obrigada.

A SRª MARÍLIA SERRA DE FARIA – Bom dia a todos. Queria principalmente agradecer à Senadora Ana Rita pela oportunidade de estarmos aqui hoje, falando sobre esse tema, e dizer que a gente representa uma parcela dessas 60 mil famílias, e muitas dessas famílias estão com a gente em comunidades do Facebook, trocamos experiências diariamente, então há muito mais gente ouvindo, acompanhando nossa discussão e esperando que isso resulte em leis e iniciativas do Governo e do Legislativo sendo seguidas por iniciativas do Judiciário, que abram as portas para que nossas famílias sejam reconhecidas de alguma maneira e nossos filhos sejam também reconhecidos.

Então, muito obrigada à Senadora Ana Rita e à Comissão de Direitos Humanos do Senado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu que agradeço, Marília, porque, na verdade, a Comissão de Direitos Humanos foi provocada por você, e jamais a gente deixaria de atender um pedido tão importante como esse. Agradeço a você por essa oportunidade também. Muito obrigada.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Laura, concluiu já?

A SRª LAURA CASTRO – Muito obrigada. Acho que ele falou tudo. Mais uma vez, obrigada, Senadora Ana Rita, Maria Berenice, Luciano, Cristina e minha querida Marília. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Concedo a palavra a Cristina Lerosa para que também possa, no prazo de cinco minutos, fazer as conclusões finais.

A SRª CRISTINA LEROSA – Eu saio daqui muito feliz, otimista, porque ouvi, tanto da Senadora, quanto do Dr. Luciano, da Drª Maria Berenice nem se fala, da Laura, somente coisas positivas. Se formos espremer tudo que foi falado, estamos falando só de amor, de afeto.

Vi que a Senadora se pegou nessa coisa do afeto, e realmente não temos, na nossa Constituição, essa obrigação, sendo que só isso fará o mundo melhorar.

Vemos famílias desfeitas, vemos jovens doentes, sem perspectiva de vida alguma, e é até absurdo que, em vez de lutarmos pelo amor, nós vemos pessoas e parte do Legislativo lutando pelo ódio. Pregam o ódio, pregam a discriminação, pregam o afogamento, a infelicidade de uma parcela da população, porque, como repetimos, falamos em 60 mil, mas não somos 60 mil famílias; com certeza, somos mais. E acho que se levantarmos essa bandeira, não estamos mais falando de liberdade sexual, não estamos mais falando absolutamente de relações sexuais, nós estamos falando de amor, de afeto e de crianças. Que isso fique bem claro para todo mundo e para todas as iniciativas que vierem após essa.

Eu ofereço... Não tive oportunidade... Conversei com essa pessoa, uma antropóloga que faz pesquisa já há muitos anos de famílias de configurações diferentes. Ela esteve um ano em Londres, onde existem pesquisas há 25 anos, 30 anos. Há um programa inglês que estuda essas novas configurações, e eu lhe pedi que nos cedesse esse estudo. Então, ela vai fazer um dossiê importante. Espero ter a oportunidade de passar a esta Comissão esse documento, para que seja usado no momento oportuno.

Então, agradeço a todos. Obrigada.

Você teve essa ideia, foi, batalhou, chegou à Senadora, e foi acolhida, como você bem me disse, com emoção. A Senadora se sentiu tocada com a sua argumentação.

Então, que Deus abençoe a todos nós e que consigamos fazer com que o Legislativo se mova no sentido em que ele deve mover-se e que ele assuma o papel que é dele. Basta bom senso.

Muito obrigada a todos. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Cristina Lerosa, pela sua presença, pela sua fala.

No final, Marília, gostaria também que você fizesse uma fala de conclusão, mas vou conceder a palavra agora à Drª Maria Berenice, para que também tenha cinco minutos para as considerações finais.

A SRª MARIA BERENICE DIAS – No Fórum Mundial de Direitos Humanos, o espaço reservado para a discussão das questões da população LGBTI se chama Planeta Arco-Íris. Juro que eu queria que esse fosse o nome do Planeta Terra, porque as cores do arco-íris são diferentes, mas vivem numa harmonia que deslumbram o mundo. Não tem quem não se encante com esse colorido, colorido que só existe se existir liberdade, se existir igualdade, e liberdade e igualdade só existem se houver respeito às diferenças. E ao se respeitar a diferença é que se pode falar em dignidade da pessoa humana, símbolo maior da nossa Constituição Federal.

Eu gostaria... Já que isto aqui é um debate, não vou deixar sem uma colocação, porque o Edson mandou para mim uma nova mensagem, indicando onde está o estudo a que se referiu. Eu queria convidá-lo a, quem sabe, olhar as cores do arco-íris e procurar outros estudos. Ele cita um e eu quero que ele olhe os milhares que existem em outro sentido. Trago aqui a referência feita pela Gyslayne Palmerino, que responde ao Edson: “Edson, um estudo da Universidade de Melbourne” – na Austrália, onde já estive – “diz que homossexuais costumam ser mais atentos aos problemas escolares de suas crianças e seus filhos são mais saudáveis e têm autoestima elevada”. Não dá para olhar também para isso, Edson?

Vamos viver num mundo mais colorido, num mundo mais igual, onde exista mais respeito, onde as crianças tenham seus direitos reconhecidos.

Confesso que ninguém no mundo pode dizer que o simples fato de uma criança ter, em vez de um pai e uma mãe, ou só uma mãe, ou só um pai, ou dois pais, ou duas mães, ou, agora, como a própria Justiça vem reconhecendo, a pluriparentalidade... Ou seja, por que alguém só pode ter dois: ou um pai, ou uma mãe? A Justiça já avançou mais uma vez. Avança a Justiça ao reconhecer a possibilidade de as crianças terem mais: duas mães, um pai, dois pais, uma mãe, dois pais, duas mães... Enfim, quanto mais vínculos afetivos, mais amor essa criança vai ter, mais abrigo ela vai ter, mais protegida ela vai estar. Então, precisamos atentar para esse sentido de proteção integral, que só se consegue reconhecer nesse conceito de família que se vem tornando visível: essa família plural. Nesse sentido, não se fala mais em direito de família, mas em direito das famílias, e é nessa ótica que quero reforçar a todos o convite para aderir ao nosso projeto do Estatuto da Diversidade Sexual, pelo site www.estatutodiversidadesexual.com.br.

Eu vou levar ao Presidente Marcos essa provocação, esse convite feito pela nossa queridíssima Senadora, que, com a sua sensibilidade, aceitou essa iniciativa de realizar este evento.

Acho que todos nós estamos de parabéns neste momento.

Este é um espaço de cidadania, com certeza. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Drª Maria Berenice. É um prazer recebê-la novamente. Muito obrigada pelas considerações, também como Presidente da Comissão Especial da Diversidade Sexual da OAB. A OAB tem sido também uma grande parceira da Comissão de Direitos Humanos. Então, obrigada pela presença.

Concedo a palavra agora ao Dr. Luciano Mariz Maia, Subprocurador-Geral da República.

O SR. LUCIANO MARIZ MAIA – Senadora Ana Rita, o verde que a veste e reveste é o verde que do seu coração brota, que é a esperança. A esperança está no presente e está no futuro de que possamos ver uns aos outros como pessoas e, vendo como pessoas, reconhecer em cada qual a dignidade de que me reconheço merecedor e passo a reconhecer outro igualmente merecedor.

Este Parlamento é uma Casa que reflete, ao mesmo tempo, o que ecoa no Brasil, mas o Direito não só reproduz o que escuta; ele ajuda também a transformar o que precisa ser mudado. Nessa área, a legislação brasileira pode ajudar a repensar em seguir novos caminhos que conduzam uns aos outros à fraternidade.

Agradeço a oportunidade de estarmos todos aqui. Tenho a certeza de que a esperança frutificará e de que teremos uma legislação justa para todos e para todas e que afirme a dignidade da pessoa humana. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Dr. Luciano, Subprocurador-Geral da República.

Aprendi muito nesta audiência pública, viu, Marília? E quero agradecer muito a você. Acredito que quem nos acompanhou também tenha aprendido. Pode, talvez, não concordar, mas aprendeu muita coisa.

Quero também que você fale um pouco neste final, antes de encerrarmos a nossa audiência.

A SRª MARÍLIA SERRA DE FARIA – Bom, eu sou uma pessoa de produção. Por isso, estava sentada ali, e não aqui. Não sou muito de falar.

O importante é passar esta mensagem: que a gente não quer desconstruir. Causou-me muita preocupação a pergunta de uma pessoa de que a gente estaria a desconstruir ou destruir o conceito de família tradicional. Não é isso. São vários conceitos. E para que conceitos, também? Vamos viver nossas histórias.

Convido essa pessoa que acha que estamos desconstruindo isso que venha às nossas casas para ver que temos nossas responsabilidades, da mesma maneira que essas pessoas têm: responsabilidades, desafios diários e dificuldades. Somos gente! Não há diferenças, assim. A nossa mensagem é para passar o sentimento e a responsabilidade.

Acredito que seja isso. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Marília.

Quero dizer-lhes que, além das perguntas que chegaram, cuja leitura fiz aqui, chegaram mais. São muitas. Talvez, das audiências públicas que fizemos de forma interativa, esta seja aquela em que mais pessoas se manifestaram, tanto favoravelmente quanto contrárias. Não vou conseguir ler agora, em função do nosso tempo, mas ficam à disposição das nossas convidadas e do nosso convidado, para que possam conhecer o conteúdo.

As pessoas se manifestam, em algumas situações, de forma muito bonita; em outras situações, também questionando. Por isso, continuo insistindo na possibilidade de a TV Senado reproduzir esta audiência pública em vários momentos, em horários em que as pessoas possam, de fato, acompanhar, porque é um debate importante.

E quero aqui esclarecer para quem nos acompanha: não estamos aqui colocando em xeque, de forma alguma, a realidade das famílias que historicamente se configuraram, mas também não podemos fechar os olhos para uma outra realidade que, cada dia, está-se tornando mais real, mais concreta. Nós vivemos em um mundo em que as coisas mudam permanentemente. As questões não são estanques, não são paradas no tempo. A vida das pessoas vai-se transformando, vai mudando, e não podemos fechar os olhos para essa realidade. E este debate nós dá a possibilidade e a oportunidade de conhecer essa realidade, de poder entender.

Então, faço um convite a quem nos acompanha pela TV Senado para abrir o seu coração, a sua mente e os seus ouvidos para escutar, para ouvir, para perceber, para entender. Não precisa concordar. Nós não queremos aqui que todos concordem. Não queremos, aqui, desconstruir um formato de família historicamente estabelecido. Muito pelo contrário. É importante manter, é importante, cada vez mais, as famílias se afirmarem, mas não podemos também achar que só existe um modelo de família. Existem outros modelos, que precisam ser reconhecidos. Então, não é para excluir um modelo para poder colocar outro modelo. Muito pelo contrário: é para ampliar esse modelo de família. Pelo menos é assim que eu vejo e assim que eu compreendo.

Então, coloco-me também nesse caminho de conhecer melhor essa realidade. Acho que é um caminho que todas as pessoas precisam fazer, principalmente aquelas que querem construir um mundo melhor. Acredito que ninguém, em sã consciência, acha que nós vivemos num mundo que não precise melhorar, que não precise de que a paz seja garantida, não haja violência, não haja ódio, não haja preconceito. Acredito que todas as pessoas devem entender isso e ter isso como conceito.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Estou sendo informada aqui de que este programa está sendo transmitido pela rádio e que as pessoas poderão acessar posteriormente também. É isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Os vídeos poderão ser acessados posteriormente através da...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Posteriormente, também, poderemos divulgar os sites, e as pessoas poderão acessar também este programa no site e nos endereços eletrônicos que temos disponíveis.

Para finalizar a minha fala, quero convidar a Lícia Dantas. A Lícia pediu para falar. Ela é estudante da Universidade do Estado da Bahia e faz um projeto de conclusão de curso sobre mães homossexuais.

Lícia, três minutinhos para você, para que possamos fechar aqui a audiência pública.

A SRª LÍCIA LARA DANTAS BARROS – Primeiramente, para mim, é uma honra estar aqui. É a primeira vez que venho a Brasília e vim exclusivamente para esta audiência pública, convidada por Marília.

Tenho 21 anos e sou de uma geração que ainda quer ter um filho. Eu quero. Isso, para mim, é o futuro. Eu vejo nelas uma inspiração, uma vontade de ser também e de conseguir. É uma admiração mesmo. E, realizando esse trabalho, creio que vou conseguir trazer essas histórias que, muitas vezes, não são trazidas tanto pela mídia, principalmente em cidades pequenas como a de onde eu venho. Sou de Petrolina, Pernambuco. Em Juazeiro, Bahia, é onde fica minha universidade. São cidades pequenas, onde essas histórias muitas vezes não são contadas, como se essas famílias nem existissem. Às vezes é até difícil acreditar que duas mulheres

tenham adotado uma criança e que se casaram. Na minha cidade, o primeiro casamento gay ocorreu no mês passado e foi realmente uma revolução dentro da cidade.

Temas como este, contados, de mulheres de várias partes do Brasil, como o que pretendo trazer, vão trazer esse panorama do que é a família hoje, do que a família está se tornando e como é essa visão de ser mulher, ser lésbica e ser mãe, principalmente ser mãe. Como é essa dupla maternidade?

É uma honra estar aqui e ouvir os senhores. Sou fã mesmo da Maria Berenice Dias. Acompanho o trabalho dela e, inclusive, sou também estudante do curso de Direito, do terceiro período, e estou concluindo Jornalismo, curso em que pretendo apresentar este trabalho. É uma honra.

Agradeço o momento e a possibilidade, e falo como uma jovem de 21 anos, homossexual. Quero, quando tiver meus filhos, o que é um sonho...

(Soa a campanha.)

A SRª LÍCIA LARA DANTAS BARROS – ... chegar ao cartório, após o nascimento, e registrá-los sem precisar entrar na Justiça ou recorrer a advogados para isso.

Obrigada a todos. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Lícia Dantas.

Conversei rapidamente aqui com a Laura e acredito que a Cristina também se dispõe, a própria Drª Maria Berenice, o Dr. Luciano... Vamos ficar com o contato deles. Se porventura alguém quiser avançar no debate, quiser aprofundar ou fazer mais alguns questionamentos, a Comissão de Direitos Humanos fica como receptora dessas demandas e as encaminha para vocês. Pode ser assim? Podemos ter esse compromisso, Cristina? (Pausa.)

Há um médico aqui presente que quer manifestar-se. É o senhor? (Pausa.) Por favor, achegue-se aqui. Estamos encerrando, mas vou conceder-lhe a palavra. É importante ouvi-lo. O senhor é médico. Apresente-se, por favor, diga de onde vem, e pode ocupar o microfone aqui da frente.

O SR. ANDREI MOREIRA – Bom dia a todos. Meu nome é Andrei Moreira, sou médico homeopata e também Presidente da Associação Médico-Espírita de Minas Gerais.

Fiz um trabalho a respeito da homossexualidade, muito baseado em dados científicos, e gostaria de reforçar as belíssimas falas, cumprimentando toda a Mesa e dizendo que há suficientes dados científicos hoje afirmando tudo isso a respeito da dignidade da pessoa e das famílias homossexuais e que já estão suficientemente comprovados, embora muito pouco divulgados.

Então, relativamente às adoções e às famílias homossexuais, há inúmeros estudos hoje, já que há mais de 20 anos de adoção na história da humanidade, a respeito dos efeitos para as crianças e para os filhos de casais homossexuais, desses efeitos. E as pesquisas científicas demonstram que as crianças são tão adaptadas socialmente, no desenvolvimento escolar, cognitivo e afetivo quanto os filhos de casais heterossexuais. Isso é a tal ponto bem definido que a Academia Americana de Pediatria publicou na mais renomada revista científica, que é a *Pediatrics*, em 2002, um documento manifestando-se, como instituição científica, a favor da adoção por pessoas e casais homossexuais e a favor da família homossexual. Também a Associação Americana de Psiquiatria e a Associação Americana de Psicologia têm documentos que atestam essa mesma posição.

Então, as evidências científicas são inúmeras do ponto de vista da normalidade das pessoas homossexuais, tanto dos indivíduos quanto das famílias, e da parentalidade, de forma a atestar tudo isso que a Mesa, de forma tão bela, afirmou nesta audiência pública, da dignidade da pessoa e das relações afetivas. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Dr. Andrei Moreira, médico que aqui está participando e também podendo contribuir.

Quero aqui agradecer à Lícia, que já falou, estudante da Universidade do Estado da Bahia; agradecer profundamente a todos, às nossas convidadas e aos nossos convidados; agradecer à Laura Castro, que é atriz, produtora cultural e dramaturga; à Cristina Lerosa, empresária, que traz sua experiência de vida. Agradeço também ao Dr. Luciano Mariz Maia, Subprocurador-Geral da República; à Drª Maria Berenice, Presidente da Comissão Especial da Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB, e também ao Gustavo Bernardes, Coordenador de Promoção dos Direitos de LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Também agradeço à Marília, por ter sugerido esta audiência pública, que muito enriqueceu e contribuiu para que tivéssemos maior conhecimento deste tema.

Quero também registrar que estiveram conosco aqui o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Osvaldo Sobrinho. Neste momento, estão acontecendo outras reuniões. Eles estiveram aqui, participaram conosco, mas não tiveram tempo de permanecer para se manifestarem. Estão em outras atividades do Senado.

Queremos agradecer profundamente a todos os internautas e pedir-lhes desculpas, porque nem sempre é possível ler todas as questões. São muitas, o nosso tempo não permite, mas todas serão lidas por nós, e, se for necessário, daremos algumas respostas depois por e-mail, através da nossa assessoria.

Conforme disse antes, há uma concordância dos nossos convidados e convidadas de que deixarão conosco os seus contatos. Caso seja necessário e alguém deseje dialogar um pouco mais sobre o assunto, receberemos essa demanda e faremos os devidos encaminhamentos. É importante que deixem endereços de e-mail, telefones de contato, para que possamos passá-los para as pessoas.

No mais, quero agradecer a todas as pessoas que aqui se fizeram presentes durante esta manhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública. (Palmas.)

(Iniciada às 8 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 04 minutos.)

ATA DA 75ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e onze minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Presidente eventual Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senhor Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 94 de 2013, aprovado em 23/10/2013, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: “25 anos da Constituição Brasileira na visão dos Trabalhadores”. A Presidência comunica que esta Audiência Pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania – link: bit.ly/CDH25CF, e do Alô Senado pelo número 080061-2211. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados e solicita que tomem lugar à mesa. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Moacyr Roberto Tesch Auversvald, Secretário Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; José Maria de Almeida, Representante da Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas; Lourenço Ferreira do Prado, Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT; Antonio Lisboa Amâncio do Vale, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores – CUT; João Agostín, Representante da Secretaria Nacional da Alimentação da Força Sindical; Flávio Werneck Meneguelli, Vice-Presidente Nacional da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB. O Senhor Presidente lê mensagem recebida, em virtude do caráter interativo da Reunião. O Senhor Presidente concede a palavra aos seguintes sindicalistas presentes no plenário da Comissão: Francisco Calasans Lacerda, NCST e Sindicato dos Trabalhadores de Hotéis do Estado de São Paulo (SINTHORESP); João Florêncio Pimenta, Confederação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – COBAP; Ernesto Luis, Assessor Parlamentar da CSB. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Fazer os procedimentos necessários para que a Lei sobre Terrorismo passe pela CDH; 2) Audiência Pública da CDH, com a participação da CDH da Câmara e da Frente Parlamentar de Direitos Humanos, para tratar da questão das liberdades, sobretudo a criminalização dos movimentos sociais; 3) Informar aos Senhores Senadores que em audiência pública na CDH foi sugerido pelos sindicalistas que o Projeto que trata sobre lei de greve seja rejeitado: Projeto de Autoria do Senador Cyro Nogueira, com relatoria do Senador Romero Jucá; 4) Fazer contato com o Ministério da Justiça para que investigue casos de ameaças de morte citados pelos convidados Antonio Lisboa Amâncio do Vale, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores – CUT, e José Maria de Almeida, Representante da Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas, contra o Professor Roberto, Presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação no Estado do Mato Grosso do Sul – FETEMS e a Professora Rejane Oliveira, Presidente do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPRGS, respectivamente; 5) A realização de um grande debate com a presença de Deputados Federais e Senadores, na CDH, para tratar do tema ameaças aos direitos dos trabalhadores. Faz uso da palavra o Senhor Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 75ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos do Requerimento nº 94, de autoria deste Senador e de outros, para debater o tema: “Os 25 anos da Constituição brasileira na visão dos trabalhadores”.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, pelo link: <http://bit.ly/CDH25CF>, conforme está na tela, e também pelo Alô Senado pelo número 0800-612211.

Convidamos para esta audiência pública, a última deste ano, já que achamos interessante refletir um pouco sobre a visão dos trabalhadores, neste ano que termina, sobre os 25 anos da Assembleia Nacional Constituinte, os convidados presentes, que virão para a mesa:

- Moacyr Roberto Tesch Auversvald, Secretário Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST). Já o convidamos para a mesa.
- Antonio Lisboa Amâncio do Vale, da Central Única dos Trabalhadores;
- João Agostín, representante da Secretaria Nacional da Alimentação da Força Sindical;
- Ubiraci Dantas, da CGTB;
- Flávio Werneck Meneguelli, Vice-Presidente Nacional da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB);
- José Maria de Almeida, Representante da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas);
- Lourenço Ferreira do Prado, Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Nossos convidados já estão à mesa. Outros convidados, como o Calazans, estão aqui conosco no plenário. Ele veio de uma disputa eleitoral recente. Foi bem? Ganhou as eleições? Muito bem, Calazans. Independentemente dos adversários, o importante democraticamente é o resultado das urnas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quanto? Aí já é covardia, não tem graça. Se toda unanimidade não é adequada, isso é quase unanimidade. Meus cumprimentos por sua reeleição.

Bom, já chamei os que estavam presentes, representando as centrais. Vou só fazer um comentário rápido aqui. Não vou ler o documento, embora a intenção da moçada que fez a abertura é das melhores. Enfim, o objetivo de hoje é dialogar um pouco com o movimento sindical, conversar com a sociedade sobre os 25 anos da nossa Constituição.

Todos sabem que fui constituinte, que estava lá, que participei de todo o processo, já falei inúmeras vezes sobre esse tema. Repito sempre que, se houve avanços, foi pela pressão do movimento sindical e social. Claro que todos vamos dizer que não a condição ideal, mas, para a época, ainda foi um avanço. Poderíamos ter avançado muito mais.

A intenção aqui não é analisar o texto em si, o que aconteceu. Lembro-me de que os cartazes “traidores do povo” que o movimento sindical fez ajudaram muito na pressão para que tivéssemos alguns avanços. Por exemplo, queríamos 40 horas, não deu, mas deu 44 horas; a remuneração na volta das férias não deu, mas conseguimos férias mais um terço. E assim fomos avançando. Mesmo o texto sindical ficou um misto de unicidade com pluralismo, mas está aí resguardado o princípio da unicidade, sem prejuízo, claro, porque cada um pensa como acha melhor.

Mas eu confesso que, de lá para cá, estou um pouco preocupado, porque as emendas que foram aprovadas pelo Congresso, em sua ampla maioria, vieram para suprimir direitos e não para ampliar direitos. E as que estão na boca do túnel, como costumamos dizer, estão na mesma linha.

Quero até refletir com vocês. Estou um pouco preocupado, não vou citar nome desse ou daquele, porque agora, aqui no Congresso, fazem uma comissão e ali colocam todas as leis que têm coincidência, ou são correlatas.

E depois decidem. E, às vezes, são leis que foram fruto de uma história de luta, de décadas e décadas, desse ou daquele setor da sociedade, e jogam tudo em um pacote só e dizem que daqui para frente está tudo revogado e o que vale é outra coisa. Depois, vou comentar mais, mas estou um pouco preocupado com essas comissões de superpoderes. Mas não é mais aquele embate que fazíamos, comissão por comissão, se estávamos de acordo ou não. Por exemplo, se aprovamos aqui, na Comissão de Direitos Humanos, um projeto X, de repente jogam esse projeto na supercomissão, e ele morre lá. Então, tudo o que foi feito desaparece. Mata a história, bate no trabalho da Comissão, enfim, é muito complicado. Eu estou quase em estado de alerta devido a essa questão de se começar a revogar leis e mais leis. Quando vimos, estão revogando as poucas que vieram na linha de defender os interesses dos trabalhadores.

Muito bem, vamos, de imediato, os senhores conhecem o tema melhor do que eu, então, não precisamos fazer a leitura aqui. A população, tenho certeza, entendeu o que vamos debater hoje. Houve muitos eventos – e corretos – sobre os 25 anos da Constituinte, do processo constituinte, que resultou na Constituição Cidadã, de Ulysses Guimarães. Achei adequado chamar o movimento sindical para refletir sobre o que tínhamos, o que temos e o que queremos. As preocupações todas que temos, tenho certeza, são as mesmas em matéria de direitos dos trabalhadores. Nem vou falar da minha preocupação com esse maldito fator previdenciário e tantas outras bandeiras históricas que estão, todas, engavetadas. Parece-me que se não houver uma grande pressão, não se avança uma linha; pelo contrário, haverá retrocesso.

É só vermos a história da terceirização, não é? Disseram-me – não vi – que passou um projeto que pretende criar um consórcio de empresas. Já falei com o autor, que entendeu que é complicado. É alguém que é próximo ao nosso campo. Vamos esperar uma emenda da Câmara ao projeto, então, ele volta para cá, e vamos rediscutir esse projeto. Temos que estar aqui 24 horas. Como alguém disse, até para dormir, temos que ter um olho fechado e outro aberto. Senão, a gente dança.

Vamos lá. Vou começar pela lista, se não houver nada contra.

O primeiro a falar é o Moacyr Roberto Tesch Auversvald, Secretário Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST).

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERSVALD – Prezado Presidente Paulo Paim, Senador da República; companheiros da mesa, Zé Maria, Lourenço, senhores e senhoras, para falar da nossa Constituição Cidadã, temos que voltar um pouquinho ao passado e lembrar a história da sua construção.

Na época em que foi iniciada a Constituição, houve um movimento de que lembramos muito bem, da sociedade, de pessoas que nunca foram políticas, tentando participar da Constituição, para construir um mundo melhor; outros, para tirar os proveitos que se abriam com as oportunidades.

Lembro-me de que, naquela oportunidade, eu fazia parte da Federação dos Comerciantes do Paraná, presidida pelo companheiro José Roque da Silva. A da indústria era pelo Mathias, de quem V. Exª deve estar lembrado. E montamos uma intersindical para fazer o trabalho aqui no Congresso Nacional.

Na oportunidade, houve articulação junto com Edésio Passos, um dos Constituintes do Paraná, que deu as coordenadas para a gente. E criamos essa intersindical. Lembro-me de que compramos três carros: na época, foi um Gol, uma Beline e um Del Rey. A Beline e o golzinho nem ar-condicionado tinham, e vínhamos em cinco pessoas, de Curitiba para cá.

Fazíamos um vaivém na história: uns vinham segunda, outros vinham na sexta-feira, na outra semana vinha outro grupo de cinco, e assim fomos andando durante o período da Constituinte. Era interessante porque chegávamos aqui na madrugada, muitas vezes, havia uma pauta, e diziam que a gente ia discutir a questão social, que era do nosso interesse, na sala número tal. Os espaços eram muito limitados, passávamos a noite praticamente em pé, encostados na parede, para ter o acesso àquela comissão. E, quando as coisas se complicavam, éramos mudados de sala e passávamos a noite inteira que nem bobos, fazendo papel de bobo para esperar entrar em uma sala – uma sala como esta aqui – e depois, de manhã cedo, quando menos esperávamos, falavam que a sala tinha sido alterada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Era tática de guerra para esvaziar o movimento.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERSVALD – Tática de guerra, para esvaziar o movimento. Acabávamos saindo e, quando chegávamos lá, o espaço estava todo ocupado. Mas foi muito bom.

Acho que aquilo movimentou o movimento sindical, tínhamos sua estreia aqui dentro, estreia do Lula.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Lembro-me daquele encontro, lá na Contag. Fizemos um grande encontro do movimento sindical da Contag, e tiramos a pauta, que foi o eixo do debate aqui dentro.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERSVALD – O Cabral, o Diap, com uma participação muito forte. O Diap apareceu efetivamente, com a potencialidade dele. Então, acho que foi muito importante para nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quero avisar aos companheiros que estão chegando que, como são inúmeros convidados, teremos duas mesas. Essa é a primeira mesa, depois vem a segunda mesa. Aqui são dez minutos com mais cinco para cada um. Desculpe, Moacyr.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERSVALD – Então, só para fazer um preâmbulo nessa história, quem participou dessa luta participou de um momento histórico do Brasil, que veio ser a própria Constituinte, da Constituição Cidadã, de Ulysses Guimarães.

Foram 578 dias de trabalhos permanentes, inclusive aos sábados e domingos. Houve 39 mil emendas analisadas, em oito comissões temáticas. Quer dizer, foi um volume de papel enorme. Havia aquela distribuição de papel, e a gente não vencia fazer a avaliação de todo aquele trabalho.

Mas acho que conquistamos algumas questões: a jornada de 48 horas para 44 horas – hoje estamos trabalhando para 40 horas –; a licença-maternidade, que era de 120 dias e foi ampliada para 180; a licença-paternidade, de cinco dias, na época foi criada a maior polêmica, perguntavam o porquê dessa licença-paternidade, diziam que o cara iria para o boteco, não sei o quê.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Alcení Guerra defendeu.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERSVOLD – O Alcení Guerra, exatamente. Vieram criticando muito, perguntando o porquê dessa licença-paternidade.

Conquistamos o salário mínimo nacional, porque era regional. Hoje, na prática, acabamos criando o salário mínimo regional, mas só que agora um é salário mínimo regional acima do salário mínimo nacional, o que é um avanço. No Paraná, está em R\$915,00 o piso salarial para quem não tem convenção coletiva.

Participação nos lucros: ainda temos uma quantidade enorme de empresas que não fazem a sua parte. Temos uma dificuldade enorme, dentro das convenções coletivas, de participar, de fazer convenções coletivas.

A questão do aviso prévio proporcional: há poucos dias, o Supremo acabou dando uma atropelada, lamentavelmente, na Casa. Acho que poderia ter sido de outra forma, mas acabou acontecendo.

A nossa Constituição cidadã, vira e mexe, vem tendo algumas alterações, algumas positivas e outras que nos deixam muito preocupados. Uma das positivas foi, recentemente, a inclusão das domésticas, dos direitos das domésticas, a Emenda nº 72. Em compensação, tivemos, há algum tempo, a Emenda nº 45, que é um desastre para todos os trabalhadores. Veio aquela emenda segundo a qual, para você entrar com dissídio coletivo, você tem que entrar em comum acordo, ou seja, se o empregador concordar. E desde quando alguém que está demandando com alguém diz o seguinte: “entra na Justiça contra mim, que a gente discute a questão lá.”? Seria a mesma coisa de você ter uma diferença com alguém, uma batida de carro, por exemplo, e dizer: “entra na Justiça porque vamos acertar lá, estou de pleno acordo”. Isso nunca acontece. Quer dizer, foi uma puxada de tapete, e sabemos como funcionam, muitas vezes, as coisas aqui: uma cochiladinha e as coisas acontecem. Às vezes, lamentavelmente, o movimento sindical e a sociedade organizada passam por dificuldades que não conseguimos acompanhar.

Tivemos a Emenda nº 63, que introduziu a lei que dispõe sobre o piso nacional dos agentes comunitários, de saúde, mas ainda existem 117 artigos sem regulamentação. Entre eles, o §1º do art. 7º, que foi um grande avanço para nós. O art. 7º e o art. 8º foram um grande avanço para nós, mas há a questão da demissão imotivada. Não temos ainda possibilidade de ter um texto mais claro. Sobre o direito de greve do servidor público, ainda há pendência. Acerca da regulamentação do adicional de remuneração de atividade penosa, insalubre também ainda estamos na expectativa. E assim vai uma quantidade enorme de artigos que precisam ser regulamentados, 117 artigos.

Há, dentro desses 117, uma questão da qual dependem visão e interesses. O art. 8º para nós é limpo, não há o que mexer, é claro, mas há um segmento da sociedade que diz que tem que regulamentar. Não vejo o quê.

Mas, Senador Paim, o senhor é autor de 38 PECs. Entre algumas delas, gostaríamos de salientar que a nossa briga por 40 horas, de que V. Exª é um dos grandes aliados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Inácio Arruda e Paulo Paim.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERSVOLD – ... que trabalharam. Tivemos agora, recentemente – e eu gostaria de parabenizar V. Exª – o estabelecimento do voto aberto, uma grande conquista para a sociedade, em que muitas coisas vão deixar de correr para debaixo do tapete e haverá a exposição dos parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você me permite um comentário, Moacyr? Agora, o movimento social e popular vai saber quem é quem no Congresso, como cada uma vota. Alguém vai dizer: “ah, e o Executivo?” E eu com o Executivo? Estou aqui pelo mandato popular. A população é que me mandou para cá, e cada voto agora, inclusive para vetos, será aberto. Não tem mais voto secreto, escondido, encabulado, com vergonha do seu próprio voto. E a população vai cobrar, vai cobrar coerência.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERSVOLD – Sem dúvida. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O fim do voto secreto, para mim, foi, talvez, a votação mais importante desse ano.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERSVOLD – Desse período, não é? Acho que ela é de suma importância, porque acho que não há motivo algum para o Parlamentar se esconder atrás do voto secreto.

Muitos Parlamentares diziam assim: “mas nós temos que preservar a nossa identidade, preservar a posição pessoal de cada um etc”. Não sei se a nossa visão está equivocada – acredito que não –, mas o Parlamentar está aqui para representar o povo brasileiro e o segmento dele. A gente entende isso. Então, quando ele for representar o segmento, ele tem que dar satisfação àquele segmento para, depois, na época da eleição, não virar santo e passar um discurso completamente equivocado.

O juiz não penaliza as pessoas? Ele coloca na cadeia, ele tanto liberta quanto prende, certo? Então, não tem problema, ele dá a sentença e pronto. Ele é o profissional. Acho que aqui não poderia ser diferente, certo?

Temos ainda alteração do §2º do art. 230 da Constituição Federal, que garante a gratuidade de transporte coletivo urbano e intermunicipal da pessoa com deficiência, de autoria de V. Exª. Há muitas outras ações que tiveram a participação de V. Exª, precisaríamos de um tempo enorme para discorrer sobre elas.

Temos ainda, na época da Constituição, quando estava sendo construída a Constituição, a Constituinte, alguns Parlamentares que foram considerados Constituintes nota dez, entre os quais está V. Exª. E temos um orgulho muito grande disso pela posição, pela sua história, por manter o lado. V. Exª sempre teve um lado, e todo mundo conhece, o lado do trabalhador, independentemente da posição que venha. Tivemos uma quantidade enorme de pessoas que foram considerados Constituintes nota dez. E o que mais me preocupou, Senador e hoje me preocupa é que alguns dos Constituintes nota dez não conseguiram se reeleger. Entre eles, há aquele de quem falamos, o Edésio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aquele que faleceu, que foi um baita companheiro, que era do PCdoB antigamente e foi do PDT, foi assessor das confederações...

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERSVALL – ... de Minas Gerais, Sérgio Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sérgio Miranda, um grande Parlamentar. Faleceu há pouco tempo.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERSVALL – Então, se pegarmos a quantidade de parlamentares que tiraram nota 10...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Caó, que foi autor da Lei Caó, não se elegeu. E querem revogar essa lei, ainda tem mais essa.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERSVALL – Tivemos, então, uma grande quantidade. Parece-me que a sociedade não entendeu a articulação política e não deu valor a algumas figuras a quem a sociedade deve muito, pelas ações.

(Soa a campanha.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERSVALL – De acordo com a avaliação, 63 Constituintes receberam a nota máxima, que é dez. Mas houve uma quantidade, 29, que receberam nota zero. Entre eles, podemos lembrar o Afif Domingos.

E virou Ministro!

É engraçada a comparação, e o nome dele está aqui: quem fez bem para a sociedade acabou sendo excluído e alguns que não tiveram essa participação na sociedade lamentavelmente estão aqui.

Senador, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui. Estamos juntos aqui, a nossa Central, nas nossas demandas, sempre à sua disposição. Desejamos a todos, já que essa é a última reunião de audiência pública, um feliz Natal, um próspero ano-novo, um bom descanso e um descanso merecido a um velho guerreiro nosso, porque o ano que vem é ano de eleições, e novamente as pessoas viram santos. Nós, no movimento sindical, temos o direito e a obrigação de fazer os encaminhamentos para as pessoas que vão se candidatar.

Não devemos nos preocupar muito com os discursos que eles vão fazer, mas olhar mais o passado dessas pessoas, o compromisso que eles tiveram com a questão social, com a questão do trabalhador, com o bem-estar do Brasil. Como eu estava dizendo, o ano que vem, com a aspiração das novas eleições, dos novos mandatos, o céu vai ficar congestionado de tantos santos que subirão aos palanques.

Muito obrigado, Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito obrigado, Moacyr Roberto Tesch, da Nova Central Sindical, que fez um breve relato. São 25 anos da nossa Assembleia Nacional Constituinte.

Na ordem, agora, José Maria de Almeida, que aqui representa a Central Sindical e Popular CSP-Conlutas.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Senador Paim, bom dia. Bom dia, Moacyr, Lourenço, demais companheiros e companheiros aqui presentes.

Em primeiro lugar, queria agradecer o convite que você nos fez. Ao mesmo tempo, parablenzo-o pela iniciativa, porque acho que é um debate bastante importante. Acho que é uma reflexão a que, talvez, por iniciativa do próprio movimento sindical, nós devêssemos ter dado mais atenção. De fato, é um tema muito importante de se analisar: o que implicou na vida dos trabalhadores, e o que implica na vida dos trabalhadores hoje, a Constituição que o País aprovou em 1988.

Eu gostei muito da fala do Moacyr. Eu vou fazer uma fala mais complementar, tocar outros aspectos que também acho relevantes em relação a essa discussão.

Nós tivemos, obviamente, na Constituição de 88, fruto da pressão do movimento sindical, dos movimentos populares e do trabalho de alguns Parlamentares aqui dentro, que souberam ser fiéis a essa representação que receberam dos trabalhadores, uma série de conquistas. Eu não diria que, no conjunto, a Constituição tenha

sido uma conquista do povo, porque é uma Constituição muito contraditória – depois eu vou voltar um pouco a esse tema –, na medida em que assegurou, sim, alguns direitos para os trabalhadores, mas, por outro lado, consagrou – consagrou! – o controle do poder econômico sobre o nosso País. Isso também tem consequências que vivemos ou sofreremos ainda nos dias de hoje.

Mas eu queria, no sentido do que o Moacyr já disse inclusive, só ressaltar algumas questões. De fato, o Senador Paim também tocou nesse assunto, apesar de a Constituição ter trazido alguns avanços importantes para os trabalhadores, o que nós vivemos de lá até agora – e continuamos a viver nos dias de hoje – é uma tentativa de retroceder esse processo. Então, não é só um problema daqueles Parlamentares que cumpriram um papel importante aqui e não se reelegeram. Há um problema mais geral no Congresso Nacional brasileiro e no sistema eleitoral do nosso País que é justamente a incidência do poder econômico através do financiamento das campanhas. Há uma discussão agora no STF, que eu espero...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me que eu também dê minha posição. Que bom que está quatro a zero. Tem-se que acabar com essa mamata de empresário investir R\$30, R\$40, R\$50 milhões em uma candidatura de um parlamentar. Isso não existe! Claro que está comprando o mandato dele. Ninguém bota R\$50 milhões na mão de alguém porque virou Papai Noel. Tudo bem que é fim de ano, mas não existe isso. Então, agora vai ser só individual e, para mim, o limite teria que ser, no máximo, um salário mínimo.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Isso se aqui no Congresso Nacional, Paim, à revelia da sua vontade, eu sei, eles não derem um jeito de votar alguma coisa que volte à situação de antes. Você sabe como é que funcionam as coisas aqui.

Esse tema tem uma relevância muito grande e as pessoas não necessariamente têm consciência disso. Ou seja, nós tivemos, para tomar... A Presidenta da República que está aí em exercício gastou, de acordo com as informações no TSE, R\$130 milhões, é o que está registrado, aliás, R\$230 milhões. Desse montante, R\$107 milhões foram empreiteiras que doaram; agronegócio, R\$40 milhões; bancos, R\$30 milhões. Obviamente isso depois interfere na política econômica que será definida neste Governo.

E aqui no Congresso Nacional a pedreira que o Senador Paim e outros Parlamentares que estão aqui defendem e os trabalhadores enfrentam é a expressão desse mesmo problema. Então, veja, a PEC 369 quer dizer o quê? Ela está tentando fazer retroceder tudo o que se conquistou em termos de direito sindical e direito trabalhista. A Emenda 3, que acabou sendo aprovada e depois vetada pelo Lula. A tentativa de reconsolidar a CLT, que está em debate na Câmara neste momento. O problema da lei que estabeleceu a demarcação das terras dos povos indígenas e quilombolas que está de novo sob ameaça por uma PEC que está em discussão aqui no Congresso Nacional. O Paim já falou da Lei de Combate ao Racismo, do Caó. Enfim, uma série dessas conquistas estão ameaçadas por esses problemas que têm a ver com a base do funcionamento das instituições no nosso País.

Mas há outras coisas que eu queria destacar que têm a ver com o problema da falta de regulamentação. O Moacyr falou de vários, mas o salário mínimo, de acordo com cálculos do Dieese, pela Constituição, deveria ser R\$2.800,00 e ele hoje é definido em pouco menos de R\$700,00. Proteção contra demissão imotivada, o Congresso nunca regulamentou isso, o STF ameaçou e aí vieram aqui e colocaram três salários mínimos para 20 anos de trabalho. Três salários da pessoa para 20 anos de trabalho. Negociação e contratação coletiva do funcionamento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se me permitir, é que estávamos aqui forçando a barra, com a pressão do movimento sindical, para aprovar um salário mínimo por ano trabalhado de aviso prévio e, daí, como o Supremo ameaçou que ia atender a esse demanda do movimento sindical, ligeirinho aprovaram o aviso prévio desse tamanho.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Exatamente.

A representação sindical na base, o representante dos trabalhadores, nada disso, foi regulamentado até hoje.

São direitos que estão lá, mas de fato nós não temos acesso a eles. São direitos fictícios.

Por outro lado, direito como o da propriedade é uma coisa absolutamente vigente no País hoje. O Agostin estava me dizendo, ainda há pouco, de um trabalho que vocês estão fazendo em relação ao problema do agrotóxico no País. Hoje nós temos uma situação em que a maior parte das terras agricultáveis do País estão sob o controle de empresas que fazem o que querem dessas terras. Em vez de produzir alimento para o povo brasileiro, produzem soja para exportar para a Europa, para virar ração de gado. E nós estamos importando feijão preto da China, porque não se produz aqui no Brasil. A pessoa pode fazer o que quer da sua propriedade. Esse direito está vigente. Agora, os direitos nossos não.

Agora eu queria chamar a atenção para outro tema, companheiros e companheiras, e deixar inclusive uma sugestão, Senador Paim, que tem a ver mais com um problema da atualidade. A Constituição de 88, em tese, assegurou as liberdades de organização, de manifestação para os trabalhadores, para a juventude brasileira. Na nossa avaliação, nós vivemos uma situação bastante preocupante neste momento. Além daquilo que o movimento sindical já vem suportando há anos, que são leis, medidas adotadas às vezes pelo Legislativo e às vezes pelo Judiciário, que limitam o direito de greve, o direito de ação sindical, como o interdito proibitório, por exemplo, que é uma excrescência, do ponto de vista legal, há, nesse último período, uma escalada, um re-crudescimento da repressão policial às manifestações de rua dos trabalhadores, da juventude, às greves dos trabalhadores, uma ação extremamente violenta.

Agora recentemente o Governo de São Paulo anunciou o investimento de R\$500 milhões em armas não letais para se preparar... O Governo de São Paulo, não, minto, o Governo do Ceará. Quinhentos milhões de reais para comprar armas não letais para dotar a polícia do Ceará de condições de enfrentar as mobilizações que estão previstas para a Copa do ano que vem.

Em São Paulo, nós temos, neste momento, cerca de 160 trabalhadores e jovens indiciados. Estão sendo acusados pela polícia de terem organizado as manifestações que houve em São Paulo. Dois jovens estão sendo indiciados na Lei de Segurança Nacional, 50 anos depois do golpe militar, 30 anos depois do fim da ditadura neste País. São inquéritos que são verdadeiras amálgamas. O que está ocorrendo, Paim, é que está se tentando transformar as lideranças dos movimentos sociais, as direções das organizações políticas em quadrilhas.

O Congresso Nacional aprovou em agosto, e foi sancionado pela Presidenta, a chamada Lei das Organizações Criminosas. Bom, sabe como a polícia de São Paulo está fazendo? E não é só de São Paulo, mas do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul – nós temos um problema grave no Estado, já fizemos uma reunião com o Governador Tarso Genro para discutir isso. A polícia prende o jovem ou prende o trabalhador e fala: “Tá bom, você estava na manifestação. Quem te chamou? Quem é que financiou o panfleto?” Obviamente, qualquer manifestação é organizada por um grupo de pessoas, por alguma organização. Esse grupo de pessoas vira quadrilha e todos vão ser acusados e processados como se fossem uma quadrilha com base em quê? Na Lei das Organizações Criminosas, que foi aprovada aqui.

A polícia de São Paulo e a polícia do Rio de Janeiro começaram, nos inquéritos, nos interrogatórios, a perguntar a filiação partidária das pessoas. “Qual partido você milita? Você é filiado a algum partido?” Pegam o Facebook das pessoas... Então, há um processo de criminalização das pessoas que lutam que é uma coisa absolutamente inaceitável, porque lutar em defesa de uma demanda está na Constituição, é um direito. Lutar não é um crime, é um direito. Crime é não atender aos direitos do povo que estão na lei. Transporte não é um direito de todos e dever do Estado? O Estado garante? Não. Isso é crime. Mas isso não é criminalizado. É criminalizado aquele que luta para ter direito ao transporte.

Então, esse problema...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – ... está generalizado e é importante que nós tomemos ciência disso, porque acho muito importante iniciativas aqui do Congresso Nacional em relação a isso. Qual foi o problema que nós tivemos no Rio Grande do Sul? Boa parte da liderança daquele bloco de lutas que se conformou naquele processo de mobilização de junho teve suas casas invadidas pela polícia, que apreendeu computador, livro. Paim, isso nós vimos na época da ditadura. Eu já fui vítima disso, mas na época da ditadura. Dissemos isso ao Governador do Estado. Isso aconteceu também no Rio de Janeiro e está acontecendo agora em São Paulo. Então, alguns governos têm tido uma postura mais agressiva quanto a isso, mas é um problema geral, essa atitude do Governo do Ceará, neste momento, é expressão da postura que esses governantes têm em relação ao direito das pessoas.

Aqui no Congresso Nacional, neste momento, além da Lei das Organizações Criminosas, Paim, está em discussão a tal da lei que tipifica o terrorismo, crime de terrorismo. Você seguramente já deve ter lido com atenção aquilo. O Relator é o Romero Jucá. Por aquela lei, se houver uma greve, Lourenço, no setor de transporte, vai todo mundo ser indiciado, no sindicato, como crime de terrorismo. São de 10 a 15 anos sem direito à fiança. Por quê? Porque impedir o direito de locomoção das pessoas passou a ser crime de terrorismo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu pedi para a assessoria ver se a gente entra com requerimento para que essa lei venha para esta Comissão, daí a gente faz o debate aqui.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Exatamente. Na regulamentação que está se discutindo agora da Lei Geral da Copa aqui, há um artigo que proíbe realização de greves no período imediatamente anterior e durante a Copa, ou seja, o Governo do Brasil passou a ser a FIFA. Então, tudo o que conquistamos, com dezenas de anos de luta da classe trabalhadora da juventude, as liberdades democráticas, se bota um x em cima porque

agora quem manda é o tal do Valcke, que é o Secretário-Geral da FIFA. É um negócio... Que o Governo brasileiro aceite isso, que o Parlamento brasileiro aceite isso é uma coisa completamente inaceitável!

Então, qual é a preocupação nossa? O que achamos que se pretende com isso? Não são medidas gratuitas. Nós estamos vivendo, no País, uma situação em que o povo brasileiro, a juventude à frente, voltou a tomar nas suas mãos ou começou a tomar em suas mãos a luta para tentar mudar a condição de vida. Nós vivemos durante muitos anos no País, Paim, você sabe disso, uma situação em que o povo vai acumulando o descontentamento, mas as pessoas não acreditam que haja forma de mudar aquilo a não ser esperar as autoridades fazerem.

Eu acho que isso começou a mudar no Brasil. As mobilizações de junho, as greves que vieram depois disso, as lutas que continuam a ocorrer no País inteiro são a expressão de que as pessoas começaram a acreditar em "eu vou lutar e vou mudar a minha condição de vida com essa luta minha". Esse é um direito que a Constituição assegura.

Qual está sendo a reação dos governantes? É preciso tomar medidas em termos de repressão, de legislação e de judicialização das lideranças, das organizações que têm essa postura para justamente coibir, impedir. Aqui concretamente a repressão da polícia, a prisão em massa dos ativistas e militantes que a polícia está fazendo e depois a judicialização desses companheiros. Leis como esta do terrorismo são para amedrontar a população para que a população não saia às ruas e não reivindique seus direitos, suas demandas.

Então, eu queria trazer para cá esse tema. Por que eu acho que isso tem a ver com o debate que nós estamos fazendo? Porque talvez a conquista mais importante da Constituição de 88 tenha sido consolidar o fim dos instrumentos autoritários que a ditadura militar usou no Brasil durante vinte anos para impor ao povo brasileiro, pela força, um governo que representava o interesse dos grandes bancos, das grandes empresas multinacionais. Isso o povo brasileiro derrubou nas mobilizações do começo da década de 80, que se consolidaram na Constituição de 88. E nós estamos voltando para trás. Se nós começarmos a enquadrar, numa lei de terrorismo, numa lei de organização criminosa, se começar a criminalizar, abrir inquérito, processar, prender as lideranças da luta popular neste País, onde é que nós vamos parar? Na ditadura militar de novo. Na ditadura militar de novo.

Então, desde esse ponto de vista, eu queria sugerir, Senador Paim, pelo compromisso que você já demonstrou várias vezes que tem com as demandas populares, com a luta dos trabalhadores, que talvez fosse o caso, aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado, talvez junto com... Com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara neste momento é um problema, mas talvez com a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos da Câmara, tínhamos que organizar uma audiência pública que trouxesse para cá esses problemas, trouxesse para cá as lideranças.

Fiquei sabendo sexta-feira à noite, Regiane de Oliveira, que é Presidente do CPERS do Rio Grande do Sul, que deve estar dando uma entrevista coletiva lá hoje, começou a receber ameaça de morte. A luta dos professores no Rio Grande do Sul, você sabe, é uma luta muito intensa, inclusive perguntei a ela: já foi à delegacia? Foi. Agora, vai para a imprensa, pede ao Governo do Estado medidas concretas em relação a isso. Nós vamos chegamos numa situação perigosa em relação a esses problemas. Então eu acho que valeria a pena organizarmos aqui uma audiência pública.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Nós traríamos para cá as lideranças, as organizações para debater esse tema e ver que encaminhamento concreto é possível adotar em relação a isso.

Obrigado, Paim. Agradeço mais uma vez. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – José Maria de Almeida, que falou pelo Conlutas, deixou aqui duas sugestões: que a lei do terrorismo tenha que passar – eu acho correto – pela Comissão de Direitos Humanos – isso é o mínimo que podemos assegurar – e, a segunda, fazer uma reunião... Eu não tenho problema em convidar as duas Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado e a Frente Parlamentar também para fazermos um bom debate. Que cada um coloque aqui as suas posições. Eu venho para cá para a gente fazer um debate sobre essa questão das liberdades.

Agora passamos a palavra, nesta mesa ainda, depois passamos para a segunda mesa, ao representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Vice-Presidente, o sindicalista Lourenço Ferreira do Prado.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Bom dia, eminente Senador Paulo Paim, companheiros de bancada aqui na mesa, Moacyr, da Nova Central, José Maria, do Conlutas, companheiros que estão visitando o plenário, Calazans, também da Nova Central, e Lisboa, da CUT.

Em primeiro lugar, Senador, senhoras e senhores, nós gostaríamos de agradecer efusivamente o convite formulado pelo eminente Senador Paulo Paim para participar deste debate. Nós entendemos que é uma iniciativa muito importante. Por pouco, terminávamos o ano legislativo de 2013 e esta Comissão não debatia

este tema alusivo aos 25 anos da Carta da República aqui na Comissão de Direitos Humanos. De forma que, meus parabéns, Senador Paulo Paim.

Nós, nesta oportunidade, falamos em nome do companheiro Ricardo Patá, que é o Presidente da Central e que por motivos de compromissos assumidos anteriormente aqui não está presente. Evidentemente que nós também falamos aqui em nome da Contec, a confederação que eu presido e que foi submetida a duas intervenções dos governos militares, de 64 e 72. E também falo em nome do Fórum Sindical dos Trabalhadores, o FST, que congrega todas as confederações de trabalhadores do Brasil.

Nós entendemos que temos um foco importante, conquistas fundamentais dentro da Carta Política de 1988. Entretanto, faremos um retrospecto histórico breve aqui sem cansar e sem ultrapassar o tempo concedido. A nossa Constituição é a sétima Constituição da República. Antes, nós tivemos a Constituição Imperial, de 1824, a primeira; a segunda de 1889, já com o País sob o domínio de regime republicano de governo; a terceira de 1934 decorrente também de uma Constituição, onde foram registradas algumas conquistas importantes, entre as quais, o voto secreto e obrigatório a partir dos 18 anos de idade e a Justiça do Trabalho. Entretanto, essa Constituição foi revogada em 10 de novembro de 1937.

Na Constituição de 1934, interessante, no art. 120, parágrafo único estava escrito o seguinte... Ali estava escrito ainda "sindicato" com y, não é? O parágrafo único registrava o seguinte: "A lei assegurará pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos." Isso na Constituição de 1934, quer dizer, nós acabamos ultrapassamos esse atraso e hoje estamos realmente em uma Constituição democrática, que assegura autonomia sem necessidade de uma pluralidade evidentemente.

A Constituição de 1937 previa inclusive a pena de morte, a de 1946 foi uma Constituição extremamente democrática e finalmente a de 1967, com a Emenda 2, de 1969, dos militares, bastante autoritária e que, para fazer frente a esse autoritarismo e outros pontos mais que atentavam contra os trabalhadores, veio finalmente a Constituição de 1988. Nesse período de exceção que o Brasil passou, de 20 anos, de 1964 a 1985, quando tomou posse o novo governo, todos se lembram muito bem as prisões, as cassações de mandatos parlamentares no Senado, na Câmara, o amordaçamento do Poder Judiciário. Eram comum as intervenções, as prisões, as intervenções em entidades sindicais, sindicatos, federações, confederações, inclusive a confederação que eu presido foi intervencionada em 1964 e novamente intervencionada em 1972 pelo Ministério do Trabalho. Também as prisões, torturas e finalmente assassinatos. A Contec teve um presidente que foi assassinado em 1971, era o companheiro Aluísio Palhano Pedreira, a quem nós rendemos nossa homenagem nesta oportunidade.

Nesta atual Carta, o que nós sabemos é que, para que a ela chegássemos, naquela oportunidade, havia muitas resistências no meio da sociedade como um todo, inclusive uma delas, a fundamental, é de que seria uma Constituinte exclusiva com todos os poderes a ela inerentes ou simplesmente uma Constituinte congressional. Ganhou a Constituinte congressional, da qual o eminente Senador Paulo Paim, à época Deputado Federal, foi Constituinte também. Não se adotou uma Constituinte exclusiva sob temor, naquela oportunidade, dos meios políticos, dos meios que dirigiam o País na oportunidade que realmente uma Constituinte exclusiva teria poderes ilimitados para adotar uma série de medidas, de providências e registros na Carta da política do País, que realmente alguns assuntos não tinham espaço, dentro da sociedade, para resistir que assim fosse feito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me também, pois eu estava lá, queriam também fazer uma Constituição que fosse só uma carta de princípios. E eles diziam: a Constituição dos Estados Unidos têm doze artigos, vamos fazer dez, doze artigos. E o movimento sindical disse: "Não, senhores, nós vamos cravar tudo o que nós pudermos. Aí queremos ver depois vocês arrancarem." E para mim foi corretíssimo. O pouco que conseguimos colocar eles estão tentando até hoje revogar.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Obrigado, Senador, por essa ilustração, V. Ex^a é uma testemunha viva, participante desse processo Constituinte, com uma atuação muito importante especialmente para o movimento sindical, para os movimentos sociais do Brasil.

Nós entendemos também ser importante registrar que essa Comissão de Notáveis que precedeu a instalação dos trabalhos da Constituinte foi presidida por um jurista muito famoso, conhecidíssimo no País, festsadíssimo, que era justamente o Dr. Afonso Arinos de Mello Franco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS. Fora do microfone.) – Autor da primeira lei contra o racismo.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Exatamente. Então, iniciados os trabalhos dessa Comissão de Notáveis, dela fez parte também um trabalhador: o companheiro José Francisco da Silva, que, à época, era Presidente da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS. Fora do microfone.) – Foi uma grande trincheira nossa na época.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Exatamente. Inclusive na sede da Contag nós realizamos diversas reuniões, diversos encontros para a gente estabelecer uma organização para fazer o enfrentamento aqui dentro do chamado Centrão, que, na verdade, era quem comandava esse processo. Mesmo assim, o movimento sindical, com a resistência firme, sabendo o que os trabalhadores precisavam, sabendo o que tinha que ser feito, fizemos isso e realmente entendemos que conquistamos bastante, inclusive o art. 8º foi redigido da forma que achamos que deva estar permanentemente assim constituído.

Essa discussão foi importante porque deu sustentação política, apoio para que os Constituintes e nós, da classe trabalhadora, em número não tão importante assim, tivéssemos condição de resistir e fazer com que tivéssemos algumas conquistas importantes. Evidentemente poderiam até ter sido mais relevantes, mas na política, como na vida, a gente faz o que é possível. E naquela oportunidade foi feito o possível, que achamos que ainda é muito importante para a classe trabalhadora.

Bom, os trabalhos da Assembleia Constituinte foram instalados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, à época, o Ministro José Carlos Moreira Alves, porque tem toda uma forma regimental desses trabalhos de Constituinte. Não é de quatro em quatro anos, de dez em dez, ou de vinte em vinte anos que se faz uma Constituinte. Isso demora muitas vezes muitos anos, até dezenas de anos.

Hoje nós temos uma Carta Política, promulgada no dia 5 de outubro de 1988, completando 25 anos, portanto, hoje, uma Carta que, de certa forma, pode-se até dizer que é bastante analítica, é uma Carta que contém 250 artigos e mais 97 artigos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e que já recebeu até hoje, com essa última emenda que abre o voto, que passa a ser voto aberto, e não mais voto secreto, dentro do Congresso Nacional nas questões dos vetos da Presidência da República, do orçamento e cassação de mandatos. Nós entendemos...

(Soa a campainha.)

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – São só dois pontos apenas. Na verdade, nós entendíamos, como entende o Senador Paim, que devia ser completo. O Parlamentar não devia ter segredo para o seu eleitor. Não devia haver uma caixa-preta para isso, porque, como dizia, se não me engano, o ex-Senador e Presidente da República eleito Tancredo Neves, quando qualquer eleitor chega a uma cabine indevassável, em que ele vai votar secretamente, dá uma vontade terrível de trair, muitas vezes trair...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ulysses Guimarães.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Então foi Ulysses Guimarães, não foi Tancredo Neves.

Então, hoje, esta é a nossa Constituição. Se nós formos analisar, comparativamente a outras Constituições de outros países, como a dos Estados Unidos, por exemplo, com mais de 200 anos de existência, ela recebeu apenas 24 emendas. Ela dispõe apenas de sete artigos; a da França tem 89 artigos, a da Alemanha, 141. A Constituição mais antiga que nós temos é a da Inglaterra, de 1215, do famoso João Sem Terra, um rei que, para ter seus poderes limitados e também os dos poderosos à época, dos barões feudais. Veio, então, essa constituição de 1215 da Inglaterra.

Mas, ultrapassado esse retrospecto, deveríamos afirmar que foi bastante rico o debate durante o processo constituinte do qual participou – e vou citar apenas dois Parlamentares – o Senador Paim, que participou de uma forma muito importante, e também um constituinte da época, Olívio Dutra, bancário que foi até Ministro, Governador de Estado, que hoje...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/ PT – RS. Fora do microfone.) – Vamos lembrar Lula, Fernando Henrique...

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Lula, Fernando Henrique, todos foram constituintes muito importantes. Não foi por corporativismo que citei V. Exª e o Deputado Olívio, evidentemente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Exatamente. Então, na verdade, é isso que entendemos muito importante, entendemos que há diversos...

Vou me louvar apenas na parte do Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais, nos arts. 5º, 6º, 7º 8º, 9º, 10 e 11. Na verdade, o art. 5º e seus 78 incisos já asseguram todos os direitos praticamente sociais que temos. O art. 6º assegura os direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, à segurança, à previdência, à proteção à maternidade e à assistência aos desamparados. O art. 7º é um dispositivo de grande importância, porque assegura o elenco de direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, desde a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, até a indenização compensatória, dentre outros direitos. O art. 8º, que entendemos e devemos afirmar isso de forma muito taxativa e bem frisada, deve ser mantido integralmente como se encontra, mantendo a unicidade sindical, a contribuição e o sindicalismo por categorias econômicas e profissionais.

Sei que meu tempo está urgindo. Estou com pouco mais de três minutos para usar da prorrogação, Senador, mas vou procurar abreviar para dizer mais algumas palavras.

O direito de greve, que está no art. 8º, infelizmente, com relação aos servidores públicos, até hoje não foi regulamentado nesta Casa, e temos outras iniciativas de regulamentar leis sem necessidade, sem pedido dos trabalhadores, como é o caso de um projeto de lei aqui do Senado do eminente Senador Ciro Nogueira, do Piauí, que procura alterar, modificar a redação da lei de greve para que a greve no sistema financeiro, toda e qualquer atividade de greve no sistema financeiro, seja realmente proibida porque passa a ser totalmente essencial o sistema financeiro. Simplesmente, os trabalhadores do sistema financeiro não poderão mais fazer greve. Então, a gente espera que esta Casa venha rejeitar essa iniciativa, que é realmente desnecessária, injusta. Nunca pedimos nada a respeito disso. Pelo contrário, combatemos e fazemos esse apelo de forma pública aqui na TV Senado para que realmente venha a ser rejeitado.

O art. 9º, embora hoje não regulamentado, o que acabamos de dizer, é justamente o do setor público. Os trabalhadores do sistema público, do serviço público de todos os níveis, federal, estadual, municipal, ainda estão pendentes de regulamentação aqui na Casa do povo.

A participação dos colegiados dos trabalhadores em todos os assuntos onde são debatidos os seus interesses, e o art. 11, finalmente, que defere aos trabalhadores com mais de 200 empregados o direito de eleger representante para negociar com o empregador respectivo.

Também entendemos como muito importante e fundamental como estrutura da Carta Política como um todo a questão relativa às cláusulas pétreas. Não podem ser objeto de emenda constitucional a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.

Entendemos, Senador, companheiros de mesa, senhoras e senhores, que já foi aqui falado, mas vou repetir brevemente, que temos, de forma bem imediata, bem visível, como muito importante, essa questão da redução da jornada semanal de trabalho de 48 horas para 44 horas; a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores domésticos; a renda mensal vitalícia aos idosos e deficientes; a licença maternidade de 120 dias – hoje, são 180 dias –; o crime de racismo e tortura inafiançáveis; habeas data; o voto aos 16 anos de idade – embora isso já existisse desde 1985.

Não resta nenhuma dúvida de que a classe trabalhadora e a sociedade civil organizada têm o dever de exercer pressão sobre o Congresso Nacional, Deputados e Senadores, para que outras medidas legislativas e essas emendas à própria Constituição sejam adotadas. Registramos que até hoje não entendemos, por exemplo, o fato de alguns Deputados, naquela oportunidade, não terem assinado a Carta da República de 1988. As marchas e contramarchas iniciadas em São Paulo, em junho, e estendidas depois para diversas capitais do País, entendemos que elas exerceram um papel importante, inclusive o de fazer com que o voto aqui em duas matérias, relativo a orçamento e vetos do Poder Executivo e cassação de Parlamentares, seja realmente aberto.

O ponto negativo, ainda infelizmente, mas depende de nós, da sociedade brasileira, é o fato de que dezenas e dezenas... E agora fiquei... O Moacyr, da Nova Central, registrou aqui que são 117 dispositivos ainda pendentes de regulamentação.

Acho que devemos continuar fazendo esse tipo de pressão para que realmente a gente consiga andar. Essa pressão não é só sobre o Poder Legislativo. Temos que fazer com que o Poder Executivo cumpra a lei. Também tem que haver evidentemente uma vigilância sobre o Poder Judiciário como um todo, porque o nosso Poder Judiciário ainda é muito lento. O Código de Processo Civil, na verdade, pode ajudar muito, pode ser fundamental e decisivo para que realmente as causas tenham uma celeridade no seu debate, na sua apreciação e para que a decisão realmente ande bem. Entretanto, esse Código de Processo Civil continua paralisado na Câmara dos Deputados, e não sei se vai ser resolvido este ano. Tudo indica, dado o correr da carruagem, que não será resolvido este ano.

De forma que eram essas as considerações que queríamos fazer nesta breve assentada aqui.

Agradeço mais uma vez ao Senador Paim pela iniciativa, pela oportunidade de fazer esse debate, para que não passássemos na Comissão de Direitos Humanos sem ter a visão dos trabalhadores quanto aos 25 anos da Carta Política do País.

Como sempre fazemos, trouxemos um improviso escrito e vamos deixar nas mãos do Senador para os arquivos do Senado.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Lourenço Ferreira do Prado, Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores.

Só lembro aqui que sobre o direito de greve apresentei um projeto há 20 anos. E até hoje não há regulamentação, principalmente na área pública. Também apresentaram um projeto aqui que, na verdade, proíbe

o direito de greve. Pedi vista e pedi que fosse anexado ao outro que está circulando aqui. Mas me preocupei, e temos que ficar em estado de alerta, porque, nessa comissão gigante de poucos, poder gigante que é de poucos, estão também querendo regulamentar o direito de greve e acabar lá com a Lei Caó, que é a questão de combate ao preconceito. Temos que estar em estado vigilante, porque muitos direitos dos trabalhadores poderão afundar nessa comissão. O pior é que a gente não pode nem pedir que venha para esta Comissão porque é uma comissão especial, e vai direto para o Plenário. Então, temos que, no mínimo, pedir, em nome do movimento sindical, uma audiência pública para esta Comissão para debater alguns pontos que estão decidindo lá sem que a sociedade participe.

Queria também lembrar, e até é uma questão de esclarecimento, que foi muito dito se o PT assinou ou não. À luz da verdade dos fatos, o PT assinou a Constituição. O PT votou contra inúmeras questões, em diversos momentos, até no final, porque entendíamos que poderíamos avançar mais. Tensionamos o máximo. Quero só dizer que nessa questão, porque eu estava lá, foi uma decisão da bancada, nós assinamos, sim. Reconhecemos a Constituição, mas queríamos que avançasse mais.

Também queria agradecer à Senadora Ana Rita, que não está aqui por compromisso no Espírito Santo. Está em uma audiência no Espírito Santo, também desta Comissão, numa missão da Comissão. Por isso, ela não está aqui, mas colaborou muito para que esta segunda-feira ficasse para o movimento sindical.

Uma das comunicações que chegaram aqui – uma vocês já responderam – diz: “O Congresso deve as reformas trabalhistas e da Previdência; a nossa Carta Magna é magna, mas não alavancou as reformas, falta boa vontade do Congresso, falta boa vontade até para votar a PEC do trabalho escravo.”

Registre-se que a PEC do trabalho escravo tem que ser votada mesmo. Quero só pegar essa última parte. Agora o meu receio é que estão querendo regulamentar o trabalho escravo. Houve uma iniciativa do ex-Senador Ademir Andrade, brilhante, na época, que dizia que, em toda propriedade onde for pego alguém sob regime de escravidão, seu patrão, empregador ou dono da propriedade perde a propriedade. Só que agora querem regulamentar o trabalho escravo. O trabalho escravo a gente não regula, a gente proíbe. É isso que diz a PEC. Por isso, está esse impasse aqui. Queremos aprovar a PEC, mas outros dizem que só aprovam a PEC se regulamentar o trabalho escravo. A gente diz que não queremos regulamentar o trabalho escravo. O trabalho escravo regulamentado é legalizar...

Até ouvi em uma das TVs algo interessante esses dias. Não sei qual foi a TV em que ouvi um belo comentário nacional mostrando o quanto existe de trabalho escravo no Brasil ainda. Eles mesmo dizem, nesse documentário – pena que não estou lembrando a TV, senão eu diria, pois, para mim, não importa se é Globo, se é Bandeirantes, se é SBT, acho que foi na Globo News – que, se regulamentar o que estão querendo, acabou a força dos fiscais do trabalho de libertar as pessoas do trabalho escravo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não adianta mais aprovar a PEC. A PEC para regulamentar o trabalho escravo? É brincadeira! Vamos trabalhar para aprovar a PEC.

Queria agradecer aos meus três convidados na mesa e pedir que retornassem ao plenário. Vamos convidar outros três. No final, cada um vai colocar seu ponto de vista sobre os temas que discutimos.

Convidamos o Antonio Lisboa Amâncio do Vale, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores...

Peço aos três que fiquem na primeira fila. Depois, o debate vai continuar.

Antonio Lisboa Amâncio do Vale, Diretor Executivo da CUT; João Agostin, representante da Secretaria Nacional da Força Sindical; Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da CGTB; e Flávio Werneck Meneguelli, Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

Pode sentar um de cada lado. Dividimos três em cada Mesa. Valeu, amigos! Sejam bem-vindos!

Sigo a ordem, sem preferência.

Pela ordem, Sr. Antonio Lisboa Amâncio do Vale, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores. Foi ex-Presidente da Central e tem um trabalho, como todos os outros líderes aqui presentes, exaustivo nessa época e também na época da Constituinte.

O SR. ANTONIO LISBOA AMÂNCIO DO VALE – Bom dia!

Está aberto o som aqui, Senador?

Quero primeiramente agradecer, em nome da CUT, pelo convite a esta importância audiência pública. Quero cumprimentar os companheiros da mesa e também os companheiros que acabaram de fazer as suas falas, os seus depoimentos.

Quero iniciar resgatando o que disse o José Maria, aqui, a respeito da informação da Rejane. Sou professor. Conheço a companheira do Rio Grande do Sul que está sofrendo ameaça de morte. Não sabia, não tinha essa informação, mas quero registrar que essa também não é a única situação que a gente vive hoje. O companheiro Roberto, que é Presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso do Sul

(FETEMS) está sofrendo também ameaça de morte, porque no Mato Grosso do Sul os produtores rurais resolveram fazer um leilão de gado para arrecadar dinheiro e financiar o que eles chamam de segurança privada, segundo eles, para proteção do seu patrimônio, das suas terras, que estariam sendo invadidas pelos índios. A que ponto nós chegamos!

No caso do Roberto, já tomamos as devidas providências. Fomos ao Ministério da Justiça. Ele está sendo acompanhado por agentes da Força de Segurança Nacional.

Isso é um caminho também para a gente sugerir e verificar o que a Rejane já tomou de iniciativa porque é um caso absolutamente grave.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se você permitir, a Comissão de Direitos Humanos também tomará providências no sentido de fazer contato com o Ministério da Justiça nos dois casos...

O SR. ANTONIO LISBOA AMÂNCIO DO VALE – Exatamente.

Eu quero também, como os companheiros que me antecederam falaram, lembrar que a Constituição, que completou neste mês 25 anos, tem de fato importantes avanços que já foram citados aqui pelos colegas: a questão do 13º, do abono de férias, da jornada de 44 horas – embora um terço da população brasileira, segundo o IBGE, ainda trabalhe mais de 44 horas no Brasil –, temos diversos avanços que já foram citados aqui, e quero reforçar o que foi dito.

Agora, também fico preocupado nesse momento porque, embora a Constituição tenha trazido, e todos reconhecemos, esses avanços especialmente nas garantias individuais, em alguns casos nos direitos trabalhistas, nós temos uma série de artigos para serem regulamentados, 117, como foi dito aqui. O que é pior: quando esses artigos vêm para regulamentação, não são no sentido de avançar ou de consolidar, mas no sentido de retroceder. Temos um exemplo que não é uma emenda constitucional, mas que serve muito bem, que foi a grande luta que travamos este ano no Congresso, o Projeto de Lei nº 4.330, da terceirização, que, na verdade, servia para desregulamentar a produção no Brasil. Ele está ainda em tramitação, tanto na Câmara quanto em um projeto idêntico aqui no Senado, um projeto do Senador Armando Monteiro.

Essa é uma preocupação que temos que ter porque, se a Constituição em 1988 mandou diversos projetos para regulamentação e até hoje não estão regulamentados, quando eles vêm para a regulamentação, são exatamente no sentido de que haja um retrocesso. O senhor acabou de citar a PEC do trabalho escravo; o José Maria citou o caso da demarcação das terras indígenas; e eu cito um que me parece que não foi citado e que são os arts. 220 e 221, da democratização da informação no Brasil. Lá está claramente dito que o monopólio e o oligopólio são proibidos. No entanto, hoje, a população brasileira é obrigada a se informar por sete empresas de sete famílias, que divulgam o que lhes interessa e que a população é obrigada a fazer isso, mas ninguém toma a iniciativa de regulamentar. Esse é um caso extremamente importante.

Claro que tivemos avanços. Já foi citado aqui, o Lourenço já citou, a questão do trabalho doméstico, que é uma luta que a gente tem de alguns anos para cá.

Outro problema que não avança é a questão da regulamentação do direito de greve do servidor público. A proposta de regulamentação do direito de greve do servidor público é uma lei antigreve do servidor público.

Então, é exatamente isso que quero reforçar. Os dispositivos constitucionais a serem regulamentados, quando vêm para regulamentação, vêm no sentido de piorar a situação em que a gente está.

Então, para nós, trabalhadores, isso nos traz, além de preocupação, muita luta, muita necessidade de luta para manter e não deixar que haja um retrocesso nas relações que temos no Brasil.

E quero encerrar dizendo o seguinte: existe no Brasil hoje, se de fato a Constituição de 1988, e nós reconhecemos, trouxe os avanços conhecidos, claramente uma verdadeira reorganização ou recrudescimento dos setores mais reacionários da sociedade brasileira. É verdade que, por exemplo, as manifestações de junho começaram por uma pauta que todos defendemos e que é mais do que justa e legítima: o transporte público de qualidade. No entanto, setores ultrarreacionários brasileiros tentaram, e em alguma medida conseguiram, se apropriar de uma pauta legítima da juventude, correta dos trabalhadores, ou seja, de uma pauta que quer mais, para tentar fazer um retrocesso. Os exemplos estão aí. Acabamos de citar que a Presidente do Sindicato da Educação do Rio Grande do Sul está sendo ameaçada de morte e o Presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso do Sul está tendo que andar com segurança, porque está sendo ameaçado de morte. Por quem? Exatamente por esses setores que acabei de citar.

Então, acho que a gente precisa ter o entendimento de que nós, especialmente os trabalhadores que aqui estamos hoje, os representantes dos trabalhadores que estamos hoje aqui, neste ano de 2014, ou temos a capacidade de manter uma pauta conjunta para que a gente possa continuar avançando, ou pelo menos evitando o retrocesso, ou corremos o risco de, nos próximos períodos, diante dessa reorganização clara da ultradireita brasileira, voltar a situações como as que o Lourenço ou o próprio Zé Maria falaram, a situações em que corremos o risco de voltar aos tempos da ditadura.

Senador, quero, por fim, parabenizá-lo por mais essa iniciativa. Acho que esse debate comemorando os 25 anos da Constituição é fundamental para que a gente possa fazer essa reflexão, possa continuar refletindo sobre isso. Quero reforçar a proposta feita aqui pelo Zé Maria de que seja feito, efetivamente, pela Comissão de Direitos Humanos do Senado, um novo debate, um grande debate a respeito desses processos que estão acontecendo no Brasil hoje, seja no Congresso Nacional, seja nos meios de comunicação. Acho que há gente que tem certo receio, certo cuidado para falar do que acontece hoje. O ataque está sendo feito nesse final de semana a figuras do Congresso sobre, digamos assim, a votação da ADI da OAB sobre o financiamento empresarial, quer dizer, o Brasil empresa vota, e vota bem, só que depois cobra.

Quero concluir reforçando a sugestão feita pelo companheiro Zé Maria de que seja aberto um debate a respeito desse processo todo. Isso é fundamental para a gente neste momento.

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Antonio Lisboa Amâncio do Vale, Diretor-Executivo da Central Única dos Trabalhadores, que reforça a ideia, que já encaminhamos à Secretaria-Geral, de que seja uma decisão dessa audiência pública e que, na retomada dos trabalhos em fevereiro, façamos um grande debate sobre esse tema liberdade, repressão e os avanços de setores conservadores em cima dos direitos dos trabalhadores.

Passamos a palavra agora a João Agostin, que aqui representa a Força Sindical.

O SR. JOÃO AGOSTIN – Bom dia a todos. Bom dia aos companheiros aqui presentes, ao Senador Paulo Paim, a quem também podemos chamar de companheiro, porque ele compartilha o gabinete dele não só com os trabalhadores, mas também sempre com os aposentados. O companheiro Warley está todo dia, praticamente, ali, sendo muito bem recebido e atendido, por sinal.

Realmente, com relação à Constituição de 1988, temos que reconhecer os avanços que trouxe com relação ao que havia anteriormente. Tivemos ali alguns combativos companheiros que lutaram para que isso acontecesse. Alguns ficaram nessa questão da regulamentação. Alguém inventou – fez uma lei, é claro – que as coisas têm que ser regulamentadas. Faz-se uma lei e ela tem que ser regulamentada. Para a própria Constituição tem que haver regulamentação. Assim, vamos ficando 25 anos sem regulamentar muitas coisas que interessam aos trabalhadores, ao movimento sindical. Já foi dito aqui sobre o art. 8º e do art. 7º. É preciso incluir a gente no Sistema S também. Eles têm 1% na folha de pagamento. “Mas é o empregador que paga.” Mas qual é o dinheiro que não é do empregador? Todos são. Aquele que nos paga, que daqui a pouco nos pertence, entra no nosso bolso, mas também veio dali, daquela riqueza que foi produzida para ele.

É tão importante a Constituição que temos visto neste ano várias manifestações de comemoração de 25 anos. Com a sacola aqui da nossa Confederação, também comemoramos 25 anos. A própria central Força Sindical está comemorando 25 anos agora. Não sei se outros Partidos, mas o Partido da Social Democracia Brasileira também está fazendo 25 anos. Foi uma abertura que foi dada naquele momento pela nossa Constituição.

O que acho que tem se falado bastante e que é preciso realmente melhorar e avançar na questão, está previsto inclusive também na própria Constituição, é sobre o transporte público regular, gratuito e de boa qualidade. Quem tem condições hoje de ir de carro para trabalhar, em São Paulo, por exemplo, não vai tomar um ônibus, não vai pegar um metrô, um trem superlotado, as pessoas se esfregando ali. Ninguém quer isso. Queremos que seja de boa qualidade.

E a gente fala da escravidão, mas continuamos escravos do próprio salário, porque isso que estamos falando, o trabalhador sai de casa às 4 horas da manhã, entra em um ônibus desses superlotado, trabalha o dia todo e volta para casa naquela mesma situação em busca do quê? Apenas daquele salário para manter precariamente a sua família. Então, acho que regulamentar aquilo que nós dissemos, que está escrito ali: temos nossos direitos à saúde, à habitação... Isso que está faltando.

Lembrar também que lá está prevista a questão do direito ao trabalho, à proibição da demissão imotivada. Nós ratificamos a Convenção 158 que valeu um ano porque não pode ser revogada em menos de um ano. O Governo Fernando Henrique não conseguiu manter. Foi um ganho fantástico para os trabalhadores brasileiros e acabamos por perder aquela convenção e voltamos a trazê-la novamente, para ratificar a Convenção 158, a 97 e várias outras que a gente precisa buscar.

Mas eu queria dizer, então, da satisfação de estar aqui hoje participando e ouvindo tantas colocações importantes, algumas propostas que já foram acatadas pela Comissão de Direitos Humanos. E deixo aqui o nosso apoio, da Força Sindical, e o meu próprio, para o que precisarem aqui na luta e chegarmos a um objetivo final bom, que atenda aos interesses dos trabalhadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, João Agostin, da Força Sindical, que vai na mesma linha, reconhece avanços. Acho que temos que ficar vigilantes. Nesse sentido já está

sendo unânime de realizarmos uma reunião mais ampla com Deputados e Senadores aqui na Comissão no início do ano que vem.

Passamos a palavra agora ao Flávio Werneck Meneguelli, que é Vice-Presidente nacional da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Bom dia, Senador Paulo Paim, hoje presidindo esta importantíssima Comissão de Direitos Humanos do Senado; colega Amâncio; João Agostin, que estão me ajudando a compor a mesa.

Como sou um dos últimos a usar a palavra, fica até difícil, porque vários colegas já pontuaram a importância desses 25 anos da Constituição Federal e também no que diz respeito principalmente aos direitos humanos.

Mas eu vou me ater, Senador, a três pontos específicos e primeiro vou me identificar. Sou Presidente do Sindicato dos Policiais Federais aqui no Distrito Federal, Diretor da Federação Nacional dos Policiais Federais, e Presidente da CSB/DF e Vice-Presidente nacional.

Nós vamos dar um enfoque um pouquinho diferenciado, por um ponto já citado aqui: disciplinar a lei de greve no serviço público federal. Hoje, esse projeto é assustadoramente limitador. Chegou-se ao ponto de se apresentar para as forças policiais uma vedação a um direito constitucional. Veda-se com base num sofisma, ou seja, em falso direito comparado, porque já ficou comprovado que o direito de greve das forças policiais pode ser estendido. Em vários países existe o direito de greve. No Brasil trouxeram alguns países da common law com essa proibição – Inglaterra e Estados Unidos –, sendo que na Inglaterra existe a possibilidade ainda da mobilização. E querem efetivar no Brasil.

É uma coisa bem absurda. Mas eu vou buscar aqui apenas como fundamento da nossa República, o art. 1º, incisos II e III: a cidadania e a dignidade da pessoa humana. E aí, com base nesses objetivos da república, nós elencamos a erradicação da pobreza, da marginalização, das desigualdades sociais, e a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, idade e cor. Está no art. 1º e art. 3º da nossa Constituição da República. Avanço absurdo. Nós tínhamos recém-saído de uma ditadura, e eu era muito novo e acho que sou o único da mesa que não sofreu nenhuma retaliação, por pouca idade, mas tenho na minha família e no meu falecido pai muitas histórias das retaliações e dos problemas sofridos durante essa época.

Então, a nossa Constituição veio como uma resposta muito firme a essa situação, a essa ditadura militar. E hoje nós estamos vendo um caminhar a passos largos para diminuição de todos esses direitos que conquistamos com a Constituição de 1988. Vou me ater aos três principais que temos. Todo cidadão brasileiro teria direito a: educação de qualidade, saúde de qualidade e segurança de qualidade. Ontem, antes de eu redigir um pouco deste meu arrazoado aqui, eu me deparei com cenas absurdas na televisão em relação à saúde, de terceirização na saúde, do nosso sistema de saúde. Um absurdo! A nossa saúde é precária, nós estamos apresentando para cidadãos brasileiros uma prestação de serviço público pífio no que diz respeito à saúde. Má gestão do dinheiro da saúde.

Da mesma forma, eu vou adentrar na educação. Nós temos aqui vários projetos de Senadores e Deputados prevendo uma educação de qualidade em tempo integral com matérias eletivas, com acesso ao esporte e nada disso vai para frente. O contraponto é que o cerceamento ou a limitação de direitos existem e vêm caminhando a passos largos, como eu disse.

Se não me engano, há um projeto do Senador Cristovam, que está nesta Casa fazendo aniversário, há décadas já, sobre um sistema de educação universal, público e integral para todos. E não anda. O nosso serviço público, repetindo – como falei da saúde, vou falar da educação – de educação, prestado à sociedade, é pífio.

E vou para segurança, que é onde eu trabalho. Eu posso afirmar com toda a certeza e citaram aqui o recrudescimento desse combate aos movimentos sociais. Isso é uma política de governos. O governo vem recrudescendo a segurança pública. Nós, como representantes sindicais da polícia federal, fomos os primeiros representantes sindicais das polícias a dar apoio aos movimentos sociais. E sofremos por isso até hoje.

O Governo, por meio da máquina política, vem retaliando o movimento social dentro da Polícia Federal. A segurança pública brasileira hoje – eu posso usar um termo tranquilamente – é falida! Falida! Não funciona. Se nós entendermos que 8% de efetividade na resolução de crimes de homicídio neste País é algo representável, nós estamos discutindo o absurdo.

Países vizinhos, como o Chile, tem 83% de efetividade. Nós precisamos prestar o serviço público, segurança pública com qualidade. E, para isso, nós temos projetos de lei aqui tramitando nas Casas, mas que sofrem também um combate direto pela manutenção dos status quo. Porque segurança pública falida interessa a muita gente.

Se o combate ao homicídio tem efetividade de 8%, que dirá o combate à corrupção, que corrói o dinheiro público. Para nós termos ideia, recente pesquisa do Conselho Nacional do Ministério Público chegou ao índice de 4% de efetividade de utilização dos inquéritos da Polícia Federal para denúncia, ou seja, nem sequer para

condenação. Vou traduzir, de cada cem inquéritos da Polícia Federal, apenas quatro viram denúncia na Justiça. Esse é o nosso combate efetivo à corrupção.

Então, vamos trabalhar, vamos buscar os três principais direitos humanos de qualquer cidadão brasileiro. Vamos dar uma efetiva prestação de serviço público, de saúde, educação e segurança pública, aos nossos cidadãos. Esses três são basilares para todos os demais.

Por fim, como o nosso colega Antonio Amâncio citou aqui, a Força Nacional... Senhores, com o perdão da palavra, mas a Força Nacional – vou citar o Ministro Gilmar Mendes, para ser educado e parafraseá-lo – é uma jabuticaba brasileira, com o perdão da frutinha tão gostosa que é a jabuticaba. Porque não há previsão constitucional. Vou criada por decreto. E é utilizada para fins de polícia de governo e não polícia de Estado.

Como a mídia quer me fazer crer que, tirando 100 policiais e colocando-os para trabalhar em Alagoas, eles vão resolver o problema de segurança pública e Alagoas? Ou o problema de segurança pública no entorno do Distrito Federal? É uma mentira, é um engodo vendido para a população. Para além disso, temos policiais – vou usar uma palavra dura – comprados pelo Governo. Estão há cinco anos, seis anos, recebendo um salário muito baixo, de R\$1 mil nos seus Estados e são comprados pelo Governo, com o quê? Com diárias. Eles vêm para cá para receber R\$7 mil líquidos, isentos de imposto de renda. Fazem o que o Governo quiser. Nós estamos criando uma polícia a serviço do governante de plantão, sem previsão constitucional e com uma mentira, um discurso mentiroso.

A situação da segurança dos colegas pela força é importante porque estão dando efetiva segurança a uma ameaça de morte dos colegas sindicalistas. Mas o meio pelo qual isso está sendo feito é totalmente inadequado. Sem previsão constitucional e, mais do que isso, dando azo ao político de plantão, ao governante de plantão, de se utilizar de uma força sem previsão nenhuma, ao bel-prazer do governante que está trabalhando naquele dia e naquela hora.

Será que é isso que nós queremos? Como eu disse, estamos caminhando a passos largos para um retrocesso. E vou mais além: se não tomarmos as medidas, Senador, se não tomarmos muito cuidado, vamos acabar instaurando neste País uma ditadura maquiada, uma maquiagem de ditadura, com manipulação de imprensa, com manipulação das forças policiais, com manipulação dos servidores públicos e dos trabalhadores do Brasil.

Eu agradeço pela possibilidade de vir aqui externar um pouquinho essa situação. Rogo a todas as centrais e aos Senadores, Parlamentares de um modo geral, que trabalhem em prol das nossas três principais garantias – saúde, educação e segurança – e, quando conseguirmos implementar uma efetiva prestação de serviços públicos, aí sim, vamos caminhar para uma melhoria da nossa Constituição.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Flávio Werneck Meneguelli, que falou pela Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB). A sua fala foi centrada em investimentos com qualidade, naturalmente, e liberdade, em educação, segurança e saúde.

Eu queria, neste momento, como sempre faço, permitir a palavra a três pessoas do plenário que ainda não falaram: Calazans, Pimenta, por mais cinco minutos... Não sei se uma das senhoras quer usar da palavra. (Pausa.)

Alguém lá de trás quer usar? (Pausa.)

Não? Está bem.

Primeiro, o Calazans, do Sindicato dos Hotéis e Similares; depois, o Pimenta, que fala pela Cobap; e volta para a Mesa para as considerações finais.

O SR. FRANCISCO CALAZANS – Senador Paim, demais membros da mesa, senhoras e senhores, eu quero cumprimentar V. Ex^a por essa brilhante ideia de debater a Constituição Federal.

Entre os pronunciamentos que ouvi, este último do companheiro Flávio Werneck me fez refletir profundamente, porque a nossa Carta Magna, sendo chamada de Constituição cidadã, e com justiça, propõe, sugere coisas maravilhosas, a começar do art. 1º, que foi lido. O preâmbulo da Constituição Federal é uma coisa linda, mas o que, só para ser mais sintético aqui, o que nós estamos constatando em face dessas observações que estão sendo feitas pelos colegas é que está havendo um desrespeito, um desacato à nossa Carta Magna. Está havendo um avanço no sentido de um domínio absoluto do poder econômico e, na medida em que não se investe em educação, se inibe a possibilidade de inverter a ordem das coisas. Educação é que faz com que o uso do voto seja devidamente aproveitado – essa arma poderosíssima da democracia.

Então, na medida em que se abandona essa conscientização, esse estado de coisas se agrava.

Agradeço a oportunidade de usar a palavra, Senador, e sendo breve, quero dizer que, na ocasião desses 25 anos da nossa Constituição Federal, sinto-me feliz em ter tido essa chance de me pronunciar aqui. Deixo a minha mensagem de reflexão: precisamos andar na direção do Estado democrático de direito. E nós estamos nos distanciando cada vez mais dele.

Essa a observação que faço e peço que haja uma reflexão nesse sentido.

Cumprimento V. Ex^a por tudo que tem sido no Senado Federal em prol e na defesa da Constituição. Já vi V. Ex^a revoltado por um desacato à Constituição Federal.

Espero que outros Parlamentares também se empenhem nessa união para se evitar o retrocesso total aos períodos escuros da nossa história.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Calazans, do Sindicato dos Hotéis e Similares.

Como estamos chegando ao fim do ano, esta é praticamente a última audiência pública que eu coordenarei. Teremos outros debates ainda com a Presidente Ana Rita, nesta semana.

Passo a palavra, agora, ao João Florêncio Pimenta, que fala pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas.

O SR. JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA – Bom dia, Senador Paulo Paim; bom dia à Mesa; bom dia a todos que estão nos vendo.

Hoje, Senador, estamos celebrando os 25 anos da Constituição brasileira na visão dos trabalhadores. E eu acrescento, na visão dos aposentados, pensionistas e idosos deste País.

A Constituição nos concedeu a possibilidade, Senador, de ou o marido ou a mulher receber a pensão que, até então, não existia. A Constituição cidadã favoreceu a cidadania, fortaleceu a cidadania brasileira com essa possibilidade. Todos devem saber que, até 1988, somente a mulher podia ser pensionista. Isso foi um grande avanço social que a Constituição possibilitou.

Mais uma vez eu fico triste em saber, pela fala do Sr. Flávio Werneck, que a Polícia Federal está a serviço de governos. Isso é muito triste para a sociedade brasileira, porque a Polícia Federal é uma das instituições mais respeitáveis do Brasil. A gente não admite que nenhuma polícia esteja a serviço de governo nenhum.

Quero deixar meu registro de solidariedade ao Presidente do Sindicato, Sr. Flávio Werneck por registrar aqui essa política. É uma opção de cada governo, mas deveria ser de Estado.

Quero dizer que os trabalhadores receberam grande benefícios com a Constituição cidadã. Ainda há poucos dias, sob a sua Presidência, foram comemorados os 70 anos da CLT. Ali ficou registrado e caracterizado o grande avanço que a Constituição trouxe para os direitos do trabalhador brasileiro.

Não existe nenhum avanço e não existe nenhum respeito se o cidadão trabalhador brasileiro, ao se aposentar, continua levando bordoadas pelo fator previdenciário. Não é concebível que um trabalhador brasileiro, especialmente a cidadã trabalhadora, tenha uma perda de até 50% dos seus vencimentos.

Eu gostaria, Senador, de deixar que, com todo avanço da Constituição brasileira, a Constituição cidadã de 1988, o trabalhador brasileiro continue sofrendo, porque se ele é trabalhador ativo hoje, amanhã ele vai ser cidadão trabalhador aposentado.

As centrais ainda estão muito tímidas na defesa do trabalhador brasileiro.

Abaixo o fator previdenciário!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Presidente da Cobap, que lembrou a importância de travarmos o bom combate para acabar com o fator, pensando naqueles que vão se aposentar e, naturalmente, também de uma política de reajuste para os aposentados.

É bom lembrar – e faço questão de lembrar – que aqui no Senado nós já aprovamos por unanimidade, no plenário do Senado, o fim do fator, política de reajuste e uma recomposição de perdas. Claro, esquecendo o passado, deixando bem claro já, que, pelo menos daqui para frente, o aposentado volte a receber o número de salários mínimos que ele recebia, nem que seja um salário por ano. É comum chegar numa plenária e perguntar: “Quantos salários você recebia?” Ele responde: “Cinco”. “Quanto está recebendo hoje?” “Um”. E todos vão ganhar um, porque 80% já ganham um. Todos vão passar para um. Então, no primeiro ano ele passaria a ganhar dois, no outro três, no outro quatro e no outro cinco. É uma forma equilibrada. E falta de dinheiro não é, porque só de abrir mão de arrecadação de decurso...

Conforme a Anfip – estivemos anteontem com eles no evento de Direitos Humanos –, já chegaram falando em 50 bi; só da Previdência é 100 bi que se abriu mão de arrecadação. Então, não tem explicação não resolvermos a questão do fim do fator e a questão da política dos aposentados.

Só a desoneração direta da folha foi 70 bi. Os dados não são meus, são da Anfip.

Bom, Pimenta, então ficam aqui meus cumprimentos pela sua fala e solidariedade à sua indignação, que é a mesma de todos nós.

Agora, pediu a palavra também o Sr. Ernesto Luiz, que é ligado também à CSB. Mas eu sempre abro para três. Já falou um.

O Ernesto Luiz, além da CSB, foi assessor da Seppir durante um longo período, no Ministério. E eu tenho certeza de que ele concorda com a tese, pela sua experiência nessa área também, de que é inaceitável o que

estão querendo fazer aqui de revogar a Lei Caó totalmente e colocar outra no lugar que eu não sei quem escreveu. A Lei Caó foi construída com debate da sociedade organizada, negros, brancos, enfim, todos aqueles que acreditam que temos de combater os preconceitos.

Ernesto. Cinco minutos.

O SR. ERNESTO LUIZ PEREIRA FILHO – Bom dia a todos e a todas. Meus parabéns ao Senador Paulo Paim. Realmente, nós temos que fazer uma autocrítica. Parabéns por ter provocado o tema, porque nós assistimos, durante esse período todo, a comemorações. E nós podemos ver tranquilamente, na realidade, que a Constituição de 88 foi um avanço para o País. Ela foi a mais avançada da história da Nação. O Flávio lembrou bem dos artigos ali.

E o que ocorre? A Constituição já está muito retalhada. Essa é a realidade. Ela já tem mais de cem emendas. E além disso, tem uns artigos que não são regulamentados. Ou seja, há uma reação dos setores mais conservadores e à direita para quebrar a própria Constituição. Muito provavelmente a gente não tenha tomado consciência disso, mas na realidade é isso que está havendo.

Ou seja, com relação inclusive aos direitos dos trabalhadores e da população, o movimento popular tem que tomar uma atitude com relação a isso, porque esta Casa não anda sob pressão. Na realidade, o que esta Casa vem fazendo é retalhar a Constituição e não regulamentar. Em síntese, esse é o problema.

Inclusive, Senador Paim, a audiência poderia ser geral. Se regimentalmente for possível isso, no plenário da Casa. Alguma coisa que sacuda esta Casa e procure sacudir o País, porque o assunto é sério. Está indo devagarzinho...

A Constituição de 88 representou um avanço naquele momento, naquela conjuntura. Aquele avanço naquele momento permitiu que determinadas coisas fossem conquistadas. Hoje, devagarzinho, estão procurando quebrá-la. Então, não tem muita coisa a comemorar nesse sentido. O assunto é realmente muito sério. Talvez a gente ainda não tenha aquilatado na nossa consciência a gravidade que é essa situação da nossa Constituição hoje e a urgência de pelo menos preservá-la. Já que a gente não consegue avançar, não podemos voltar para trás. Não podemos andar para trás, permitir que isso ocorra.

O exemplo disso é a tentativa de revogação da Lei Caó. Isso é um absurdo! É uma vergonha. E a vergonha maior ainda é desta Casa não ter aprovado a PEC do trabalho escravo em pleno século XXI. Nós precisamos todos reagir! Como podemos aceitar uma coisa dessa?

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... trabalhar nesse sentido de o Senado fazer uma Comissão geral para debater, com eixo nos 26 anos – já serão 26 anos no ano que vem – da Constituinte; um debate na linha do que foi discutido aqui e que trate dessa questão da liberdade, da lei do terrorismo, de querer acabar com a Lei Caó, da repressão, da falta de liberdade de órgãos públicos que devem ter política de Estado. Enfim, na linha do que foi o nosso debate aqui.

Eu acho que podemos pensar nesse sentido como sugestão complementar do Ernesto aí nesse momento.

Eu vou agora para as considerações finais. Vou inverter a minha lista. O que foi o último será o primeiro e o primeiro será o último. Cinco minutos para cada um, para as considerações finais. Depois, eu só leio os encaminhamentos, que já estão aqui apontados pela assessoria.

Passo a palavra, por cinco minutos, no encerramento, para Lourenço Ferreira do Prado, da UGT.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Eminentíssimo Senador; companheiros que estão à Mesa nesse debate sobre os 25 anos da Constituição, o que nós temos que registrar nessa oportunidade é novamente reiterar os agradecimentos. Entendemos que como foi afirmado aqui pelo último orador, companheiro Ernesto, do Seppir, realmente não podemos andar para trás, temos que andar para frente. Isso fica para nós de recado, quando se comemoram os 25 anos da Constituição da República, no sentido de que a gente continue consciente de que há necessidade de pressão sobre ambas as Casas do Congresso. E o sindicalismo tem que fazer isso. As sociedades organizadas também têm de fazer. Assim é que a gente encaminha e resolve os nossos problemas.

Façamos com que a nossa Constituição seja preservada naquilo que é realmente benéfico e dentro do possível seja também alterada naquilo que ainda atenta contra os direitos sociais, previdenciários, trabalhistas, dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

E reitero mais uma vez nossos cumprimentos a V. Ex^a por essa iniciativa que foi justa, oportuna e necessária de comemarmos aqui hoje, registrando a passagem dos 25 anos da Constituição da República Federativa do Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. O Lourenço do Prado falou em nome da UGT.

José Maria de Almeida – seguindo aqui do último ao primeiro –, que representa aqui a Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas).

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Senador Paim e demais companheiras e companheiros, acho que como nós já debatemos e eu acredito que foi uma opinião unânime daqueles que falaram aqui, o tema é relevante. Agora, talvez, além do debate aqui, Paim, elogiando a iniciativa que você teve, a gente deva discutir também desdobramentos. Ou seja, o que vamos fazer de efetivo para tentar mudar o quadro que estamos pintando aqui.

É um quadro que ao mesmo tempo obviamente precisa rememorar aquilo que teve de bom, mas vai se impondo uma globalidade que é muito ruim no que diz respeito aos direitos sindicais, porque boa parte daquilo que foi consolidado na Constituição estão retirando depois. Os direitos trabalhistas, os direitos sociais, a tal da saúde pública, educação pública, transporte público, direito do cidadão, deveres do Estado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Previdência.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Previdência social. Direito do cidadão; dever do Estado.

Bom, o Estado não assume a sua responsabilidade. O cidadão vai para a rua brigar para melhorar a educação e é criminalizado. Ou seja, criminoso não é o governante que não cumpre aquilo que está na lei, criminoso é o cidadão que está tentando resolver o problema que já deveria estar resolvido.

O problema que o companheiro da Cobap coloca, o fator previdenciário, é uma expressão disso. Ou seja, é um dinheiro retirado dos trabalhadores, daqueles que trabalharam justamente a vida inteira para construir a riqueza do País, para ser repassado às empresas. É o que o Paim falou ali.

O Governo acabou agora, recentemente, de desonerar a folha de salários das usinas de açúcar e de álcool do Estado de São Paulo. Ou seja, aquelas empresas, na opinião do Governo, precisam mais de dinheiro do que o aposentado? É isso? Porque é isso que está sendo feito. Então, são questões fundamentais.

Eu queria ressaltar novamente esse tema que tem a ver com agressão às liberdades e o problema da violência do Estado contra as organizações, os movimentos dos trabalhadores da juventude, porque esse é um tema mais novo, Paim, mas tenho a impressão de que isso tende a recrudescer.

Nós já vivemos uma situação geral... Eu gostei da fala do... Eu não sabia que a Força Nacional de Segurança foi constituída nessas bases, porque é um problema grave. Hoje mesmo eu estava tomando o café e vendo a televisão, e eles conseguiram filmar – uma pessoa que estava escondida – os policiais assassinando um servente de pedreiro. Pela cor do carro da polícia me parece que é em São Paulo.

Esse problema do papel da polícia na periferia dos grandes centros urbanos no Brasil é algo sobre o qual nós precisamos ver o que será feito. São cinco mil pessoas assassinadas por ano. Esses são números de guerra! É a polícia... A presença do Estado que essas pessoas recebem não é a escola, não é o posto de saúde, é a polícia que vai lá para fazer isso. Pessoas são mortas, algumas até com passagem na polícia. Mas a coisa está tão grave que quando vai para a televisão falam: “Ah, mas fulano tinha passagem na polícia”. E daí? Quer dizer que eu posso dar um tiro na cabeça do criminoso, matá-lo no meio da rua? É assim que funciona na democracia?

O pior não é nem isso, essa naturalidade. Além disso, a ampla maioria das pessoas sequer tinha qualquer tipo de problema. Estava ali e foi morta porque estava ali, no lugar errado, na hora errada.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Então, esse tema da repressão às mobilizações, da judicialização dos movimentos, esse problema da violência da polícia na periferia contra a juventude, os negros e os pobres, fundamentalmente, é um tema que precisamos tomar nas mãos. É muito importante.

No cerne das conquistas que tivemos com o fim da ditadura estava justamente isso: a liberdade, o direito à cidadania. E, infelizmente, vamos vendo que ao prevalecer a globalidade da Constituição, que é a defesa dos interesses do poder econômico, mesmo o que conquistamos de avanço naquele momento começa a ser tirado, porque em última instância a única coisa intocável que está ali é o direito à propriedade, o direito ao lucro, e é em função disso que se orienta o conjunto das outras políticas.

Eu acho que é obrigação nossa, Senador, fazermos aquilo que está ao nosso alcance; de vocês aqui no Congresso Nacional e das nossas organizações, tentando fazer um contraponto a isso. Então, as iniciativas que o senhor já anunciou que vai tomar acho muito importantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Farei a leitura no final.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Perfeito.

Muito obrigado. Mais uma vez agradeço o convite. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi José Maria de Almeida, que falou pela Conlutas.

Tem a palavra Flávio Werneck Meneguelli, Vice-Presidente Nacional da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Bom, senhores, para as considerações finais vou trazer uma pitadinha de discussão maior.

Nós temos a falta de paridade de armas, Senador, já na nossa Constituição. E nós, representantes sindicais, teremos que corrigir isso imediatamente. Existe o julgamento citado pelo Senador, no Supremo Tribunal Federal, da proibição de empresas na doação de campanhas. Isso é muito bem-vindo, porque desde a Constituição de 88, sindicatos, federações, confederações centrais não podem auxiliar ou financiar nada para campanha de nenhum candidato. Qual a paridade de armas entre trabalhadores e empresários nessa situação?

Foi citado aqui que houve um investimento de 30, 40 milhões em um candidato empresário, candidato dos empregadores. Seja ele empregador citando o governo, seja ele empregador privado. Nós, trabalhadores, estamos desde 88 com uma faca, enquanto os empresários e o governo detêm no mínimo um tanque de guerra para combater aqui dentro, na nossa democracia. Então, fica a reflexão sobre esse tema.

E, por fim, vou citar... O colega Zé Maria citou novamente o problema da nossa segurança pública, ou melhor dizendo, da nossa insegurança pública! Não são cinco mil, colega, são 50 mil assassinatos/ano, isso com a maquiagem já feita de 8.700 assassinatos que não aparecem na nossa pesquisa oficial.

Nós temos números de guerra. Nós temos índices de homicídio por cem mil habitantes maiores do que Israel, Paquistão, Afeganistão. E só perdemos, na América do Sul, para Venezuela e Colômbia, lembrando que a Colômbia está numa linha descendente. Há seis anos eles tinham 60 homicídios por cem mil habitantes e estão em 30. Nós, na mesma época, saímos de 19 e estamos em quase 26 – 25,7 homicídios por cem mil habitantes. Então, daqui a pouco nós vamos passar a Colômbia, se permanecer o status quo. É um absurdo, no que diz respeito à nossa estrutura de segurança pública!

O meu tempo já vai se esvaindo, mas é importante citar um projeto do Dr. Luiz Eduardo Soares, que foi abraçado pelo Senador Lindbergh, a PEC 51, que faculta a desmilitarização, unificação de polícias, ciclo completo e carreira única; nós trazemos para o século XXI a nossa estrutura de segurança pública do século XVII.

Nós temos três pilares de segurança pública. Um, do Império, outro, do Estado Novo, que é o nosso Código de Processo Penal, e o outro da nossa Ditadura Militar, que são as polícias militares. É isso que nós queremos para prestação de serviço público de segurança pública para cidadão brasileiro?

Por isso, nós não temos uma polícia cidadã; uma polícia – como dizem os policiais portugueses – de aproximação, de proximidade com o cidadão.

(Soa a campanha.)

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Agradeço a oportunidade. Acho que precisamos debater direitos humanos com muito afincio, inclusive direitos humanos dos próprios operadores de segurança pública, porque hoje, na Polícia Federal, nos últimos dois anos nós tivemos 12 suicídios, num local que tem apenas oito mil policiais. Ou seja, oitenta vezes maior do que o índice máximo exigido pela OMS. E o nosso Ministério da Justiça fecha os olhos. Nós oficiamos à Secretaria de Direitos Humanos e até agora nada foi feito. Então, direitos humanos para todos, não só para quem está aparecendo e está mais organizado neste País.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi Flávio Werneck Meneguelli, que falou em nome da CSB. E podem saber que esta Comissão tem esse entendimento: direitos humanos são para todos! Eu sempre digo que direitos humanos não têm sequer fronteira, são uma luta universal de todos os homens e mulheres de bem. Então, é para todos, não é só para aquele mais organizado. Alguns tentam vender a imagem de que direitos humanos só estão preocupados com o criminoso. Direitos humanos são para todos!

Houve um momento em que aconteceu uma greve da Polícia Militar do Rio Grande do Sul e eu fui para a Assembleia dar todo apoio, inclusive em nome da Comissão. Saí daqui numa missão e fui lá dar todo o apoio. E eles me mostraram de fato o estado em que estavam e a diferença entre o aparato que eles tinham em matéria de armamento e veículos e o aparato que os bandidos tinham. Era de fato de chorar, tanto que o presídio de Porto Alegre é considerado – não é de Porto Alegre é do Rio Grande do Sul – um dos piores do mundo, denunciado até na ONU. E temos que resolver isso.

Vamos agora para João Agostin, representante da Secretaria Nacional da Alimentação da Força Sindical.

O SR. JOÃO AGOSTIN – Falando da nossa Constituição cidadã, democrática, queria só falar um pouco sobre uma questão para darmos uma ponderada, uma meditada. Este ano tivemos uma Medida Provisória 615, do Governo Federal, claro, que previa – lembrando aqui um pouquinho o que o Zé Maria falou também e todos disseram – a doação de subsídios, de isenções fiscais para os plantadores de cana do Nordeste, em função da seca que ocorreu o ano passado e dos grandes prejuízos ocorridos ali.

Essa medida provisória acabou virando lei, depois – doze mil oitocentos e alguma coisa –, com 107 emendas. No final do ano, ela tinha de ser aprovada urgentemente, para poder valer para o próximo ano; e com 107 emendas. Aí, essa emenda entrou e é onde vocês vão procurar a lei que fala que o farmacêutico pode

prescrever alguns medicamentos, dipirona e coisa e tal. Está nessa lei dos usineiros do Nordeste. Foi encaixada uma emenda...

Essa questão da sucessão do taxista, da herança, que agora a concessão do taxi pode ser passada por herança está nessa lei de usineiros. Se você for procurar onde está, é nessa Lei doze mil e pouco.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO AGOSTIN – Então, são 107... Essa proposta é boa, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós brigamos muito lá. Deixe-me destacar aqui, porque todos os taxistas do Brasil estão a nós assistindo. Veja bem, só para destacar, aproveitando o seu gancho, o camarada era o dono do táxi e o dividia com o filho. De repente, ele trabalhava de dia e o filho de noite, ou vice-versa. Ele morreu. Perdia-se a concessão totalmente. Era o veículo que a família tinha, o meio de vida. Agora, não. Pelo menos poderá o filho ficar com a concessão. Foi uma bela batalha que travamos aqui no Congresso.

O SR. JOÃO AGOSTIN – Eu sei. Então, mas onde você vai encontrar a lei do taxista? Está lá misturada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Por que precisava estar lá? Eu entendi, eu entendi.

O SR. JOÃO AGOSTIN – É uma dessas 107 emendas que foram colocadas lá para acelerar o negócio e o pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixe-me dar outro gancho para ajudá-lo. Tem razão. Eu tinha aprovado o projeto para garantir o instituto da desaposentadoria em todas as Comissões. Sabe onde eu fui descobrir que está agora? Na Comissão de Reforma Agrária. O que tem a ver desaposentadoria com a questão da terra? Está lá na Comissão de Reforma Agrária.

O SR. JOÃO AGOSTIN – É essa questão que eu estou querendo ponderar. Parece inadmissível, a ponto de o Presidente da Câmara dizer que nunca mais isso iria acontecer, após a aprovação dessa lei.

Acho que muitas coisas devem ser levadas em consideração, para mudar, melhorar.

A gente falou aqui que a Constituição, há 25 anos, foi quase uma revolução. E se a gente não prestar atenção, vai para cento e poucas emendas também, tirando aquele valor que lá atrás a gente conquistou. Ao invés de ela evoluir está regredindo.

Então, eram essas as considerações finais que eu queria aqui deixar, Senador e companheiros. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o João Agostin.

Só estou lembrando que inverte agora a lista. O primeiro vai ser o último. Então, na sequência, ainda não é o Moacyr. Agora é o Antonio Lisboa do Vale – pela minha lista –, Diretor Executivo da CUT.

O SR. ANTONIO LISBOA AMÂNCIO DO VALE – Primeiramente, acho que como o senhor mesmo falou aqui baixinho e também em público, no próximo ano é preciso fazer de fato uma Comissão geral para discutir a aplicação e, enfim, a efetivação dos artigos da Constituição que ainda não foram regulamentados e de que forma eles serão regulamentados.

Eu sou educador e passei aqui sem falar disso, mas dois colegas falaram e quero citar uma preocupação que eu especialmente tenho. Muitas vezes a questão da defesa da educação de qualidade – e eu não falo isso com alegria – pareceu um discurso fácil. Quem não tem o que dizer, diz: “Eu defendo a educação pública de qualidade”. Quem não tem o que dizer, fala: “Eu defendo saúde pública de qualidade”. Mas não defende.

Um exemplo. Agora, nas manifestações de junho, um dos grandes temas que acabaram surgindo foi a questão da PEC 37. Muita gente inclusive era contra a PEC 37 sem saber por quê. Ninguém sabia exatamente o que era.

Eu quero confessar que era contra. Depois, fui procurado pelos companheiros da Associação do Ministério Público aqui de Brasília e eles me convenceram... Eu era a favor e eles me convenceram de me tornar contra a PEC 37. Mas, no dia da votação aqui nesta Casa, no Senado, havia dois pontos de pauta. Um era a PEC 37 e outro era o PNE (Plano Nacional de Educação). Aliás, ele está aqui até hoje.

O que aconteceu? Primeiro, o plenário, as galerias estavam super lotadas de membros do Ministério Público.

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – (Fora do microfone.) – Membros do Ministério Público e policiais federais que também eram contra.

O SR. ANTONIO LISBOA AMÂNCIO DO VALE – Pois é. Só que o pessoal do Sindicato dos Professores aqui de Brasília, que tentou chegar, teve uma dificuldade para entrar e conseguiu colocar oito para dentro. E a imprensa naquela coisa toda! Quando terminou a votação da PEC 37, o plenário se esvaziou. Todos foram embora. E ficaram os oito sindicalistas membros do Sindicato dos Professores de Brasília para acompanhar a votação do PNE.

Então, é preciso que a sociedade brasileira também comece a refletir sobre isso, porque não adianta eu cobrar... E estou falando como sindicalista, professor. Além de Diretor da CUT, sou Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, sou Secretário de Finanças da CNTE.

Eu cobro todo dia! Todo dia eu cobro! Nós cobramos educação de qualidade, financiamento, aprovação do PNE, efetivação do Piso Nacional do Magistério, que é de R\$1.567. Só que tem muita gente que fica... Aí eu cobro do Governo, mas não posso efetivamente ficar só responsabilizando os governos nos diversos níveis – prefeito, governador, presidente – se a população não tiver o entendimento de que educação pública de qualidade é uma reivindicação verdadeira e não apenas uma palavra de ordem para se fazer de santo. Porque se for assim, não vai acontecer nada. Não é possível, por exemplo, eu defender educação pública de qualidade de um lado e, de outro, carregar uma faixa de menos impostos. Tem alguma coisa errada! Eu quero saúde pública de qualidade, mas eu quero diminuir os impostos. Não existe milagre. Não existe milagre. Tem corrupção? Tem má aplicação dos recursos públicos? É claro que tem.

Agora, não é possível, por exemplo, você começar a defender educação pública de qualidade sem mexer em feridas, como: por que dono de helicóptero não paga imposto sobre o helicóptero? Todos nós que temos carro zero, etc., etc., etc. pagamos impostos. Mas quem tem helicóptero, iate, jatinho não paga.

Então, essas discussões da defesa dos serviços públicos de qualidade tem que ser feita por nos sindicalistas. Mas nós também – e eu sou um educador, sou professor e quero defender saúde pública de qualidade – temos que ter a clareza de que para ter saúde pública de qualidade tem que pagar imposto. E a gente sabe que no Brasil quem não paga imposto é quem mais ganha. É quem mais tem condição de pagar. Quem é assalariado... O Ipea fez um levantamento há dois anos em que mostra que quem ganha até dois salários mínimos paga mais de 50% de impostos diretos e indiretos. Mas, à medida que você vai aumentando, você vai diminuindo, a ponto de o dono de uma construtora dizer: “Já que a construtora paga imposto, eu que sou o dono da construtora não preciso pagar, porque a minha empresa já pagou”. Então, pode-se pagar o imposto de uma construtora, o seu proprietário, retirar R\$200 mil por mês para os gastos pessoais...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO LISBOA AMÂNCIO DO VALE – ... mas estes R\$200 mil não pagam imposto. Enquanto isso você, que é policial federal, vai ter que pagar 27,5.

Então, eu acho que essa reflexão tem que ser feita para que a gente vá além.

A minha preocupação como professor, digo isso aqui e digo isso na minha sala de aula, é isto: é que a defesa da educação, a defesa da saúde ela só é feita, em muitos casos, apenas como uma palavra de ordem para dizer que “eu sou politicamente correto”. Efetivamente, ninguém faz, ou tem muita gente que não faz.

Obrigado, Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Este foi o Antonio Lisboa Amâncio do Vale, Diretor-Executivo da Central Única dos Trabalhadores, que destaca esse debate da educação com medidas práticas, objetivas. E, como diz o outro, não tem Papai Noel. Todos nós queremos saúde de qualidade, mas derrubaram a CPMF. Eu não derrubei. Eu assumo que não derrubei. Na última hora o Lula mandou uma proposta equilibradíssima, que reduzia o valor. Ele dizia: “Este valor, que é pequeno agora e não atingia quem ficava no teto da Previdência, vai ser específico para a educação”.

Daí, o que eu ouvi do Plenário foi que não adiantava defender, porque a essa altura do campeonato a proposta é boa, mas nós não temos mais como voltar atrás. Dá para entender? E aí tiraram mais de R\$50 bilhões da saúde.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Exato. Nesse ponto você tem toda a razão. Não dá para... Quando a gente defende aqui a questão da Previdência, a gente mostra a fonte. Seria absurdo eu querer fazer média e dizer: “Não, pode desonerar a vontade e me garantam o reajuste do aposentado”. Eu digo: “Olha, se continuar desonerando assim o aposentado não vai ter nunca o reajuste”. Sou obrigado a dizer isso. Mas isso é coerência.

Mas, enfim, como eu disse que o último seria o primeiro e o primeiro seria o último, o último agora foi o primeiro da abertura na sequência aqui que é o Moacyr Roberto Tesch da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERSVALD – Senador Paim, primeiro eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a oportunidade e a lembrança e, em nome do nosso Presidente José Calixto Ramos, agradecer a parceria e a gratidão que V. Exª tem por nós.

Fruto dessa nova Constituição, nós temos a Contrato, que agora, em 26 de novembro, fez 25 anos. Nessa mesma linha, a CNTA, da alimentação, fez 25 anos; a Saúde fez 25 anos; a Confederação dos Vigilantes fez 25 anos. Logo após a Constituição, vieram também outras confederações, que eu não me lembro agora, em função da nova Constituição.

Senador, esta Constituição já foi motivo de muita discussão. Inclusive V. Ex^a está aqui no Congresso, está aqui no Senado por causa de uma discussão em plenário a respeito de um artigo da Constituição, pela briga do 618. Na oportunidade, V. Ex^a foi muito claro – e nós perdemos na Câmara por dois votos – e encaminhou uma Constituição a outro Parlamentar, porque ele não estava entendendo direito a leitura e o senhor fez, aliás, um encaminhamento aéreo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS. Fora do microfone.) – Via aérea.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERSVALD – E não foi pela Varig não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS. Fora do microfone.) – ... do Presidente Lula e do Jaques Wagner.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERSVALD – E V. Ex^a, na oportunidade, disse: “Eu vou agora para o Senado para derrubar o 618”. E foi o primeiro ato do presidente Lula.

Então, Senador, por esta Constituição nós temos que ter um grande amor a ela, porque foi construída com muito carinho e muita dificuldade. Nós temos que ter orgulho desta Constituição. E, para que isso aconteça, acho que nós, do Movimento Sindical, temos que ficar um pouco mais alertas, porque se aqui não está bom, se a gente bobear eles tiram mais do que tem aqui.

É só imaginar. Vamos supor uma PEC, aquela Emenda nº 3, a desgraça que ia acontecer no mundo trabalhista. Acabaria, por todas as formas, com o trabalhador em si. Todo mundo seria PJ. E aí tinha, vamos supor, um endereço certo que era rede Globo, que apadrinhava a Emenda nº 3. A PEC nº 369, e assim por diante.

Sem considerar, Senador Paim, que nós temos um inimigo que, muitas vezes, era para ser o nosso amigo de primeira hora, que é o Ministério Público. O Ministério Público se esquece do trabalho escravo e, muitas vezes, faz do dirigente sindical um escravo. Porque ele faz de tudo para que a gente não tenha as nossas arrecadações. Tirar a arrecadação do movimento sindical é tirar o sangue, e tirando-se o sangue, morre-se.

O PL nº 248, de V. Ex^a, passou aqui, mas continua parado na Câmara e não vai para frente, não vai para frente. E a gente não consegue entender.

Na Constituição, em seu art. 8º, diz que existe a contribuição confederativa. E aí é que é o grande problema do 248. Se a Constituição diz que existe uma contribuição confederativa, está na Constituição, mas o Ministério Público conseguiu levar para o Supremo e fazer uma leitura desta Constituição de que é só para o associado, coisa que não está escrito aqui, imagine o que eles fariam se nós abríamos mão de outras contribuições sindicais que são compulsórias e assim por diante!

Eu tenho uma preocupação, Senador, do meu segmento em especial, porque o que vai acontecer com o meu segmento daqui a alguns dias vai bater na área da construção civil, na da metalurgia, na dos professores, vai para todo mundo. Eu não sei onde estão os pés do Ministério do Trabalho, do Ministério do Turismo que estão articulando uma medida provisória em que poderá o trabalhador trabalhar até 14 dias contínuos sem registro na carteira, sem nada, é um trabalho especial. E o trabalhador poderá, durante 12 meses, trabalhar 60 dias sem registro. Isso quer dizer a volta do trabalho escravo.

Esta Casa teve a dignidade de regulamentar o trabalho da doméstica, que era similar à escravidão, e agora o Ministério do Turismo e o Ministério do Trabalho vêm com uma proposta de poder contratar pessoas até 14 dias sem registro. O que vai acontecer? Vai trabalhar 14 dias, fica dois, três sem trabalho e retorna para trabalhar por mais 14 dias. Então, ele pode trabalhar 60 dias.

Esse é o endereço da Copa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sem nenhum registro?

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERSVALD – Sem registro, sem registro. Faz um contrato particular. E a aposentadoria? E o Direito do Trabalho? A nossa Constituição, mais uma vez, vai ser rasgada? Isso nos preocupa muito, Senador.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Me permita, Moacyr.

O Ministro do Trabalho chamou as centrais sindicais para apresentar esse projeto de lei. Eu estive aqui na reunião. Na verdade, eram três pontos de pauta. O primeiro era a campanha, no Brasil, em defesa do trabalho decente. Há toda uma campanha da OIT e o Brasil é tido, pela OIT, como vanguardista nesse ponto. E o segundo ponto de pauta era esse. Eu falei: “Ministro, não é possível uma coisa dessa?” Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Se é trabalho decente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sai do decente para o indecente!

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Mas é inacreditável! Mas se apresenta como algo para melhorar a vida das pessoas. Ou seja, de der uma liberdade dessas para as empresas, acabou, porque um por 60 dias, depois ele pega outro, mais 60, mais 60, e bota gente para trabalhar o ano inteiro sem registro em carteira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É grave!

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERSVALD – Essa é a nossa preocupação porque esse é o endereço agora para o Copa para a área de hotéis, bares, restaurantes. Mas a partir daí, na hora que apertar para o metalúrgico, ele vai contratar pelos 14 dias. Na construção civil idem, e assim em muitas áreas, porque não tem denominação para ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me, Moacyr. Lembro-me que a lei do trabalho cooperativado, quando surgiu, lá na Câmara, era para regulamentar a situação dos sem terra, porque eles queriam o trabalho de forma cooperativada – corretíssimo –, mas tinha que socializar entre eles, porque se um botasse o outro na Justiça todos seriam prejudicados. Então, a ideia era das melhores. Só que daí, fizeram daquilo um trabalho terceirizado dentro das empresas, não para a atividade-meio, mas, sim, para a atividade-fim. Virou uma praga nas indústrias. Foi para dentro das indústrias.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERSVALD – Então essa é a nossa preocupação. Sem considerar a questão a que me referi sobre o Ministério Público, que vem com a história de uma prescrição, que, muitas vezes, eu tenho dito ser pior do que na ditadura. Na época da ditadura eles afastavam, matavam, sacrificavam as pessoas, faziam o diabo, mas eles respeitavam a instituição. Agora, eles acabam com a instituição. Não é possível um negócio desse!

Sem considerar o interdito proibitório, que é feito e é dado do jeito que entra no... Só para que o senhor tenha uma ideia, Senador, há 10 dias nós estávamos com uma greve em Curitiba. O patronato entrou com o interdito proibitório para os hotéis de Curitiba. Só que os hotéis em Curitiba são construídos na beira da rua. Então, o direito de ir e vir, para nós, ficou prejudicado. E a juíza, além disso, deu um despacho extra petita, além do que foi feito, dizendo que nós não poderíamos usar caminhão de som, nós não poderíamos nos pronunciar, não poderíamos usar apito, nem buzina, não poderíamos usar nada por causa desse interdito proibitório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ir e vir nem se falar!

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERSVALD – Ir e vir nem se falar! Agora nós derrubamos esse interdito proibitório, mostrando que o hotel é feito do lado da rua. Daí, a magistrada que cassou, por meio de uma liminar, mostrou que não existe greve sem som, sem apito, sem grito e sem o convencimento do trabalhador. Não existe isso! Mas tem uma linha do Judiciário que está fazendo isso.

Então, eu peço encarecidamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Lembro-me que a pedido dos bancários, eu entrei com um projeto para acabar com o interdito proibitório. Só que está há cinco anos tramitando aqui e nada.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERSVALD – O interdito proibitório é para não ter acesso a um patrimônio particular em que haja possibilidade de invasão. Não há questão trabalhista nisso aí.

Então, Senador, sei do seu carinho, do seu respeito e da sua vida em prol dos trabalhadores.

Que Deus lhe dê muita força para continuar nessa trincheira! Muita luz! E que continue sendo o nosso guerreiro, nós chamando a atenção, nós chamando à responsabilidade e abrindo as portas aqui do Congresso, porque, se nós perdermos essa parceria com V. Exª – o movimento sindical agora estará manco –, o movimento sindical estará sem as duas pernas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fique tranquilo quanto a isso.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERSVALD – No próximo ano, que a gente continue enfilerado para defendermos, com respeito e com o amor devido, a nossa Constituição.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! Este foi o Moacyr Roberto Tesch que falou pela Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Como eu digo, Moacyr, está no sangue de todos nós... Só se tiraram o nosso sangue... E se botarem outro acho que já vem contaminado. Essa luta... Não adianta nem se tirar o sangue.

Deixe-me ver os encaminhamentos e ver se vocês concordam.

Primeiro, fazer todos os encaminhamentos e procedimentos possíveis para que a lei do terrorismo seja debatida na ótica da Comissão de Direitos Humanos. Isso eu posso encaminhar, como Senador, para a comissão onde ela se encontra.

Audiência pública, aqui, com a participação da Frente Parlamentar da Câmara, para discutir a questão das liberdades – acho um tema interessante – de forma mais ampla, principalmente da criminalização dos movimentos sociais. Vou botar aqui do lado.

Informar às Srªs e aos Srs. Senadores que audiência pública foi sugerida na CDH pelos sindicalistas sobre projeto de lei da greve, que ficou muito claro que da forma que ele está que seja rejeitado.

Fazer contado com o Ministério da Justiça para que dê todo o apoio aos companheiros sindicalistas que foram ameaçados de morte. É mais ou menos isso que diz o texto aqui.

A realização de um grande debate, com a presença de Deputados Federais, Senadores, CDH da Câmara e do Senado, transformar, se for possível, em uma comissão geral no plenário.

O.k.? Esses são os encaminhamentos? (Pausa.)

Está encerrada a audiência pública. Antes, porém, desejando a todos um bom Natal – temos que desejar, pois sabemos das dificuldades –, um feliz ano-novo, para retomarmos a luta a partir de fim de janeiro.

Aqui, falo em nome da Senadora Ana Rita, porque esta Comissão é uma trincheira em defesa dos trabalhadores aposentados, pensionistas e de todos os discriminados.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.)

ATA DA 76ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Rita, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Valadares, Paulo Davim, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Eduardo Lopes. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, faz suas considerações iniciais e lê relatório dos trabalhos da CDH, no ano de 2013. A Senhora Presidenta propõe a dispensa da leitura e aprovação das atas da 73ª a 75ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009 – Terminativo – altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por *Ad hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Resultado: adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE. Relatoria: Senador Paulo Paim. Resultado: adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. . Resultado: adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011 – Terminativo – Autoria: Senador Vital do Rêgo. Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo “situação de vulnerabilidade temporária” de que trata o seu art. 22. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. . Resultado: adiado. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2012 – Terminativo – Altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, nas condições que especifica, e dá outras providências. Autoria: Senador Eduardo Lopes. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Re-

sultado: adiado. Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2012 – Terminativo – Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: adiado. Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR. Resultado: adiado. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011 – Terminativo – altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: adiado. Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. Resultado: adiado. Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Gim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo) . Resultado: adiado. Item 13. Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Autoria: Deputada Iara Bernardi. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta, em virtude da aprovação do Requerimento de Plenário nº1443, de 2013, de autoria do Senador Eduardo Lopes, que solicita a anexação desta matéria ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012 – Reforma do Código Penal Brasileiro. Item 14. Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2009 – Não Terminativo – Obriga a feitura de curso de treinamento para o cargo de Conselheiro Tutelar. Autoria: Deputado Sandro Mabel. Relatoria: Senador Eduardo Lopes (substituído *Ad hoc*). Relator *Ad hoc*: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo) que apresenta. Item 15. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 123, de 2013. Autoria: Senador João Capiberibe. Que requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade, para “Apresentação do Relatório sobre a Morte de Juscelino Kubitschek” a ser feita pelo Vereador Gilberto Natalin, Presidente da “Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo Vladimir Herzog”. O referido Relatório, elaborado pela citada Comissão, reúne documentos que comprovam que o Ex-Presidente da República, Juscelino Kubitschek, foi assassinado durante viagem de carro no Km 165 da Rodovia Presidente Dutra, e não morto em um acidente como registra a história oficial. O Relatório reúne 90 (noventa) “indícios, evidências, provas, testemunhos, circunstâncias, controvérsias e questionamentos” que concluem que o ex-presidente foi alvo de um atentado político em 22 de agosto 1976. Sugiro que sejam convidados para a Audiência Pública os seguintes palestrantes: Vereador Gilberto Natalin – Presidente da Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo. Ministra Maria do Rosário – Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República. Pedro Bohomoletz de Abreu Dalari – Coordenador da Comissão Nacional da Verdade. Ronaldo Costa Couto – Autor do Livro “O Essencial de JK” e Ex-Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Resultado: aprovado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita e Paulo Paim. A Senhora Presidenta propõe a dispensa da leitura e aprovação das atas da 1ª a 6ª Reuniões da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, das atas da 1ª e 2ª Reuniões da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher e da ata desta Reunião, que são dadas por aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 76ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Bom dia a todos os nossos colegas de trabalho, Senadores e Senadoras.

Esta é a última reunião do ano de 2013. É uma reunião em que merece fazer um breve balanço dos trabalhos realizados pela Comissão de Direitos Humanos.

Esta é uma Comissão importante aqui do Senado Federal, Comissão de Legislação Participativa, também, que tem como objetivo acolher as demandas de toda a nossa sociedade.

Eu quero reafirmar que, neste ano em que me tornei a primeira mulher a assumir a Presidência desta Comissão, sinto-me bastante orgulhosa. Acho que nós conseguimos aqui fazer importantes debates, fazer encaminhamentos muito necessários das demandas que aqui chegaram.

Tomei posse no dia 28 de fevereiro e, juntamente com os nossos pares, Senadores e Senadoras que fazem parte desta Comissão, conseguimos realizar um total de 70 audiências e reuniões, 54 audiências públicas e 21 reuniões deliberativas; com esta, 22 reuniões deliberativas.

Foram apreciadas em torno de 60 proposições. Entre essas proposições, 32 projetos de lei do Senado, 12 projetos de lei da Câmara, 15 sugestões legislativas, além de diversas emendas da Comissão de Direitos Humanos ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e também ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Também ocorreram aqui, neste período, 12 reuniões das quatro subcomissões. Conforme vocês todos já sabem, uma das Subcomissões que atuou muito nesse período foi a Verdade e Justiça aqui do Senado, presidida pelo Senador João Capiberibe. Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça.

Ao todo, foram recebidas aqui também pela Comissão de Direitos Humanos 84 denúncias de violações de direitos humanos até o mês de setembro de 2012. E é importante registrar que a Comissão encaminhou todas essas denúncias. Nenhuma delas ficou sem o devido encaminhamento.

Das audiências públicas registradas, eu quero aqui destacar alguns temas sobre os quais nós tivemos condição de fazer aqui importantes debates. Em relação, por exemplo, aos povos tradicionais, nós estivemos debatendo aqui com lideranças indígenas, com representantes de diversos povos indígenas, o direito pela demarcação de suas terras e contra o genocídio. Particularmente, em relação ao Estado de Mato Grosso do Sul, nós tivemos a oportunidade de encaminhar, inclusive, algumas denúncias de homicídios de indígenas que, lutando pela demarcação de suas terras, foram mortos assassinados.

Os índios estiveram aqui em Brasília manifestando sua posição com relação às duas PECs: a PEC 215, que está na Câmara dos Deputados, e a PEC 37, que está aqui no Senado. Essas PECs trazem para o Legislativo a função de fazer a demarcação das terras indígenas e isso, na avaliação da Comissão de Direitos Humanos, é muito grave, porque não cabe ao Poder Legislativo executar o que as leis preveem. Cabe, sim, ao Poder Legislativo elaborar as leis, aprovar legislações importantes para atender às demandas da sociedade. Mas a execução dessas leis cabe ao Poder Executivo. Por isso os índios estiveram aqui e essas PECs continuam tramitando. Então, nós vamos continuar debatendo esse assunto no próximo ano.

Nós tivemos a oportunidade de fazer aqui também um importante debate sobre o fim do extermínio da juventude negra e dos autos de resistência. Além dos casos já conhecidos, eu quero aqui destacar o caso específico do Sr. Antônio. Depois eu vou aqui dar um informe mais detalhado sobre a situação dele, que é uma pessoa que desapareceu durante seis meses, as ossadas foram encontradas recentemente e há indícios da participação da Polícia Militar aqui do DF.

Também a Comissão da Memória, Verdade e Justiça, presidida pelo Senador Capiberibe, fez diligências ao DOI-CODI do Rio de Janeiro e do Estado de São Paulo, no sentido de buscar apurar a verdade dos fatos ocorridos no período da ditadura militar.

Também discutimos aqui a situação dos agrotóxicos. Ontem mesmo fizemos uma reunião de trabalho com representantes de diversos Ministérios e de entidades, no sentido de, juntos, caminharmos no próximo ano para contribuir na construção de uma solução para a questão dos agrotóxicos, que têm vitimado algumas pessoas e têm trazido prejuízos à saúde de muitas pessoas.

Esses são alguns dos temas que esta Comissão discutiu, além das jornadas que aconteceram no mês de junho sobre o direito das mulheres, os conflitos agrários, a questão do trabalho escravo, a adoção de crianças, o casamento civil igualitário, a regulamentação da PEC das Domésticas, entre outros temas de igual repercussão social. Também discutimos aqui a questão da espionagem da Vale junto aos movimentos sociais; o caso Aline, que é um caso emblemático de violência contra a mulher, violência no parto; as cotas no serviço público, debate que também vamos continuar no próximo ano; a questão dos quilombolas e das populações ciganas,

debate que precisa ter cada vez mais visibilidade, porque é uma população que ainda não está devidamente incluída nas políticas públicas, porque sequer aparece nas estatísticas do IBGE, ficando excluídas das demandas e dos serviços públicos dos governos municipais, estaduais e federal; também fizemos aqui um importante debate sobre as tevês públicas e comunitárias. Enfim, esses são alguns dos temas debatidos por esta Comissão.

Cito aqui também uma diligência feita no Município de Rio Verde, no Estado de Goiás, a respeito dos agrotóxicos, que culminou com a criação, ontem à tarde – já havia comentado isso, mas quero reforçar – de um grupo de trabalho intersetorial que tem como objetivo ampliar esse debate não só em relação à questão de Rio Verde, mas também identificar outros casos já ocorridos no País.

Do ponto de vista dos direitos humanos, precisamos cada vez mais avançar.

Nesse breve balanço que faço aqui, quero aproveitar para agradecer aos nossos colegas Senadores e Senadoras que muito têm contribuído com esta Comissão, em particular o nosso Vice-Presidente, Senador João Capiberibe, que tem sido um grande colaborador, muito comprometido com as causas dos direitos humanos. Também quero agradecer ao Senador Paulo Paim, que tem-se dedicado à realização de diversas audiências públicas aqui no Senado e que deu a sua importante contribuição na relatoria do PL nº 122, sobre o qual vou dar informes mais atualizados.

Quero aqui agradecer muitíssimo a presença e a colaboração do Senador Paulo Davim, da Senadora Angela Portela, do Senador Valadares, da Senadora Lídice da Mata, da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senador Wilder, enfim, de todos os Senadores que fazem parte desta Comissão e que ajudaram a conduzir os trabalhos durante este ano. Recordo-me agora do Senador Anibal Diniz; do Senador Humberto Costa, que foi um grande colaborador principalmente nessas últimas reuniões e audiências públicas; do Senador Sérgio Petecão; do Senador Osvaldo Sobrinho, que assumiu recentemente nesta Comissão de Direitos Humanos e que colaborou, estando presente, ajudando na realização desta audiência; Senador Eduardo Lopes, Senador Gim Argello; Senador Magno Malta; enfim todos os membros desta Comissão...

O Senador Eduardo Suplicy é um grande colaborador desta Comissão. Assumiu firmemente os debates mais polêmicos, mais difíceis nesta Comissão, juntamente com o Senador Paulo Paim.

Acho que já citei quase todos, mas, para não esquecer de ninguém, vou repetir: Senador João Capiberibe; Senador Paulo Paim; Senador Randolfe Rodrigues, de quem não podemos jamais nos esquecer, pois tanto nesta Comissão como no plenário tem sido um porta-voz; Senador Cristovam Buarque; Senador Wellington Dias, nosso Líder; Senadora Angela Portela; Senador Eduardo Suplicy; Senador Humberto Costa; Senador Anibal Diniz; Senador Antonio Carlos Valadares; Senador Roberto Requião, que é muito parceiro, colaborador; Senador Paulo Davim; Senadora Vanessa; Senador Sérgio Petecão; Senadora Lídice da Mata; Senador Sérgio Souza, cujo apoio é importante registrar; Senador Wilder; Senador Osvaldo Sobrinho; Senador Eduardo Lopes; Senador Magno Malta. Enfim, esses são os Senadores que estiveram presentes nas reuniões e que, de uma forma ou de outra, de maneira mais intensa ou menos intensa deram sua contribuição para que esta Comissão pudesse fazer seu trabalho durante este ano.

Eu tenho a plena convicção, Senador Paim, de que cumprimos a nossa tarefa, cumprimos a nossa missão. Então, quero aqui profundamente agradecer a todos os companheiros e companheiras que se dedicaram a este trabalho durante esse período.

Eu quero dar um informe sobre o PLC nº 122 e, depois, fazer dois registros importantes relacionados a algumas denúncias que recebemos aqui.

Quero aproveitar esta reunião, a presença do Senador Paulo Paim, para fazer um registro sobre o PLC nº 122, que se tornou, de fato, o centro da nossa agenda no último mês, particularmente. O Senador Paim, como Relator da matéria, dedicou-se profundamente a ela durante este ano. Já desde o início do ano começamos dialogar sobre isso, mas o Senador Paulo tirou como prioridade da sua ação legislativa o diálogo com todos os setores interessados neste tema, para que pudesse construir, de fato, um substitutivo que fosse de consenso nesta Comissão e que pudesse tramitar normalmente pela Comissão e pelas demais Comissões do Senado Federal.

Eu quero reafirmar que o PLC nº 122 esteve na pauta durante todo este mês. Nas quatro últimas reuniões, até na reunião de hoje, o PLC nº 122 esteve na pauta. No primeiro momento, não conseguimos fazer a leitura do relatório; posteriormente conseguimos ler o relatório; e estava prevista a votação deste projeto na manhã de hoje. Quero reafirmar que trabalhamos com determinação e afinho na expectativa de que esse projeto fosse votado e aprovado hoje, cumprindo os compromissos com todas as pessoas que defendem uma cultura em favor da paz, contra o ódio e contra toda forma de discriminação. Infelizmente, Senador Paim, por força de requerimento do Senador Eduardo Lopes, que foi aprovado no Plenário na tarde de ontem, o projeto sai desta Comissão de Direitos Humanos e será apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que trata da reforma do Código Penal Brasileiro.

Quero destacar o esforço do Relator Paulo Paim, que demonstrou uma enorme capacidade para dialogar com os mais variados setores e segmentos e não mediu esforços para chegar a um relatório que coíbe a discriminação de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.

Pessoalmente fiz todas as articulações políticas que achei necessárias para que esta Comissão aprovasse o relatório; tive o apoio incondicional especialmente da Ministra Maria do Rosário, da Ministra Luíza Bairros e de outros setores do Governo Federal; tive o apoio incondicional da comunidade LGBT, do movimento negro, dos movimentos de mulheres, das comunidades tradicionais, do Partido dos Trabalhadores, que o aprovou por unanimidade na Executiva Nacional e no V Congresso, instância máxima do Partido, além do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic) e de vários Parlamentares desta Comissão.

A todos e a todas que nos apoiaram quero externar meu mais profundo agradecimento e dizer que não perdemos o ânimo – não é isso, Senador Paim? Pelo contrário, nosso sentimento é o mesmo do líder mundial maior, que jamais esmoreceu na sua luta contra o ódio, contra o preconceito, o Nelson Mandela. Ele nos ensinou que a luta contra o ódio e contra o preconceito é para aqueles que lutam por uma vida inteira. Nós aprendemos essa lição e, por isso, seguimos firmes mais do que nunca. Portanto, quero dizer, com todo entusiasmo, que a cultura do ódio e da discriminação não prevalecerá em nosso País. Chegará o dia em que a paz e a fraternidade prevalecerão sobre todas as práticas de violência e de discriminação.

Para finalizar essa minha fala a respeito do PLC nº 122, quero afirmar que muitas inverdades foram afirmadas durante esses dias. Não é verdade que o conteúdo do PLC nº 122 atenta contra a liberdade religiosa. Aliás, eu, como religiosa, católica, apostólica, romana, Senador Paim, sempre fui atuante na minha comunidade. Desde criança moro no mesmo bairro, na mesma comunidade, já fui catequista, já fui de todas as equipes, de liturgia, de batismo, Pastoral Operária, assessora das pastorais sociais. Na verdade é a minha fé que me orienta; a minha fé e o meu compromisso com o social, meu compromisso as pessoas é que orientam profundamente a minha prática legislativa. Então, não consigo enxergar uma prática cristã que não esteja sintonizada aos direitos humanos universais. Quem se diz cristão, necessariamente tem de estar apoiando a luta pelos direitos humanos, porque todo cristão, se realmente for fiel aos princípios dos evangelhos, realmente tem de defender os direitos humanos de todas as pessoas e não apenas de uma parcela da sociedade. Senso de justiça, resistência a todo tipo de discriminação e profunda solidariedade com o próximo devem ser marcas indissociáveis de qualquer religioso ou religiosa, de qualquer cristão ou de qualquer cristã.

Então, eu quero dizer que o PLC nº 122 já foi encaminhado à Mesa, ao Presidente Renan Calheiros, que irá fazer os devidos encaminhamentos para o apensamento ao projeto do Código Penal. A Comissão do Código Penal já apreciou o Código Penal na manhã de ontem. Parece-me que o relatório será entregue hoje à tarde ao Senador Renan. Então, vamos ver como o Relator vai cuidar disso.

Também quero dizer que, ontem à tarde, nós já nos debruçamos para que pudéssemos, na tarde de hoje, fazer uma reunião com o Relator do Código Penal, com a presença de algumas lideranças de alguns setores LGBT para que dialoguem com o Presidente desta Comissão Especial, Senador Eunício Oliveira, e com o Relator, Senador Pedro Taques, que se prontificou a dialogar. Então, é uma pessoa que está aberta ao diálogo, é uma pessoa que quer nos escutar, escutar a mim, escutar o Senador Paulo Paim, mas particularmente escutar representantes do setor LGBT. Então, alguns representantes irão reunir-se hoje com o Senador Pedro Taques, com a nossa presença, para que possamos dialogar. Vamos ver como é possível assegurar, dentro do Código Penal, o essencial do PL nº 122.

Faço essas as minhas palavras e quero finalizar – desculpe, Senador Paim, mas eu não poderia deixar de fazer a leitura de um documento que recebi, referente a esse tema. O Conic lançou uma nota. O Conic, para quem não conhece, é o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, composto por cinco igrejas que têm história, compromisso e que sempre se manifestaram de modo favorável à luta pelos direitos humanos, entre elas a Igreja Católica Apostólica Romana, a Igreja Católica Ortodoxa, a Igreja Metodista, a Igreja Luterana do Brasil e a Igreja Presbiteriana Unida.

Então, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil emite nota em favor dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher. O texto afirma, entre outras coisas, que, entre 2001 e 2010, cerca de 40 mil mulheres foram assassinadas no Brasil. Além disso, a nota sustenta que grupos, como a população LGBT, também vêm sendo vítima de frequente violência. Nesse sentido, a aprovação do PLC nº 122, de 2006, pode significar um passo concreto nessa direção.

A íntegra da nota de título “O que Deus exige de nós?”, Miqueias, cap. 6, v 6-8:

Desde o dia 25 de novembro se realizam os 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher. Organizações de mulheres, de direitos humanos, universidades e comunidades religiosas promovem debates, reflexões e outros tipos de ações com o objetivo de chamar atenção para os diferentes tipos de violência contra mulheres.

Como Igrejas não podemos nos calar! Segundo um estudo realizado entre 2001 e 2010, foram assassinadas 40 mil mulheres em nosso País. No ano de 2010, a média de assassinatos foi de 4,5 para cada 100 mil mulheres. [Eu atualizo esses dados para 4,6 agora.] Para o ano de 2013, a projeção é de que 4.717 mulheres serão assassinadas. Mais do que números, estes índices revelam uma violência fundamentada em uma cultura que há muito naturalizou a violência contra a mulher.

Como Igrejas, cabe-nos refletir sobre nossa tarefa diante desta realidade. A pergunta do profeta Miqueias “O que Deus exige de nós?” nos provoca a identificar as ações concretas com vistas a contribuirmos para a transformação das relações humanas violentas.

No contexto dos 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher, vale igualmente chamar a atenção para outra violência de gênero, que são as agressões sofridas pela população LGBT. Dados revelam que apenas no ano de 2012 foram cometidos 338 assassinatos por motivação homofóbica ou transfóbica.

A violência contra mulheres e LGBTs é uma realidade que expõe uma face nada simpática de nosso País, conhecido como a terra da tolerância. É necessário falar abertamente sobre nossas limitações em conviver com o diferente.

A Lei Maria da Penha é uma forma concreta de minimizar os impactos da violência contra a mulher. Agora, urge uma lei que contribua para minimizar as consequências do preconceito homofóbico e transfóbico. A aprovação do PLC nº 122/06 pode significar um passo concreto nesta direção.

A violência é contrária ao Evangelho; portanto, todo o discurso, inclusive religioso, que legitima ou justifica estas formas de violência está em contradição com a Boa Nova. O que Deus exige de nós, cristãos e cristãs, diante destes dados de violência? É a pergunta sobre a qual queremos refletir nestes 16 Dias de Ativismo.

Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil.

Então, os 16 Dias de Ativismo tiveram início no dia 25 de novembro e terminaram no dia 10 de dezembro. Dia 25 é o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, e o dia 10 de dezembro, o Dia Internacional de Direitos Humanos. Portanto, nesse período, diversas manifestações, diversas reflexões, diversos atos foram realizados no nosso País e no mundo, no sentido de enfrentarmos a violência contra as pessoas. Então, faço este registro, lendo essa nota e, dessa forma, finalizo a minha fala referente a esse tema, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quero fazer uma fala muito rápida aqui, só quero dizer que V. Exª conduziu esse debate com muito equilíbrio, com muita tranquilidade e também com muita coragem. Eu, que estou há 30 anos aqui no Parlamento, praticamente, aprendi que o homem público e a mulher têm de ter coragem. E coragem não significa valentia, coragem de ter posições perante a sociedade nos temas considerados polêmicos, mas a vida é assim.

E V. Exª, neste tema específico, 122, teve firmeza e consciência de que estava na Presidência, mas tinha lado, tinha posição. O lado era simplesmente o dos direitos humanos. Tínhamos de combater toda forma de intolerância, de violência e de ódio, e essa também é a posição da relatoria, a mesma posição de V. Exª.

Mas eu quero simplificar a minha fala, Presidenta, dizendo que a Comissão de Direitos Humanos cumpriu seu papel, até porque lemos o relatório, estávamos prontos para aprová-lo no dia de hoje. E, se esse requerimento que desloca o relatório da Comissão – porque não é meu, é da Comissão – para outra Comissão, sem a votação, sem que essa seja a vontade da Comissão, significa o quê? Significa que o relatório seria aprovado, eu diria, com tranquilidade no dia de hoje.

O relatório da Comissão de Direitos Humanos seria aprovado com tranquilidade e, consequentemente, iria para o mesmo lugar em que está indo: para a CCJ. Iria para o mesmo lugar, mas não permitiram que votássemos hoje, porque ele ia para a CCJ com o aval do voto, mas ele vai com o aval da vontade política da maioria da Comissão de Direitos Humanos. Disso eu não tenho dúvida. No dia em que lemos o relatório, percebemos, aqui no plenário, a vontade de os Senadores e Senadoras votarem.

Entendemos que, pelo Regimento, é possível que acontecesse o que aconteceu por vontade da maioria dos Líderes, é verdade – dos Líderes, é verdade. A ampla maioria dos Líderes foi na linha de jogar o projeto para aquela outra Comissão, sem que nós deliberássemos, mas eu entendo que a vitória política foi nossa, porque nós sabemos que, se não fosse o requerimento de ontem, a matéria seria aprovada, até porque é simbólico, não haveria problema algum de termos aqui a maioria votando favoravelmente. Então, a Comissão de Direitos Humanos tinha e tem posição.

Muito bem, vai para o mesmo... Como diz uma canção, as águas dos rios sempre se encaminham em direção ao mar e, se a CCJ é o centro em que se fará o grande debate desta questão de combate a todo tipo de preconceito, lá estaremos sem problema algum para contribuir com uma redação que combata o ódio, repito, a intolerância e a violência em relação à comunidade LGBT. E termino, dizendo que vi com alegria a iniciativa do Senador Pedro Taques, que propôs para hoje à tarde, sob a liderança de V. Exª, uma reunião para que possamos dialogar sobre o tema.

Estou muito tranquilo, pois há enormes possibilidades de colocarmos dentro do Código Penal a redação, claro aprimorada e melhorada, sempre possível, do trabalho desta Comissão de Direitos Humanos. Digo isso, Presidente, e aqui termino, porque não há como... O mundo inteiro caminha para uma redação, uma redação de leis que combata esse tipo de violência.

E, no Brasil, não será diferente – ou dentro do Código Penal, ou fora do Código Penal, nós caminhamos para isso: é um processo irreversível. Estou muito tranquilo quanto ao encaminhamento, fizemos a defesa em plenário, queríamos só que a Comissão votasse. A Comissão, politicamente, deliberou – no voto, tudo bem; vamos caminhar para essa reunião de hoje à tarde.

Apenas estou um pouco preocupado – aproveito para concluir agora, e vamos conversar com o Senador Pedro Taques – pela forma como estamos revogando uma série de leis importantíssimas, que foram construídas, como eu disse, no plenário, com sangue, suor e lágrimas do povo brasileiro. Cheguei a dizer, numa entrevista, que, daqui a pouco, vamos revogar até a Lei Áurea, se continuar assim. Claro que somos contra! – todas as outras podem ser revogadas, para que outras sejam colocadas...

É diferente de se dizer que existe, por exemplo, a Lei Caó, em que faremos uma série de alterações com relação ao quadro nacional de hoje. Mas preciso repetir a pergunta que fiz no plenário: vamos revogar também a Lei Maria da Penha, que trata também da questão penal? Dizem que é preciso revogar a Lei Caó, porque trata da questão penal.

É uma pergunta que não quer calar, mas tudo bem, vamos fazer essa construção coletiva. Percebo que o Senador Pedro Taques está com a melhor boa intenção de ajudar nesta construção, e nós estaremos lá com muita tranquilidade, na linha, inclusive, que V. Ex^a expressou aqui, de forma muito tranquila e com muita competência. Era isso, meus cumprimentos a V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigado, Senador Paim.

Quero também aproveitar este momento para fazer dois registros que eu já havia mencionado inicialmente. Um deles, quero comunicar a todos que a Comissão de Direitos Humanos já informada, em função do desaparecimento do Antônio, que é um caso extremamente semelhante ao do Amarildo no Estado do Rio de Janeiro, cuja realização de audiência pública estava prevista para amanhã, a fim de discutirmos os desaparecidos da democracia. Seriam casos emblemáticos para esse debate.

Em função praticamente do término dos trabalhos no dia de hoje, não teríamos quórum amanhã para a realização desta audiência pública. Então, ela ficará para o próximo ano, no início dos trabalhos legislativos, no mês de fevereiro, para que possamos fazer o debate e, assim, dar sequência aos desdobramentos que este debate poderá suscitar. Mas quero dizer que a questão do Antônio é um caso que estamos acompanhando, por tratar-se de uma comissão de direitos humanos, porque o corpo desaparecido há seis meses, conforme comprovaram os exames de DNA das ossadas localizadas – parece-me – não muito longe da delegacia de polícia, num terreno baldio; a família estava procurando durante todo esse período, e a polícia não conseguiu dar um retorno para essa família num tempo mais curto.

Infelizmente, após seis meses, o corpo foi encontrado e, enfim, vamos acompanhar para que as investigações possam continuar acontecendo de forma séria, que os responsáveis pelo crime possam ser identificados e devidamente punidos. Então, já fizemos os procedimentos regimentais, por esta Comissão. Estamos solicitando uma nova audiência com o Secretário de Segurança do DF, para que possamos retomar este assunto e dar continuidade a esse acompanhamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pela ordem, Sr^a Presidenta.

Aproveitando que V. Ex^a fala de requerimento, estou com três ou quatro requerimentos que me pediram, extrapauta, mas vou na mesma linha de V. Ex^a. Não vão ser votados mesmo neste ano, não há motivo de se votarem esses requerimentos agora. Justificando os que me pediram, apresentaremos os requerimentos no início dos nossos trabalhos e entraremos na grade para marcar o momento da audiência – não vejo motivo para aprovar os requerimentos agora, de afogadilho, encerrando os trabalhos.

Então, os três requerimentos extrapauta estou levando para gabinete, e serão apresentados na primeira semana de trabalho sob a Presidência de V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Agradeço, Senador Paim.

Também quero informar que houve uma audiência pública aqui nesta semana, na Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça e, fruto dessa audiência pública, aconteceu um fato muito grave ontem à tarde, no retorno de um dos convidados no Estado do Pará. Para ser fiel ao relato, eu vou ler o ofício que nós encaminhamos ontem à noite, já eram mais de dez horas da noite, para o Ministro da Justiça:

Ao Exmo Sr. Ministro José Eduardo Cardozo, Ministério da Justiça.

Sr. Ministro, a Subcomissão Memória e Verdade de Justiça da Comissão de Direitos Humanos do Senado realizou hoje, [que foi ontem pela manhã], às nove horas, audiência pública com a finalidade de discutir a des-

coberta de ossadas que podem pertencer a desaparecidos políticos integrantes da Guerrilha do Araguaia. A audiência contou com presença dos seguintes expositores: Paulo Fonteles Filho, membro do Comitê Paraense da Memória, Verdade e Justiça; e Maria Rita Kehl, membro da Comissão Nacional da Verdade.

Durante a audiência, o convidado Paulo Fonteles apontou supostos autores envolvidos em uma série de assassinatos a militantes políticos e a pessoas que denunciaram violações de direitos humanos ocorridas no período da ditadura militar e durante as décadas de 80 e 90. Vale dizer que o Sr. Paulo Fonteles também se referiu, nominalmente, a agentes e ex-agentes da Agência Brasileira de Inteligência, que mantêm grandes patrimônios em Estados da Região Norte do País, por meio de práticas ilegais e violentas, o que o teria levado a constatar, por mais de 15 vezes, perseguição a seu veículo por agentes da Abin. Tais fatos foram demonstrados com filmagem e outros documentos que foram entregues à Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça.

Após a realização da audiência pública, o Sr. Paulo Fonteles retornou ao Pará, tendo sido seguido por agentes da Abin em dois veículos, um pátio cor preta, placa JWE3659, em Citroen C3, prata, placa JHE5153, em seu trajeto do aeroporto de Belém até o restaurante Duquesa. Vale acrescentar que os agentes se encontram até o presente momento [isso, ontem, eram 21h30; ele viajou pela manhã e, nesse horário, ele estava no restaurante Duquesa, onde estava o Sr. Paulo Fonteles]. Aí, diante dos graves fatos relatados, solicitamos a V. Ex^a [no caso, ao Ministro da Justiça] que adote as providências necessárias no sentido de terminar a investigação e a punição dos agentes da Abin envolvidos na perseguição do Sr. Paulo Fonteles, bem como nas denúncias por ele feitas perante a Subcomissão Memória, Verdade e Justiça, da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Enfim, esse foi o ofício encaminhado ontem à noite ao Ministro da Justiça, durante a presença do Sr. Paulo Fonteles no restaurante. Eu não recebi nenhum retorno se aconteceu algo após isso, mas a Comissão de Direitos Humanos continua atenta. Eu estou aqui com a foto do carro que foi fotografado pelo próprio Dr. Paulo Fonteles, que identifica a placa do carro que o estava perseguindo durante a sua chegada no Estado do Pará – isso é só para ilustrar como é a vida daqueles que lutam pelos direitos humanos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu acompanhei também a vida do Fonteles e só posso aqui deixar toda a nossa solidariedade. Sei que a Comissão está tomando todas as providências para que seja assegurada a ele total segurança. O risco de vida que ele está correndo, na verdade, é pelas denúncias que fez.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu ia dizer que estão me chamando para relatar projetos lá na Comissão de Assuntos Sociais, mas eu soube que não deu quórum para votar lá, e foi encerrada a sessão. Que bom que eu noto que o livro de presença aqui da nossa Comissão deu quórum hoje para votar todos os não terminativos, no mínimo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Deu quórum para votar todos os itens não terminativos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Lembro que o 122 não era terminativo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim. Então, diante disso, havendo quórum regimental, nós já temos o número de assinaturas suficientes aqui na nossa lista de presença, eu proponho, dando continuidade à nossa reunião, a dispensa e aprovação das Atas da 73^a à 75^a Reuniões.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

A nossa pauta hoje conta com diversos itens para serem deliberados. Praticamente todos eles são projetos já lidos, mas são terminativos nesta Comissão. Como não temos quórum presencial, os terminativos ficarão para a próxima reunião.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, de 2009

– Não Terminativo –

Obriga a feitura de curso de treinamento para o cargo de Conselheiro Tutelar.

Autoria: Deputado Sandro Mabel

Relatoria: Senador Eduardo Lopes (Substituído por *Ad hoc*)

Designo o Senador Paulo Paim como Relator *Ad hoc*. Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vejam como é o destino, o Senador Eduardo Lopes foi quem apresentou o requerimento em plenário ontem, para não podermos votar lá, mas respeitamos, é regimental, conversamos muito com ele, inclusive depois do momento, e eu vou agora, *Ad hoc*, relatar favoravelmente ao parecer que ele deu a esse projeto que vem da Câmara dos Deputados. Então, neste momento, faço

o relatório, em nome do Senador Eduardo Lopes, sobre o projeto que foi descrito por V. Ex^a. Se V. Ex^a permitir, eu vou direto à análise o projeto.

Ele trata dos conselhos tutelares. Os conselhos tutelares são órgãos de grande importância no sistema instituído pelo ECA, incumbidos de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. São compostos por cinco membros escolhidos pela comunidade local para o exercício de mandatos de três anos, permitindo, assim, uma recondução. Os candidatos devem ter reconhecida idoneidade moral, naturalmente, idade superior a 21 anos e residir no Município.

A relevância da função de Conselheiro Tutelar é reconhecida expressamente no art. 135 do ECA, justifica a iniciativa, conseqüentemente, para que haja capacitação dos seus titulares, que é isso que quer o autor da presente lei, do projeto de lei. O conteúdo dessa capacitação deve ser definido pelos conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente, como consta na proposição, mas a título de exemplo podemos reconhecer a importância de que os membros dos conselhos tutelares sejam versados no conteúdo do próprio ECA, em serviço social, em elemento de planejamento e execução do orçamento público. Transparece, portanto, o elevado mérito desse projeto de lei da Câmara.

Temos, não obstante, algumas observações relativas à redação e à técnica legislativa da proposição, além de considerações tópicas sobre seu mérito, como passamos a expor. Convém indicar que na ementa do PLC nº 173, de 2009, que a proposição destina-se a alterar o ECA. Ademais o escopo da alteração deve ser mais precisamente definido, posto que a obrigatoriedade pode ser compreendida como requisito indispensável para o exercício da função de conselheiro tutelar – a propósito, trata-se essa de função pública, e não exatamente de cargo público. A proposição dispensa um artigo específico para indicar seu objeto. Já satisfazem essa função a ementa e o próprio artigo que altera o ECA.

Sr^a Presidente, mediante os fatos, e o objetivo é claro do projeto, ele visa capacitar os conselheiros tutelares para o bom exercício de dar atendimento, dar assistência, às nossas crianças. Em virtude disso, eu cumprimento tanto o autor como o relator do projeto, e o meu voto é pela aprovação. O projeto é de autoria do Deputado Sandro Mabel, do qual eu tenho alguma divergência, destaco aqui em relação ao projeto dele de terceirização, que o movimento sindical todo é contra, mas entendemos que esse projeto é positivo.

E ficam aqui meus elogios, neste caso, tanto ao Senador Sandro Mabel, como também ao Relator da matéria, o titular, o Senador Eduardo Lopes. Somos pela aprovação.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Quero aproveitar, Senador Paulo Paim, e também falar a respeito dos conselhos tutelares. Eu fui Conselheira do Conselho de Defesa dos Direitos da Criança de Vila Velha, do Município onde eu moro, por oito anos. Eu era Vereadora e representava a Câmara neste conselho. E nós tivemos a oportunidade de acompanhar bem de perto a atuação dos conselheiros tutelares.

Realmente, é muito importante a capacitação, a formação desses conselheiros tutelares, porque muitos deles têm muita boa vontade, mas falta conhecimento jurídico, falta conhecimento em diversas áreas, e a formação e a capacitação são extremamente necessárias. Mas, muitas vezes, os Municípios sozinhos não dão conta de fazer isso. Então, havendo uma legislação que disciplina isso, com recursos financeiros, com certeza, posteriormente, fazendo parte do programa, da atuação dos Estados e Municípios, é importante fazer aí uma ação em que os Estados também possam se envolver, contribuindo com os Municípios que têm menos possibilidade de investir nessa área, para que possamos formar, adequadamente, os nossos conselheiros tutelares – então, eu quero também parabenizar o Autor e o Relator da matéria.

Não havendo mais...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr^a Presidente, só me alertaram para que eu deixe bem claro que eu aprovei, na forma do substitutivo, o projeto que aqui relatei.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigado, Senador Paim.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1, da CDH, Substitutivo que apresenta. O projeto segue para a análise da CCJ em decisão terminativa.

Senador Paulo Paim, há um requerimento de autoria do Senador João Capiberibe, que V. Ex^a está subcrevendo, gostaria de colocá-lo em apreciação.

ITEM 15
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 123, de 2013

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade, para “Apresentação do Relatório sobre a Morte de Juscelino Kubitschek” a ser feita pelo Vereador Gilberto Natalin, Presidente da “Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo Vladimir Herzog”. O referido Relatório, elaborado pela citada Comissão, reúne documentos que comprovam que o Ex-Presidente da República, Juscelino Kubitschek, foi assassinado durante viagem de carro no Km 165 da Rodovia Presidente Dutra, e não morto em um acidente como registra a história oficial. O Relatório reúne 90 (noventa) “indícios, evidências, provas, testemunhos, circunstâncias, controvérsias e questionamentos” que concluem que o ex-presidente foi alvo de um atentado político em 22 de agosto 1976. Sugiro que sejam convidados para a Audiência Pública os seguintes palestrantes: Vereador Gilberto Natalin, Presidente da Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo; Ministra Maria do Rosário, Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República; Pedro Bohomoletz de Abreu Dalari, Coordenador da Comissão Nacional da Verdade; Ronaldo Costa Couto, Autor do Livro “O Essencial de JK” e Ex-Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Autoria: Senador João Capiberibe e outros

A autoria é do Senador João Capiberibe e coautor também o Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, podemos encaminhar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Podemos votar, já que V. Ex^a, na leitura, justificou o motivo da audiência.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Dessa forma, nós vamos, encerrando a nossa reunião, apenas dizer que há doze projetos terminativos na pauta; desses doze, oito já com relatório lido. Esses projetos ficarão para serem incluídos na pauta da próxima reunião que nós teremos ainda no mês de fevereiro de 2014.

Proponho a dispensa e a aprovação das Atas da 1^a à 6^a Reuniões da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos, das Atas da 1^a e 2^a Reuniões da Subcomissão de Defesa da Mulher e da ata que já está pronta da reunião de hoje.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Ficam aprovadas as Atas da 1^a à 6^a Reuniões da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos, das Atas da 1^a e 2^a Reuniões da Subcomissão de Defesa da Mulher e da ata que já está pronta da reunião de hoje.

Portanto, encerramos o ano com tudo o que foi possível ser aprovado. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e aproveito para desejar um Feliz Natal e um bom ano-novo para todos os colaboradores, assessores, representantes aqui dos meios de comunicação, TV Senado, Rádio Senado, e assessores dos nossos colegas Senadores e Senadoras que se fazem presentes! Um bom ano-novo de muita paz e saúde para todos nós!

Muito obrigada.

(Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 26 minutos.)

Edição de hoje: 270 páginas
(O.S. 10415/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

